

Paula Cristina Antunes Godinho

MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA RURAL NO SUL

Couço (1958-1962)

Dissertação de Doutoramento em Antropologia

Especialidade: Etnologia

Orientador: Professor Doutor Jorge Crespo

**Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Antropologia**

1998

**MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA RURAL NO SUL
COUÇO (1958-1962)**

Índice.....	2
Agradecimentos.....	5
Parte I : Apresentação: o tema, o problema e os caminhos.....	10
1. Mote.....	11
2. A memória como acção e linguagem.....	15
2.1. Contar a vida: o significado, o significante e o referente.....	35
3. Das rotinas de resistência à edificação de movimentos colectivos.....	48
4. A História e o local: o Couço no final da década de 50.....	71
5. Métodos.....	103
Parte II: <i>A nossa vida era toda essa</i>	117
1. A ruralidade ao sul: a terra, o trabalho e as classes.....	118
2. Os trabalhos e os dias.....	142
3. Um espaço de todos?.....	170
4. Vidas (d)escritas.....	179
Parte III: O triunfo do épico e as «vozes ao alto».....	181
1. Da resistência como cultura.....	182
2. Movimentos colectivos locais e vagas repressivas.....	207
2. 1. A implantação da República e os movimentos de 1911.....	211
2.2. Praças de jorna e aumento de salários: as prisões de 1933.....	215
1. Anos 40: marchas da fome.....	217
2. 1951: repercussões locais de um acontecimento nacional.....	227
3. O continuum de lutas entre 1958 e 1962.....	230
3. 1. Reafirmação de uma memória resistente local: o comício na aldeia..	235
3. 2.A burla eleitoral e as greves subsequentes.....	244
3. 3.A vaga de lutas e as prisões de 1960-61.....	278
3. 4. Abril de 1962 e o último grande conjunto de prisões locais.....	293

Parte IV: Formas de organização e alinhamento colectivo.....	307
1. O «Partido»: penetração no universo local.....	308
2. Predisposições: parentesco, sociabilidades e consciência de classe.....	313
3. A leitura como distinção e estratégia de incorporação.....	320
4. Recrutamento e ritos de entrada.....	328
5. O saber que circula e a história que não se partilha.....	334
6. Espaço, tempo e relações sociais numa óptica de clandestinidade.....	338
7. Activação da rede local nos momentos de crise.....	360
 Parte V: A «descida aos infernos» na prisão.....	 373
1. A detenção.....	377
2. Ritos preliminares: identificação e interrogatórios.....	386
3. Liminaridade: <i>Ó depois é que foi sofrer!</i>	394
4. Julgamento e cumprimento de pena.....	424
5. Quotidianos prisionais.....	429
6. O cumprimento do rito e a agregação.....	449
7. Traição e ostracismo social.....	453
 Parte VI: A <i>boa palavra</i> e a vontade de lembrar.....	 465
1. A acção e o tempo.....	466
1. 1. O 25 de Abril como marco.....	471
1. 2. A Reforma Agrária.....	476
2. Memórias pessoais e memórias particulares.....	486
3. O papel do género.....	494
3. 1. Condições de vida, consciência de classe e consciência política.....	496
3. 2. “Tradição” local, conjunturas favoráveis e vinculação feminina	
3. 3. Uma memória parental.....	504
3. 4. Redes e trocas sociais	505
3. 5. As mulheres e as lutas: a questão da autonomia.....	509
4. Celebrar ou reiteração da cultura resistente.....	511
5. Memória e resistência.....	532
5. 1. Construções memoriais.....	532
5. 2. Da memória da Nação às variantes locais.....	534

5. 3. Objectivação da memória comunista.....	537
5. 4. Uma herança sem herdeiros?.....	541
6. Os valores do grupo: entre o silêncio e o segredo.....	547
Polifonias- em jeito de conclusão	553
Fontes e bibliografia.....	563
1. Fontes.....	564
1. 1. Fontes orais.....	564
1. 2. Fontes manuscritas.....	567
1. 3. Fontes dactilografadas.....	568
1. 4. Fontes impressas.....	571
2. Bibliografia.....	573
2. 1. Dicionários, enciclopédias, bibliografias, bases de dados.....	573
2. 2. Obras gerais.....	573
2. 3. Memória e História.....	577
2. 3. 1. Questões teórico-metodológicas.....	577
2. 3. 2. História de Portugal.....	580
2. 4. Etnologia Europeia.....	582
2. 5. Propriedade e assuntos rurais.....	583
2. 6. Resistência, agitação, repressão.....	587
2. 6. 1. Questões teórico-metodológicas.....	587
2. 6. 2. Caso português.....	594
2. 7. Métodos.....	599

Agradecimentos

Cada trabalho científico surge enredado com outros, cujo entretencimento é agradecido na bibliografia. Designam alguns como “intertextualidade” essa amálgama a que vamos chamando o *nosso* trabalho, que nos edifica à medida que o arquitetamos.

Como linhas que se entrelaçam e que, a cada laçada, convocam o fio anterior, este trabalho entronca num outro, anterior, realizado em Trás-os-Montes. Decorria a década de 80. Ao longo de dois anos permaneci em aldeias raianas. Na zona de Chaves, em Cambedo da Raia, viria a confrontar-me pela primeira vez com a memória de formas de resistência rural no período que se seguiu à guerra civil de Espanha. O cerco feito pela PIDE, GNR, Guarda Fiscal, Exército e pela Guardia Civil espanhola àquela povoação localizada na linha de fronteira nos dias que antecederam o Natal de 1946, deixou marcas intensas, traumáticas e continuadas na memória dos que sofreram os acontecimentos. Quando descrevia a uma resistente anti-salazarista o quadro que me fora aí desenhado - grande número de detenções, dureza das condições prisionais, um assassinato, uma pena de 17 anos de prisão, vários dos quais passados no Tarrafal - as similitudes com o que esta ouvira contar na cadeia levaram-na a dizer: «Parece no Couço. A PIDE, quando lá ia, não trazia um, nem dois, trazia um monte.». O terreno definia-se, com o alvitre de Diana Andringa, a quem tenho de agradecer alguns dos primeiros contactos, esclarecimentos suplementares, e a leitura final do trabalho.

Como fios que se entrelaçam, numa vida que segue com um trabalho de investigação dentro, são inúmeros aqueles com que se entreteceu esta investigação e a que estou devedora. Entre os colegas, os alunos e os amigos, entre a família e as adequações a que esta foi forçada pela minha permanência fora, entre os que já não vão poder lê-lo, as dívidas que transporto são infindas. Receio, portanto, as enumerações.

É no Couço que deixo as maiores dívidas. Se o executivo da Junta de Freguesia, dirigido no início por Joaquim Galvão, depois por Joaquim José Dias e, já na fase de revisitação, por Diamantino Ramalho, foi inestimável no apoio que me concedeu, os funcionários da autarquia - Judite e António Manuel - que ajudaram a rebuscar no sótão, entre pó e teias de aranha, os volumes dos livros de actas e de outra documentação local, seriam envolvidos no entusiasmo pela história local: além de executarem as fotocópias que me eram preciosas, encontravam pelo seu alvedrio novos materiais de que me iam dando conta, partilhando do meu alvoroço a cada novidade.

Com João Camilo e sua mulher, Maria Carmina, iniciei e dei continuidade ao trabalho de campo, e é para com eles que sinto ser maior a minha dívida. Perdura, até hoje, uma amizade, que se estende de forma intensa a Olímpia Brás e Arenato Brás, a Maria Madalena e Joaquim Castanhas, a Joaquim José Dias e Custódia Marques, a Maria Galveias e António Oliveira, a José Vicente e a Manuel Gil Nunes. Maria Custódia Chibante, cuja cooperação foi

indispensável, mesmo na fase de redacção, merece um agradecimento especial. A memória de Isidro Fino Henriques perpassa de forma sentida este trabalho, tal como a de Graciete Casanova. Maria Rosa Viseu, Almerinda Matias, Jerónimo Bom, Joaquim Basílio, Joaquim e Maria Albertina «Beco», Américo Joaquim Brás e seu irmão Manuel Joaquim Brás, António Caetano e sua esposa Lucinda Espada, António Camilo, Joaquim Canejo, Domingos Catarino, Joaquim Claudino, António Dimas, Maria da Conceição Figueiredo e seu marido João Pedro Marrafa, Arménio Marques Gil e sua esposa Camila Gil, Joaquim Patrício Isidro, Vital Oliveira, Virgínia Marques dos Reis, Joaquim Rodrigues, Joaquim «Gafaniz», Manuel Simão, José Vicente - de todos estes militantes comunistas, resistentes anti-salazaristas, guardo uma profunda estima. Agradeço igualmente a Narcisa Aleixo e a Joaquim Ernesto.

As minhas vizinhas no Couço, muito especialmente as irmãs Hermínia Alturas e Elvira Alturas, que me iniciaram na partilha das papas femininas, no conhecimento das ervas e do mundo duro do trabalho rural merecem o agradecimento que não poderão ler. Dir-lhes-à talvez o marido da primeira, José “Borda d’Água”, ou o filho de ambos, José Pedro Texugo, sua mulher Fernanda e a restante família com quem partilhei matanças e inquietações.

Na Câmara de Coruche, além da atenção do presidente Manuel Brandão, o meu reconhecimento dirige-se ao vereador José Labaredas que, na biblioteca municipal como no Couço, me facultou bibliografia e informações preciosas.

Ao Professor Doutor Jorge Crespo, que desde o início coordenou esta investigação, proporcionando-me as melhores condições, nomeadamente em termos lectivos, devo um triplo agradecimento: pela erudição, aliada à sagacidade, com que encaminha os trabalhos científicos; pelo empenho sempre demonstrado no apoio à investigadora e à investigação; pela atenção e o estímulo afectuoso que introduziu em todo este processo, que se revelava frequentemente mais demorado que o previsto e algumas vezes doloroso.

Devo ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa os dois períodos de equiparação a bolseira - o primeiro, de Outubro de 1994 a Junho de 1995; o segundo, entre Setembro de 1997 e Janeiro de 1998 -, bem como o interesse demonstrado pelos meus colegas em relação a este trabalho. À Teresa Teixeira devo a atenção e os cuidados com certas dimensões da vida académica de que pontualmente me alheava. Aos meus alunos, estimulados para uma problemática e um terreno que frequentemente emergia nas nossas aulas, agradeço as sugestões e os contributos, além da infinita paciência demonstrada.

Aos meus colegas do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pelo clima de crítica acesa e cooperação pronta, um agradecimento muito especial. Ao ambiente deste centro de investigação, que concatena a experiência de alguns académicos com a frescura dos novos investigadores, e propicia um envolvimento profícuo à pesquisa, é este trabalho profundamente devedor.

O Partido Comunista Português, que me proporcionou a consulta de alguma imprensa clandestina, tem por isso o meu agradecimento. Destaco a atenção demonstrada por Octávio Pato e Dias Lourenço, e o cuidado de Helena Saramago.

Inês Fonseca e Dulce Freire, inseridas num projecto conjunto financiado pela JNICT, e coordenado pelos professores Jorge Crespo e Fernando Rosas, sobre a agitação rural em Portugal durante o Estado Novo, merecem a minha gratidão pela cooperação na consulta de arquivos a que este trabalho também ficou devedor e pelo exercício contínuo da crítica. Há dívidas que penetram no domínio da amizade - e essa não pode agradecer-se.

Margarida Fernandes, amiga de sempre, confrontada em simultâneo com um terreno com fortes similitudes, foi a interlocutora privilegiada de múltiplas discussões, bem como do intercâmbio de fichas e ideias. Quando da sua estadia na universidade de Kent, como antes em Londres, pude contar com a sua generosidade e disponibilidade imensa para a pesquisa bibliográfica.

Nos últimos seis anos, múltiplas foram as *lutas* que seguiram a par com esta investigação, como são numerosos os lugares sociais que ocupamos e as realidades que escolhemos - ou nos couberam - para ser geridas. Sem o apoio e o afecto da Cristina Carvalho, da Rosa Pereira e da Sérgia Pereira, do Fernando Alves e da Tuta Brás dos Santos, do Fernando Moreira e da Cristina Frias, do Fernando Neves e da Milu, do António Loja Neves e da Véronique Bobichon, do Luis Martinez-Risco, do Alfredo Caldeira, da Margarida Montes, da Cristina Lavado, do José Gato e da Sónia Almeida, do Miguel Peixoto, da Susana Durão, da Isabel Allegro de Magalhães e da equipa do *Terraço* - este trabalho teria sido bem mais penoso. Ao Rui Pires devo também a informação adicional e superlativa, bem como a leitura crítica do texto. À memória de Floriano Sampaio Luz, velho lutador com quem convivi ao longo de mais de vinte anos, que me ensinou a perceber “por dentro” instituições com a marca do segredo e a perscrutar, de forma participante, a matéria de que se fazem os revolucionários e as revoluções, fico para sempre devedora.

Para a minha família, aos meus pais, Maria Antunes e Arnaldo Godinho e aos meus filhos, Inês e João, que entre o enfado e o afago me souberam suportar nesta passagem, e que impacientemente me faziam notar que o quotidiano não era adiável, distribuo desculpas com agradecimentos, e espero que me relevem. À Teresinha, sem cujo apoio e mimo a logística da família seria difícil, a minha ternura agradecida.

Mantenho, com todos, uma dívida continuada. A Antropologia ensinou-me ser assim que se mantêm activas as relações sociais. E o carinho não se agradece sob a forma de letras. Do que fiz com o que me foi dado - e que aqui é apresentado - sou, contudo, a única responsável.

“Os homens fazem a sua própria história mas não a fazem arbitrariamente. em condições escolhidas por eles, mas sim em condições directamente herdadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações passadas pesa muito sobre o cérebro dos vivos. E mesmo quando parecem ocupados em transformar-se, a eles e às coisas, em criar algo de absolutamente novo, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que evocam respeitadamente os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo os nomes, as palavras de ordem, as roupagens, para surgir no novo palco da história sob esse respeitável disfarce e com essa linguagem emprestada.”

Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*

Parte I

Apresentação: o tema, o problema, os caminhos

1. Mote

Este é um trabalho sobre a mudança social numa conjuntura de aceleração histórica, abordada a partir da memória dos protagonistas, num contexto rural. Surge, assim, na sequência de um conjunto de estudos no laboratório rural e que, ao contrário de outros concebidos anteriormente, dão legibilidade ao conflito, à relação com o Estado e às mediações, preocupando-se igualmente com a localização diacrónica dos fenómenos, quer no que se refere a uma matriz interna, quer à história global.

Os movimentos sociais dos anos 60 e 70 conduziram a um reacender de temas nas Ciências Sociais, e nomeadamente na Antropologia, que trouxe para o primeiro plano as rebeliões camponesas, com a publicação de um conjunto de estudos cujo impacte se estendeu ao contexto europeu. O aparecimento desses trabalhos, principalmente no meio académico norte-americano, tendo como causa próxima a guerra do Vietnam, conduziu a uma reapreciação daquela “*part society with a part culture*” que Robert Redfield, retomando os termos de Kroeber, instalaria definitivamente em meados dos anos 50 como objecto da Antropologia, com uma especificidade que impedia uma elaboração idêntica à que os investigadores faziam relativamente aos “primitivos”. Têm em comum a abordagem dos camponeses quando eles saem do anonimato e perturbam ou afrontam os poderes instituídos, ou seja, quando integram grandes movimentos - quer a título episódico, quer como atitude percursora - que suscitam a atenção dos *media*. Alguns destes estudos resultam de recolhas em torno da memória de lutas rurais, outros utilizam como fonte bibliografia produzida por outrém, ou oferecem-nos o relato presencial do antropólogo que, durante a sua estadia no terreno, se confrontou com movimentações e levantamentos.

O problema de partida deste estudo centra-se nos mecanismos postos em acção na transmissão da memória das manifestações de resistência no meio rural e sua capacidade estruturante. Esse processo, que garante a perpetuação do grupo envolvido, tem uma racionalidade que emerge dos quadros sociais que suportam a memória desses movimentos. Se é no interior dos grupos que se preserva a memória colectiva há momentos que, pela sua grandiosidade ou amplitude, conduzem à ultrapassagem dos núcleos restritos, nos limites dos quais funciona correntemente o seu horizonte: são momentos raros que modificam em simultâneo múltiplas existências. Os movimentos colectivos, e nomeadamente os que adquiriram a forma revolucionária, constituem um dos mais eficazes exemplos. Se as tensões que lhes deram origem são anteriores, este tipo de experiência histórica - pela intensidade, pela fricção, pelo trauma, pelas continuidades como pelos ajustamentos - pelas adaptações que exige, e principalmente pela interferência e ruptura com o passado, permanece na memória até que um novo evento igualmente forte, ou superior, sirva à sua evocação ou activação. Ou seja, a memória de um acontecimento de luta serve à alimentação de outro, adquirindo o acto

rememorativo um carácter estruturante, que converte um acontecimento marcante em algo activável quando as condições voltarem a dar-lhe sentido. Não há perdas de sentido, este pode é ficar embargado quando as condições de desencadeamento não existirem.

A memória colectiva, grupal, e a memória social, geral, merecem uma atenção especial, nomeadamente nas suas inter-relações. Na multiplicidade de memórias colectivas de uma sociedade, a rememoração dos momentos de luta, por pôr em causa os mecanismos de continuidade e enformar a ruptura, é particularmente guetizada, reenviada para o opróbrio de opções políticas desenquadradas. A sua remissão para um grupo, ou um local, paroquializando-a e conferindo-lhe menoridade, constitui uma forma de desvalorização corrente. Todavia, a recuperação desta memória grupal pelo todo social dá-se em momentos de ruptura e conflito, quando a memória social - sob a forma de correntes de pensamento, ou instituída através de configurações centralizadoras, que dão conta da visão dos grupos dominantes - tem dificuldade em conviver com as situações.

A universalização da memória colectiva está, assim, associada às crises no seio de uma sociedade; a retransformação dessa memória tem uma função activadora e potenciadora no desencadear de movimentos sociais. Por outro lado, se a memória colectiva no que concerne à resistência e à agitação, constitui uma importante condição no dealbar de revoltas, reduzindo o limiar de adesão, a emergência duma conjuntura translocal favorável, paroquializada pela legibilidade que lhe confere uma memória local de lutas e resistência, proporciona o pano de fundo para o dealbar de um movimento.

A partir de uma povoação que se inscreve na História e numa história - ou seja, que é objecto de condicionalismos cujo controlo lhe escapa, ao mesmo tempo que é sujeito de um processo cujos eventos são explicáveis por uma matriz interna, localizada - com levantamentos e movimentos de forte densidade ao longo de grande parte deste século, procede-se a um estudo intensivo dos mecanismos de transmissão da memória colectiva, quer no que concerne aos momentos-chave das mudanças sociais, quer às movimentações que precedem o desencadear de um movimento, no sentido de entender as condições que favorecem a cristalização do descontentamento em meio rural, transformando-o numa acção colectiva.

Nas movimentações rurais que se desenrolaram ao longo deste século em Portugal, o Couço, povoação administrativamente integrada no concelho de Coruche, localizada numa zona híbrida entre o Ribatejo e o Alentejo, mantém uma posição saliente. Para além dos momentos altos nas lutas que se sucederam à queda da monarquia, ou a Reforma Agrária, após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, desenvolveram-se ali outras manifestações conflituais no decorrer dos anos 30, 40, 50 e 60. São os dois últimos anos da década de 50, e os dois primeiros da década seguinte que constituem o tempo denso das movimentações que serão abordadas de forma densa, destacando-se os picos de luta em momentos-chave do ciclo agrícola - defensiva, no Inverno, com um carácter ofensivo nas mondas, descortçamento e colheitas -, do calendário

cerimonial político (31 de Janeiro, 1º de Maio, 5 de Outubro), ou do calendário eleitoral. A todas subjaz uma cultura resistente, alicerçada na classe, escorada na densidade da rede social, e com uma plataforma comum: a memória, que encontra no ambiente social frequentes condições de actualização. Dos pioneiros republicanos lembra e actualiza o anticlericalismo e a intervenção político-cultural, da escola retoma a crítica de uma História que lhe renega um lugar, da adesão ao Partido Comunista reporta parte do sentido conferido à existência.

A História dá conta de rebeliões no campo, ou de movimentos colectivos cujo processo haja sido mais ou menos longo, primordialmente através do recurso a fontes escritas, elaboradas pelas camadas dominantes e pelos vencedores. Ficam, assim, dissolvidas e remetidas para o anonimato outras formas de rebeldia que, pela constância como pela difícil legibilidade, aparecem diluídas. Há, como anota James Scott, uma “história por escrever da resistência”, que por raramente assumir contornos dramáticos, como por assentar na ausência de protagonismo, não vem a público. À confrontação directa, de que as formas de rebelião são um exemplo, deve acrescentar-se a resistência quotidiana, cujos actos de insubordinação raramente são trazidos a público pelas autoridades locais e forças repressivas, seja como medida de precaução contra a exposição da própria vulnerabilidade, seja por uma atitude de cumplicidade silenciosa, em localidades em que o entretecimento social englobe os elementos dos agentes das forças de segurança. Ao longo deste trabalho, entender-se-ão essas formas de resistência em termos englobantes, com as manifestações a montante e a juzante dos momentos mais acesos. Assumem importância, em cada situação, as condições que levam da insatisfação à reacção, bem como os fenómenos apontados como imediatamente desencadeantes, visando discernir a relação entre as mudanças subjectivas e as objectivas e o grau de dependência existente entre elas.

Sob o pano de fundo das classes, em que o acesso à posse da terra é a pedra de toque das dicotomias acentuadas e que perpassa todo o discurso memorial, o trabalho é edificado como a qualidade assimiladora do grupo assalariado, sendo utilizado discursivamente na explicação da distância social entre os níveis extremados. A dicotomia *nós/eles* serve ainda para albergar o colectivo resistente num dos pólos, e os sequazes do regime, no outro, numa distinção de carácter político frequentemente plasmada na primeira mas não inteiramente coincidente.

A organização política, em que o Partido Comunista Português desempenha uma influência comprovada desde os anos 40, assenta em núcleos prévios de densa sociabilidade que facilitam o crescendo da militância e a bola de neve do recrutamento. As relações de parentesco, amizade e vizinhança servem à implantação da organização política, e a circulação de pessoas pelos cargos correspondia não só à ascensão dentro dos organismos, mas igualmente à resposta às forças repressivas. Sob a eminência da prisão, uma etapa acrescida e quase fatal do trabalho político clandestino, o tempo e o espaço eram alvo de utilizações, marcações, e codificações

inscritas na vida dos militantes comunistas locais, enfatizando a noção de segredo e predispondo a uma partilha seleccionada dos saberes grupais. A detenção, composta por um conjunto de fases com similitudes em relação às situações propostas por Van Gennep para os ritos de passagem - pré-liminar, liminar e pós-liminar - fica marcada em termos memoriais pela dureza dos interrogatórios sob tortura. Este período de margem, em que a mortificação física é a característica fundamental, ainda que mais curto dos que as penas que eventualmente os presos cumprissem, ocupa um lugar de memória de forte densidade, recordado de forma intensa, em detrimento dos quotidianos de cumprimento de pena, esbatidos na sua repetição e de que aparecem sobretudo destacados os castigos - nova mortificação - que sofressem na cadeia.

O papel da rede social, parcialmente alvo de construção pelos indivíduos, em acrescento de uma outra inata, tecida no quotidiano de trabalho e de lazer, revela-se de forma tripla. Em primeiro lugar, no enquadramento dos indivíduos, encaminhando-os num processo de socialização e normalização grupal. Num segundo nível, a rede local permite escorar as formas de resistência quotidiana e alicerçar a construção de movimentos, sustentando, material e emocionalmente, um momento de insurgência. Finalmente, quando a repressão se abate sobre os elementos mais em destaque e a crise atinge os agregados locais, afastando um ou vários elementos de algumas unidades familiares e afectando dramaticamente as rotinas da vida, a activação da rede, de forma espontânea ou em resposta à iniciativa dos militantes comunistas, constitui uma maneira de restabelecer alguma normalidade nos lares afectados, fornecendo nomeadamente apoio material, além de manifestar de formas diversas o amparo do grupo, só abalado quando constasse que o familiar detido cedera e, sob tortura, fizera declarações comprometedoras e, principalmente, que levassem à cadeia outros militantes locais.

A reconstituição dos processos de luta a partir do que lembram os envolvidos e os espectadores faz-se através de marcas específicas, cuja função é desencadear a rememoração. Esses sinais, retirados do espaço e do tempo, da vida individual como da colectiva, ao mesmo tempo que permitem obter uma cronologia com vista à compreensão dos movimentos, facilitam uma aproximação aos mecanismos da memória. Materiais ou evanescentes, assinalados no espaço sob a forma de construções memoriais ou da toponímia, e nos ciclos anuais através de um conjunto de celebrações que edificam a unidade grupal e que obstam ao esquecimento, esses signos, que servem à descodificação da memória, percorrem as existências individuais, inserindo-as numa genealogia prestigiadora, em que a percepção do tempo se cruza com os factos da vida familiar. As construções culturais em torno do género, que fundem concepções “tradicionalistas” com as perspectivas decorrentes do ideário comunista, revestem-se de uma importância abrangente, evidenciadas de forma dupla no papel desempenhado pelas mulheres: continuadoras de uma memória rechaçada e perseguida, que confere sentido à existência colectiva, detêm uma responsabilidade acrescida pelo papel desempenhado no decurso da socialização primária infantil.

A adequação dos métodos ao objecto de estudo levou a uma conjugação de uma metodologia clássica na antropologia - estadia no terreno durante catorze meses, recolha de relatos variados e narrações de vida - complementada com a consulta de fontes escritas de diversas proveniências, com destaque para os documentos do Arquivo da PIDE/DGS.

2. A memória como acção e linguagem

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

Jacques Le Goff

No périplo pelas Cidades Invisíveis que Marco Polo descreve a Kublai Kan¹ sobressai Maurília, a urbe em que os viajantes são instados a comparar a todo o instante a forma actual com a do passado, mostrado simultaneamente em postais ilustrados. Nessas imagens da cidade anterior, que os viajantes devem saber salientar e preferir à presente, sem deixar transparecer o desamor pelas alterações que tornaram Maurília no que é, contempla-se uma urbe cujo significado só passou a existir porque desapareceu. A nostalgia do que se perdeu, de um passado irremediavelmente irrecuperável, dá um sentido ao presente da grande metrópole que ela não tinha no momento em que os postais a fixaram.

No Couço, como em Maurília, persiste entre os militantes comunistas uma atitude indutiva face ao futuro, que se funda numa experiência anterior. Mesmo sob o abalo da queda do muro de Berlim, que soterrou alguns ideais nas práticas do poder e instalou a dúvida, o passado local, ou a construção que sobre ele é delineada, favorece o prefigurar do futuro e é essencial no delinear de projectos, destacando-se alguns indivíduos no processo de ancoragem da memória colectiva². O carácter operativo da memória converte-a num princípio incessantemente estruturado e com uma capacidade estruturante - distinta da noção de *habitus* definida por Pierre Bourdieu pelo seu carácter não completamente delineado, reconstruído a partir do passado com o conhecimento do presente, e respondendo à dialéctica entre passado e presente.

Os acontecimentos que pretendíamos que fossem lembrados haviam sido, durante muitos anos, de recordação interdita, remetidos para o perímetro doméstico ou para recintos de confiança grupal. Esta memória perigosa, a cuja enunciação se esquivavam perante estranhos, por razões de segurança, e cuja verbalização era escusada perante os outros elementos do grupo,

¹ V. Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*, Lisboa, Editorial Teorema, 2ª edição, 1994, pp.33-34.

² Essa memória sugere por vezes um presente alternativo - o que teria sido se um conjunto de acontecimentos houvessem ocorrido, e outros não tivessem sido desencadeados, aproximando-se da *ucronia*, termo aparentado a utopia, e que designa um não-tempo. V. Alessandro Portelli, “Uchronic dreams: working class memory and possible worlds”, *Oral History*, vol. 16, Outono, 1988, pp. 46-56.

ao integrar um conhecimento comum, ficara tolhida, e em certas entrevistas emergia como um ritual catártico³. Se, nos tempos que se seguiram ao golpe militar de 25 de Abril, transformado em movimento nas ruas, uma memória como a local foi absorvida pela nova ordem da Grande Tradição com intuítos de utilidade política - incorporando uma memória social, para utilizar o termo na linha de vários autores - a normalização posterior conduziu ao seu rechaçar, reenviando-a para a Pequena Tradição grupal.

Produto de um grupo, a memória colectiva detém um carácter estruturante, permitindo codificar e descodificar o passado e o presente, através da luta pela apropriação de um conjunto de símbolos. Recordar os momentos altos, épicos, de luta, não é reproduzir o conhecimento desses momentos mas antes construir um esquema que permita discernir e lembrar, descodificando um passado que fornece linhas de continuidade para o sentido da vida de um grupo local. Rememora-se como elemento de um colectivo, e o que dá sentido ao que se lembra, ao que se edifica quando se recorda, à compreensão do que se foi, é a experiência comum. A existência de códigos comuns permite o delinear de caminhos similares. Todos os inícios têm elementos de recordação, lembra Paul Connerton⁴, e os novos pontos de partida são alimentados de memórias do passado, mesmo quando se almeja o corte com ele.

A memória, a mais épica das faculdades para Walter Benjamin⁵, implica assim uma constante dialéctica entre o passado e o presente. No passado, dissipam-se as dúvidas, aquietam-se as incertezas, esbatem-se as inquietudes. A noção de continuidade, particularmente perseguida em momentos de turbulência, de mudança e de triunfo do efêmero, fornece uma armadura contra o esquecimento colectivo, que favorece as manipulações sobre o tempo passado. Atendendo a este enquadramento, parece paradoxal a associação entre a memória e a resistência, nomeadamente quando o objecto de estudo se reporta a movimentos colectivos, que visam pôr em causa a continuidade de um processo social. Tentar-se-à comprovar que a edificação de novas formas culturais⁶, retomando determinados elementos do passado, está na base dessa ligação. Essa arquitectura ergue-se pela paroquialização de elementos provenientes

³ As lágrimas acompanhavam muitos dos relatos e quando em várias ocasiões se propunha a suspensão da gravação, eram os entrevistados que a recusavam: “Deixe estar, faz-me bem”; “Sou assim mesmo, sou muito mole de sentimentos”; “É preciso que se fale para que os jovens não se esqueçam”. Frequentemente, o imperativo para contar o tempo passado era apontado como um dever para com o futuro, o que lembra o *dever de memória* de que o testemunho sobre o Holocausto nazi se reveste para Primo-Levi. V. Primo Levi *Le Devoir de Mémoire - Entretien avec Anna Bravo et Federico Cereja*, s/l, Mille et Une Nuits, 1995. É o mesmo Primo Levi que, na obra citada, refere que, quarenta anos passados sobre o horror que viveu, aquilo que recorda está profundamente ancorado no que foi escrevendo, e que passou a constituir uma memória artificial, resumindo-se o resto a alguns pormenores. V. Primo Levi, *Ob. cit.*, p. 22.

⁴ Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta, 1993, p. 7.

⁵ Cf. Walter Benjamin, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água, 1992, p. 43.

⁶ A acepção do conceito de *cultura de resistência* que se adoptará radica menos numa consciência determinada por uma estrutura estática, mas num campo contraditório, e cuja unidade resulta da trepidação de forças sociais eventualmente inconciliáveis.

do exterior e que são fixados facilmente no interior do amplo colectivo de trabalhadores rurais locais por razões que se prendem com a forte consciência de classe existente.

Quando o poder do Estado tenta impôr o esquecimento compulsivo das memórias colectivas, a passagem clandestina dessa mesma memória faz-se no seio de grupos restritos⁷. Foi assim, em Portugal, com os judeus perseguidos, como o foi, séculos depois, com os militantes oposicionistas, cuja avaliação do passado era distinta da que o Estado repressivo fazia, e reproduzia através das instituições unificadoras (escolas, polícias).

A produção de memórias narrativas informais, inter-corrigidas porque todos sabem tudo de cada um, é característica das comunidades⁸. Nestes espaços de forte controlo social, através do rumor e do mexerico, é permitido a cada um actualizar todos os dias a memória dos outros, que também o enquadra, e que corre em paralelo com a vida do país e do globo que lhes chega pelos *media*. Joaquim Pais de Brito detectou em Rio de Onor⁹ um efeito de retroacção de uma imagem positiva, que os meios eruditos nacionais passaram a fornecer da povoação, e que a faz desejar imitar essa versão de si, mantida inalterável. No Couço, ainda que opere entre os habitantes, reflecte uma imagem dicotómica, como dicotómica é a repartição social. Assim, enquanto os militantes do PCP tentam manter a reputação de «aldeia vermelha», veiculada pela comunicação social e pelos núcleos oposicionistas, aqueles que se distanciam desta opção política tentam demonstrar o desfazimento entre a realidade e a representação que é feita. A aplicabilidade do conceito de *comunidade* neste contexto exige a sua configuração a um colectivo de classe e não a sua projecção integral no universo local.

⁷ Sobre as estratégias utilizadas pelos grupos subjugados ou minoritários, a bibliografia publicada é variada: destaca-se o *International Yearbook of Oral History*, coordenado por Luisa Passerini, *Memory and Totalitarianism*, Oxford, Oxford University Press, 1992, com colaborações que acompanham as memórias judias sob o Holocausto, os oposicionistas na União Soviética, ou um grupo de mulheres anarquistas sob o franquismo. V. também F. Raphaël, “Le travail de la Mémoire et les Limites de l’Histoire Oral”, *Annales ESC*, Jan- Fev, 1980, pp.127-145.; Isabelle Bertaux-Wiame, “The life history approach to the study of internal migration”, in Daniel Bertaux (org.) *Biography and Society - The life History Approche in the Social Sciences*, London, Sage, 1981, pp. 249-265; Elmer Luchterhand e Norbert Wieland, “The focused life history in studying involvement in a genocidal situation in nazi Germany”, in Daniel Bertaux (org.) *Biography and Society - The life History Approche in the Social Sciences*, London, Sage, 1981, pp.267- 288; contributos variados de Alistair Thompson, Marinell Ash, Anna Bravo, Lilia Davite, Daniele Jalla, Bill Nasson, Alexandro Portelli, Elena Cabezali, Matilde Cuevas, Maria Teresa Chicote, inseridos na obra coordenada por Raphael Samuel e Paul Thompson (org.) *The myths we live by*, London, Roudledge, 1990.

⁸ Entendida por Augusto Comte como o habitat natural do Homem, a comunidade (*Gemeinschaft*), por oposição à sociedade (*Gesellschaft*) foi amplamente interrogada por Ferdinand Tönnies, que a caracterizava por três aspectos centrais -sangue, terra e memória - que conduziam a relações humanas íntimas e duradouras, assentes no lugar social que cada um ocupava, pelo *status*, pela imobilidade, pela moral sustentada pela família e pela cultura homogénea. O conceito de sociedade - grande escala, pessoal, contratual - era o inverso. Na sua explicitação por Robert Redfield, a noção de comunidade tem um conjunto de atributos que lhe conferem uma aplicabilidade desligada de um local: a comunidade é distinta em relação ao que a rodeia, tem forte auto-consciência, é pequena, homogénea e auto-suficiente. V. Ferdinand Tönnies, *Community and Association*, London, Routledge, 1955 [1ª ed. 1857]; v. também Robert Redfield, *Little Community*, Chicago, University of Chicago Press, 1989 [1ª ed. 1955].

⁹ Joaquim Pais de Brito, *Retrato de aldeia com espelho - Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996, *passim*.

O debate em torno do indivíduo como ser da História e, logo, marcado por ela, nas escolhas como nas representações que de si faz, percorreu ao longo deste século as ciências sociais e humanas em França. Maurice Halbwachs, o fundador da sociologia da memória e um dos elementos do primeiro quadro editorial dos *Annales*, antigo aluno de Bergson, de quem virá a tornar-se crítico feroz, renegando nomeadamente a existência de uma *memória pura*¹⁰ - na qual se registaria inteiramente o nosso passado, ainda que não evocável em todos os momentos - vai salientar a intersecção de memórias grupais como estruturante das escolhas do indivíduo, todavia sempre diluído e repartido nos vários agrupamentos de que faz parte. Se a noção de memória-hábito será retomado, já o apelo da *memória pura*, plano do espírito onde se conservariam todos os pormenores da nossa vida vivida, foi abandonado por imprestável às ciências sociais. A memória de cada um conta a *história* dos grupos que o edificaram, e narra igualmente *uma história*, que não remete para a passividade individual mas, como adiantaria Jean-Paul Sartre¹¹, para aquilo que cada um faz com o que consigo fizeram¹².

Halbwachs considera ser na sociedade que se encontram os elementos que habilitam à reconstrução do passado, e não numa galeria subterrânea em que tudo ficasse registado. Durkheimiano confesso, atribui a primazia ao domínio social, afirmando a sua independência face às consciências e às manifestações individuais¹³. São duas as obras fundamentais deste autor que ajudam ao delinear das questões que desencadeiam as *correntes de pensamento* deste trabalho: *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, de 1925, e *La Mémoire Collective*, póstuma¹⁴. Quatro pontos essenciais, na senda de Maurice Halbwachs, contaminam a presente abordagem: a relação entre o passado e o presente; os quadros sociais; a interpenetração entre a memória individual e a memória colectiva; a destriça e os cruzamentos entre a memória e a história.

Em primeiro lugar, e com carácter central, a dialéctica entre passado e presente, que é legível ao nível das elaborações sobre a memória: aquilo com que deparamos no momento presente é enquadrado pelas nossas recordações antigas, recordações essas que são adaptadas ao

¹⁰ V. Henri Bergson, *Matière et Mémoire*, Paris, PUF, 1991 [1ª ed. 1896].

¹¹ Jean Paul Sartre, *Critique de la Raison Dialectique*, Paris, Gallimard, 1985 [1ª ed. 1960]

¹² Na linha da proposta de Jean Paul Sartre, v. Isabelle Bertaux-Wiame, “Des formes et des usages. Histoires de famille”, *L’Homme et la Société*, Nouvelle Série, nº 90, 1988/9, pp. 25-35: entre uma história herdada e uma memória trabalhada, o caminho percorrido é coincidente com o sentido conferido a uma trajectória e à capacidade de agir sobre ela.

¹³ As contiguidades em relação às propostas de Émile Durkheim no que concerne ao facto social, nomeadamente em *As Regras do Método Sociológico* são evidentes: os factos sociais são exteriores às consciências individuais e detêm uma acção coerciva sobre essas mesmas consciências; não constituem fenómenos orgânicos, sendo antes representações e acções, e não são igualmente fenómenos psíquicos, já que a existência destes se limita à consciência individual. Cf. Emile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, 1980[1895], pp. 29-39.

¹⁴ Gérard Namer, no posfácio a Maurice Halbwachs, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994, aponta falhas à obra consultada, referindo explicitamente a omissão de páginas, de que se apercebeu quando lhe foi facultada a consulta ao espólio do autor. Ainda que preparasse uma reedição que colmatasse essas lacunas, não se dispôs dela para o presente trabalho. A edição utilizada é, assim, a de Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, 1968 [1950].

conjunto das nossas percepções actuais¹⁵. Lembramos porque não estamos sós, e porque, ainda que de forma algo divergente, podemos reconstruir um conjunto de memórias de forma a reconhecer o passado¹⁶. A ideia é levada a um ponto extremo no confronto entre memória histórica e memória colectiva: a recordação é essencialmente uma reconstituição do passado com a ajuda de dados pedidos de empréstimo ao presente e preparada por outras reconstituições feitas em épocas anteriores e das quais a imagem do passado já saíra alterada. O autor retoma temas como o do esquecimento por separação de um grupo, enfaticamente reincidindo na importância atribuída aos quadros sociais, e salientando a importância da existência de uma comunidade afectiva para que a rememoração tenha lugar.

Em segundo lugar, a importância dos quadros sociais. Os grupos em que os indivíduos se movem (família, classes sociais, agrupamentos religiosos, partidos políticos) permitem a esses mesmos indivíduos deterem um esquema comum de significações, ou seja, dominarem um mesmo código para evocar, gravar e localizar as suas memórias. Mesmo os acontecimentos só presenciados por um indivíduo estão inscritos nesse mapa colectivo de significações que dá o suporte à vida material e simbólica dos grupos. O que torna unhas as memórias é o facto de constituírem um conjunto de pensamentos, de representações comuns a um grupo, e não a contiguidade no tempo. São os quadros mentais com que os grupos equipam os indivíduos - assentes na materialidade, como na evanescência - que lhes permitem localizar determinados acontecimentos, e atribuir-lhes sentido.

Em terceiro lugar, a distinção entre memória individual e colectiva. Esta última retira a sua força da existência de uma comunidade afectiva, não sendo suficiente que os outros nos recordem para que nos lembremos de algo: só se reconstitui uma memória para a qual exista um pano de fundo comum, um cenário partilhado. A memória individual converte-nos em eco das interferências colectivas, e a complexidade dos nossos gostos e sentimentos é uma expressão da influência sofrida, com maior ou menor intensidade, a partir de grupos diversos e porventura

¹⁵Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta, 1993 [1989] elabora uma idêntica formulação, complementada por uma outra, que considera que as memórias do passado servem à legitimação de uma ordem presente. Também David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. xvii, afirma que o passado é um país estrangeiro cujos gostos são configurados pelos actuais, sendo as suas peculiaridades preservadas pela nossa própria conservação dos seus vestígios. Para o autor, desde os anos 70 que o presente é revisionista relativamente à memória e à História. O passado não é temido nem reverenciado, mas antes deglutido pelo presente em expansão. O passado é recriado com base nos valores e conhecimentos do presente, e consoante estes vão sendo alterados também a memória vai sendo reescrita.

¹⁶ Sobre o passado como *artefacto do presente*, v. David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, CUP, 1985, *passim*. Para Lowenthal, e retomando uma expressão de L. P. Hartley, o passado é um país estrangeiro com atributos configurados pelos gostos actuais e as suas peculiaridades são domesticadas pela forma como preservamos os seus vestígios. V. David Lowenthal, *ob. cit.*, p. xvii. O presente é apresentado como revivalista em relação à memória e à História, sendo o passado recriado com base nos valores e conhecimentos do presente. A memória constitui assim, uma reescritura, lembrando a imagem de um palimpsesto.

antagónicos¹⁷. Perante um mesmo acontecimento presenciado, pessoas distintas elaborarão *a posteriori* relatos diferenciados, que correspondem às histórias das suas vidas e à forma como vivem o momento. Para Halbwachs, a memória individual é função da colectiva e não pode existir na ausência daquela. A recordação, que constitui simultaneamente um reconhecimento e uma reconstrução, implica o grupo que lembra; a memória colectiva envolve memórias individuais mas não se confunde com elas. A unificação das memórias colectivas, grupais, por uma classe social, que Halbwachs alega já não ser possível, constitui em nosso entender, um desvio desnecessário em relação ao carácter das memórias colectivas. Gerard Namer, que sobrevaloriza esta temática, considerando que Halbwachs não enfatizou a diferença entre a unificação das memórias na constituição de uma sociedade e a unificação das recordações que integram uma memória¹⁸, traz à colação um elemento interessante: o da unificação exterior das memórias, e que não é o mesmo que a existência de uma memória comum. Instituições como a escolar, com o carácter normalizador que lhe subjaz, construindo uma identidade de acordo com os padrões definidos pelos regimes políticos, obrigam as memórias colectivas dos grupos minoritários a um carácter resistente na luta contra o apagamento. De facto, se o exemplo que utiliza esta autor é o da Inquisição, que através do atropelo e da coacção pretendeu edificar uma unidade memorial, as similitudes com processos como os vividos no Couço sob o regime salazarista suscitam um feixe de interrogações: que relação existe entre a memória comum grupal e a memória construída? Como se edificam e cruzam? Qual a relação da recordação individual, ou de restrita circulação familiar, e a memória integradora?

Finalmente, a distinção entre memória histórica e memória colectiva, que é estabelecida a dois níveis: por um lado, a memória colectiva integra uma *corrente de pensamento*¹⁹, dando conta de uma perpetuação, de um sentido de continuidade, que só retém do passado aquilo que está vivo ou que permanece na consciência dos grupos que conserva, e não ultrapassando os limites desse grupo. A memória histórica, expressa nomeadamente na forma de períodos, dá por isso mesmo um sentido de mudança e de quebra, de descontinuidade e renovação. Se, aparentemente, os grupos permanecem os mesmos, subsistem divisões exteriores, resultantes

¹⁷ A noção de *campo* em Pierre Bourdieu permite, numa forma sociológica mais recente, retomar esta ideia. Um *campo* descreve uma realidade relacional, composta por relações objectivas, e constitui em termos analíticos, uma rede, ou uma configuração de relações objectivas entre duas posições, posições essas que podem ser definidas objectivamente na sua existência e nas relações que impõem aos seus ocupantes, agentes e instituições, pela sua situação actual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder ou de capital cuja posse dirige o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, e ao mesmo tempo, por relações objectivas para com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Em sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído pelo conjunto destes microcosmos sociais relativamente autónomos, espaços de relações objectivas que constituem o lugar de uma lógica e duma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regem outros campos. V. Pierre Bourdieu, *Reponses*, Paris, Seuil, 1992, p. 72-3.

¹⁸ Gerard Namer, *Mémoire et société*, Paris, Meridien Klincksieck, 1987, p. 225.

¹⁹ Estas correntes de pensamento, que perpassam com vestígios do passado e da pluralidade, da infinidade de memórias colectivas, constituem uma forma de abordagem da questão da anomia, ao nível da memória. Cf. Gerard Namer, *Mémoire et société*, Paris, Meridien Klincksieck, 1987, p.14.

dos lugares e da natureza geral das sociedades. Mas, e a imagem é de Halbwachs, os conjuntos de homens que constituem o mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como dois troncos em contacto pelas suas extremidades mas que não se tornam a unir num só corpo²⁰. Assim, a memória colectiva permite que uma sociedade se mantenha, conferindo-lhe o sentido de unidade, escorando-a no que lhe facilita reapoderar-se das tradições, por forma a que as crises, os momentos liminares, sejam superados, recomeçando a partir do momento em que se deu a interrupção. A tradição, termo cuja profundidade não é explicitada, constitui o pano de fundo dessa mesma memória. Num segundo nível, considera Maurice Halbwachs que há tantas memórias colectivas quantos os grupos que os homens integram. A imagem usada pelo autor equipara o mundo histórico a um oceano em que vão confluir as histórias parciais. A história dá conta de um *quadro de mudanças*, que representa a fase final de um conjunto de transformações. A memória histórica é, assim, exterior aos grupos e o olhar que sobre estes emite vem de fora para dentro. A memória colectiva, pelo contrário, constitui um *quadro de semelhanças* - reflecte o olhar do grupo sobre si mesmo, que se observa com um sentido de continuidade que torna aparentes as alterações.

O conceito de memória social, que pode ser assemelhado às *correntes de pensamento* - de duração infinda e que nunca se cruzam - referidas por Maurice Halbwachs, ainda que o autor não tenha aprofundado a sua abordagem - tem sido sobrepujado por um conjunto de autores. Mas, como referem Fentress e Wickham, "*A memória social não é estável como informação; é-o ao nível dos significados partilhados e das experiências recordadas.*"²¹, ou seja, acrescentaríamos, pelas configurações das memórias colectivas. Esta memória social, uma espécie de realidade do passado que é transmitida sem chegar a ser completamente reconhecida pelos grupos, é assimilável pelo conceito de tradição, que confere sentido à vida das sociedades, sem lograr a sua sustentação por quaisquer grupos²². Na verdade, a definição de memória social como aquilo que resta de uma ou mais memórias colectivas passadas, quando a coesão ou o constrangimento do grupo se esfumaram²³, assemelha-a a um património comum aos diferentes grupos e que impregna, retransformada, as respectivas memórias colectivas. A visão de que a estruturação da memória é feita através da identidade dos grupos, convertendo os indivíduos em folhas em branco, impressas pelo seu lugar no seio de colectividades, merece ser debatida. Se, ao gosto durkheimiano, as consciências colectivas e as memórias colectivas, dão conta de um dos modos de interrogar a realidade como interiorização simbólica da inscrição espacial das práticas sociais, o indivíduo não constitui um mero autómato que absorve e reproduz a vontade colectiva interiorizada.

²⁰ Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, 1968, pp. 70-71.

²¹ James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994, p. 79

²² Cf. Gerard Namer, *Mémoire et société*, Paris, Meridien Klincksieck, 1987, p. 224.

²³ Gerard Namer, *Mémoire et Société*, Paris, Meridien Klincksieck, 1987, p. 24.

Retomando duas categorias do entendimento em Aristóteles a que Durkheim dava mais importância, Maurice Halbwachs vai analisar as relações entre a memória colectiva, o espaço e o tempo.

O tempo social, exterior, obedecendo às formas de medição normalizadas, não coincide necessariamente com a percepção do que é vivido. A uniformidade do tempo²⁴ é constrangedora, e a sua homogeneidade conferir-lhe-ia uma face lisa na qual seria impossível inscrever quaisquer recordações. A distinção entre *tempo universal*²⁵ e *tempo histórico*, em que este último recobre só alguns grupos e justapõe memórias parciais, é particularmente pertinente. Mais do que um acontecimento, são as suas repercussões que são retidas na memória, na região do espaço a que venham a propagar-se. As durações colectivas são múltiplas, tantas quantos os grupos e cada grupo não pode servir-se inteiramente do calendário dos outros, ainda que as normalizações tornem o tempo abstracto passível de utilização grupal. A compreensão e a representação do tempo é feita pelos diferentes grupos sociais de formas variadas. Como refere Gerard Namer, a memória da mudança é geralmente uma memória feliz; todavia, quando esta memória da mudança está associada a traumatismos de grande envergadura nas vidas pessoais, como sucede com os acontecimentos entre 1958 e 1962 no Couço, essa bem-aventurança é relativa. Os acontecimentos de luta, ainda que inseridos num tempo linear, integram uma duração no seio da memória colectiva que os insere, ainda que como rupturas, no tempo cíclico dos quotidianos dos resistentes locais.

Atendendo ao papel desempenhado pelo Partido Comunista Português em termos organizativos e afectivos, no Couço, a memória comum das lutas desenvolvidas é quase coincidente com a memória colectiva. A dimensão diacrónica assenta no facto de que todas as sociedades detêm um lugar na História que determina a utilização de uma grelha teórica que privilegie a diacronia. Karl Marx, numa célebre frase retomada por Claude Lévi-Strauss²⁶, defende que os homens fazem a sua história, ainda que não escolham as condições em que esta se desenrola, por eles herdadas e transmitidas do passado²⁷, justificando pelo primeiro termo a existência de uma disciplina histórica, e pelo segundo a Antropologia, que se debruça sobre o escondido, o invisível, perscrutando o que não é explicável exclusivamente à luz dos factos em presença.

²⁴ Sobre o carácter temporal da experiência humana, como envolvimento último quer da identidade estrutural da função narrativa, quer da exigência de verdade de qualquer narração, v. Paul Ricoeur, *Temps et Récit*, tome I, Paris, Seuil.

²⁵ Françoise Zonabend, no seu trabalho sobre Minot, *La Mémoire Longue*, Paris, PUF, 1980, p. 9 refere o tempo contínuo e homogéneo que aparentemente é vivido na aldeia, repartido em dias, meses e anos, balizado na data todos os dias escrita pelo professor no quadro da escola.

²⁶ Claude Lévi-Strauss, *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975, p. 39 [1ª ed. francesa 1957].

²⁷ Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Lisboa, Editora Vento de Leste, 1975, p. 17 [1ª ed. 1869, depois de ter sido publicado no primeiro número de uma revista, *Die Revolution*, em 1852]

Nos momentos associados à mudança, os mecanismos da memória colectiva apresentam duas modalidades: uma, que se reporta à situação anterior, outra, que se destaca, e que é iniciada por uma modificação da memória. Um aspecto que ressalta da memória colectiva que é edificada em torno de um momento de transformação, está associado à expectativa da mudança, ou seja, em termos de acção, aos mecanismos utilizados para provocar essa modificação. As alterações que, numa primeira análise, são tidas como incipientes, acumuladas, constituem o motor das transformações. A memória de uma aceleração histórica é, assim, uma memória do projecto contínuo do grupo como tal, e que se opõe à memória da tradição, todavia incorporada, ainda que sob nova configuração. Halbwachs permite-nos olhar para estas duas perspectivas: a memória que Gerard Namer denomina *prospectiva* indica o caminho que pode ser percorrido; todavia, esta alicerça-se numa memória *retrospectiva*²⁸, que confere sentido ao que há a fazer, pelo percurso que já foi palmilhado. O sentido, com a duplicidade polissémica do termo na língua portuguesa, dá significado, e confere orientação. Compreende-se assim melhor o carácter estruturante que o acto de rememoração assume. Neste trabalho de edificação mental em torno do tempo, é sobretudo interessante, no caso estudado, a percepção da mudança acelerada e do progresso.

Minot, no Chatillonnais, foi o laboratório de Françoise Zonabend para estudar as memórias que mudam: a memória longa²⁹ dos factos da história local, a memória curta da História dos outros, a memória densa do parentesco. O tempo, central nesta análise, conduz a que o passado persista através de certos gestos fundamentais: a troca, a solidariedade, o culto dos mortos. Ali, a memória colectiva opera num movimento cíclico que tende a renovar a permanência, a salientar o que não muda, edificando assim uma duração. Do passado, visto sempre como idêntico, são apagados os solavancos da História, e o tempo presente, desordenado, incoerente e confuso é reconstruído em função do transacto, mais estável e desordenado. Esse “tempo fora do alcance do tempo”³⁰, é vivido além do desenrolar linear e contínuo. Ainda que na aldeia não se ignore a História, só se recorre a ela se necessário: o tempo dos homens não é feito só de História e, como notou Halbwachs, há uma multiplicidade de tempos sociais³¹. O tempo familiar serve para pensar o homem social, aquele que é, antes de mais, um parente. A *histoire événementielle* não surge como suporte do tempo individual, e

²⁸ Gerard Namer, *Mémoire et Société*, Paris, Meridien Klincksieck, 1987, p. 136-7. Refere o autor que a memória retrospectiva constitui uma forma identitária do grupo apesar da mudança que possa vir a sofrer. Por outro lado, a memória prospectiva é uma memória da diversidade, apesar da esperança numa alteração prevista.

²⁹ Esta memória longa, no que concerne ao parentesco, apresenta duas formas narrativas: uma, em torno da linhagem; outra, centrada na vida de cada um. Em qualquer dos casos, as amnésias são significativas, e as ausências e silêncios têm conteúdos explícitos: o ramo familiar de que não se fala, é aquele de que o indivíduo deseja demarcar-se. V. Isabelle Bertaux-Wiame, “Des formes et des usages. Histoires de famille”, *L’Homme et la Société*, Nouvelle Série, n° 90, 1988/9, pp. 25-35.

³⁰ Françoise Zonabend, *ob. cit.*, p. 222

³¹ Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, 1968, p. 101.

também não se enquadra no da colectividade, ambos recobertos por ritmos próprios. Ainda que Minot tenha cicatrizes da 2ª Guerra Mundial, os traços da história do acontecimento não vincaram na marcação do tempo a vida de cada um e da comunidade. Minot não foi, todavia, em termos da guerra de 1939-45, um centro irradiador, e é legítimo que levantemos a dúvida sobre o peso real do acontecimento na vida dos seus habitantes³².

Em Minot, o parentesco funda a sociedade, e constitui um capital simbólico-genealógico dos grupos: os “egrégios avós”, antepassados cujo prestígio se herda, engendram a força das relações de grupo³³. Toca principalmente esta autora toda a ausência de referência a acontecimentos históricos que hajam marcado uma época: a Segunda Guerra Mundial nunca é usada para balizar as etapas de uma biografia. A memória colectiva não reteve esses momentos históricos para ordenar o tempo da comunidade, e são também omitidos na organização do tempo da vida individual. As recordações de certos acontecimentos, como a ocupação alemã, não são apagadas, mas antes protegidas por um segredo colectivo difícil de forçar. A memória de certos acontecimentos históricos é actualizada em certas circunstâncias (por exemplo, nas eleições), mas essa história do acontecimento não surge nunca como o suporte do tempo individual, e não enquadra também o da colectividade.

Os momentos através dos quais os indivíduos reconstituem o tempo da sua vida individual são repescados nos ritos de passagem (nascimento, comunhão, casamento, morte); é através deles que memorizam e organizam as respectivas biografias. O tempo do vivido é marcado pela ritualidade e pelos momentos de crise que servem ao enquadramento da memória individual. A História da aldeia é revista através de um filtro familiar, e o tempo da família organiza o da História; os acontecimentos são memorizados através das datas que balizam o ciclo familiar e que constituem as tramas das genealogias. O eixo biográfico confina a História

³² Um exemplo apontado por Paul Connerton, e retirado da obra de Carlo Levi *Cristo parou em Eboli* é particularmente elucidativo neste domínio. Os habitantes de Eboli, povoação para a qual Carlo Levi fora exilado em 1935, haviam sido particularmente martirizados pela 1ª Grande Guerra, que não poupou nenhuma família. Em detrimento da placa memorial, com os quase cinquenta nomes de mortos, o primeiro conflito mundial não era mencionado pelos seus habitantes, apesar dos sofrimentos que certamente acarretara e das marcas que deixara. De forma enfática, referiam todavia os actos de bandoleirismo de meados do século XIX, ainda que estes houvessem terminado em 1865 e que nenhum dos vivos os houvesse presenciado. Em vários locais, na aldeia e nos arredores, a toponímia marcava os nomes e as acções dos salteadores, contra o exército e o governo, e era frequente que nas conversas do quotidiano os episódios ocorridos há várias décadas fossem lembrados, enquanto que a Primeira Guerra Mundial, bem mais próxima no tempo, era desvalorizada e remetida para a amnésia. Os primeiros acontecimentos integravam a memória local, os segundos não. V. Paul Connerton, *ob. cit.*, p. 25.

³³ Sobre a memória familiar burguesa, que se “*alimenta de retratos, móveis e objectos diversos*”, v. Beatrix Le Wita, “Mémoire: l’avenir du présent”, *Terrain*, nº 4, Março, 1985, pp. 15-26; sobre a relação da história de vida com a história de família, v. Daniel Bertaux e Isabelle Bertaux-Wiame, “Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations”, *Life Stories/Recits de Vie*, nº 4, 1988, pp. 8-25. V. também Isabelle Bertaux-Wiame, “Des formes et des usages. Histoires de famille”, *L’Homme et la Société*, Nouvelle Série, nº 90, 1988/9, pp. 25-35. Para esta autora, são as condições presentes de vida que determinam a referência ao passado da família; o relato é sempre uma construção a partir de elementos retidos na memória pela história da família, organizados através de um esquema em que estão presentes as interrogações do presente ao passado.

dos acontecimentos, selecciona e ordena as recordações. Cada família adopta o seu próprio calendário, com ritmos particulares, sendo as estações utilizadas para demarcar uma memória curta do tempo: *a ordem do parentesco organiza a memória do tempo*³⁴. No caso do Couço, ainda que objectivamente seja o contrário, e tenha sido primacialmente o tempo da História que tenha produzido as crises da vida individual, é todavia principalmente a partir destas que aquele é lembrado.

Quanto ao espaço, como reflecte Françoise Zonabend para a comunidade francesa por si estudada, serve ao pensar do tempo, cria uma duração própria em que o grupo se encontra semelhante a si próprio na constância material que o rodeia. Mais, cada grupo inscreve-se num lugar que constitui um princípio de diferenciação social, em que é igualmente possível distinguir o espaço físico do social, este último transformado pelas práticas do grupo humano, ou seja, nesta diferenciação dando conta de uma outra, mais profunda, entre natureza e cultura: para Maurice Halwachs, não há cultura que não se fixe na natureza, nela se inscreva ou seja limitada, mas não há igualmente natureza que não se culturalize, através das instituições, das representações e dos valores sociais.

A memória institui formas de expressão, frequentemente em redundância com a materialidade do que é contado ou com a ciclicidade celebrativa. Para que exista memória colectiva, ela tem de ser transmitida e para tal, tem primeiro de ser articulada, não necessariamente na forma discursiva. O ritual e a construção memorial são outras formas de transmissão articulada. A história contada é *“uma espécie de contentor natural da memória, uma maneira de sequenciar um conjunto de imagens, através de conexões lógicas e semânticas.”*³⁵

A partilha das recordações, sempre realizada no seio de um grupo social para que é relevante, põe em jogo não só a memória de um património linguístico comum, como o actualiza através da comunicação. A dicotomia entre escrita e oralidade não é completamente relevante, na medida em que na sociedade actual e nomeadamente no grupo alvo deste estudo, não há uma superação da oralidade pela escrita: escreve-se e fala-se, e comunica-se pelos dois veículos.

A memória constitui, assim, um campo de sentidos, partilhando o grupo o código que permite aceder à sua decifração. Nesta via, é mais facilmente perceptível a assunção do seu carácter colectivo. Ainda que haja uma língua unificadora, um corpo de regras e gramática que tornam perceptível a mensagem emitida dentro de um contexto (o português, no caso), há idiomas cuja compreensão plena e penetração total requer a partilha grupal de sentidos. Assim, para aceder aos referentes e aos significados da memória colectiva, em sentido pleno, é

³⁴ Françoise Zonabend, *ob. cit.*, p. 304.

³⁵ James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social - Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994 [1992], p. 69.

necessário ser um elemento do grupo. A memória colectiva pressupõe um discurso de alteridade, em que a posse de uma história que não se partilha confere identidade ao grupo³⁶. O campo de sentidos pode então emergir, tanto em termos do significado do rememorado, como da orientação que é conferida às vidas, expressa na polissemia da expressão. Ou seja, o retorno ao passado constitui uma forma de ordenar o futuro, e a reconstituição de um sistema de sentidos traduz, no caso da memória resistente, uma recusa dos padrões sociais de dominação. Em cada momento, e mercê quer da descontinuidade biológica, quer de cortes ou ausências, a memória, como um palimpsesto, é incessantemente impressa, apagada, reescrita, ainda que o passado seja representado pelos indivíduos como um tempo estável.

Françoise Zonabend refere que em Minot o futuro parece não existir:

*“A memória colectiva trabalha segundo um movimento cíclico que tende constantemente a renovar a permanência, a recriar o imutável, o imemorial, e a fundar dessa maneira, a sua própria duração. Uma duração imóvel, como se para continuar a existir idêntica a ela própria, a comunidade tivesse necessidade de se apoiar num passado sempre idêntico, onde se apagam os solavancos da História, as peripécias da modernidade. O presente, tempo desordenado, incoerente, confuso, é reconstruído em função do passado, tempo persistente, estável, ordenado: um tempo fora do alcance do Tempo”*³⁷

O esforço para conferir sentido ao passado e ao presente pela edificação de uma memória, que não transmite o momento mas antes a leitura trabalhada pelo tempo e pelas conjunturas sobre esse momento³⁸, conduz, no caso do Couço à emergência de interpretações dos acontecimentos aqui abordados sempre centradas nas relações de classe, com uma demarcação clara entre *eles* e *nós*, que engloba no primeiro grupo os detentores da propriedade, a que se juntam os rendeiros que exploram grandes quantidades de terras dos proprietários absentistas.

Essa memória que reflecte as subjectividades de classe, mantém-se viva ainda que os quadros sociais se tenham alterado, devido ao que Gerard Namer designa por *experiência das noções colectivas de referência*³⁹. É responsável pelo recurso, em termos de linguagem, à utilização do pronome *nós*, para referir os elementos do colectivo. Transmite a ideia de que o relatado integra uma experiência partilhada, que não se esteve isolado nos acontecimentos

³⁶ Cf. Françoise Zonabend, *ob. cit.*, p. 310.

³⁷ Françoise Zonabend, *ob. cit.*, p. 222.

³⁸ Esta dialéctica entre o passado e o presente é fulcral, como foi referido, na obra de Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, p. 1: “*Si ce que nous voyons aujourd’hui vient prendre place dans le cadre de nos souvenirs anciens, inversement ces souvenirs s’adaptent à l’ensemble de nos perceptions actuelles. Tout se passe comme si nous confrontons plusieurs témoignages. C’est parce qu’ils s’accordent pour l’essentiel, malgré certaines divergences, que nous pouvons reconstruire un ensemble de souvenirs de façon à le reconnaître.*”

³⁹ Gerard Namer, *ob. cit.* p. 74.

contados, resultantes duma acção de grupo. Como refere Paul Connerton, o pronome reforça o sentimento de solidariedade, por oposição a *eles*.

Estudar a memória de acontecimentos marcantes é abordar os actos de transferência dessa mesma memória, que permitirão aos vindouros recordar: a repetição, a gravação em suportes estáveis (livros, pedra), e as práticas comemorativas merecem um tratamento especial. Com a redundância de que se revestem, revelam e propiciam revisões da memória pelos indivíduos, facultando-lhes apoio e orientação na acção, mesmo quando distorcem os acontecimentos. Se os suportes de transmissão da memória passam hoje, de forma acelerada e carregada, pela informação inserida em redes globalizantes, no Couço, uma parte substancial da memória que enforma a cultura de resistência continua a contar com a oralidade, com a conversa, os encontros organizados ou ao acaso. A comunicação social, pelo tratamento frequentemente preconceituoso dos temas da resistência, é alvo de desconfiança, e entendida como desnecessária à reprodução da memória colectiva⁴⁰. Resta uma interrogação sobre a capacidade de resistência ao que Gramsci denominou *hegemonia cultural*, com as formas invasivas e insistentes de que se vêm revestindo as linguagens de persuasão.

Durante muito tempo, os investigadores sociais olharam para as sociedades centrando-se no que nestas existia de duradouro. Não escaparíamos a este inconveniente, atendendo à importância aqui conferida à memória colectiva, não fora o enfoque pretendido: a memória entendida como acção e associada a momentos de forte turbulência e mudança. Os movimentos colectivos oferecem uma boa ocasião para estudar a memória, por transportarem consigo a interferência mas igualmente a ruptura com o passado, e permitirem ler a continuidade, o ajustamento e a adaptação. Mais, por se tratar de momentos de fricção e aceleração da História, os vincos perduram na memória colectiva, frequentemente, até que outro grande acontecimento os supere, ou conduza a uma outra leitura. A história oral, com uma metodologia que vem sendo aperfeiçoada, permite aceder ao dinamismo dos sistemas sociais, sem deixar enredar-se nos mitos de harmonia e estabilidade sociais.

A preocupação com as continuidades sociais, com os processos de reprodução no seio de uma sociedade, implica uma deslocação em relação ao estruturo-funcionalismo, que salientava a coesão, a cooperação, a harmonia e a solidariedade, esbatendo - ou conferindo importância excepcional e ritual - o conflito, com o que lhe subjaz de coerção, dissensão e mudança. As sociedades prolongam-se no tempo, mas a memória é narrativa em relação aos momentos de corte, com a adequação às novas situações. O modelo que enfatizava a coesão e a harmonia dos sistemas sociais, desvalorizando ou omitindo a existência de divergências entre o capital e o trabalho, entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, entre um regime político ditatorial e os meios da oposição, conheceu seguidores na antropologia, o que confirma

⁴⁰Não se inclui neste domínio de desconfiança a imprensa partidária. O *Avante!* dedica, esporadicamente, artigos ao Couço, da responsabilidade dum jornalista do semanário, natural de Santa Justa.

a asserção de Claude Lévi-Strauss sobre a tendência dos antropólogos a serem críticos da sua realidade e demasiado complacentes com a que edificam como objecto de estudo. Este centrar nos consensos não se estranha, se tivermos em conta que, até à década de 50, grande parte da Antropologia se concentrava em terrenos exóticos, frequentemente coloniais, era financiada pelos poderes que a entendiam ao seu serviço, e não tinha de debater-se com um conjunto de questões que não se compadecem com os sistemas sociais ideais de sociedades imaculadas que eram descritos.

Numa veneração de uma velha ordem que prolongava o saudosismo romântico, o estruturo-funcionalismo, como reacção às alterações de poder da sociedade agrária e industrial da burguesia a favor dos trabalhadores, dos povos nativos e dos subjugados, salientava de forma tautológica o *status quo*, privilegiando o equilíbrio e a harmonia. Quando a transferência para os contextos europeus se dá, com a conseqüente alteração do objecto, a adequação foi dolorosa⁴¹, e a consideração de que as instituições que compõem uma cultura contribuem, pelo seu equilíbrio, para a perpetuação das comunidades, arredaria uma abordagem diacrónica que reflectisse as mudanças qualitativas. Mesmo quando o objecto se localizava dentro de um Estado, em relação ao qual constituía uma *sociedade parcial com cultura parcial*⁴², a abordagem historiográfica ficava frequentemente distanciada.

A desigualdade é ubíqua e, assim sendo, os indícios de mudança aparecem em todas as sociedades. O equilíbrio social é momentâneo, pois o movimento e a mudança são inerentes às relações sociais⁴³. Dificilmente se poderão abordar comunidades rurais, impregnadas pela *Grande Tradição* estatal e centralizadora, sem recorrer a uma perspectiva que tenha em linha de conta os antecedentes numa dada situação registada na actualidade, comumente designado *presente etnográfico*. Se assim foi com as primeiras monografias escritas sobre o Mediterrâneo, a-temporais e centradas no presente, os erros foram percebidos e a incorporação da diacronia tornou-se obrigatória. A questão do *presente etnográfico* de uma pesquisa, que nas formas que conjugam a diacronia a sincronia aparece subsumida, será relevante ainda? Note-se que a

⁴¹ Um dos exemplos paradigmáticos é dado pela monografia publicada em 1954 por Julian Pitt-Rivers, *The People of the Sierra*, Londres, Weidenfeld and Nicholson, a primeira obra de antropologia social sobre Espanha, que mostra ainda um objecto a-histórico, e alvo de um tratamento similar ao que os antropólogos utilizavam entre os designados “primitivos”, menosprezando as fontes locais e escritas e restringindo o valor das distinções de classe em Alcalá de la Sierra. Não se nega, obviamente, o seu pioneirismo, nem o trazer à liça um conjunto de temas da posteriormente muito contestada “área mediterrânica”, como a honra e a vergonha, o compadrio, a hospitalidade ou a ritualidade. Algumas das temáticas que introduziu mantêm ainda notável vigor: as tensões entre o nível local e o do Estado, as mediações ou o entrelaçamento de relações sociais. V. Julian Pitt-Rivers, *Un pueblo de la sierra: Grazelema*, Madrid, Aliança Editorial, 1989.

⁴² V. A. L. Kroeber, *Anthropology*, New York, Harcourt, Brace & Co, 1948, cit. por Robert Redfield, *Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, 1989, *passim* [1ª ed. 1956].

⁴³ Reagindo aos estudos sobre a resistência e a mudança social, Michael F. Brown considera que passou a haver uma monoglossia na antropologia, que a desviou de temas como a vida social, a cooperação, ou a reciprocidade, fazendo-a privilegiar o conflito e o poder. V. Michael F. Brown, “On Resisting Resistance”, *American Anthropologist*, 98, 1996, pp: 729-749.

combinação da Etnografia com a História permite aplicar modelos processuais à arquitectura do estudo de uma comunidade ou de qualquer unidade social. A noção de *processo*, que recobre a continuidade, os solavancos, a mudança, parece mais eficaz. Um modelo processual presume uma incorporação de uma visão temporal, particularmente adequada a um objecto como o que aqui se aborda.

As designadas *sociedades complexas*⁴⁴, inseridas num Estado, que articula múltiplas sub-populações, abrangem nomeadamente o mundo rural. A ligação entre as sociedades parciais, e nomeadamente os microcosmos locais e a sociedade envolvente, negando o carácter de isolamento, remete para uma análise cuidada das mediações e da interferência entre os níveis local e nacional. A noção de *rede social*, como conjunto de interacções que forma um ambiente social, constitui um objecto de análise inestimável na compreensão das transacções entre os referidos níveis, bem como no plano local. Esta rede é em parte inata, e parcialmente adquirida⁴⁵, e o investimento posto pelos indivíduos na sua manutenção confere-lhes em algumas situações a capacidade de empreendedores, imbuídos de possibilidades manipulatórias, tanto mais eficazes quanto maiores forem os interstícios da tessitura estatal. A compreensão das ligações dos indivíduos, das redes e das sociedades exige uma abordagem das estratégias individuais mas também das formas de acção colectiva. Segundo a formulação redfieldiana, o binómio Pequena Tradição/Grande Tradição caracterizava-se por um fluxo de influências substancialmente maior da Grande para a Pequena Tradição do que no sentido inverso. Todavia, a forma como os indivíduos de pequenas comunidades manobram no sentido de conseguir os seus fins, transformando-se em simultâneo em objecto da estratégia de outros, introduz cambiantes nesta formulação.

A ambiguidade das sociedades rurais, mercê das transacções que estabelecem com a sociedade envolvente, oferece um meio privilegiado para estudar as relações de mediação, particularmente em momentos em que o conflito com elementos do aparelho do Estado seja evidente. As comunidades locais têm de ser inseridas numa escala mais ampla, pois as conexões com o que as envolve são evidentes. *A teoria do sistema-mundo*, que se deve a Wallerstein⁴⁶,

⁴⁴ Esta designação deixa subentendido que as sociedades primitivas, ou *frias*, seriam mais simples do que as que se enquadravam num Estado, e era suposto fruírem de um nível tecnológico superior, sendo *quentes*.

⁴⁵ Cf. Jeremy Boissevain, *Friends of Friends - Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1974. Esta obra concentra-se na forma como as relações interpessoais estão estruturadas e influenciadas, na maneira como os indivíduos, entendidos como empreendedores sociais, tentam manipular os laços para alcançar objectivos e resolver problemas, bem como na organização e dinamismo postos em prática nas coligações que constituem para atingir os seus fins.

⁴⁶ V. Immanuel Wallerstein, *El moderno sistema mundial I - la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1979 [1ª ed. inglesa de 1974]. Destaque para a introdução, sobre o estudo da mudança social, *ob. cit.*, pp. 7-18. V. também Immanuel Wallerstein, *El moderno sistema mundial II - El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1984 [1ª ed. inglesa 1980]. A expansão capitalista provocou uma diferenciação em três tipos de sociedade: umas, as do centro, com estados fortes, uma classe capitalista desenvolvida e uma classe assalariada de grande número, especializou-se na

que demonstra o envolvimento de todo o globo desde o século XVI devido às redes de comércio - a economia mundial - obriga a um entendimento do todo, constituído pelas sociedades do centro, da periferia e da semi-periferia, nas suas relações. Para Wallerstein, a mudança social tem de ser entendida integrando o sector em que se verifica dentro de um sistema e compreendendo quer a inter-relação dos diferentes tipos de sociedade, quer os agentes de mudança - como o mercado ou as classes. Este desafio, para os antropólogos que se habituaram a trabalhar com sociedades de pequena escala, é colocado no plano da transformação do próprio conhecimento antropológico. Quando as questões que se associam à globalização emergem com acuidade, as alterações ao nível do tecido social colocam ao conhecimento antropológico o debate acerca da importância do próprio contexto como fundamento epistemológico desse conhecimento⁴⁷. A relação entre a assunção universal e os paradigmas específicos, que remete para a escala do objecto estudado⁴⁸, é particularmente ilustrada na epígrafe escolhida para a obra editada por Marilyn Strathern: os antropólogos têm sido criticados pela sua preocupação com as culturas pequenas e distantes; mas faria diferença se o objecto fosse grande e próximo?

O nível local, apesar das questões que a globalização faz emergir, não desapareceu, continuando os indivíduos inseridos em redes de relações pessoais, em famílias, em partidos. A percepção de que esse nível constitui um fragmento de um todo⁴⁹, reenvia para as transacções entre esses planos. O local globaliza-se em momentos específicos, pelo impacte eventualmente conferido nos *media*, pela recriação na ficção, pela edificação como objecto etnográfico, e torna-se alvo de interesse no exterior. O efeito de retroacção dessa globalização, que age sobre a

produção e na distribuição de tipo industrial, em estreita relação com os outros dois tipos de sociedade. As sociedades de periferia, com estados fracos, grande dimensão de campesinato, produzem matérias-primas e estão dependentes das primeiras. Entre ambas, a semi-periferia, embebida das duas, assemelhando-se às do primeiro tipo, em queda, ou às do segundo, em ascensão.

⁴⁷ Sobre esta questão, ver a obra editada por Marilyn Strathern, e com contributos variados, *Shifting Contexts - Transformations in Anthropological Knowledge*, London, Routledge, 1995. Sobre a descontextualização, associada à reorganização do espaço e do tempo, que transforma a natureza e o conteúdo da vida quotidiana, ver também Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 1994 [1ª ed. inglesa 1991]. Para Giddens, a modernidade, como ordem pós-tradicional não assistiu à emergência de certezas no conhecimento racional, que substituíssem a tradição e o hábito, em queda. A globalização, com a interacção da presença e da ausência, conduziu a um entrelaçamento dos eventos locais distantes com as contextualidades locais, e tem de ser entendida como um processo dialéctico. Ver igualmente, numa obra posterior, Anthony Giddens, *As consequências da modernidade*, Lisboa, Celta, 1996 [1ª ed. inglesa 1992], a abordagem da descontextualização como desinserção das relações sociais dos contextos locais de interacção, através de dois tipos de mecanismos: a criação de garantias simbólicas e o estabelecimento de sistemas periciais.

⁴⁸ Sobre a questão da escala, ver Richard Werbner “Human rights and moral knowledge: arguments of accountability in Zimbabwe” in Marilyn Strathern (ed.) *Shifting Contexts - Transformations in Anthropological Knowledge*, London, Routledge, 1995, pp. 99-116.

⁴⁹ Robert Redfield, *Peasant Society and Culture*, 1956, *passim*, salientava que a rede social, o mercado e a paróquia constituíam as três formas de contacto entre as sociedades parciais camponesas e o universo envolvente. A percepção de que o contacto dos microcosmos locais com aquilo que os envolve ganhou novas dimensões, não deve obscurecer o contributo da formulação redfieldiana, ainda que esta escamoteie a dimensão diacrónica.

identidade restrita, está, em termos da etnografia sobre Portugal, ilustrado na obra de Joaquim Pais de Brito sobre Rio de Onor⁵⁰.

Se o problema da escala se levanta ao nível do contexto, a conexão com o tempo insere o que é novo e actual numa gradação que parte do velho, ou seja, introduz um novo espectro de valores que conduz a uma reavaliação dos fenómenos - como Halbwachs adiantava. A memória permite a ligação entre a História e a biografia, dentro de uma sociedade, integrando no teatro alargado da narrativa do mundo, o significado dos fenómenos para os indivíduos que os vivem⁵¹.

2. 1. *Contar a vida: o significante, o significado e o referente*

“Uma história não tem princípio nem fim: escolhemos arbitrariamente um momento da experiência, de onde olhar para trás, ou olhar para diante.”

Graham Greene

Numa carta a Bloch datada de Setembro de 1890, Friedrich Engels lembra que a História tem como resultado final um conflito de vontades entre indivíduos, cada um dos quais se tornou no que é mercê de um conjunto de condições particulares da vida. A História resulta, então, desses múltiplos cruzamentos de forças, cuja síntese é o acontecimento⁵². Apropriadamente, na abordagem de um conjunto de eventos que se pretende aqui desenvolver, escolheu-se a construção de histórias de vida, com base nos relatos recolhidos, como a forma adequada à compreensão do objecto. A análise da mudança social acelerada beneficiará se nela

⁵⁰ V. Joaquim Pais de Brito, *Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996. O designado “efeito Rio de Onor” constitui um espelho onde se reflete a imagem projectada pelo livro escrito por Jorge Dias no início dos anos 50 na aldeia, ela própria padecendo de uma “*biografia excessiva*”, e assenta numa imagem constituída pela obra escrita e veiculada em círculos eruditos, posteriormente devolvida à aldeia que lhe sofre os efeitos estruturantes e que a erige em capital simbólico local. A identidade aldeã baseia-se num retrato em que já está incorporada a imagem fundadora de *Rio de Onor - Comunitarismo Agro-pastoril*. Constitui um processo de produção e incorporação local de imagens e representações com soluções práticas. Uma prova evidente deste efeito de espelho, com as vantagens materiais e simbólicas da imagem aí reflectida está patente na interpelação de um vizinho, numa reunião do Conselho em Agosto de 1977: “«escutai! para quem vier de fora nós somos como éramos e a aldeia está como sempre foi, como vem no livro!»”(ob. cit.,p.87). A cristalização de uma forma, ideologicamente estruturante, cujos benefícios materiais e simbólicos são fruídos pela comunidade (e a investigação de Joaquim Pais de Brito é exemplar na forma quase hiperbólica como anota os fundos, melhoramentos e vantagens diversos que a povoação soube grangear, capitalizando a referida imagem) remete também para a teia de relações entre a Pequena e a Grande Tradição.

⁵¹ V. Charles Wright Mills, *L’imagination sociologique*, Paris, La Découverte, 1997, p.7. Este clássico, que se mantém sem uma ruga, na opinião do editor francês, sustenta a ideia de que só quando o indivíduo se situa no seu tempo é que pode pensar a sua experiência e construir o seu futuro. Na abordagem dos fenómenos sociológicos confere destaque às estruturas, aos processos e aos indivíduos, que estão no cerne das questões a que a sociologia deve tentar responder.

⁵² Cit. por Paul Thompson, “Historias de vida en el análisis de cambio social”, in José Miguel Marinas e Cristina Santamarina (eds.) *La Historia Oral: métodos y experiencias*, Barcelona, Debate, s/d, p. 79.

se incorporar o papel da acção individual, compreendida através do desenrolar da existência de um conjunto de elementos envolvidos nas lutas entre 1958 e 1962 no Couço.

Num trabalho deste tipo fica muito claro que o caminho da História, se é marcado a grosso pelos momentos de mudança acelerada que predispõem à heroicidade, envolve a capilaridade de múltiplos quotidianos que delineiam as relações e estão marcados por experiências de anonimato. Optar pela história oral, complementada por um trabalho de campo de 14 meses de permanência no local, ainda que não signifique tornar irrelevante o acontecimento - como se notará - é enquadrar esse acontecimento na vida quotidiana, questionar o seu significado como marco das existências individuais, e sobretudo, afirmar que o presente também é parte da História. As unidades deste trabalho são as vidas dos militantes que constituem o colectivo local comunista com protagonismo na insurgência continuada no período referido. Esses indivíduos constituem os elos de uma corrente, com múltiplas ligações, que frequentemente fazem esbater a localidade como unidade de análise. Os laços que os envolvem numa rede que transcende o âmbito local emergiam recorrentemente e a mobilidade espacial de muitos destes elementos descentra a sua memória do mero espaço local, deslocando a noção de contexto.

O registo e a interpretação de testemunhos sobre o passado dos indivíduos, que constituem a essência da história oral⁵³ são, no caso deste trabalho, utilizados fundamentalmente para conseguir a restituição de um referente: as lutas desenroladas no Couço entre 1958 e 1962. O significado dos acontecimentos para os entrevistados, numa via de particularização, emerge igualmente dos relatos recolhidos, ainda que potencialmente obscurecido pela decidida opção pela reconstituição de um tempo. Assim, na linha de Ferrarotti, busca-se a legibilidade social através das vozes individuais⁵⁴. O contexto relacional, criado principalmente pelo investigador, joga um papel de destaque: a narração de uma vida⁵⁵ não emerge por serem feitas as perguntas certas, mas porque se criou uma relação com o entrevistado que predispõe à troca, à partilha, à confiança. A opção pela história oral, e dentro desta pela abordagem biográfica, é suscitada pela convicção de que a memória do acontecimento se escora nas vidas dos indivíduos, e que a percepção filtrada pelo decurso das existências transmite o peso real dos eventos - cada um, como unidade significativa, retém dos factos não só aquilo para que a sua vida o configurou, mas sobretudo, quanto representou uma alteração de uma ordem.

⁵³ A distinção entre história oral e tradição oral radica no ênfase posto, no caso desta, nas formas de transmissão através das gerações. Sobre a tradição oral ver o trabalho pioneiro de JanVansina “De la tradition orale: essai de méthode historique”, *Annales du Musée Royal d’Afrique Central*.....

⁵⁴ V. Franco Ferrarotti, *Histoire et Histoires de Vie - La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1990 [1ª ed. italiana de 1981].

⁵⁵ Sobre o carácter do relato de vida - entre a exposição e a entrevista - ver D. Desmarais e P. Grell (dir.) *Les récits de vie - Théorie, méthodes et trajectoires-types*, Montréal, Ed. St. Martin, 1986. O relato de vida exige a interacção, a troca oral ritualizada. V. também M. F. Chanfrault-Duchet, “Le système interactionnel du récit de vie”, *Sociétés*, Maio, 1988, nº 18, pp. 26-33.

O método biográfico, se recorrentemente gemelar à etnografia, foi desenvolvido pela Escola de Chicago desde os anos 20, ligando-se sobretudo à abordagem da vida dos imigrantes⁵⁶. Estes estudos surgem associados à fundação da Universidade de Chicago e, nela, do departamento de Sociologia, encaminhado para a expansão da sociologia empírica. O financiamento do projecto foi privado, e visava fazer face aos problemas sociais que podiam advir da nova vaga migratória.

Marcel Mauss reconheceria a importância da recolha de autobiografias no estudo de fenómenos como o educativo, alegando que “dentro de cada sociedade os educadores se entrecruzam sem chegarem nunca a misturar-se.”⁵⁷, confirmando igualmente no *Manuel d’Ethnographie* esta consideração.

Os primeiros relatos de vidas de índios americanos terão sido publicados em 1908⁵⁸ e é em torno das populações autóctones que o método se terá iniciado, como é notado pelos trabalhos de Paul Radin sobre índios Winnebago, em 1913⁵⁹. Porém, a tradição antropológica norte-americana, sob a herança de Franz Boas, continuou mais preocupada com o registo dos factos etnográficos do que com a análise destes. A ênfase nas questões da personalidade que impregnava os estudos antropológicos aí levados a cabo, não se mostraria favorável, depois de alguma discussão em torno da teoria e dos métodos nos anos 30, ao desenvolvimento do método biográfico. Só em 1961, com a publicação de *The Children of Sanchez* por Oscar Lewis, a situação conheceria alterações.

Num dos mais conhecidos - e também contestados - trabalhos envolvendo histórias de vida, Oscar Lewis propõe aos membros duma família pobre da cidade do México que contem a sua história por palavras suas⁶⁰, assim evitando a filtragem dos dados, não sentimentalizando nem brutalizando os pobres, como sucede quando elementos da classe média elaboram um discurso sobre os desfavorecidos. Mais, segundo Lewis, desta forma o leitor contacta com um discurso mais intacto, que lhe permite ser um pouco como o antropólogo. O entrelaçamento do

⁵⁶ William I. Thomas e Florian Znaniecki publicaram, entre 1918 e 1920, *The Polish Peasant in Europe and America*, Boston, Richard G. Badger, 5 vol.

⁵⁷ Marcel Mauss, “Fragmento de un plan de sociología geral descriptiva”, *Obras III - Sociedad y Ciencias Sociales*, Barcelona, Barral, 1972, pp. 219-220.

⁵⁸ L. L. Langness e Gelya Frank, *Lives - An Anthropological Approach to Biography*, New York, Chandles and Sharp Publishers, Inc., 1981, p. 13, reportando-se a Clyde Kluckhohn, “The Personal Document in Anthropological Science” in Louis Gottschalk *et al.* (ed.) *The Use of Personal Documents in History, Anthropology and Sociology*, New York, Social Science Research Council, Bulletin 53, pp.78-193, que anota ter sido A. L. Kroeber “Ethology of the Gros Ventre”, *Anthropological Papers of the American Museum of Natural History, War Experiences of Individuals*, 1 (4), pp. 196-222.

⁵⁹ Cf. L. L. Langness e Gelya Frank, *Lives - An Anthropological Approach to Biography*, New York, Chandles and Sharp Publishers, Inc., 1981, p. 194.

⁶⁰ Oscar Lewis, *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes, 1979 [1ª ed. americana: 1961]. Jesus Sanchez e quatro dos seus filhos acederam, em 1956, a contar a sua vida a Oscar Lewis. Os dados inserem-se num estudo daquilo que Lewis designou “cultura da pobreza”, que não inclui os povos primitivos ou os trabalhadores em geral, e toma como alvo os que se encontram no extremo da escala socio-económica. No México, atingiria 1/3 da população.

investigador com os Sanchez terá sido o móbil para a relação de confiança que permitiu esta recolha⁶¹, em que a informação nunca foi paga.

Franco Ferrarotti⁶² nota que recolher uma narração de vida, no contexto de cumplicidades que imbricam narrador e narratário⁶³, implica a utilização de dois tipos de argumentos que convençam o entrevistado: em primeiro lugar, que a sua identidade será mantida em segredo, e em segundo, que a história que vai contar servirá para algo. O primeiro destes argumentos não foi utilizado e a justificação para a sua exclusão encontra-se no tema do próprio trabalho - ou seja, nos fundamentos do segundo. Para Ferrarotti, que não descarta a abordagem do grupo primário e das associações, as vidas dos indivíduos são sínteses verticais de uma história social, enquanto por outro lado, os comportamentos e as acções dos indivíduos constituem uma síntese horizontal duma estrutura social. Assim, a restituição da memória colectiva emerge da recolha de narrações de vida dos elementos do grupo primário, permitindo alcançar uma imagem partilhada do passado. A vida de um indivíduo, única, plena de aura, constitui uma antecâmara do conhecimento da sociedade. Mais, a História emerge dos múltiplos relatos individuais, implicando este método em paralelo uma democratização daquela ciência - pelo acesso à perspectiva de grupos sociais subordinados, que introduz cambiantes na configuração anterior, enformada pelas elites - e uma ruptura com uma dimensão exclusivamente diacrónica.

Como foi já referido, os depoimentos constituíam quase uma catarse, e o recurso episódico ao desligar do gravador, a pedido dos entrevistados, constituiu a única forma de preservação por eles requerida. Assim, se depende muito do investigador a utilização que é dada à informação que o entrevistado fornece, a exposição por parte deste é controlada pelo próprio, não sendo despicienda a convicção de que o trabalho de campo alongado por parte do investigador, a circulação deste por vários núcleos de sociabilidade local e a eventual confirmação dos relatos pelo cruzamento de dados, predispuessem não só à cooperação como ao rigor. Algumas narrações foram recolhidas em várias sessões, num crescendo de intensidade directamente proporcional ao aumento da confiança, e em alguns casos confrontou-se o entrevistado com a transcrição.

⁶¹ O estreitar da relação é entendida como fundamental, pois só a simpatia e a ternura predispueram à cooperação: “*Aquilo que ao princípio eram entrevistas profissionais sobre as suas vidas converteu-se em amizades grandes e duradouras. Embrenhei-me profundamente nos seus seus problemas e muitas vezes senti que tinha duas famílias ao meu encargo, a família Sanchez e a minha. Passei centenas de horas com eles: comi em suas casas, fui aos seus bailes e festas, visitei os lugares onde trabalhavam, conheci os parentes e amigos, participei em peregrinações, vamos juntos à igreja, ao cinema e a competições desportivas.*”. Oscar Lewis, *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes, 1979, p. 21.

⁶² V. Franco Ferrarotti, *Histoire et Histoires de Vie - La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1990, p. 12.

⁶³ Segundo Danielle Desmarais, “Introduction”, in D. Desmarais e P. Grell (org.) *Les recits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin, 1986, p. 13, a aproximação através das histórias de vida representa uma situação excepcional de comunicação e de confrontação entre dois portadores de sentido - “*sens courant*” e “*sens savant*” -, o locutor e o interlocutor e o encontro destas duas subjectividades cria as tensões inerentes ao quadro de investigação.

É a partir das vivências actuais que os acontecimentos do passado são enquadrados, e por outro lado, as cicatrizes do tempo ido emergem do olhar lançado retrospectivamente da actualidade. Através do período histórico abrangido pela memória dos vivos é possível reconstituir, de forma cruzada e através de formas de saturação de informação⁶⁴, não só um segmento temporal, como as condições desencadeadoras e as consequências. Procurar reaver este tempo, neste local, com base nos documentos oficiais significaria optar decididamente pelas entidades repressivas como fonte, o que enviesaria o acesso às vozes múltiplas. Semelhante escolha técnica não foi sequer equacionada, num trabalho que partiu da memória colectiva - seleccionando previamente como grupo os indivíduos do Couço que, com maior ou menor grau de responsabilidade, haviam estado envolvidos nos movimentos locais entre 1958 e 1962. Se a opção fosse meramente documental, ter-nos-íamos confrontado com as dificuldades de acesso às fontes com que, ainda neste momento em que se escreve, nos debatemos: arquivos como o da Guarda Nacional Republicana foram-nos vedados, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibiliza com morosidade os processos desejados⁶⁵, é lenta a concessão de autorizações para aceder a outros espólios.

O Arquivo da PIDE-DGS, que pelo carácter da própria polícia política excede em muito o registo meramente burocrático, enquadra documentos pessoais, que são todavia expurgados antes de chegarem ao investigador. Assim, as reminiscências das vidas dos indivíduos só são passíveis de legibilidade a partir das transcrições das respectivas vozes nos relatos que junto deles foram recolhidos. As entrevistas a que se procedeu deram aso a testemunhos vitais para o esclarecimento não só do referente - as lutas entre 1958 e 1962 - mas dos significado desses acontecimentos para as vidas dos indivíduos. Ao optar-se inequivocamente pela recolha de

⁶⁴ A recomendação acerca da saturação da informação feita por Daniel Bertaux pressupõe que, num projecto sociológico que opte pela metodologia das histórias de vida, se conseguiu fazer exprimir o social pelas vozes individuais. V. Daniel Bertaux, "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche" in D. Desmarais e P. Grell (dir.) *Les récits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin, 1986, pp. 21-34. Este artigo seria posteriormente republicado na revista *Sociétés*, em Maio de 1988. São salientadas neste texto as formas do discurso biográfico que, para Daniel Bertaux, dependem mais do narratário do que do narrador, enfatizando-se na abordagem aqui seguida, o nível especulativo, que se atinge após uma fase exploratória, utilizada quer na forma extensiva (procurando recobrir o maior número possível de aspectos da vida social) e intensiva (centrada sobre um aspecto que se deseja aprofundar). No nível analítico, procura-se a saturação através da utilização de uma gama de histórias de vida. Essa saturação, com o valor de *data* (dado empírico), é um processo que se desenrola no tempo, e que é construída através da vitalidade intelectual dos cientistas e do nível das observações, que exigem sempre o contacto entre entrevistador e entrevistado. A história de vida opera em complementaridade e concorrência com outro tipo de dados - etnográficos e não etnográficos, fontes textuais, estatística, inquéritos por questionário, arquivos diversos - e compreende um primeiro momento de confrontação da informação, esboço de tipologias e construção de uma teoria, e um segundo instante, de verificação e consolidação empírica. Quando a saturação foi atingida, há igualmente que pôr em causa a coerência interna do modelo, recorrendo às formas complementares já referidas.

⁶⁵ O primeiro dos pedidos de consulta de processos do Arquivo da PIDE-DGS foi feito em 11.3.96 e o segundo em 4.12.96, e quase dois anos depois ainda não foi satisfeito na totalidade o primeiro destes. Mais, os processos disponibilizados, ou já o haviam sido a outros investigadores ou respeitam a indivíduos que foram presos por menos tempo ou em poucas ocasiões. Isto significa que, provavelmente, os processos mais ricos foram escamoteados, alegadamente pelo tempo que é necessário ao expurgo e pelo pouco pessoal que se encontra a desenvolver essa tarefa.

narrações de vida salienta-se que cada testemunho que aqui é trazido é uma parte de um todo que é uma existência, e constitui uma das formas de aclarar um problema sociológico, conjugada com uma estadia de terreno e com o acesso a fontes escritas diversificadas, locais e centralizadas.

A recolha de narrações, de que resultará a construção de histórias de vida, procede de um diálogo com os entrevistados⁶⁶, ainda que, depois de ser explicitado no início da conversa o que se visa, as interrupções por parte do investigador sejam mínimas, deixando o entrevistado encaminhar a narração como desejar. Assim, muito do material da entrevista é narrado independentemente das perguntas formuladas, pois com esta técnica as questões não são fundamentais, já que grande parte do que se pretende que seja relatado provém de uma relação de confiança previamente estabelecida. Raramente os indivíduos incorporam o óbvio naquilo que relatam ou escrevem sobre um dado momento; o papel de quem ouve é, nesse domínio, dirigir o interlocutor para o evidente, ao mesmo tempo que converte as suas intervenções em mero encaminhamento.

Na recolha das histórias fundiu-se o interesse pelos quotidianos como eram no período estudado, com a dinâmica dos acontecimentos ocorridos⁶⁷. A reconstituição dos acontecimentos a partir das histórias de vida, colocando extractos destas em complementaridade com o discurso teórico, é feita sob a forma de *ilustração*⁶⁸: a narração de vida constitui um significativo, em relação ao qual se podem distinguir duas grandes orientações em termos da aproximação biográfica. Por um lado, pela via do significado que tentam transmitir os narradores relativamente aos factos da sua existência. Por outro, pelos referentes, aqui largamente

⁶⁶ Sobre a relação em que a aproximação biográfica imbrica o investigador e a redescoberta do senso comum - o *antropólogo, ainda que amigo das formas é filho da terra* - v. Gilles Houle, "Histoires et récits de vie: la redécouverte obligée du sens comum", in D. Desmarais e P. Grell (dir.) *Les récits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin, 1986, pp. 35-51.

⁶⁷ Objectivos idênticos tiveram, no que concerne a cidadãos da antiga URSS, numa investigação levada a cabo no início de 1991, Ray Pahl e Paul Thompson, "Meaning, Myths and Mystifications: The Social Construction of Life Stories in Russia", in Chris Hann (ed.) *When History Accelerates - Essays on Rapid Social Change, Complexity and Creativity*, London and Atlantic Highlands, The Athlone Press, 1994, pp. 130-160.

⁶⁸ Sobre o carácter do fragmento da história de vida como ilustração e não como prova, que caracteriza o nível sintético da investigação, v. Daniel Bertaux, "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche" in D. Desmarais e P. Grell (dir.) *Les récits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin, 1986, pp. 21-34. Para o autor, a história de vida constitui uma totalidade, e a sua segmentação transmite a quem lê a nostalgia do que ficou perdido. Todavia, como escolha técnica, afigura-se-nos admissível, atendendo a que as histórias de vida têm uma extensão que torna a sua utilização completa inexequível. Na linha de Bertaux, considera-se que um relato bem rescrito - i.e. com os cuidados inerentes ao processo de transcrição, reconstrução e comprovação, que requerem uma tentativa de apagamento do cientista, pois importa sobretudo que este exprima o que compreendeu - pode conter mais informação do que um tratado sobre o tema.

prioritários, ou seja, pelas “relações, normas, processos, que estruturam e sustentam a vida social.”⁶⁹ .

As narrações de vida assumem um carácter relacional, cada uma penetrando com mais ou menos profundidade na vida dos outros, pela inserção de cada indivíduo num ambiente social. O entrelaçamento de relatos entre os membros de um grupo, ou a amnésia unilateral, além de fornecerem a percepção da saturação, permitem detectar continuidades e interrupções, junções e quezílias, visões pessoais e vivenciais. A repetição, ao longo de várias entrevistas, de informação que encaminha num determinado sentido, permite-nos discernir a aproximação do ponto de saturação. É um trabalho lento, longo, já que a atenção aos fenómenos sociais que emergem do discurso elaborado pelos indivíduos requer tempo e disponibilidade para atingir os objectivos.

A recolha de narrações de vida, que confere voz aos grupos remetidos ao mutismo social pela sua condição de subordinação, constitui uma das vertentes da história oral. A prática desta área disciplinar permite fazer escapar ao silêncio a cultura e a memória dos grupos subalternizados, detentores de um escasso capital simbólico e idêntico capital material. O seu alcance em relação ao passado é restrito, pois limita-se à memória dos vivos e remete para um olhar presente sobre acontecimentos ocorridos. Esta realidade, já interrogada aquando da discussão, com base na obra de Maurice Halbwachs, da relação entre passado e presente, está na base de algumas críticas dos detractores do método, que põem em causa a capacidade de alguns indivíduos no que concerne à recordação de acontecimentos que ocorreram há muito tempo. Além das potencialidades do método no que respeita ao recobrir de grupos sociais usualmente excluídos - e é assim com um segmento importante dos que foram aqui entrevistados, pela incapacidade de recorrer à palavra escrita - deve ser salientado o carácter da oralidade⁷⁰ na representação do passado.

⁶⁹ Daniel Bertaux, “Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche” in D. Desmarais e P. Grell (dir.) *Les récits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin, p. 27. Mais que decifrar um texto, pela via dos significados - hermenêutica - procura-se uma forma etno-sociológica.

⁷⁰ O oral e o escrito como formas de comunicação foram alvo da atenção de um volume da *Ethnologie Française*. Destaca-se a apresentação de Marc Soriano, condenado à afonia por doença, “Entre l’oral et l’écrit”, *Ethnologie Française*, Tomo 20, nº 3, Julho-Setembro de 1990, pp. 253-255, para quem a oralidade exprime directamente os sentimentos e o pensamento, enquanto que a escrita regista o oral, mas como tempo necessário à reflexão, à escolha e à correcção do que é dito. Destaca que a associação entre popular e oral, e erudito e escrito, não deve ser imediata, e remete os antropólogos para o território entre a oralidade e a escrita. Esta remissão surge reforçada no contributo de Jean-Pierre Peter “Quand les paroles s’evolent et qu’à terra l’écrit reste”, *Ethnologie Française*, Tomo 20, nº 3, Julho-Setembro de 1990, pp. 334-340, com a consideração de que cada um de nós é marcado quer pela palavra escrita, quer pela pronunciada, esta última associada às fórmulas enunciadas, a um discurso mágico e estimulante, enquanto aquela permanece “na terra”. Georges Monin, “Oral/Ecrit”, *Ethnologie Française*, Tomo 20, nº 3, Julho-Setembro de 1990, pp. 256-261, salienta que as línguas não constituem códigos e que a língua escrita não é uma recodificação ou uma transcodificação da oral. O contributo deste linguista, que nos reporta ao ponto da situação do debate no que concerne a essa ciência, recupera uma conferência de André Martinet em Oxford, em 1961 sobre a diferença entre língua oral e língua escrita. Assim, e porque muitos dos traços da oralidade não são transmitidos aos enunciados escritos, um emissor deve ter em conta a situação da mensagem. Na escrita, haverá que compensar a falta de alguns elementos, como a

A conjuntura fornece o campo de possibilidades de uma vida, e dos múltiplos possíveis, as escolhas e as imposições que contribuíram para delinear caminhos. Como escreve Françoise Zonabend, as biografias tomam o seu sentido verdadeiro no contexto social e histórico de que emergem⁷¹, o que impõe o balancear entre o nível individual e o colectivo, o local e o nacional, o instante e o processo. *O subjectivo é um momento necessário do objectivo*, escreve Jean-Paul Sartre⁷² e a prova do facto vivido retroage, e objectiva.

A narrativa dos entrevistados não tem necessariamente um carácter cronológico, antes surgindo agregada aos momentos de crise da vida individual, como se o óbvio dos entretantos desaparecesse. Nos relatos recolhidos entre indivíduos de menor capital simbólico - e notar que este e o capital económico constituem os dois princípios de diferenciação caros a Pierre Bourdieu - não é evidente uma noção de trajectória⁷³: no passado não há origens legitimadoras de um lugar social e também não têm do futuro o sentido de acumulação de poder⁷⁴. À materialidade da memória dos grupos possidentes, a que se oporia a evanescência dos que são desprovidos de teres, corresponde um conjunto de dispositivos que facilitam a rememoração, e que constituem suportes físicos da memória. Estes alicerces materiais da memória sustentam igualmente as diferenças entre as classes sociais.

A vida não é relatada como um currículo, e pode dar conta de uma série de ciclos que se repetem. Assim, acontecimentos relevantes da Grande História - a do mundo, repartido por nações - podem ficar na sombra, enquanto pequenas questões do quotidiano são longamente referidas. O grande acontecimento só é referido se tiver repercussões no domínio local: quanto menor o capital simbólico, tanto mais a conjuntura da Segunda Grande Guerra é referida como a *Grande Fome*.

entoação, o sotaque, o ritmo, bem como os elementos que dão conta da relação afectiva entre emissor e receptor. De resto, uma parte substancial da actividade da escrita é consagrada a descrever e a apresentar a própria situação de enunciação. Martinet associa o desenvolvimento da língua à edificação das formas centralizadas do Estado, que, através do ensino obrigatório, instituiu uma norma de língua que espezinha a oralidade com a escrita.

⁷¹ Cf. Françoise Zonabend, *La Mémoire Longue - Temps et histoires au village*, Paris, PUF, 1980, p. 7. Para a autora, a imagem de uma concha vazia serve à representação de uma narração de vida isolada, desgarrada de um suporte que lhe seja fornecido pelo levantamento etnográfico. A confluência de múltiplos planos na abordagem do presente de uma sociedade inserida numa História e numa pequena história permite o vai-vém conveniente entre testemunhos de tipo diverso, desde a observação desse mesmo presente, à reconstituição do passado, à recordação transmitida ou presenciada, à consulta de arquivos, à atenção à toponímia.

⁷² Jean-Paul Sartre, *ob. cit.*, p. 80. Para o autor, “*O grupo confere o seu poder e a sua eficácia aos indivíduos que ele próprio fez, que o fizeram em retorno e cuja particularidade irreductível é uma maneira de viver a universalidade.*” Jean-Paul Sartre, *ob. cit.*, p. 101.

⁷³ Sobre a trajectória, além das elaborações de Jean-Paul Sartre sobre a noção de projecto, ver, no que concerne às histórias de vida, Pierre Bourdieu, “*L’illusion biographique*”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 62-63, 1986, pp. 69-72. A história de vida, que conduz à edificação da noção de trajectória, como “*uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço também em mudança e submetidos a incessantes transformações*”, é definida pelo valor e pelo sentido dessas posições, ou seja pelos campos nos quais se desenvolve - o conjunto de relações que uniu um agente determinado a ao conjunto de todos os outros do mesmo campo e confrontados pelo mesmo espaço dos possíveis.

⁷⁴ Cf. Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta, 1993, p. 23-4.

Enquanto a História se vai construindo a partir do exterior das representações que os indivíduos fazem, é importante proceder à avaliação da representação que estes próprios têm de si e de um conjunto de acontecimentos demarcados, numa sequência temporal precisa. Partir para a reconstrução feita pelos envolvidos de determinado momento das suas vidas, comparando essa edificação com as que são efectuadas nas fontes ao dispôr do historiador, na Torre do Tombo permite-nos relevar os limites da história documental, e salientar a importância de abordagens que transcendam os campos disciplinares. Através da Antropologia consegue passar-se da História à memória⁷⁵. A História aprendida na escola pouco tem a ver com as vivências quotidianas, e é tanto mais assim quanto se trata de grupos perseguidos, que fazem crescer à parte uma outra visão do mundo, dos fenómenos que ocorrem. Se a História se encontra separada da vida dos alunos, não fazendo os próprios professores questão de a ligar, para os grupos perseguidos o esforço de desmontagem e construção de uma história paralela é suplementar e integra uma *cultura de resistência*. Por outro lado, mesmo ao nível dos grupos sociais, uns fundam-se na história e outros dir-se-ia que estão destituídos dela. Os grupos “sem história”, mas com consciência da sua situação de classe, transmitem e reproduzem no tempo uma memória, alicerçada numa rede social densa. Maurice Halbwachs salienta que a memória é dos grupos e constitui uma forma de descodificar narrativas sobre o passado.

Marshall McLuhan, para quem *o meio é a mensagem*, punha a tónica no facto do código, do registo, da forma, serem parte essencial da mensagem. A configuração oral ou escrita emerge, assim, como parte importante do conteúdo de uma comunicação. O contributo de Saussure⁷⁶, bipartindo a linguagem entre *língua* - património comum dos falantes - e *fala* - a realização de um acto de discurso por parte de falantes - não recobre inteiramente a distinção entre as formas oral e escrita de uma narrativa. A oralidade, com uma remissão mais forte para a emoção, a subjectividade e o menor pendor crítico, a escrita mais racionalizada, com um olhar detido, perscrutador e crítico, associam-se a conteúdos que são frequentemente distanciados⁷⁷. A escrita permite formas mais elaboradas, a inexistência de interrupções, a

⁷⁵ Sobre este assunto, v. V. de Gaulejac “L’histoire de vie ou le temps recomposé”, *Sociétés*, Maio, 1988, pp. 5-7: o sujeito é um produto da História mas esta só é concebível através dos indivíduos que a edificam. Ainda que o movimento histórico seja imprevisível e incerto, o trabalho sobre a História é uma reconstrução feita a partir de documentos, arquivos e testemunhos. A recomposição do tempo é possível pela via da memória, havendo que traduzir e interpretar o conjunto de traços que ela transporta do passado. A concepção de que cada indivíduo é, em simultâneo, sujeito e objecto da História, e de que o trabalho sobre o passado é ele próprio histórico, assenta na verificação de que as abordagens do tempo são sempre feitas por seres históricos, que vivem numa sociedade, num momento e numa classe social determinados e determinantes.

⁷⁶ Ver Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1916 [trad. portuguesa *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, D. Quixote, , 4ª ed., 1978].

⁷⁷ Sobre a relação entre a oralidade e a escrita é fundamental a obra de Jack Goody, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987 [1ª ed. inglesa 1986], que se seguiu a uma outra do mesmo autor, sobre as implicações da representação gráfica da linguagem nos processos cognitivos, *A domesticação do pensamento selvagem*, Lisboa, Presença, 1988 [1ª ed. inglesa 1977]. A intersecção entre a oralidade e a escrita e os efeitos desta na organização da sociedade são analisados numa pesquisa que

correção e o respeito por fórmulas; transfigura e descontextualiza, distanciando o indivíduo da enunciação verbal.

Há uma forte associação entre modos de pensar, de produzir o pensamento e de o reproduzir, o que conduz a que a crítica seja menos susceptível de existir quando não existe um suporte estável para o que é enunciado, e que só existe num espaço e num tempo determinados, não ficando à mercê dos indivíduos para novas e mais detidas apropriações⁷⁸. Também por esta razão a oralidade é mais persuasiva, pois, ainda que não seja imune à crítica, obriga a uma imediata reacção que lhe retira acutilância⁷⁹.

Preocupar-nos-à aqui principalmente a apropriação pelos falantes da memória comum da língua, e as acções discursivas a que procedem. Grupos sociais distintos, herdeiros de diferentes memórias procedem a utilizações diferenciadas a partir de uma mesma norma letrada de língua. A linguagem, que é originada num ambiente social determinado, tem uma papel importante na criação e na mudança da realidade - e não é assim exclusivamente para as linguagens técnicas, entendidas como ferramentas. Também por essa razão, uma maneira de abafar intentos do ponto de vista político é silenciar as linguagens respectivas⁸⁰, que servem em simultâneo de veículo mediador e distanciador entre os grupos sociais. No que concerne à linguística, os seus contributos servir-nos-ão à comparação das escolhas que os indivíduos e os grupos, atendendo aos seus quadros sociais de conhecimento, fazem na sua utilização. Estas preferências, conscientes ou inconscientes, assentam na pertença ou no desejo de pertença a determinados grupos, e a ênfase colocada traduz o empenhamento expresso na situação

cruza a Antropologia com a História, e que permitiu detectar que “*Muito embora a escrita tenha ajudado a desenvolver certos tipos de operação lógica formal, fê-lo inicialmente tornando explícito o que era implícito nas culturas orais, que não eram nem pré-lógicas nem sequer a-lógicas, excepto num sentido muito restrito dessas palavras.*” Jack Goody, *ob. cit.*, 1987, p.203. À dicotomia de Ferdinand de Saussure entre língua e fala, acrescenta Jack Goody um terceiro termo, a escrita, que provoca uma triangulação, na linha de alguns investigadores ligados ao Círculo Linguístico de Praga, que consideram a existência de duas normas, a escrita e a oral, numa mesma língua.. V. Jack Goody, *ob. cit.*, 1988, p. 89.

⁷⁸ V. Jack Goody, , *A domesticação do pensamento selvagem*, Lisboa, Presença, 1988 [1ª ed. inglesa 1977], p.54. A escrita objectiva a fala, torna-a alvo de inspecção visual e auditiva; origina uma transferência do ouvido para os olhos, no receptor, e da voz para a mão no produtor. Numa assunção de Marx num outro contexto, considera Goody que “*só em grau limitado é possível separar os meios de comunicação das relações de comunicação, que em conjunto formam o modo de comunicação.*” Jack Goody, *ob. cit.*, p. 57.

⁷⁹ No que concerne à hipótese central de Jack Goody, designada *teoria dos efeitos da escrita*, e que sustenta que existe uma relação causal entre a escrita e o desenvolvimento do pensamento lógico, ver também um detractor, John Halverson, “Goody and the implosion of the literacy thesis”, *Man*, vol. 27, nº 2, Junho de 1992, pp. 301-317, que considera que o meio de comunicação não tem significado intrínseco no que concerne à passagem das ideias e ao desenvolvimento dos processos de pensamento lógico. Mais, acrescenta que o desenvolvimento do espírito lógico não está ligado unicamente à alfabetização, aparecendo igualmente associado ao discurso oral, ou seja, o enunciado cognitivo da teoria da literacia não tem substância.

⁸⁰ Veja-se o que se passa relativamente a algumas *línguas dominadas*, cuja realidade só dá conta da opressão dos que a falam e da dominação de que são alvo. O contexto do país vizinho é particularmente rico, com o catalão, o galego e o basco, como línguas, a servirem a uma estratégia de hegemonia em que o castelhano prevalece. Realidades como a das línguas curdas, duramente perseguidas nomeadamente na Turquia - Síria, Irão, e Iraque não esquecidos - são tão-só o espelho da subalternização a que a nação curda está submetida.

elocutória num momento determinado. Escolhas diferentes transmitem mensagens diferenciadas, e é manifesta a atenção das instâncias repressivas às formas discursivas dos detidos durante o processo de interrogatório, pela legibilidade que conferiam ao seu envolvimento e incorporação em termos organizativos.

Numa mesma comunidade linguística coexistem variantes sociais e regionais; a língua é um sistema simbólico que comporta igualmente a conflitualidade⁸¹. Não serve só para facilitar a comunicação, mas permite igualmente a mentira, o equívoco, o subentendido, a alusão, o desprezo, a violência, a opressão, o prazer, a felicidade, o jogo, a revolta. As diferenças entre o exercício da língua pelos homens e pelas mulheres, como pelos vários grupos sociais, devem ser entendidas tendo como pano de fundo as formas de dominação. A diferenciação social constitui então um facto de ordem sócio-cultural que se reflecte em todos os sistemas semióticos, logo, também na língua. As transgressões e as recriações, vocabulares e sintácticas, são mal toleradas porque representam desvios ou autonomizações que, no caso do aparelho repressivo salazarista, serviam para detectar o grau de afecção, ou de desafecção dos indivíduos, estando particularmente em evidência nos autos de perguntas dos processos instruídos pela PIDE, através da utilização de tinta vermelha que destacava determinadas concretizações linguísticas, ou das aspas e das minúsculas em nomes próprios ou nas designações de instituições ou partidos.

A língua *comum* ou *padrão* é a língua dominante, e a língua dos grupos é um desvio perigoso. Em termos de funcionamento, os grupos dominantes tendem a absorver a expressão dos dominados e a insultá-los através de uma utilização descontextualizada e abusiva dos códigos grupais, numa concretização que visa negar-lhes a identidade. Contudo, a mesma língua que serve à dominação pode ser manipulada com vista à libertação dos homens: as expressões igualitárias - “camarada”- e o tuteamento são exemplos de mecanismos verbais para a igualização dos indivíduos⁸². A adopção de novos termos integrando um código, e que recusam o significado associado pelos opressores em relação a determinados referentes, expressa o não conformismo e a contestação dos grupos que querem e se sentem em condições para constituírem uma alternativa. Fazem-no mais ou menos conscientemente, ou com maior ou menor ingenuidade, mas tentam elaborar novos códigos. De qualquer forma, é sempre uma minoria que toma decisões sobre como deve falar a maioria. Era Victor Hugo que escrevia que

⁸¹ Marina Yaguello, *Les mots et les femmes*, Paris, Payot, 1978 [1992], p. 7, sublinha este pólo conflitual no tratamento que faz da linguagem feminina.

⁸² Não esqueçamos a imposição do tuteamento pela Revolução Francesa, a utilização dos termos cidadão, a abolição dos títulos. Nas actas da junta de Freguesia do Couço é legível esta passagem aquando da implantação da República em Portugal, passando os indivíduos a ser designados cidadãos, e no período após o 25 de Abril, com a abolição dos títulos académicos. A designação “operário agrícola” que substituiu a de camponês ou trabalhador rural serve igualmente à equiparação que mitiga a diferença em relação ao operário industrial, cidadão. V. sobre este assunto Peter Burke, “Introduction”, in Peter Burke e Roy Porter(ed.) *The Social History of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 11-13.

todas as revoluções se deveriam fazer acompanhar de uma reforma do dicionário, e grupos há que são condenados ao “ostracismo lexicográfico”⁸³, porque “*a sociedade sempre exerceu a sua censura no domínio conceptual; os assuntos tabu tornam tabu as palavras que deles falam*”⁸⁴

Os registos separados, com configurações distintas, tornam difícil ou mesmo impossível o diálogo com o opressor. A forma de falar serve à classificação dos indivíduos e reproduz a segregação. A luta pela igualdade, pela liberdade e pela identidade cultural implica para todos os grupos oprimidos, marginais ou minoritários, a luta pelo direito à expressão, à palavra, o direito a definir-se, a nomear-se em vez de ser nomeado.

A linguagem é um dos domínios ideais para o estudo das lutas das forças sociais: a classe dominante incorpora o seu discurso ideológico na linguagem, constituindo esta, assim, um veículo essencial à sua reprodução. Não constitui uma entidade autónoma, antes é socialmente determinada. A linguagem-padrão é o discurso da elite, constitui o capital linguístico das classes superiores.

Os grupos detentores do poder no seio de uma sociedade, se impõem uma norma de língua, impõem igualmente o seu poder com ela; como operam os grupos subordinados para contornar este poder em termos discursivos, que estratégias põem a funcionar para resistir e mais do que isso, impôr as suas normas, é uma questão importante no esclarecimento da dimensão mais lata da resistência.

⁸³ Marina Yaguello, *ob. cit.*, p. 166.

⁸⁴ Marina Yaguello, *ob. cit.*, p. 172.

2. Das rotinas de resistência à edificação de movimentos colectivos

“L’Histoire n’est pas a chaque moment heroïque, les esclaves ne se révoltent que rarement, et il y a beaucoup plus de gens qui survivent ou qui cherchent à s’élever que d’acteurs portés à mettre en cause l’ordre établi. Mais si l’action est rare sa raison d’être doit être générale. Affirmation qui ne peut pas se réduire à une interprétation idéologique de situations concrètes, mais qui conduit à détecter, dans les conduites elles-mêmes, de la rage ou du désespoir, de la fuite ou du fantasme, de l’utopie ou de l’idéologie, et à y voir des manifestations du manque et du besoin d’un mouvement social, en effect plus souvent absent que présent.”

Alain Touraine

Os momentos de violenta passagem, que transportam historicamente a marca da fricção, da interferência ou da ruptura com o passado têm vindo, principalmente desde os anos 70, a tomar lugar de destaque nos estudos levados a cabo por sociólogos e antropólogos. Estas áreas do saber, que durante muitos anos viram nas sociedades um sistema estável de grupos, compostos por estatutos e papéis, sustentados por valores e sanções interligados e que operariam para manter o equilíbrio, viram-se confrontadas com as suas próprias dificuldades de análise ao nível das interacções dos agentes sociais e dos processos de mudança social, a que o modelo estático estruturo-funcionalista não consegue dar resposta.

A tradição funcionalista, que associava o comportamento das sociedades a formas harmónicas não alteráveis, contaminou por longo tempo os estudos antropológicos, excluindo os aspectos de mudança social que não se enquadrassem na manutenção de um todo: ou mudava algo para tudo continuar como antes, ou não havia lugar a alterações. Mas o terreno, nomeadamente tendo como objecto as designadas sociedades primitivas, também não era favarável à compreensão de mutações. O estruturo-funcionalismo, de Malinowski e Radcliffe-Brown essencialmente, excluía liminarmente as mudanças sociais, os movimentos sociais tendentes a alterar o *status quo*. As instituições, e as motivações permitiam o funcionamento dos sistemas sociais, que se adaptariam às mudanças nos respectivos ambientes, gerando mecanismos de gestão das tensões. Nesta perspectiva, um movimento social só eclodiria quando as formas de gerir as tensões funcionassem mal. Para um funcionalista, um movimento social é entendido como algo de negativo, mostrando as falhas dos mecanismos de eliminação institucional dos conflitos⁸⁵.

⁸⁵ Cf. Alain Touraine, “Découvrir les mouvements sociaux”, in François Chazel (dir.) *Action collective et mouvements sociaux*, Paris, PUF, 1993, p. 108.

A visão clássica de que os movimentos sociais corresponderiam aos movimentos operários vem hoje sendo alterada com a penetração em novas, que se distanciam do mundo proletário, e cujas movimentações derivam quer da crise do mundo industrializado, quer do descrédito em que caíram nomeadamente algumas formas de organização tradicionais. Esta renovação, que lança um desafio à investigação em novos domínios, implica igualmente uma capacidade de inovação, olhando para os agentes sociais como entes com capacidade para se apropriarem das situações e as encaminharem no sentido dos seus interesses. Os temas ligam-se, claro está às conjunturas, mas retomam igualmente memórias. Se os movimentos sociais hoje, parecem enfraquecidos, deparamos todavia com um paradoxo: a investigação em torno deles ganha fôlego⁸⁶, como o demonstram os inúmeros trabalhos sobre a matéria que vêm surgindo⁸⁷.

Algumas das formas de resistência sem protagonistas, e plenas de actores secundários, foram ignoradas até recentemente pelas ciências sociais, tendo-lhes sido negado um lugar nomeadamente no universo da antropologia política. Todavia, um conjunto de manifestações, com o seu quê de brechtiano ou de picaresco, dissimulam acções que, ainda que tendo sido arredadas, esquecidas ou remetidas para o domínio do não-político, constituem formas veladas de realizações no domínio político levadas a cabo por indivíduos que integram as camadas subordinadas da sociedade.

Só uma leitura apressada e pueril de Marx poderia conduzir à desvalorização do papel dos indivíduos na alteração das suas existências. Os indivíduos e os grupos que estes enquadram detêm poder para influenciar, manipular e alterar os elementos da estrutura social respectiva⁸⁸. Assim, procuraremos demonstrar que mesmo os mais destituídos de acesso às esferas de poder económico, social, e com um menor capital simbólico que os imponha e resguarde, não são destituídos de poder e podem fazer uso do que têm de formas fortemente corrosivas e desgastantes, no quotidiano, ao mesmo tempo que se mobilizam, em diferentes fases,

⁸⁶ Alguns autores, como Joe Foweraker ou Alain Touraine, distinguem duas tradições na abordagem destas formas de acção colectiva, uma europeia (ou só francesa?), outra americana. Os movimentos sociais interessam aos americanos para mostrar as fraquezas do seu próprio sistema e a necessidade de o reformar para ele melhor continuar a reprimir. Na Europa, o domínio de uma concepção historicista, de Marx a Lukács, via os movimentos sociais como acções de massas subordinadas à direcção do Partido: os franceses, nomeadamente, haviam-se habituado desde o iluminismo a colocar os factos sociais num movimento que caminhava das trevas das crenças às luzes da razão.

⁸⁷ Como aponta François Chazel (dir.) "Introduction générale", *Action collective et mouvements sociaux*, Paris, PUF, 1993, p. 10, a pesquisa ganha maturidade no momento em que o seu objecto empírico perde substância.

⁸⁸ V. David Newman, "Architects of Change - Reconstructing Society", *Sociology - Exploring the Architecture of Everyday Life*, Thousand Oaks/London/New Delhi, Pine Forge Press, 1995, pp. 475-496, que afirma ser a mudança institucional e cultural a regra, e não a excepção, nas modernas sociedades humanas. A pressão para a mudança, provinda do ambiente e da população, da inovação cultural e da difusão das práticas tecnológicas e culturais, que actuam com maior ou menor rapidez, já fora abordada nos finais do século XIX por Émile Durkheim, recobrando o conceito de *anomia* o vácuo normativo de uma acelerada mudança social: com poucos recursos e sem normas morais que constriam as aspirações, devido à disrupção das normas, os indivíduos encetariam uma vida de frustração por não conseguirem atingir os seus objectivos

enquadrando acções colectivas que arrebatam outros, passíveis de alterar o curso da História, mudar as instituições e construir um novo edifício memorial.

A humanidade não é composta em exclusivo por heróis e a vida das mulheres e dos homens não é pautada em exclusivo pelos momentos de épico e afronta, através dos quais a sociedade muda de forma acelerada. No quotidiano, todavia, com um mínimo de custos e tentando alcançar um máximo de benefícios, os grupos dominados, de forma silenciosa, opõem resistência. Esta erosão de rotina, que corrói e estimula alterações pontuais, desgasta sem ser notícia e integra a dissimulação e a resistência encoberta, foi detalhadamente estudada por James Scott.

A dimensão do termo *resistência*, na linha de James Scott, estende-se a quaisquer actos praticados pelos membros de grupos subalternos na hierarquia social rural, cuja intenção seja mitigar ou negar exigências feitas por parte das classes elevadas e/ou do Estado, ou impôr a essas instâncias as próprias reivindicações. Este autor, que estudou com detalhe uma aldeia malaia, Sedaka, que sofreu um conjunto de alterações técnicas na produção de arroz que conduziria a modificações sociais relevantes (eliminação da recolção, introdução de maquinaria que eliminou mão-de-obra, redução de salários, facilidades aos proprietários, mesmo se absentistas, aparecimento de uma nova classe enriquecida), releva a resistência silenciosa dos habitantes de Sedaka, que reflecte os constrangimentos e as condições que a geraram. Os camponeses malaios não podiam optar pela guerra aberta, pois poderiam ter de voltar a pedir emprego aos que tratassem como inimigos. Forçados pela *obrigação encapotada de manter relações económicas*⁸⁹, encetaram formas de luta clandestina, que não assumiram a forma de um movimento colectivo.

Autores como Eric Hobsbawm⁹⁰ tendem a classificar estas formas de resistência diária como *pré-políticas*, reenviando a resistência activa para o domínio do político. James Scott, porém, considera despropositada semelhante distinção, pois a resistência acidental cria condições para a emergência de formas mais ostensivas⁹¹. As razões individuais resultam

⁸⁹Karl Marx, cit. por James Scott, *Weapons of the Weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London, Yale University Press, 1985, p. 246.

⁹⁰ Eric Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos - Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978 [1ª ed. inglesa: 1959]. O autor reconhece que a história dos movimentos sociais os trata como uma série de episódios ocasionais na história geral da humanidade, e que essas formas de agitação têm sido consideradas pelos historiadores como precursoras; só os antropólogos lhes haviam conferido importância. Apesar de tratar movimentos enquadrados em estados, em alguns casos com fortes distinção de classes, Eric Hobsbawm persiste em chamar “primitivos” aos movimentos colectivos que aborda, pelo facto de persistirem entre os que encetam laços de parentesco e/ou solidariedade tribal, assentes ou não num território. A fase “pré-histórica” da agitação social caracteriza-se pela agitação permanente mas incapaz de conseguir uma forma centralizada para atingir aquilo que é necessário ou que é desejado.

⁹¹ Um exemplo destacado pelo autor é o das deserções de soldados do exército czarista, decisivas para o triunfo da revolução russa. Essas deserções, individuais, foram numerosas, em conjunto e tornaram-se responsáveis pelo colapso da mais importante instituição repressiva czarista, que derrotara a insurreição de 1905. Mais, o retorno desses soldados ao campo fê-los contribuir para o processo de confiscação de

frequentemente do interesse familiar, e é da fusão desses interesses com a resistência que surgirão as formas de luta acesa. Se, enquanto actos isolados, são pouco interessantes, quando as formas individuais permitem detectar um padrão consistente, aproximamo-nos de uma forma expressa de resistência. Retomando E. P. Thompson, James Scott considera que tem sido dedicada muita atenção, em termos teóricos, às classes, sem que o mesmo interesse recaia sobre a luta de classes⁹², ainda que as classes não existam como entidades autónomas, e que seja no decurso da luta que tomem consciência de si. As classes e a consciência de classe são, para E. P. Thompson, o último e não o primeiro estágio no processo histórico real⁹³. Os níveis de luta - formal/informal, individual/colectiva, pública/anónima - estão dependentes da capacidade do sistema de dominação, feita uma avaliação sobre a repressão possível. Além de um objectivo de afronta em relação ao poder - que pode nem existir - no caso do campesinato as formas de resistência visam só a sobrevivência dentro de um sistema. Como refere Eric Hobsbawm, trata-se de trabalhar o sistema para conseguir uma desvantagem mínima⁹⁴. Antes e depois das revoluções, as formas de resistência de rotina constituem as armas dos fracos.

O termo *resistir*, do latim *resistere*, de *stare*, significa estar em pé, manter-se firme, ou contrariar a gravidade, uma acção que implica esforço investido. A atitude de resistência, impregnada das dificuldades inerentes a algo que requer um investimento de energia por parte dos indivíduos, opõe-se à de cedência, de sucumbimento, que remete para a passividade. Integra assim, a ordem do voluntário, e constitui uma transcendência dos limites. Resistir constitui uma expressão da consciência dos próprios limites, que impede as fronteiras de serem ultrapassadas. Assim, a resistência constitui uma necessidade vital e os seres humanos utilizam-na constantemente, quando os limiares de sobrevivência estão em causa. É, no sentido colectivo, lutar pela vida, mas também por um conjunto de valores comuns a um grupo e sem os quais a existência não merece ser vivida, constituindo em paralelo uma forma de declarar uma atitude de adesão aos valores comuns a um grupo, ainda que esse grupo possa estar numa posição

terras. Uma decisão tomada individualmente, que atendeu à mortandade da guerra, à fome nas fileiras e à atracção pela distribuição de terras - os que não desertassem ficariam arredados - que seria facilitada por se encontrar dissoluta a disciplina militar, permitia salvar a pele, retornar a casa e obter terras. V. James Scott, *Weapons of the Weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London, Yale University Press, 1985, p. 293-294.

⁹² No que concerne à questão das classes e ao conceito de comunidade, ter em atenção a dicotomia entre dois modelos teóricos de abordagem do tema, um sob a forma de “comunidade corporativa fechada”, outro atendendo à existência de duas classes em presença. V. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Community in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980. Ambos os modelos implicam a solidariedade social como um elemento essencial à dinâmica local, no primeiro caso horizontal e no segundo vertical. Gilmore, interrogando os modelos, anota que, no caso espanhol, a harmonia pressuposta por ambos é inexistente, estando a história marcada por revoltas, anarquismo e violência de classe.

⁹³ James Scott, *Weapons of the Weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London, Yale University Press, 1985, p. 296-297.

⁹⁴ Eric Hobsbawm, “Peasants and Politics”, *Journal of Peasant Studies*, vol I, nº 1, p. 7, cit por James Scott, *Weapons of the Weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London, Yale University Press, 1985, p. 301.

minoritária. A resistência constitui por esta razão, uma cultura, já que determina a partilha de um complexo de ideais e de práticas comuns a um colectivo, que lhe servem à manutenção da existência, em termos materiais, e que confere uma “imunidade natural”⁹⁵ a esse colectivo.

Esta cultura, que resiste à pressão das classes dominantes - cujo objectivo consiste, em termos ideológicos, na aniquilação dos subordinados de forma tão eficaz que sejam eles próprios a negar a existência de formas culturais alternativas, de que sejam possuidores - reflecte um *excesso de reputação* local. De facto, no seio do colectivo mais alargado e abrangente de resistentes ao Estado Novo, o Couço é reconhecido pela desmesura em termos da capacidade resistente⁹⁶. Se a organização de uma memória social constitui um assunto de Estado, através de instituições como o ensino, como a História instituída, como os rituais e monumentos, a memória colectiva é da responsabilidade dos grupos que a engendram, edificam e reproduzem, num esforço para evitar a sua diluição na primeira⁹⁷. É também uma memória oficial, corrente no grupo, já ancorada em formas mnemónicas, como o texto de um espectáculo ou os cartazes de uma exposição, e quando em torno dela emergem episódios vividos em comum - e para cuja saturação a coincidência contribui - a diversidade surge primacialmente a partir das referências à vida pessoal. A percepção de que os fenómenos subjectivos são factos objectivos, por partirem do real, e que o erro ou o exagero, as reticências e os silêncios, são portadores de significado, não serve, neste trabalho ao obscurecer das finalidades, que encaminhavam para a restituição de um referente.

O *nós*, que subsumia frequentemente o discurso elaborado num relato de vida, radica no facto de se reflectir um passado que é entendido de forma partilhada, em que cada um foi agente, mais que espectador, e é hoje testemunha, recuperando com os outros um passado comum. A memória das lutas em que se participou será, porventura, o lado da rememoração onde mais operou o discurso unificador dos quadros sociais, e nomeadamente, do *partido*, através de indivíduos entendidos como ancoradouros seguros dos valores colectivos. O patchwork das memórias parcelares, especializadas, individuais resulta de cruzamentos,

⁹⁵ Anne Marie Moulin “ Une devise pour l’organisme”, in Gérald Cahen (dir.) *Resister - Le prix du refus*, Paris, Éditions Autrement, Série Morales, n° 15, 1994, p. 23. Em termos biológicos, a resistência de um ser vivo aos parasitas e aos micróbios pressupõe que eles não sejam completamente estranhos. As vacinas detêm um efeito nivelador e em termos das ciências da vida, como nas ciências sociais, a resistência, como afirmação de alteridade, faz emergir o que existe de ambíguo e de indeterminado na resistência do próprio. Na biologia actual, defesa e resistência são termos intercambiáveis: a doença pressupõe uma ausência de vontade para lutar. Resistir reenvia, portanto, para a esfera da liberdade: ainda que tenha limites naturais, põe à prova a ousadia de os franquear.

⁹⁶ Em múltiplas situações, no decorrer desta pesquisa, indivíduos variados queriam acrescentar mais e mais episódios relativos ao papel dos coucenses nos círculos de oposição activa ao Estado Novo. Nos corredores de congressos e seminários, durante as pausas do trabalho em arquivos e bibliotecas, mesmo durante as reuniões do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa da FCSH/UNL, os relatos acerca da tradição resistente do Couço contribuíam para esta consciência do excesso de reputação. Ouvidos os de fora, quase se afiguravam modestos os comentários que os próprios resistentes do Couço faziam sobre si próprios.

⁹⁷ V. Y. Lequin e J. Metral, “A la recherche d’une mémoire collective: les métallurgistes retraités de Givors”, *Annales ESC*, 1980, Jan-Fev., pp. 149-163.

entretencimentos, cortes, que mostra formas de sociabilidade que conferem dinâmica mesmo à mais esmaecida das recordações - como se cada memória individual e familiar não valesse por si, mas pelo lugar que lhe é conferido entre todas as outras memórias.

Mais, porque não há candura na prática da história oral, o recurso ao controlo da recolha pelas ferramentas antropológicas revela-se vital: o trabalho sobre um contexto militante exerce uma retroacção⁹⁸, que conduz a uma reinvenção do grupo pela edificação de uma memória, com tendência a esbater dissensões e a arquitectar um discurso consensual e asséptico. Uma estadia alongada no terreno serve ao mitigar desta imperfeição, e à identificação de um grupo resistente com base na informação recolhida junto dos indivíduos tidos como ancoradouros da memória grupal - a *self-selected sample* - acrescenta outros indivíduos passíveis de fornecer outras tantas hipóteses de entrada no tema, na linha das propostas de controlo da investigação feitas por Daniel Bertaux.

Gramsci, nas suas notas de prisão, estabelece as fronteiras do conceito de *hegemonia*, que pressupõe a subordinação ideológica da classe subalterna, já que um grupo social que domine outros que lhe são antagónicos, tende a liquidá-los ou a subjugá-los de diferentes formas⁹⁹. A saída só é encontrada na liderança, pois quando um grupo lidera e dirige, ou seja, detém o poder, esse grupo conseguiu a hegemonia. Ou seja, também em termos culturais, tornou-se dominante. A contra-hegemonia edifica-se com padrões diferentes dos da ordem hegemónica, e está portanto dependente dos sentidos, valores e práticas a que resiste. Ainda que Pierre Bourdieu saliente que os grupos dominados tendem a emular as práticas dos grupos dominantes, visando uma diminuição da distância simbólica entre as classes, a imitação constituiria a manutenção dessa mesma distância. Criar uma contra-hegemonia pressupõe, assim, mudar uma estrutura e as condições de existência. A hegemonia e a resistência, segundo James Scott, derivam da acção e não do pensamento.

Os momentos épicos de resistência constituem mitos fundadores ou alimentadores das memórias dos grupos, pelo facto de integrarem uma cultura comum. Num tipo de sociedade determinada, existem sempre dois movimentos sociais antagónicos, que confrontam os elementos dessa sociedade com um conjunto de escolhas coerentes e radicais. Ou seja, dentro de uma mesma sociedade, com uma memória social comum, são produzidas memórias colectivas diferenciadas. A luta de classes é a forma mais corrente deste antagonismo. Resistir é não cooperar com o inimigo, permanecer numa posição determinada sem se demover num primeiro

⁹⁸ Sobre o carácter da pesquisa - e nomeadamente da recolha de histórias de vida - como produtora dos sujeitos, ao mesmo tempo que estes produzem a própria história de vida, v. Gaston Pineau, "Dialéctique des histoires de vie", in D. Desmarais e P. Grell (dir.) *Les recits de vie*, Montreal, Ed. St. Martin, 1986, pp. 131-150: uma vida apropria-se das relações sociais e interioriza as funções sociais, que retransforma em estruturas. Integra-se num ciclo de produção-troca-consumo-(re)produção, em que a elocução constitui sempre um apelo ao outro.

⁹⁹ Antonio Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, London, Wishart, 1971, p. 333, cit por James Scott, *Domination and the Arts of Resistance*, New Haven and London, Yale University Press, 1990, p. 91.

nível ou, em termos terminais, afrontá-lo - é então que a resistência toma forma de movimento colectivo - mantendo assim a cultura grupal.

Num nível intermédio, a resistência comporta várias modalidades de um repertório que vem sendo apurado e que, nas suas formas modernas, segue modalidades experimentadas desde o século XIX, com o aparecimento de um movimento operário¹⁰⁰. De resto, no caso do Couço, a equiparação das formas localmente utilizadas às inerentes ao operariado era entendida claramente como uma promoção. A não aceitação de sujeição a uma ordem que provém de uma outra cultura e transporta consigo a marca da dominação, ainda que não imediatamente expressa de forma activa na forma de um levantamento ou de uma revolta, latente e não imediatamente expressa, implica o conhecimento de um repertório de luta que adequa o vigor da resistência àquilo a que se opõe. Saber como reagir depende das oportunidades, dos objectivos e das formas organizativas, e o repertório constituído pelas formas disponíveis de resistência podem ser locais e patrocinadas, ou nacionais e autónomas¹⁰¹.

Por outro lado, resistir é revelar oposição relativamente à disciplina que, no início do processo de socialização, é inculcada, já que a sociedade incorpora os indivíduos ensinando-os a não oporem resistência¹⁰². Para Durkheim, o espírito de disciplina constitui o primeiro elemento da educação moral, que começa a ser inculcado no decorrer da segunda socialização infantil - ou seja, quando a criança é enquadrada no ensino primário, iniciando a saída do círculo familiar e abrindo-se ao que a rodeia¹⁰³. Os *factos sociais*, que consistem em tipos de condutas ou de representações, de formas de pensar, de agir e de sentir caracterizadas pela sua exterioridade em relação ao indivíduo, cujos veículos são a tradição, a educação e pela anterioridade de uma sociedade em relação a um indivíduo, não são superáveis pela vontade individual¹⁰⁴. Mais, essa vontade individual não pode alterar a educação que a enformou, e a pressão social retira aos indivíduos a autonomia. As normas apreendidas encaminham os indivíduos para o combate à *anomia* - ou seja, a ausência de regras morais e jurídicas passíveis de moderar os vários domínios da vida social. O constrangimento constitui um elemento essencial à preservação da harmonia colectiva, na óptica durkheimiana, o que faz emergir uma questão: se a difusão e a inculcação de um sistema de valores, nomeadamente através dos mecanismos educativos, é essencial à reprodução de uma sociedade, como entender a emergência de revoltas, ou seja, de

¹⁰⁰ Sobre os repertórios de confronto, definidos como o conjunto de meios que um grupo possui para fazer exigências de tipos variados a vários indivíduos os grupos, v. Sidney Tarrow, *Power in Movement - Social Movements, Collective Actions and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, pp. 31-47.

¹⁰¹ Sidney Tarrow, *Power in Movement - Social Movements, Collective Actions and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 32. Este autor salienta, na linha de Charles Tilly, a existência de um repertório modular, que é a capacidade de uma forma de acção colectiva ser utilizada por diferentes actores, contra uma variedade de alvos, só por si ou em combinação com outras formas.

¹⁰² Paradoxalmente, as ciências da vida ensinam que se os seres humanos não resistirem, não conseguem sobreviver.

¹⁰³ Émile Durkheim, *L'éducation morale*, Paris, Quadrige/PUF, 1992, p. 15.

¹⁰⁴ Émile Durkheim, *As regras do método sociológico*, Lisboa, Presença, 1980, pp. 36-39.

cortes com um sistema de valores anteriores? O conceito de resistência tem de defrontar-se com um nível de coacção, e recusá-lo, e pressupõe que, apesar de haverem sofrido o processo de integração social e absorção das regras, há indivíduos que, inseridos em grupos determinados e sob condições específicas, em vez de se adaptarem, resistem e, no limite, rebelam-se.

Essencial à afirmação de uma *cultura de resistência* é, assim, a oposição de uma força à revelia do processo de socialização. A acção encaminhadora do Estado, expressa nomeadamente através do papel unificador da escola é obstada por um esforço resistente, em que a memória familiar e o contexto local desempenham as principais funções. A resistência não é só um desvio em relação às normas, mas constitui um investimento activo contra a disciplina e os modelos, opondo-lhes outras configurações. Constitui, portanto, um efeito e uma causa de conflitos, num ciclo em que a luta, a repressão e a resistência são contíguas. Um movimento colectivo consiste num conjunto de ideais e práticas, integrados num idioma socialmente partilhado, que visa exigir mudanças em determinados aspectos da vida social. Assim, o que caracteriza qualquer movimento colectivo como um tipo particular de mudança é a sua relação com um grupo articulado e organizado. Inicia-se com desobediência colectiva, em relação à qual não é muito relevante saber se há ou não intenção consciente.

Para que um movimento colectivo se mantenha é necessário que exista um grupo de indivíduos com interesses comuns e que portanto vise idênticos objectivos, num levantamento. Para que um movimento se torne mais ecuménico e, portanto, abarque um leque mais vasto de interessados, a noção de *programa mínimo* revela-se frutuosa, pois é possível reunir em torno de um conjunto de objectivos consensuais um núcleo mais vasto de indivíduos, que constitui a base social de um movimento, ainda que fique afrouxada a coesão interna do grupo desencadeador e que possivelmente tem de aceder a diluir as responsabilidades na direcção. A adesão a esses objectivos idênticos pressupõe ainda que os indivíduos estão dispostos a envolver-se para os atingir. Uma dificuldade de peso surge nestas circunstâncias, pois o receio da retaliação, principalmente sob um Estado repressivo, age pela contecção dos ímpetos individuais e rechaça a capacidade de revolta de parte dos indivíduos, medidos os custos de um envolvimento.

A pressão que leva um indivíduo a juntar-se a outros e a edificar com eles um movimento, se tem uma base utilitária, assente em razões económicas, não exclui um conjunto de pressões sociais - dos parentes, dos vizinhos, dos amigos - e uma adesão emocional, assente no dever de classe, que se opõe à traição em relação ao grupo social de que se provém.

Numa povoação como o Couço, os movimentos colectivos do período estudado constituíram um *facto social total* no sentido que lhe foi atribuído por Marcel Mauss, pois ainda que nem todos estivessem envolvidos, a aceleração provocada fez deles fenómenos com

implicações nos vários domínios sociais¹⁰⁵. Este acervo de significados de um movimento radica e serve de explicação à identidade grupal¹⁰⁶.

Os movimentos sociais resultam de um conjunto de mudanças profundas na sociedade, e a sua eclosão implica a produção pelos agentes das condições históricas necessárias à sua ocorrência. A definição de movimento colectivo aqui utilizada reportar-se-à ao *conjunto de actuações colectivas destinadas a apresentar aos representantes do poder (autoridades, grupos, sociedade em geral) uma reivindicação determinada, seja ela nova, seja para repôr um estado de coisas*. Distingue-se dos movimentos sociais pela dimensão mais circunscrita, ainda que possam universalizar-se os seus objectivos.

Visto que o acesso aos recursos existentes dentro de uma comunidade é desigual, e no caso estudado, os recursos se encontram nas mãos de uma classe, a simetria e o equilíbrio não existem. Como esta desigualdade é recorrente, o gérmen da mudança encontra-se presente em todas as sociedades, sendo o equilíbrio social pontual¹⁰⁷. Assim sendo, quais são as condições que permitem que os problemas sociais se transmutem em movimentos colectivos? Por que razões, sob determinadas condições são edificados movimentos, enquanto que noutras com carácter similar, eles não ocorrem?

Os períodos de intensa actividade em termos de movimentos, estão associados a fracturas qualitativas na sociedade. Podem constituir reacções a mudanças sociais mas são o produto dessas mesmas mudanças, e surgem frequentemente associados a conjunturas que os propiciem. Nos meios rurais, pelo seu carácter de *part-societies*, os movimentos colectivos atendem quer às condições locais propiciadoras, quer ao momento nacional que propicie a sua eclosão.

A teoria da mobilização de recursos¹⁰⁸, ao enfatizar a continuidade entre a vida quotidiana e as formas de protesto, normalizando os movimentos sociais, atenua a importância das formas de protesto que violam as normas sociais, que são ilegítimas e ilegais¹⁰⁹, mas que

¹⁰⁵ Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, vol. II, S. Paulo, EPU/EDUSP, 1974, p. 41. [trad. do francês, *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1950.]

¹⁰⁶ As redefinições de alteridade ajudam à construção de novas formas de resistência. A componente messiânica e milenarista associada a um conjunto de movimentos não pode ser dissociada das componentes étnicas ou nacionalistas de que se reveste num conjunto de situações, de recuperação de mecanismos identitários e práticas de representação. Assim sucede, por exemplo, com o indianismo na América do Sul ou os movimentos no país vizinho de recuperação da galeguidade.

¹⁰⁷ Sobre as formas de superar conflitos, na ânsia de uma vida melhor, v. Jeremy Boissevain, *Friends of friends - Networks, manipulators and coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1974, *passim*.

¹⁰⁸ V. Joe Foweraker, *Theorizing Social Movements*, London, Pluto Press, 1995, pp. 14-18.

¹⁰⁹ V. Frances Fox Piven e Richard A. Cloward, "Collective Protest: A Critique of Resource-Mobilization Theory", in Stanford M. Lyman (ed.) *Social Movements - Critiques, Concepts, Case-Studies*, London, Macmillan, 1995, pp. 137-167, que consideram que os autores da corrente que exalta a mobilização de recursos no desencadear de um movimento fazem tábua rasa da acção colectiva não normativa, como a desordem e a rebelião. Para os autores, a concepção de protesto que faz dele uma forma normal em política ignora as regras que regulam a vida social, e que, em si, constituem já uma estratégia de poder. Para Piven e Cloward, as formas de protesto não só estão fora como são contra a política normal, criticando a tendência normalizadora de autores como Charles Tilly, Anthony Oberschall.

todavia emergem em certos condicionalismos, nomeadamente sob uma ditadura. Mais, estes autores tendem a encarar a violência colectiva como sofrida pelos grupos e não como exercida por eles; mais do que parte do movimento colectivo, a violência é encarada com a reacção das tropas, da polícia, das forças de segurança sobre os manifestantes e ocupantes. É importante salientar que os que protestam não são só vítimas de violência, são igualmente protagonistas. Frisa-se que, no caso estudado, em notória condição de desigualdade, pelo poder do estado ditatorial, as formas de violência expressa ou camuflada da parte deste eram francamente superiores.

Mais importante do que interrogarmo-nos sobre como se rebelam as comunidades é sabermos porque o fazem e porque razão, sendo ubíquas as condições em termos regionais, só alguns locais desencadeiam movimentos. Se a organização a partir do exterior dá algumas respostas, exercendo-se a influência mais fortemente nuns locais do que noutros, como explicar contudo a eclosão de eventos de luta em certas povoações específicas? Como explicar que umas comunidades consigam sustentar rebeliões, enquanto outras não o fazem? Também a questão do limiar da revolta também merece ser discutida: quando atinge uma comunidade ou um grupo o ponto de não retorno? Que condições têm de emergir para que um movimento colectivo tenha lugar?

Os autores defensores das teorias da mobilização de recursos conferem grande importância aos cálculos individuais, assumindo a participação um carácter condicional. Assim, cada indivíduo tem o seu próprio limiar de participação, baseado em pistas como a segurança, o sentido e a necessidade de agir, o que leva a que mesmo aqueles que cooperam com o poder vigente poderão rebelar-se se o movimento atingir determinadas proporções, com receio de futuras retaliações. Esse limiar de participação pode ser medido através da própria comunidade tomada como população de referência.

A tendência normalizadora, que enquadra a acção colectiva nos quotidianos tende a obscurecer as pré-condições para protestar, ou seja os requisitos sob os quais os indivíduos resolvem associar-se para lutar - defendendo ou atacando - desafiando regras e arriscando represálias. As condições que precedem os episódios de luta, longe de serem recorrentes, permanentes e ubíquas, como os adeptos da teoria da mobilização de recursos defendem, são específicas de uma dada conjuntura. A pressão para a mudança, provinda do ambiente e da população, da inovação cultural e da difusão das práticas tecnológicas e culturais, que actuarão com maior ou menor rapidez, já fora abordada nos finais do século XIX por Émile Durkheim, recobrando o conceito de *anomia* o vácuo normativo de uma acelerada mudança social: com poucos recursos e sem regras morais que constriam as aspirações, devido à disrupção das normas, os indivíduos veriam decorrer a sua existência, alicerçada em relações familiares, de vizinhança e de amizade fragilizadas. Se o descontentamento é uma constante (e dessa maneira, desvalorizado), ele não introduziria anomia, que seria algo de inerente aos sistemas sociais.

Como compreender, nessa continuidade, a emergência de picos de descontentamento? Piven e Cloward defendem que após uma quebra nas condições sociais, emergem formas disruptivas¹¹⁰.

No que concerne aos movimentos colectivos, a aplicação de uma grelha de análise que enfatiza quatro pontos, proposta por Henry Landsberger¹¹¹, revela-se proveitosa. Assim, e resumindo um conjunto de alíneas, sugere Landsberger que sejam consideradas as fontes e a natureza das tensões - objectivas e subjectivas - no crescimento de um movimento; que sejam analisadas as condições que favorecem a cristalização do descontentamento e que o tornam num movimento, ou seja numa acção colectiva e de protesto; que se determine a natureza do movimento, nos seus objectivos, nos meios, na ideologia, nos agentes, na liderança e na estrutura; finalmente, que se examine o que foi determinante no sucesso ou no fracasso, com uma visão dos aliados e dos antagonistas.

No que concerne às lutas locais, e às formas de organização alicerçadas no Partido Comunista Português, deve ter-se em conta a relação entre o nível local e o translocal. A resistência coucense integrava-se num nível superior da luta contra o salazarismo que mobilizava a oposição ao nível do país. Como Linda Raby refere há que distinguir *resistência* e *oposição*, implicando a primeira uma componente activa, empenhada, militante, enquanto a segunda, que pode ser legal, tem uma actividade reduzida e pode ser tolerada¹¹².

Interessa-nos aqui salientar as formas de acção colectiva, seja quando os seus objectivos foram atingidos, seja quando se frustraram - mesmo nestas circunstâncias, os efeitos foram profundos e os resultados tiveram reflexos em termos gerais, transcendendo a esfera local. Nos momentos de mudança histórica acelerada, há um ponto assumido como de não retorno, a partir do qual os envolvidos têm a consciência de que já não podem recuar e que nada voltará a ser como dantes¹¹³.

Esta acção colectiva, que pode ir de formas menos organizadas - como as turbas, e os tumultos - a outras mais estruturadas, com líderes, programas de actuação e formas de organização mais ou menos burocratizadas, assumirá ora um carácter mais circunscrito, expressando vontades e necessidades restritas (locais, grupais, de classe), ora poderá visar de forma instrumental objectivos concretos que conduzam a uma redistribuição do poder na sociedade. Importa destrinçar o que constitui o resultado de uma movimentação exterior a um

¹¹⁰ Frances Fox Piven e Richard A. Cloward, "Collective Protest: A Critique of Resource-Mobilization Theory", in Stanford M. Lyman (ed.) *Social Movements - Critiques, Concepts, Case-Studies*, London, Macmillan, 1995, p. 153: "In short, breakdown is often prerequisite to breakout."

¹¹¹ Henry Landsberger, "Peasant unrest: Themes and variations", in Henry Landsberger (ed.) *Rural protest: Peasants Movements and Social Change*, London, Macmillan, 1974, pp. 1-64.

¹¹² Linda Dawn Raby, *A resistência antifascista em Portugal 1941-74*, Lisboa, Salamandra, 1988, p. 15.

¹¹³ "Nas revoluções, tal como nas contra-revoluções e guerras civis, surge um ponto crucial em que as pessoas subitamente compreendem que se separaram irrevogavelmente do mundo que conheceram e aceitaram durante toda a sua vida. Para as diferentes classes e indivíduos, este relâmpago momentâneo de uma nova e assustadora verdade surge em pontos sucessivos do colapso do sistema existente." V. Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia - senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975, p.129.

determinado grupo, e de que este sofreu as consequências em termos de mudança, daquilo que resulta de um efectivo movimento do grupo com vista a atingir determinados objectivos. A mudança social constitui um fenómeno conduzido pela acção humana, havendo que utilizar com cautelas o conceito, já que ela poderá resultar da difusão, por via das relações entre o local e o Estado, poderá ser produzida por um grupo social (uma *elite*) para consumo por todos os outros.

James Scott¹¹⁴ oferece uma teoria da relação entre a comunicação e o poder que permite compreender a acção dos grupos socialmente subordinados através do seu discurso perante diferentes audiências. Acresce ao que este autor refere que mesmo quando a audiência é a mesma, o tom discursivo pode sofrer nuances, dependendo da conjuntura ou da interferência de novos actores em cena. Assim, as formas de resistência encapotada, legíveis nomeadamente na elaboração de um discurso respeitoso em relação às camadas dominantes em momentos defensivos, transmutam-se num registo em que a agressividade, a afronta e a reivindicação expressa se tornam correntes, quando as condições - e designadamente uma conjuntura nacional favorável - a propiciam.

James Scott alerta para o carácter quase insidioso da resistência, responsável pelo não reconhecimento das suas formas mais camufladas, mesmo pelos próprios investigadores. O *registro escondido*, recorrente na expressão rebelde daqueles que estão arredados do poder, e que teriam algo a perder nas formas expressas, é dificilmente detectável. Na sua obra *Weapons of the Weak*, James Scott¹¹⁵ alude à dimensão ideológica mas inefectiva do poder, face às acções anónimas dos que deste estão arredados e sistematiza duas dimensões da resistência: a resistência quotidiana e a confrontação directa¹¹⁶. A História, não só pelas suas instâncias de produção, como pelos meios - as fontes escritas são produzidas pelas elites - está mal equipada para encarar as formas de luta que emergem em meio rural¹¹⁷. A historiografia da luta de classes, como salienta o autor, foi sistematicamente distorcida num direcção estatocêntrica, que enfatiza pequenas revoltas susceptíveis de pôr em causa o poder central. Ainda que esses momentos detenham uma importância real e simbólica pela violência ou pelos objectivos políticos, a maioria dos grupos sociais subalternizados integra-os na guerrilha silenciosa do quotidiano. As formas de resistência de rotina, prosaicas mas constantes, incluem um conjunto de práticas - da lentidão no desempenho de tarefas, à dissimulação, até a formas mais fortes,

¹¹⁴ James Scott, *Domination and the Arts of Resistance - Hidden Transcripts*, New Haven/London, Yale University Press, 1990.

¹¹⁵ James Scott, *Weapons of the Weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London, Yale University Press, 1985.

¹¹⁶ Se à primeira correspondem as deserções do serviço militar, na segunda enquadram-se os motins para substituir oficiais; na primeira estão os pequenos roubos aos celeiros e armazéns, enquanto na segunda se enquadram os ataques e pilhagens com distribuição de alimentos; se na primeira se situam as infiltrações em propriedades, a segunda configura a invasão unidades produtivas que põem em causa as relações de propriedade. Cada uma destas técnicas é manipulada de acordo com as características do universo em presença.

¹¹⁷ James Scott, *Weapons of the Weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven/London, Yale University Press, 1985, p. 36.

como a sabotagem ou o fogo-posto - e compreendê-las significa ter a percepção do que fazem os indivíduos, entre os momentos épicos, para defender os seus interesses. As designadas *armas dos fracos*, com muito de brechtiano, beneficiam da cumplicidade colectiva, não só da família, como de núcleos que a transcendem, e nomeadamente a vizinhança.

Numa situação de dominação, como sucede sob a tutela de um estado autoritário, por um lado, e com formas de subalternização de classe muito acentuadas, por outro, as formas culturais tendem a fragmentar-se entre a acomodação, num extremo, e a resistência, no outro. Esta última, todavia, é gradativa, variando entre as formas de rotina camuflada e os momentos inflamados. As imposições culturais, provenientes ainda que de forma disfarçada do grupo no poder, tendem a exercer dominação sobre as dos outros grupos, ajustando-lhes os modos de vida, para manter as respectivas posições. Contudo, a resistência desencadeia a criatividade cultural¹¹⁸, seja nas formas dissimuladas, seja nas mais contundentes - o repertório utilizado no contencioso social, se beneficia de uma memória que actualiza configurações já experimentadas, ganha novas feições mercê dos acrescentos originados pelos eventos de luta.

No final da década de 60, correspondendo ao interesse que os movimentos sociais rurais despertavam entre os antropólogos, Eric Wolf publica *Peasants Wars of The Twentieth Century*. São seis as revoluções ou rebeliões por si abordadas, enquadradas no sistema cultural característico do Atlântico Norte, ainda que não necessariamente localizados nesse espaço geográfico, devido ao carácter expansionista do capitalismo, que, em termos ideológicos, mercantiliza a terra, o trabalho e a riqueza, retirando-lhes o valor de uso. Nas sociedades abordadas, a terra é de renda, o trabalho é pago e o capital é livremente investido. A terra torna-se mercadoria no sistema cultural que emerge do capitalismo. Para os índios mexicanos, para os camponeses russos e vietnamitas abordados na obra, ela é um atributo da comunidade, sucedendo o mesmo na Argélia até à chegada dos franceses. Na China, ainda que comprada e vendida, a terra surge associada a uma família que lhe dá continuidade. Só em Cuba, cedo iniciada na plantação colonial, é mais clara a mercantilização da terra. Antes, o equilíbrio social assentava num conjunto de transferências dos camponeses para os senhores por um lado, e da obtenção de um fundo de segurança por outro. A organização comunal e a dependência de laços de patrocínio constituíam duas das formas utilizadas pelos camponeses para minimizar os riscos e obter alguma estabilidade. Podem entender-se, de resto, algumas das práticas face aos excedentes dentro de uma comunidade como uma forma velada de conseguir protecção¹¹⁹.

O capitalismo terá, segundo Eric Wolf, conseguido destruir de forma ubíqua as manifestações da tradição, afastando as pessoas da matriz social respectiva, transformando-as

¹¹⁸ O insulto, por exemplo, como recurso de poder negocial entre indivíduos, grupos e estruturas sociais em contextos caracterizados pelo esbater da hierarquia, pois a sua operacionalidade só se verifica entre os pares, traduz uma resistência às estruturas dominantes e às normas estabelecidas, desvelando dinâmicas sociais e um universo de forte criatividade.

¹¹⁹ V. Eric Wolf, *Peasants Wars of the Twentieth Century*, London, Faber, 1973 [1969], p. 279.

em actores económicos, e autonomizando-as face aos deveres de vizinhança e de parentesco, o que as conduziu a uma aprendizagem do valor das obrigações por comparação com os custos sociais. Mais, o peso social dos camponeses desceu com o avanço do capitalismo, enquanto crescia o da agricultura capitalista. Para Eric Wolf, o camponês tem grande dificuldade em passar de um reconhecimento passivo das injustiças à participação política como meio para atingir os seus objectivos devido a seis grupos de razões: (1) o isolamento do trabalho e o facto de cada unidade de produção competir com outras idênticas pelos recursos disponíveis e pelo crédito; (2) o carácter do trabalho com uma rotina anual e uma planificação para o ano seguinte; (3) a produção de subsistência, que o escraviza; (4) uma rede social e de entreaajuda que mitiga os choques; (5) o facto de não existir uma classe camponesa, dispersando-se os interesses do grupo por várias classes, pelo parentesco ritual, pelos variados lugares sociais que um mesmo camponês ocupa; (6) exclusão passada relativamente à tomada de decisões, que o priva do conhecimento necessário à articulação dos seus interesses com formas de acção adequadas. Vejamos como se comportam estas razões, uma a uma, na povoação alvo desta abordagem e no período estudado.

O trabalho é realizado, individualmente ou em grupo, para uma entidade autónoma que paga um salário a cada um dos elementos de um *rancho*. Ainda que eventualmente haja competição pela contratação - o que levou quer à existência de lutas por medidas que impedissem a contratação de trabalhadores de fora enquanto não estivesse garantido o pleno emprego local, quer à emergência de rivalidades com os trabalhadores migrantes - a consciência de classe torna-se imperativa, induzindo o trabalhador rural à unidade, tendo em vista os seus objectivos.

Ainda que o trabalho seja duro, não há uma rotina anual tão clara como para os camponeses, já que o assalariado rural não toma decisões no que concerne ao processo de produção; mais, a haver uma rotina anual, ela incorpora tempos mais ou menos dilatados sem trabalho, muitas vezes em função das escolhas económico-técnicas dos proprietários.

Ao não controlar qualquer terra, ao não deter quaisquer meios de produção além da força de trabalho, a atenção às consequências e o pesar das retaliações não constituem tão pesados óbices à participação activa em eventos de luta. Quando a prisão sobrevém, os agregados domésticos ressentem-se, e têm a percepção de que tinham ainda algo a perder, tanto mais evidente se existirem manifestações retaliatórias intra-grupais pela delacção por parte do elemento detido.

Atendendo a que os laços de parentesco e nomeadamente os de aliança são estabelecidos no seio do próprio grupo (a isogamia, que resulta de uma estrita endogamia grupal, é a regra), num momento de crise, grande parte dos familiares encontra-se numa idêntica situação. A ajuda mútua entre destituídos é, assim, quase uma impossibilidade, o que

faz com que a activação dos laços de vizinhança não seja completamente eficaz na resolução de uma crise.

Os interesses de um assalariado rural raramente atravessam o alinhamento de classes, o que faz com que só episodicamente possa fazer frentes que englobem os proprietários. As relações entre os extremos da escala social no campo são geralmente distanciadas. O patrocínio¹²⁰ e outras relações diádicas verticais (como o parentesco ritual) constituem um óbice à *unidade* de classe, conduzindo aqueles que enquadraram relações desse tipo a uma mais tardia adesão aos movimentos e formas de protesto. Mais, não são assim tão vastos os papéis sócio-económicos desempenhados por um assalariado destituído de terras, atendendo ao lugar social que ocupa.

Se o assalariado rural vem sendo excluído da tomada de decisões, e do conhecimento, detém todavia uma memória de luta que é fundamental em termos organizativos e que foi forjada ao longo de gerações, defendendo-se aqui a tese de que essa memória, conjugada com as condições criadas em determinadas conjunturas, são os factores desencadeantes de um movimento social.

Eric Wolf, que denota alguma ingenuidade, nomeadamente na definição de campesinato, dando importância ao facto de um camponês poder tomar decisões técnicas no que concerne ao processo de cultivo, quando o cerne da questão se encontra no processo de produção e troca, controlados do exterior e pelas camadas elevadas, reitera, no que concerne ao campesinato, a tese da subsistência e do estatuto social numa rede densa como objectivos principais dos camponeses.

Quanto à importância da rede social - ou seja, das formas de integração lateral no desencadear de protestos - os seguidores da teoria da mobilização de recursos consideram que quanto maior for a sua densidade, tanto mais fácil é o desencadear de um movimento¹²¹. Também Barrington Moore reforça que o grau de solidariedade dentro de um movimento

¹²⁰ V. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, pp. 108-113: a amizade desequilibrada previne a existência de conflitos, levando o cliente a confiar nos empenhos do patrono. A consciência de que um indivíduo não superará uma situação difícil por estar do lado certo, mas por se rodear dos protectores adequados é residual entre os entrevistados e inversamente proporcional ao seu envolvimento político. Ao contrário do contexto transmontano, onde a expressão “quem não tem padrinhos morre mouro” é corrente, o seu equivalente na Andaluzia não é referido pelos entrevistados. O evitamento de classe obsta, de resto, à existência deste tipo de relações, que insularia os que as contraíssem. As relações de patrocínio em Fuenmayor unem geralmente os proprietários e os seus empregados permanentes, e não obstam à existência de um fosso entre ricos e pobres.

¹²¹ Sobre este assunto, v. Charles Tilly, *From mobilization to Revolution*, p. 84, cit. por Frances Fox Piven e Richard A. Cloward, “Collective Protest: A Critique of Resource-Mobilization Theory”, in Stanford M. Lyman (ed.) *Social Movements - Critiques, Concepts, Case-Studies*, London, Macmillan, 1995, p. 145. que defende ser o entrelaçamento de relações fundamental como princípio de mobilização. Outros autores destacam a importância da densidade da rede social no desenvolvimento de um movimento colectivo, ainda que Piven e Cloward argumentem que as formas de integração lateral são ubíquas, e dariam portanto ocasiões recorrentes para o protesto. Em nosso entender, a rede social constitui uma condição necessária, que precisa de ser complementada por um conjunto de outras.

depende da densidade dos laços e do entrelaçamento entre eles¹²². Mas como explicar que, sendo essa rede ubíqua e permanente, a alteração colectiva seja episódica e pouco frequente? Intrigante, atendida a que todos os grupos integram redes sociais, é a razão que leva a que alguns colectivos protestem, e outros, que também o poderiam fazer, não o façam. A existência de uma cultura resistente, alicerçada em memórias anteriores de eventos de luta que conferiram aos indivíduos o manancial de conhecimentos que lhe permita dar resposta em situação de contencioso constitui uma hipótese explicativa. Por outro lado, durante grande parte do tempo, os indivíduos tentam fazer a sua vida quotidiana, e não fazer história.

Os requisitos para o protesto, segundo a teoria da mobilização de recursos, são uma forte inter-relação, com sentido de identidade comum, e um idioma partilhado em que a subalternização e o antagonismo são marcantes, com o domínio de códigos comuns. Desvalorizam a questão da organização, salientando antes a consicência comum da opressão e da repressão. Eric Wolf salienta que uma rebelião não pode desencadear-se a partir de uma situação de impotência, visto que os destituídos de poder se tornam vítimas fáceis¹²³, excluindo assim a assumpção de que “só têm a perder as suas cadeias”. Para Wolf, são os médios camponeses que detêm capacidade de manobra, ainda que saliente a importância de algumas actividades casuais (recolocação, trabalho casual, contrabando) que servem de complemento económico, susceptível de conferir maior autonomia aos grupos que a não possuam. Estas são algumas das armas dos fracos, na acepção de Scott, que lhes dão força e poder para desgastar e corroer. Para Wolf é a camada intermédia do campesinato, que se localiza numa área social fora do controlo dos proprietários, que melhor se rebela, porque, ainda que sejam os mais conservadores e afeitos à tradição, são, até por isso, os mais sensíveis às mudanças - demográficas, técnicas, usurpação de direitos, subidas de rendas e hipotecas. São igualmente quem mais depende de laços tradicionais de parentesco e ajuda mútua: é o esforço para se manterem dentro da tradição que faz os camponeses revolucionários¹²⁴.

Entre as pré-condições para formas de acção colectiva encontram-se as mudanças na sociedade, e só sob essas condições as classes sociais mais baixas encontram uma situação em que possam lutar pelos seus interesses de classe. As crises económicas activam as lutas dos subalternizados, não só pela extrema miséria ou pelo aparecimento do exército de reserva dos desempregados, mas porque revelam contradições antes camufladas. Assim, as carências constituem frequentemente um sintoma de uma crise mais profunda e que não pode ser solucionada dentro duma ordem anterior. Quando as esperanças dos indivíduos são defraudadas, a reacção pode ser violenta. A quebra de um quotidiano, cujas estruturas e rotinas são afectadas - a desrotinização - é o reflexo dessas mudanças, que podem conduzir às formas de banditismo

¹²² Cf. Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia - senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975, p. 545.

¹²³ Eric Wolf, *ob. cit.*, p. 290.

¹²⁴ Eric Wolf, *ob. cit.*, p. 292.

social de que fala Eric Hobsbawm¹²⁵. Entendemos haver algum imobilismo nesta perspectiva, já que se fosse exclusivamente a desrotinização a desencadear os movimentos colectivos, ela denotaria uma atitude de sujeição por parte dos grupos subalternos, que se submeteriam à autoridade, só se rebelando para poder repetir no futuro o que faziam no passado. Esta reactividade, se terá algum préstimo na caracterização das atitudes camponesas, não se revela eficaz na abordagem dos contextos em que os assalariados constituem a maioria nos grupos subalternos do campo. A acção, e não exclusivamente a reacção, detêm entre os trabalhadores rurais do sul um carácter recorrente nos períodos anuais que conferem ao grupo assalariado capacidade reivindicativa. A explicação para o deflagrar de uma luta em contexto rural, se pode ser dada por uma estrutura de classes com desigualdades gritantes no plano económico, não é determinada num nível imediato por esta¹²⁶. Mais, a melhoria das condições económicas dos rurais constitui frequentemente um preâmbulo da revolta¹²⁷.

A acção colectiva, nas suas múltiplas formas, tornou-se objecto de uma redescoberta teórica. Pressupõe uma organização, marcada pela racionalidade, pela coerência e pela existência de fronteiras formais. No caso estudado, se a estrutura do partido é detentora dessas características, ela plasma-se numa rede anteriormente assente em relações parentais, vicinais e profissionais. A cooperação emerge, neste quadro, como uma construção cultural, e enquadra mecanismos cognitivos nos quais se alicerça a aprendizagem colectiva. Por essa razão, abordar a acção colectiva é analisar os processos de expressão dessa mesma acção, havendo que entender as regras - ou as estratégias, menos normativas - que lhe subjazem¹²⁸.

Piven e Cloward¹²⁹ **Erro! Marcador não definido.**, debruçados sobre os movimentos americanos desde a 2ª guerra mundial, preocupam-se com a explicação da sua irrupção quando esta teve lugar, com as formas assumidas e com as respostas das elites, por considerarem que revelam as limitações e as possibilidades relativamente ao poder por parte dos pobres. Referem que Marx afirmou que os movimentos proletários são formados por um processo dialéctico, reflectindo a lógica institucional da organização capitalista. As lutas seriam, assim, originadas e dirigidas contra

¹²⁵ E. J. Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos - Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp. 22-37.

¹²⁶ Para Barrington Moore, “*Só por si, as diferenças sociais e económicas nunca explicam um conflito.*” Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia - senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975, p. 122. [1ª edição americana de 1967]

¹²⁷ Barrington Moore Jr., *ob. cit.*, p. 543.

¹²⁸ Cf. François Chazel, “Introduction générale”, in François Chazel (org.) *Action collective et mouvements sociaux*, Paris, PUF, 1993, p. 14.

¹²⁹ Frances Fox Piven e Richard A. Cloward, *Poor people movements - Why they succeed, how they fail*, New York, Vintage Books, 1977. As principais propriedades das lutas populares contemporâneas são uma imagem de uma lógica institucionalmente determinada e um desafio a essa mesma lógica. Por essa razão, os autores se preocupam com a identificação das condições institucionais que tornam possíveis em certas ocasiões os movimentos de massas, que determinam as formas adoptadas por esses movimentos e as respostas das elites. Interessa-lhes aquilo que Barrington Moore denomina *suppressed historical alternatives* (alternativas históricas suprimidas), ou seja, as opções políticas institucionalmente válidas mas não postas em práticas pela liderança de um movimento.

os arranjos institucionais. Para estes autores, que reiteram à espontaneidade um importante papel, é essencial que seja feita a análise das condições institucionais que criam e ao mesmo tempo limitam as oportunidades para a luta de massas. Depois de se debruçarem sobre um conjunto de movimentos sociais, concluem que não foi a organização formal mas a desobediência das massas que permitiu obter vitórias nos anos 30 e nos anos 60; pelo contrário, como eram intensamente vulneráveis à oligarquia interna e à integração externa com as elites, as organizações burocráticas que se desenvolveram dentro dos movimentos tenderam a dessensibilizar a militância que fora a principal fonte de influência; mais, as organizações formais entraram em colapso quando os movimentos declinaram.

Num trabalho de etnohistória centrado no movimento anarquista de Casas Viejas, na Andaluzia, no período de que precedeu a guerra civil espanhola, Jerome Mintz¹³⁰ emprega as circunstâncias e os eventos para interpretar as vidas dos trabalhadores rurais e camponeses andaluzes num momento em que são arrebatados por um ideal. Através da utilização de materiais orais, obtidos durante três anos descontínuos de um trabalho de campo complicado, porque realizado sob a ditadura franquista e com os constrangimentos inerentes ao tratamento de um tema como este, o autor consegue novas versões para uma história até então sempre feita a partir dos materiais e pontos de vista dos grupos detentores da escrita. Jornalistas, escritores e historiadores haviam já abordado os acontecimentos; para Mintz, porém, a história completa estava por contar, através de uma narrativa fiel, que explicasse as implicações sociais da verdade, mas também do erro ou da falsidade, através das vozes dos envolvidos.

O levantamento de Casas Viejas, em pleno governo azañista, segue-se aos levantamentos anarquistas de Barcelona, Madrid e Valência, iniciados em 8 de Janeiro de 1933 e logo derrotados. Dele resultarão dois guardas mortos numa troca de tiros e nove pessoas mortas, queimadas na cabana de um carvoeiro, Seisdedos. Reforçados, os guardas fazem ainda um *raid* na vila e matam mais 12 homens, seguindo-se prisões em massa, num incidente que simboliza a fúria e o martírio dos trabalhadores sem terra da Andaluzia em que virtualmente cada família local foi atingida, permanecendo a memória do acontecimento por décadas. Este levantamento anarquista - e notar que a Espanha é o único país do mundo em que o anarquismo constituiu um movimento de envergadura¹³¹, com todas as características de um movimento de

¹³⁰ Jerome Mintz, *The Anarchists of Casas Viejas*, Chicago, University of Chicago Press, 1980.

¹³¹ Reportando-se essencialmente às obras de Gerald Brenan, *The Spanish Labyrinth*, London, 1960, e J. Diaz del Moral, *Historia de las Agitaciones campesinas Andaluzas*, Madrid, 1929, Eric Hobsbawm, *Primitive Rebels - Studies of Archaic Forms of Social Movements in the 19th and 20th Centuries*, 1959 [Trad. brasileira de Waltensir Dutra, *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978], salienta o carácter circunscrito do anarquismo espanhol, e o seu incessante fracasso: por se tratar de movimentos fortemente localizados, ou, *maxime*, regionais, e por ter um carácter milenarista, de que eram profetas os *obreros conscientes*, não poderia vingar. Cercada a aldeia pelas forças estatais, a revolução estava condenada, e os anarquistas de Casas Viejas “*embora não desarmados, não sabiam o que fazer com as suas armas e foram derrotados para sempre.*” (ob. cit., p. 97)

revitalização¹³². Ainda que usando de uma imagética religiosa, não remete para um carácter milenarista ou utópico, antes prometendo uma dura luta na perseguição da perfeição social. Mintz renega as teses milenaristas, que obscurecem as razões sociais para o descontentamento, bem como as explicações psicologistas: a momentânea visão de esperança, ainda que seguida de uma derrota e cruel repressão, constituiu a motivação para a luta.

Os ideais anarquistas penetraram em Casas Viejas devido às migrações de trabalhadores locais para outras zonas, numa contaminação a partir do exterior¹³³, e foram internamente difundidos devido à prática da leitura, por vezes feita por outrém, em voz alta, aos analfabetos¹³⁴. Através do trabalho de Mintz é possível perceber que os ideais anarquistas se instalaram porque havia configurações anteriores que lhes permitiam vingar: assim, um anterior uso comum da terra, ainda existente na forma de recintos de caça, terras de pastagem, direitos de rebusco e recolção, presentes de forma fragmentária, e contrariados pelas práticas juridico-políticas centrais, encontrava continuidades nas propostas anarco-sindicalistas de trabalho cooperativo. A ética anarco-sindicalista, encorajando os homens a padrões de higiene e moral elevados, com a rejeição do álcool, das touradas, dos jogos de cartas e dos bordéis, pugnando pela instrução e discussão, criava um modelo de *trabalhador consciente*.

A criação de um sindicato local, permitiu agitar dois tipos de objectivos: de forma mais lata, uma sociedade libertária, enquanto a nível imediato, conclamava à luta pelas 8 horas de trabalho, pela abolição do trabalho à peça, pela subida de salários, condições higiénicas e eliminação do trabalho infantil. Assim, a um objectivo maximal, passível de conclamar os *trabalhadores conscientes*, i.e., aqueles cujas configurações culturais forneciam conteúdos a essas reivindicações, juntavam-se razões mais pragmáticas, agregadoras de outros indivíduos.

Em qualquer tipo de sociedade existe um conflito central pela apropriação dos modelos e dos recursos culturais e que determina o tipo de acção colectiva a pôr em jogo. Esta depende igualmente da consciência de cada indivíduo envolvido (e da memória que transporta), subjectiva e pessoal.

¹³² Segundo Anthony Wallace “Revitalization Movements”, *American Anthropologist*, nº 58, pp. 264-281, citado por Jerome Mintz, *ob. cit.*, p. 3, um movimento de revitalização caracteriza-se por um esforço consciente, deliberado e organizado por parte dos membros de uma sociedade para construir uma cultura mais satisfatória.

¹³³ No caso estudado, vários foram os entrevistados que remeteram a responsabilidade do início da penetração de uma cultura resistente, nos finais do século passado, para as migrações de corticeiros da zona do Barreiro, com uma consciência de classe e política mais acentuada. A contaminação teria sido, também aqui, proveniente de uma influência externa.

¹³⁴ Sobre a difusão através de documentos impressos, e a uniformização introduzida nos repertórios de contencioso social, v. Sidney Tarrow, *ob. cit.*, pp. 48-61. A leitura possibilita aos insurgentes o conhecimento das acções de outros com idênticos motivos, e cria uma *opinião pública*. A divulgação de lutas pela imprensa não confere aos levantamentos um carácter exclusivamente heróico; torna-os igualmente algo de vulgar, uma forma corrente de lutar por objectivos. As formas de divulgação pela escrita, e a emergência de associações detiveram um papel de envergadura na uniformização das formas de luta disponíveis e sua articulação com os objectivos e os momentos.

3. A História e o local: o Couço no final da década de 50

Interpelando-se recorrentemente, o nível local e o nacional merecem uma abordagem em termos relacionais. A *pequena história* é aqui apresentada, percorrendo-se os documentos de produção local que se encontram disponíveis, e nomeadamente os que se encontram à guarda da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Coruche: livros de actas das Junta de Paróquia ou de Freguesia, copiadores de ofícios, documentos adstritos a organismos com importância em termos locais (Socorro de Inverno, Casa do Povo, actas de antigas confrarias). Uma monografia, da responsabilidade de um notável local, Alberto Garcia, permitiu uma revisitação ao contexto na década de 40 pela mão de um descendente de uma família de proprietários locais que, de forma exaustiva, fornece uma perspectiva sobre a povoação e a economia local, tomando frequentemente como exemplo a história da família e a gestão da respectiva unidade produtiva.

Com um peculiar aspecto no mapa, que deriva da anexação¹³⁵ de povoações em termos administrativos, o Couço é uma freguesia do distrito de Santarém, inserida no concelho de Coruche, a que houve quem desejasse denominar, em meados deste século, Vila Nova do Sorraia. Confina com três concelhos: Montemor-o-Novo, Ponte de Sôr e Mora. O contacto com os distritos de Portalegre e Évora dá conta do hibridismo desta vila, na junção do Ribatejo e do Alentejo.

Localiza-se numa planície arenosa que não sobe acima dos 160 metros, ocupando cerca de 32 mil hectares de solos secos, arenosos e pobres em alimentos¹³⁶, sob três diferentes aspectos, concatenados com as condições ecológicas: as *terras de várzea*, resultantes das cheias dos rios, e que constituem as melhores da região; os *montados*, pobres e pouco arborizados; os *arneiros*, situados entre os anteriores e que aproveitam a escorrência das águas da chuva por mais ou menos tempo, consoante o nível a que se encontram e a permeabilidade, e possibilitando um aceitável aproveitamento agrícola.

O clima junta uma influência continental - que lhe dá verões quentes e com fortes trovoadas entre Maio e Setembro, e invernos em que o vento norte traz geada e frio - a interferências mediterrânicas, que amenizam o rigor. Percorrida por vários rios, em que se destaca o Sorraia, que junta o Sôr e o Raia em frente do Couço, e que é o maior afluente do Tejo na margem esquerda, é uma zona de vales irrigados, precisamente ao longo dos cursos de água anteriores, e igualmente do Divor e da ribeira da Erra.

A dureza das condições de vida no período estudado não distancia o Couço relativamente a outras povoações rurais do sul, caracterizadas por grande disparidade económica, fortes assimetrias

¹³⁵ Santa Justa, na margem direita do Sorraia, e o Peso, a sueste, vieram a ser administrativamente anexados à freguesia, ao longo do século XIX.

¹³⁶ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couço*, Lisboa, edições Gama, 1948, p. 12.

sociais e desemprego sazonal. À produção do trigo, cuja subida de preços desde meados do século passado permitiu a um grupo de rendeiros aceder à compra de propriedades, juntou-se desde a última década desse século o aproveitamento do sobreiro, com a exploração de cortiças por toda a freguesia, nas áreas de montado. O cultivo do arroz desenvolveu-se desde o início deste século, tendo sido fortemente incentivado a partir da década de cinquenta, pela construção de um canal no Sorraia. Por ocupar muita mão-de-obra, o trabalho agrícola do ciclo do arroz deverá ter sido o responsável pelo grande crescimento populacional, que atingiu o seu número máximo em 1960 com 5462 habitantes¹³⁷.

POPULAÇÃO RESIDENTE NO COUÇO (1864- 1991)*

Anos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Hab.	1861	1936	2174	2422	2901	3260	4252	5267	5551	5492	4630	4383	3725

Fonte: Censos, INE

A propriedade tem as características das terras do sul, concentrando-se em poucas mãos o grosso da terra¹³⁸. Assim, dos 31.442 ha e 3824 m2 da freguesia, a grande propriedade (com 200 e mais hectares), espalha-se por 83% da superfície total, a média (entre 30 e 200 hectares) ocupa 14,4%, e a pequena propriedade, aqui denominada courela (até 30 hectares) limita-se a 2,5% dos terrenos. Em 1940, a grande propriedade repartia-se por 15 proprietários, vários dos quais unidos entre si por laços familiares devido à forte endogamia de classe; desses, só 5 eram residentes.

A estrutura da propriedade, o carácter da produção e as relações sociais enquadram-se num padrão comum ao Alentejo, e se explicam a existência de condições para o desencadear de movimentos rurais, não são suficientes para iluminar as razões da rotina de resistência desta povoação e a emergência em momentos determinados de movimentos de luta e protesto. Mais, ao longo das entrevistas era enfatizada a diferença positiva da situação local face a outros casos conhecidos, atribuindo-se esse facto a dois tipos de causas: por um lado, a razões de ordem natural, que se prendem com a diversidade local dos terrenos, coadjuvadas por um conjunto de obras de melhoramento, nomeadamente, a construção do canal de irrigação no rio Sorraia, que permitiam estender o período de emprego, evitar a dispersão migratória dos residentes locais e reforçar o carácter centrípeto da localidade, absorvendo ranchos de trabalhadores provenientes do minifúndio, os *barrões* ou *caramelos*.

¹³⁷ No censo mais recente (INE, *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, 1991), a população presente é de 3669 habitantes, tendo ficado desertos vários lugares.

¹³⁸ A matriz predial que serve de base a estes cálculos é analisada por Alberto Garcia, *ob. cit.*, pp. 168-225.

A história longa desta povoação começa muito antes. D. Afonso V concedeu a instalação de uma estalagem no cruzamento dos caminhos para Coruche, Mora e Avis a quatro lavradores locais¹³⁹, o que terá dado origem à povoação como lugar de passagem, sem que tenha havido povoamento colectivo determinado por quaisquer autoridades. O mais antigo documento que refere um topónimo da freguesia data de 1222, dando conta da venda da herdade de Águas Belas por 20 morabitanos e 3 partes de morabitano¹⁴⁰. Não terá constituído uma freguesia ou sequer uma capelania da Ordem de Avis antes da segunda metade do século XVI¹⁴¹, não constando ainda do cadastro de população de 1527. Sendo Coruche uma comenda da Ordem de Avis, a povoação estaria igualmente subordinada a esta.

Para Alberto Garcia, um proprietário local falecido na década de 50, não terá sido em virtude da legislação proteccionista de Elvino de Brito, em 1889¹⁴², relativamente ao trigo que se terá dado o enriquecimento da povoação. A exploração da cortiça já trouxera riqueza¹⁴³, expressa na transferência dos proprietários dos montes para a aldeia. A povoação, que fica integrada na herdade de Monte do Couço, era pertença de Henrique Aleixo Pais, que vendeu a baixo preço os terrenos necessários à instalação de gente. A legislação de Elvino de Brito - de 1889 e 1899 - já teria sido, segundo Garcia, tardia. Através da abordagem do caso da sua família, faz notar que houve uma melhoria notável dos preços dos cereais entre 1838 e 1855, que permitiu a um rendeiro (José Garcia, natural de Santa Justa), comprar em 1845 as propriedades de Onzenas de Cima e Vale de Trabalhos, depois de ter sido rendeiro de uma outra propriedade que daria 20-25 moios de trigo. Esta propriedade, arrendada no Verão de 1831 por José Garcia à Condessa de S. Vicente, tendo por fiador um outro rendeiro, foi comprada em 1850 pelo filho de José, António Garcia, depois de, como foi referido, cinco anos antes a família ter conseguido comprar as outras duas herdades. De seguida, acederam também por compra às herdades do Junco, Val de Simão, Escusa e Faias. Em 1882, com os lucros da venda de cortiça,

¹³⁹ No Livro 3 de Odiana, p. 287, v., cit. por P^e. Henrique Louro, “Fontes bibliográficas para a história da Arquidiocese de Évora”, *Igreja Eborense - Boletim de Cultura e Vida da arquidiocese de Évora*, Évora, Ano V, nº 11, 1987, p. 207, em 1449 é dado a Rodrigues Álvares de Avis, que fora criado de D. João I, privilégio para quatro homens lavradores que tiver na sua herdade do Couso, tendo e mantendo uma estalagem.

¹⁴⁰ V. Pergaminho nº 149, Cartório de Avis, cit. pelo P^e. Henrique Louro, “Fontes bibliográficas para a história da Arquidiocese de Évora”, *Igreja Eborense - Boletim de Cultura e Vida da arquidiocese de Évora*, Évora, Ano V, nº 11, 1987, p. 207.

¹⁴¹ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 160, reportando-se a uma informação transmitida por Rui de Azevedo.

¹⁴² Desde o início da década de 80 que cresciam as queixas dos agricultores e proprietários que exigiam ao Estado medidas de protecção. Sairão em 1889, no que concerne ao trigo, satisfazendo a grande lavoura do Sul - Alentejo e Ribatejo. Destacam-se as medidas quanto ao preço, garantido para o trigo nacional, e ao tabelamento de farinhas e pão. Esta legislação ficaria conhecida como «Lei da Fome», visto terem sido mantidos os preços ao consumidor. V. Irene Maria Vaquinhas e Margarida Neto, “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, in Luis Reis Torgal e João Lourenço (coord.) *O Liberalismo (1807-1895)*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol V, Lisboa, Estampa, 1993, p. 334-335

¹⁴³ Também Joaquim Augusto Diniz Caiado, *In Memoriam - Couço*, Lisboa, s/ed., 1923, p. 2 refere que “O Couço apareceu com a Cortiça. Com a cortiça veio o dinheiro, e com o dinheiro foram surgindo as pessoas disitnas, formando classes.”

António Garcia comprou as herdades de Águas Belas, Águas Belinhas e Montinho de S. João. Entre 1831 e 1882, esta família acedeu à propriedade de 4500 hectares, aproveitando primeiro a conjuntura proteccionista do trigo, e mais tarde os lucros da cortiça. A legislação veio ajudar ao golpe de sorte dos Garcias, permitindo-lhes em 50 anos criarem uma grande propriedade. A desamortização, que consistiu na aplicação de legislação que desmantelou instituições anteriores - corporações e estabelecimentos religiosos e laicos - incorporando nos bens nacionais ou privados a propriedade, através de venda ou remição em hasta pública dos bens imóveis tidos como de mão morta¹⁴⁴ terá dado um forte contributo. A Lei de 30 de Maio de 1834 extinguiu as ordens religiosas, nacionalizou os seus bens e conduziu à venda em hasta pública. Por decreto de Mousinho da Silveira, de 13 de Agosto de 1832, os bens enfiteúticos ou forais, constituídos por foros, censos e pensões, foram abolidos; todavia, o carácter complexo dos contratos que abrangiam estes bens e a diversidade de interesses em jogo, prolongaria situações pouco claras ao longo de muitos anos, obstando a uma resolução final.

Entretanto, a propriedade ia sendo alienada, em hasta pública ou através da remição¹⁴⁵, liquidando a enfiteuse, que constituía um contrato privado através do qual um proprietário de um meio patrimonial concedia a sua exploração¹⁴⁶, por meio de um conjunto de normas lato e complexo¹⁴⁷. No que concerne aos proprietários rurais, este processo terá dado excelentes resultados, ao torná-los donos de terras de que antes eram rendeiros:

“Os servos da gleba de então, hoje proprietários por mercê do trabalho, da economia e amor dos seus avós, têm conservado, por variadas circunstâncias, o monte construído e habitado, onde a família viveu em comunhão com os criados, todos afilhados e compadres, a várzea lavrada e semeada, guardando avaramente os seus ganhos, com os quais, aos poucos, era remido o enxame de pensões da herdade, que mais tarde ou mais cedo reunia nas mesmas mãos os dois domínios. Foi assim que a propriedade veio aos actuais possuidores. Primeiro, o arrendamento sacrificado; segundo, compra do domínio útil com todas as alcavalas, e tantas eram expulsadoras de concorrentes, e por

¹⁴⁴V. António Martins da Silva, “A desamortização”, in Luis Reis Torgal e João Lourenço (coord.) *O Liberalismo (1807-1895)*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol V, Lisboa, Estampa, 1993, p. 339.

¹⁴⁵ Constitui uma expropriação forçada do chamado *domínio directo* da terra a favor do possuidor do *domínio útil*, pelo pagamento de um conjunto de *pensões ou foros* anuais, acrescidos de um *laudémio*.

¹⁴⁶ Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime (XVIII^e. - Début du XIX^e. Siècle)* _ *Contribution à l’histoire agraire comparée*, Lisboa, INIC, 1978, 1^o vol., p.146.

¹⁴⁷ V. António Martins da Silva, “A desamortização”, in Luis Reis Torgal e João Lourenço (coord.) *O Liberalismo (1807-1895)*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol V, Lisboa, Estampa, 1993, p. 339-353. Aponta alguns beneficiários da desamortização, os nobres e os políticos, “*uma elite que se ergueu sobre os escombros das ruínas provocadas pela extinção dos conventos e sobre a miséria dos seu ex-moradores.*” (*ob. cit.*, p. 352). A desamortização não converteu o país numa nação de proprietários acentuando as distâncias de classe.

fim a compra de domínios directos feita ultimamente e alimentada pela valorização das cortiças e do seu comércio(..).”¹⁴⁸

Como um microcosmos, o Couço descrito por Alberto Garcia é um mundo que se basta: quando os seareiros diminuem, aumentam os jornaleiros - não são mais dos que os primeiros, nas praças de jorna, por deixarem de conseguir cumprir com as suas obrigações na anterior condição - só no Inverno haveria trabalhadores excedentários, as migrações de trabalhadores, para fora ou para dentro, seriam escassas.

Seguir as actas da Junta de Freguesia local nos últimos cem anos permite-nos perceber quer o reflexo local de acontecimentos e conjunturas determinadas, quer um conjunto de questões de matriz localizada passíveis de explicar, em momentos determinados, comportamentos individuais e formas de acção colectiva. É o que a seguir se fará.

Manuel de Azevedo Leitão, Manuel Joaquim Durão e Fernando Henrique Aleixo Falcão, respectivamente presidente, tesoureiro e secretário, são os nomes do executivo da Junta de Freguesia do Couço que assinam as actas no livro iniciado em 6 de Junho de 1957 e que recobrirá o período central para este trabalho. O primeiro, que se manterá em funções até cerca de 15 dias após o 25 de Abril¹⁴⁹, é filho de um proprietário rural, que também já passara pelos executivos anteriores, onde se vão substituindo, às vezes dolorosa e quezilentamente, proprietários locais não absentistas, comerciantes, e funcionários. Além de assuntos correntes¹⁵⁰, as actas do período entre 1958 e 1967 são das mais pobres em informação, que todavia é legível nas entrelinhas. No início de 1958 surgem os primeiros pedidos de atestados para fins de emprego nos trabalhos de construção da obra hidráulica do Sorraia, reivindicada há muito, e que o Estado Novo finalmente se propunha.

Esta construção constituía uma velha aspiração dos proprietários locais e integrava-se em projectos estatais de reestruturação fundiária para os quais a hidráulica agrícola parecia essencial. Vai permitir, nesta altura, amainar o crescendo do desemprego devido à mecanização rural e permite-nos detectar a relação entre o nível local e o do Estado, retomando o carácter parcial atribuído por A. L. Kroeber à ruralidade. Em 8 de Setembro de 1930 fora criada pelo novo poder, saído do 28 de Maio de 1926, a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica

¹⁴⁸ Estabelecendo uma demarcação clara entre esses proprietários iniciais, que identifica como “*os Aleixos do Gato, os Falcões da Amoreira, os Ribeiros do Sol Posto, os Durões de Lagoiços, e os Garcias do Engal*” (ob. cit., p. 164), e os arrivistas, chegados com dinheiro já neste século, Alberto Garcia salienta que este grupo de 5 constitui o núcleo de *rendeiros primitivos*, descendentes dos primeiros povoadores, a mando de D. Afonso V, e dá uma visão que esbate as classes, referindo as explorações como unidades.

¹⁴⁹ Assina a última acta em 9 de Maio de 1974, tendo então como secretário Fernando David e por tesoureiro António Gabriel Pires. Só em 6 de Junho de 1974 é nomeada uma Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, constituída por José Manuel Quintas Loupas, Arménio Marques Gil e António Manuel Prates, que ocupam respectivamente os lugares de presidente, secretário e tesoureiro.

¹⁵⁰ Dentro destes enquadrar-se-iam a construção do cemitério no Peso, de que dá conta um ofício camarário em 6.6.57, a limpeza das fontes, a passagem de atestados os pagamentos de palha, ração e feno para o solípede pertencente ao varredor da junta de freguesia (3.10.57).

Agrícola¹⁵¹, sucessivamente reorganizada, e transferida mais tarde do Ministério da Agricultura para o Ministério das Obras Públicas. O Plano de Hidráulica Agrícola, de 1938 repartia em vários projectos o objectivo de beneficiar 106 mil hectares. Salienta-se, para a zona em estudo, o plano de irrigação do Sorraia, com uma área beneficiada através das águas das albufeiras de Montargil e Maranhão¹⁵² de 15365 hectares repartidos por vários concelhos, de que se destaca Coruche, que fruiria 7678 hectares com possibilidade de ser regados¹⁵³. Esta zona, onde era tradicionalmente cultivado arroz, ainda que em menor escala, antes destas obras, pode então alargar a área regada, associando o tomate ao arroz.

Não viria a resultar completamente o projecto delineado, quer por razões de ordem técnica - o rio Sorraia não vira o seu caudal previamente regularizado - quer de ordem económica, estas nomeadamente associadas à questão fundiária. Assim, o não cultivo de forragens e a excessiva extensão dedicada ao arroz podem ser explicadas pela rendibilidade assegurada por esta cultura, que dava garantias não só de satisfazer as rendas exigidas, como de permitir rendimentos elevados aos rendeiros ou aos proprietários. As indústrias de concentrado de tomate, instaladas na zona viriam a ser úteis principalmente aos rendeiros e seareiros que exploravam em pequena escala, através da sua unidade doméstica, terrenos de outrém.

A capitalização das explorações de arroz, que se dá principalmente no início da década de 60, com investimento em maquinaria e o recurso a formas químicas de monda, ao exigir esforço financeiro, e não força de trabalho com baixo salário, instalaria uma nova situação. Os rendeiros, ligados eventualmente a actividades não agrícolas, tinham de ter capacidade económica para dar conta da produção de arroz nas novas condições técnicas, o que acarretou a inviabilização das explorações em parceria, forma antes permitida a um sector social que contava com os braços da sua família e com a mão de obra episódica ou sazonalmente contratada¹⁵⁴.

Mas a construção de uma barragem não significava de imediato o acesso à água para todos os que a desejassem. Aos proprietários das terras beneficiadas cabe fazer a adaptação dos terrenos ao regadio, nomeadamente o nivelamento e a criação da rede de rega dentro das terras a

¹⁵¹ Decreto nº 18865 de 8 de Setembro de 1930, segundo Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 69.

¹⁵² O aproveitamento das águas do Sôr e do Raia (que se juntam nas imediações do Couço, formando, em justaposição de designações, o Sorraia) era feito respectivamente em Montargil e no Maranhão. A construção da obra de rega do Vale do Sorraia, incluída no plano de 1938, decorreu entre 1951 e 1959, tendo sido iniciada a fruição do regadio em 1957. V. Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 111.

¹⁵³ Entre os outros concelhos que integravam este projecto encontra-se Avis (1027 hectares), Ponte de Sôr (531), Mora (1601), Salvaterra de Magos (397) e Benavente (4131), segundo Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 75.

¹⁵⁴ A entrada em funcionamento do sistema de rega no Sorraia consistiu numa “ grande vantagem económica para os proprietários fundiários, na consolidação dum forte sector capitalista, principalmente por arrendamento, associado sobretudo ao arroz e na presença dum extenso sector de agricultores seareiros e rendeiros ligados à cultura do tomate.” Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 84.

regar. É necessário, portanto, capacidade de investimento, que retirava aos pequenos proprietários de parcelas a possibilidade de fruir dos benefícios das obras hidráulicas. Por esta razão, há um desfasamento entre a área beneficiada e a área efectivamente regada, e “o tradicional *rendeiro de sequeiro* não se converteu em *rendeiro de regadio - arroz - mas foi substituído por grandes *rendeiros*, frequentemente dispendo de amplo parque de máquinas para aluguer na agricultura e em obras públicas, oriundos de uma zona com tradição na cultura orizícola - o Sorraia.*”¹⁵⁵, havendo que salientar que 69% da área beneficiada corresponde a proprietários com mais de 75 hectares e só 11% aos que têm menos de 25 hectares. Segundo Oliveira Baptista,

“No Sorraia as consequências foram (...): consolidação dum forte sector capitalista assente sobretudo no arrendamento e associado à cultura do arroz que foi sempre a produção mais importante no perímetro (em 1960-64 ocupou 70% da área regada; em 1965-69, 53% e em 1970-73, 56%); presença dum sector de pequenas e médias explorações, onde também dominava o arrendamento e a parceria, mas ligado sobretudo ao tomate (1960-64, 9%; 1965-69, 26% e 1970-73, 24%); grande vantagem económica para os proprietários fundiários que beneficiaram dum grande aumento das rendas.”¹⁵⁶

No período em análise, mercê de uma conjuntura que o abalou largamente, as dificuldades no seio da classe dominante não foram trazidas a terreiro. De forma interna, os grupos em confronto dentro da camada social mais elevada - industrialistas, agraristas e florestais, para usar uma terminologia querida a Antunes Estêvão¹⁵⁷ - resolvem entre si os diferendos, sem que venha a existir qualquer intervenção em termos da propriedade no sul, que se manterá incólume até ao deflagrar da reforma agrária. Ainda que a agricultura seja um sector em perda, com a indústria a alcandorar-se a uma posição cimeira, as estruturas agrárias são mantidas inalteradas, detendo os grupos de pressão associados às classes elevadas das terras do sul a possibilidade de continuar a fruir de uma força de trabalho a baixo preço, ainda que sucessivamente mais diminuta - centralmente, também o governo cuidava dos interesses deste grupo.

Os industrialistas vão vencer durante a década de 60, consolidando uma posição. No campo, a emigração e a sangria dos homens mais jovens durante anos, diminuía o número de trabalhadores disponíveis, acarretando uma subida nos salários. A emigração produziu efeitos tanto a nível interno no seio das economias e sociabilidades locais, como na articulação entre sectores económicos ao nível do país. O envelhecimento da população, resultante do abandono

¹⁵⁵ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 90.

¹⁵⁶ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 370.

¹⁵⁷ V. João Antunes Estêvão, “A florestação dos baldios”, *Análise Social*, , 3ª série, vol. XIX, nºs 77-78-79, 1983, pp. 1157-1260.

dos campos, e a desertificação rural, provocaram descidas nas rendas e quotas de parceria¹⁵⁸, levando por um lado a uma extensificação do sistema de produção, e por outro ao abandono dos maus solos. Depois do pleno cultivo do país, parcializava-se e escolhia-se a terra a utilizar. O latifúndio começa a decair, acedendo, sob a pressão das empresas de celulose, à florestação, enquanto, por outro lado, nas melhores terras se implantam explorações associadas a um forte sector capitalista. Assim, foi intensificado o cultivo nas zonas mais férteis, fosse em terras próprias ou de arrendamento - de resto, um processo similar ao abordado noutros países e clássicamente descrito¹⁵⁹.

É neste envolvimento que decorrem os movimentos colectivos que aqui serão abordados. Vão longe os tempos da criação de uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino, aprovada por unanimidade em 27 de Junho de 1880¹⁶⁰, por Joaquim Galiza, Pedro Ribeiro Telles, António Ramalho Durão, José Teles Cambezes, José Francisco Galvão, Agostinho Coelho de Abrantes e Francisco António Banha, “visto que o desenvolvimento de uma povoação não se pode conseguir sem instrução e que esta só na escola se pode alcançar”¹⁶¹. Todavia, só em 11 de Outubro de 1896 é que a Junta acede a que em Santa Justa, na margem direita do Sorraia, a escola seja mista, para que as raparigas não tenham de continuar a vir até ao Couço¹⁶².

Os atestados de pobreza, seja para levar um filho “aleijado e carenciado”¹⁶³ a banhos de mar, seja porque à pobreza se alia a doença¹⁶⁴, juntam-se ao levantamento dos alunos pobres feito em Fevereiro de 1886, com a ajuda do professor António Maria Duarte Gil, para que lhes fossem distribuídos livros. A primeira quezília detectada no *Livro de Actas* entre o executivo e o padre António Dias Louro, que se encarregava desde 13 de Julho de 1882 dos assuntos religiosos da freguesia, e que falecerá em Março de 1912, é desencadeada por aquela razão, logo no mês seguinte. Insurgia-se o pároco, personagem idiossincrática que permanecerá mais de 30

¹⁵⁸ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 381.

¹⁵⁹ Sobre o tratamento quantitativo da evolução da agricultura nos últimos 40 anos, ver a notável participação de Joaquim Cabral Rolo, “Imagens de meio século da agricultura portuguesa” in Joaquim Pais de Brito, et al. (coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996, pp. 76-157. V. também Fernando Oliveira Baptista “Declínio de um tempo longo”, in Joaquim Pais de Brito et al. (coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996, pp. 35- 75.

¹⁶⁰ Em 1867 fora criada a Escola primária, cujo primeiro professor, F. M. Banha, aí ensinaria de 1870 a 1883. O professor Diniz Caiado, cuja memória de pedagogo e político permanece viria ocupar o lugar em 1894, e dois anos depois embrenhou-se, a pedido dos alunos, na edificação de uma sociedade de cultura e recreio, a Academia Dramática Mocidade do Couço, que perduraria até 1922. V. Joaquim Augusto Diniz Caiado, *In Memoriam - Couço*, Lisboa, s/ed., 1923, p. 6.

¹⁶¹ *Livro de Actas da Junta de Parochia de 1 de Março de 1878 a 23 de Outubro de 1896*, Couço, fl.15 vs.

¹⁶² De notar que devido às cheias do Sorraia e a existir exclusivamente uma ponte de madeira que as águas facilmente submergiam, as passagens de um para o outro lado do rio era frequentemente feitas de barco. A ponte hoje existente, dos anos 50, foi após o 25 de Abril denominada....., em homenagem ao barqueiro que fez as travessias durante dezenas de anos.

¹⁶³ Idem, em 18 de Maio de 1884.

¹⁶⁴ Idem, *passim*.

anos no Couço, por serem gastos dinheiros com a instrução e não com a igreja, alegadamente a precisar de novas alfaias de culto, de uma nova porta, e de obras na capela do cemitério. É o mesmo eclesiástico que, aumentando os emolumentos paroquiais, leva a Junta a oficiar ao Bispo de Évora em Abril de 1887, e que exige uma dupla cômgrua em Setembro de 1890¹⁶⁵. Os termos *abuso* e *ganância* são utilizados para caracterizar o procedimento de reverendo Louro: a acta de 25 de Dezembro de 1890 mostra uma frente cerrada contra ele, por ter ganho o quesito da cômgrua suplementar.

Por se sentirem lesados por mais esta arbitrariedade do pároco, trinta e quatro nomes de proprietários e comerciantes resolvem apelar para o tribunal de última instância, mas a questão não ficará por aqui, pois quatro dias depois a Junta resolve apelar para a Junta das Cômgruas, acusando o sacerdote de ter arrombado o arquivo da Junta de Paróquia para eliminar papéis que a inibiriam de proceder com fundamento e justificar-se no que concerne à conduta do religioso; mais, testemunhas afirmam que o padre roubava dinheiro na Caixa das Almas, mas resolveram não proceder contra ele, por não ter sido essa a caixa assaltada, mas sim a das bulas. Em 20 de Janeiro de 1891 resolveram processá-lo por ter arrombado o baú do arquivo da Junta, que se encontrava na sacristia, onde o executivo local reúne. Também os legados pios sobre várias das propriedades haviam sido recebidos pelo pároco indevidamente, como consta da acta de 21 de Julho de 1892, mantendo-se estes problemas de direitos e competências ainda em Maio de 1893. Não deixa de surpreender, pela envolvência anterior, que o clérigo aceda à presidência da Junta em 1896, ano em que, contra a vontade de todos os outros elementos do executivo, reivindica o usufruto da casa e do passal do pároco de Santa Justa, entretanto falecido, e cuja paróquia fora anexada. É um momento de lutas intestinas, protagonizadas pelo padre Louro que, em Setembro, exige que a Junta delibere sobre a derrama a fazer para os sacristães, demarcando-se esta dessa obrigação, citando em seu favor o artigo 191º do Código Administrativo.

As irmandades e confrarias estão extintas, é certo, mas há um conflito entre *associações de devotos* e a Junta, no que concerne à gestão dos fundos recolhidos: a do Santíssimo Sacramento e a das Almas reivindicam o direito de utilização em obras por si decididas do dinheiro que recolhem. Alfredo Victorino Vieira, vogal da junta e pertencente a uma família que manterá até à actualidade uma reputação ambígua, dividindo posições entre os assalariados rurais, defende que essas associações de devotos são ilegais, devendo exigir-se-lhes que se submetam à Junta, votando com ele todos os outros membros do executivo, à excepção de Joaquim Galiza Brochado, o vice-presidente actual. As diatribes com o padre são as correntes : saber quem deve ficar com as esmolas dos peditórios feitos pelos festeiros de Santo António e

¹⁶⁵ O pároco, então também presidente da Junta, recusará uma tabela de emolumentos proposta pelo restante executivo em Julho de 1906, saindo inclusivamente da sala de sessões ao não ver contempladas as suas exigências.

de São Sebastião, sendo que o padre, que é igualmente presidente da Junta, defende ser esta que deve controlar esses fundos¹⁶⁶.

Uma epidemia de cólera que já atingira outras povoações, é temida no verão de 1885, disponibilizando a Junta um lugar para servir de hospital e dispondo-se a angariar donativos.

“Tendo-se queixado diferentes parochianos de que n’este talho, só se vende carne de reses morrinhas, e das mais ordinarias que um marchante pode encontrar, e talhadas numa casa de forno que está contigua a uma cavaliariça onde se abatem as reses”¹⁶⁷, aproveita a Junta para pedir à Câmara a construção de um açougue, *“mesmo pelas muitas doenças que aqui tem havido e há”*.

Em 17 de Março de 1896 procede-se à anexação da freguesia de Santa Justa; o mesmo sucedera anos antes com o Peso, o que dá uma estranha configuração quer à freguesia do Couço, quer ao concelho de Coruche.[introduzir mapas] Este ano fica igualmente marcado pelas compras de terreno para a construção de jazigos no cemitério¹⁶⁸ por parte das famílias de proprietários de terras.

Mas as relações com a sociedade envolvente não só são evidentes, como dão legibilidade às alterações sociais dos lugares. O crescendo da valorização da cortiça, que é trazido do exterior, traduz-se num acréscimo de população em geral, e de migrantes sazonais em particular, por não existir na freguesia suficiente mão de obra para a extracção da cortiça. Em 13 de Abril de 1902 a Junta decide requerer uma estação telegráfica-postal. As razões invocadas são de 4 tipos: administrativas (a anexação da anterior freguesia de Santa Justa, que fez aumentar a população); económico- sociais (migração de muitos trabalhadores para a limpeza de montado, outros serviços agrícolas e extracção da cortiça); segurança perante *“a grande alluvião de malteses na maxima inveterados no crime, que povoam estes arredores e commettendo elles um roubo ou outro qualquer crime, era de toda a conveniencia o telegrapho para os participar às respectivas Auctoridades, afim de mandarem providências, visto aqui não haver policia nem força alguma publica, a não ser o Regedor e respectivos Cabos, que a maior*

¹⁶⁶ Em Julho de 1909 o padre-presidente confronta os outros elementos da Junta com a pretensão de aceder a 3\$090 que resultam de uma promessa de uma agonizante a Nossa Senhora da Conceição, Santo António e Almas, resolvendo estes esclarecer-se junto do arcebispo sobre quem deve aceder a esse fundo.

¹⁶⁷ Idem, 1 de Abril de 1886, fl. 40.

¹⁶⁸ Segundo o *Livro de Actas da Junta de Parochia do Couço, de 15 de Novembro de 1896 a 6 de Dezembro de 1913*, Couço, José Galiza Brochado paga 76\$500 pela parte que comprara em Fevereiro de 1897, seguindo-se a compra de 9 m2 para o mesmo fim por parte de José Garcia em Maio. Também em Outubro o Dr. António Maria Henriques da Silva comprou 19,25 m2 no cemitério, onde estavam já sepultados seus sogros, António Garcia e Antónia Ribeiro Garcia, e seu cunhado Joaquim Ribeiro Garcia. O Dr. José Maria Henriques da Silva exigiu em 25 de Setembro de 1906 que constasse em acta que comprara há um ano terreno no cemitério para a construção de um jazigo (idem, *ibidem*, fl.30), não havendo registo dessa transacção. Não deixa de ser interessante verificar que só em 1942 virá nova vaga de compras de terrenos no cemitério, fazendo-os Manuel de Azevedo leitão, então ainda bastante jovem, e que aí erguerá anos mais tarde um estranho túmulo, depois de comprar por 1200\$00 o espaço para o efeito.

*parte das vezes se escondem para fugir ao serviço.*¹⁶⁹; e, finalmente, o volume de correspondência registada anualmente pela estação postal: cerca de 400 cartas. Em 1908 farão novo pedido neste sentido, agora dirigido ao rei, por estarem há três dias sem serviço postal. Finalmente, em 22 de Maio de 1911 a acta sugere uma festa e foguetório, integrados nas despesas *por fora* da Junta devido à inauguração do referido telégrafo, que agradecem à autoridade republicana.

A ligação com o exterior é enfaticamente salientada, recusando-se o fechamento, salvo nos casos em que interesses locais bem determinados assim fiquem melhor zelados. Ao episódio do telégrafo, juntam-se a exigência de que o caminho de ferro chegue ao Couço¹⁷⁰, os protestos contra os desvios da mala do correio, secundarizando o papel da povoação¹⁷¹, as acrescidas exigências para que a referida estação telegráfica-postal possa aumentar as suas competências no sentido de permitir o desenvolvimento comercial e agrícola¹⁷², os “*graves inconvenientes da supressão da Estação Telegraphica quando ha tão boas esperanças de uma epoca de progresso com a abertura do canal em perspectiva*”¹⁷³, a reclamação de um carteiro em Março de 1941, os officios que exigem a construção de estradas que liguem a povoação a outras, ou a herdades onde se localizavam aglomerados de população, ou, finalmente, os pedidos ao presidente da Câmara para que construa uma ponte sobre o rio Sorraia¹⁷⁴. Todas estas reivindicações se encaminham num único sentido: garantir a continuidade entre a povoação e o exterior. Na acta de 7 de Janeiro de 1918 é exigido à Câmara que providencie no sentido de um novo médico ser colocado na circunscrição, ou de algum vir, ainda que temporariamente, pelo menos uma vez por semana ao Couço, pois o lugar está vago há cinco meses, e mais de 1000 habitantes encontram-se à mercê das doenças contagiosas que grassam. Refere-se, implicitamente, a epidemia de gripe pneumónica.

Quando, em Maio de 1905 se constata que a Igreja está em mau estado, é decidido fazer uma lista de benfeitores do Couço e de Santa Justa - que não abrange toda a população, mas só os elementos integrantes de um grupo detentor de terras ou capitais - para permitir obter fundos para a sua reconstrução, propondo o padre-presidente “*fazer-se um officio pelas almas dos Benfeitores das Egrejas das duas freguesias*”¹⁷⁵. Esta sequência de atitudes (primeiro, a escolha de alvos preferenciais para a recolha, não rateando pela população os custos; depois, a não abrangência da missa, que se destina exclusivamente a sufragar as almas dos que

¹⁶⁹ *Livro de Actas da Junta de Parochia do Couço de 15 de Novembro de 1896 a 6 de Dezembro de 1913*, Couço, Junta de Freguesia, fl. 20 e vs.

¹⁷⁰ *Livro de Actas de 1913 a 1919*, acta de 13 de Abril de 1914.

¹⁷¹ Assim sucede em 12 de Fevereiro de 1917, segundo o *Livro de Actas*.

¹⁷² *Livro de Actas de 1913 a 1919*, 25 de Março de 1918, fl. 79.

¹⁷³ *Livro de Actas de 1920 a 1931*, 2 de Junho de 1921, fl. 15.

¹⁷⁴ *Livro de Actas de 1913 a 1919*, acta de 23 de Abril, fl.62.

¹⁷⁵ *Idem*, fl. 25 vs.

contribuíram¹⁷⁶, i.e., dos proprietários ou elementos integrantes de grupos cujo capital, material ou simbólico, lhes confere igualmente uma *alma* a sufragar), que indicia uma repartição por classes incontestável, seria inaceitável noutros contextos de Portugal mais a norte, como o comprovam um conjunto de trabalhos¹⁷⁷. Já no contexto sul, e numa obra clássica sobre uma povoação alentejana, José Cutileiro¹⁷⁸ mostra, pela história da ligação da povoação à religião, os baixos índices de participação nas cerimónias religiosas (excepção feita aos ritos de passagem). Também em Vila Velha, até 1910 o pároco local era simultaneamente o presidente da Junta¹⁷⁹, o que identifica os poderes político-religiosos, e os representantes locais do clero são, no presente etnográfico de 1965, “*encarados como membros do grupo dominante: são pessoas com instrução, possuem terras, administram os seus bens e, durante a maior parte do tempo, não se distinguem pelo seu comportamento de outros lavradores ou administradores instruídos*”¹⁸⁰. Mais, as suas relações com os latifundiários estão marcadas pela escolha que fazem, de que José Cutileiro dá vários exemplos¹⁸¹. Toda a província alentejana é apontada por José Cutileiro como *zona de missão*, sendo aí necessário um esforço suplementar para contrariar a apatia religiosa, ou mesmo o anticlericalismo, condenando a população de Vila Velha a “*generalizada tomada*

¹⁷⁶ A lista dos benfeitores, publicada na acta de 21 de dezembro de 1906 inclui o Arcebispo de Évora (com 45\$00), D. Maria Luzia Falcão Garcia e D. Maria Bernardina Ribeiro Falcão (ambas com 20\$00), D. Thereza Maria Machado (10\$00), D. Anna Vieira Raposo (5\$00), Dr. José Maria Henriques da Silva (20\$00), Francisco Aleixo Pais (12\$00), Conselheiro Vasconcellos Porto (10\$00). O Dr. António Maria Henriques da Silva ofereceu para o frontispício da igreja uma cruz em cantaria; Alfredo Victorino Vieira, vice-presidente da Junta e o vogal Pedro Aleixo Falcão ofereceram as madeiras e fretes das desmas e do tijolo, que são computadas em 36\$00; o vogal Manuel de Azevedo contribuiu com um frete de cal (6\$00) e Henrique Nogueira e Joaquim Ciriaco com fretes de tijolo avaliados respectivamente em 1\$00).

¹⁷⁷ Dos clássicos de Jorge Dias, *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, Lisboa, INCM (1948), 1981, com a referência ao processo rotativo de eleição do *procurador*, vizinho que desempenha funções relativas ao culto e que é qualquer homem casado, *de roda*, num processo abrangente que segue a ordem dos casamentos. Também aqui o padre recebe de cada família, por igual, as *premissas*, devidas anualmente por cada família (ob. cit. p.181). Igualmente na obra do mesmo autor *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, Presença (1954), 1981, é feita referência à escolha de mordomos e do lampadário, *de roda*, num movimento circular abrangente que não exclui os *vizinhos* em função da riqueza ou da posição social (ob. cit. pp.160-61). Em obra recente, de revisitação a esta aldeia nordestina, Joaquim Pais de Brito, *Retrato de aldeia com espelho - Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, D. Quixote, 1996, se debruçava sobre as *rodas, os sorteios e os leilões* como modelos de equidade que não excluem a diferenciação. Sobre as primeiras, que pressupõem a existência de um círculo, integrado por cada casa num lugar determinado e constante, com um movimento de sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, afirma que permitem reconstituir a aldeia como um todo, formado por partes, ainda que registre a instabilidade das que recobrem o universo religioso, e que são todavia as mais englobantes: a do toque do sino e a da lâmpada da igreja local (ob. cit., pp. 195-232). João de Pina Cabral, na sua obra *Filhos de Adão, Filhas de Eva - a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote, 1989, refere a existência de *rituais de unidade da freguesia e de movimento correcto* (ob. cit., pp.160-175, que “*promovem o bem comum e a união de todos os vizinhos*”(ob. cit., p. 161), enfatizando a igualdade e a unidade entre vizinhos, ainda que não escamoteie a existência de desigualdades e de conflitos internos à freguesia.

¹⁷⁸ José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa editora, 1977 (trad. de *A Portuguese Rural Society*, Oxfors, Oxford university Press, 1967)

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 347.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p.348.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, pp.348-352.

de posições ao lado dos ricos contra os pobres”, imputada aos padres, a quem assacam as mais variadas responsabilidades.

Numa povoação em que o anticlericalismo é patente¹⁸², o que leva a que o número de baptismos não corresponda ao de nascimentos, e em que as uniões de facto, e o casamento civil sejam frequentes, o padre bate-se, em sucessivos ofícios à Junta, nos anos 40 deste século, para que os atestados de residência para fins de casamento sejam gratuitos. Consegue-o por decisão da Junta em 15 de Abril de 1943.

Às duas da manhã do dia 9 de Outubro de 1910, hora que reflecte o carácter extraordinário da reunião, a Junta é forçada a entregar os documentos que tem em seu poder à Comissão Republicana do Couço, formada por Francisco António Ramalho, Joaquim Ribeiro Labaredas, Ignacio da Silva Casanova, Augusto Silva¹⁸³, e cujos substitutos são David Antoninho, Joaquim Nunes Vinagre, Henrique António Nogueira e Custódio Santana. O novo regedor é António Camilo Pereira Rosa. São saudados pelo vice-presidente cessante, Pedro Aleixo Falcão. Esta Comissão, cujas atribuições advirão essencialmente da falta de acesso a fundos, dos aumentos de preços promovidos pelo novo regime¹⁸⁴ e do conflito acerca do controlo da igreja e bens paroquiais, rapidamente se confrontará com a falta dos títulos de pensões que integram o inventário da paróquia, não sabendo a quem exigir pagamentos. Retomando o Código Administrativo de 1878, o governo republicano conferiu aos padres exclusivamente um poder consultivo, levando à destituição do lugar de presidente da Junta que o padre Louro ocupava há 14 anos. Novos nomes emergem à frente da junta, coincidentes com os da referida Comissão republicana, a que se junta o secretário, Dinis Caiado, professor primário que viera com preceptor para a aldeia, e cuja memória, acrescida de um pequeno opúsculo publicado nos anos 20 e que reflecte as suas desilusões face às mudanças que a República poderia ter trazido¹⁸⁵, é recorrentemente retomada na actualidade.

São várias os pontos em que se centrarão as actas, nos anos seguintes. A primazia corresponde a algo que ao nível do país será colocado na ordem do dia: a questão da separação entre a Igreja e o Estado. Em segundo lugar, e pelas rearrumações ao nível das novas camadas

¹⁸² O P.^e José de Leão Cordeiro, pároco do Couço aquando desta estadia de terreno, publicou “Vigararia de Coruche”, *Igreja Eborense*, ano II, nº 5-8, em que afirma que “*Não foi sempre de deserto espiritual o ambiente religioso da paróquia do Couço.*”, (*ib. cit.*, p. 255), reportando-se às orações recordadas por algumas idosas, e aos tempos anteriores à implantação da República, em que alegadamente a frequência da missa dominical era elevada.

¹⁸³ Descendentes de cada um dos elementos deste grupo de republicanos virão a estar entre os detidos pela PIDE nos anos 40, 50 e 60. O mesmo se passará com os descendentes do regedor.

¹⁸⁴ O preço do azeite, que aumentara mais 400 réis é alvo de um protesto em Setembro de 1911, e na Acta do mês seguinte “*Por unanimidade foi resolvido que se officiará ao digno administrador do Concelho chamando a sua atenção para o assumpto pedindo-lhe para que procurasse providenciar e novamente lhe fosse lembrada a grande vantagem para a boa disposição do povo ignorante em favor da Republica o fazer que a venda do azeite entrasse na devida ordem, visto que o que se pratica actualmente entra nos limites do que se costuma chamar roubo*” (fl.66, vs.)

¹⁸⁵ Joaquim Augusto Diniz Caiado, *In Memoriam - Couço*, Lisboa, s/ed., 1923.

que ascenderam ao poder, a edificação de uma nova memória. Finalmente, as formas de negociação entre o plano local e o nacional.

A questão da separação entre o Estado e a Igreja levanta problemas variados¹⁸⁶, bem marcados quando, na reunião realizada em 16 de Novembro de 1910 é decidido alterar o local de reuniões na antiga sacristia para o Centro Republicano Democracia do Couço, ainda que o motivo alegado seja a *temperatura siberiana* que se fazia sentir no antigo espaço¹⁸⁷. A Junta considera “intrujões” aqueles que andam a fazer peditórios para o Santíssimo destinando-os a ofícios religiosos “*em que uns crêem e outros não*”, pretendendo apoderar-se desses fundos, e considerando que essa derrama era uma “*exploração em nome dos Santos com a qual só se favorecem os grandes proprietários que não pagam as contribuições que deviam.*”¹⁸⁸ Quando um novo pároco vem para a freguesia, em 1912, por morte do padre Louro, uma alegada falta de verbas fá-lo suspender a sua acção. A ponderação dos efeitos da falta de missa semanal - a que não serão certamente alheios os interesses dos comerciantes, que assim ficavam privados dos clientes vindos dos montes e lugares anexos - levou o executivo a lavrar em acta: “*Ficou-se de estudar compensações para evitar esse mal, dando-se-lhe festas ou conferências públicas*”¹⁸⁹. Ou seja, com o espírito republicano, obtém-se um duplo efeito: elimina-se a missa e contenta-se os prejudicados com novos acontecimentos congregadores - as celebrações, supõe-se que de elevação do ideal cívico, e as conferências.

Em Abril de 1914, com um novo executivo na Junta, que se mostra mais favorável à conciliação, um proprietário vai envidar esforços, não explícitos em acta, no sentido de se retomar o culto religioso na igreja. Virá a transformar-se num autêntico folhetim. Em Outubro do mesmo ano vários outros proprietários¹⁹⁰ vão requerer à junta que officie ao Ministério da Justiça para que fossem devolvidas as chaves da Igreja ao padre Evaristo do Rosário, arcepreste de Coruche e capelão da mesma, conseguindo-o com o voto contrário de Arthur João Benedicto, que faz um requerimento de que os membros do executivo recusam dar conta em acta. Já em Janeiro de 1915, por telegrama e ofício, o administrador do concelho de Coruche ordena a entrega da igreja e dos objectos de culto a uma *comissão cultualista* constituída por Henrique Nogueira, Joaquim Ramalho e Joaquim David, sendo perceptíveis quer a fricção política entre a

¹⁸⁶ Ficará consignada meses mais tarde, em 20 de Abril de 1911, quando, sob influência de legislação estrangeira, será aprovada a *Lei da Separação do Estado da Igreja*, através da qual se tornam inelegíveis os padres para membros da Junta de Paróquia ou para gerirem as criadas associações culturais, nacionalizando-se a propriedade eclesiástica (igrejas e bens mobiliários e imobiliários). V. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991, p. 495.

¹⁸⁷ Só em 6 de Dezembro de 1934 terá selo branco e instalações próprias, num primeiro andar alugado na Praça da República, onde é colocada uma placa de esmalte com a inscrição JUNTA DE FREGUESIA.

¹⁸⁸ Actas, fl.54 vs.

¹⁸⁹ Actas, fl.80.

¹⁹⁰ Os nomes remetem para executivos anteriores ao advento da república e respectiva descendência: José Maria Henriques da Silva, António Maria Henriques da Silva, Alfredo Victorino Vieira, Joaquim Pedro Falcão, António Garcia Henriques da Silva.

Junta e o presidente camarário, quer os sinais de convivência entre este e o regedor, mancomunado com a referida comissão de republicanos, que levarão ao lavrar de um protesto, em acta, por parte da Junta, pela forma como a situação foi tratada. Em Março de 1915 a chave da igreja será entregue ao presidente por parte da referida Comissão Culturalista, através da mediação do regedor António Henriques Falcão. Uma nova comissão¹⁹¹ entrará em funções em Abril de 1915, ainda que o poder camarário venha a exigir, em Julho, a devolução das chaves da igreja à anterior Comissão Culturalista, o que merecerá da parte da Junta um ofício, explicando que as referidas chaves se encontram nas mãos de uma comissão que o órgão local reconhece. Em Março de 1916, e em resposta a um ofício-circular da Câmara, a Junta lamenta que os objectos de prata da igreja do Couço estejam nas mãos da Comissão Cultural, escapando ao controlo do executivo local, ainda que na igreja de Santa Justa estejam a ser usados, encontrando-se em funcionamento regular. A legitimidade de que se investiriam os membros do grupo social mais elevado é confirmada quando, a 17 de Julho,

“Foi proposto pelo vogal Manuel d’Azevedo para que se oficie ao Exmo. Ministro da Justiça e Cultos pedindo para que a Igreja matriz d’esta freguesia seja entregue a esta corporação pois se encontra no poder d’uma comissão cultural que nem se encarrega do culto nem da conservação da Igreja e dos objectos seus pertences. Foi aprovado por maioria este alvitre tanto mais que há uma comissão composta pelas pessoas mais gradas da terra que se encarrega das despesas do culto e conservação da Igreja e seus pertences.”¹⁹²

Mas, logo no início de 1918, e continuando o assunto por resolver a contento, o executivo exige ao ministro que as alfaias de culto e a igreja, que se encontra em ruínas, sejam entregues à referida comissão

“(…) por estar entregue há mais de dois anos a uma comissão cultural constituída por pessoas não religiosas, e por este motivo o seu fito era que derruisse, para que assim os catolicos verdadeiros fossem inhibidos por completo do culto, os quais teem incessantemente pretendido usar a sua liberdade de consciência prestando homenagem a Divindade no templo dos seus antepassados onde viram baptizar e consorciar-se os seus, do que até hoje teem estado injustamente inhibidos.”¹⁹³

¹⁹¹ Composta pelos drs. António Ribeiro Henriques da Silva, Alberto Garcia henriques da Silva, José Maria Henriques da Silva, e por Mário de Oliveira Durão, António Henriques Falcão, Manuel de Azevedo, Vicente Augusto de Azevedo e António Victorino Vieira, que sugerem ao presidente toda a confiança por serem católicos, argumento que não usara para a anterior comissão culturalista.

¹⁹² *Actas da Junta entre 1913 e 1919*, fl. 51.

¹⁹³ *Actas da Junta entre 1913 e 1919*, vs. fl. 76-fl. 77.

Finalmente, depois de um ofício do administrador concelhio (cuja nomeação foi profusamente elogiada pela Junta, ao contrário do que sucedera com o anterior), a chave da igreja é entregue a um conjunto de *senhoras*, irmãs, tias, esposas, mães ou parentes de proprietários locais, sendo todos os nomes inscritos em acta e precedidos de “Dona”.

Em segundo lugar, as alterações no poder cifram-se sempre na edificação de uma nova memória, expressa nomeadamente na toponímia, que incorpora uma Praça da República, uma Rua 5 de Outubro, uma Rua Júlio Maria de Sousa (que envidara esforços para ser obtido o telégrafo, atribuindo-se o seu nome à artéria onde este se localiza), uma Rua Almirante Cândido dos Reis, a que se segue a Rua Miguel Bombarda, ou a Rua do Centro Democracia¹⁹⁴. A cerimónia de imposição do nome nas ruas foi seguida de um banquete comemorativo.

Essa nova arquitectura da memória, que reivindica um papel pioneiro aos coucenses no derrube da monarquia, antecipando-se aos acontecimentos nacionais cerca de um mês e meio, é bem expressa na acta de 28 de Agosto de 1911:

“...o presidente propos se tratasse na acta um voto de saudação aos bravos republicanos do Couço que no dia 28 de Agosto de mil novecentos e dez, arrostando com todas as vinganças projectadas e dias de eboição demoliram a Bastilha feudal desta povoação, quebrando as algemas que a manietavam aos seus infames verdugos e foram a Coruche com os seus votos mostrar as correntes quebradas e dizer ao paiz em alto brado que para o Couço tinha soado a hora da liberdade e que por ela se estava disposto a morrer.

Quarenta e quatro homens pela Republica quando ser republicano era um crime.

*Gloria aos valentes democratas procursores da Edemptica revolução de Cinco de Outubro.”*¹⁹⁵

A escola passa a integrar a Rua da Escola Moderna, em homenagem a Francisco Ferrer, anarquista, assassinado em 1909 na designada “Semana Trágica”, em Barcelona, apontado na acta como “*mártir dos Jesuítas em Espanha e propagandista da fraternidade humana*”.

Com o advento da República os proprietários, arredados dos lugares do poder local (alguns até 1914, outros até um pouco mais tarde), mancomunam-se para escapar às pensões de derrama paroquial, e são inúmeros os nomes referidos dos que aproveitam a confusão dos tempos para fugir a pagar ao poder republicano os impostos que lhe permitiriam a sobrevivência, e é assim ao longo de quatro anos em que as actas registam sucessivos esforços

¹⁹⁴ Acta de 14 de Agosto de 1911, fl.62 vs.

¹⁹⁵ Acta de 28 de Agosto de 1911, fl. 63vs. Sobre este facto, ver também Joaquim Augusto Diniz Caiado, *In Memoriam - Couço*, Lisboa, s/ed., 1923, p. Joaquim Augusto Diniz Caiado, *In Memoriam - Couço*, Lisboa, s/ed., 1923, p. 8: “(...)mais de quanta listas republicanas foram lançadas na urna eleitoral de Coruche, nas últimas eleições da monarquia como protesto d’um povo que acabava de rebentar as suas algemas. Foi em 28 de Agosto de 1910, dia em que também constituiu a sua primeira Comissão Paroquial Republicana.”

de colecta sem quaisquer respostas dos proprietários, quiçá ausentes em lugar seguro, atendendo a que só em 1914 voltam a pedir à Junta a sua inscrição eleitoral como residentes.

O novo poder republicano oferece igualmente uma oportunidade privilegiada para pensar as relações entre os níveis local e nacional. Pela voz do então presidente da Junta será proposto, com o dinheiro em caixa, construir uma pequena casa para cadeia. Cinco anos depois, Joaquim Galiza Brochado, de novo no executivo alvitra que se oficie ao administrador do concelho para que seja instalado na povoação um posto da Guarda Republicana. Esta exigência, que poderia prender-se com a circulação de “malteses” de que se queixavam os membros do executivo, em actas anteriores, não seria completamente alheia aos movimentos de trabalhadores rurais que se avizinham, e que são corporizados pela invasão de uma sessão da Junta de Freguesia, em 19 de Junho de 1911, tendo a sala sido posta ao dispor dos assalariados.

António Henriques Falcão, vice-presidente em 1918, pediu a palavra na sessão de 7 de Janeiro desse ano

“(...) alegando que sucedem continuamente os actos atentatórios do direito de propriedade o que não só acusa o estado moral muito deprimente para aqueles que os praticam, mas também dá em resultado graves prejuizos para aqueles que são vitimas do mesmo. Torna-se indispensável e urgente que na sede desta freguesia se crie um sub-posto da Guarda Republicana a fim de extinguir ou pelo menos atenuar este estado de coisas apresentando-se neste sentido ao Exmo. Ministro do Interior a proposta que sendo discutida e posta a votação foi aprovada por unanimidade”¹⁹⁶

Em ofício de 25 de Fevereiro de 1918, o comandante do Batalhão da Guarda Republicana informa que foi criado no Couço um posto com 7 praças. Em Abril de 1920 o alferes Miguel Mota Carmo, a cargo de quem está o posto de Coruche informa que devem ser as juntas a pagar as rendas dos edifícios que servem à Guarda de cada localidade, comprometendo-se o presidente da Junta a fazê-lo no Couço, desde que o presidente da câmara assinta que todas as coimas localmente aplicadas passem para o controlo da Junta. O aluguer de uma casa a Pedro da Silva Casanova albergará, por 100\$00 pagos pela Junta, o referido posto.

Este contínuo negociar entre os níveis da freguesia e os que sucessivamente lhe estão acima, com mediadores ou através de ofício, perpassa múltiplas sessões da Junta. Um presidente de Câmara Municipal efusivamente saudado em acta quando nomeado - enquanto em momentos anteriores a junta de paróquia omitira essas designações - constitui um indicador de que ele é, para os que então se encontram à frente dos destinos locais, uma garantia. Ao seu nível, constituirá um zelador eficaz, pela rede social activável, dos interesses que os grupos dominantes considerem essenciais à sua reprodução no universo local.

¹⁹⁶ Actas da Junta, entre 1913 e 1919, fl.74.

Um outro exemplo: em 1913 são entregues vários volumes de documentação da freguesia¹⁹⁷ por parte do antigo secretário da Junta. A proposta de os enviar para o encarregado superior de bibliotecas em Lisboa, atendendo ao seu valor, é liminarmente recusada, procedendo-se ao registo dos referidos livros no catálogo da biblioteca dos agricultores do Couço¹⁹⁸ e à sua entrega aos membros do executivo seguinte, cujos nomes e apelidos remetem para uma reviravolta em termos locais, retornando ao poder António Nogueira Leitão (presidente), Manuel de Sousa Afeiteira (vice-presidente, e que estivera ligado a uma das comissões de devotos dos finais do séc. XIX, que procedia às recolhas de donativos para os santos), António Ribeiro Henriques da Silva (tesoureiro), Manuel João Bendito (regedor), Mário de Oliveira Durão (secretário), e como vogais Joaquim Galiza Brochado, Manuel de Azevedo e António Marcelino Labaredas. Mais, dois irmãos proprietários, localmente conhecidos ainda hoje como *Benaventes*, requerem atestados de residência para fins eleitorais, o que indicia que estiveram fora durante os três anos quentes anteriores, e idêntico requerimento será feito por parte dos proprietários a cujos apelidos as actas anteriores a 1910 faziam, com frequência, referências, nomeadamente pelos lugares ocupados a nível local. António Marcelino Labaredas demitir-se-à dois meses depois da tomada de posse por não constarem em acta (decisão tomada pelos outros membros da Junta) as suas tomadas de posição. Mas o processo de passagem de poderes fora certamente complicado, como é legível no desabafo em acta de 15 de Fevereiro de 1914:

*“...a esta Junta foi-lhe dada de tal maneira a posse que nem o antigo secretário quiz fazer qualquer serviço, nem os outros vogais lhe quiseram dar essa posse, entregando nas mãos do regedor todos os documentos, livros, etc., para a posse se efectivar.”*¹⁹⁹

As relações desta nova Junta quer com a administração concelhia, quer com o poder central não seriam das mais pacíficas, e o lado para que lhes pendia o coração e os interesses de classe revela-se em pormenores como o da recusa, em Novembro de 1915, a contribuir com qualquer donativo para a fundação de um externato infantil na Paróquia Civil da Lapa, em evocação de Afonso Costa.

Será compreensível a atitude anterior se tivermos em conta a tendência, bem expressa por esta Junta, na acta de 11 de Fevereiro de 1918:

“Por proposta do vogal António Victorino Vieira foi aprovado por unanimidade que se lançasse nesta data ao Exmo Presidente da Republica Dr. Sidónio Paes e ao governo a

¹⁹⁷ Talvez integrem estes maços os dois livros de receitas das extintas confrarias de Santo António e de N^a Senhora do Rosário retirados de um baú com lacre e selo que ameaçava esboroar-se e que fora depositado em casa de Joaquim Galiza Brochado, e que em 1906 fora arrombado por um perito sob os olhos do regedor, como consta do respectivo *Livro de Actas*, em 1 de Junho de 1906.

¹⁹⁸ *Livro de Actas da Junta de 1913 a 1919*, em 29 de Dezembro de 1913.

¹⁹⁹ Idem, *Ibidem*, fl.9 vs.

que preside um voto de poio moral para o efeito de efectivar o programa que se impôs realizar para a felicidade e engrandecimento da Pátria, cuja existência esta acima de quaes, digo, acima dos interesses de quaesquer facções politicas e também para garantia dos interesses individuaes e principalmente do direito à vida, de propriedade, liberdade de consciencia e cultos, de opinião, rigorosa economia na administração dos dinheiros publicos e sua aplicação, dá um impulso decisivo no desenvolvimento agricola guiado pelos verdadeiros principios economicos, da distribuição dos cargos publicos pelos cidadãos segundo os seus merecimentos e virtudes(...) Declarou-se que o aludido voto foi tomado sem preocupações politicas de qualquer ordem mas simplesmente tendo em vista a felicidade e existencia da patria que são superiores a quaesquer outros interesses particulares ou colectivos”²⁰⁰.

Com o sidonismo, tão exuberantemente saudado pelo executivo local²⁰¹, coincide a escassez de bens e os problemas de distribuição de bens essenciais, nomeadamente de cereais, cujos preços sobem em flecha²⁰². Com a morte de Sidónio Pais e os tempos conturbados que se lhe seguirão, as actas de 3 de Fevereiro de 1919 reflectem a preocupação como o “estado de intranquilidade em que se acha o paiz”, apaziguada em 17 do mesmo mês com um “voto de congratulação e alegria por este estado de coisas ter terminado”²⁰³, ainda que todavia, em 12 de Maio de 1919, continue a “protestar contra os vandalismos praticados em Lisboa pelo incendio nas cadeias do Limoeiro e nos edificios onde estavam instalados as repartições dos Serviços Telegrapho-Postaes na Praça do Comercio”, e a lavrar em acta a indignação pela greve dos correios em Março de 1920, pelos prejuizos causados à nação²⁰⁴. A percepção local destes prejuizos é evidenciada na falta de géneros como azeite e açúcar, nos inícios de 1921, resolvendo-se, em Fevereiro do mesmo ano, apurar os stocks existentes de trigo com vista a trocá-los por azeite, cuja escassez, atendendo ao seu papel na alimentação local, é muito deplorada.

Os quotidianos locais e o ritmo da vida agrícola que caracteriza o sul são evidentes na complementaridade - que o Estado Novo também manterá e ampliará, visando arredar situações

²⁰⁰ Idem, *Ibidem*, vs. fl. 76- fl. 77.

²⁰¹ Em 23 de Dezembro de 1918 a acta transmite a consternação da Junta: “Os vogaes da comissão administrativa depois de fazerem algumas considerções sobre o barbaro attentado de que foi victima o superior homem de Estado, egrégio cidadão e prestigioso presidente da Republica Dr. Sidonio Paes que tanta falta faz à nação, deliberou exarar em acta um voto do mais profundo sentimento e protesto contra tal acontecimento, que enodoou a história patria, encerrar a sessão em sinal de lucto e sentimento, adiando para a seguinte os assuntos a tratar nesta, como orçamento, etc.”, fl. 89, vs.

²⁰² A Acta de 20 de Janeiro de 1919 aponta preços para o trigo de \$04 e \$03,6 respectivamente como máximos e mínimos para 1914-15, que ascenderão a um preço único de \$22 entre 1917 e 1918; o mesmo se passa com o centeio, cujos preços oscilavam nos primeiros anos indicados entre os \$03 e os \$02,6, e que atingirão, em 1917-18, os \$18.

²⁰³ Actas, vs. fl. 91 e vs. fl.92.

²⁰⁴ Livro de Actas de 1920 a 1931, acta de 18 de Março de 1920.

mais gravosas no que concerne às condições sociais - entre as obras públicas e os trabalho agrícola. Assim sucede com a construção de uma estrada em 1918, que aproveita o período em que os salários dos trabalhadores são mais baixos, por haver falta de trabalho, realizando-se então. E quotidianas são, localmente, as formas de resistência, consubstanciadas nos pequenos furtos e fogo-posto que colmatam a subsistência e exercem retaliação sobre proprietários mais renitentes. Desde os finais do século XIX que as actas reflectem este dia a dia de resistência, e fazem-no expressivamente ao exigir o reforço dos serviços de guarda estatais, ao congratular-se com a mão pesada da justiça contra quem comete crimes contra a propriedade, ou ao saudar a nomeação de administradores concelhios que dêem garantias de *“continuação da manutenção da ordem publica no concelho e defesa dos direitos individuais dos seus cidadãos, principalmente do direito de propriedade, em virtude dos crimes de furto e roubo que se sucedem nestas freguesias quase quotiadianamente”*²⁰⁵

As formas de organização local do trabalho, e nomeadamente a maneira de realizar o recrutamento semanal dos trabalhadores, reguladas pelo Governo Civil em 1926 mereceram da parte do executivo da Junta um forte repúdio, por exigir que, de forma normalizadora, a praça de jorna se passasse a realizar ao Domingo em todas as povoações:

*“Considerando que o assumpto para que se pede o parecer da Junta obedece ao propósito de restringir por diploma legal a liberdade contractual, o que é, além de atentatório da liberdade individual, pura inutilidade, por ser igualmente atentatório das leis economicas basilares; a Junta resolve dar parecer em que se consignem estes princípios, que em si envolvem o da máxima liberdade para patrões e para operários.”*²⁰⁶

Mudam com lentidão as noções de limpeza e conforto, nomeadamente para quem vive dentro da *aldeia*, visto não haver a este nível similitudes com as situações vividas nos *montes*, em que a salubridade não aparece referida como preocupação. Para além de haver um varredor que assegura a limpeza das ruas, em Maio de 1919 é solicitado ao Zelador Municipal, ao Subdelegado de saúde e ao presidente da Câmara que estabeleçam uma postura que afaste as pocilgas dos porcos das casas da povoação, evocando o mau-cheiro e a insalubridade. Também em 18 de Janeiro de 1923, e entre outras decisões, se destaca a compra de um escarrador para a secretaria da Junta. As primeiras sentinas públicas são construídas junto do cemitério, depois de José Garcia Brochado ter oferecido o terreno, em 1939, e a preocupação com o embelezamento

²⁰⁵ *Actas, 31 de Março de 1919, fl. 93 vs.* De notar que na acta anterior, em 17 de Março, *“disse o presidente que sucedendo-se nestas freguesias dos crimes de furto e roubo o que acusa uma profunda imoralidade, falta de honra e consciencia civica sendo certo que não tem havido falta de trabalho e os jornaes teeem sido de valor elevado até mesmo na estação do inverno que decorre protestava contra este estado de coisas, resolvendo a junta por unanimidade aprovar o presente protesto”*, fl.92, vs.

²⁰⁶ *Livro de actas de 1920 a 1931, Couço, 30 de Março de 1926, fl. 45.*

de um conjunto de ruas que dão acesso à estrada, através do calcetamento só ocorrerá em Setembro de 1940.

Vão alternando, na presidência e demais funções autárquicas os elementos que pela fortuna como pela instrução, se destacam no âmbito da freguesia; desde 1914 que cada novo executivo voltou a evidenciar os mesmos nomes (ou os de descendentes) daqueles que aí se encontravam nos anos anteriores à República.

A construção de um plano de irrigação do Vale do Sorraia, para o qual já em 1921 existe um projecto, aparece, aos olhos da Junta como a solução para todos os problemas locais. Em Junho de 1932 estão já concluídos os aquedutos e feitas as terraplanagens em Águas Belas e Àguas Belinhas, topónimos que correspondem a duas das herdades locais de um mesmo proprietário²⁰⁷. Mas em 1949 as obras estão ainda a ser realizadas, entre burocracia e quezílias, que levarão até ao pedido de demissão colectiva da Junta²⁰⁸. Em Janeiro de 1958 são passados atestados para fins de emprego nas manilhas do canal, o que significa que este finalmente se encontra em obras, e são várias as referências feitas à greve realizada em Junho e Julho desse ano por trabalhadores da hidráulica. Completar-se-à em 1959.

Balaceiam as referências entre o nível local e o translocal: desde as alusões em 7 de Abril de 1921 à comemoração, dois dias depois, em torno dos mortos na Grande Guerra, até ao registo do *“feito glorioso e heroico dos nossos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral terem chegado ao Rio de Janeiro, voando, conquistando para a Pátria portuguesa a glória do caminho dos ares como Pedro Alvares Cabral descobrira o caminho dos mares.”*²⁰⁹

São, contudo, frequentes as menções de uma sobreposição dos interesses locais, como sucede quando de Coruche, em 1926, é pedido auxílio para aí contruir uma ponte sobre o rio Sorraia. Com alguma ironia, conferindo inegável importância a essa realização, os membros do executivo vão responder que pensam principalmente na construção de uma ponte entre o Couço e Santa Justa, e como não sabem em quanto orçará nem de que recursos poderão dispor, não tomam compromissos quanto a contribuírem com fundos para outras pontes²¹⁰. De resto, só em 1928 a Junta receberá aval camarário para a construção da referida ponte, cujo início de obras será em Agosto desse ano, depois da decisão ter sido tomada em Junho. O desfazamento de dois meses pode justificar-se pelo facto de, em Junho, ocorrer o grosso dos trabalhos agrícolas,

²⁰⁷ Livro de Actas de 1931 a 1942, Couço, 2 de Junho de 1932.

²⁰⁸ Livro de Actas da Junta de Freguesia entre Dezembro de 1946 e Maio de 1951, 3 de Outubro de 1949.

²⁰⁹ Livro de Actas de 1920 a 1931, Couço, 29 de Junho de 1922, fl. 25 vs.

²¹⁰ Da mesma forma reagirão, quando em 19 de junho de 1930 *“Foi lido um ofício da Câmara Municipal com o nº297 de 12 do corrente pedindo o referendum da Junta para um empréstimo de seiscentos contos para melhoramentos na sede de concelho. Depois de devidamente estudado o assunto, foi resolvido por unanimidade dar o referendum pedido, desde que o referido empréstimo fosse acrescido de cem contos para os melhoramentos mais urgentes da sede desta freguesia, tais como canalização d’água potável, alargamento do cemitério e calçadas e construção de um matadouro.”*, fl. 70. Ou seja, viabiliza-se o objectivo concelhio se a este se acrescerem obras estritamente locais.

havendo que esperar por uma época em que o salários fossem mais reduzidos, como consta em acta²¹¹.

Os pobres da freguesia, cujas listas atingirão nos anos 40²¹² grandes proporções, são agraciados com 520\$00 que a Junta resolve distribuir em 1934, no Carnaval. Esta referência, feita na acta de 1 de Fevereiro revela um duplo interesse: em primeiro lugar, porque no ano anterior, em Maio, a GNR fizera as primeiras prisões locais na praça de jorna, quando eram exigidos salários mais elevados; em segundo lugar, pela época do ano escolhida para o acto caridoso: o Entrudo, momento de crítica social que poderia ser aproveitado para pôr a nu as condições de vida, e assim potencialmente aplacada por uma forma redistributiva que se tornará frequente nos anos que se seguem, e que atesta a penúria em que viviam muitos coucenses, fosse pelas formas de desestruturação familiar, fosse pelo momento do ano coincidir com a ausência de trabalho rural.

Dezembro de 1934 caracteriza-se pelas duas dádivas, e subsequentes distribuições de material escolar para os alunos pobres, ambas tendo como benfeitores Fernando Monteiro da Silva e Henrique da Silva Azevedo. Passam a ser também frequentes as referências aos pagamentos na farmácia por parte da Junta, pelos medicamentos fornecidos aos pobres.

Está a ser vivido um mau período pelos trabalhadores locais, pedindo a Junta providências à Câmara no final do ano de 1935, que só 4 meses depois se consubstanciou em 6 sacas de farinha de trigo (450 kg), 200 kg de arroz, 60 kg de bacalhau para serem distribuídos pelos mais carenciados. Em Fevereiro de 1937 a Câmara pedirá um cadastro dos pobres, cujo levantamento será feito pela Junta. Em Junho de 1938 o Governador Civil enviou 900\$00 para os pobres do concelho, cabendo ao Couço 250\$00, que foram distribuídos por 50 pessoas. O mesmo fará em Julho do mesmo ano João Lopes de Carvalho Junior, que ofereceu 29\$40 para 12 dos pobres do cadastro. Só uma situação de extrema gravidade, em termos económicos justifica a organização de um orçamento suplementar, *“Atendendo à gravidade da situação económica local, manifestada através de uma pavorosa crise de trabalho, como d’outra não há memória na região”*²¹³.

As dádivas continuam, e em Julho de 1939, Augusto Brito ofereceu 50\$00 para serem distribuídos pelos pobres de Santa Justa, que contemplará 10 destes, enquanto Roberto Galvão entregou 20\$00, repartidos por 4 indigentes. António João da Mata deu 20\$00 em Junho de 1939, divididos por 4 necessitados, e as ofertas sucedem-se em ritmo constante : em Agosto,

²¹¹ Livro de Actas de 1920 a 1931, Couço, 7 de Junho de 1928, fl. 59 vs.

²¹² “Os sintomas de descontentamento e reacção contra a flata de géneros, o desemprego e os baixos salários nas zonas de predomínio dos assalariados ruais começam a verificar-se desde inícios de 1941, crescendo de intensidade ao longo do ano. O mesmo se poderá dizer quanto aos motins e aos «tumultos» que, no Norte e no Centro, se levantam para impedir a requisição de géneros ou as apreensões de minério.”, Fernando Rosas, *O Estado Novo*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 363.

²¹³ Livro de Actas de 1931 a 1942, Couço, 19 de Outubro de 1938, fl. 60, vs.

António Henriques Falcão oferece 21\$00, no início do mês, e mais 20\$00 no dia 21; Graça da Assunção de Oliveira, 20\$00; Antonio Maximiano, 10\$00. Em Janeiro de 1940 é o Governador Civil que envia, logo no início de Janeiro, 75\$00. Na mesma altura, Simão Albino oferece 30\$00, logo seguido pela dádiva de António Henrique Falcão, que dirige os seus 40\$00 aos pobres de Santa Justa. O facto de ser a partir de um cadastro de pobres estabelecido pela Junta que é feita a distribuição não invalida recomendações como esta e outras, em que o proprietário de determinado monte sugere que o donativo seja redistribuído pela Junta, mas abrangendo os pobres de um só lugar da freguesia. Será legível aqui uma tentativa de auto-protecção dos que preferiam dar esmola a empregar trabalhadores nesta época de crise, ou subir salários que afastassem o espectro da miséria? Ou pretender-se-ia manter arredadas as “armas dos fracos”, ou seja, na expressão de James Scott, o recurso a formas de acção secreta susceptíveis de conduzir à obtenção imediata de meios de superação ou de atenuação da crise?

Os efeitos da guerra de 39-45 no sector agrícola fizeram-se sentir sobretudo ao nível dos abastecimentos. São anos marcados pela *grande fome*, devido à crise de abastecimentos, e à descida de salários, a que não é alheio o despacho que o subsecretário de Estado das Corporações fará sair em 14 de Maio de 1943, sobre os limites máximos e mínimos dos salários dos trabalhadores rurais, que conduziu a uma redução de cerca de 50% nos salários desse ano. Exige-se, passado que foi o desnorte dos anos 30, em que ainda que existissem condições económico-sociais desfavoráveis não se desencadearam movimentos a sul, que haja um reforço da razão de pão para os residentes em contexto rural, e que os salários sejam mantidos.

A conjuntura externa reflecte-se com clareza nestas actas que são quase exclusivamente listas de pobres agraciados com a esmola de vários proprietários²¹⁴, ou de entidades e associações como o Grupo Cénico do Couço, que oferece 300\$00 em Julho de 1940, o mesmo

²¹⁴ É quase fastidiosa a lista dos que fazem ofertas: Em Setembro de 1942, António Galiza Brochado oferece 10\$00; Jacinto Amaro Barbosa, do Chapelarinho, oferece 50\$00 em Novembro e no Natal, para além do que já foi referido, juntam-se outros donativos, mais 50\$00 de Jacinto Amaro Barbosa, 145\$00 do posto da GNR e 115\$00 da revista de inspecção de cadernetas militares da freguesia. São, nesta época natalícia, contemplados 36 famílias pobres, 72% das quais dirigidas por mulheres. Em Janeiro de 1944 recebem 2mil escudos do Governo para atenuar a pobreza, e em Novembro do mesmo ano Norberto Francisco da Viegua Malta junta 40\$00 aos 28\$10 de João Victorino Vieira. Pouco antes do Natal é António de Oliveira Durão, residente em Lisboa que contribui com 500\$00, a que o executivo juntará 144\$00 do saldo da revista militar, distribuindo quantias entre 30 e 44\$00 por vários dos pobres locais. Em Fevereiro de 1945 João Victorino Vieira oferece 50\$00 e a GNR 8\$00; em Junho do mesmo ano D. Diamantina de Azevedo contribuirá com 150\$00 proveniente de uma multa (?), o mesmo sucedendo com uma outra multa efectuada em Outubro pela GNR na propriedade de José Ribeiro Curado, de Coruche, de 48\$40, que este mandou distribuir pelos pobres. Em Novembro Joaquim Felismino entregou 50\$00 e a GNR 35\$80, dinheiro este encontrado nos bolsos de um vagabundo encontrado morto. Também Manuel de Azevedo Leitão oferece aos miseráveis, em Dezembro, a multa que lhe foi aplicada pela GNR de 60\$20, juntando-se-lhe 119\$00 da revista militar. Já em Julho de 1946, o Engº Luis Moreira dá 20\$00 para os desfavorecidos coucences; no fim deste ano, a revista militar (212\$50) e a oferta de 27\$50 de Manuel Rodrigues Beirão terão a mesma finalidade, e a partir desta data só haverá dádivas aos pobres no Natal, o que sugere que com o fim da guerra a pauperização anterior terá entrado em regressão. Em Dezembro de 1947 conseguem-se com dádivas várias 163\$10, e desde então, com um novo executivo camarário, também as actas se tornam mais secas e pobres em informação.

fazendo António Henriques Falcão com 20\$00 que oferece aos pobres de Santa Justa em Novembro, e 15\$00 em Dezembro do mesmo ano; fará novo donativo de 10\$00 em Agosto do ano seguinte, em Fevereiro de 1942 (25\$00), em Março (51\$00), em Maio (60\$00), em Junho (70\$00), em Agosto (50\$00), em Outubro (55\$00), em Dezembro (50\$00), em Julho de 1943 (35\$00), em Setembro do mesmo ano (15\$00), em Abril de 1944 (15\$00). Em Junho o donativo foi de 65\$00, não voltando a haver referência a dívidas suas²¹⁵. De notar que este proprietário possuía o grosso das suas herdades na margem direita do Sorraia, onde Santa Justa é o maior núcleo habitado dentro da freguesia.

Devido ao racionamento, são também evidenciadas carências de produtos em várias actas, como a de 6 de Maio de 1943, em que o Presidente da Junta escreve à Câmara devido ao “*gravíssimo problema da falta de gás*”.

Em 24 de Janeiro de 1945 é feito o termo de abertura do livro de actas das sessões do Socorro de Inverno, que só reunirá seis vezes e que acabará em 16 de Março do mesmo ano, afogado nas desavenças entre os diferentes grupos das elites locais, nas recusas em participar na comissão, na fragilidade das dívidas, e nas alongadas discussões sobre quem era verdadeiramente pobre ou não, a partir do cadastro de pobres da freguesia.

As redes locais e as interprotecções são legíveis em documentos variados, como os que recomendam ou inviabilizam a nomeação de professores, ou como o que serve de resposta a um ofício camarário que pretendia informar-se sobre o comportamento moral e cívico de um indivíduo de Santa Justa, no sentido de lhe ser permitido ser o depositária da Caixa Postal²¹⁶. São também patentes as teias de patrocínio, nomeadamente quando ficam exarados em acta agradecimentos a indivíduos que é suposto terem feito algo em prol da freguesia sem que dela sejam naturais ou aí residam²¹⁷.

À pobreza endémica vivida pelos trabalhadores rurais, não atenuada sequer pela legislação publicada em 1935²¹⁸ relativa à assistência social, não valiam os organismos

²¹⁵ Ver-se-à de novo referência ao seu nome em 1947, quando em Março compra 7 m2 do cemitério para construir um jazigo. Indiciarão as dívidas alguma promessa de fim de vida?

²¹⁶ Neste caso, a Junta “*informou o senhor presidente da Câmara por ofício n.º 20 de 30 de Maio, que por unanimidade já a junta tinha indicado o senhor José Rodrigues Barnabé para o desempenho do referido cargo, por ser sem contestação o indivíduo mais instruído de Santa Justa, vogal suplente desta Junta, pessoa de indiscutível idoneidade, nacionalista convicto, comerciante honrado, em cujo estabelecimento não se vendem bebidas alcoólicas e que, ao contrário dos outros comerciantes, quase todos tasqueiros, não acamarada com os fregueses em manifestações a Baccho, e que tendo tomado em consideração a resolução tomada pela Junta, entendeu nada dever informar sobre qualquer outra pessoa*” fl. 54, vs, acta de 6.6.38.

²¹⁷ Assim sucede quando se agradece a Luis Alberto de Oliveira os esforços que envidou para conseguir a nomeação do carteiro local.

²¹⁸ O Estado Novo, através da Lei n.º 1884 de 16 de Fevereiro de 1935, cria um corpo legislativo que regula o sistema de previdência, incluindo as Caixas de Previdência e Reforma, o Abono de Família, o subsídio de morte e doença, as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, mas só com Marcelo Caetano, em 27 de Novembro de 1968, este conjunto legislativo haveria de ser estendido aos rurais. Cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Pallas Editores, 2ª edição, 1981, pp. 486-489. Ver também Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, Lisboa, INCM, 1995, 2

corporativos que o Estado Novo ia criando. As Casas do Povo, criadas através do Decreto-Lei nº 23051 de 23 de Setembro de 1933, constituem organismos corporativos que unificam por freguesia os corpos sociais aí existentes. Têm funções na área da previdência e assistência, da instrução e dos melhoramentos. Reificam a ideia de comunidade mesmo onde, como vimos, esta não se revela operativa. Esta função, que opera ao nível do ideológico, não se pode dizer que tivesse eficácia nos campos do sul, em que os confrontos classistas retiram a aura mítica e mimética ao efeito de retroacção. Se o próprio conceito de *Casa* pretende reenviar para um mesmo espaço comum o *Povo*, entidade colectiva englobante, em zonas em que as relações assentam em dicotomias sociais evidentes, ainda que eventualmente mescladas por associações simbólicas diádicas verticais - como o compadrio entre indivíduos de estatuto diferenciado, ou as relações de patrocínio - a experiência diária consciencializa em relação às divisões que contrariam esta visão unificadora de sociedades divididas. A Casa do Povo, presidida pelos notáveis pertencentes à classe dominante, é associada na memória dos assalariados rurais ao enquadramento que o Estado Novo deles desejava fazer. Ou seja, os notáveis constituíam localmente os representantes de um estado opressor, e esse mesmo Estado legislava e operava no sentido de manter a classe dominante; ambos os constringiam a prolongar um estatuto de subalternidade.

O movimento de criação de Casas do Povo como organismo corporativo estende-se ao Couço e, em Abril de 1943, é decidido nomear uma comissão organizadora, que proceda à redacção dos respectivos estatutos. Surge aqui um diferendo que melindra o presidente da Junta e que o conduz à demissão do cargo, sem que fique clara a razão, ainda que associada às nomeações para a referida comissão organizadora, de que haveriam sido provavelmente arredados os indivíduos da confiança da Junta. É claramente uma questão entre a Junta e o presidente da Câmara que se perfila, atendendo ao teor da acta de 4 de Novembro de 1943, em que é salientado o propósito do presidente camarário de “*Mais uma vez esbulhar as juntas de freguesia do concelho de direitos que o Código Administrativo lhes confere em matérias financeira, concedendo-lhes subsídios inferiores àqueles a que têm direito.*”²¹⁹. A corporização deste conflito, e conseguindo aliados fortes no exterior, está patente em Maio de 1944, na sessão de Junta:

“Nesta altura entraram na sala desta Junta a convite do senhor Presidente, os senhores Dr. Joaquim Pereira Junior, Artur Basílio e Joaquim Aleixo Falcão, presidente e vogais da Comissão da União Nacional; José Nogueira de Sousa Leitão, Vereador Municipal; Irénio Augusto Azevedo, regedor, e João Victorino Vieira, representante desta Junta no Concelho Municipal. Ainda a convite do senhor

volumes; Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 398-399.

²¹⁹ *Actas da Junta de Freguesia do Couço de Janeiro de 1942 a Dezembro de 1946, fl.31 e vs.*

Presidente foi pelo referido representante da Junta de freguesia no Conselho Municipal feita uma exposição dos factos ocorridos com a fundação da Casa do Povo desta freguesia, factos que são do domínio público e dos quais resultou desaire para esta Junta, que tendo superiormente encarregada de elaborar os estatutos e indicar nomes para a constituição dos primeiros Corpos Gerentes, viu essas indicações menos presadas e nomeadas para esses cargos pessoas que não indicou e cuja nomeação discorda. Acha portanto a Junta e todas as entidades que na freguesia desempenham funções oficiais devem depôr os seus mandatos se não lhes forem dadas plenas satisfações. Depois de trocadas ligeiras impressões nas quais tomou parte o expositor e o senhor Dr. Joaquim Pereira Junior, Presidente da Comissão da União Nacional, foi por unanimidade resolvido apresentar-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal o pedido de demissão de todos os presentes em documento único que ficará registado sob o nº 13 no copiador de ofícios desta Junta”²²⁰.

Só em Agosto de 1944, quando são empossados pelo delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em Santarém, Manuel Rodrigues Beirão, como presidente, Manuel Catarino, como tesoureiro e Fidério Alves, como secretário da Comissão Administrativa da Casa do Povo, será “*sanado o conflito suscitado pela nomeação de pessoas que não haviam sido indicadas por esta Junta, conforme reclamação em devido tempo apresentada ao Senhor Presidente da Câmara.*”²²¹. De resto, os nomes indicados para a direcção da Casa do Povo já tinham estado antes, ou viriam a estar ligados, depois, ao executivo da junta, ou de alguma maneira, haviam exercido funções de ligação com a sede municipal ou com o poder central, o que confere consistência à ligação entre os cargos e os indivíduos da confiança do regime bem inseridos dentro da rede local.

A Casa do Povo do Couço foi fundada em 1943 e

“...prestou valiosos serviços na defesa do trabalhador, na assistência médica e medicamentosa, em subsídios em caso de doença, casamentos, nascimentos, invalidez, falecimentos, etc. Em 1948 tinha conseguido colocar 600 trabalhadores desempregados, quer nos «montados» do Couço, quer nos concelhos de Santarém e Almeirim. Em 1955 a Casa do Povo já possuía uma sede própria num amplo edifício, com diversas secções: posto médico, salão de festas com palco e camarins, biblioteca, uma cerca para jogos, infantário, cantina escolar, mantida pela Câmara de Coruche, pela Junta de Freguesia e pela Casa do Povo. O senhor António Henriques da Silva e

²²⁰ *Actas da Junta de Freguesia do Couço de Janeiro de 1942 a Dezembro de 1946, fl. 45 vs. e fl. 46.*

²²¹ *Actas da Junta de Freguesia do Couço de Janeiro de 1942 a Dezembro de 1946, fl. 51.*

*família contribuíram muito para a realização destas obras todas: Casa do Povo, igreja nova, cine-teatro e cantina escolar «A Joaninha».*²²²

Ficará com a sua sede provisoriamente instalada no edifício da Junta, e as relações entre o órgão autárquico e o organismo corporativo serão sempre de proximidade, ideológico-política, como o atesta a acta de 18 de Agosto de 1945:

*“Pela Casa do Povo foi doada a esta Junta de freguesia a importância de 4582\$00 (quatro mil quinhentos e oitenta e dois escudos) para serem empregados em serviços de interesse local, nos quais devem de preferência ser admitidos sócios da Casa do Povo”*²²³

Maio de 1950 fica marcado pela inauguração da luz eléctrica na freguesia, o que significa exclusivamente que a aldeia passou a dispôr de iluminação pública e que alguns puderam mandar fazer instalação nas respectivas casas, congratulando-se o presidente por este contributo *“para o progresso e comodidade dos seus habitantes”*²²⁴. Em Setembro do mesmo ano começa a providenciar-se no sentido de conseguir uma planta local que permita começar a fornecer água às habitações ou, pelo menos, a fazer mais fontanários. São na altura contabilizadas 402 famílias residentes na aldeia e 1577 habitantes, a pedido do engenheiro responsável pela construção do serviço de abastecimento de água²²⁵. Um coucense é enviado a Lisboa com vários garrafões da água local para análise.²²⁶ Só em Outubro de 1957 aparece referenciado o emoldurar das fotos que dizem respeito à inauguração do abastecimento de água a Santa Justa, que deverá ter ocorrido pouco antes.

O período que se segue, e que marcou com densidade a memória dos habitantes locais pelas inúmeras prisões, pela repressão, mas igualmente pelas simulações que ludibriavam a polícia política, a GNR e mesmo os que faziam jogo duplo, é pelo contrário, o menos fixado em termos das actas da junta. Atendendo aos grupos do poder, foi possível ao longo dos anos ler nas actas as contendas que internamente os separavam dentro da elite local. Pelo carácter da repressão, a escrita sobre o período de densas lutas no Couço não está expresso, salvo de forma críptica nesses textos: entre Setembro de 1959 e Julho de 1961 aparecem referências a ofícios

²²² J. Antunes Pinto, *Coruche e as suas gentes - monografia*, Coruche, ed. patrocinada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coruche, 1987, p. 109.

²²³ *Actas da Junta de Freguesia do Couço de Janeiro de 1942 a Dezembro de 1946*, fl. 73, vs. Redacções como esta ajudam a explicar a ligação que é feita na memória local entre Casas do Povo e emprego.

²²⁴ *Actas da Junta de Freguesia do Couço de Dezembro de 1946 a Maio de 1951*, fl. 72 vs.

²²⁵ Confrontado este número com o do censo, que confere 5551 residentes à freguesia, algumas explicações para esta *décalage* estarão no facto de os montes congregarem grande parte dos habitantes, enquanto, por outro lado, só estariam contabilizados para a recepção de água doméstica alguns dos residentes na aldeia.

²²⁶ O livro de Actas da Junta que respeita ao período entre 1951 e Junho de 1957 não foi encontrado, havendo uma quebra ao nível dos dados no que respeita a este período.

denominados *secretos* ou *confidenciais*²²⁷, cujo rasto não foi possível encontrar, mesmo nos arquivos camarários.

Do clima vivido localmente nesses anos dão conta os pedidos de licença de uso e porte de armas de defesa, que crescem desde 1958 e também episódios esparsos, incluídos nos relatos de vida e em alguma literatura²²⁸. Entre 1964 e 1970 as actas tornam-se bi-anuais, uma com o orçamento anual e outra com o orçamento suplementar, com uma excepção, em Novembro de 1967 para informar da constituição de uma nova junta, mantendo-se o presidente, que será o mesmo, como se referiu, até cerca de duas semanas depois do 25 de Abril.

²²⁷ Em 13 de Setembro de 1959 aparece a primeira referência a um ofício confidencial da Câmara de Coruche (cuja resposta tal como a de todos os que se seguem com as mesmas características e ao contrário de todos os outros ofícios comuns, não se encontra no copião de ofícios da época), a que se seguem outras em 3 de Dezembro do mesmo ano, 7 de Janeiro de 1960, 3 de Março, 5 de Maio, 6 de Outubro, 13 de Novembro, 2 de Dezembro (aqui são dois os ofícios confidenciais referidos); em 1961 há menção de dois ofícios confidenciais recebidos em Maio, um em Junho e dois em Julho. A partir desta data as actas empobrecem claramente, quiçá porque o escrivão João Maria Rangel de Sampaio é substituído por Maria Elvira Galvão Durão, cujos textos são secos, e que permanece em funções até 1964, altura em que é contratado José Maria Mão-de-Ferro Popelina, que reside em Portalegre e que introduz um novo estilo de escrita, sem que as actas saiam enriquecidas com a mudança, pois a ortografia e a sintaxe tornam-nas em certas passagens indecifráveis.

²²⁸ Num pequeno relato intitulado “Ele lá sabe o que tem feito”, o jornal *O Camponês*, Ano XIV, Agosto/Setembro de 1960, conta: “*Um médico que fazia serviço no posto clínico do Pêso (Couço), porque tal serviço não lhe interessava, foi fazer a sua entrega à Casa do Povo do Couço. Quando lá entrou foi recebido por um indivíduo que, de pistola em punho, lhe perguntou o que queria. O médico, de veras alarmado, identificou-se e recebeu depois as desculpas do tal indivíduo que lhe explicou que tinha feito aquilo «porque tenho de ter cautela, pois este povo traz-me alvejado». Tratava-se do presidente da Junta de Freguesia do Couço, Manuel Azevedo leitão, que está ao serviço da PIDE e constantemente provoca os trabalhadores, ameaça-os.»*»

4. Métodos

Esta investigação resulta, em parte, de um trabalho de campo fácil. Como seres humanos, todos estamos muito relacionados, e vimos ampliado no discurso que construímos sobre os outros aquilo que nos intriga na relação com eles. Os antropólogos há muito vêm ilustrando este lugar-comum.

As fronteiras da disciplina antropológica, com a divisão dos campos científicos e a atribuição de domínios do conhecimento entre várias áreas do saber, encontram a sua explicação na concatenação entre a história da disciplina, a das ciências em geral, e da Humanidade. A abordagem de movimentos colectivos e da resistência, que confronta o investigador com momentos de erupção e ruptura, fazendo-o entender que o fim de um sistema é sempre o começo de um outro conduzem-no a uma atenção especial à relação entre a história, a sociologia e a antropologia. Estas ciências, não distanciadas substancialmente, usam todavia diferentes técnicas, partem de perspectivas diferenciadas e, sobretudo, manifestam sotaques distintos no idioma do conhecimento.

Parafraseando Eric Wolf a *forma mais unificada de olharmos para nós próprios*²²⁹, como seres numa História, tem na ciência antropológica uma contribuinte líquida particularmente bem apetrechada para a atingir, através de uma perspectiva englobante das múltiplas formas de vida das pessoas, do conhecimento das populações na História e na pequena história, tecendo uma dialéctica entre microcosmos sociais e macrocosmos envolventes, e do sentido da importância da existência vivida em pequenos grupos e organizada em redes de forte densidade. A surdina corrosiva das formas de resistência quotidiana e a visibilidade dos picos de revolta exigem, na sua abordagem, a promiscuidade metodológica de várias áreas do saber.

Importa ter presente que a memória e a história de cada acontecimento são reescritas em resultado de diferentes experiências, e que se desejamos ser capazes de saber como foi construído o mundo moderno, precisamos de um novo tipo de história, que dê conta das relações entre os seres humanos. Mais, a antropologia tem de ser capaz de permitir o reconhecimento de que a vida nesses microcosmos sociais persiste numa poderosa dialéctica com o meio envolvente. Há que cuidar de que a sociedade é composta de múltiplas camadas que se afectam continuamente. Interrogámo-nos sobre se deveriam ser os antropólogos a escrever sobre um tema como este, sabido que é que sociólogos e historiadores já o haviam feito. Atendendo a que estamos habituados a trabalhar sociedades de pequena escala, tornámo-nos particularmente habilitados a destrinçar aspectos e comportamentos que distanciam ou aproximam classes e camadas de classe em presença. O conhecimento do terreno permite dar uma faceta microssociológica, que nos desperta para diferenças regionais, concatenando

²²⁹ Eric Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, London, Faber and Faber, 1971, p. X.

circunstâncias particulares em regiões particulares, e que permite que, a par das instâncias nacionais passíveis de desencadear um movimento, também os factos particulares locais sejam analisados.

Franz Boas teve o mérito de conferir um duplice papel à antropologia, reconhecida como área do conhecimento em termos académicos nos finais do século XIX, comprometendo-a com a visão de uma análise distinta da que era estabelecida pelas outras ciências - ou seja, como uma ciência autónoma - mas enquadrando-a numa compreensão holística das sociedades. A tradição culturalista americana que seguia Franz Boas e Ruth Benedict atinha-se aos *padrões de cultura* numa imutabilidade que apelava à comparação no espaço, enquanto a dimensão temporal era abolida. Para Boas, o sentido de perda em relação aos índios levava-o a uma recolha com carácter de urgência que não o remeteu, todavia, para a abordagem da diacronia. Este conferir de peso à descrição do imutável, e de quanto existe de estável dentro das sociedades, arreda a evidência de que as sociedades mudam, e que essa mudança se dá com diferentes ritmos, inerentes aos seus níveis de organização, às conjunturas, à relação com um Estado e às respectivas características culturais.

Nos trabalhos publicados sobre os trobriandeses, a preocupação de Malinowski consistia em conseguir, durante as estadias de terreno, o maior número de elementos que viessem permitir o mais completo entendimento dos nativos em presença. A observação participante, que envolve um processo de socialização, não tem hoje, certamente o mesmo carácter que lhe deu este autor. Todavia, a consideração de que o antropólogo é o seu próprio cronista e historiador²³⁰, manipulando fontes de fácil acessibilidade - ainda que complexas e evanescentes - que resultam de um construção em que o próprio se imbricou, continua a encerrar algumas das questões com que esta ciência tem de debater-se.

Em primeiro lugar, a dupla natureza do trabalho dos antropólogos, embebidos e impregnados de um tempo, de um espaço e de um lugar ocupado na sociedade, e que fabricam os seu documentos, procedendo mais tarde a uma escrita baseada nas fontes que edificaram. Ao contrário do que sucede com as ciências ditas exactas, não há um separação radical entre as ciências sociais e o seu objecto, e cada investigação integra uma parte do mundo que estuda²³¹. Em segundo lugar, a variação das memórias e a instabilidade conjuntural dos comportamentos, que reenviam para a relação entre a Antropologia e a História, quando aquela incorpora a dimensão diacrónica, convertendo o trabalho de campo numa, entre outras ferramentas, para a obtenção de dados. Finalmente, o desfazamento entre o material recolhido e a escrita

²³⁰ Bronislaw Malinowski, *Los Argonautas del Pacífico Occidental*, Barcelona, Península, 1975 [1ª ed. 1922], p.21.

²³¹ V. Martyn Hammersley e Paul Atkinson, *Etnografía - Métodos de Investigación*, Barcelona, Paidós, 1994 [1ª ed. 1983], p. 16.

antropológica, que redundava numa construção pessoal em torno de um objecto²³². Estar como os outros numa atitude mimética, ideal que embalou várias gerações de estudantes e praticantes da disciplina, pouco dizia da prática subjectiva dos que a recomendavam, e menos ainda daquilo que era exigido.

Com o início dos processos de descolonização, após a Segunda Guerra Mundial, o investimento nos terrenos do sul da Europa por parte dos antropólogos, nomeadamente anglo-saxónicos, obrigou a recolocar as práticas disciplinares tendo em vista o novo objecto. Quando o campo disciplinar se alargou, o foco do Outro exótico teve de ser transferido para o que se encontra perto e é semelhante.

A Antropologia que se debruça sobre as sociedades europeias confronta-se na actualidade com questões inerentes aos métodos da disciplina e, no mesmo âmbito, com dúvidas que se reportam ao tipo de objecto que tradicionalmente fora o seu: as pequenas comunidades. Como a entendemos, a solução para o dilema desta ciência está na diversificação das abordagens e na superação da concepção do antropólogo como um faz-tudo, recorrendo ao diálogo com outras ciências, passível de conduzir ao conhecimento de forma mais frutosa. O conceito de comunidade, que se tornou central na ciência no período após a segunda guerra mundial, retransformado a partir de Robert Redfield, admite a globalização das relações, com a revisão da concepção da comunidade como isolada. A rede social permite estabelecer um fio entre a comunidade e o que a rodeia, e demonstra a sua utilidade quando se aborda um objecto como a memória da resistência, que implica um nível translocal importante.

Na povoação estudada, como em Grazalema²³³, o conceito de comunidade não é abrangente. Assim, ainda que os proprietários residam e se movimentem dentro da aldeia, a sua posição de classe exclui-os da comunidade, entendida aqui como colectivo de indivíduos que partilham um mesmo espaço - geográfico, social, relacional, afectivo, memorial. A escolha da abordagem do colectivo de indivíduos envolvidos nos movimentos que tiveram lugar entre 1958 e 1962, se resultava de um problema teórico, assente no carácter da memória colectiva, conduzia a um itinerário sem retorno. Qualquer caminho implica uma trajectória, a que não é indiferente optar por uma das vias disponíveis. Assim, iniciar uma pesquisa com a atenção centralizada neste colectivo, num contexto em que as clivagens de classe são evidentes, implicava a impossibilidade de aceder de forma equivalente aos elementos do grupo antagonista, sem enviesar as posturas.

²³² O texto fundador de Clifford Geertz, *La Interpretación de las Culturas*, Barcelona, Gedisa, 1987 [1ª ed. 1973] daria aso a uma plêiade de leituras, que no limite conduziram ao niilismo disciplinar, detectável em trabalhos como o de John Van Maanen, *Tales of the Field - On Writing Ethnography*, Chicago and London, University of Chicago Press, 1988, ou às contribuições colectadas por Roger Sanjek (ed.) *Fieldnotes - The Makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1990, mais dirigido para o auto-reconhecimento do antropólogo - *diz-me que notas tomas, dir-te-ei que antropólogo és* - que para a compreensão de um terreno e a elucidação de um tema.

²³³ V. Julian Pitt Rivers, *Un pueblo de la sierra: Grazalema*, Madrid, Alianza Editorial, 1989, p. 39-67.

A relação entre a unidade abordada e o nível do Estado²³⁴ tem implicações no que concerne aos métodos. O trabalho de campo com observação directa ou participante, adaptado à abordagem de pequenas comunidades, revela-se insuficiente para abranger este nível, que requer o recurso a um conjunto de outras práticas científicas, passíveis de traduzir os graus de inter-relação. A documentação produzida, quer pelas entidades estatais, quer pelo colectivo oposicionista de forma alargada, foi alvo de especial atenção, salientando-se igualmente a relação entre as instâncias e as condições de produção desses documentos.

A pesquisa desenvolvida inscreve-se num contexto socio-económico bem determinado de mudança social, política e cultural que contamina necessariamente os testemunhos recolhidos e que pode incitar a uma certa reserva, à desconfiança e ao rancor. Visa abranger duas vertentes fundamentais, uma baseada nos relatos de vários tipos obtidos durante catorze meses de estadia no terreno, e que dá destaque aos protagonistas dos acontecimentos; uma outra, que se repartiu pelos materiais locais e por outros dispersos por vários arquivos²³⁵. Por serem letrados muitos dos entrevistados e daqueles cujas narrações de vida foram recolhidas, foi possível confrontar alguns deles com o texto transcrito das gravações feitas, sujeitando-o a uma atenção redobrada, inerente à *raison graphique*.

Utilizar-se-ão exclusivamente relatos extraídos de histórias de vida de indivíduos que enquadrem o mesmo grupo, visando explorar a noção de memória colectiva. A saturação, relativamente a determinados temas, é mesclada pela exposição dos discursos que, sobre um mesmo assunto, mostrem as variantes derivadas das vivências individuais. Todavia, na linha de Daniel Bertaux, os discursos visam a audição das formas sociais através dos discursos individuais. Pelo carácter da própria recolha, muitas vezes o *probing* relativamente a uma enunciação era desencadeada no momento, através de interrupções de familiares.

Estes materiais orais fazem-nos repensar a relação da Antropologia com a História. Nos anos 60 e 70, os estudos que emergiram e que pretendiam dar uma profundidade diacrónica às realidades sob análise serviam-se dos registos da história, recorrendo nomeadamente aos materiais locais. A antropologia, na sua aproximação à História começa por ser uma consumidora dos materiais daquela, ou seja, uma utilizadora de fontes secundárias. Todavia, com o recurso aos materiais orais, que resultam da recolha levada a cabo pelo próprio

²³⁴ Sobre esta relação, e a inaplicabilidade imediata no contexto europeu das práticas dos antropólogos noutros contextos, ver Julian Pitt Rivers, *Un pueblo de la sierra: Grazalema*, Madrid, Alianza editorial, 1989, p. 35.

²³⁵ Nomeadamente, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde se encontram os elementos produzidos pela PVDE, pela PIDE e pela DGS, os documentos do Gabinete do Ministro do Interior até 1947, e outros textos com interesse para esta investigação. Também o Ministério da Administração Interna permitiu a uma equipa de trabalho formada por Inês Fonseca, Dulce Freire e nós próprias o acesso às pastas do Gabinete do Ministro do Interior que correspondem aos anos entre 1948 e 1974. Localmente, acedi ao arquivo paroquial, e à documentação que a Junta de Freguesia inteiramente disponibilizou, e através da qual é possível explorar o acontecimento à medida do local em que ocorre, ou a forma como ocorrências de âmbito nacional ou internacional são vividas.

antropólogo e posteriormente convertidos em *data* por aquele, após um processo de *probing* e saturação do material empírico, a antropologia passou a fabricar as suas próprias fontes. A verificação, ou seja a transformação de uma *facto* em *data*, conduziu algumas vezes à percepção de omissões. Para atingir o referente, toda a informação teve de ser cruzada, e as oralidades e as escritas complementaram-se. A falsidade, ou a omissão subjectivas são sempre verdades objectivas, e a sua detecção faz apelo à compreensão da racionalidade do relatado ou do escondido, bem como dos interesses a que obedece quer a enunciação, quer a sua ausência.

A pesquisa teórica iniciou-se em 1992, a partir de um rasilho acendido num trabalho anterior, e permitiu ir constituindo o acervo bibliográfico que potenciava a emergência das perguntas, e a edificação de um objecto. O primeiro contacto físico com a povoação foi feito em Dezembro de 1993 e, entre o fim de Janeiro de 1994 e Junho do mesmo ano, conjugou-se uma estadia de cinco dias por semana no Couço, com o regresso nos dois restantes a Lisboa para cumprir obrigações docentes. Nesta fase, procurou fazer-se o levantamento dos nomes dos envolvidos, cruzando várias fontes orais²³⁶, encetou-se uma caracterização do local, e despistaram-se as fontes locais. A Junta de Freguesia, a biblioteca pública do Couço e a biblioteca Municipal de Coruche, bem como os acervos de livros e documentos variados produzidos ou possuídos por elementos do colectivo local constituíram uma parte do campo de estudos, complementada com o início da recolha de relatos de vida, entre os indivíduos que facilitaram as primeiras aproximações.

Entre Julho de 1994 e Abril de 1995 decorreria a segunda fase do trabalho, com uma estadia continuada e um quotidiano centrado na recolha de narrações de vida. Ainda que o ideal fosse a transcrição imediatamente a seguir a cada colecta, a morosidade do processo de conversão dos sons em palavras escritas conduziria a que, no final desta estadia de terreno, quatro dezenas de cassetes se tivessem acumulado, e só no retorno viessem a ser transcritas. Ainda que o diário de terreno fosse sempre actualizado, a imbricação com os indivíduos deixava então pouco tempo para “trabalhos de casa”, esta última constantemente visitada. As obrigações sociais que resultavam da escolha técnica então adoptada tornaram-se absorventes, e grande parte dos hábitos de recolhimento tiveram de ser abandonados em função do envolvimento com um leque de pessoas que ia crescendo. Mais, alguns dos elementos do grupo seleccionado para alvo tinham a consciência do próprio *valor*, e convertiam a lista dos indivíduos a entrevistar num *rank* que era não só o resultado do número de anos passados nas cadeias da polícia política,

²³⁶ Um dos problemas surgidos com a reconstituição dos momentos de luta alicerça-se nos cortes de memória por separação com o local. De facto, como a quase totalidade dos entrevistados passou por períodos mais ou menos longos na cadeia, ficando coartado da ligação com a povoação e com os quotidianos em que o grupo se reconstituía e recontava, é difícil reconstituir só com base na memória quem esteve presente num dado momento. O cruzamento com os registos de cadeia ajuda a colmatar essas falhas. Mas a própria operatividade da organização clandestina, com os métodos de trabalho leninistas, coloca dificuldades, prolongando-se algumas zonas obscuras de segredo até à actualidade.

como do porte então conseguido, como, ainda, da experiência grangeada mais tarde, e nomeadamente depois de 1974.

Entre Maio de 1995 e Agosto de 1996, numa quarta fase, conjugou-se a consulta de arquivos centrais com a arrumação dos materiais recolhidos, procedendo-se finalmente às transcrições do material áudio. Em continuidade com esta fase, mas representando um salto qualitativo pela penetração no universo da polícia política salazarista, entre Setembro de 1996 e o momento em que se finaliza a escrita deste trabalho, consultou-se o Arquivo da PIDE/DGS, à guarda do Arquivo da Torre do Tombo. Com uma lentidão exasperante, este arquivo procede à localização e expurgo dos processos requisitados e, dois anos e alguns meses após ter sido entregue o primeiro pedido de consulta de documentos, ainda se aguarda o acesso a alguns deles. A redacção, como processo de arrumação dos conhecimentos que transcende a mera síntese do colectado, conduz a uma reelaboração dos dados. Sob a forma escrita, corredia, alinham-se as ideias, arrumam-se os conceitos, escolhem-se as ilustrações através das palavras do Outro. A maior dificuldade, nesta fase em que chega ao fim a via dolorosa, está na decisão de pôr um ponto final.

As estruturas locais de uma dada cultura são insuficientes para perceber um processo de mudança. Assim, neste trabalho far-se-à ênfase na noção de processo, que no tempo dá conta de alterações; todavia, o enquadramento desse processo não pode postergar o carácter parcelar das realidades locais. O conceito de *sociedade parcial* possuidora de uma *cultura parcial*, numa terminologia redfieldiana é insuficiente ao entendimento dos fenómenos que decorrem num microcosmos social. Todavia, ganha eficácia se entendido em termos das trocas entre essa sociedade e a envolvente: as transações sociais, seus conteúdos, fluxos, agentes e instantes revelam-se essenciais à compreensão de uma realidade.

Além das narrações de vida, foi posta algumas vezes em prática a discussão de grupo²³⁷, ou mesmo a edificação da história de vida de grupo, através da exploração das subjectividades partilhadas, no seio da família. Marido e mulher, dois cunhados, três militantes que partilharam uma cela - a complementaridade das vozes conduziu a intercorrecções, pois o cruzamento de relatos de vida conducente à saturação é imediato. A *ludicidade metodológica*²³⁸ resulta da interacção acrescentada e da partilha, sem que a fiabilidade da operação implique uma atitude menos lúcida e fiável. Todavia, merece atenção o *efeito de tribuno*, que pode emergir pela teatralização que esta modalidade potencia, ao mesmo tempo que estas recolhas perante um grupo remetem para o julgamento dos depoimentos de cada indivíduo pelos outros,

²³⁷ Estes grupos de discussão, a que se propunha uma conversação socializada, é particularmente útil para a captação dos fenómenos ideológicos e das representações simbólicas, a partir da confrontação discursiva. V. Luis Enrique Alonso, "El grupo de discusión en su práctica: memoria social, intertextualidad y acción comunicativa", *Revista Internacional de Sociología*, Tercera Epoca, nº 13, Janeiro-Abril, 1996, pp. 5-36.

²³⁸ Cf. J. L. Le Grand "Histoire de vie de groupe - A la recherche d'une «ludicité méthodologique»", *Sociétés*, nº 18, Maio, 1988, pp. 3-4.

nomeadamente aqueles em relação aos quais se encontra numa posição hierárquica inferior ou cuja reputação tenda a subsumir os contributos dos que houvessem tido menos responsabilidades políticas.

O presente etnográfico, como construção feita sobre o tempo, que privilegia o olhar do antropólogo sobre a realidade em análise, edifica a ideia de que só ele preserva a realidade do conhecimento antropológico - ou seja, o real só existe sob a observação do investigador. Este tempo, quando o objecto é delineado sobre um passado em parte anterior à existência da própria investigadora, não serve inteiramente à realidade em análise. Os perigos de um olhar regressivo encontram-se, todavia, atenuados, quando as vertentes abordadas se reportam a ritualidades, cujas gramáticas implicam um esquema fixo, com alguma permanência e continuidades translocais.

A conversa, na sua feição mais informal, que implica a criação de condições para uma relação de confiança, é, frequentemente, a primeira aproximação a um objecto. Os antropólogos não devem substituir-se à visão nativa²³⁹. Trabalhar sobre um domínio como o da memória, centrado em acontecimentos com muito de épico mas não incorporados numa memória social - e, nomeadamente, nacional - conduz inevitavelmente a pensar as perturbações levadas ao objecto pelo investigador. O processo antropológico não é plasmado no processo nativo, ainda que os antropólogos estejam envolvidos no fenómeno que estudam. A reflexividade da disciplina, palco de discursos inflamados que, no limite, remetem para uma auto-análise do próprio antropólogo, é essencial como meio de contextualização da produção do conhecimento, e como tal deve ser incorporada pela disciplina. Contudo, não é a razão de ser deste trabalho, e seria um escapismo perigoso.

Como John Davis, consideramos que a experiência é a pedra de toque da antropologia²⁴⁰, mesmo considerando que a experiência dos outros é inacessível, excepto em instantes fugazes, mas é sempre com retalhos de informação colhida entre eles, e que representam parte do que viveram, que fazemos os nossos estudos. É assim, mesmo quando se retira o que há de poético no trabalho de campo, e estamos enredados em estatísticas e livros paroquiais: não nos é possível criar representações totais de factos sociais²⁴¹. Mas a

²³⁹ A perspectiva, herdada de Mikhail Baktine, em torno da estratégia dialógica como passível de reflectir a polifonia de grupos distintos, foi retomada pela antropologia pós-moderna, sendo particularmente evidente na introdução de James Clifford a James Clifford e George Marcus (ed.) *Writing Culture*, Berkeley, University of California Press, 1986, p. 15: o dialogismo “*situa as interpretações culturais em diferentes contextos (...) A cultura é sempre relacional: é a inscrição de processos de comunicação que existem, historicamente, entre os sujeitos envolvidos em relações de poder.*” Sobre a aplicação deste dialogismo na análise dos argumentos dos grupos *pro-life* e *pro-choice*, ver Faye Ginsburg “*Quand les Indigènes sont nos voisins*”, *L’Homme*, nº 121, Janvier-Mars, 1992, pp. 129-141

²⁴⁰ John Davis, “Events and processes. Mariages in Lybia, 1932-1979”, in Kirsten Hastrup *et al.* (org.), *ob. cit.*, 1994., p. 200.

²⁴¹ John Davis, *ob. cit.*, analisa um registo de casamento usando o conhecimento do terreno e a imaginação para reconstituir o que está para além dele. As interrogações ao documento, e sobretudo ao

representação de um documento, numa ficha manual ou num computador não é o documento. Essa ficha responde às questões que investigador considera prementes num momento determinado da sua investigação - mais tarde virá a descobrir falhas e exageros nesta forma de colecta do material. Mais, o documento comporta equívocos e omite informação; como escreve Davis, uma base de dados é mais um acto de criatividade que de uma descrição de um ciclo ritual.

Kirsten Hastrup e Peter Hervik²⁴², para quem os resultados objectivos da análise antropológica permanecem o fulcro da antropologia, ainda que todavia já não de todo separados da subjectividade dos investigadores, mostram-se inquietos com a diluição do processo entre as experiências de campo e a produção de conhecimento antropológico em geral, que surge obscurecido por dois tipos de dificuldades, a primeira das quais deriva da impossibilidade de, pela palavra, clarificar o processo, enquanto a segunda é inerente ao carácter do próprio conhecimento antropológico, pontuado por uma racionalidade e objectividade como atributos da ciência, que seriam algo de distinto da intuição e da subjectividade.

Na última década, a decomposição entre “o próprio” e o “outro” na construção do discurso antropológico sobre o conhecimento tem sido uma preocupação ubíqua da produção antropológica. O ponto de partida não é o antropólogo, mas o terreno no qual este investe a sua capacidade imaginativa, que lhe permite entender os processos através dos quais as culturas são reproduzidas e modificadas²⁴³. O processo de conhecimento reflete, assim, a diferente construção do objecto antropológico. Todavia, o reconhecimento de que o antropólogo integra a realidade que estuda, não elimina essa realidade, com existência autónoma em relação ao investigador. Do nosso ponto de vista, há que desmontar a subjectividade do processo etnográfico, conferindo nova atenção e centralidade aos estudos de campo. Enfatizar o valor da prática do terreno como processo de construção do conhecimento antropológico, significa continuar a interrogar os métodos da disciplina, com o entendimento de que esta, como todas as ciências, resulta de um processo histórico e reflecte as condições de momentos determinados.

A Antropologia confronta-se hoje com um conjunto de problemas perante os quais William Roseberry²⁴⁴ sugere um triplo olhar: por um lado, enfrentar historicamente os problemas, associando-os às crises materiais e sociais anteriores; em segundo lugar, compreender estruturalmente os problemas actuais, na sua teia de relações e relativamente a outros fenómenos contemporâneos; em terceiro lugar, atentar nas implicações políticas no

que está para além dele e não foi relatado são partilhadas no que concerne a cada instante do trabalho de campo, da escrita à oralidade.

²⁴² Kirsten Hastrup & Peter Hervik (ed.) “Introduction”, *Social Experience and Anthropological Knowledge*, London, Routledge, 1994, p 1.

²⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 2

²⁴⁴ Cf. William Roseberry, “The Unbearable Lightness of Anthropology”, *Radical History Review* nº 65, Spring 1996, pp. 5 - 25.

momento actual, que conduz ao comprometimento intelectual na investigação em torno das relações e das estruturas de poder.

O diário de campo, narrativa na primeira pessoa a que a obra dirigida por Sangek dedica especial importância, que reflete uma escrita menos espartilhada pelos parâmetros científicos, em que a liberdade e autonomia de quem se escreve se juntam à *autoritas*²⁴⁵, é um poderoso auxiliar nos balanços do fim de dia. Ao contrário do diário com vista à publicação, aquele que o antropólogo realiza no terreno, e que é uma das ferramentas na recolha de etnografias, tem uma componente não exibicionista pois não pressupõe uma relação com o leitor, *voyeur* preferencial deste género. Foi desse tipo o diário que se construiu ao longo da abordagem de terreno, quer no Couço, quer na cidade, enquanto se fazia a consulta de arquivos. O diário de campo que se efectuou insere-se assim, na preparação do trabalho científico, fornecendo em simultâneo uma visão caleidoscópica, por permitir ir detectando várias representações de uma mesma realidade, variável no tempo e na legibilidade dos estados de espírito do antropólogo, e microscópica, pelo carácter intenso e aprofundado das abordagens que facilita. Do diário construído far-se-à uma utilização instrumental, que não remeterá ao longo deste texto, de forma explícita, para intertextualidades que assumiriam o antipático carácter de monólogos.

A transcrição dos relatos convoca, além de um conjunto de questões técnicas - como manter a fidelidade à palavra dita? Deve enfatizar-se o regionalismo, a marca de prosódia, a característica da originalidade? Como fazer os olhos acreditarem nas orelhas? - uma forte estranheza, que resulta do dar visibilidade ao que fora ouvido, da restituição dos sons pelos signos que, na expressão de Gérald Cahen, galopam em silêncio²⁴⁶. A palavra dita, a nomeação das coisas do mundo, como recriação desse mesmo mundo e edificação de uma unidade cultural, é, em si, uma forma de o alterar. O método usado, pelas características do colectivo em presença, levava a uma reelaboração que fornecia aos indivíduos uma ocasião de, pela palavra, dar conta de um processo de transformação.

Em cada discurso havia uma vontade de persuadir, de convencer e trazer o outro para o próprio terreno, relocalizando-o. Esta aproximação dos entrevistados à entrevistadora, numa estratégia de sedução da interlocutora, que materializava o terreno armadilhado que resultava da escolha de um objecto como este, utilizava a palavra como forma de agregar, e requeria a constituição de um código comum que permitisse que entre os interlocutores fosse dado o mesmo nome às mesmas coisas²⁴⁷.

²⁴⁵ Sobre a autoridade na escrita ver Michel Foucault «What is an Author», in J. V. Harari (ed.) *Textual Strategies*, New York, Ithaca, 1979, pp. 149-150; Roland Barthes, «Authors and Writers» in Susan Sontag (ed.) *A Barthes Reader*, New York, 1982, pp. 185-193 (cit. por Clifford Geertz, *Works and Lives. The Anthropologist as an Author*, Stanford-California, Stanford University Press, 1987).

²⁴⁶ Gérald Cahen, «Préface: un amour de signe», in Gérald Cahen, (org.) *Le Plaisir des Mots - Cette langue qui nous habite*, Paris, Editions Autrement, Série Mutations, n° 153, Février 1995, p. 15.

²⁴⁷ Nesta fase do trabalho, além da recolha etnográfica, tentou despistar-se a literatura alegadamente constitutiva do universo mental dos entrevistados, da ficção aos textos de doutrina política.

A argumentação, como encadeado sucessivo de razões, ligados a uma estratégia global, assentava em três níveis: o primeiro, remetia para os factos relatados, que, em contiguidade, implicava o segundo - o das ideias recebidas -, imbricados com a autoridade do enunciador, num terceiro patamar. Os argumentos baseavam-se no *exemplo*, em que os episódios relatados contribuíam para o convencimento da interlocutora, apelando à História ou às recordações pessoais, com uma preocupação forte com o verosímil. A *ilustração*, sem o carácter fortemente encadeado do exemplo, dava frequentemente conta das idiossincrasias, contrapondo-se-lhe o *modelo*, resultante da fusão de argumentos, consolidados pela memória colectiva, de que é suposto ter sido arredado o ruído - entendido como sobreposição de mensagens - e reforçada a redundância, como retomar de uma ideia de formas variadas, desdobrando-a.

As formas retóricas, utilizadas para reforçar a eficácia da mensagem, são acentuadas pelo recurso a um conjunto de figuras. Marcados pelas antíteses que, na língua, davam conta da coragem dos fracos ou da sensibilidade daqueles que as condições sociais pareciam conduzir à rudeza, os discursos comportam metáforas, por vezes encadeadas em formas imagéticas de grande eficácia, com o eufemismo como estratégia de apagamento do *eu* discursivo em múltiplas ocasiões e a hipérbole a acentuar as participações colectivas. A criatividade posta em acção nos discursos produzidos, que depende das características pessoais dos enunciadores, é favorecida também pelas condições criadas à enunciação, a que não é alheia a situação de comunicação com a relação de empatia emergente. Se a saturação, no sentido que lhe é conferido por Bertaux, permite transformar informação a granel em *data*, no processo de colecta é o surpreendente, aquilo que surge inopinadamente, que traz ao investigador o sentido da descoberta.

A *langue de bois*, como “conjunto de fórmulas fixas, pronunciadas mecanicamente e sem relação próxima com o real quotidiano”²⁴⁸, que serve de sustentação à linguagem dos indivíduos mais adstritos à vida partidária, caracteriza-se pela adjectivação supérflua. Poucos são os que, em alguns segmentos discursivos, a utilizam. A perífrase não é, como se referiu, das figuras mais recorrentes nos discursos elaborados, e ao seu afastamento não é alheio o objectivo fundamental das elocuções: convencer.

A palavra de passe, que facilitava a explicação pelo acesso ao sentido primeiro das coisas, aquele que as explica pelo que são, numa etimologia política, implicava que a mediação da máquina - o gravador, sempre exposto, e cujo funcionamento era explicado no início de cada entrevista - não obstasse ao envolvimento dos indivíduos em presença. Ao contrário do viajante predador, sempre a pensar no regresso, que se preocupa tanto em gravar a realidade estranha nas películas da sua máquina que perde o aqui e agora - a aura, no sentido que lhe dá Walter

²⁴⁸ Jacques Cellard, “De la langue de bois”, in Gérald Cahen (org.), *Le Plaisir des Mots - Cette langue qui nous habite*, Paris, Editions Autrement, Série Mutations, n° 153, Février 1995, p. 99.

Benjamim -, o antropólogo que se decide pelo método biográfico sabe ter à sua frente alguém com quem enceta uma relação de empatia que, ela sim, lhe permite aceder à palavra. Essa palavra, nem sempre clara, obscurecida pelos sentidos grupais que implicam um conhecimento da vida do colectivo para que o seu sabor possa ser disfrutado plenamente, não é passível de esclarecimento através da consulta de um dicionário. O dicionário, com os signos mortos, com a descrição erudita dos seus significados, mostra-se pouco aberto à descoberta do significado de palavras grupais. A visão unificadora que fornece, excluindo certas palavras pela sua estranheza, outras pela inconveniência, e conferindo a muitas um significado bem distinto do sentido que lhes dá vivacidade dentro de um colectivo - e principalmente de um grupo rechaçado - torna-se uma dificuldade a contornar pela penetração das asserções contextuais e no interior do colectivo.

Sobre esta antropologia realizada dentro dos próprios países têm pertinência colocar-se aqui um conjunto de interrogações que são a exposição de outras tantas dúvidas surgidas durante o trabalho de terreno e na *fase pós-liminar*²⁴⁹ do trabalho de campo. Tornar objecto de abordagem o que nos está tão próximo obscurecerá, parafraseando Marc Augé, *o sentido dos outros?*²⁵⁰

Esta questão, que aplicada no seu sentido mais lato, considera integrantes desses *outros* os que não integram o contexto europeu e norte americano, remete para a relação entre o objecto e os métodos da disciplina: se o *outro*, longínquo, exótico, inefável, se torna tão próximo que os métodos da disciplina, assentes num adequado balancear entre distância e participação ficam melindrosamente postos em perigo, o que fazer? Terão prescrito as técnicas anteriores?

A reconstituição dos acontecimentos ocorridos, ou seja, o restituir do passado pela via do referentes, sem descurar contudo os significados atribuídos e a forma como o passado é rememorado, constitui uma forma de conferir vida a algo que era transmitido mesmo quando já desprovido de significação. A questão do significado, que só emerge quando estão criadas as condições para que os elementos do passado venham iluminar o presente, está, assim, subjacente em termos da teoria e dos métodos. A ligação entre estes é, perceptivelmente, inalienável, com o liame bem expresso na definição de reconstituição; na linha de Maurice Halbwachs, trata-se de fazer reviver num grupo o sentido do vivido e/ou do transmitido, ou seja,

²⁴⁹ A designação, cuja paternidade é de Van Gennep, *Les Rites de Passage*, Paris, Picard, 1981 (1909), pp. 14 e *passim*, remete para as práticas de agregação que se seguem a uma mudança de estádio. Como numerosos autores frisaram, o trabalho de campo tem, dentro das técnicas postas em acção pela antropologia, o carácter (a mística?) do rito de passagem, que lhe conferem um lugar único e cimeiro dentro das pesquisas antropológicas. Ver, entre os mais correntes *olhares distanciados* desta visão, James Clifford e Gorge E. Marcus, eds. *Writing Culture - The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1986 ; James Clifford, *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*, Cambridge, Massachusetts and London, Harvard University Press, 1988, com uma equiparação dos discursos antropológicos e literários; John Van Maanen, *Tales of the Field - On Writing Ethnography*, Chicago, Chicago University Press, 1988.

²⁵⁰ Marc Augé, *Le sens des autres. Actualité de l'anthropologie*, Paris, Fayard, 1994 (trad. castelhana de Charo Lacalle e José Luis Fecé, *El sentido de los otros*, Madrid, Paidós, 1996.

fazê-lo reactivar as correntes de pensamento pré-existentes, pois não há perdas de sentido, mas antes embargos conjunturais de activação.

Do ponto de vista metodológico, neste trabalho procurou fazer-se a mobilização de um conjunto de técnicas que atendessem à especificidade do objecto, sem recusas sectárias ou monomanias pretensamente marcadas pela estrita fidelidade a um campo disciplinar. O trabalho de campo constituiu uma entre outras opções metodológicas, por se considerar que ele não constitui a matriz desta disciplina, mas deve ser antes uma das ferramentas de que a teoria se socorre, na busca do conhecimento. A construção do objecto científico, da responsabilidade de cada investigador, não é feita de chofre ou architectada inteiramente de antemão. Através de correcções, de retoques, de reencaminhamentos - que a experiência sucessivamente adquirida e a surpresa inerente ao desvendar do Outro ajudam a edificar - as escolhas técnicas, por vezes com tanto de insignificante como de decisivo, são orientadas por um manancial de razões que tornam o investigador num argonauta que, numa paráfrase de Sophia de Mello Breyner, vai navegando sem o mapa que ajuda a construir.

Parte II

A nossa vida era toda essa: os trabalhos da memória

Parte II: *A nossa vida era toda essa: os trabalhos da memória*

(...)

Nunca se distingue bem o vivido do não vivido

O encontro do fracasso -

Quem se lembra do fino escorrer da areia na ampulheta

Quando se ergue o canto

Por isso a memória sequiosa quer vir à tona

Em procura da parte que não deste

No rouco instante da noite mais calada

Ou no secreto jardim à beira rio

Em Junho

Sophia de Mello Breyner

1. A ruralidade ao sul: a terra, o trabalho e as classes

A aproximação ao Couço a partir de Lisboa leva os forasteiros a cruzar campos planos, em que se adivinha um rio do lado esquerdo, cujas águas foram aproveitadas através de obras de irrigação que, desde o final da década de 50, permitiram a intensificação de culturas de regadio. Desde meados dos anos 90 que, à excepção de alguns girassóis, mirrados pelo sol e pela falta de rega e, no seu tempo, de um ou outro campo com tomate, cultivado por seareiros, o panorama é de abandono. A Política Agrícola Comum, definida pela União Europeia e posta em prática em Portugal, conseguiu pôr de acordo - salvaguardadas as devidas distâncias, como se verá - trabalhadores rurais e proprietários²⁵¹. Para aqueles, o emprego, depois do período de plenitude atingido em meados da década de 70 com a Reforma Agrária, diminuiu drasticamente, conduzindo-os a migrações semanais, que fazem do Couço uma povoação de cabelos grisalhos durante cinco dias, rejuvenescida aos fins de semana. Para os proprietários, subsidiados para não produzir, a desvalorização da agricultura na economia e na sociedade portuguesa acarretou uma despromoção social, acompanhada da falta de perspectivas no que concerne à possibilidade de reascender. Se, no caso destes últimos, a reprodução do grupo num lugar social de destaque está posta em perigo, a situação actual representa só um golpe mais profundo num sector cuja queda se terá iniciado nos anos 50, sendo já legível no período em análise.

²⁵¹ Sobre a Política Agrícola Comum e a sua reforma, ver a contribuição de agrónomos e economistas em C. Ritson e D. R. Harvey (ed.) *The Common Agricultural Policy*, Oxon, Cab International, 1997.

Esta situação é, contudo, recente, e o consenso em torno da necessidade de cultivar a terra, que une hoje os trabalhadores e os proprietários, ainda que com pressupostos distintos, é uma atitude nova. A posse, ou seja o controlo da terra, e não necessariamente a propriedade, no Couço como em Vila Velha²⁵², constituiu o pilar sobre o qual assenta a estratificação social no período em análise.

No quadro das condições do sul de Portugal, o conceito de comunidade, que tem uma conveniente funcionalidade em trabalhos sobre contextos camponeses, mostra-se inaceitável. Num trabalho sobre Fuenmayor, uma agro-cidade andaluza, David Gilmore verifica que a aplicabilidade da definição de campesinato aos *jornaleros* é nula, considerando-os *proletários rurais*²⁵³. Aí, a terra foi e é a base do estatuto social, e a sua desigual apropriação e a polarização de classes, que se acentuou depois da venda dos domínios eclesiásticos e públicos no segundo quartel do século XIX, está associada à agitação rural e aos motins, cujos primeiros sintomas foram o crescendo dos roubos e as formas de banditismo. Nesta agro-cidade, como na povoação estudada, o fosso entre a classe proprietária e a assalariada, marcada por desemprego sazonal, está na base da visão classista em relação à sociedade²⁵⁴.

Robert Holton²⁵⁵ sugere que, em termos metafóricos, se possa considerar um idioma de classes forte associado a *Gemeinschaft*, enquanto que à *Gesellschaft*, na linha das propostas de Tönnies corresponderia um idioma de classe fraco, havendo um continuum entre ambas. Para compreender a realidade em presença, com o espaço fortemente hierarquizado, na posse como na fruição, assentando numa hierarquia de classes, é esta que oferece o pano de fundo adequado ao entendimento das relações entre os homens, nomeadamente através dos momentos de confronto. Estes instantes dão visibilidade a relações tensas que, ainda que existindo quotidianamente, não são todavia transparentes, camufladas que se encontram naquilo que James Scott denomina “registo escondido”. Os trabalhadores rurais²⁵⁶, por um lado, e os proprietários, por outros, com grupos mesclados de entremeio, que incluíam seareiros e rendeiros, designações que não permitem detectar a quantidade de terra detida e cultivada,

²⁵² José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977, p. 15.

²⁵³ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 10. Para este autor, há que ter em consideração os contrastes entre o norte e o sul, a planície e a montanha, o camponês e o proletário. A complementaridade entre o latifúndio e o minifúndio, expressa nomeadamente nas migrações de *ratinhos*, é, no caso que se estudou, exemplar.

²⁵⁴ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 27. O autor salienta que, nos documentos escritos - e o mesmo se passa no Couço - o termo “classe” nunca surge, num evitamento explicável pela instância de produção desses documentos integrar a classe dominante.

²⁵⁵ Robert Holton, “Has class analysis a future? Max Weber and the challenge of liberalism to Gemeinschaftlich accounts of class” in David J. Lee e Bryan S. Turner *Conflicts about Class. Debating Inequality in late Industrialism*, London /New York, Longman, p. 27.

²⁵⁶ Dos 172,3 milhares recenseados em 1950, 89% eram temporários, conseguindo emprego sazonal ou sendo contratados ao dia ou à semana, segundo números apontados para o sul por Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 340.

constituem classes no sentido que lhes é frequentemente atribuído na literatura antropológica. Estas categorias, que se sobrepõem a diferenças regionais, estão mediadas nas suas relações por elementos mais vastos e que não se restringem a um âmbito geográfico limitado. O Estado, como entidade que se sobrepõe aos localismos detém uma posição determinante nas relações que estes grupos estabelecem entre si. O Estado Novo, por um lado, os governos do pós-25 de Abril, por outro, que serviram à contenção da reforma agrária são exemplos evidentes.²⁵⁷

Para Eric Wolf²⁵⁸, classes são grupos de indivíduos, susceptíveis de agir em conjunto ou uns contra os outros, cujo desenvolvimento ou declínio depende de condições históricas particulares, e que visam atingir interesses particulares desencadeados por essas circunstâncias. Segundo Pierre Bourdieu, as classes estão em estado virtual: não existem, o que existe de facto é um espaço social de diferenças. Assim, para o sociólogo francês, negar as classes não é negar a diferenciação social²⁵⁹. Também segundo Bourdieu a assunção dos modelos das classes superiores por parte dos elementos dos grupos subordinados é uma constante. Questionamos se assim será mesmo quando a consciência de classe dá origem a uma cultura assente nas classes e que visa ultrapassá-las de forma ofensiva.

Para a campina de Córdova, Martínez-Alier considera 4 critérios de distinção entre os pobres e os ricos: o trabalho (que é o mais importante), a cultura, a alimentação e a relação com a propriedade da terra²⁶⁰. No caso do Couço, este último critério é o mais importante: a propriedade é o centro do conflito de classes, e do (não) acesso a ela derivam o baixo nível de instrução e a alimentação débil. Sentida como profunda injustiça, da diferença de classes decorre um acesso diferenciado a níveis elevados de instrução formal, que reduzem o capital cultural daqueles que estão despossados de bens económicos. O trabalho, que serve em termos de organização técnica à estruturação de uma rede social, fazendo elevar-se acima dos que se encontram ao mesmo nível os que se destaquem pela capacidade no seu desempenho, é igualmente um factor de distinção entre as classes. Os proprietários, mormente os absentistas, «nunca fizeram nada na vida», enquanto que a biografia dos trabalhadores fica marcada pelo trabalho desde um nível precoce. Mais, há uma genealogia do trabalho e outra da propriedade, nunca miscíveis em termos do sangue - a endogamia de classe é rigorosamente cumprida - ainda que não reenviem para uma condição fatalista em termos do lugar social ocupado pelos trabalhadores. As movimentações havidas localmente e a

²⁵⁷ “A relação de forças entre a classe dos trabalhadores rurais e a dos patrões e latifundiários estabelece-se ao nível de grandes manchas, e não pela justaposição do que se passa em cada comunidade fundiária.” Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 340.

²⁵⁸ Eric Wolf, *ob. cit.*, 1973, p. xvie

²⁵⁹ Pierre Bourdieu, *Razões práticas - Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta, 1997, p. 13; v. também *ob. cit.*, p. 32

²⁶⁰ Juan Martínez Alier, *La estabilidad del latifundismo*, Madrid, Ediciones Ruedo Ibérico, 1968, pp. 87-102.

consciência de ter obtido vitórias, as *conquistas dos trabalhadores*, deixam marcas na memória colectiva que tornam indelével a percepção de que o estado de coisas pode ser alterado²⁶¹.

Na abordagem do estudo das classes num contexto rural há que estabelecer duas clarificações preliminares. Em primeiro lugar, importa fazer uma abordagem das clivagens sociais que demarque as classes ligadas à agricultura, que marcam a especificidade do contexto em análise. Pelo carácter de *sociedades parciais*, é necessário ter em conta, em segundo lugar, a relação da estrutura de classes local com o nível central, atendendo nomeadamente às mediações. Depois, e se como se referiu, a estrutura de classes é plasmada sobre a posse da terra, o capital simbólico não se decalca inteiramente sobre ambas, vinculando-se a valores grupais não imediatamente partilhados fora dos estratos respectivos. A dissociação entre a posse da terra e o trabalho, este materializado na forma de emprego, pelo fosso de classes criado, configura a existência de duas formas autónomas de capital simbólico, um associado à classe possidente e cuja acção é sentida nos interstícios dos grupos dominados, outra ligada a alguns dos elementos do grupo de resistentes local, detentores de formas de capital simbólico que os convertem em líderes. Assim, não é directa a relação entre o capital material e o capital simbólico, que podem operar a níveis distintos, atendendo às formas de estratificação local, consolidando reputações. O que distingue as classes, na percepção local imediata, é a relação com o trabalho que resulta da posse da terra: os proprietários não trabalham, os assalariados fazem-no. Trabalho, entenda-se, remete para o universo manual, e as mãos são uma medida da distinção de classes²⁶².

No sul do país, a memória de uma ligação de propriedade com a terra por parte dos trabalhadores é praticamente nula. O Couço não foge à regra: nas histórias de vida recolhidas, é constante a apresentação da situação dos pais como ainda mais precária do que a vivida pelos próprios - a evolução positiva tem geralmente uma explicação discursiva dupla, que ora remete para um cripto-malthusianismo, atribuindo as melhores condições de vida à redução do número de filhos, ora aponta justificações conjunturais e alterações de índole política, destacando o 25 de Abril como marco. Como nota Pacheco Pereira a propósito do sul,

“Tanto quanto o precário conhecimento histórico nos permite saber, os trabalhadores rurais descendem de uma população rural há muito proletarizada e com nulas relações com a terra: antigos escravos, soldados desertores, ciganos, vagabundos que em multidão atravessavam a província, «criados de lavoura» e «serviçais» cuja existência

²⁶¹ Comentando as palavras de alento que uma mulher do Movimento Democrático de Mulheres endossou à assistência de uma sessão evocativa do 8 de Março, em 1995, na Junta de Freguesia do Couço, um militante local referia que o facto de andarem com «a borda debaixo de água» não significava que fosse assim para sempre, porque tinha passado a vida a ver as condições do trabalhadores a melhorarem, havendo sempre períodos em que melhoram mais e mais depressa.

²⁶² Sobre este assunto v. por Juan Martínez Alier, *La estabilidad del latifundismo*, Madrid, Ediciones Ruedo Ibérico, 1968, pp. 90-91.

pode ser traçada até à Idade Média. Não há no Alentejo, que se saiba, nenhuma memória popular de conquista de terras pelos possidentes e camponeses que se tenham tornado trabalhadores sem terra.”²⁶³

Em 1940, 83% da superfície total da freguesia era constituída por grandes propriedades, sendo indicados 15 possuidores para os 29 prédios rústicos com área total superior a 200 hectares. Cinco proprietários residiam no Couço, administrando 3800 hectares, enquanto que outros cinco proprietários absentistas, ainda que detentores de 9317 hectares, se limitavam a administrar indirectamente 4993 ha, nos quais a área de cultura correspondia a 823 hectares²⁶⁴. Dos 15 possuidores referidos, cinco eram grandes rendeiros, detendo 3865 hectares de área total integrada nas herdades dos proprietários ausentes, dos quais cultivavam 265.

DIMENSÕES DA PROPRIEDADE NA FREGUESIA DO COUÇO (1940)²⁶⁵

	Pequena propriedade (até 30 hectares)		Média Propriedade (30 a 200 hectares)		Grande Propriedade (+ de 200 hectares)	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
COUÇO	338,13	2,5	2298,8	14,5	13117	83
ST.JUSTA	328,8	3,15	3851	30,19	6958	66
PESO	71,9	0,56	1104	8,7	11040	90

Fonte: Alberto Garcia, *ob cit.*, pp. 234-5.

No que concerne à grande propriedade (acima de 200 hectares), a visão do proprietário coucense Alberto Garcia dá-lhe um carácter matricial: sem ela, as outras não existiriam, já que resultam da sua divisão por herança. Quanto às divisões sociais, e à existência de proprietários absentistas justifica-a Alberto Garcia numa visão de complementaridade:

“Nem todos os proprietários podem ser empresários agrícolas (...) Desapareceriam os rendeiros, factores sociais de importância na comunidade e sobretudo na produção, e

²⁶³ José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983, p. 234.

²⁶⁴ Cf. Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, pp. 234-235.

²⁶⁵ A partir dos dados de Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, pp. 232-239.

se por vezes há abusos na exploração da terra, regra geral são uns grande amigos da mesma quando os deixam fixar e lhes dão margem de ganhos suficientes, acalentando-lhes a esperança viva de se tornarem senhorios, saindo sempre de fino quilate.”²⁶⁶

Se, no que concerne à pequena e à média propriedade, os limites da freguesia permitem detectar a sua dimensão, já à cifra relativa à grande propriedade há que acrescentar que ela se prolonga além do termo da freguesia. A grande propriedade, na qual se destacavam cinco proprietários com diversas unidades de exploração agrícola - designadas *herdades* ou *montes* - é predominante nas três aldeias que constituem a freguesia. Mais, alguns dos grandes proprietários locais são detentores de outras herdades fora da freguesia, frequentemente nos concelhos limítrofes, e podem não residir na freguesia, entregando a gestão das suas terras a feitores. O seu estilo de vida, resultante das possibilidades materiais e do capital simbólico, distancia-se profundamente do que está ao alcance dos assalariados rurais. A endogamia de classe, existente em todos os estratos locais, não é quebrada, mesmo quando está em causa a passagem patrimonial de bens pela inexistência de herdeiros. Assim, um proprietário que ao longo da vida não teve filhos dentro do casamento, viria a legar toda a sua propriedade a um filho bastardo de uma criada. Esse filho bastardo, que viera a receber a educação comum na classe do seu pai - veio a ser médico -, pelo facto de ter herdado pode casar com uma herdeira de uma família de proprietários locais. O seu pai, todavia, mesmo após haver enviuvado, não casou com a sua mãe.

No caso de uma das famílias locais com mais terras, a atitude quanto à contratação gerou de forma continuada uma ambiguidade relacional, que se associava ainda à reputação política - eram vistos como *democratas*, por alegadamente não defenderem de forma expressa o regime salazarista. Mercê dos salários mais elevados que pagavam, ainda que reconhecidamente só contratassem trabalhadores jovens e fortes, de quem poderiam retirar maior mais-valia, grangearam fama de democratas e tinham

“...aquela habilidade para hipnotizar os povos que algumas pessoas têm. Eles tinham essa tendência, as pessoas sentiam-se bem com eles, com os Vieiras. Havia quem os visse por fora e sabia o que é que estava por dentro, mas era uma minoria. A maioria só via por fora, não sabia o que é que lá estava. E assim conseguiu enganar os incautos muitos anos.” (Manuel Simão)

“Há pessoas que quando a vida lhes corre são democratas, mas depois quando essa democracia deles está em perigo, voltam o bico ao prego. Mas de princípio gozaram de uma simpatia muito grande, de um prestígio enorme.” (João Camilo)

²⁶⁶ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 234.

Os elementos desta família adoptavam um procedimento na praça de jorna que revelava uma gestão agrícola distinta da adoptada pelos outros proprietários. Os seus capatazes tinham instruções claras para a contratação dos trabalhadores necessários ás unidades de produção: ofereciam salários mais elevados do que os outros patrões, mas, como contrapartida, só contratavam os trabalhadores mais jovens, fortes e com reputação consabida de diligência nas funções a desempenhar.

A consciência de que alguns patrões ausentes, como os irmãos Barreiras, detentores da maior fatia de propriedade local, integravam o núcleo duro da classe de topo, existia indubitavelmente. Todavia, pela ausência de contacto com esses proprietários, os episódios que sobressaem nas memórias individuais em torno da exploração, e que são protagonizadas por assalariados, de um lado, e pelo patrão, do outro, conferem destaque aos latifundiários residentes. A convivência distante do quotidiano, manifesta nas formas de tratamento que patenteiam o afastamento social das partes, enquadra as rotinas da vida e é recordada principalmente quando o desnível de classe foi com sobrançeria demonstrado por uma ou por ambas as partes. Assim, quer as manifestações de incumprimento do dever pela parte dos patrões, quer a intrusão em esferas entendidas como alheias, numa extensão da dominação no plano material até aos níveis simbólicos e morais, geram contundentes trocas de palavras ou aquiescências duvidosas - estas últimas na mais profunda acepção de *armas dos fracos*, na linha de James Scott.

Pouco é recordado acerca das famílias dos proprietários absentistas, enquanto que grande parte das vidas, públicas e privadas, dos proprietários residentes, é escrupulosamente seguida, debatida pelos elementos do colectivo de trabalhadores rurais e alvo de comentários. O rumor e o mexerico, que não operam entre níveis sociais distanciados mas entre indivíduos que se encontram em planos similares, podem ser distinguidos destes comentários pelo objectivo. Enquanto que os primeiros visam pôr em causa comportamentos que chocam o colectivo, e têm uma função ordenadora, pois pretendem restaurar as condutas tidas como correctas e com esse reenquadramento reforçar a unidade grupal, ao operar entre níveis sociais distanciados têm sobretudo uma função de retaliação, ao abalar uma reputação, congregando em simultâneo a unidade dos que os propagam.

O confinamento geográfico dos laços, dilatado nalguns casos pelas migrações sazonais, é comum entre os trabalhadores rurais antes da sangria demográfica dos anos 60. Esse raio relacional curto é estranho ao grupo de proprietários locais, cujas ligações de consanguinidade e de aliança se estendem largamente além dos limites da freguesia. O diploma universitário, por conferir ilustração, é particularmente perseguido por parte dos elementos deste grupo. Para as

famílias proprietárias, o investimento no envio dos filhos para uma das universidades do país, bem como no casamento destes com indivíduos licenciados, é particularmente pretendido. Esta pretensão, se tem a ver com o capital simbólico adquirido pelas famílias através dos diplomas dos seus membros²⁶⁷, associa-se também à possibilidade de, assim, estender a esfera de influência, através duma rede social translocal, que alimente a influência junto do poder central.

Além dos grupos sociais directamente ligados à agricultura, um conjunto de artífices com oficinas localmente instaladas e comerciantes com estabelecimento aberto ou que vendiam de forma ambulante de monte em monte, bem como algumas profissões associadas à prestação de serviços - capador, barbeiro, costureira, alfaiate - conferiam ao local certa autonomia²⁶⁸ em relação às freguesias vizinhas.

As classes pelo carácter antagónico que assumem, implicam que os seus membros só possam encontrar-se em situações em que os membros de uma delas ou das duas estão a transgredir os limites sociais; essas situações tendem a acentuar ainda mais as distâncias de classe²⁶⁹.

A propriedade, tal como se apresenta no período estudado, terá surgido após a saída de legislação liberal que permitiu a ascensão de um grupo de proprietários não ligados à nobreza e que mitigou o poder dos que anteriormente detinham a terra: a nobreza e as ordens religiosas. As famílias, com estratégias de manutenção de poder e da terra em que aquele se funda, cruzam-se recorrentemente em termos de casamento, e o seu raio matrimonial é lato, com endogamia de classe. Já neste século, e com interesse exclusivamente na cortiça, uma família algarvia viria a adquirir várias propriedades de montado na freguesia, tornando-se proprietários absentistas²⁷⁰. O seu arrivismo, a inexistência de uma casa que os vinculasse à localidade, a quase ausência de

²⁶⁷ Conta-se que um proprietário local, perante a inaptidão de um filho formado em Direito, que enodoava pela incultura letrada a reputação da família, se justificava com o facto de lhe ter sido fácil comprar-lhe um diploma, mas com a impossibilidade de lhe comprar a sabedoria.

²⁶⁸ No que concerne ao comércio de produções locais os enchidos ocupam (e já ocupavam nos anos 40) um lugar destacado, tendo existido até um matadouro local, construído no Estado Novo: as morcelas de sangue, as farinheiras de sangue e as farinheiras constituem a parte mais nobre dos enchidos da matança, em que se destaca o *bucho*, recheado com carne de porco e arroz e cuja ritualidade de consumo é maior, e as chouriças. V. Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couço*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 284.

²⁶⁹ Sobre os lugares que permitiam as ligações entre membros do mesmo grupo, assinala J. Mintz em Casas Viejas que eles eram “o trabalho, a escola ou o lazer, como as suas fortunas ditavam”. Jerome Mintz, *The Anarchist of Casas Viejas*, Chicago, University of Chicago Press, 1982, p. 39.

²⁷⁰ Estabelece-se uma distinção fundamental entre os proprietários arrivistas, como os Barreiras, que chegaram ao Couço nos anos 30 e nunca residiram na povoação, ainda que sejam os maiores proprietários em termos de dimensão da terra possuída, e os que residiam localmente. Os irmãos Barreiras terão começado por comprar uma vinha, mas viraram-se sobretudo para as cortiças. Enquanto para os proprietários residentes se tornou fácil obter uma árvore genealógica e conseguir relatos sobre a história das respectivas famílias, contribuindo vários testemunhos para o *probing*, a comprovação no que respeita aos Barreiras foi impossibilitada pela ausência de fixação no local. São identificados três irmãos - José, Henrique e João - identificados pelas características físicas no sentido de serem distinguidos entre si, pois as escassas permanências no Couço não foram de molde a que a identificação fosse facilitada.

relações locais, torna-os irrelevantes nos relatos recolhidos - em que as condições de trabalho são uma das faces visíveis da injustiça do sistema de classes - ainda que sejam os maiores proprietários no perímetro da freguesia.

Há que efectuar uma destriça comportamental entre os proprietários absentistas e os residentes. Os segundos, com contactos diários com a população local, ainda que não fossem os detentores da maior fatia da propriedade e tivessem de delegar em capatazes a contratação dos trabalhadores, pelo facto de estarem mais próximos, tornavam-se mais susceptíveis de crítica. O contacto quotidiano torna-os vítimas preferenciais dos ódios de classe, substancialmente transferidos, no caso dos proprietários absentistas, para os feitores e para os rendeiros. A delegação da gestão das terras tem uma função de diluição dos atritos de classe, pela distância entre os extremos sociais. Paralelamente, proprietários com menores dimensões de terra, ou rendeiros de grandes extensões que participem da vida local e contactem com os trabalhadores, deixam nestes mais agudas marcas, de que a animosidade de classe é parte integrante.

A posse da terra por parte dos proprietários, explicada como um roubo²⁷¹, em alguma ocasião cometido por alguém - *“a mãe não nos pariu com a terra”* - é recorrentemente reenviada para o passado. A desigualdade é, assim, contranatura, incorrecta, anormal. A riqueza é vista numa relação de causalidade com a pobreza: *nós somos pobres porque eles são ricos*. Reconhece-se aos proprietários a pertença a um mesmo grupo - *são homens como nós* - constituindo um facto contrário a uma ordem ideal que a apropriação de terra os separe.

A terra, que fora comum, viera a ser apropriada por alguns, que assim se aproveitaram dos outros - esta é a visão mais commumente emitida pelos trabalhadores rurais a propósito da estrutura fundiária local. Durante o Estado Novo, e atendendo às características da população local, os momentos de eleições para a Assembleia Nacional ou para a Presidência da República, constituíam ocasiões propícias ao levantar da questão da terra. Se emerge um discurso em torno da desigualdade na sua distribuição, não existe uma concomitante exigência da sua repartição. O *reparto*, que constituía a reivindicação central dos trabalhadores rurais andaluzes, não surge nos discursos elaborados sobre a terra no plano local. A questão da terra, se não é colocada em Portugal nos mesmos moldes que é para o país vizinho, em que a exigência de *reparto* aparece recorrentemente associada aos movimentos rurais andaluzes, como tem sido notado por diferentes autores, não se deve a nenhuma aversão particular dos trabalhadores do sul pela propriedade que os distanciaria dos seus vizinhos espanhóis. Como nota Margarida Fernandes num trabalho sobre Baleizão:

“A posse da terra era em grande medida inacessível à maioria dos trabalhadores agrícolas por quatro razões - não mutuamente exclusivas, antes pelo contrário,

²⁷¹ Do folclore local faz parte a seguinte quadra: *Nunca a terra teve dono/ A terra dono não tem/ A terra é de toda a gente/ Para não ser de ninguém.*

absolutamente complementares. Em primeiro lugar, a terra raramente estava à venda em pequenos lotes, mesmo que os trabalhadores tivessem meios financeiros para a comprar. Em segundo, a tendência apontava para a consolidação do latifúndio e os potenciais pequenos compradores não teriam meios para competir, ficando excluídos de mercado. Terceiro, um mau ano para um pequeno agricultor poderia facilmente significar a ruína e a venda da pequena parcela de terra, o que o tornaria num assalariado (...). Finalmente, o trabalhador sem terra mal dispunha de meios para poder alimentar-se, muito menos teria possibilidades de dispôr de meios para comprar terra e os meios de produção necessários à exploração mesmo de uma pequena parcela.”²⁷²

Assim, são razões de natureza económica e não ecológica, ou psicológica que explicam a suposta ausência de exigência de reparto, devido à inviabilidade de manter e tornar produtivas pequenas parcelas de terra. Mas, se Martinez Alier mostra que na campina de Córdoba, o reparto constitui uma reivindicação congregadora dos assalariados rurais, por considerarem que com o acesso à terra de todos se produziria mais, se fariam mais trabalhos agrícolas e se introduziriam alterações positivas no processo de produção, evidencia que também ali a questão central se encontra na garantia de sustento continuado que arrede o desemprego. A conquista de um pedaço de terra é, fundamentalmente, uma garantia contra a miséria sazonal. O desemprego sazonal, que resulta da conjugação da forma de cultivo da terra, norteada pelos lucros mais fáceis, e por outro lado, a existência de grandes excedentes de trabalhadores agrícolas durante parte do ano, foi uma constante, só quebrado durante o processo de Reforma Agrária - a plenitude de emprego então conseguida é a responsável pela memória eufórica e venturosa desse período. A emigração, durante a década de 60, ainda que houvesse diminuído a pressão sobre a terra e permitisse uma subida nos salários, não tinha resolvido inteiramente o problema. Assim, devido ao desemprego sazonal, os trabalhadores rurais constituem um grupo de participantes marginais do ciclo produtivo local²⁷³.

Os reflexos de uma situação económica débil, nomeadamente entre os que só sazonalmente conseguem emprego, são reconhecidos por Alberto Garcia, um proprietário local:

“É uma maravilha económica a vida do chefe de família com quatro ou cinco filhos pequenos sem nada ganharem. Não basta o trabalho da mulher feita jornaleira e

²⁷² Margarida Fernandes, “Terra, trabalho e pão - O caso de Baleizão”, *História*, ano XIX, nº 32, Junho de 1997, p. 49.

²⁷³ V. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 37. O autor salienta as migrações dos homens assalariados de Fuenmayor, que leva a que as suas esposas e filhos permaneçam sós grande parte do ano.

aproveitadora das jorna mais altas no Verão. Deve haver durante o ano muitos gestos iguais ao do pelicano.”²⁷⁴

A exigência de aumento de salários será constante, e mesmo sob as duras condições criadas pelos problemas de abastecimento dos anos 40, será no quadro do emprego e da assunção de uma relação de classes que as exigências serão feitas. Nas *marchas da fome* dos anos 40 exige-se pão e géneros, salários e trabalho - não terra. Não é o acesso, individual ou colectivo, ao meio de produção fundamental no campo que parece estar no centro das reivindicações dos assalariados. Todavia, subjacente a todas as reivindicações, era a questão da terra que emergia como central entre os assalariados temporários do sul, sazonalmente, com grande períodos de inactividade não paga²⁷⁵, englobados na sua grande maioria, segundo Oliveira Baptista, na categoria de “«operários parcelares», na acepção de Marx, vítimas de uma divisão de trabalho que os afastava do controlo do processo de produção, da sua organização e das relações deste com o mercado.”²⁷⁶

José Cutileiro, na sua obra sobre Vila Velha, no Alentejo, regista a reclamação da divisão da terra, por parte do grupo social desprovido dela, criticando os latifundiários por não trabalharem. O ponto de vista destes é, obviamente, distinto: o carácter extensivo da agricultura torna despreciando o trabalho do dono, que deve ser, antes, um bom administrador. No caso do Couço, e edificado o trabalho pelo grupo estudado à categoria de mais alto valor na definição de um indivíduo, a consciência da injustiça social provém de um acesso à terra por via da genealogia - afinal, alguns nascem com a terra - e não através do esforço de uma vida. Do lado dos proprietários, a visão é distinta quanto aos desejos dos assalariados:

*“A ânsia de luxo nas raparigas e a preocupação nos homesn na aquisição de bocados de terra na qual se construa casa de habitação, o dividir dos retalhos da propriedade herdada, as poucas transacções rústicas denotam claramente o amor da posse e o desejo de a conservar. Tudo o mais não passa de garganta e da eterna questão entre o ter e o não ter.”*²⁷⁷

²⁷⁴ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 260.

²⁷⁵ Nas palavras de Fernando Rosas, “O Estado Novo”, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 52: “*Sem terra, sem dinheiro para dar de comer aos seus e ainda menos para pensar em alugá-la, eram os pobres dos pobres. Quando não aparecia trabalho e a fome apertava (ou seja, durante cerca de metade do ano), restava a penhora dos parques trastes que havia em casa ou a mendicidade em grandes grupos, que se dirigiam aos montes e às câmaras municipais pedindo pão e trabalho, ao menos nas obras públicas. Muitos, sem possibilidade de constituir família, tornavam-se jornaleiros errantes - os «malteses», celebrados na prosa de Manuel da Fonseca -, ou arrieiros que deambulavam pelas aldeias vendendo fio, agulhas e cordas, comerciando pequenas quantidades de cereais.*”

²⁷⁶ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 13.

²⁷⁷ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 255-256.

Os proprietários, vistos vulgarmente como ociosos, são igualmente criticados pela deficiente gestão do que possuem; ao não conhecerem por dentro o trabalho, ficam impossibilitados de tomar as mais adequadas medidas para tornar plenamente rendíveis as suas terras. Assim se explica a melhor administração atribuída aos seareiros nas terras que cultivam. Provindos do grupo dos trabalhadores, estes conhecem bem as potencialidades dos terrenos que cultivam e, sobretudo, da mão de obra. De resto, os proprietários commumente designavam um feitor, que por sua vez contratava *manajeiros* para, no decurso do processo técnico de trabalho, cuidarem da contratação de trabalhadores e dirigirem os ranchos. Raramente o proprietário teria de contactar com os trabalhadores, e só esporadicamente o faria com os manajeiros.

Com situações híbridas ou que se deslocam para um ou outro lado, a distinção de classe estabelecida pelo grupo estudado - através da legibilidade que as memórias permitem - é epitomizada na designação. *Eles*, a outra classe, engloba os grandes detentores de terra, presentes ou absentistas,- os *agrários*, assim designados localmente -, os rendeiros que põem em prática uma agricultura de tipo capitalista nas terras de proprietários ausentes, e os que decisivamente se põem ao lado destes, ainda que o seu grupo de origem não os remetesse iniludivelmente para essa localização social. *Nós*, os que trabalham, congrega sob o pronome os desprovidos de terra, os detentores de pequenas parcelas - resultantes frequentemente da compra de foros cultivados pelos antepassados -, os comerciantes e outros elementos da pequena burguesia local - empregados, artífices, pequenos industriais. Outra acepção, de carácter político, surge colada a esta: *nós* engloba então os que se encontram do mesmo lado da barricada, enquanto *eles* se encontram no lugar oposto. Esta classificação, se ganhava pertinência no período anterior ao 25 de Abril de 1974 devido ao carácter do regime então vigente, não se esbateu nos momentos subsequentes, antes se extremou, pela força conquistada então pelo grupo alvo deste trabalho. Elementos que, no período aqui tratado, se enquadravam no nível identitário - não sendo comunistas eram da oposição ao regime salazarista - passaram a ficar num lugar de alteridade, pelo evanescimento do anterior grupo.

O patrocínio - ou seja, a relação diádica vertical que une com diferentes deveres e direitos indivíduos com posições sociais distintas, um como patrono e outro como cliente - que teve uma importância a destacar, decaiu em relação directa com a desvalorização da agricultura. O papel desempenhado e as relações mantidas dentro do aparelho de Estado, eventualmente manobráveis pelos patronos com vista a servir os clientes, entraram em derrocada quando o sector agrícola entrou em decrepitude. Se, durante a guerra colonial, e na impossibilidade de livrar os mancebos duma ida para as ex-colónias como combatentes, as mulheres das famílias de proprietários locais serviam de madrinhas de guerra, correspondendo-se com os afilhados que se encontravam em África, a identificação entre esse apadrinhamento ritual e formas de patrocínio é reduzida. No colectivo de militantes comunistas locais, as testemunhas do registo

das crianças na conservatória do registo civil são designadas “padrinho” e “madrinha”. Recorrentemente esses compadres eram escolhidos dentro do núcleo de relações horizontais, servindo frequentemente de reforço no interior dos grupos familiares do pai e da mãe da criança.

Os proprietários intermédios, com maior proximidade ao grupo local pela inexistência de mediadores - fatores em quem delegassem a gestão real, enquanto reservavam para si a administração -, em pequeno número, nunca são referidos nos relatos recolhidos. Pela atitude que adoptem, ora são assimilados aos grandes proprietários, ora se diluem num conglomerado de contornos pouco definidos, designado por termos que reenviam para opções e posturas de carácter político: *republicanos* ou *democratas*. Uma quase idêntica classificação pode ser aplicada aos seareiros, ainda que lhes seja reconhecida a especificidade resultante da não propriedade. Os indivíduos deste grupo, que cultivam terras de acordo com um contrato estabelecido com proprietários, são, como se referiu, entendidos como melhores gestores, pela sua proximidade aos grupos de trabalhadores de que provêm. A posição que adoptem face aos assalariados - salários pagos, ritmo de trabalho imposto, conjunto de atenções dispensadas²⁷⁸ - e a postura que assumam quando politicamente se expõem, grangeiam-lhes uma maior proximidade ou afastamento face ao colectivo estudado, que assim os cataloga em termos da vida local.

O sistema de estratificação, entendido como uma hierarquia continuada de posições sociais, comporta, nos níveis mais baixos, os trabalhadores rurais. Os *justos* ou *concertados*, com a garantia de um contrato anual, ainda que com salários mais reduzidos, e os trabalhadores eventuais, cuja contratação se encontrava dependente quer da época do ano, quer de um conjunto de circunstâncias de conjuntura, nacional ou local, integram este nível. A designação mais comum nos documentos consultados é a de *trabalhador* ou *trabalhador agrícola*. Através de uma fórmula convergente que lhes retira a especificidade resultante da ligação à terra, o Partido Comunista Português designa-os *operários agrícolas*. Esta denominação, com o carácter unificador e integrador que transporta, visa assimilá-los ao proletariado urbano, e é recorrente quer nos comunicados, quer na imprensa clandestina produzida e divulgada por aquele partido.

²⁷⁸ Durante o trabalho de terreno pude presenciar a atitude apreciativa de algumas assalariadas face ao contratador que lhes permitia um conjunto de dias de descontos para a Segurança Social que as fazia aceder a alguns benefícios de que seriam privadas se fossem declaradas unicamente as jornadas de trabalho. Mais, no Natal imediato, esse seareiro deslocou-se a casa de cada uma das trabalhadoras que contratara sazonalmente, e ofereceu-lhes um corte de tecido para uma saia. Esta fidelização das trabalhadoras, que voltaram a ser contratadas no verão seguinte, era feita através da multiplicação das linhas de conexão, que perpassava uma relação contratual com laços que a transcendiam, garantia a este seareiro uma reputação conveniente. Essa reputação permitia-lhe conseguir o que outros não logravam, como por exemplo, o trabalho em dias de descanso consagrado, sem que os custos salariais se ressentissem.

No seu estudo sobre o latifundismo andaluz, Juan Martínez Alier²⁷⁹ nota que as posições sociais dos latifundiários e dos trabalhadores, bem como as atitudes, comportamentos e crenças são explicáveis a partir das relações que os homens estabelecem no processo de produção. A estabilidade da estrutura latifundista requer um conjunto de condições políticas e sociais. Os índices de salários reais - que permitem detectar a sua descida nos quinze anos que se seguiram ao fim da guerra civil espanhola, efectuando-se a recuperação, com o retomar do salário real anterior, somente 20 anos depois - juntamente com a evolução sazonal do trabalho agrícola, com um momento de máximo emprego e um outro de desemprego, mediados por períodos de transição, levam o investigador a confrontar-se com os números oficiais, sempre com estimativas menores dos que as que emergem de investigações feitas por entidades locais. As migrações dentro da província, que ajudam a nivelar as oscilações nas necessidades de mão de obra, ao diminuir o poder negocial, assente na capacidade reivindicativa dos trabalhadores dos povoados que recebem migrantes temporários, criam igualmente tensões não desprezáveis entre trabalhadores locais²⁸⁰. A consciência de classe impele os trabalhadores à união²⁸¹, com um sentido de igualdade muito acentuado, que se manifesta nomeadamente na contratação: ou todos ou nenhum. A distância entre os que detêm consciência de classe - que leva à *unión* - e os que têm consciência política - *los que tienen ideas* - radica no domínio de uma ideologia por parte dos últimos. Num contexto como o abordado, a consciência de classe é ubíqua, crinado uma percepção do contraste social *nós / eles*.

A imagem dicotómica da sociedade distancia-se, contudo, de uma outra forma de consciência que só alguns possuem, a consciência política. Martínez Alier salienta, no contexto por si estudado, a distinção conferida aos que *têm ideias*. Nas povoações da campina de Córdova são encarados de forma ambígua, porque a experiência ensinou que a repressão os persegue²⁸². Também em Fuenmayor, os comunistas, cujo partido é entendido como defendendo os interesses da classe social desapossada, são vistos como representantes desta, ainda que possa haver discordâncias relativamente a questões tácticas²⁸³.

Para Martínez-Alier, o latifundismo terá sido uma das mais importantes razões da guerra civil de Espanha, e a sua influência ter-se-à prolongado mesmo após a emigração, que

²⁷⁹ Juan Martínez Alier, *La estabilidad del latifundismo*, s/l, Ediciones Ruedo Ibérico, 1968. Nesta obra sobre o latifundismo na região da Campiña de Córdova em 1964-65, utilizando um método interdisciplinar, que o levou a recensear múltipla documentação e a permanecer nos «cortijos» com os trabalhadores rurais, complementando o seu trabalho com inquéritos dirigidos aos latifundiários, rendeiros e assalariados, verificou a coexistência de dois sistemas de produção, um de grande propriedade e outro de pequena e média, este último alvo de cuidados por parte dos próprios donos.

²⁸⁰ Cf. Martínez Alier, *ob. cit.*, p. 26.

²⁸¹ Em Fuenmayor, David Gilmore salienta a coesão de cada uma das classes, evidenciando a dianteira o grupo dos *señoritos*. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, pp. 74-6.

²⁸² V. Martínez Alier, *ob. cit.*, p. 132-133.

²⁸³ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 89.

resolveu a questão agrária na Andaluzia²⁸⁴. O ódio latente de classe é camuflado sob uma obediência aparente devido ao vigor da repressão - é a prudência que dita a adoção deste comportamento, pois, como resulta de um inquérito feito pelo autor, se não há mais união, é porque não pode haver. A regulação da *união* assente num conjunto de normas de insubmissão, só por si, indica implicitamente que há consciência do conflito de classe, constituindo um valor que os assalariados preservam e que lhes confere regras de procedimento, de forma a que os seus interesses sejam sobrepujados, no que concerne aos salários e ao emprego. A estabilidade do sistema agrário latifundista - central na obra - assenta na possibilidade de resolução dos conflitos, seja através do controlo económico dos trabalhadores pela *necessidade*, seja pela repressão e pelo medo. O não cumprimento dos ideais de união, expressa nomeadamente na assunção e imposição aos grupos antagónicos das formas de cooperação de classe, contribui para a manutenção de um sistema produtivo a que os assalariados lançam um anátema.

No caso estudado, as condições conjunturais, aliadas à penetração da organização política pelo Partido Comunista, encontram na rede social densa um terreno adequado ao desencadear das formas de união. As lutas no sul de Portugal, como bem entendeu Villaverde Cabral, não deixam transparecer a «fome de terra» que caracterizou as da Andaluzia, e revestem um aspecto diferente, reivindicando subida de salários, redução do número de horas de trabalho, visando a reestruturação das condições de trabalho ou a resolução do problema do desemprego²⁸⁵. Também Pacheco Pereira reconhece que existe *desprezo pela posse individual de terra*²⁸⁶, e que esta desempenha um papel secundário nos movimentos sociais rurais do sul em toda a história das lutas rurais até à actualidade²⁸⁷.

José Cutileiro, no seu trabalho sobre Vila Velha, permite-nos perceber como a cedência de parte das terras para as mãos dos proprietários foi feita pelos próprios trabalhadores rurais, em condições assaz difíceis²⁸⁸. Num trabalho que integra um estudo mais geral sobre o processo da Reforma Agrária, a partir de 1975, em Baleizão, Margarida Fernandes, que despista as razões pelas quais era difícil que um trabalhador rural conseguisse aceder à terra - em primeiro lugar, a inexistência de venda de pequenos lotes; depois, a tendência à consolidação do latifúndio; finalmente, a incerteza da vida agrícola, que após um mau ano agrícola, reenviaria para a condição de proletário um pequeno agricultor - debate a reivindicação d' "*A terra a quem a trabalha!*", num meio ecológico dominado pela agricultura de sequeiro. A questão da *fome de terra*, como cerne dos problemas sociais no sul, é vista por Oliveira Baptista como fulcral numa

²⁸⁴ Cf. Martinez Alier, *ob. cit.*, p. 139n.

²⁸⁵ Manuel Villaverdeabral, *O operariado nas vésperas da república (1909-1910)*, Lisboa, Presença, p. 99.

²⁸⁶ José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983, p. 113.

²⁸⁷ José Pacheco Pereira, *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1983, p. 109.

²⁸⁸ José Cutileiro, *ob. cit.*, p. 15 e sg.

zona do país em que este meio de produção se encontrava concentrado em explorações de grandes dimensões: lutar pela terra constituiria uma estratégia para conseguir emprego seguro e permanente, e este só seria possível pelo fim dos grandes domínios. A associação entre a terra e o trabalho parece, no caso do Couço, indelével. A consideração de que a repartição da terra de sequeiro corresponde à divisão da miséria²⁸⁹, no contexto espanhol, encontra eco no lado português e, se serve de justificação à manutenção do latifúndio, torna igualmente perceptível a opção pela colectivização durante o processo de reforma agrária que se seguiu ao golpe de 25 de Abril.

Entre o norte e o sul de Portugal, com limites grosseiramente fixados no rio Tejo, os contrastes são acentuados. No primeiro vive a maioria da população camponesa, com uma estrutura fundiária de pequena ou mesmo microscópica propriedade, e com situações de grande hibridismo na relação com a terra e o trabalho. Constrangidos desde os anos 30 com as políticas que conduzem ao processo clássico de evolução do capitalismo, depois de um *plenum*²⁹⁰ atingido nos anos 50, encetam migrações, após sucessivas medidas privarem os mais desprovidos do acesso aos terrenos baldios ou a outras estratégias de escape. No sul, caracterizado pela grande propriedade, os campos das classes estão extremados, e os grupos intermédios de seareiros e pequenos rendeiros não chegam ao mitigar das tensões criadas pela concentração da terra nas mãos de alguns e pela miséria no lado de muitos²⁹¹.

Nos campos do sul, pelas características da forma de exploração da terra, a grande concentração de massas de trabalhadores distancia a situação da que é vivida no norte, em que a dispersão, pelas formas de exploração familiar, é a regra, e em que os interesses de cada *casa*, como unidade de produção e de reprodução, se opõem aos das outras. Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, referiam que a concentração de trabalhadores em grandes massas lhes faz crescer a força e lhes permite ter consciência dessa mesma força, e de que os interesses e as condições de vida entre trabalhadores se tornam mais e mais idênticas, com a igualização dos salários, sem as distinções que o próprio processo técnico de trabalho implicava.

²⁸⁹ V. Margarida Fernandes, “Terra, trabalho e pão - O caso de Baleizão”, *História*, Ano XIX, (Nova Série), n.º.32, Junho de 1997, p. 52.

²⁹⁰ V. Fernando de Oliveira Baptista, “Declínio de um tempo longo”, in Joaquim Pais de Brito, *et al.*, *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, pp. 35-75; v. tb. Joaquim Cabral Rolo, “Imagens de meio século da agricultura portuguesa”, in Joaquim Pais de Brito, *et al.*, *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, pp. 77-157.

²⁹¹ Da situação da agricultura nos finais dos anos 50 em Portugal pode escrever-se que iniciava um processo com similitudes ao descrito por Barrington Moore Jr. para a Inglaterra do final do século XIX: “De uma forma geral, a agricultura seguia o seu rumo, ou seja, cometia um honroso suicídio com a ajuda de algumas lágrimas retóricas-” In Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia - Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Cosmos, 1975, p. 61. Para a Inglaterra de então, as camadas de classe superiores haviam deixado de ser agrárias, trasladando-se o seu poder para a indústria e o comércio. À agricultura restara a secundarização.

A relação de parceria, associada às searas de milho e arroz, depois da primeira guerra mundial²⁹², praticamente desaparecera na década de 40, sendo substituída pelos seareiros, cuja preocupação central no projecto de vida é não retroceder, já que grande parte deles foram jornaleiros. A parceria subsistia unicamente no cultivo do arroz, com contratos em que ao proprietário das terras cabia entrar com a água, terra, fretes de transporte do arroz para a eira, metade dos adubos e da quantia gasta com as debulhas, e ao seu parceiro dar o trabalho -cava, monda, ceifa, metade dos adubos e das debulhas, sendo o produto dividido a meio.

A relação do norte com o sul, a interdependência do minifúndio com o latifúndio, ficam patentes nas migrações sazonais de *ratinhos*²⁹³. Escreve Benjamim Pereira que

*“Os trabalhadores permanentes não bastavam, e toda a gente válida das aldeias ia para os campos. Em certas localidades, realizavam-se as feiras de ceifeiros, onde os capatazes das grandes herdades compareciam para contratarem, no seio desse proletariado rural, a mão-de-obra necessária. A estes trabalhadores locais juntavam-se numerosos contingentes vindos de longe, em migrações já consagradas pelo costume, da serra algarvia e, principalmente, das montanhas pobres, das Beiras, designados pela alcunha depreciativa de **ratinhos**, aceite passivamente, viajando a pé e mais raramente de burro, em grupos previamente organizados e sob a direcção dos respectivos **manajeiros**, que eram os únicos interlocutores dos donos das searas. Contratados «pela época», iam de patrão em patrão, dormindo ao ar livre, transportando consigo apenas a foice, o canivete para cortar o pão, a colher para comer e, um ou outro, o pífaro para os escassos lazeres. A dureza do trabalho, agravada pela acção impiedosa do sol que chegava a temperaturas da ordem dos 40°, atingia dramaticamente muitos desses **ratinhos**, que caíam doentes e iam encher os hospitais alentejanos.”*²⁹⁴

As explorações familiares imperfeitas do norte, com um campesinato pobre, ligava na perfeição com as exigências de produção nos campos do sul, que pelo seu lado produzia durante grande parte do ano em número elevado de elementos de um exército laboral de reserva. Os trabalhadores migrantes sazonais constituíam uma força de trabalho parcialmente reproduzida dentro de explorações familiares, e em parte fora delas, através dos salários - abaixo dos pagos aos assalariados locais - auferidos nas migrações. Os *galegos*, *ratinhos*, *gaibéus*, *pegachos*, *barrões*, constituíam uma espécie de rectaguarda produtiva do latifúndio, accionável quando necessário, desactivada quando prescindível e reenviada para os lugares de origem distantes,

²⁹² Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 235.

²⁹³ Sobre a origem do termo v. Sónia Almeida, “Os ratinhos, trabalhadores rurais migrantes”, in *Os Ratinhos, Faiança Popular de Coimbra*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo/Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 1998, pp. 37-40.

²⁹⁴ Benjamim Enes Pereira, “Alfaias agrícolas” in Joaquim Pais de Brito *et al.* *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/ Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura, 1996, p. 178.

sem sobrecarregar com uma tensão acrescida o número dos desempregados locais. Representaram um importante sustentáculo das estruturas produtivas do latifúndio, e fornecem uma boa imagem da complementaridade entre as duas estruturas fundiárias. Não esqueçamos que para os proprietários do norte, a garantia de que aos salários pagos aos jornaleiros se juntariam, por um lado, receitas complementares fruídas fora, e por outro, os frutos do trabalho nas curtas parcelas cuidadas pelos camponeses pobres, desencarregava-os do pleno esforço reprodutivo da mão de obra camponesa. Estes trabalhadores, que equilibram a necessidade de mão de obra num momento fulcral do ciclo produtivo, atenuam a capacidade negocial dos trabalhadores residentes, e são por tal facto hostilizados²⁹⁵.

*“A alimentação e o alojamento dos ranchos eram, em geral, miseráveis, e o trabalho, penoso. Tinham uma atitude humilde que muito agradava aos que os empregavam, além de ganharem menos e trabalharem mais horas que os assalariados locais. De resto, estes tinham com frequência manifestações de animosidade contra os migrantes sazonais. O Movimento migratório dos ranchos, que num estudo de 1956 se avaliava entre setenta e cem mil pessoas por ano, declinou fortemente nos anos sessenta e, actualmente, apenas têm alguma expressão significativa no Douro.”*²⁹⁶

Estes trabalhadores que vinham de fora, e que demonstram a intensa ligação no seio de um país entre o minifúndio e o latifúndio como estruturas produtivas complementares, servindo o campesinato pobre do norte e centro à satisfação das necessidades de trabalho nas grandes propriedades do sul, podiam ir mais longe, como o demonstram Mintz e Malefakis: os portugueses esfomeados que buscavam o sul de Espanha, e que os patrões preferiam empregar por serem mais baratos, menos exigentes quanto aos dias de descanso e mais disponíveis por se encontrarem distantes de casa, sem ter de fazer face a problemas domésticos, eram vistos como arrivistas pelos trabalhadores locais, chegando a estar na origem do desencadear de uma luta em Maio de 1932.

O regime de contratação podia ser *a seco*, tendo que ser os próprios trabalhadores a preparar as refeições, ou incluir essas mesmas refeições, sendo destacada uma mulher dentro do rancho para rancheira, por vezes coadjuvada por garotos.

O conceito de trabalho será aqui utilizado como aplicado aos seres humanos que, desenvolvido o sistema de mercado, acompanhado de mudanças na organização da própria sociedade, converteu essa mesma sociedade num acessório do sistema económico. A vertente

²⁹⁵ Sobre este assunto, v. por Juan Martínez Alier, *La estabilidad del latifundismo*, Madrid, Ediciones Ruedo Ibérico, 1968, p. 26.

²⁹⁶ Fernando Oliveira Baptista “Declínio de um tempo longo”, in Joaquim Pais de Brito *et al.* (coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/ Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura, 1996, p.48.

social do termo “trabalho” na leitura dos trabalhadores é evidente na consciência que estes têm da distinção entre este e o emprego: “Trabalho há, eles é que não dão emprego”.

Associado ao conceito de trabalho está o de *trabalhador*. Ser «trabalhador», no Couço, é sinónimo de ser trabalhador rural. O termo *jornaleiro*, ainda que conhecido, não é utilizado. A assimilação do trabalho do campo ao que é realizado nas fábricas, patente na argumentação que é apresentada para a generalização de um horário de 8 horas no campo, fica expressa na designação que entre o colectivo comunista é utilizada para os trabalhadores rurais: «operários agrícolas». Os assalariados rurais do Couço menos adstritos à linguagem do colectivo comunista, referem-se entre si como «trabalhadores» ou «camaradas».

A primeira República fica profundamente marcada pelo confronto social no campo, introduzindo o debate sobre a questão da terra no sul, logo nos anos que se seguiram à sua implantação. Com a dissolução dos sindicatos em 1934, a reorientação da política face ao mundo rural, que conjugava, do ponto de vista ideológico uma imagem da ruralidade esboçada a partir de um camponês idealizado, e que só eventualmente poderia corresponder a alguns grupos sociais do norte do país, com a proibição do direito à greve e com a dura repressão, novas condições começavam a criar-se para os rurais do sul, que durante a década de 30 teriam de fazer a aprendizagem das novas condições de luta,²⁹⁷ adequando-as à nova situação. Legislação de meados dos anos 30, nomeadamente após a criação da Junta de Colonização Interna, em 1936 visa proceder ao aproveitamento de águas de rega, através de obras de hidráulica agrícola, que transformassem zonas de sequeiro em regadio, ou que reforçassem a capacidade de rega de determinados pontos do país. Todavia, não terá sido através das escassas medidas de criação interna que o Estado Novo logrou desmobilizar das lutas os assalariados do sul - a repressão violenta mostrou-se mais eficaz. Se a política de colonização interna não mostraria resultados efectivos, nomeadamente no sul, as opções pelo emparcelamento no norte - seguidas até à actualidade - e principalmente de parcelamento no sul não mereceriam grande atenção. A colonização interna no sul nunca pôs em causa a propriedade latifundiária, realizando-se em terras do Estado ou em terrenos baldios. Propugnada pelo sector industrialista, a colonização interna no sul aparece associada a obras de hidráulica, não chegando a ter relevo, segundo Fernando Oliveira Baptista²⁹⁸, nem nas fases mais tardias do Estado Novo, e nomeadamente no III Plano de Fomento (1968-73).

²⁹⁷ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 20 reconhece por parte dos assalariados do sul nos anos 30 uma dificuldade de adaptação às novas condições de luta, que, conjugada com a repressão que desde 1926 se abatera e com um acentuar do desemprego, seriam responsáveis pelo recuo do movimento assalariado. A calamidade da nova situação económico-social tenderia, nos anos 30, a ser suprida recorrendo a expedientes diversos para a sobrevivência, entre os quais a mendicidade. No caso estudado, os documentos existentes na Junta de Freguesia confirmam este recurso.

²⁹⁸ Cf. Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 48.

No Portugal dos anos 50 a situação dos grupos sociais alcandorados nas posições cimeiras do mundo rural não era de molde a criar conforto. O país atingia então o *plenum* de cultivo de terras, mas as lutas intestinas ao nível da camada dominante davam conta de contradições e pressões associadas às alterações que, lentamente, se iam processando. Nos campos do sul do país, a concentração de terras e de poder, que se conjuga frequentemente - pelo menos no caso dos proprietários absentistas - com o acesso, directo ou mediado, ao poder estatal, conduzia a que a grande propriedade detivesse um papel de envergadura na definição de políticas centrais. A década de 50 começa a dar conta de modificações nesta situação, com o ganhar de peso de outros sectores, no seio do mundo rural - os *florestais*, como lhes chamam João Antunes Estêvão e Fernando Oliveira Baptista - e no todo nacional (os industrialistas).

Se durante a guerra de 1939-1945 tinham sido as necessidades de abastecimento que haviam orientado as políticas agrícolas, já nos anos que se lhe seguiram, até à crise dos anos 60, terá sido a industrialização que ditou o papel da agricultura²⁹⁹, por se ter igualmente alterado a correlação de forças no Estado Novo, que subalternizou os senhores da terra face aos da indústria e da finança. O sector agrícola, cuja dependência da indústria se vinha acentuando desde a campanha do trigo em 1929, com a cumplicidade do regime³⁰⁰, e que ajudou a economia portuguesa a não se ressentir tão profundamente da crise mundial, da mesmo modo que permitia a outros sectores económicos superar a baixa, não pode todavia ser tratado por igual. Viriam a ser as explorações maiores que mais haviam de usufruir da política estatal. O trigo foi durante todo o Estado Novo a mais protegida das produções³⁰¹. O *pão*, que efectiva e simbolicamente detinha um carácter central na alimentação e na cultura, era de trigo, no sul. Esta política proteccionista, teve efeitos de manutenção do *status quo* económico, pois permitiu a reprodução do latifúndio como das explorações mais pequenas. Já as políticas de produção que exigiam elevados investimentos em instrumentos de produção tinham um fito claramente selectivo. Assim foi com o arroz.

A cedência de pequenas leiras de renda por parte dos proprietários, numa escala descendente em que as terras mais aceitáveis eram distribuídas pelos criados das herdades em atenção ao seu grau de fidelidade (que comportava indicadores como a assistência à missa ou o baptismo dos filhos) não era feita de forma a que estes se convertessem, obviamente em

²⁹⁹ V. Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 7.

³⁰⁰ Sobre os sectores sócio-económicos, respectivos interesses, aproveitamento de conjunturas e apoios por parte do estado, ver o excelente artigo de João Antunes Estêvão, “A florestação dos baldios”, *Análise Social*, 3ª série, vol. XIX, n.ºs 77-78-79, 1983, pp. 1157-1260. No que concerne à campanha do trigo, em 1929, é referido o aproveitamento feito por parte da CUF, de Alfredo da Silva, até então virada para a produção de adubos destinados ao mercado externo, dos folhetos de propaganda à referida campanha, aí anunciando os seus superfosfatos: “*A Campanha do Trigo correspondeu assim a uma necessidade da própria CUF em colocar os seus produtos, nomeadamente os superfosfatos*”, João Antunes Estêvão, *ob. cit.*, p. 1211

³⁰¹ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 343.

trabalhadores independentes: enovelava-se cada trabalhador num processo produtivo que lhe era alheio como se fosse próprio, amortecendo os efeitos sociais dos baixos salários através de pequenos complementos que implicavam um sobretrabalho no fim do dia ou ao domingo.

Nas terras do sul, as modificações no regime de exploração depois da crise demográfica que resultou das migrações dos anos 60 assumiram variantes, associadas às condições locais, a decisões relativas ao processo de reprodução do grupo social dominante e às pressões que, ainda que reprimidas violentamente, os movimentos sociais trouxeram a lume. À falta de mão de obra, nas quais assentava um regime de exploração em que o trabalho assalariado assumia um carácter sazonal, a resposta consistiu na extensificação das culturas, na reconversão das técnicas³⁰² e numa capitalização acentuada, substituindo os grandes rendeiros os proprietários no controlo do processo produtivo agrícola. As querelas que caracterizaram em décadas anteriores algumas contradições nos sectores da classe dominante e seu preponderância dentro do aparelho de estado parecem ter sido absorvidas da década de 60³⁰³.

“...do latifundismo saiu o capitalismo agrário e às disputas entre industrialistas e grandes agrários sucedia-se uma convergência de posições entre a burguesia agrária capitalista, que nos campos do sul se havia sobreposto ao grande agrário tradicional, e os interesses ligados à finança e grande indústria.”³⁰⁴

Tal como em Fuenmayor, a percepção de que a agricultura está atingida por uma doença terminal, que a leva a uma lenta asfíxia³⁰⁵, permite hoje a existência de um discurso em que já não são os proprietários de terras o alvo a principal da revolta, que se deslocou para uma esfera exterior, em relação ao próprio espaço nacional.

³⁰² Notar que a mecanização se iniciara no final dos anos 50, dando aso a um crescendo de desemprego agrícola que pode ser colmatado até 1959, no Couço, devido à existência de obras públicas: a construção do canal de irrigação do Sorraia.

³⁰³ As soluções encontradas são legíveis nomeadamente através dos textos legais produzidos sobre arrendamentos e parcerias, que, desde meados dos anos 60 e pela sofreu algumas alterações, que conduziram a que “...os rendeiros capitalistas, particularmente importantes nos campos do sul, puderam, dalgum modo, beneficiar das modificações na regulamentação legal do arrendamento”, numa altura “em que se operou a sobreposição do capitalismo agrário (por conta própria ou por arrendamento) relativamente ao grande proprietário fundiário e ao latifundiário, até então dominantes na economia agrícola desta região.” Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 65.

³⁰⁴ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 49.

³⁰⁵ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 43.

2. Os trabalhos e os dias

O sistema de latifúndio, com a presença de grandes propriedades, inseridas em grandes unidades económicas, dava aso a classes sociais distintas, cruzadas no mercado de trabalho. As classes, como grupos sociais em cujo interior se partilha uma idêntica relação com os meios de produção - no caso estudado, a terra - remetem para um idioma em que a hierarquia, a desigualdade e a dominação são a regra. Mas, se como em Fuenmayor, a posse de terra se insere numa escala positiva - quanto mais terra se possui, tanto maior é o prestígio - o trabalho insere-se numa escala negativa, pois a constatação de que alguém trabalha muito, é complementada por dois juízos antagónicos. Pelos seus companheiros de condição poderá grangear uma boa reputação; pelo lado dos proprietários, trata-se de um indicador de baixa condição social.

Esta sociedade, pontuada por uma associação nítida entre os níveis económico e o social, detém uma racionalidade cujas raízes se encontram nas relações de produção do latifúndio³⁰⁶, caracterizadas a todos os níveis pela autarcia do proprietário, que detinha um poder expresso sobre os homens e as coisas. O predomínio da grande propriedade, associado ao salaríado, maioritariamente sazonal, não significa a inexistência de várias configurações multifacetadas de relações económicas na sociedade e no tempo em análise. De modo mais ou menos estruturado, entre os grupos de seareiros operavam conjugadamente, formas de mão de obra familiar e assalariada. Nas hortas cedidas sob contratos diversos - pelos proprietários, ou nos pequenos foros possuídos por alguns indivíduos, produziam-se alguns hortícolas que não estavam associados ao mercado, destinando-se quer ao consumo dos agregados, quer ao conjunto de trocas informais que realimentam as relações sociais. Há práticas face aos excedentes superficiais nos escassos terrenos cultivados *moto próprio* que funcionam dentro de uma aldeia com formas veladas de conseguir protecção e alicerçar uma rede social.³⁰⁷ Estas trocas aquém dos circuitos de mercado, baseadas num princípio da reciprocidade mediata, constituíam o final de um processo em que a família havia estado envolvida na produção, respeitando uma estratificação baseada nos grupos de idade. A horta, com os cuidados que lhe subjazem, é um domínio masculino, valorizando-se o trabalhador rural que, após um dia ou uma semana de labor por conta de outrém, contrapõe à exclusiva convivialidade de taberna os momentos passados a trabalhar naquele espaço.

³⁰⁶ V Pino Arlachi, *Mafia, Peasants and Great Estates: Society in Traditional Calabria*, Cambridge, CUP, 1980, *passim*.

³⁰⁷ Ver a este respeito Eric Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, London, Faber, p. 279.

Numa sociedade com classes tão fortemente marcadas, a oposição entre estas não tomava sempre formas evidentes e expressas. Alberto Garcia faz referência a formas de resistência ditas passivas dos trabalhadores locais no que respeita à limpeza do montado:

“Basta ficar-lhe [aos matos brancos e tojos fortes] uma raizinha para no ano seguinte serem numerosíssimas e crescerem rapidamente (...) Para as raparigas, o trabalho feito de empreitada como aliás em todos os serviços, está calculado no rendimento dobrado daquele feito de jorna, ou mesmo um pouco mais. Fica muito incompleto. Não são procuradas as raízes até à sua extinção e na Primavera seguinte rebentam quase todas, dando lugar ao emprego, no período de 10 anos, de mais pessoal. Estabeleceu-se porém a costumeira tão fundamente, que fazer trabalhos com algum rendimento é quase impossível, e o hectare, que devia ser feito de jornas com umas 20 mulheres - começa a gastar 30 e às vezes mais, mesmo 40, que trabalham aborrecidas. Então para se distraírem - e até fazerem aborrecer o capataz - conversam constantemente e cantam em gritos tão agudos que provocam os seguintes comentários : - «As raparigas mal podem com os enxadões; e quando cantam podia-se pôr a cabeça debaixo deles porque pouca mozza fariam. Força para dois lados, ao mesmo tempo, ninguém a tem.” p.32

Esta falta de aplicação das raparigas, a que se junta a dos trabalhadores refugados, como os velhos ou os rapazes, contratados por um preço inferior na praça³⁰⁸ - medidas de retaliação, ainda que não expressas - não serve evidentemente os interesses do proprietário, que usa os seus próprios expedientes para levar a melhor. Quando a forma de trabalho é por empreitada, a mais lesiva para os trabalhadores, declara frequentemente uma menor quantidade de semente lançada à terra, o que se torna relativamente fácil numa seara de grandes dimensões³⁰⁹. Desta astúcia se ressentia Isidro Fino:

“Era cavar o milho era a coisa que eu mais me custava fazer, porque me fazia doer muito as costas. Ceifar também castigava... Oh, credo, dias inteirinhos, e às vezes de noite ainda cheguei a tomar pães de empreitada (era um x por alqueire de semente, portanto o fulano semeou um saco de pão, seis alqueires é um saco de pão, espalham aquela semente e depois, quem diz um saco diz dez, diz um moio, são sessenta alqueires, diz tantos moios), e ó depois tomava-se um x por alqueire de semente, era uma exploração; eles à vezes diziam-nos: «Olha tenho aqui dez moios de trigo semeado, vamos lá combinar a como

³⁰⁸ Sobre a lentidão como estratégia de resistência, corre no Couço como história local, associada a um velho proprietário da família Vieira, um episódio todavia reconhecido e associado a outras povoações do contexto sul e que constitui uma constante na etnografia da resistência. Admoestando um trabalhador pela lentidão, Vieira ter-lhe-à dito: «Manuel, tu não tens outro passo?», ao que o inquirido respondeu: «Tenho sim, patrão, mas é mais lento.».

³⁰⁹ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p.82.

queres o saco»; mas eles diziam que tinham dez moios e tinham quinze, não é, a gente não viu medir.... Tomávamos uma empreitada e depois tínhamos que nos negar, que não éramos capazes, não tirávamos a jorna, fartávamo-nos de trabalhar, era tudo uma exploração, pronto. Eram os proprietários, por intermédio dos feitores, que os feitores é que enrolavam a gente mais. Os seareiros pagavam sempre mais, muito embora o trabalhinho fosse assim mais explorado, a gente precisávamos era de ganhar dinheiro e não nos importávamos de trabalhar mais se fôssemos mais bem pagos, e então era assim.”
(Isidro Fino Henriques)

No Couço, a forma de subsistir no plano imediato lesando os patrões que se recusavam a fornecer adequadas condições de trabalho, tem um substantivo que a designa: o *burneco*.

“Evidentemente com 14 anos eu já não tinha idade de guardar as ovelhas com o meu pai, tinha fúria de viver, tinha fúria de lutar. Saí, fui labutar para os campos, fui trabalhar. Mas se já era mau para quem tinha... chefes de família sem emprego, nestas idades, entre o 14, 15 anos, até aos 20, havia ainda a discriminação da diferença: «Então agora não pode ganhar como os homens, mas não pode ganhar como as mulheres». Havia desemprego e eu e rapazes da minha idade pegávamos numa saca e íamos ao burneco, às pinhas, íamos a não sei quê e se não éramos perseguidos pela guarda florestal da própria propriedade, era pela GNR à entrada da vila, para vender uma saquinha de burneco que na altura, se calhar, valia 7 ou 8 escudos. Isto indignava de certa maneira, não era só pela falta do dinheiro. (Diamantino Ramalho)

A expressão, que designa igualmente o excremento, aquilo que parece já não ter utilidade, o que se destacou no decurso de um processo de produção e pode ser algo de rebusco ou colecta residual, tomava um sentido mais vasto, ampliando esses restos e conferindo um carácter ao rebusco que torna fluida a fronteira entre este e o furto. O termo associa-se com mais frequência à colecta dos pedaços de cortiça³¹⁰.

³¹⁰Desta recolha mostra ressentimento o proprietário Alberto Garcia, *ob. cit.*, p. 33: “As casas compradoras abriam depósitos nas povoações, a fim de receberem os bocados de cortiça virgem e até amadia encontrados numa procura intensa através dos montados. A classe trabalhadora saía em bandos, os filhitos capazes de caminhar seguiam os pais e juntavam os bocados; bocadinhos primeiro esquecidos e enterrados, durante muitos anos considerados desaproveitáveis, com os quais enchiam os sacos trazidos para os depósitos, de todas as maneiras e feitios.(...) Metade das famílias de trabalhadores andavam nesta faina de procurar pedaços desaproveitados. O terreno era percorrido constantemente, remexido após as tiradas, apesar dos desperdícios actualmente serem aproveitados o melhor possível pelos proprietários, os quais logo no início das tiradas começam a recolher.” Opõe Alberto Garcia à situação que descreve, os tempos antigos em que os capatazes se empenhavam em que o trabalho saísse apurado: “Actualmente está o apuro transformado no muito serviço feito de qualquer maneira e com o pessoal que se apresenta, bom ou ruim; até as crianças, de 9 a 10 anos, que juntam o mato atrás do

“A gente, a nossa vida aqui...nesta zona, defendia-se a vida de qualquer maneira. Eu fui logo criado de um princípio, e ela também foi criada logo assim. A minha mulher, durante a criação dela, ela chegou a ir buscar uma saca de cortiça à cabeça dez quilómetros desviados para vir vender aqui ao porto (chama-lhe a gente um porto de cortiça)... Foi criada disso porque dantes havia muito disso (agora já não há, mas na criação da minha mulher e da minha)... A idade dela, praticamente, eu sou dois anos mais velho... E a gente defendia de qualquer maneira a vida, porque havia muita crise de trabalho, principalmente. Aqui, nesses tempos, não havia maquinismos para os homens, cavava-se muita terra para arroz desde Coruche até Mora. Estas várzeas era tudo cavado a enxada por um rancho de homens, uns daqui e outros doutros lados. Então, iam para os donos na parte do Inverno e até à sementeira do arroz, e chegou-se até a anos em que ceifava-se o arroz e começava-se logo a cavar a terra para ficar adiantado. Depois era já só uma picadelazinha, não é. Então, era o seguinte: as mulheres, quando não tinham trabalho, pegavam numa saquinha e iam aí para os chaparraís, para os sobreiros (aqui chamam-se chaparraís, mas de qualquer das maneiras tem qualquer dos nomes), e andavam, de chaparro em chaparro a apanhar um bocadinho de cortiça para vir vender para ganhar para o pão³¹¹. A minha mulher fez muito disso, a minha mulher e outras. É que havia cortes (a esgalhar, a desbastar a rama por cima) e havia as tiradas a tirar o pé e ó depois saltam sempre alguns bocados que ficam. Era isso que as mulheres faziam, pegavam numa saquinha e iam daqui a dez quilómetros e vem. Podiam fazer quando os guardas não pareciam, porque era uma inquisição que quase todas as propriedades tinham um guarda a cavalo que tinham a pouca-vergonha que coisas que não serviam para nada, que os donos não apanhavam, e chegavam a fazer despejá-las, vá e a outras: «Vais levá-las ao monte». Mas eles nem sempre apareciam, não é, e as pessoas muitas vezes escapavam. Quanto a mim, também fui a estas coisas: até certa altura, era um burrico, punha-se-lhe uma saca de cada lado (chamava-se-lhe uma albarda) e às vezes no meio, e lá vem o burro a trabalhar com ela... E ia-se buscar umas pinhas, subia-se uns pinheiros, derrubavam-se umas pinhas, de qualquer maneira se fazia dinheiro. Pouco, mas de qualquer maneira se fazia... Se o guarda aparecesse fazia-as largar, e às vezes, fazia-as pagar.” (António Dimas)

rancho, vão cobrindo os viveiros de moitas pequenas, verdadeiros alfobres, escapados com as pressas, num desejo de acabar antes do meio dia - e com os 3\$00 ganhos. O trabalho desmoralizou-se completamente, os antigos costumes perderam-se, como hemos de demonstrar no decorrer destas páginas quando tratarmos da população.” Alberto Garcia, *ob. cit.*, p.32.

³¹¹ É frequente que as mulheres que saem de casa para se deslocarem a qualquer local da freguesia, ainda que sem o propósito de fazer compras, levam consigo um saco. No retorno, raramente vem vazio. A lenha, os legumes, alguns frutos apanhados pelo caminho são, assim, transportados pela casa.

“Eu fiz onze anos no tal monte e a minha mãe ia para muito longe à verga³¹², e depois escolhem a verga com um cordãozinho e depois ripá-la para cestos. Eu ficava no monte com os meus dois irmãos.” (Maria Rosa Viseu)

Quase até à década de 40 os pinhais eram *res nullius*. Assim, cada um podia apanhar as pinhas que desejasse. A tarefa de recolha é arriscada: os homens magoam-se a subir aos pinheiros, sempre em risco de cair; as mulheres apanham as pinhas, descascabulham, partem, torram. O pavimento das ruas estava marcado por esta actividade; nas que não se encontravam calcetadas, a casca do pinhão constituía uma cobertura que assinalava a actividade.

“Eu quase que me nasceram os dentes as partir pinhões. O meu pai começou a tratar disso logo que, pronto, casou e ó de pois naquele tempo rendia pouco mas não era assim proibido, apanhava-se pinhas em qualquer sítio, nem todas as pessoas se governavam daquilo e o meu pai sempre me lembra... Era livre, dantes apanhava-se pinha assim...Ó depois mais tarde é que começaram já alguns para as terem em poder deles a chegar ao pé do patrão ou do feitor: «Olhe, eu dou-lhe tanto pelas pinhas, para elas serem minhas» Davam-lhes três ou quatro quilos de pinhão torrado, ou uma coisa assim. Ó depois já os outros não podiam lá ir, se lá os vissem, estorvavam-lhes. E então o meu pai começou logo...lembro-me, quando eu nasci, já o meu pai tratava daquilo e ainda me lembro uma vez, fizeram o serão e eu estava ao canto a bater com uma pedrita, e o meu pai no fim disse: «Eh, Isidro, partiste quatro pinhões hoje!» Nunca mais me esqueceu isto, era pequenito, tinha quatro anos. [risos] Ainda ali tenho uma pedra que eu achei em pequenino, foi sempre a pedra que eu usei para partir pinhões...ainda aí está. Parti muito, muito pinhão.” (Isidro Fino Henriques)

Tal como notava Alberto Garcia nos anos 40, ainda na actualidade, ao circular nos meses de Outono e Inverno pelas ruas do Couço se ouve de forma constante o pequeno martelo a partir pinhão em muitas das casas. A exploração para rendimento faz-se a partir da década de 30 e, aquilo que fora um recurso dos pobres converte-se numa indústria e comércio:

“As encomendas começam a chegar feitas pelos confeiteiros através dos comerciantes locais. Estes incitam os trabalhadores, rápidos a ver na sua nova actividade a garantia do seu sustento nas crises de trabalho dadas nos meses de Setembro até meados de Abril. A jorna estava garantida e certa, ainda acrescida com a vantagem de ser

³¹² No artesanato salienta-se a cestaria de verga, hoje quase inteiramente feita por ciganos. Também antes esta indústria fora residual, cabendo aos desocupados: mulheres, crianças, raparigas, velhos, através de hastes de salgueiro colhidas enquanto os rios da região tiveram grande bosques, de Março a Setembro.

trabalho distribuído pela família toda. Requer-se apenas habilidade para partir um pinhão. Foi assim envolvida em árdua luta uma população inteira e cuja actividade cresce de ano para ano, sempre rendosa.”³¹³

Entre os arguidos nos vários processos instaurados pela PIDE, é frequente que aqueles com menores responsabilidades políticas tenham cadastro criminal anterior por furto, principalmente de cortiça. A continuidade entre o rebusco, consuetudinariamente consentido e o furto permitia estratégias de escape nem sempre sucedidas. O confronto entre o significado destas atitudes dos trabalhadores para os membros do seu grupo e para os proprietários é evidenciado no queixume de Alberto Garcia:

“Criou-se a moral na região: «Levar erva e lenha não é roubar. O burrinho não há-de morrer de fome e a gente para se aquecer não havemos de queimar as pernas.»”³¹⁴

Só em épocas de franca penúria um trabalhador pediria que o contratassem. A praça de jorna, em que era um entre outros, constituía um local onde se mostrava disponível mas tinha possibilidade de negociar, ostentada pelo facto de estar entre outros iguais, o que lhe transmitia uma força que não detinha se solicitasse trabalho, individualmente, ao patrão. O conflito de classes conhece na praça de jorna um lugar de eleição: ali torna-se evidente que uns dão e outros procuram trabalho, numa relação que não é intercambiável. Todavia, mesmo os que se encontram na posição mais dependente insistem em não ser *apoucados*: a distância irreduzível entre os elementos da classe dos proprietários e os assalariados são enfaticamente mantidas, e mesmo a distanciação em relação à *molhadura* como forma de selar o contrato de trabalho constitui uma afirmação da consciência política. Esta consciência não visa mitigar a distância social, mas bem pelo contrário a afirmação autónoma de uma cultura alternativa de resistência.

Pedir para matar o corpo, expressão usada para reiterar o carácter de imposição e dureza do trabalho, é equivalente a pedir trabalho, e reflecte a mortificação associada às tarefas árduas levadas a cabo.

Os trabalhadores eventuais viviam essencialmente na povoação, e estavam sujeitos à praça de jornas, enquanto que os *justos* residiam nos montes. Este ajustamento era feito ao ano e em 1958, um carreiro receberia “*a soldada de cento e vinte escudos por semana, casa, horta e a parrelha de mulas à ordem para trabalhar para si aos domingos*”³¹⁵. Os justos constituíam a

³¹³ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, pp. 281-281.

³¹⁴ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 113.

³¹⁵ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 1127/58*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vs. fl. 130. Através das condições de que disfrutava, um dos detidos de 1958 justifica a não participação na greve.

coluna central das herdades, e eram contratados verbalmente. Trabalhavam por um salário mais baixo do que os contratados diariamente, mas tinham emprego garantido que os arredava do limiar da fome. Cultivavam sempre uma pequena horta, criavam aves de capoeira e ocasionalmente um porco, em espaços cedidos geralmente pelo proprietário, que lhes fornecia igualmente, como compensação do salário baixo, um conjunto de bens alimentares. Manter-se ou não, de uns anos para os outros, como *justo* dependia do comportamento adoptado, o que lhes cerceava as atitudes e desviava de veleidades no que concerne à acção colectiva, isolando-os dos restantes trabalhadores.

Toda a vida do *justo* era controlada, e a sua relação para com a igreja constituía um bom indicador da fidelidade ao patrão: uma falta à missa dominical, um filho cujo baptismo se atrasava, ou que escapava ao controlo religioso, davam aos proprietários, geralmente através da mediação dos feitores, a imagem de desvio. De facto, como em Fuenmayor, os sacramentos no Couço eram mais que exercícios espirituais, constituindo uma fonte de benefícios e de direitos que, de outra maneira, não se lograriam³¹⁶. A espada de Dâmocles pendente podia causar estragos, todos os anos, no fim de Setembro, crescendo a tensão no seio das famílias dos *justos* até ao renovar do contrato. Por vezes, para evitar que os justos debandassem antes do período árduo das colheitas, o proprietário podia dar-lhes pequenos troços de terra para que este explorasse de parceria. Assim, suavizando-os com um pedaço de terreno, garantia que, a haver greves na altura das ceifas, estes não participariam nelas, para não perder o que tinham cultivado. O servilismo em relação a outra classe e a falta de unidade com os restantes trabalhadores eram apontados pelos mais conscientes como sendo uma característica dos *justos*, que frequentemente integravam os “amarelos”, ou seja os que não participavam nas formas de luta de classe decididas. Sempre dificilmente mobilizáveis, os *justos* ou criados de lavoura não aderem pela sua situação de dependência, às greves locais. Nas declarações prestadas à PIDE após a greve de 1958, um capataz afirma, ácerca das trabalhadoras de um rancho que: “*Só conseguiu que continuassem trabalhando as que viviam dentro das propriedades do próprio patrão, tendo-se as outras declarado em greve.*”³¹⁷

Para os *justos*, ou criados, categoria de trabalhadores permanentes que é impossível de contabilizar, ainda que constitua uma pequena percentagem do total da força de trabalho, bem como para os rendeiros e meeiros, o ano iniciava-se no S. Miguel, a 29 de Setembro. Destas migrações anuais, associadas ao final do mês de Setembro, fala a vida de vários entrevistados:

“Nasci ali daquele lado da Ribeira. Santa Justa. Num monte. Cadoiços. Depois dali fui para o Porto Velho, e dali fui para a Vinha. E dali é que vim para o Monte Couço. Do

³¹⁶ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 141.

³¹⁷ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 751/58*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fº 57.

Monte Couço fomos para a ponta de baixo dos Foros, dos Foros fomos para a Açorda. Na Açorda casei. Vim viver para a Barroca que lá era só para os justos, só para os criados. É como as abelhas: os enxames novos têm de desalvorar, não têm casa.”
(Joaquim Claudino)

O ajuste semanal de trabalhadores pelo manajeiro na praça de jorna é celebrado com uma *molhadura* de 4 decilitros de vinho bebida nas tabernas locais. Ao domingo, depois da manhã passada nas hortas nas hortas cultivadas pela família, os indivíduos de ambos os sexos que não fossem *criados* ou *justos*, dirigiam-se à aldeia para *arranjar patrão*. Vestiam fatos domingueiros, e dispunham-se agrupados por sexo nas ruas da aldeia. Na praça de jorna, a circulação do emprego era paralela à da palavra, e estava-lhe associada a convivialidade de classe e o conflito com os representantes das autoridades:

“Porque nós, claro, arranjávamos patrão à segunda-feira...os patrões é que falavam à gente. Era à segunda-feira e era ali todo o dia...às vezes ia-se fazer um bocadito à tarde, outras vezes nem se lá ia...preparava-se na terça-feira. E então eles chegavam ali ao Verão, quando eles tinham mais trabalho...os latifundiários tinham mais trabalho e pensavam: "Temos que lá ir mas temos se ver se os trazemos baratos". E então o que é que eles faziam? Quer dizer, bem como o Teixeira de Coruche e outros mais... Faziam o seguinte: mandavam um empregado com o tractor e o reboque a levar os trabalhadores e punham uma tabela até ao meio dia. Toda a gente, tinham que arranjar patrão; os que não arranjassem patrão até ao meio dia...para forçar a gente a ir por quanto eles queriam... E às vezes, quando era à segunda-feira aparecia aí uma força da GNR, com o tenente... E depois faziam o seguinte: entravam nos cafés e punham as pessoas na rua, os trabalhadores, não os queriam lá, que era para eles...para os forçarem, para nos forçarem a nós a irmos pelo preço que eles queriam pagar. Até que sucedeu uma vez...havia ali um café, estava lá um rapaz até...alegre, já tinha uns copos, e a cantar, etc, etc. Pronto. Chega ali um praça, vá "Caluda! Vá lá para fora! O senhor Teixeira tem ali o reboque, se não têm trabalho, ele dá-lhe trabalho" (a pagar por aquilo que ele queria). Os rapazes disseram: "Mas não não estamos a fazer mal, nós estamos aqui divertidos, não estamos a provocar ninguém." "Vá, vá". Pega nele para o prender, estava ali o jipe, vá para o jipe. O outro irmão veio (eram dois irmãos), vieram e esse que ia para empurrar para dentro do jipe fez finca-pé e filou-se a ele, ao guarda. Vem de lá o outro guarda, o outro irmão pega-se a ele, numa luta (que eu por acaso até vi) vá de murro, vá de bofetada nos guardas. Até que houve lá um (foi uma coisa que eu gostei muito de ver) foi um que desembainhou o sabre e o outro lá de trás deitou um murro no braço do sabre, e sacudi-o para longe. E quando o gajo apitou eles largaram-se a fugir. Fugiram os dois, largaram-se a fugir...Eram os Lobos, a gente chamava-lhes os Lobos, pronto. Abalaram, andaram por lá

muitos anos, mais tarde vieram, já tinha passado. Mas se os apanham naquela altura já se sabia...” (Isidro Fino Henriques)

No dia da praça de jorna, as raparigas passeavam de braço dado ao longo da rua do Comércio, ocasionalmente comprando tremoços ou pinhão nas tabernas, onde entravam e saíam. Podiam ser acompanhadas pelos *namoros* das que eventualmente já tivessem noivo, ou pelos rapazes interessados em alguma das raparigas. Nas mercearias permaneciam algum tempo, fazendo as casadas as compras do *mantimento* da semana. Em cada manhã, as mulheres dos ranchos chamavam-se entre si quando se deslocavam para o trabalho. O desemprego de um dos membros de um casal podia levar a ajustamentos da vida diária, nem sempre configurados dentro das mais comuns construções de género:

“Trabalho, às vezes não apanhava. Às vezes, apanhava a mulher e não apanhava eu. A mulher andava a mondar arroz e eu não tinha trabalho. Pegava na cachopinha na bicicleta a pedais, punha-a dentro de um mocho e ia com a menina lá para a mãe lhe dar mama lá, à hora.” (Joaquim Patrício Isidro)

Os trabalhadores eventuais, geralmente a viver na aldeia, não se caracterizavam pela segurança ou pela lealdade face a um patrão: “*vendo um patrão por dez tostões*”, afirma Jerónimo Bom na sua história de vida, reportando-se à falta de valor atribuído ao contrato verbal efectuado na praça de jorna³¹⁸.

Dentro do grupo daqueles que se sujeitavam a uma mercado de trabalho incerto ao longo do ano, podem distinguir-se ainda os que eram contratados para toda uma estação, daqueles que, pelas características das tarefas que levavam a cabo, eram contratados só por alguns dias, por vezes para atihar os outros, que tendiam a ser mais lentos no trabalho. Numa situação em que a contratação fosse feita por um nível abaixo do exigido, sem no entanto se encontrar abaixo dos mínimos, a retaliação por parte dos trabalhadores tinha tanto de oculta como de implacável: *trabalha-se como se ganha*. Eventualmente, nos períodos de escassez de emprego, os assalariados poderiam deslocar-se para outros locais, retornando a casa no fim da estação ou periodicamente para mudar de roupa. Esta forma era designada *andar de mantimento aviado*.

O contrato de trabalho assumiu ao longo do tempo formas diversas, nomeadamente em termos de duração diária. O regime *de sol a sol*, com paragens para as *fumaças*, para as

³¹⁸ Sobre a não manutenção da palavra na praça de jorna, de que resulta suspeição, hostilidade e oportunismo, v. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 93.

refeições e para a sesta, viria a ser substituído pelo de 8 horas de trabalho diário. A contratação à *tarefa*, uma variante do regime *de empreitada*, desligava do tempo de duração o trabalho a desempenhar, associando-o a uma qualidade de tarefa e não à quantidade de tempo gasta na sua execução. O regime de empreitada, através do qual um grupo de trabalhadores se encarregava de levar a cabo uma determinada tarefa sem que fosse fixado o tempo para a realizar, ainda que do especial agrado dos proprietários e feitores, era, todavia, arredado nas tarefas que requeriam grande cuidado, duvidando nesse caso do cabal cumprimento da tarefa por parte dos trabalhadores, escudados numa forma de resistência incontrolável. Por embaratecer a mão-de-obra, dilatar o horário e suscitar a emulação entre trabalhadores, começou a ser combatido com certo vigor durante a década de 40. As comissões de praça de jorna procuravam mobilizar os trabalhadores no sentido de não aceder a trabalhar no referido regime. Se os resultados iam sendo progressivamente positivos dentro da terra, devido ao poder da rede social, quer como divulgadora quer como coerciva, já os trabalhadores migrantes do minifúndio pelo regime de contratação que lhes era imposto, trabalhavam recorrentemente segundo esta prática. Também na década de 40 começam a surgir comissões de rancho, com duas finalidades principais: obrigar o contratador a cumprir o contrato e disciplinar os trabalhadores para que não respondessem a despiques. As formas de desafio, particularmente incentivadas por aqueles em que os proprietários delegavam o processo de produção, em desincentivadas por estas comissões de rancho por serem particularmente lesivas.

Os *trabalhadores conscientes*, isto é, os que discutiam estes assuntos, com base nas leituras que faziam ou ouviam de outros, opunham-se à forma do trabalho de empreitada, ainda que aqueles que pretendiam ganhar mais dinheiro em menos tempo, para poderem partir para outro patrão, tarefa, ou lugar - caso dos *ratinhos* - aceitassem este regime como uma oportunidade. Esta forma, que exigia um ritmo exaustivo e requeria menos trabalhadores era largamente combatida³¹⁹.

O trabalho agrícola requeria, nos anos a que nos reportamos, um vasto conhecimento e perícia, resultante de uma memória profissional a que não é eventualmente alheia a passagem no seio da família, e que dá particular acuidade ao *mestre* na sua relação com o *novel*. A extracção da cortiça, desde o início de Junho a Agosto, tarefa masculina por excelência, constituía uma tarefa agrícola que exigia especialização, começando o *novel* por aprender com um tirador experimentado até atingir ele próprio essa condição.

³¹⁹ Jerome Mintz, *The anarchists of Casas Viejas*, Chicago, University of Chicago Press, 1982, p. 51 refere idêntica atitude em Casas Viejas, na Andaluzia, por parte dos “obrerros conscientes”, referindo igualmente que esta forma voltava os trabalhadores uns contra os outros, já que os patrões só escolhiam os mais novos, fortes e rápidos. Do ponto de vista dos proprietários, aponta Mintz, era o melhor método, pois economizavam salários, comida e tempo, enquanto que para os trabalhadores, devido ao cansaço e à má alimentação, o trabalho de empreitada era fonte de doenças, nomeadamente febre terçã.

“A gente vai tirar a cortiça, é claro que são sempre dois homens. A gente diz: «Olha faz assim, faz assado, não carregues muito que cortas a árvore». Portanto, aquilo tem que se pôr a machada logo de certa maneira para não entrar na árvore, senão castiga logo a árvore, tem que ser ali a machadada entre a cortiça e o entrecasco. Mas de vez em quando vai lá, ninguém é capaz de fazer aquilo sem lá ir ao entrecasco, de vez em quando está a levar, pronto. O novel começa logo a fazer, porque o trabalho teórico é bom, mas tem que ser o prático a acompanhar. Eles começam logo a fazer. É claro que a gente aí aos primeiros dias...eles não sobem para ver como a gente sobe, e coiso, e depois começam a subir nas pernas, começamos-lhes a dizer como é que é e pronto. Há novéis que ao fim de três ou quatro semanas estão quase mestres, e há outros mais atrasados.” (Isidro Fino Henriques)

Na edificação do género masculino, o trabalhador da cortiça constituía um pico de masculinidade, marcada ostensivamente nas mãos. Nos bailes do Couço, quando as raparigas envergavam as suas melhores roupas, devia ser sempre por elas fornecido um lenço ao dançador que as acompanhasse, para ser interposto nas suas mãos, impedindo que o suor que delas brotasse, manchasse com a *tinta* do sobreiro as blusas claras dos dias de festa.

“Eu adorava ver o meu pai tirar cortiça, que é lindo. Se há pessoas que apreciam sou eu. Pois se as árvores estão cheias de lenha e depois ficavam ali tão direitinhas...Eu gosto de ver um homem em cima de uma árvore. É ter habilidade, não é? Este Isidro...fica ali a árvore toda redondinha, tira-lhe a lenha que não presta. Tirar a cortiça é bonito, é muito bonito.” (Maria Rosa Viseu)

Um homem, no sentido completo da construção do género reconhecida pelas raparigas de extracção rural, é alguém que sabe tirar cortiça. Tem de ser hábil, bom trepador, equilibrista, ter mão firme nos golpes, ser bom conhecedor da espessura da cortiça que lhe evite golpes arboricidas, e destro a alavancar. Tarefa bem paga, comparativamente às outras do ciclo agrário, o momento da sua execução era aproveitado para desencadear lutas ofensivas. As tiradas não podem ser adiadas, o que pressionava os proprietários, forçando-os a ceder às reivindicações dos assalariados. Mais, os tiradores especializados estão circunscritos a uma zona do país, o sul, havendo povoações de reputação fixada³²⁰ na competência para desenvolver esta tarefa.

³²⁰ Esta é a explicação para uma “Carta aos leitores” de *O Camponês*, Ano XIII, nº 75, Abril de 1960, com um apelo “Aos tiradores de cortiça”: “Aos ribatejanos, alentejanos, pegachos e algarvios: eis a grande jornada que temos na nossa frente. Todos sabemos que os grandes proprietários da cortiça não encontraram ainda máquinas para a extrair, somos nós com os nossos machados que a extraímos trepando aos sobreiros sempre em risco de cair ou cortarmo-nos nas ferramentas afiadas e sempre com

Depois da exploração da cortiça³²¹ ter passado por uma crise acentuada logo a seguir à segunda Guerra Mundial, volta a tornar-se rentável desde o início da década de 50³²². Esta “*árvore magnificente, transformadora de uma região (que por ela foi completamente modificada), sob todos os aspectos, em pouco mais de sessenta anos.*”³²³, é de valorização recente, atribuída na região a algarvios que, em meados do século XIX terão constituído os primeiros compradores³²⁴. Nos finais da década de 50, quando a maquinaria começa a ser introduzida em quantidade nos campos do sul, reduzindo as necessidades de mão-de-obra, o momento da tirada da cortiça, sempre feita manualmente com o auxílio de um machado, tinha de ser aproveitado para conseguir melhores salários; mais, atendendo a que poucas eram as povoações em que as técnicas de extracção eram sabiamente dominadas, não havia a recear a contratação de ranchos de “barrões” ou “galegos”³²⁵, provenientes do minifúndio que dispostos a aceitar baixos salários e más condições de trabalho (empreitadas, horários extensos), alojamento (em barracões insalubres) e alimentação, disputassem o emprego.

salários que não chegam para matar a fome nos nossos lares. (...) Só os trabalhadores da área dos sobreiros sabem tirar cortiça, por isso os proprietários nunca poderão ir buscar ranchos de fora e também não podem deixar para outro ano porque a lei não o permite. Como a cortiça só dá para se extrair do princípio de Junho a meados de Agosto, se nos soubermos unir arrancaremos ao patronato um salário como nunca ganhámos.”

³²¹ Sobre a importância da cortiça, mostrada num registo literário, atentar na quadra de Américo Durão, poeta nascido no Couço em 1896: “*Sobreiros de copada frente/Na planície e na serra/Vós sois a vida do monte/E os santos da Minha terra...*” in *Penumbras*, Leiria, Ed. por Silva Carvalho, s/d., p.73.

³²² Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 364. De notar que no Couço as dificuldades de escoamento nos anos da guerra foram superadas por proprietários vistos como arrivistas, Barreira e Irmãos, que encetaram exportações alegadamente para a URSS, o que, atendendo ao carácter de terra prometida de que a União Soviética se revestia, conferia aos referidos proprietários um estatuto distinto, que, ainda que não aligeirando as contradições entre classes, mitigava de certa forma o eclodir de conflitos.

³²³ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, edições Gama, 1948, p. 26.

³²⁴ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, edições Gama, 1948, ” *Do Algarve saíam com réguas de machos apetrechados para as tiradas feitas nos meses de Junho e Julho. Dormiam sob os arvoredos, aí escolhiam os queimadores perto de água a fim de prepararem os fardos com 4 a 5 arrobas, os quais, em grupos de dois, punham ao dorso dos machos - a carga -, levados até ao Algarve, donde por sua vez seguiam primeiro para a Catalunha e depois para a Inglaterra. Ainda hoje se consevam como unidade de peso e medida os mesmo fardos e cargas.(...) Foi preciso que o negócio da cortiça se generalizasse, aumentasse, o que se deu há 40/50 anos, para se tomar como unidade de arropa e esta fosse pesada com balanças e não a olho como acontecia. (...) De 1860 por diante começaram a aparecer nos montados, juntos com os algarvios, os ingleses, como o seu espírito prático, o seu ouro, a tratar directamente com os proprietários, que sem educação comercial, analfabetos, entregavam-lhes as cortiças por meio de contratos de arrendamento cuja duração ia por vezes de 20 a 30, até 99 anos. Mas os mais usuais abrangiam uma só tirada -10 anos. Nesta altura, se algarvios e ingleses tivessem visto a situação dos proprietários e não fossem quase exclusivamente negociantes, seriam hoje senhores e possuidores de todos os montados corticeiros do Ribatejo e Alentejo. (...) ainda hoje se encontram várias propriedades pertencentes a ingleses e algarvios.”(ob. cit., p. 27)*

³²⁵ Se a leitura de manifestos que apelavam ao aproveitamento do período da tirada da cortiça para proceder a lutas ofensivas que não teriam a recear a não adesão dos trabalhadores provindos do minifúndio e em migração sazonal, já Alberto Garcia, *ob. cit.*, p. 31 dá outras nuances à utilização do trabalho dos ranchos da Beira, provindos de Santa Comba, Carregal do Sal, Mangualde para o arranque das espécies concorrentes do sobreiro, quando o sistema de queimada foi substituído, referindo que os homens vindos de fora para este trabalho ficavam mais baratos.

No que concerne ao arroz, cuja importância na freguesia cresce em meados da segunda década deste século³²⁶, ainda que não apeie a produção de cortiça do lugar cimeiro na geração de riqueza, o seu trabalho é árduo, principalmente quando à dureza da tarefa se junta uma forma contratual por empreitada:

“Quando era em Junho, o arroz já estava assim [exemplifica] e a erva a tapá-lo, e a gente é que ia tirar aquela erva toda. Era aí que era o sofrimento importante, e era quando na praça se pedia mais dinheiro. Mas depois pagávamos bem pago! Porque depois era o trabalho violento, que mais eles se amanhavam, que exploravam, que castigavam mais a gente. Era nas mondas. E porquê? Ferrávamos (ferrar é começar a trabalhar) ao nascer do sol, começávamos a trabalhar com as duas mãos - porque quando é a mondar de jorna, sempre se punha um braço num joelho e as costas descansavam um pouco, e a mão direita mondava a erva.” (Maria Rosa Viseu)

O ciclo do arroz é iniciado em Fevereiro com a sementeira. As ervas que cresciam obrigavam à contratação de ranchos de mulheres para a *pica da lêva*, antes da monda.

“O trabalho do arroz começávamos em Fevereiro. Dantes era tudo lavrado com animais, com bois. Depois nós fazíamos os cômoros, as travessas nos canteiros à enxada, as linhas muito compridas que chama a gente as esquadras (fui ouvir uma audiência ao tribunal e chamavam-lhes tabuleiros, muito engraçado! A gente chama-lhe esquadras). Depois havia os homens arroteiros que tinham máquinas a trabalhar à beira do rio a porem água para dentro da terra, para dentro dos canteiros. Quando era nos fins de Março e princípios de Abril, era a rebaixa, que era estarem os canteiros todos cheios de água e nós mulheres (que os homens ia quase tudo para o serviço florestal, esgalhar... mas andavam também lá homens, mas a maioria era mulheres. Chegámos a pontos aqui no Monte Couço de sermos setenta mulheres! Tudo com enxadas na mão!), para o arroz pegar nós tínhamos que enxurdar a água, para a água ficar toda negra, não se via o chão, ficava toda turva. Quando a gente rebaixava um canteiro vinha atrás um homem ou dois, uma mulher ou duas com um balde de arroz e ia dar aos homens que traziam um saco aqui [indica], chamávamos-lhe nós o sementeiro. Depois as mulheres vinham com os baldes das tais linhas e iam dar arroz aos homens. Onde ele se lhes acabasse, despejavam para dentro do sementeiro e eles espalhavam. Isto o trabalho de Abril. Maio, quando era o mês de Maio eram as primeiras mondas. É tirar a erva velha, a grama que ficara da lavoura.” (Maria Rosa Viseu)

Antes da construção da obra hidráulica do Sorraia, a inundação dos campos de arroz era feita através da água do rio, elevada através de motores. Ainda que a debulha fosse feita através

³²⁶ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 101.

de máquina, o trabalho das ceifas era, em parte do período estudado e na maioria das explorações, feito manualmente por mulheres. Até à introdução da maquinaria e das mondas químicas, as cavas e armação dos canteiros do arroz, e o retirar de ervas daninhas tinham um papel absorvente. As últimas mondas eram particularmente concorridas, e aproveitadas para exigir melhor salário³²⁷:

“As mondas, acabava-se tudo nos inícios de Agosto. Quando nós íamos em Agosto mondar, já era só tirar assim as cabecinhas, as espigas das milhãs. já andávamos assim mais coisas, porque o arroz já estava todo espigado, não podíamos andar assim à vontade. Depois só cortávamos assim as espigas das milhãs, e depois, casa! Pior de tudo, a mais daninha é a milhã, porque tem aquela berlota que tem sementinhas, muita sementinha que cai...aquilo aonde cai é uma leira, e depois para arrancar também ganha aquela grande raíz. E era o junquilha. A milhã, era em Agosto e quase sempre menos mulheres, umas quinze, assim mais a passos lentos, com mais cuidado para não tombar o arroz. Já estavam a tirar as águas e ele carregadinho, o arroz caía. Depois, para casa, até aos finais de Agosto. Depois de estarmos três semanas, quinze dias em casa começava as ceifas de arroz, ali quinze escudos a ceifar desde o nascer ao pôr do sol.” (Maria Rosa Viseu)

No Inverno, as *desmoitadas*, arranque do mato com um enxadão, sacrificava particularmente as mulheres e as crianças e adolescentes do sexo masculino. A evolução sazonal do emprego dá-o como máximo no fim da Maio e durante o mês de Junho, e como mínimo nos meses correspondentes ao Inverno. Assim, se as condições de trabalho são particularmente lastimadas ao longo dos relatos recolhidos, o desemprego agrícola sazonal é o tormento mais marcante em termos sociais. Só os trabalhos que correspondem às colheitas e às mondas garantem emprego pleno. Distingue-se ainda entre o desemprego habitual e o de crise, que corresponde a maus anos agrícolas em que se verifique perda da colheita. As indemnizações que eventualmente fossem canalizadas, nessas circunstâncias, para os proprietários, não tinham qualquer efeito sobre os assalariados não contratados.

A introdução de maquinaria no início da década de 60 conduz a um sentido de perda do valor do trabalho, ao libertar os proprietários dos constrangimentos inerentes à contratação anual de indivíduos para as tarefas a levar a cabo. As atitudes dos trabalhadores em relação às máquinas lembram alguma literatura acerca do início da revolução industrial:

“A «má vontade» dos operários rurais perante os melhoramentos que lhes ameaçavam o emprego e o salário iria tornar-se proverbial. Semelhante violência pautou também os primeiros contactos com as máquinas de debulha do latifúndio alentejano. A

³²⁷ Cf. Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 111-112.

relutância perante as máquinas aperfeiçoadas, frequentemente estrangeiras, não foi, por estas épocas, exclusivo dos trabalhadores rurais. Um vento de peculiar nacionalismo percorreu os campos portugueses, acordando também a antipatia dos construtores de alfaia agrícola e de outros espíritos rotineiros mal identificados, cujos sorrisos se alargavam quando o material moderno, introduzido com todo o enlevo pelos lavradores de luva de pelica, se partia ou, de alguma outra forma, se estragava. Não se sabe muito bem de que modo vieram a evoluir estas atitudes, mas a dos trabalhadores foi movente no tempo.”³²⁸

De facto, do combate num contexto à sua apropriação noutra, a relação dos trabalhadores rurais com a tecnologia mostra não ser a máquina que está em causa³²⁹.

O crescendo do desemprego instala-se, fazendo-se acompanhar da miséria consequente, e recolocando a esperança em momentos como o das mondas, porque “*Os agrários ainda não têm máquinas que saibam arrancar a erva sem colher o trigo; por isso, eles têm necessidade de nós, dos nossos braços, para fazerem a limpeza das suas searas.*”³³⁰ Aproveitar em termos ofensivos essa possibilidade é uma necessidade tanto maior quanto “*este ano houve pouca azeitona e que desde as ceifas que terminaram, andamos a sofrer com o desemprego, passando fome e vivendo na maior miséria. Grupos de homens e mulheres, acompanhados por crianças semi-nuas, descalças e famintas, percorrem as ruas das vilas e aldeias, de porta em porta, bem assim como os montes dos agrários, a mendigarem para não morrerem de fome. É uma miséria como não há memória!*”³³¹

Esta situação, que se prolongará, é mitigada pelos processos migratórios, que conduzirão, ao longo da década de 60, ao desaparecimento de picos de agitação no Couço.

A memória associada ao quotidiano e à reprodução de gestos enquadra-se num hábito, de que é ressaltada a primeira vez que uma acção foi realizada (a primeira vez é que importa, escrevia Van Genep), e sua última actualização, e ficando esquecidas todas as vezes em que a

³²⁸ Maria Carlos Radich e Fernando Oliveira Baptista “Percurso da tecnologia agrária”, in Joaquim Pais de Brito *et al.* (coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/ Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996, p.247.

³²⁹ Mostram-no Maria Carlos Radich e Fernando Oliveira Baptista, *ob. cit.*, p. 247-8: “*Em 1956, a luta dos trabalhadores alentejanos pelo emprego esbarrou nas ceifeiras-debulhadoras, que não cederam o passo. A tentativa posterior de fazer coincidir as reivindicações com o tempo das mondas, que tradicionalmente exigiam o concurso de muita mão de obra, esboroou-se contra a monda química. Os trabalhadores pareciam fadados a tropeçarem na maldição da tecnologia, maldição essa que se desfaz, como que por encanto, com a falência do contexto que a supunha. No Alentejo da Reforma Agrária, nem rasto da proverbial má vontade dos trabalhadores pelos melhoramentos agrícolas, mormente as máquinas. Em certos casos, verificou-se mesmo uma acentuada sobremecanização das unidades de produção. As grandes máquinas, o tractor em particular, viram-se revestidas de uma forte dimensão social e cultural. Para além de instrumentos de trabalho, tornaram-se símbolos de um progresso finalmente desejado. Era nos tractores que os trabalhadores percorriam e apropriavam o seu território da Reforma Agrária.*”

³³⁰ *O Camponês*, Ano X, Fevereiro de 1959.

³³¹ *Idem*, *ibidem*.

acção foi repetida. Aprender os gestos de uma profissão é adquirir a propensão para realizá-los. O *trabalho*, centro de uma ética assalariada em torno da qual se edificam identidades e entrecruzamentos, é recorrentemente referido, e está associado ao suor³³². Não é associado à riqueza, ainda que paradoxalmente seja indicado como responsável pela abastança dos proprietários. Frequentemente, nos discursos elaborados, remete para uma quantificação, associada ao tempo utilizado na sua concretização:

“Sempre ouvi pessoas a dizerem mal da profissão. Eu não. Sempre disse: «a minha profissão é muito boa, o governo é que não nos paga». Porque a minha profissão é bonita. A profissão de carpinteiro é uma profissão linda. Está aí um bocado de madeira, a pessoa agarra num bocado de madeira, tosca e faz uma obra de arte. Por exemplo, esta mesa, já tem aqui um bocadinho de trabalho” (José Vicente)

Já o termo *trabalhos*, plural, remete para sofrimentos que se acrescem ao emprego e que eventualmente estão ligados a conjunturas históricas internacionais, cujos reflexos são localmente ressentidos. A fome³³³, o desemprego, as crises no seio da família, integram esta categoria:

“Foi no tempo das guerras, quarenta e dois, quarenta e três, quarenta e quatro, quarenta e cinco. Hoje sei-o eu, eu sei o que passei naqueles anos, mas hoje sei-o eu porquê, naqueles anos não sabia. Porque eu era menina de escola, fui para a escola com sete anos, portanto eu nasci em trinta e cinco. Em quarenta e dois ia para as bichas do pão, a minha mãe não podia lá ir que já estava muito carregada, estava quase na espera da minha irmã. Não se podia meter nas multidões! A bicha do pão começava onde é hoje o jardim do banco Sotto Mayor. A bicha, a três e três e a duas e duas, começava aí. E eu, uma menina com 8 anos, nas férias grandes de Julho e Agosto, era para aquela padaria que fica mesmo em frente do talho. Aquela bicha, tudo formado, e eu ali, para ver se apanhava um bocadinho de pão. A minha mãe metia-me lá.(...) Foram os anos maiores: é que não se apanhava nem azeite (era um golinho)... Uma vez (isto é a realidade, pela saúde dos meus netos e filhos), morava no tal monte do Pinheiro, a minha mãe deu-me vinte e cinco tostões e uma garrafinha, daquelas garrafinhas pretas que levam dois decilitros e mandou-me para a bicha do azeite. Ora com 8 anos, meu Deus, lá vou pelo macadame acima (o macadame velho) e cheguei ali onde é o Largo 1º de Maio e há um aqueduto. Onde vai a via que vai

³³² Cf. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 55.

³³³ Sobre a fome, na sua relação com o desencadear de movimentos sociais, destaca Hobsbawm que a fome inibia e não estimulava os movimentos sociais, ainda que intensificasse a intranquilidade. Eric Hobsbawm, *Primitive Rebels*, 1959 [Trad. brasileira, *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 85]

ali pelas bombas e aquela que passa pelo meio da aldeia. Há ali um aqueduto. Tanto brinquei com a areia, e com a garrafa, eu parti a garrafa e perdi os vinte cinco tostões. Fiquei sem a garrafa, sem o dinheiro e sem o azeite. Vá uma sova!(...) "Maria, tu amanhã tens que ir à aldeia, a mãe não pode ir à bicha do pão" Ora, apanhei um pãozinho, apanhei um pão, e ó depois meto-me noutra bicha para outra padaria, e não apanhei nada. Até que abalei. A fome era tanta, que eu comecei a partir bocadinhos de pão...quando cheguei ao monte do Pinheiro levava metade. A outra comi eu. Ora cheguei lá, sabia o que tinha feito, pus o taleguinho em cima de um banco e vim assim para a barreira, que o monte fica num alto e depois passa o macadame assim em baixo. O monte fica assim num cabeço, faz uma barreirinha, e estavam lá duas oliveiras (ainda estão os restos das oliveiras), e lá me assentei eu debaixo de uma oliveirazinha, com medo. A minha mãe chegou, e eu sabia que tinha que ir para casa. A minha mãe chamou-me, eu lá fui, vá estalada, vá mais bofetada de eu comer o pão! Eu sei como é que foi isso." (Maria Rosa Viseu)

Nos entrevistados ligados directamente ao trabalho agrícola a iniciação às tarefas era precoce, recorrentemente substituindo a escola. Ir espantar pardais para os arrozais, ocupação ligeira em termos de intensidade, mas que implicava um dia inteiro, podia ser uma das primeiras tarefas remuneradas.

“Logo nos meus sete anos, já comecei também a guardar os pardais, no arroz. Dantes era de grandes arrozais, toda esta várzea era de arroz - agora já não há nada. A gente, logo de pequeninos íamos com uma castanhola guardar os pardais do arroz. Eram 3 tábuas, era uma direita com um coisinho, e tinha mais duas de cada lado. Eram 3 partes, e aquilo quando a gente fazia assim [exemplifica], elas batiam umas nas outras e espantavam os pardais dos arrozais. Só era feito por crianças, e não faço a mínima ideia quanto ganhava a guardar os pardais. Sei que tinha aí os meus sete anos quando comecei a fazer isso. Mas a gente já sabe, com sete anos, olhe, como esta miúda [indica com um gesto a porta por onde assomara a neta minutos antes], sete aninhos, às vezes penso por isso...Recordo-me de uma vez, estava com tanto sono, e deitei-me debaixo de um freixo que havia no meio da várzea, dentro do arrozal, cá mais em cima de uma linha. E pronto, eu deitei-me ali e adormeci. Só acordei quando o feitor lá apareceu. Se calhar, deixou de ouvir a taramela, e eu a bradar, e apareceu lá, estava eu a dormir. Embanou-me, foi quando eu acordei:«Então, estás a dormir?! Está aqui tudo cheio de pardais! Para a semana já não vens!». Depois, havia aquela concorrência, toda a gente precisava de mais alguma coisinha, por pouco que fosse, de maneira que...” (Narcisa Aleixo)

Mas outras eram as possibilidades :

“Não me lembro de brincar, eu nunca brinquei. Quando vim para este monte aqui, para os Barrões, um tio meu tinha ali uma propriedade (...) apareceu lá a minha tia a pedir à minha mãe se deixava ir para lá um rapazinho guardar as cabras. Está a ver, eu aí já tinha 8 anos e então fui tomar conta de setenta cabras. Eu é que as guardava, é que as ordenhava, eu é que fazia essas coisas. Depois saí de lá e fui juntar cortiça, era tempo de verão.(...) Outras vezes tomava conta de outros rebanhos porque me vinham falar para guardar gado. Umas vezes eram cinco tostões por dia, outra vez eram dez tostões e o caldo. Foi assim. Então, brincadeiras, não me lembro de brincar. Brincava, atrás do gado, arranjava um bocadinho de cortiça em roda do gado, as minhas brincadeiras eram essas. Brincar distraidamente com os outros não tive.” (Manuel Gil Nunes)

“Ele [o marido, Manuel António], com sete anos, foi com aquele guardar porcos, e eu com sete anos fui guardar porcos com o meu pai. Levava um bocadinho de pão de milho e uma sardinhazinha assada que era o nosso almoço. De manhã, a minha mãe levantava-se e fazia uma sopazinha para a gente comer: ou feijão com arroz, ou feijão com couve, ou feijão com batatas ou batatas de molho, como a gente chamava nessa altura. Comíamos aquilo de manhã, ó depois ao meio-dia comíamos uma sardinha e um bocadinho de pão de milho. A correr, todo o dia atrás de um rebanho pequeno. Pois. E andar duas horas de caminho a pé a encalhar nos pinheiros - está o meu marido que diga -ali naquele pinhal onde a gente morava . Passávamos: «Ó pai, onde é que vomecê vai?» - naquela altura era o «vomecê» - e ele coitadinho vinha assim com a mão estendida: «Olha, filha estou aqui». Porque a gente encalhava, era muito escuro e a gente não via nada do caminho. Era mato, e descalços! Outras vezes a chover. Tinha um gabão, chamava-se um gabão, que era parecido com os capotes, e que era do meu irmão, mais velho que eu. Chegava ao pé do rancho de mulheres com que era para ir a trabalhar e envergonhava-me de trazer aquilo e vá, desembrulhava-me. Punha aquilo debaixo do braço e andava assim mesmo, com vergonha de chegar ao pé das mulheres e delas fazerem mangação de mim.” (Maria Adelina)

A marcação num espaço desse momento de primeira incorporação no mundo do trabalho, a memória densa desses momentos iniciais, da primeira jorna, dos primeiros companheiros ou do próprio vestuário envergado na ocasião são evidenciadas no relato de Maria Rosa Viseu:

“Está um portão que diz: "Barreiras", e esse muro, foi mesmo atrás desse muro, que não havia muro, mas havia dois eucaliptos grandes, e foi aí que eu comecei a trabalhar a espalhar estrume em Outubro. Foi em 46, eu tinha onze anos, a ganhar seis escudos. Com um chapeuzinho de palha com uma fita encarnada, parece que estou eu a ver. Mas aquilo, para a minha mãe, seis dias (começávamos à segunda feira, e era até sábado com uma hora de sol - ao sábado só davam uma hora de sol)...E lá ia eu com trinta e seis escudos, a minha mãe toda contente. Depois, andei aí a apanhar mato, a arrancar mato, com as tais mulheres a fazerem por mim. Depois tomámos uma empreitada. Eu e o Joaquim Canejo, que está além na cooperativa de consumo andámos a mais elas, e uma irmã dele. A irmã dele, e eu, e era ali a Antónia Dimas que mora ali em baixo e que é irmã aqui da Maria Vitória, nós andámos a arrancar mato. A terra muito dura, no mês de Janeiro e Dezembro.” (Maria Rosa Viseu)

Aliadas às condições comuns nos grupos subalternizados, as crises na vida pessoal conduziam a um crescendo da miséria, e o ressentimento por não haver cumprido um percurso escolar no tempo habitual percorre vários dos discursos:

“Nasci numa grande miséria, em Santa Justa. Nasci no dia 7 de Agosto de 1936 e no dia 29 de Setembro o meu pai morreu. Nasci com o meu pai já muito doente. Já fui gerado com o meu pai com uma tuberculose. O meu pai morreu com 29 anos, tuberculoso. A minha mãe, dois anos depois, arranjou um outro marido para me castigar com porrada. Dos tais padrastos manhosos. Eu passei uma vida... Fiz-me grande, mas de qualquer maneira passei uma vida sempre um bocado triste. Tenho um irmão mais velho que foi criado em casa dos meus avós, já não foi criado com o meu padrasto. Com grandes lutas, fomes, cangalhadas, comecei de pequenino a partir pinhão, a andar mais as mulheres a arrancar mato, a ganhar vinte e cinco tostões por dia. Oito anos, e andava mais as mulheres. Escola nunca fui, nunca andei na escola. Chorava para ir à escola, mas, pronto, não tinha pai. A minha mãe também, enfim... Mas o meu irmão, que é mais velho, também nunca foi à escola. O meu irmão [Liocínio Isidro Nunes], depois, mais tarde, tirou a terceira classe já em adulto, depois a quarta classe. Depois, estive seis anos preso, desde 1960 a 1966. Esse meu irmão sofreu muito, mesmo muito, e ele de qualquer maneira foi criado depois em casa dos meus avós. Depois na prisão, aprendeu lá muito, e depois em Alhandra ele chegou a dar aulas, ao segundo e ao terceiro ano em francês. Portanto o meu irmão foi uma pessoa que evoluiu muito. (...) Eu tirei a quarta classe já depois do 25 de Abril, mas sei pouco. Ou por motivos de trabalho ou por necessidades da vida, fui obrigado, até por uma questão de contas, cheguei a ter que aprender alguma coisa. Nos anos 60 e 70

cheguei a trazer setenta pessoas por minha conta, no arroz. À partida, eu tinha que me desenrascar com a escrita tod, a com as contas todas. (...) Na prisão também aprendi alguma coisa, treze meses, na Trafaria.” (Joaquim Patrício Isidro)

O desigual acesso à instrução é entendido como uma consequência do sistema de classes. Entende-se que da instrução adviria *cultura*, como conjunto de conhecimentos eruditos, mas ambas estão associadas ao grupo social mais elevado³³⁴.

“Instrução, eu não tenho instrução. Educação sim. Alguma coisinha que eu sei, aprendi sozinho. Fui eu que fui escrevendo, fazendo cópias da cartilha. Da Cartilha de João de Deus, e fazendo cópias de diversos livros, onde havia aquelas letras, fazia e juntava. Eu passo um livro até grande, de muitas páginas, mas não sei ler até por causa das vírgulas e dessas coisas. Não posso dizer que sei ler. Faço as minhas assinaturas, ainda sabia escrever uma carta, mas foi tudo assim neste processo.” (Manuel Gil Nunes)

Paralelamente ao trabalho agrícola, outras eram por vezes as aprendizagens profissionais, eivadas pelas dificuldades inerentes aos quotidianos.

“O meu irmão também deixou a escola, foi logo trabalhar junto com o meu pai. Fez a quarta classe ele, foi embora logo trabalhar. Trabalhávamos muito. Eu lembro-me que a minha mãe ia lavar, eu ia lavar com a minha mãe à ribeira, nós íamos ao rio, que é o rio Sorraia, nessa altura ia com a minha mãe, a lavar numa trapeça mais pequenina (nós chamamos uma trapeça; é com dois pés atrás e só um à frente, e com uma certa inclinação, e põe-se dentro da água do rio, nós pomo-nos dentro de água). Punhamo-nos dentro de água e lavávamos na água corrente. Ia ajudá-la a lavar, começa-se, habitua-se a trabalhar logo de pequenino, porque...A culpa não era dos pais, era da necessidade e do regime em que estávamos que obrigava. As circunstâncias. Havia culpados, mas os culpados não eram os pais, temos que dizer isso, não é?” (Maria Custódia Chibante)

Profissões como a de costureira, a de alfaiate, carpinteiro ou oleiro, exigiam formações específicas, por vezes com carácter complementar, e requerendo frequentemente que o novel ficasse arredado da contribuição em termos imediatos para a economia familiar:

“Andei quatro anos na escola, fiz exame da instrução primária, e ia para a horta do meu pai. Depois aos 12 anos fui aprender alfaiate. Era mesmo miúdo. Mas aquilo foi

³³⁴ Recorrentemente, os militantes comunistas que entrevistava eram enfáticos na importância que davam aos cursos que os filhos haviam tirado, que supriam, numa geração mais recente, a carência sentida pelos pais numa época anterior.

mesmo uma vida penosa, com as dificuldades na aprendizagem. O mestre andava doente, ainda era da minha família. Depois, umas vezes não tinha trabalho, uma vez adoeceu, e eu ia para a horta do meu pai. Depois também comecei a sair para o trabalho do campo, e outras vezes também trabalhava em casa por minha alta recreação. Comecei a fazer umas calças por minha conta. (...) Naquela altura, um aprendiz de alfaiate começava a pôr alinhavos, começávamos a chulear - que era as costuras das calças, que hoje se faz à máquina e dantes era à mão -, depois começa a coser, a dar pontos, depois começa a passar a ferro umas calças. Um aprendiz só faz um casaco, ou um sobretudo, obras de manga, que levam manga, mais tarde. Começam por fazer umas calças que é a obra mais simples de fazer. Um colete também, as pessoas dantes quase sempre usavam um colete, de semana. (...) A moda é uma profissão muito complicada, porque isto tem a ver com estética das pessoas, e até com a comodidade, com as modas, que estão sempre a mudar. (...) Ninguém quer aprender hoje, porque aquilo é difícil e não se pode competir com os preços em larga escala. As pessoas desviam-se e não querem, porque não tem futuro. Havia raparigas que iam aprender, para fugirem ao campo. (...) É uma arte, não é só uma questão de a gente pegar num pedaço de fazenda, começar a cortar umas calças ou um casaco, e começar a cosê-las umas às outras. Um aprendiz levava três anos. Ao fim de uns meses, de uns cinco, seis meses, faz umas calças, depois começa a fazer um colete” (Arménio Marques Gil)

“O meu pai trabalhava de dia e de noite a passar as pessoas [como barqueiro, no rio Sorraia, entre Couço e Santa Justa]. Naquela altura havia cheias enormes, que às vezes às tantas da noite ia tudo para a beira do rio para ver, com receio de haver alguma desgraça. Nós todos lá, com a minha mãe, íamos todos para lá com lanternas. Havia uma pessoa doente, o médico era chamado para ir para lá para o outro lado, e as pessoas: «Não vás, Casanova! Não vás, Casanova! Está uma cheia tão grande, o homem vai viver na mesma». Mas o meu pai nunca deixou de ir. O meu pai foi sempre passar as pessoas que necessitavam, até quando se vinham divertir, e vinham para o cinema nos domingos e dias de festa. O meu pai chegava a casa todo molhado, todo encharcado, despia-se, mudava de roupa e passado um bocadinho, acabava o cinema e lá iam eles chamá-lo. E ele ia sempre de boa vontade.” (Graciete Casanova)

A associação entre as condições de vida e o percurso escolar é frequente nos discursos, que assimilam igualmente essas condições às formas de tratamento de que eram alvo dentro da própria escola:

“Depois recordo-me que viémos para o Engal, nessa altura. Depois, viémos para a escola. Era muito longe: eram 3 quilómetros a pé. Vínhamos a pé para a escola, sempre descalços. Não tínhamos calçado, e isto era muito custoso. Eu recordo-me que quando a gente saía do monte, íamos muitos, porque os montes naquela altura estavam cheios e havia muitas misérias como as minhas, como as dos meus pais. Não era só eu. Eu tenho agora quarenta e sete anos [30.3.1995]. Já haveria pessoas que viviam bem naquela altura, mas a grande maioria vivia mal. A gente vínhamos descalços. Geadas enormes. Quando estava solinho, aproveitávamos aquele bocadinho para virmos a caminhar devagar; se vínhamos à sombra, corríamos para passar por cima daquele gelo, para ver se chegávamos à escola melhor. Depois, chegávamos à escola e muitos dias as professoras já não nos davam grande atenção. Vínhamos lá dos montes, pobrezas muito grandes...”Narcisa Aleixo

O tempo da infância e o percurso escolar associam-se, nos discursos construídos, à dicotomia de classes e à segregação dentro da escola, frequentemente ligada às idiossincrasias de uma professora, e não lhes são alheias as atitudes que ajudam a interpretar o anticlericalismo local:

“Começámos na escola e a escola foi uma luta constante. Eu e a minha irmã mais velha, que era muito inteligente, que estava habilitada para fazer a terceira e a quarta classe, que se fazia exame de terceira classe nessa altura, não a deixaram fazer porque uma filha lá de um lavrador não estva em condições de fazer, e só se a outra fizesse é que a minha irmã podia fazer. Não nos deixavam entrar sem ser baptizadas. Eu saí da escola sem a quarta classe, só fiz a terceira classe, a minha irmã mais nova que eu entrou para a escola já com nove anos, fez a primeira classe, e a segunda em particular porque as professoras eram nossas arrendatárias, viviam no nosso quintal e éramos amicíssimas - ainda hoje somos. Mas na escola quem mandavam eram eles, por isso chamavam a minha mãe para ir lá para discutir com eles, não era com a professora. Eram eles que estavam lá para insistir para sermos baptizados. (...)A minha mãe dizia: «Dentro da escola vem o padre, eles se quiserem aprender, aprendem. Agora fora da escola não vão. Nem Mocidades, nem Legiões, nem missas, nada». A professora do meu irmão, chegou a pegar no meu irmão, a pôr os miúdos em forma, pegou no miúdo pela mão, a chorar. Vieram contar à minha mãe, a minha mãe foi à porta da igreja tirar-lhe o miúdo. Eram discussões enormes, enormes, enormes, que a minha mãe tinha com ela. A minha mãe ia para Santarém contantemente a falar com os inspectores escolares. Eu sei lá as vezes que eles deram, mas não cederam. Morreu lá um padre, que já era padre há muitos anos e como a minha irmã mais velha era a melhor aluna da escola, queriam que no funeral fosse a minha irmã com a bandeira (...) Claro que o meu pai disse logo que não. Olhe, o meu pai andava a assentar um portão que

era lá na nossa entrada. Sabe qual é a minha casa, que é a última lá do fundo, com o portão que o meu pai andava a assentar, e com a espingarda ao lado. E eles a mandarem recados constantemente, a dizer que o prendiam. O meu pai dizia: «O primeiro que vier morre!». O meu pai estava disposto a tudo, mas a minha irmã não foi. Fizeram o funeral já de noite à espera da resposta e o meu pai não cedeu. Foram várias vezes para o prender e o meu pai foi ter com eles e disse: «Se vocês me vierem prender eu mato-os, que eu tenho uma casa de filhos para sustentar, tenho que trabalhar. O primeiro que vier para me prender, eu mato.» (Graciete Casanova)

Uma outra referência quase recorda um episódio relatado por David Gilmore em Fuenmayor, acerca da oposição mantida por um homem, pai de nove crianças, em relação ao baptismo destas. Durante a Guerra Civil de Espanha, Robustinião fora preso num campo de concentração e toda a sua família fora chacinada com o beneplácito do padre local, servindo o massacre para acentuar o seu ateísmo³³⁵.

“Houve um caso ali de um senhor que pelo menos um dos filhos dele não foi à escola porque ela [uma professora particularmente odiada pela sua ligação do regime] obrigava a baptizar-se pela Igreja. Por exemplo, o meu pai cedeu para que eu pudesse ler, mas esse não cedeu.(...) Nós vivemos este ambiente com uma pressão de um lado e o descontentamento por outro. Eu, por exemplo, quase todas as segundas-feiras levava uma sova, porque o meu pai queria que eu fosse semear batatas, e ela queria que eu fosse no domingo à missa. Os trabalhadores, nessa altura, o dia de descanso era o domingo, e era quando podiam fazer alguma coisa.” (Joaquim José Dias)

“Vamos lá começar de pequenino, porque há coisas que eu gosto de contar de pequeno. Eu sempre me considerei uma pessoa tímida, vergonhoso, e gostava muito da escola. Não comia para ir à escola, e fugi à escola. A primeira fuga da escola: eu pedi-lhe para me deixar ir ao arneiro, porque não havia casa de banho na escola. Ficava a duzentos metros. Ao arneiro nós íamos fazer as nossas necessidades. Ela, como não me deixou ir, eu já não consegui chegar lá e as necessidades foram feitas nas calças. Lá despi as cuecas e o raio a sete, e fui para casa. Disse à minha mãe que nunca mais ia à escola, e que gostava que caísse um raio em cima da escola. A minha mãe obrigou-me a ir. Eu cheguei lá à escola e, vá, mais um castigo. No outro dia fugi da escola e no outro dia tornava a ir obrigado à escola, mais uma série de dias a levar pancada do meu pai, e a levar da professora. Uma noite, de que é que eu me lembrei? Vou ficar fora de casa. Fui lá para um canavial, tirei as folhas das canas e deito-me num vale. E não tive medo! Isso é que me admira, hoje, como

³³⁵ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 142.

é que eu não tive medo de nada?! O meu pai foi à minha procura e não me encontrou. De manhã eu apareci, e nunca mais me mandaram à escola. Fui assim castigado: mandaram-me com um cavalo para a horta, e ia sendo espezinhado pelo cavalo, e depois o meu pai já não me mandou. (Arenato Brás)

O tempo infantil está igualmente marcado por uma divisão etária de tarefas que faz incumbir aos irmãos mais velhos o conjunto de cuidados a ter com os mais novos. *Fazer por* um irmão é uma expressão frequente quando se pretende descrever uma prestação desequilibrada pelo carácter distanciado em termos etários³³⁶:

“Depois aí com os meus sete anos, eu fazia isso quando a minha mãe não trabalhava, e que não era preciso ficar com os meus irmãos mais novos. Se ela estava em casa e havia esses trabalhos assim para eu fazer, eu fazia. Se não havia, e se a minha mãe andava a trabalhar, eu tinha de ficar com os meus irmãos mais novos, que é o Gabriel, a Ana Maria e o João - são todos mais novos do que eu. Recordo-me perfeitamente que quando tinha nove anos já ficava com eles os três. A minha mãe ia trabalhar, e eu cozinhava para eles. Fazia-lhes o comer. Naquela altura...Hoje, se calhar, nem aos porcos a gente dá comer tão ruim. O comer que a gente fazia nessa altura era os saramagos (não sei se conhece o saramago). Agora, nesta altura, está muito tenrinho nalguns sítios. Até íamos ao trigo, nas searas do trigo, muitas vezes às escondidas do patrão porque ele não deixava ir dentro das searas do trigo apanhar o saramago. Íamos ao trigo, colhíamos o saramago (eu, quase sempre, levava uma jigazinha, pronto, para trazer o saramago) para cozer com feijão. Outras vezes era a cagarrinha, que é um tojo, que é esfolado, e depois fica o troço. Eu não gostava nada disso. E era a beldroega, que também comíamos muita vez. Pronto, não havia o comer que há hoje, nem havia dinheiro para comprar. E eu fazia o comer para eles todos três, para o João, para a Ana e para o Gabriel, que eram todos muito pequeninos. Todos abaixo de mim, que pequena era eu também. Mas eu, se vinha à aldeia buscar o pão - eu é que vinha buscar o pão quando a minha mãe não tinha, que normalmente comíamos pão de milho, cozia ela lá em casa - e eu chegava lá, se levava daqui um pão mole, chegava lá à minha vizinha (ainda não há muitos meses, quando ela me encontra, muito velhota, me fala disso) e eu levava o pão mole e ela tinha duro, e eu chegava lá e trocava o pão mole pelo pão duro. Ela não queria, ela às vezes: «Se tens pão mole, porque é que te vou dar o duro?» «Porque se eu lhes for agora a dar mole, eles comem-no num instante e eu fico logo sem pão outra vez!». Pronto, a minha preocupação

³³⁶ *Fazer por* um velho significa cuidar dele quando se torna incapaz; *fazer por* alguém no local de trabalho significa prestar ajuda quando aquele que recebe, por alguma razão, se encontra impossibilitado de cabalmente cuidar de si ou do que lhe compete, e também de retribuir.

era que eles não comessem muito, para o pão chegar para os que viessem à noite. Era aquela vida enorme de sacrificio.” (Narcisa Aleixo)

As condições de vida são descritas com um máximo de pormenor, como se aos olhos actuais fosse impossível discernir inteiramente as situações inerentes aos quotidianos passados. No Monte de Vale da Cal,

“As casas não tinham condições. Eram quatro paredes, quatro paredes eram só um quarto. Fizemos um quartito com um amparozinho de chita para a nossa cama, de resto... E lá vivi trinta e cinco anos...não sei como é que eu lá me criei [riso]. E eu, mais, só tinha um filho, mas o meu pai, que juntou seis numas casas iguais? A gente, os filhos, dormíamos cá fora numas cabanas, tapadas de colmo (sabe o que é colmo?), logo assim que deixávamos de ser... aí aos sete, oito anos. Quando éramos mais pequenos dormíamos mesmo em casa, no meio da casa, em cima de uma esteira - chamávamos-lhe esteira, que era uma coisa feita de buínho, tabua - e, pronto, ali ficávamos. As raparigas dormiam num repartimentozinho que o meu pai fez em madeira, um repartimentozinho para as raparigas. Ele e mais a minha mãe dormiam noutra repartimento, e os mais miúdos dormiam no meio da casa em cima da tal esteira, e os maiores iam para a cabana, e pronto. Era assim a vida, era assim a vida. Era uma vida do pior. A alimentação, já se sabe, era sempre ruim, era sempre escassez. Todos os anos matavam um porquinho, sempre, sempre. Era o mimo. E tínhamos outra coisa: o meu pai tinha colmeias, tínhamos aquele mimosinho do mel. E, às vezes era o que ajudava o meu pai a pagar as dívidas. Vinha à loja, não tinha dinheiro e ia acumulando, ia acumulando. Quando chegava a certo tempo devia, naquele tempo era, por exemplo, um conto de reis já era muito dinheiro. Ó depois, vendia o mel, fazia a colheita do mel, vendia o mel e ia liquidar as continhas.” (Isidro Fino Henriques)

Mas as condições do Vale da Cal não se distanciavam das que existiam nos outros montes:

“Eu juntei-me em casa com os meus irmão todos, praticamente. Só a Antónia, que era a mais velha, que eu não me recordo de estar com ela em casa. Portanto, éramos dez pessoas, dez filhos, o pai e a mãe, doze, e a minha avó. Chegámos a ser treze pessoas naquela casa! E aquilo era uma cozinha e dois quartos pequeninos. Era o tamanho das casas que ainda hoje existem lá algumas. Eram dois quartinhos e uma cozinha. Naqueles quartinhos havia uma cama em cada quarto. A gente dormia, uns com os pés para baixo, outros com os pés para cima, para cabermos nas camas. Era assim. E os mais velhos, os meus irmãos mais velhos, no inverno dormiam na cabana. Assim que começavam a ser

maiorzinhos iam dormir para uma cabana. Faziam uma cabana fora onde eles dormiam. E no verão faziam tarimbas em cima das árvores.” (Narcisa Silva Aleixo)

Durante alguns anos, aos rapazes não era reconhecida a condição masculina, desempenhando funções a par das mulheres, distribuindo água e cuidando do lume necessário a cozer ou aquecer os almoços dos trabalhadores. Os discursos sobre a própria existência dão conta de que, ao longo do percurso de vida, os homens podem abandonar o trabalho da terra, seja porque a prisão ou a clandestinidade se interpuseram, seja porque a falta de emprego agrícola tornou excedentária a sua mão de obra, remetendo-se para outros sectores, como a construção civil ou as obras públicas,

3. Um espaço de todos ?

A designação *comunidade latifundiária*³³⁷, sob a qual ficaria recoberta a comunidade rural da zona de latifúndio, não se justificará na zona sul de Portugal, detendo contornos vagamente corporativos. De facto, uma comunidade rural constitui uma articulação de um conjunto de esferas, do económico ao político, passando pelo simbólico e pelo social. Sobre o plano da comunidade erguem-se, nas zonas camponesas, estratégias individuais que permitem a cada unidade doméstica, com certa auto-suficiência, dar conta do seu processo de reprodução interno, fruindo e contribuindo em simultâneo para a reprodução do todo³³⁸. Na povoação do sul aqui abordada, repartida inapelavelmente em classes, o conceito de comunidade, se extensivo do ponto de vista geográfico não se reveste de utilidade de maior³³⁹. Como em Fuenmayor, as representações da geografia não são moldadas por princípios como o do sociocentrismo, a que se sobrepõe, antes, a arquitectura das classes sociais, que confere à territorialidade uma dimensão que se associa mais às classes que à noção de comunidade³⁴⁰. Resta-lhe alguma funcionalidade se, dentro dos grupos sociais detectados, se delinearem comunidades de interesses. Como refere Oliveira Baptista,

*“Nos campos do Sul a situação é diferente: é na articulação das condições sócio-económicas da zona e não nos limites de cada comunidade latifundiária - com os aparelhos e actuação do Estado Novo que assenta a reprodução do sistema social.”*³⁴¹

O grupo latifundiário é visto de forma enviesada pelos trabalhadores rurais e pelos grupos que se encontram a meio da tabela social, devido às relações de classe. As anedotas ou ditos chistosos acerca da incapacidade dos proprietários para cuidar adequadamente dos próprios patrimónios e da sua nulidade em termos intelectuais, bem como sobre a inconveniência dos observações que proferiam, penetrando na esfera privada dos trabalhadores, são recorrentes. Assim por exemplo, o pai de um dos proprietários locais terá dito a um guarda

³³⁷ V. Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 340, que contesta a sua existência.

³³⁸ Sobre esta questão, a bibliografia antropológica produzida sobre o contexto português do norte é valiosa e exuberante. Cita-se, a título exemplar, as obras de Jorge Dias de 1948 e 1953, respectivamente sobre Vilarinho da Furna e Rio de Onor, e, com uma visão mais recente, Joaquim Pais de Brito, *Retrato de Aldeia com Espelho - Ensaio sobre rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1996.

³³⁹ V. David D. Gilmore, *The People of the Plain - Lasse and Community in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, *passim*, com a comparação entre dois modelos sociais, um marcado pelas *comunidades corporativas fechadas*, particularmente utilizado pelos antropólogos que trabalharam contextos camponeses, e que Susan Tax Freeman identificou como “tipo estrutural ibérico”, outro pela existência de duas classes, como Pitt-Rivers apontou, tendo de um lado os *señoritos* e do outro os assalariados sem terras.

³⁴⁰ V. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, pp. 126-127.

³⁴¹ Fernando Oliveira Baptista, *A política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 340.

da sua propriedade: *“O meu filho é formado em Direito. Estudou pouco, não tinha possibilidades, mas eu comprei-lhe o diploma.”*

Com esta referência, aliam-se num mesmo lado da sociedade todos os poderosos contra os que se encontram do outro lado; em suma, a luta de classes tem continuidade fora do local e os que detêm no perímetro da freguesia o domínio conseguem poderosos aliados que manipulam no exterior no sentido de obterem favores que lhes permitam perpetuar-se no lugar de elite, mesmo quando as qualidades individuais ditariam uma exclusão. Também em sentido inverso, o discurso produzido localmente varia entre a lamentação da condenação a um lugar social de opróbrio e desprestígio continuados, e o orgulho de, pelas qualidades individuais, seja no interior do sistema educativo formal (escola e universidade), seja através de vias mais informais (partido, prisão, explicações de colegas de trabalho e amigos), conseguirem ultrapassar o cerco e transpor a posição a que socialmente estariam vinculados.

Como estratégias de perpetuação dos grupos dominantes, assentes no sangue e na propriedade, é corrente encontrar a memória, precedida de uma fórmula que constitui uma chancela de verdade (*“ Isto ouvi eu contar aos mais velhos”*), que garante a existência no passado de casamentos precoces combinados entre as famílias no sentido de manter o nome e a terra entre gerações. Os apelidos locais associados ao prestígio - Garcia, Henriques da Silva, Rovisco Garcia, Falcão, Aleixo Pais - surgem geralmente ligados a nomes próprios que se repetem em gerações interpoladas e que pressupõem uma ideia de estirpe a manter.

O aproveitamento do lugar social ocupado para conseguir benesses no que concerne às compras de terras e aos subsídios, no passado com na actualidade é recorrentemente referido, ainda que não sejam conhecidos com precisão os mecanismos legais de apropriação:

“A respeito aqui do António Ribeiro Henriques da Silva, o pai do outro António, pai do Benavente, eles têm mais propriedades sem ser Águas Belas. Têm o Montinho, e esse Montinho era duma família e parece que o velho Benavente, o tal advogado, comprou isso, e depois comprou a Castelhana. O Montinho é aqui no Concelho de Coruche, a Castelhana é no concelho de Mora, aqui já a seguir. A Raposeira é no concelho de Mora e as Albardas de Cima. As Albardas de Cima eram de uma família (...) aí do Joaquim Ricardo e do irmão. As Albardas eram dos avós dessa gente. As pessoas desconheciam isso e então, ele sabia muito dessas coisas e fez um arrendamento das Albardas. As outras, não sei se as comprou se foi no mesmo sentido. Fez um arrendamento nas Albardas e ao fim de resto ficou com aquilo. Tirou aquilo às pessoas. O velho Benavente, o avô desta Maria Imaculada. (...) Há uns trinta e tal anos, essas pessoas morreram e deixaram os filhos e os filhos quiseram tirar as Albardas ao Benavente, que era arrendado e não tinha sido comprado, mas já não foram a horas,

porque aquilo já tinha passado um certo e determinado tempo, e ele tinha adquirido o direito àquilo.” (Manuel Simão)

Episódios como este são recorrentes na explicação pelos locais das formas de acesso, ascensão e perpetuação no poder das classes possidentes. O aproveitamento do conhecimento das leis, ou as vias ínvias, para-legais ajudam a explicar discursivamente a apropriação individual, já que “*A mãe deles não os pariu com a terra*”. Ainda que exista uma lei geral, permanece a consciência de que a manipulação desta é possível desde que para tanto se tenha o poder necessário, seja pessoalmente, seja manipulando uma rede eficaz. A narração de histórias em que a apropriação privada aparece associada ora à manipulação legal, ora ao desconhecimento por parte de outrém dos mecanismos da lei no sentido do autofavorecimento, reenvia para uma ideia genérica que subjaz ao discurso elaborado por muitos dos entrevistados: por detrás da propriedade há sempre um crime, cometido principalmente porque as camadas poderosas detêm o conhecimento das leis, em cuja feitura participam, enquanto os outros se submetem ao jugo da ignorância.

Quando questionados sobre elementos de determinada família de proprietários é corrente ouvir: “Felizmente já não pertencem ao número dos vivos”. Neste espaço de apropriação diferenciada, alguma acumulação e o aproveitamento de conjunturas favoráveis permitiram a poucos outras saídas. É assim com o presidente da Junta de Freguesia actual, industrial de inertes:

“A minha opção de trabalhar por conta própria teve a ver com isto: ser o menos humilhado possível pelos detentores da exploração, os grande agrários e os grandes latifundiários. Foi também uma maneira de luta, de não obediência a esta gente. Nunca tive na minha... nunca foi minha ambição conseguir fundos para atacar alguém, digamos, passar a patrão, passar eu ao lugar deles. Não, sempre tive comigo, mesmo por conta própria, trabalhar sempre junto aos meus empregados, sempre, eles próprios o testemunharam. Nunca fiz menos horas que dois empregados.” (Diamantino Ramalho)

A consciência de habitar um espaço que não está por igual repartido, e que é alvo de uma vivência classista, bem como de que existe um acesso à riqueza diferenciado, com um

grande grupo desfavorecido e, no topo da pirâmide, alguns poucos, está bem expresso no provérbio local: *Vinte e cinco galinhas e um galo comem tanto como um cavalo*³⁴².

Esse espaço vigiado e constrangedor, em que a dimensão social é mínima porque absorvida pelo privado, é descrito por alguns entrevistados:

“Era uma injustiça muito forte, era uma injustiça sub-humana. Perseguiu-se por tudo, a perseguição era de tal ordem que o Couço não tinha outra coisa que não fosse só as estradas para os seus munícipes, os seus cidadãos andarem, porque ao sair dessa estrada eram logo interpelados ou pelo guarda florestal ou pelo guarda republicano, pelo abegão ou pelo feitor.” (Diamantino Ramalho)

Por outro lado, é recordada a solidariedade entre vizinhos e camaradas de trabalho nos momentos de crise da vida pessoal:

“E foi graças às minhas vizinhas, que eram pessoas boas (algumas moram aqui neste bairro), que me emprestaram dinheiro para o meu marido ir a Lisboa levar a menina e depois emprestaram-me dinheiro para lhe ir fazer o funeral. Eu era uma miúda com 15 anos. Foi bom, foi óptimo, foi uma maravilha aquelas pessoas terem-me ajudado. São favores que eu nunca pago.” (Narcisa Aleixo)

Não representando o local uma comunidade, a existência de uma paróquia, como perímetro de unidade dos indivíduos com base numa crença, confrontava-se com algumas dificuldades.

A associação entre a Igreja, os proprietários e a educação levavam a que fosse para os pais um processo doloroso o simples frequentar da escola por parte dos filhos, sistematicamente ostracizados pela não ida à missa ou à catequese, como se referiu. Num meio social em que o controlo é intenso, os indivíduos sopesavam bem os custos e os ganhos: um *justo*, que tinha como condição *sine qua non* para ser contratado a assistência aos ofícios religiosos, podia condescender no baptismo dos filhos. Como aponta para a povoação de Casas Viejas o antropólogo Jerome Mintz, auto-interesse e auto-protecção requerem geralmente conformidade pública³⁴³. De qualquer forma, os ritos extraordinários (e porque o são) de baptismo e casamento religiosos parecem eram mais aceitáveis do que a prática de ida à missa. Mintz aponta a divisão de classes como responsável por dois tipos de relato histórico contraditório

³⁴² Referido por Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 151

³⁴³ Jerome Mintz, *ob. cit.*, p. 68.

sobre a religião: a história escrita dos bem nascidos e a tradição oral dos camponeses³⁴⁴, sendo corroborável esta afirmação para o Couço.

No Couço, a distância de grande parte da população face à Igreja Católica é legível em documentos produzidos ao longo deste século, sendo confirmada pela monografia escrita por Alberto Garcia. A resistência às práticas religiosas conjuga-se aqui com a renitência em relação ao grupo mais devoto: «A Igreja é para os ricos, não nos dá de comer», afirmam³⁴⁵. A atitude hostil de vários párocos e o seu conservadorismo tenderam a acentuar essa associação, complementada frequentemente por uma forte ironia adoptada em relação à figura do padre, devido à ambiguidade do seu papel sexual.

A justificação para a união de facto ou para o casamento civil deriva dessa associação entre a Igreja e o poder salazarista:

“Combinamos e juntamo-nos. Estivemos um ano juntos. Passou de um ano. Fez um ano em Novembro, e depois casámos em Dezembro. Já tinha a minha Júlia, já foi ao casamento dos pais, ao meu colo. E então casámos. Mas entretanto, tinha uma madrinha pobre e outra rica. Uma pobre, pelo civil. A minha avó era parteira, dessas parteiras do antigamente, e a minha mãe gostava muito dela, e o meu pai era muito ruim e ela era muito boa sogra, tudo o que a sogra lhe pedia, ela lhe fazia. Então, baptizava a gente por igreja e ela é que tratava disso. Convidou uma madrinha rica para minha madrinha de igreja. Em toda a vida dela, e via a vida que a gente tinha, deu-me cinco escudos e um casaco que a filha já não queria. E foi a minha professora que lhos pediu, que pediu para me dar alguma coisa! Só quando eu estava para me juntar, apareceu á porta da minha mãe. Mandou-a entrar você? Assim fiz eu. Chegou, bateu à porta, e eu vim. «Olá Joaquina, venho falar contigo». «Eu, madrinha?». Calculei logo o que ela queria, já sabia o que elas eram. «Então ouvi dizer que vais-te juntar com o teu noivo. Olha que eu não gosto que tu faças uma coisa dessas. Eu sei que tu precisas, tu casas...» Disse: «Não posso casar que o meu pai não me dá licença». «Mas eu trato de tudo, tu casas pela igreja, eu trato de tudo, não te dá fezes nenhuma. É só...Olha, chega-se-te o dia e tu tens tudo: tens o teu enxoval, tens o teu fato de casamento, tens a tua boda, tens tudo por minha conta. Não te dê fezes nenhuma. Eu trato, falo com o senhor prior, e não é preciso licença do teu pai.» E eu disse-lhe: «Obrigado madrinha, mas eu não estou à venda», foi mesmo assim que lhe disse. «A madrinha, em toda a minha vida deu-me cinco escudos e um casaco que a sua filha não queria. Eu hoje também não estou à venda.» «Malcriada!» «Malcriada não, que há outras mais pequenas do que eu que são mais malcriadas.» «Nem sequer me mandas entrar?!» «Nunca veio á minha casa, porque é que há-de vir hoje?» Foi

³⁴⁴ Jerome Mintz, *ob. cit.*, p. 74.

³⁴⁵ Alberto Garcia, *Monografia de Santo António do Couso*, Lisboa, Edições Gama, 1948, p. 258.

mesmo assim, que isto é tão certo como eu desejar boa sorte para os meus.”(Joaquina Rosa)

Emergem por vezes referências a representantes do clero que se mostram entendedores das situações de vida locais. O mais frequente, todavia, é a associação entre o clero e o regime salazarista, expressa nomeadamente quando, na década de 60, vários padres e freiras aí se deslocaram para combater o perigo comunista:

“No Couço convidaram pessoas para participarem numa procissão mas todas se recusaram pelo que o santo foi transportado pelo cabo da GNR, um estudante filho de um fascista da terra, um empregado dos correios e um padre. Como ninguém os seguisse voltaram logo para trás. A reacção da população contra a ctividade destes padres e freiras chegou ao ponto de ser escrito a carvão nas paredes da igreja «Fora com os padres», «Não queremos a relegião»”³⁴⁶

Como em Casas Viejas, a igreja era bastante hospitaleira para os grupos sociais elevados, sentindo-se os outros excluídos. Os espaços conviviais dos trabalhadores são a rua, os clubes recreativos, a taberna, o café. Assim, além de eventuais cruzamentos na rua, só na transgressão por parte de alguns elementos dos perímetros conviviais grupais respectivos poderia dar-se o encontro entre indivíduos nos extremos da escala social. Como refere David Gilmore para Fuenmayor, as relações sociais entre os grupos elevados e inferiores é inexistente, e os seus elementos podem nem chegar a encontrar-se³⁴⁷. A separação de classe é desejavelmente mantida pelas partes, e serve para perpetuar uma *no man's land* relacional, que assenta no evitamento. O cinema do Couço - hoje desactivado -, com os trabalhadores rurais na plateia, e os proprietários no balcão, expressa de forma evidente esta dicotomia e o evitamento convivial. Evitar os encontros é, sobretudo, uma maneira de fugir às tensões que estes provocam, devido ao extremar de posições de classe. Mas esta prática de segregação não inibe a existência de conflitos, já que exacerba o antagonismo implícito, e propicia a erupção social em momentos específicos.

Não havendo uma comunidade local partilhada - como não existia uma comunidade de sentidos atribuídos - havia contudo uma percepção da identidade grupal forte, ainda que nem todos tivessem o mesmo grau de consciência política, comprometendo-se alguns com a causa comunista mas sem empenhamento total. Nem todos eram implacáveis e impacientes no combate ao *status quo*. A leitura de panfletos, do *Ávante!* e do *Camponês* aos iletrados constituía uma forma de cimentar o grupo e em simultâneo aliciar para a luta os trabalhadores

³⁴⁶ Notícia inserida em *O Camponês*, ano XIII, nº 74, Março de 1960.

³⁴⁷ David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, p. 94.

rurais³⁴⁸. Através da palavra, conversava-se, e a sedução do que era enunciado, convencia, num universo em que o coloquial desencadeia a adesão.

O conteúdo mais íntimo da vida social é constituído pelas construções colectivas que dão sentido ao grupo social, e delinea a forma como este reage em face de um ou outro acontecimento, o sentimento que tem de si próprio e dos seus interesses, das suas ligações, equivalências, ou solidariedades. As linguagens faladas no grupo têm poderosa influência na sua actividade e na natureza da memória:

“A malta naquele tempo parece que eram todos mais...quer dizer, não havia...quer dizer, ó depois, muitos que eram trabalhadores começaram a arranjar dinheiro e começaram...parece que eram outra classe. Mas naquele tempo, parece que vivia tudo pobrezinho, era tudo operário agrícolas. Lá havia um que vivia melhor, mas a maior parte era uma miséria. Mas nesse tempo a gente estávamos mais organizados, fazíamos reuniões aí no campo, de noite...punhamos piquetes nas entradas para ver se...e às vezes infelizmente...às vezes os de cá sabiam porque os que lá iam à reunião vinham badalar. Acontece. Às vezes juntámos às 100 pessoas, mulheres e homens. Talvez fossem um bocadinho mais de homens porque de uma maneira geral, não é, os homens estão um bocadinho mais disponíveis.” (Isidro Fino Henriques)

A convivialidade acolhia momentos de festa, raramente se desligando da consciência das condições de vida:

“A gente morava no Vale da Cal e do outro lado da Ribeira havia o Porto Velho, outro monte. Aquilo a gente ali, raparigas e rapazes, de vez em quando, bailarada no Porto Velho. O meu irmão (já morreu, coitado) tinha um harmoniozito com uma escala, e íamos para lá. Um dia estávamos a partir os pinhões e aparece' lá dois rapazes de Porto Velho: «Eh rapazes, elas hoje querem lá balhar, fazer um balhe, e venho cá para vocês irem, para o João levar o harmónio para a gente balhar». Digo eu assim: «Oh pá, deixa a gente acabar a empreitada!» Abalaram, e disseram-lhes a elas: «Olha, estão a acabar de tratar dos pinhões, já vêm». Depois fomos, e vá balharada!” Isidro Fino Henriques)

“Às vezes, aos domingos juntavam-se assim em grupos, rua abaixo, rua acima e conversava-se assim de namorados, enfim, das coisas da juventude. Mas à mistura vinham outras coisas também. Vinha a vida, vinha o sacrifício da vida, vinha a injustiça da dureza em que vivíamos e distrações tínhamos poucas. Depois, mais tarde, passou a haver cinema ambulatório, aquele cinema que faziam numa espécie de um circo (...).”(Graciete Casanova)

³⁴⁸ Em relação a estas leituras àqueles que não dominam a escrita, ver Arquivo da PIDE-DGS, *Processo-Crime n° 757/47*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 60-61.

Em suma, a consciência da situação de classe, que intercepta as relações sociais e toda a vida particular e pública, é responsável pelo aparecimento, manutenção e perpetuação do colectivo. Objectiva e subjectivamente, a lógica das classes entretece os discursos sobre o quotidiano e os relatos biográficos dos indivíduos.

4. Vidas (d)escritas

As histórias de vida, no que concerne ao trabalho, ainda que o edifiquem como algo que deu sentido às suas existências, não deixam de o evidenciar enquanto forma de humilhação e de classificação. Por outro lado, salientam a actividade, que os ajudou a perspectivar a mudança através dos quotidianos.

Todos os que não frequentaram a escola sentem como uma falha essa ausência de acesso à instrução formal, que responsabilizam pelos fracasso futuro em termos pessoais, mas, sobretudo pela consciência das necessidade de mudanças no plano social. Os elementos que acederam à escolarização preocupam-se com a desmontagem da forma como o sistema escolar operava, no sentido de destroçar a memória remetida para o perímetro doméstico do grupo acossado

A infância, estágio ultrapassado, mas igualmente conservado, explica a acção com os gestos apreendidos e os desvios relativamente a um processo, mesmo que se deseje recusá-los. Ao mesmo tempo que, na descrição de um percurso, se dê conta da ultrapassagem da classe original, através dessa superação manifesta-se a realidade de classe de partida. Cada história de vida, numa sociedade marcada pela dicotomia das classes, desvela o *outro*. Atingido o nível de saturação, que dá legibilidade às construções sociais a partir da transformação das vidas individuais em *data*, tem-se a percepção de que cada grupo, pela prática, revela o outro: cada um é objecto quando sofre a acção do outro e é sujeito quando exerce a sua acção. Através das vidas descritas é legível que, no seio do colectivo, cada táctica tem em atenção a táctica do outro, pode desfazê-la e ver a sua também desfeita.

O saber é o mais trocado dos bens no interior de uma comunidade, o que explica que a sua divulgação sucite incorporações, nomeadamente do posto de vista político. A associação da ignorância com a desvalorização social, remetendo para um degrau inferior da escala social é frequente. A destriça entre a ignorância e a ausência de instrução formal é frequente, pois alguns dos entrevistados não puderam iniciar ou prosseguir estudos em termos do ensino oficial, ainda que tenham utilizado circuitos informais de acesso ao saber. A prisão, com as aulas aí ministradas sobre os mais diversos domínios, representou uma ampliação de conhecimentos. Para alguns outros o esforço individual, a capacidade de por si ou com a ajuda de amigos e companheiros de trabalho ir-se iniciando na leitura e na escrita, é salientada. As leituras em grupo durante as fumaças, as horas de refeição e as sextas, geralmente de literatura interdita nos lugares que ministravam o ensino formal, reveste-se de um carácter de iniciação que alguns recordam.

A alimentação, baseada no pão, no feijão, no grão, no toucinho e no bacalhau em diferentes combinações com os legumes e hortaliças da horta, serve também de forma distintiva. Mais, se uma família proprietária eventualmente se mostrar sovina com a alimentação, consumindo produtos de má qualidade ou tentando comprar pequenas quantidades nas mercearias locais, esse comportamento acarreta desvalorização social, e em termos comparativos, aparece referida numa história de vida de alguém do extremo oposto da escala social³⁴⁹. Distinguia-se a alimentação quotidiana da dos períodos festivos mas dentro da primeira, além da sazonalidade, distingue-se a de *mantimento aviado* da que se faz a partir da própria casa. Quem lembra a alimentação, lembra a fome- a conjuntural, associada à guerra e a estrutural, inerente à forma de organização económica e social. As recordações dos anos da guerra e dos que se lhe seguem, bem como dos períodos de escassez de emprego fica associada a alimentos resultantes de colecta: o caldo de beldroegas, de cagarrinhas ou de saramagos.

Quanto à memória dos eventos de luta, os relatos de vida tornam-se abundantes, e a saturação em torno de um referente, que se fará nas partes seguintes, não esgota quanto nelas existe de transbordante, pelas características subjectivas dos seus enunciadores

³⁴⁹ Uma jovem dona de um mini-mercado descrevia de forma pouco lisongeira uma proprietária local que se dirigia ao seu estabelecimento tentando comprar pequenas quantidades dos produtos à venda, mesmo dos que são comercializados em embalagens de um quilo.

Parte IV

Formas de organização e alinhamento colectivo

Parte IV: Formas de organização e alinhamento colectivo

1. O “Partido”: penetração no universo local

Numa das ruas mais importantes do Couço, que desemboca no largo onde se encontra a igreja e pontuam vários estabelecimentos comerciais, localizam-se o cinema, desactivado, o edifício da Casa do Povo, que serve hoje de posto médico, a Junta de Freguesia, no centro de um bairro social de aspecto agradável, os Bombeiros Voluntários e, em frente destes, o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português. É um edifício amplo, de dois andares, um dos maiores da vila. No rés-do-chão, além de um átrio preenchido com plantas e quadros nas paredes, há salas de reuniões, com mesas e cadeiras, e pontifica um recinto espaçoso de bar. Numa das salas, além de uma mesa de reuniões com bancos de madeira, há uma secretária, junto da janela, que é o campo de trabalho do mais antigo militante vivo e com mais longa permanência na cadeia, João Camilo. O primeiro piso, ainda inacabado, além de pequenas salas - o «economato», a cozinha, salas de reuniões - tem dois grandes espaços idênticos, cuja concepção é considerada hoje um erro por muitos do que frequentam o centro, por não ter sido delineado um único espaço que permitisse fazer grandes reuniões.

Nos fins de dia, aos fins de semana, e em ocasiões especiais - aniversário do partido, celebrações especiais, jornadas eleitorais - este espaço enche-se, e o recinto do bar fica especialmente animado. No quotidiano, o bar é especialmente utilizado pelos homens, não sendo inabitual encontrar casais e grupos femininos da vizinhança. Ocasões importantes do calendário são celebradas neste espaço, através da comensalidade, da música e do convívio generalizado.

A imponência relativa do edifício - ainda que com linhas de grande simplicidade - advêm-lhe principalmente da altura e do volume que, na mesma rua, só tem semelhança no imóvel que foi o cinema. Mesmo se tivermos em conta toda a povoação, aí incluídas as casas de proprietários, o centro de trabalho do PCP será certamente um dos maiores edifícios, igualado ou superado só por algumas oficinas ou armazéns, e pelo lar da terceira idade. Estas dimensões são, certamente significativas. Em primeiro lugar, reflectem o peso de uma organização, quer no que toca à capacidade de auto-financiamento, quer na necessidade de um espaço que corresponda aos eventos que leva a cabo. Em segundo lugar, fazem ressaltar uma dimensão simbólica, cuja eficácia é dúplice: ao equiparar-se aos edifícios pertencentes a proprietários, elege-os simbolicamente como alvo, ao mesmo tempo que serve à construção de uma identidade grupal a que não é alheia alguma sobrançeria em relação ao grupo possidente, cujos elementos são proprietários das maiores casas da povoação. Finalmente, aliando as dimensões e as

potencialidades ao local em que se situa, mede-se com os equipamentos sociais, passíveis de utilização comunitária, que transcendem o nível da organização partidária. Como reflectem vários discursos recolhidos, *o Couço é o Partido*, numa unidade que o valor da votação em termos eleitorais reforça.

Após a reorganização política a que o Partido Comunista procedeu no início dos anos 40, sob o abalo da prisão de inúmeros militantes, enviados para a fortaleza de Angra do Heroísmo, mas principalmente para o campo de concentração do Tarrafal³⁵⁰, surge no Couço a primeira célula. O ano de 1943 é o indicado em vários relatos como correspondendo ao início do trabalho organizado, ainda que antes houvesse já um conjunto de contactos com militantes comunistas exteriores à povoação. Três ordens de factores contribuem para o congregar organizativo neste momento determinado. Em primeiro lugar, a conjuntura criada pela guerra, com a escassez de géneros a dar aso à manifestação do descontentamento da população, de norte a sul. Depois, as condições da reorganização política do PCP, que visava regenerar o partido, cortando com um conjunto de práticas anteriores e introduzindo novas regras que favorecessem a segurança das actividades conspirativas, investindo os poucos quadros profissionais na tarefa de *ligar* organismos de confiança. Finalmente, condições locais propiciadoras, através de uma memória local e de um conjunto de contactos com o exterior por parte de alguns indivíduos do Couço.

Nas movimentações do mundo rural do sul de Portugal, o Partido Comunista Português desempenhou um papel de envergadura ao longo do Estado Novo. Cezido na ideologia e nos afectos dos assalariados locais, com uma linguagem compreensível e uma prática que encontravam condições propiciadoras no meio coucence, o PCP constituiu e constitui - os resultados das eleições autárquicas de Dezembro de 1997 reafirmam-no - o partido de mais forte e de destacada implantação local.

Os partidos representam perspectivas de classe, ainda que na sua estrutura se mostrem interclassistas. O alinhamento com um deles reflecte uma lógica subjectiva, mas igualmente uma conjuntura pessoal e política, a que não são alheios quer o carisma de determinados líderes, quer o carácter centrípeto de algumas organizações.

Personagens como Álvaro Cunhal ou Francisco Miguel, pelas longas permanências na cadeia e pelo porte perante a polícia política, ou mártires como Catarina Eufémia ou Dias Coelho, impressos em pequenas pagelas, eram transportados nos bolsos e na roupa mais aconchegada ao corpo. Apesar da ameaça de busca, estes folhetos eram mantidos em casa, como - e por vezes, entre - retratos de família.

³⁵⁰ Sobre o Tarrafal é inúmera a bibliografia publicada, grande parte com testemunhos. V. por exemplo o trabalho colectivo dos sobreviventes, com um prefácio de Francisco Miguel em Franco de Sousa (coord.) *Tarrafal- testemunhos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978; Cândido de Oliveira, *Tarrafal, o pântano da morte*, Lisboa, Editorial República, s/d.; Francisco Miguel, *Das prisões à liberdade*, org. de Fernando Correia, Lisboa, Edições Avante!, 1986.

Maria Galveias, uma militante comunista local iletrada, por se sentir particularmente tocada com a fuga de Álvaro Cunhal de Peniche em 1960, dedicou ao acontecimento um conjunto de quadras cujo conteúdo torna discernível a relação com o PCP em termos locais, filtrada mais pela afectividade que pela política, pelas sociabilidades que pela escolha. As figuras de Álvaro Cunhal e Francisco Miguel, bem como dos restantes presos que então fugiram, aparecem subsumidas pela do agente da Guarda Nacional Republicana que lhes facilitou a fuga³⁵¹. A sensibilidade em relação à atitude do guarda José Borges seria agudizada, em termos locais, pela bem distinta postura dos agentes da autoridade no Couço, cujas atitudes persecutórias e colaboracionistas em relação à polícia política são realçadas em múltiplos relatos, e igualmente comprováveis na leitura dos relatórios feitos por agentes da PIDE e que integram alguns dos processos consultados.

Na organização das formas de resistência e protesto desempenham função destacada os modos de participação e o grau de influência, condicionados pelo posicionamento dos indivíduos na estrutura de classes. Contudo, a liderança não é determinante no desencadear dessas formas, já que as limitações e as possibilidades de um movimento colectivo são sobretudo determinadas pelas condições sociais³⁵².

A organização do PCP no Couço data, como se referiu, de 1943, ou seja, é posterior à reorganização do partido³⁵³. Como nota Linda Raby,

*“A zona sul do Ribatejo, numa região excepcionalmente rica e variada, possuindo simultaneamente uma agricultura em grande e pequena escala e indústria, tinha assistido a um efectivo esforço organizativo do PCP ao longo dos dois anos anteriores [a 1944].”*³⁵⁴

³⁵¹ Maria Galveias recitou o poema que se apresenta em 12.12.97, quando, numa revisitação ao terreno, foi recolhido o seu depoimento e o do seu marido, António Oliveira, na casa onde ambos agora residem, em Foros de Lagoiços, na freguesia do Couço: *José Borges foi o homem/Defendeu, ponto final/Para ser amigo do povo/Libertou Álvaro Cunhal// Libertou Álvaro Cunhal/Defendeu grande papel/Ajudou a libertar também/Amigo Francisco Miguel// José Borges foi o homem/ Com isto não há enganar/Ajudou os dez amigos/ Que cumpriram 77 anos// Cumpriram 77 anos/ Coitados dos nossos amigos/ José Borges com coragem/ Que os tirou dos inimigos//Que os tirou dos inimigos/ Reparemos para o que ele fez/Libertou os dez amigos/ por ser um bom português// Por ser um bom português/ Com a sua ideia humana/ Se todos pensassem assim/Os guardas republicanas// Os guardas republicanas/ todos pensassem igual/ Pensassem como José Borges/ Para defender Portugal// Estimemos os nossos amigos/ Como o pão das espigas/ E agora vamos-lhes dar/ Palmas e muitas vivas.”*

³⁵² Como referem Piven e Cloward, *ob. cit.*, pp.36-37, as formas de protesto são uma resposta a alterações na ordem institucional e não são criadas pela liderança.

³⁵³ O processo de reorganização do PCP decorreu em 1940-41, depois de terem regressado do Tarrafal um conjunto de quadros. Implicou novas regras conspirativas que pusessem o partido a salvo dos ataques da polícia política. Volta a ser publicado o *Avante!* e nos níveis superiores da organização não volta a haver agentes infiltrados. A infiltração feita através da PVDE havia conduzido à suspensão das relações da Internacional Comunista com o PCP em 1937. V. Linda Dawn Raby, *A resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, p. 57.

³⁵⁴ Linda Dawn Raby, *A resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, p. 96.

Esse esforço organizativo, num terreno em que a cultura de resistência assente na classe reivindicava uma memória de luta, conta ainda com condições favoráveis, que levarão a um incremento das adesões:

“Seria por 43, 44 que entrei na militância do Partido. Nas outras lutas, claro que era criança, mas acompanhava. De qualquer maneira, acompanhei sempre. Até nas primeiras prisões que aí houve no Couço [1933], era eu criança e andei sempre na berlinda da frente. Isso era mais prisões reivindicativas de jorna do que propriamente políticas.” (Joaquim Castanhas)

O terreno favorável presta-se igualmente a uma função de irradiação, expandindo a organização em vários sentidos e rapidamente. Já em 1947 era a partir do Couço, que tinha o seu próprio comité local, que se controlavam os comités locais do PCP de Mora, de Cabeção, de Pavia, de Montargil e de Coruche³⁵⁵:

“Por exemplo, Coruche, teve organização e não voltou a haver. Quando nós fomos contactados para organizar aqui o Couço, Coruche ainda não tinha. E isto não era só em Coruche. Havia ainda uma grande parte do país em que a reorganização ainda se estava a dar, com um cuidado muito grande para não se expandir por expandir.” (João Camilo)

No período estudado, como mais tarde, durante o processo de Reforma Agrária, o carácter ímpar da localidade, que a incumbe de uma função de propagação do ideário comunista, é enfatizado. O Couço constituiu um alfobre para o recrutamento de quadros que assumiriam funções centrais e regionais importantes:

“Eu andei quatro anos na clandestinidade, e controlei todo o Alto e o Baixo Alentejo. Desde Pegões, do Pinhal Novo, Montemor, Vendas Novas, Escoural, S. Cristóvão, Évora, Estremoz, Beja, até Portalegre. Estas terras todas aqui, Avis, Benavila, Alcórrego - que é uma terra pequenina, mas muito revolucionária - Mora, Couço, Cabeção. Toda esta zona, eu controlei tudo. A zona do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, onde havia organização do Partido, eu estava lá. Eu era o responsável em todo o Alto Alentejo. Na data da minha prisão, eu era o controlador do Alto e do Baixo Alentejo.(...) Deslocava-me de bicicleta a pedais e a pé.” (Jerónimo Bom)

Em todas as ocasiões que propiciavam maior exposição dos oposicionistas, e nomeadamente nos períodos eleitorais, quer para a presidência da República, quer para a Assembleia Nacional, a organização local ganhava maior visibilidade. De um momento como o

³⁵⁵ Ver Arquivo da PIDE-DGS, *Processo-Crime n.º 757/47*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

que se seguiu à burla eleitoral de 1958 - em que no Couço se desencadeou uma greve prolongada, quando a Oposição se recatava num luto de protesto de três dias - guarda-se localmente a nostalgia, e lastima-se a clonagem impossível:

“As pessoas ficaram tão chocadas quando, depois, eles diziam que nós tínhamos perdidos as eleições! Aqui estavam com um entusiasmo tal que nem passava pela cabeça de ninguém que nós não atirássemos com o regime abaixo naquela altura, por eleições ou por qualquer outra maneira. As pessoas ficaram todas muito chocadas e depois começou-se por aí a falar: «Se fizéssemos uma greve, se fizéssemos uma greve...» E declara-se aí a greve. E aderiu tudo. Se houvesse aí mais três ou quatro Couços, assim espalhados aí, estou convencido é que isto parava províncias inteiras. Alastrou para Montargil, para Mora, ali para Coruche, para baixo. As pessoas do Couço iam para aí a trabalhar e falavam.” (Joaquim José Dias)

2. Predisposições: parentesco, sociabilidades e consciência de classe

Depois de ter recolhido dois relatos de vida dos membros de um casal e de haver, na sua presença, garatujado uma representação gráfica dos elementos das famílias respectivas que haviam estado detidos nos presídios políticos, e já na casa de um outro militante comunista local, um telefonema da senhora horas antes entrevistada, inquiria: “As cunhadas e os cunhados também lhe interessam? E os primos? É que tivemos vários na cadeia. Acrescente...”

Assente numa rede social com uma estrutura densa, e entrelaçamentos variados - pelo parentesco, reforçado por formas rituais destinadas a robustecer as relações, e a exercer uma força centrípeta que obste ao afastamento; pelas formas de sociabilidade engendradas no trabalho, na proximidade espacial e na convivialidade - o alinhamento colectivo proporciona um adequado alfofre para o desenvolvimento de formas de acção política, quando a conjuntura o possibilita.

Os níveis organizativos que são requeridos sob a repressão violenta têm, pelas condições sociais locais, um suporte conveniente. O entretecimento pela via do parentesco, das redes emergentes do trabalho e do convívio, da vizinhança e da amizade, transcende frequentemente a esfera local através de relações propiciadas, primeiro, e reforçadas em continuidade, pelos contactos que a organização política possibilita, ramificando os contactos.

“Eu era capataz ali em baixo nas Courelas e a rapaziada que andava lá comigo a trabalhar eram todos metidos na luta. Eu só trazia lá malta dessa que era para nós podermos falar à vontade.” (João Pedro Marrafa)

Refere Pierre Bourdieu que os agentes sociais não agem sem razão, numa lógica de indiferença, antes obedecem ao *princípio da razão suficiente*. Isto não quer dizer que tenham razão, mas antes que há razões que os fazem agir. Todavia, pode haver nas suas acções um *cálculo racional das probabilidades*³⁵⁶. A participação na militância política, se está investida, em termos locais, de valores que remetem para a distinção, decorre sobretudo de um ambiente e deriva de uma relação que cruza as estruturas mentais e as estruturas sociais que operam num mesmo espaço. Mais, essa predisposição imbrica-se profundamente na História de vida de cada indivíduo, pois

“Não se pode querer fabricar as pessoas no fim de grandes.” (Joaquim Canejo)

Assim, ser militante comunista no Couço tem implícito um forte constrangimento social: é uma questão de fidelidade ao grupo e a si próprio, como elemento desse mesmo grupo.

³⁵⁶ Pierre Bourdieu, *Razões práticas - Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta, 1997, p. 106.

É no seio do colectivo, e por oposição, que se gera a consciência de pertença e de antagonismo de classe.

“O meu início político foi por acaso, não é que eu fosse educado na política. Aqui no Couço, eu tenho um irmão que ainda foi à escola com o professor Dinis Caiado. Esse Dinis Caiado era uma pessoa política para a época, era um republicano. Isto foi uma terra que nunca ninguém domou esta terra. Foram sempre teimosos. Deram-se greves por melhores condições, nas praças de jorna, que os trabalhadores eram alugados como quem aluga um animal. (...) Houve aqui prisões, foi logo a seguir à revisão da constituição pelo Salazar, eu mal me lembra. (...) Eu fiz 20 anos, era 42, estávamos na força da guerra. Por essa altura o Partido Comunista assentou aqui arraiais. Era o camarada João Camilo, era o meu irmão, que era um bêbado, um alcoólico, Joaquim Vicente, era o João Labaredas, era o Joaquim Castanhas. Então vá, formaram aqui o comité local. Convidaram-me, aderimos. Eu aderi ao Partido e o partido chegou a ter aqui nessa altura uma organização forte. Depois, veio a repressão. Nós perdemos aqui o contacto, porque os funcionários do Partido, estava tudo preso. Mas esta terra foi sempre revolucionária. O meu início político chegou aqui. A minha mulher era mais activista que eu. Eu era assim uma pessoa mais sossegada. Pertenci ao Partido, e veio a greve de 58 com levadas e levadas de presos. (...) Eu já estava organizado no Partido (...) mas foram levadas de presos, e o João Camilo era sempre o que abalava.” (José Vicente)

Ao contrário do que sucedia em Espanha, onde o pensamento anarquista conheceu seguidores e as revoltas rurais estão marcadas ideologicamente pelos seguidores de Bakunine e Ferrer, no Couço - e no Portugal rural, de forma generalizada - o ideário anarquista não colhia³⁵⁷. Desde os anos 30, pelo menos, que o Socorro Vermelho Internacional encontrava na povoação terreno fértil, nomeadamente para a recolha de fundos.

O militante comunista constrói consigo e em si formas de distinção em relação aos membros da classe que combate e no seio do grupo: ser *consciente* é não pactuar com a classe a que se opõe, é descobrir que aquilo que convém aos elementos que integram outras classes é o contrário do que interessa à classe que defende. Assim, ser consciente implica não só saber o lugar ocupado socialmente, mas ter a percepção de que existe uma luta de classes, susceptível de alterar a ordem social.

“Eu comecei a trabalhar com seis ou sete anos, em trabalhos precários, porque a nossa vida era essa mesmo. Mas a partir de certa altura, o meu trabalho era quase do tipo polivalente, fazia o que calhava, e comecei a falar com os mais velhos. Começámos a

³⁵⁷ Cf. Fernando Gouveia, *Memórias de um inspector da PIDE - 1. A organização clandestina do PCP*, Lisboa, Delraux, 1979, p. 64: “(...) o anarquismo não atraía a juventude. Em contrapartida, o secretismo dos comunistas seduzia os jovens. Dava-lhes uma certa vaidade serem o que ninguém sabia, a não ser aqueles a que estavam ligados.”

falar na vida que nós passávamos no dia a dia. Falava-se na ditadura fascista, que era o Salazar que estava nessa altura, e que a gente tínhamos que lutar por uma vida melhor. E qual era a forma de lutar por uma vida melhor? A nossa unidade em cima de tudo, e depois arranjarmos formas de luta que eram em protesto pela nossa sobrevivência, o nosso sustento. Nós trabalhávamos naquela altura de sol a sol, depois começamos a lutar por melhores garantias de vida, pelas 8 horas (...) e depois surgiu aqui uma greve no Couço, por causa das 8 horas, greve essa em que surgiu uma paralisação quase total aqui na malta da nossa terra. Nessa altura eu não tinha o ofício que tenho. Trabalhava na agricultura. Era operário, rural, vá, como se costuma dizer. Trabalhava numa herdade chamada Gato, que é aqui a uns três ou quatro quilómetros.” (António Caetano)

Distingue-se igualmente, dentro da própria classe subalternizada, por dominar saberes que exigem iniciação e que derivam da leitura, que confere distinção. O adestramento na cultura letrada em indivíduos em que o nível de instrução formal é reduzido ou nulo, permite-lhes, por um lado, uma atitude de afronta e sobrançeria face aos representantes dos grupos sociais dominantes, recusando a subalternização e desafiando-os no terreno do capital cultural³⁵⁸, enquanto por outro lado, lhes grangeia entre os elementos das classes sociais dominadas uma reputação e uma confiança que se reflecte na incorporação de novos membros.

A organização política, corporizada no Partido Comunista Português, é tida como a forma mais eficaz de agir para conseguir obter vitórias, atendendo ao conflito, implícito ou explícito, entre duas classes. Ao contrário dos contextos camponeses, em que as formas de acção política são reactivas, e pontuais, respondendo a uma alteração dos modos de vida habituais, o proletariado rural do sul enceta formas de luta activa, no sentido de introduzir modificações, de âmbito mais restrito ou mais dilatado, que alterem as condições de existência. Assim, a organização política é considerada imprescindível à concretização dos objectivos, porque permite encaminhar, direccionar e conter os indivíduos com vista a um fim³⁵⁹. Mais,

³⁵⁸ Este despique, verbalizado, ocorria quando eventualmente os elementos de classes sociais distintas se cruzavam e esgrimiam argumentos. Como é evidente nomeadamente na monografia de Alberto Garcia, os proprietários consideravam que o leque de conhecimentos dos militantes comunistas mais cultivados era muito restrito e pouco consolidado. Os militantes comunistas locais, pelo seu lado, consideravam que a cultura letrada empunhada pelos proprietários tinha um carácter unilateral, já que estes desconheciam grande parte da literatura que se ia fazendo em Portugal e no mundo.

³⁵⁹ Há uma distância acentuada entre o comportamento dos assalariados rurais do sul e os camponeses do norte. No contexto norte, a ocorrência de motins, em reacção à alteração de condições locais, e nomeadamente à acção do Estado, revela a ausência organizativa, configurada em associações, sindicatos ou partidos, de que o sul dá exemplos. Esta presença de organizações formais de trabalhadores no sul não obsta a que em momentos de luta acesa o controlo completo dos acontecimentos não lhes escape, convertendo-se as associações e partidos em organismos que constroem e limitam os ímpetus colectivos. Sobre estas questões, v. Juan Manuel Guillem Mesado, *Los movimientos sociales en las sociedades campesinas*, Madrid, Eudema, 1993, principalmente o capítulo 2, pp. 27-41.

como apontava atrás António Caetano, sobrepuja a união de classe às eventuais dissensões dos interesses individuais.

A consciência de classe, presente em todos os discursos, mesmo entre os indivíduos pouco alinhados politicamente, é constante; para um militante comunista a batalha na organização dos trabalhadores encontrava-se na transformação da consciência de classe em consciência política, ou seja, no alinhamento organizativo com o objectivo de alterar as condições sociais.

Os constrangimentos sociais ao envolvimento numa organização como o PCP eram de vária ordem, e o receio da repressão ou de represálias não seria sempre prioritário, ainda que condicionasse profundamente a participação. O controlo intenso a que se encontravam submetidos, por exemplo, os criados de lavoura levava-os a uma forte contenção em termos políticos, e convertia-os mesmo em elementos perigosos para a organização pelas relações de clientelismo e dependência com os proprietários.

A ênfase na unidade, na apresentação de uma face única em relação aos proprietários e àqueles em que os donos delegavam o poder de contratação na praça de jorna, levou à reivindicação de salários mínimos, abaixo dos quais não se deveria trabalhar. Era o nível mínimo de dignidade pessoal e profissional que aí se jogava, e se um trabalhador acesse a ser contratado por menos, a sua honorabilidade saíria lesada, por se deixar *apoucar*. O verbo, que subentende, na sua forma reflexiva, uma humilhação consentida - *apoucar-se* -, sugere a situação de subalternidade a que se remete o que aceita ir trabalhar abaixo do salário acordado: apoucou-se. Implicitamente, o grupo de indivíduos que se encontra na praça de jorna considera a existência de uma escolha, mesmo nas situações de limite. Um companheiro apouca-se, reduz-se, inferioriza-se perante os que estão seguros da sua condição de superioridade, se aceita trabalho em condições que escapam às acordadas. Ao fazê-lo, *apouca* os outros, pois qualquer cisão implica uma perda de capacidade negocial³⁶⁰. O *amarelo*, ou seja, o que quebrasse a relação solidária com os da sua classe, confrontar-se-ia com a sanção social dos companheiros, tanto mais danosa quando a unidade local é consistente.

“Não gosto de ver certas pessoas. Não quer dizer que não fale para elas, mas ver um camarada meu e ver essas pessoas... Para mim, essas pessoas não são normais, considero-as mesmo anormais. Umas pessoas, como por aí há alguns bufos que passam por a gente às vezes ali, cá para mim essas pessoas estão-me a vexar, porque são pessoas que nunca na vida lhes perdoou. O que eles faziam de um povo que naquela altura queria comer e não tinha! Havia miséria que era uma coisa terrível. Não tínhamos trabalho, trabalhávamos metade do ano.”(Américo Brás)

³⁶⁰ Sobre este assunto, ver a posição dos assalariados andaluzes registada por Juan Martínez Alier, *La estabilidad del latifundismo*, Madrid, Ediciones Ruedo Ibérico, 1968, p. 103-105.

A materialização dos conteúdos que, em termos de mudança social, se pretenderiam ver concretizados era dada pelo regime saído da revolução soviética de 1917, e pelos protagonistas desta:

“A União Soviética era sempre o paraíso. A gente não via o Stalin como um homem mau. A gente via o Stalin como defensor do povo soviético, de todo o povo. A gente tínhamos admiração por ele. Era um homem que fazia bem a todo o povo, de forma que a gente tinha por ele uma admiração excepcional. Nós fomos enganados mas a culpa não é nossa; a culpa foi deles que enganaram o próprio povo russo.” (Arenato Brás)

A militância reveste-se também de um carácter de salvação relativamente a uma vida que se encaminharia para a perdição. João Camilo e outros militantes locais atribuem ao seu recrutamento o deixar para trás uma existência recheada de vícios, ligados geralmente à convivialidade juvenil, de que se destaca o consumo excessivo de álcool. Outro militante observava, um dia em que caminhávamos pela rua e encontrámos um antigo companheiro de escola, de farta figura, que também ao nível da própria educação alimentar o recrutamento havia provocado alterações, travando excessos perniciosos, numa economia do corpo, posto ao serviço do Partido em toda a sua pujança.

A mesma rede social que predispõe à incorporação política fornece condições à estruturação de formas de acção colectiva. Não esquecer que, durante um movimento de âmbito local, há que operar com os níveis de segurança interna. Num estado ditatorial, torna-se necessário, em certas situações, cortar as comunicações com o exterior e existe a consciência de que a imprensa está sob o controlo do poder central, ou é silenciada. Mais, os líderes podem ser presos logo no início e deve haver capacidade de restaurar a organização, mesmo em situações em que a circulação de pessoas é restringida e toda a população está sob observação de informadores e da polícia. Assim, as mais poderosas orientações para a acção vêm das relações anteriormente estabelecidas, daqueles com quem se esteve envolvido directamente em laços multifacetados e recíprocos, ou seja, indivíduos que partilham a condição de *camaradas* dentro da comunidade. A tentativa de preservar alguns sectores, através dos indivíduos que os compõem, pode emergir mesmo quando parte da organização está a ser dramaticamente atingida, através do esforço pessoal e do risco associado às acções de um ou mais indivíduos:

“Na noite em que levaram o meu marido, eu ó depois abalei. Até só com uma saíta vestida e a blusa. Que eu ia tão enervada que nem sabia se ia vestida se ia despida. Levava só aquela saíta e fui a correr dizer a um moço, a um camarada nosso (...). «Agora estes já estão presos e eu vou ver se ainda salvo algum. Abalei a correr e quando ia num monte lá que é as Courelas, só tive tempo de me atirar lá para dentro de umas balsas, que eles iam num jipe atrás de mim. Andavam por ali a prender. Foram ao Sol Posto prender a Maria Galveias e o Joaquim Galvão. Até me está a arrepiar, isto. Chego lá a casa desse rapaz, o

Luís Ramos: «Ó Luís, tu levanta-te já, que a PIDE anda aí a prender, e tu vais preso também, pá!». E ele diz assim: *«Ó camarada, e eu agora, para onde é que eu fujo?».* *«Olha pá, foge já antes deles aqui chegarem, e eu fujo também, e fica a Madalena com a menina».* Pronto, o rapaz fugiu e eu abalei também e fui para casa de uma cunhada para as Courelas. E eles ainda lhe disseram para ela, deram volta à casa toda e ainda lhe disseram: *«O seu marido estava aqui, porque está aqui o sítio de duas cabeças.»* (...) *Esse rapaz andou fugido uns poucos de anos, só desde o 25 de Abril é que sabemos onde está.»* (Maria Adelina, mulher de Manuel António)

As acções individuais são delineadas a partir de sinais emanados do envolvimento local, por vezes de forma surpreendente. Comprová-lo-ia Diamantino Ramalho, o actual presidente da Junta de Freguesia, quando em 1958 procurava refúgio:

“Neste monte eu tentava namoro com a minha mulher hoje mas o meu sogro, como era o feitor, julgando-se de outra classe, de maneira nenhuma queriam que eu lá me ligasse a essa família. Só que na altura (...) ao ser perseguido pela Guarda Nacional Republicana, eu tive de entrar nessa mesma casa, onde nem na rua me queriam. Eu entrei, de facto, e estava lá a minha sogra - que é hoje a minha sogra, nessa altura não era - e ela própria me deu abrigo, me deu protecção. Tive de entrar para essa casa. Ao verem fugir dois homens para aquela quinta, sabiam de certeza que estavam ali dois homens. A Guarda Nacional Republicana sabia que estavam ali dois homens e então depois de todas as buscas, não encontraram ali ninguém, e deixaram uma patrulha mesmo na casa do feitor. Eu estava debaixo da cama com um alqueire de farelos, todo sujo, com os farelos que se dá aos porcos, e como é que eu ia sair dali? E a minha sogra preparou com alguma comida, levou-os assim a uma casinha, chamada a casa do forno, onde os sustentou com algumas coisas, uns queijos e umas coisas. Deram-me o pronto, que era a altura de eu fugir. E foi assim que eu fugi.” (Diamantino Ramalho)

No sentido de destroçar os laços locais, a PIDE podia descartar-se com os informantes naturais da povoação e, sobretudo, lançar a dúvida sobre o comportamento dos indivíduos durante os interrogatórios. Atrás do assomo de simpatia que dir-se-ia dimanar de uma oferta para devolver um detido à liberdade, após os meses de interrogatório, deixando-o na localidade de origem ou no local de trabalho, estava a intenção deliberada de, pela suspeita de conluio que esse procedimento gerava, aniquilar a reputação do militante e devastar a sua vida no seio da rede social que o acobertara. Voltaremos a este assunto.

3. A leitura como distinção e estratégia de incorporação

A literatura, e nomeadamente o realismo socialista, principalmente através de Máximo Gorki, e o neo-realismo, em termos nacionais - destacando-se Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol - constituía uma distinção, que permitia identificar os elementos do colectivo por gerar uma imagética comum, e era igualmente utilizada para a incorporação de elementos que dominassem a leitura³⁶¹. Por outro lado, são vários os casos de militantes locais que revelam nos relatos de vida a imbricação da literatura com o envolvimento político³⁶².

Arenato Brás, um militante local detido duas vezes e com uma permanência na cadeia de nove anos, distinguia-se pela sua centralidade na circulação de literatura, assinando várias colecções de editoras malquistas pelo regime salazaristas, para poder aceder a montante às obras literárias que eram apreendidas nos escaparates das livrarias. Em 1947, aquando da instrução do processo em que se encontra envolvido com João Camilo, João Garcia Labaredas, Joaquim Castanhas e Manuel Augusto Silva, logo no primeiro auto de perguntas, é questionado sobre uma carta de Agostinho da Silva, escrita de Montevidéu. Responde que os contactos com o professor são antigos, associados a uma colecção de livros por este editada e cuja assinatura Arenato Brás fizera, no sentido de garantir o acesso a todas as obras. Atendendo às dificuldades de aproximação a formas literárias perseguidas pelo poder político, era corrente esta prática, sendo igualmente referida por outros residentes no Couço. Arenato é recorrentemente apontado como o indivíduo que a mais obras de literatura acederia e fazia circular, através de empréstimo, no núcleo adstrito ao colectivo comunista local³⁶³. Ainda que em termos de instrução formal se haja quedado na segunda classe, a sua “cegueira” pela leitura, juntamente com as estadias na cadeia e uma curta permanência em França, emigrado, fazem-no possuidor de uma biblioteca variada, com obras em várias línguas³⁶⁴.

³⁶¹ Também Mário Soares, *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 26 confirma que “...o veículo da literatura de combate constituía uma boa introdução à militância política. Geralmente, começava-se pela leitura do Redol ou do Soeiro, ou, ainda melhor, do Jorge Amado (...) e terminava-se nas juventudes comunistas e nas longas aprendizagens (insubstituíveis!) das prisões do Aljube e de Caxias...”

³⁶² Em resposta a um pedido, Maria Custódia Chibante viria a fornecer a lista dos autores ou obras que considera terem-na marcado. Eis a ordem: Soeiro Pereira Gomes, José Cardoso Pires, José Saramago, Alves Redol, Jorge Amado, Tomás da Fonseca, Ferreira de Castro, José Rodrigues Miguéis, Vítor de Sá (a tese de doutoramento), antologias da Seara Nova, Lília da Fonseca, Ilse Losa, Máximo Gorki, Manuel da Fonseca e Aquilino Ribeiro.

³⁶³ O receio das buscas e apreensões levava a que muitos livros potencialmente suspeitos fossem enterrados ou suspensos nos poços. A sua deterioração, pelas condições a que estiveram expostos, leva a que poucos sejam ainda mantidos.

³⁶⁴ Assinante de *Le Monde Diplomatique*, mostrava-se particularmente agradado pelas ideias expressas pelos colaboradores deste periódico, apreciando detidamente os editoriais e os artigos que referenciavam revoltas, rebeliões ou levantamentos, que gostava de discutir. Na história de vida diz ter “cegueira por ler” e “cegueira por revoluções”.

A leitura de alguns jornais diários, com anátema de outros, constituía igualmente uma forma de distanciamento de classe e proximidade no grupo. Virgínia Garcia dos Reis, viúva de José Nogueira dos Reis, diz do marido que

“Nunca assinou outro jornal que não fosse a República. Punha-se ali sentado à porta, no Verão, lendo o jornal, e passou um que era ali dono do Sol Posto, e deu-lhe um estalo na mão, fez-lhe cair o jornal: «Ó meu comunista, vens para a porta ler a República, meu comunista!» E depois ele disse-lhe: «Ó seu mal educado, você não tem vergonha. Meta-se comigo, quando eu me meter com você!». «É para não leres o jornal, que isso é um jornal comunista que tu estás a ler». Era assim, naquele tempo.”

O carácter congregador da leitura no seio do colectivo, permitia aos elementos dos grupos dominantes detectarem, marcarem e tentarem medidas profilácticas contra a contaminação ideológica dos assalariados. Quando à consciência de classe se sobrepunha a leitura de determinados textos, o despertar político quase inevitavelmente ocasionava um subsequente alinhamento. Mais, poderiam ser elementos que se distanciavam dos assalariados rurais, pelo seu capital cultural, que lhes davam conta do encaminhamento, com a via apontada como se de uma revelação se tratasse:

“Eu comecei a trabalhar mais ou menos aos oito anos, a guardar porcos. Depois, quando foram as eleições do Norton de Matos, nessa altura havia o jornal República, e a gente lia o jornal República. Eu, nessa altura, sabia ainda pouco ler, ainda hoje sei, mas estive lá aqueles dois anos [na prisão], aprendi mais alguma coisa. Eu e mais outro rapaz estávamos a ler o República, e chega esse professor, que era de Manteigas e que estava ali no Sol Posto, e diz assim para a gente: «Então, o que é que vocês estão a ler?» «O República, por causa do Norton de Matos». Lá estive a ler, e depois tirou de lá outro [jornal], mas eu não me recordo qual era, e diz: «Então e leiam lá este...» Não estava bem de acordo com aquilo que lá estava, estava a dizer mal do Norton de Matos, que a gente só via o Norton de Matos, que a gente não tinha política nenhuma. Daí a nada, diz assim para a gente: «Vocês são comunistas». A gente ficámos a olhar assim um para o outro. A gente sabia que o Arenato tinha estado preso e que tinha feito a greve da fome mais o João Camilo, e um dia ele veio lá vender sardinhas e a gente perguntámos-lhe: «Então, ó Arenato, esse professor aqui do Sol Posto disse que a gente éramos comunistas...» Ele explicou à gente, e de verdade que é assim tal e qual como ele disse. Então a gente farta-se de trabalhar e não temos nada, é só fome e miséria? E fomos indo, até 58, ligados ao Camponês, que havia um jornal antes, chamado O Camponês. Em 58 entro então para o Partido. Veio aquela coisa do Humberto Delgado e do Arlindo Vicente, e fomos inscrever para o direito a voto, mas não tivemos direito a nada.” (António Oliveira)

O secretismo da passagem dos textos, que abrangia mesmo os iletrados, bem como a associação da adesão a um ideário com a solidariedade em relação àqueles que estavam a sofrer na cadeia, calava fundo no recrutamento:

“Um homenzito que andava aí, andávamos em Verdugos a tirar cortiça; o homem aparecia-me lá com os Avante!’s pequeninos. Eu não sabia ler. Ele também não tinha andado à escola, mas depois começou-me a dizer: «Eh pá, tu não tens disto? Eles cá aparecem, tu não tens precisão de saber quem é que os traz. Todos os 15 dias vem e a gente dá 5 escudos para ajuda dos presos que estão nas cadeias, para o tabaco, para a alimentação». Eu disse logo: «Quero, pois, quero».” (João Pedro Marrafa)

A leitura ou a audição de textos emitidos pelo PCP - nomeadamente, o *Ávante!*, *O Camponês*, pequenas tarjetas e comunicados diversos - eram tanto mais alvo de aceitação quanto constituíam uma redundância das condições de existência, lidas ou ouvidas como um espelho da realidade. A conjugação entre o nível local e o translocal detém um papel de envergadura neste reconhecimento, plasmando-se a vida individual e os sofrimentos concomitantes nas realidades descritas para outros contextos, eventualmente distantes:

“Logo de pequenina foi dos sofrimentos maiores que eu podia encontrar. Nasci na freguesia do Couço, num monte mais distante daqui. Fomos sete irmãos, cada ano nascia um, e o meu pai sozinho a ganhar para nós comermos. Não conseguia de maneira nenhuma: não tinha sapatos, não tinha roupa, muitas vezes não tinha comer. Tudo se passou em pequenina. Depois, tinha aí uns nove anos, não entrei na escola, não tive direito à escola. Entrei no trabalho. Trabalho muito difícil, e eu tinha muitas frieiras nos pés. Tinha que atravessar pedras e gelo descalça. O sofrimento acompanhou-me toda a minha vida. Os primeiros sapatos que calcei foi quando me casei, com 19 anos. Entretanto continuou o sofrimento e na minha cabeça começou a crescer uma luz ao fundo do túnel. Eu comecei a ver que havia pessoas presas, pessoas a sofrerem já nas mãos da PIDE, nas mãos do fascismo, pela luta dos que sofriam mais. Aí, eu comecei a ver. Começou a haver na terra uns papeizinhos clandestinos, e então a gente apanhava-os e na cozinha do trabalho a gente lia. Quem sabia ler, as outras escutavam. Eu ouvia ler. Ao ouvir ler, escutei um papel que era da fuga do Álvaro Cunhal do forte de Peniche, e esse papel ficou-me na cabeça. Aquele guarda prisional que deu a fuga ao Álvaro Cunhal, a mim, deu-me uma ajuda politicamente, abriu-me um leque dentro da minha cabeça: «A gente tem que fazer qualquer coisa também». Tinha que fazer qualquer coisa porque eles estavam a sofrer por mim e pelos outros iguais a mim.” (Maria Guilhermina Galveias)

Em paralelo com a instrução ou na ausência dela, segue a leitura, superando os níveis formais reconhecidos pelo Estado. Enquanto um entrevistado, retomando medidas locais, salientava que apesar de não ter frequentado a escola, havia aprendido a ler por si e pelo apoio de um colega de trabalho, e já havia lido “mais de uma carroça cheia de livros”, outros afirmam ostensivamente o acesso aos conteúdos do conhecimento que associam aos letrados, salientando o esforço individual na sua valorização:

“Eu lia muitos livros. Tirei a quarta classe, mas hoje tenho um bocado mais que a 4ª classe. Só a prática... Eu, quando os meus netos tinham o terceiro ou o quarto ano, ou o quinto - o sétimo ou o oitavo, ou o nono, hoje já não é por isso - eu talvez soubesse mais do que eles. Vamos lá, as matemáticas, essas coisas, eles começam logo a saber mais. Eu sabia, eu cheguei a saber as capitais do mundo inteiro, eu conhecia os rios todos, os maiores do mundo. Ainda hoje sou capaz de dizer alguns: o maior do mundo é o Nilo, em extensão. O maior caudal em água doce é o Amazonas. O rio Negro tem quatro vezes mais água que o Mississipi. Há certas coisas de que eu não me esqueço. O Mackenzie, que é um rio no Canadá, tem quatro mil quilómetros.” (José Vicente)

Reforçando a junção do papel do parentesco e da amizade, com a leitura, uma militante local que viria a permanecer vários anos na clandestinidade, entre duas prisões, explica o seu recrutamento:

“Através do meu marido [Joaquim José Dias], do João Camilo, do Isidro e de outras pessoas mais, e de outra rapariga que eu gosto muito dela, que está em Lisboa, Maria Rosalina, que mora na Damaia. Era essa rapariga, que era muito activa, que vinha fazer reuniões na minha casa. Distribuía assim panfletos, que naquela altura não se podia fazer grandes coisas. Íamos reunir a casa de outras pessoas pelo campo.(...) Era tudo reuniões pequeninas, porque era no início.” (Custódia Marques)

Preparado o terreno pelo acesso a uma linguagem comum, facilitada pela leitura ou pela audição, o recrutamento dependia de um período de observação do indivíduo por parte de um ou vários dos que já estavam politicamente organizados. Os *envolvos*, ou seja o conjunto de circunstâncias e pessoas que rodeavam um indivíduo, influenciando e constringendo, ajudam a explicar alguns dos recrutamentos, constituindo a parte preliminar dos ritos de incorporação. A amizade fornecia o ambiente social adequado, unindo indivíduos de estatuto social equivalente, que partilhavam os mesmos locais de encontro e convívio

A expressão “recrutar”, que remete para um léxico militar, compreensível devido à assunção leninista do partido como exército é, no vocabulário dos processos constituídos pela PIDE, transmutada em “aliciar”, numa remissão para uma linguagem de sedução e

convencimento que desresponsabiliza o indivíduo. A nível local, a expressão “agarrar” surge com o mesmo sentido, introduzindo uma dupla dimensão ao acto de recrutamento: perseguir e emparceirar. Qualquer dos termos - recrutar, aliciar, agarrar - pressupõe não uma adesão individual, mas uma escolha por um grupo previamente constituído e institucionalizado relativamente a um novo membro, ou seja, uma cooptação. Aceitar o recrutamento, longe de constituir uma mera quebra na rotina de uma aldeia de província ou a busca da promoção pessoal, como indicia Pacheco Pereira, era estar disposto a correr o risco desta incorporação, e nomeadamente a prisão, e a relutância em anuir poderia dever-se a factores que se associam à insegurança pessoal. Assim, o nível de iliteracia, ou mesmo o analfabetismo, poderiam condicionar a não aceitação da incorporação.

A conjugação de uma memória de luta e repressão, com razões pessoais e com o envolvimento baseado no parentesco está bem patente no recrutamento de Joaquim Canejo:

“Isto já nasce conosco. Porque a gente sabe que há muitos irmãos que vivem a mesma vida e não são capazes de lá chegar, não despertam para isso. Isto despertou talvez, em 1956, em que a guarda andava a bater aqui o Couço. Nessa altura eu tinha mais ou menos 20 anos.(...) Em 56 começámos a andar mais apertados, que eles batiam mais, já. Quando a gente estava na praça de jorna, para conseguir mais salário e emprego, então, eles batiam nas pessoas, mandavam as pessoas dali para fora para os porem a trabalhar pelo ordenado que eles queriam. Então, nessa altura, isso sacode-nos, faz-nos ganhar um bocado de reacção em relação àquilo que se está a passar: salários baixos, fome, desemprego, e depois, ainda por cima, baterem nas pessoas ali na rua. Eu recordo-me que há uma altura que, eu era novo e venho ao Couço para comprar umas botas. Eu vivia nos Foros de Lagoíços, onde vivo, e venho para comprar umas botas. O que acontece é muito interessante: eles andavam ali a bater e eu tentei ir para cima. Encostei-me com uma bicicletazinha a pedal ao lancil. Pensei: «Talvez escape, aqui». Não escapei. O sargento, um gajo pequenino, quando passou, com a coisa, pimba! E apanhou-me. Talvez isso ainda ajudasse mais, se até ali já havia uma coisa, então pior. E há uma altura em que eu tive uma doença de vesícula e comprei umas vacas turinas, e é nessa altura que a minha prima [Maria Custódia Chibante] me alicia.” (Joaquim Canejo)

Pacheco Pereira salienta a acção de contágio como decisiva nos casos do Alentejo e da margem sul do Tejo, e considera que a motivação era psicológica e individual. A este contágio contrapõe-se, no caso estudado, três ordens de factores: em primeiro lugar, a existência de uma memória local, prolongada através de formas culturais em que o parentesco desempenha um importante papel de perpetuação, ao conferir um sentido de cadeia familiar ao alinhamento político; em segundo lugar, a densidade da rede social que encaminha, integra, dirige e

constrange os indivíduos; finalmente, razões conjunturais, com a guerra civil de Espanha a aparecer recorrentemente referida como desencadeadora de simpatias:

“Tinha aí uns doze ou treze anos, havia a guerra de Espanha. Então comecei por ouvir a rádio espanhola livre. Ia lá para o café do [incompreensível] e eles mandavam-me para a porta para ver se vinham os reaccionários. Eu batia com o cotovelo na porta quando eles vinham. Eles desligavam a telefonia. Eu ralhava, que queria ir lá para dentro ouvir, e lá ia ouvir as notícias da Rádio Espanha Livre. E assim comecei a gostar do que se defendia. Considerava a esquerda uma coisa boa e eu cada vez me sentia mais revolucionário. Considerava-me já revolucionário, considerava-me já como os vermelhos da Espanha. Ficava todo contente. Quando os reaccionários daqui mandavam camionetas de comer, ficava aborrecido. Eles mandavam lá para os nacionalistas: «E os comunistas não apanham nada, é uma malandragem!». Cheguei a ver gente da Espanha que passava, falava com eles, perguntava como é que aquilo lá estava. Que aquilo que estava muito mal, que matavam muita gente, que matavam muitos na praça de touros de Badajoz. Portanto, eu tinha um ódio ao nacionalismo, aos capitalistas.” (Arenato Brás)

Também a Segunda Guerra Mundial tem um carácter congregador, fazendo muitos coucenses alinharem nas discussões de forma decidida ao lado da União Soviética, e sentirem-se triunfadores em cada avanço do Exército Vermelho:

“Bem, vem a guerra de 39, e eu continuo na mesma. Ainda me lembra de um jornal alemão, não me lembra o nome dele, que mostrava, quando começou a guerra na Rússia, que apresentam as mulheres russas agarradas aos arados, a puxar os arados para fazer as sementeiras, e eu lembro-me: «Eh, então que miséria aquela! Destroem tudo, até têm que ser as mulheres a lavrar a terra». E se a propaganda era contra os vermelhos, eu passei a gostar mais dos russos: «Tal não é aquela miséria, se os homens vão para guerra, têm que ser as mulheres a trabalhar». Eu comecei a estar mesmo de acordo com os russos. Nessa altura já teria eu muitos anos. Ora, em 41 começou a guerra, em 45 eu já era um homem feito, já tinha 20 anos. Entrei para o Partido Comunista Português não sei se teria 19 anos, se 18. Fui aliciado pelo João Camilo e pelo João Labaredas, mais velhos que eu. Pronto, então eu entrei no Partido e comecei a lutar. O problema da gente por vezes lutar eu digo que é este de ter assim uma certa inclinação para quem sofre.” (Arenato Brás)

O parentesco é aqui revelado no que tem de fundamental no aliciamento político: são vários os indivíduos que referem um irmão como responsável pela adesão política e alguns conjuntos de irmãos são referidos. As esposas, as cunhadas, sempre num mesmo estrato etário,

são outros membros da família apontados³⁶⁵. Esse recrutamento, feito entre indivíduos do mesmo nível etário, estende-se igualmente aos colegas de profissão. O peso da idade é significativo, pois um indivíduo mais maduro poderá aliciar outro mais jovem, mas o inverso não é corrente, salvo se o capital cultural do mais novo o distanciar.

A vizinhança, pelos contactos duradouros e desejavelmente amigáveis constitui um ambiente propiciador ao recrutamento. O convite à leitura de comunicados ou de *imprensas*, ou à participação em sessões de esclarecimento podia provir de vizinhos próximos³⁶⁶. Para as mulheres, com mais tempo passado na esfera doméstica devido ao trabalho sazonal, o nível da vizinhança detém uma importância acrescida, como se verá.

³⁶⁵ Uma das detidas em 1960 refere “*Que, em determinado dia, durante as mondas do ano findo, isto talvez em Agosto, andava a respondente a trabalhar no campo, juntamente com outras mulheres, entre elas a sua cunhada [segue-se a identificação da cunhada], quando algumas destas suas companheiras começaram a falar sobre diversos panfletos do «partido comunista português», que tinham sido espalhados na rua, incitando os camponeses à luta para reivindicações de melhores condições de trabalho. - Que, a respondente, depois das suas colegas terem comentado o assunto, disse que gostava de ler um desses panfletos, mas que nunca lhe chegara nenhum às mãos. - Que, passados alguns dias, a respondente encontrou-se na rua com a sua cunhada [identificação] a qual lhe deu para ler, um exemplar do jornal «o militante», editado pelo «partido comunista português», dizendo-lhe, «Pega lá, que é para tu não andares a dizer que não lês nenhum. (...) -Que entretanto, a respondente foi trabalhar para as ceifas em Almada, junto dos Foros do Biscainho com aquela sua cunhada, donde só regressaram cerca de 6 semanas depois, ou seja, quase em fins de Outubro.»* Arquivo da PIDE/DGS, Processo-Crime 862/60 Divisão de Investigação, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 54 e vs.- fl. 55.

³⁶⁶ Num dos processos de 1960, um dos arguidos confessa que “*...em Agosto de 1958, pouco mais ou menos, o respondente residia em Foros de Lagoiços, onde foi «abordado» por um seu vizinho de nome [segue-se a identificação], que lhe disse se queria ouvir falar um «homem de fora» a favor de quem trabalhava.*” Arquivo da PIDE/DGS, Processo-Crime 862/60 Divisão de Investigação, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 59.

4. Recrutamento e ritos de entrada

Antes de alguém ser recrutado, era *acompanhado*, ou seja, sujeito a um período de observação e de atenções redobradas por parte dos militantes, com a passagem por pequenas provas, como por exemplo a atribuição de tarefas com um grau de perigosidade que ia aumentando. A ascensão em termos organizativos ficava também marcada pelas leituras partidárias a que se ia acedendo. A partir da fase de *simpatizante*, com a recepção do *Ávante!* (ainda que eventualmente não saiba ler) e a contribuição com fundos destinados à manutenção do aparelho clandestino e ao auxílio aos presos políticos e suas famílias, o enquadramento como militante poderia ocorrer³⁶⁷. A recepção de *O Militante*, conjuntamente com o *Avante!* e o *Camponês* dava conta dessa mudança de estatuto: o recrutado acedia, pelo rito de entrada, a informação acrescida, e penetrava num domínio a que, na anterior condição, não conseguiria aceder. Nos interrogatórios após a prisão, a polícia política estava particularmente atenta a estas leituras, indiciadoras de maior ou menor envolvimento.

Quando o neófito é admitido, a atribuição de um novo nome, um pseudónimo, constitui um baptismo conspirativo. Este pseudónimo, que passou a constituir uma das máscaras necessárias à actividade clandestina, foi introduzido após a reorganização de 1929 para fazer face às condições de repressão que emergiram depois de 1926³⁶⁸. Inicialmente composto por dois nomes, será mais tarde simplificado, cabendo às mulheres um nome masculino, alegadamente por razões de segurança. Tornar-se-ia corrente que um funcionário tivesse pelo menos dois pseudónimos, um para utilizar nos contactos com os escalões superiores e outro para relações políticas ao mesmo nível, visando assim obter maior protecção em caso de detenção. O funcionário devia, por razões que se prendiam com a sua segurança e a da organização, distanciar-se das bases, que se supunham mais atreitas à contaminação e logo, de risco acrescido.

O facto de serem poucas as mulheres militantes nas décadas de 30 e 40 justificava a precaução de adoptarem um pseudónimo masculino. Mas como explicar que a medida se prolongue noutros momentos em que a organização feminina ganhara importância e em que as filiadas eram em maior número? O dessexuar das mulheres em termos da identidade

³⁶⁷ Segundo Pacheco Pereira, “*A passagem a militante integrado no organismo significava nas condições de clandestinidade, um acréscimo de confiança política, dado que se passava a conhecer outros membros do Partido e a participar num trabalho colectivo*”. José Pacheco Pereira, *A sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, p. 101.

³⁶⁸ O antigo inspector da polícia política Fernando Gouveia, *Memórias de um inspector da PIDE - I. A organização clandestina do PCP*, Lisboa, Delraux, 1979, p. 19, atribui ao barbeiro Júlio César Leitão, expulso do Brasil, a introdução de pseudónimos no PCP, bem como de um sistema de *encontros*. Então, o aparelho clandestino do PCP nas cidades enquadraria *células de rua*, que eram partes de um *comité de zona*, controlado por um *comité regional*, que estaria sob a direcção de um *secretariado*. Para Gouveia, não teria sido Bento Gonçalves a introduzir as regras conspirativas.

conspirativa tinha como complemento paradoxal a existência de comités exclusivamente femininos, estando fora de questão que uma mulher local dirigisse um organismo masculino. Ou seja, à lógica igualitária propalada pelo partido, sobrepunha-se uma cultura tradicional com uma construção de género que obstava a que um militante do sexo masculino se tivesse de confrontar com uma mulher como dirigente de um organismo.

À construção de uma cultura de resistência que pretendia, no longo prazo, a criação de um *Homem Novo*, eram acrescidos elementos que marginalizavam as mulheres em relação a essa edificação. As mulheres do Couço organizam principalmente outras mulheres, ainda que a situação tenda a alterar-se no início da década de 60. Sob a sua alçada, vulgarmente, não existem homens, ainda que eventualmente possam ter sido elas quem os recrutou. Em sentido inverso, todavia, os homens podem ser e são nos níveis superiores, responsáveis pela organização das mulheres. Ou seja, às formas de organização leninistas sobrepõem-se construções de género tradicionais, que impedem que um indivíduo do sexo masculino seja dirigido por uma mulher.

O pagamento de uma quota³⁶⁹, contribuição para a manutenção da organização, distinguia-se dos donativos em fundos, verificados mensalmente nas rubricas publicadas no *Ávante!*, e que tinham origens variadas: o sobrecontributo dos militantes, a recolha, selectiva na povoação ou generalizada nos ranchos de trabalho, as rifas que pressupunham um sorteio. Nas colectas de fundos, poder-se-ia alegar que o dinheiro que se recolhia se destinava a ajudar um homem desempregado, ou uma mulher em dificuldades - por vezes, em parte, assim era, destinando-se os fundos recolhidos a apoiar as famílias dos presos políticos, ou dos militantes que se encontrassem na clandestinidade.

“Eu ajudava o partido com a compra do Avante!, o Avantezinho pequenino, e às vezes pedidos que faziam, dava alguma coisa, mas não fazia parte do partido. Depois de eu estar na prisão é que o meu irmão passou a fazer parte do partido mesmo.(...) Eu só fui militante do Partido depois do 25 de Abril, embora que contribuisse bastante para o partido e soubesse de muitas coisas e chegasse a estar em reuniões. Mas na altura que eu era mesmo para entrar para militante do partido foi quando o meu irmão foi preso, e depois mais tarde, antes do 25 de Abril, que o partido estava organizado outra vez aqui no Couço, eu não trabalhava aqui.(...) Militante do partido eu nunca fui. Tinha uma contribuição todo os meses para o partido de x, que me vinham pedir para o partido,

³⁶⁹ Em 1947 os quantitativos distribuíam-se do seguinte modo: dos cinco escudos entregues por mês por cada militante, 2 constituíam a sua *quota* e 3 era o *auxílio*; neste último eram abatidos \$50 que serviam ao pagamento da *imprensa*, que incluía o *Avante!* e o *Militante*. Os dados referentes a 1960, constantes dos processos então instaurados, confirmam as mesmas quantias. A informação oral infirma esta constância. Um dos entrevistados afirma ter começado a pagar 100\$00 de quota, depois de ter sido libertado, em 1958. Quando fora preso, nem estaria organizado, mas a prisão transformou-o, e quando saiu, a elevada quota que se propôs pagar constituía uma demonstração da sua disposição para ser politicamente incorporado.

mas que eu fosse militante, não. Não fui militante do partido por causa do meu irmão. O meu irmão não queria envolver a gente os dois naquela altura no partido.”(Joaquim Patrício Isidro)

Os sacrifícios exigidos, medidos em dor, mas também através dos códigos sociais, são relatados frequentemente para dar a dimensão do amor ao partido e a uma causa:

“Estava a tirar cortiça no Monte Novo, assim, à falca, e cortei-me aqui num joelho. Dei um golpe num joelho e vim ter aqui com um médico, que era um médico a quem chamavam o Dr. Sancho, um médico da tropa reformado que estava aqui a dar consulta. Fui ali, ele pôs-me ali uns agrafos e desinfectou, tratou e eu fui ao encontro à mesma. Fui à Varejola, a pé. Fui com o Isidro, estávamos combinados de encontrar-nos ao distrito. E eu não falhei, mesmo côto, estive lá. E quem era a pessoa que vinha do Comité Central estar ali com a gente? Era o António Gervásio, foi o António Gervásio. Veio à Varejola ter à casa do Zé Caetano.” (Manuel Gil Nunes)

Convertido em militante, o indivíduo iniciava uma carreira que o tornava *responsável*, de forma mais coloquial chamado *controleiro*³⁷⁰, expressão que traduz melhor a relação de mediação entre níveis que a função na organização traduzia. De resto, qualquer subida em termos hierárquicos significa um acréscimo da informação controlada, atendendo à estrutura piramidal do partido. No sentido pleno, o controleiro é todavia alguém que já se integra num outro escalão, que se transformou em *funcionário*. Este funcionário, numa assunção da concepção de partido leninista que propõe a profissionalização do militante comunista, recebe um salário mensal baixo, reside numa casa clandestina ou transita entre várias *casas de apoio*. Ou seja, *mergulhou*, numa verbalização que pressupõe a invisibilidade que resulta da submersão.

Este *mergulho*, que é a suprema aceitação da militância, obriga inevitavelmente à criação de uma nova personalidade. Um novo bilhete de identidade, uma nova carta de condução e boletim de registo de viatura, todos falsos; a supressão de sinais indicativos da antiga individualidade, como o luto por um parente recentemente falecido, ou o gesso num membro fracturado:

“Mas depois, quando fui preso a terceira vez, já o meu pai não era vivo. A minha mãe morreu uns dias antes de eu abalar para a clandestinidade. Até que houve duas coisas que eu tive que fazer: parti esta mão, e tive que tirar o gesso com isto fresco, e não pôr luto, porque eram duas coisas que podiam chamar a atenção.” (João Camilo)

³⁷⁰ A expressão existem em diferentes níveis organizativos e dá sempre conta de uma relação vertical com aqueles que são *controlados*.

Esta nova fase na vida do revolucionário pressupõe o acesso ao conhecimento de técnicas conspirativas próprias para a sobrevivência na nova situação. Ter passado anteriormente pela prisão pode ter constituído um passo nesta aprendizagem, e pelo menos em dois casos no Couço assim terá sido. Todavia, quando o *mergulho* se dá precisamente para escapar a uma detenção que se adivinha, o clandestino permanece algum tempo com outros quadros que o iniciam nas técnicas e comportamentos a adoptar, e na habituação ao novo ego.

“Eu era Moreira, fui sempre Moreira. Tive uma identidade falsa, era Joaquim Pinheiro. Fui preso com uma identidade falsa. O funcionário não dizia o nome, mas nós sabíamos sempre os dos outros. Por exemplo, quando eu fui para o Algarve, foi um camarada que era meu conhecido que me disse: "De tal parte é o camarada Tal, e de tal parte é o camarada Tal..." Porque tinha de haver isso, tinha de ser isso, porque às vezes havia funcionários que não aguentavam. Mas o Partido tinha confiança, e assim podíamos nós saber o nome de alguns. Não era de todos, mas dos responsáveis de cada sector com quem nós nos reuníamos, e com essas pessoas preparávamos outras reuniões, outros encontros, outras formas de luta, até. Esse camarada, então, deu-me as indicações, e depois esses camaradas também já sabiam que iria alguém ter com eles...” (João Camilo)

As crianças que acompanhassem os pais na passagem à clandestinidade eram particularmente industriadas e testadas, pois a debilidade dos seus mecanismos de defesa verbal convertiam-nas num perigo suplementar para uma casa clandestina. A tónica é sempre posta no controlo de cada um e na capacidade de teatralização na criação convincente de uma nova identidade.

“Em 63 fui para a clandestinidade, fiquei a viver aqui em Lisboa (..) e eu comecei a ter actividade de casa: escrever para o jornal das mulheres, fazer trabalhos para o Partido sobre isto e sobre aquilo que o Partido entendia e fiquei a tomar conta da vigilância da casa e do camarada com quem vivia. (...) Claro que há histórias da clandestinidade que não interessam. As histórias com as senhorias, contratos, etc. (...) Depois, as mentiras que tinham que se inventar. A senhoria vivia lá também no prédio, e entrava-me em casa. Fazia-me muitos elogios, dizia-me que nunca tinha tido a casa tão bonita, tão bem arranjada, mas nunca via o meu marido. O meu marido era embarcado. Eles, que tinham vivido em África, gostavam muito de frutas africanas e eu tinha que comprar de vez em quando, com sacrifício enorme, frutas africanas para dar à Dona... esqueço-me o nome, porque ela julgava que o meu marido era embarcado. E fazer infravermelhos em casa para poder dizer que tínhamos ido para a praia.” (Graciete Casanova)

O conflito entre a vida familiar e os sacrifícios exigidos pelas escolhas políticas fica obscurecido em grande parte das narrações de vida³⁷¹. A sobreposição dos interesses do Partido e da causa que se defende, aos da família é patente em poucos relatos:

“Eu não tinha ordenado. Trabalhei para os trabalhadores, para o Partido, estes anos todos, e não tinha ordenado nenhum. A minha mulher só recebia 200 escudos por mês para a ajuda da escola dos meus gaitos. Não era nada, 200 escudos, o que era isso? Ela trabalhava, ela é que trabalhava no campo e que sustentava os seus filhos. E com alguma coisa que lhe iam dando, que sabiam que eu andava naquela vida, vivia assim. Eu fui um mau pai para os meus filhos e um mau marido para a minha mulher. Fui bom para as pessoas e mau para mim próprio e para a minha família. Por isso, o meu pensamento era este, e continua a ser: eu, desde que resolva o problema de todos os trabalhadores, está o meu problema resolvido. Porque eu era trabalhador e operário. O problema era este: resolver o problema de todos os trabalhadores, era resolver o problema dos meus filhos e da minha mulher, e o meu próprio problema.” (Jerónimo Bom)

Esta consciência, que se reporta a uma realidade futura, e reflecte o conteúdo teleológico da doutrina marxista, não dá todavia conta da contradição representada no plano imediato pela adesão a uma causa, que implica um significativo sacrifício para o indivíduo e sua família, em termos económicos e emocionais. A renúncia a uma vida mais fácil - ainda que sob as condições árduas do proletariado rural do sul - ficava implícita quando um indivíduo adería ao Partido Comunista e, de forma vincada, acedia a passar à clandestinidade.

³⁷¹ Um sentido de dignidade, mas sobretudo a noção de que foi feita uma escolha, ficam implícitos nesses silêncios e omissões. Algumas esposas de militantes locais comentam a vida mais dura que tiveram em relação às expectativas sociais dos grupo de origem, ficando subentendidas comparações com outras mulheres do mesmo estrato. As agruras da clandestinidade e da prisão são tanto mais referidas quanto se lhes juntem problemas de saúde para que não havia dinheiro, ou a ausência de possibilidades de pagar um curso superior a um filho.

5. O saber que circula e a história que não se partilha

A ideologia comunista enfatiza a cooperação e a igualdade. Todavia, por razões que se prendem com a eminência da repressão, a partilha do conhecimento tinha de ser restringida ao grupo, assumindo as trocas com os elementos da orla, inicialmente, um carácter experimental, e depois formas mais aprofundadas. As designações - simpatizante ou militante - e as formas de apelação - «amigo» ou «camarada» -, que se associam ao tipo de *imprensa* recebido, dão legibilidade aos diferentes níveis de partilha. Mesmo dentro do colectivo local, por razões de segurança, os indivíduos não tinham todos o mesmo grau de acesso às questões associadas com a organização. As reuniões com o funcionário, além de uma parte comum, em que todos os elementos do organismo local poderiam estar presentes, comportavam ainda uma outra, em que o responsável reunia separadamente com cada militante, quer para o responsabilizar por tarefas específicas, quer para que este lhe fornecesse informações e contas do seu sector específico.

Nos encontros³⁷² fora dos espaços tidos como seguros para reuniões e que pusessem em contacto indivíduos que se desconheciam, a existência de uma senha e de uma contra-senha, verbais, ou de pequenos objectos - bilhetes de transportes, horários, fósforos - separados em duas partes que deveriam coincidir, facilitavam o reconhecimento e a incorporação³⁷³. Essas credenciais constituíam uma forma de, mantendo o segredo, desvelar quando bastasse³⁷⁴, de forma a assegurar a passagem de informação, que, como se referiu, era sempre selectiva.

"Havia instruções mesmo para nos dirigirmos a determinado local...Eu, por exemplo, levava a senha, tinha a palavra, e quando chegava o outro camarada, dizia qualquer coisa: «É capaz de me ensinar o caminho para tal sítio?» e havia uma parte da palavra que estava lá: "Não sei" ou "Em tal parte". E mostrava, via que estava com o camarada indicado e mostrava."(João Camilo)

A explicação para, nas condições mais adversas, ser mantido o grau de secretismo que sustentava a organização política, se radica na preparação política dos militantes - a leitura de uma pequena brochura, *Se fores preso, camarada*, era suposta contribuir para esse

³⁷² No início de cada encontro, o *minuto conspirativo* destina-se a acordar uma razão comum para estarem juntos. Esta justificação architectada prevenia que os elementos em reunião, ao serem surpreendidos por elementos da polícia política, fornecessem explicações díspares quando interrogados separadamente.

³⁷³ Ver, por exemplo, o relato feito no 2º volume do Processo-Crime nº 757/47, fl. 24 vs. e fl. 25, a propósito de um encontro numa livraria em Coruche que servia de receptora à imprensa clandestina. Também no auto de apreensão feito a Joaquim Mocinho aquando da sua prisão, o chefe de brigada Sílvio Mortágua encontra “*Um bocado de um horário das carreiras dos vapores entre Lisboa e Barreiro rasgado irregularmente e que constitui uma «credencial»*” Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 514/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 4 vs.

³⁷⁴ Em algumas ocasiões, além das frases, também se trocavam moedas, devendo cada um saber quantas entregar ao outro. Cf. Fernando Gouveia, *ob. cit.*, p. 146

adestramento³⁷⁵ - é evidenciada, com base nas características pessoais e nos constrangimentos resultantes da consciência política, em vários dos relatos:

“A minha mãe dizia que eu pouco chorei. Nunca fui um homem com medo, nunca fui um homem tímido. Eu não temia a luta, nem a prisão, nem qualquer problema. O que eu queria era nunca ficar mal, nem deixar ficar mal os meus camaradas, que lá estavam já a ser sacrificados. Eu, na prisão, sabia de segredos do meu cunhado e do meu irmão. O meu cunhado tinha lá em casa um funcionário do Partido. Eu sabia desses segredos todos, sabia o nome até do rapaz, e conhecia-os. Nunca, na polícia, ninguém soube o que é que o meu cunhado ou a minha irmã ou o meu irmão... Eu sabia que ele dormia ali, a polícia perguntou-me tanta coisa, e eu nunca disse nada disso. Nem que eu tivesse o que tivesse... Se eles me batessem, era o menos, mas era como baterem a uma porta. Não é fazer-me forte, mas eu era uma pessoa que já tinha uma arrelia tão grande ao capital, aos lavradores aqui na nossa terra, à PIDE, aos bufos - essas pessoas eram tão mal vistas para mim e para as outras pessoas - que tinha já a consciência de vencer, que lhes tinha um rancor terrível.” (Américo Brás)

Os transportes utilizados na actividade clandestina, com vista à manutenção do nível de segurança adequado, contavam por vezes com a colaboração de elementos insuspeitos:

“ Eu era o funcionário que controlava o Couço. Aqui para o Couço só vinha de noite. Abalava numa carroça, ou de outra maneira, tapado por umas coisas. Sabiam lá se era um homem que lá ia. Não ia lá à frente sentado com o chauffeur! Depois ali mais à frente, pegavam numa mota e levavam-me para Portalegre. O António, que ainda é meu primo, o António Raboca que está na Marinha Grande, tinha uma bruta mota e eu tinha medo de andar nessa mota, porque ele ia sempre a cento e tal, nas curvas até Portalegre. Ele abalava daqui num dia, ficava lá e no outro dia trazia-me. Eu fazia lá o controlo, e no outro dia trazia-me. E um homem que não era conhecido como membro do Partido! Era muito bem visto pelos agrários e pelos capitalistas. Ele era negociante de madeiras, negociava com os capitalistas, bebia cervejas com os pides, com o Manecas [Manuel Leitão, antigo presidente da Junta de Freguesia], com essa gente toda. Era membro do Partido, mas essas pessoas não sabiam. Era das tais pessoas que tem trabalhos mesmo enormes, mesmo importantes.” (Jerónimo Bom)

³⁷⁵ A obra em causa, de que se leu uma versão publicada após o 25 de Abril por grupos políticos à esquerda do PCP, conjugava um conjunto de instruções com algumas referências aos maus tratos a que o militante poderia ser sujeito. Se contribuía para preparar alguns militantes, generalizava o terror provocado pela polícia política, eventualmente produzindo um efeito inverso ao pretendido. V. “Se fores preso camarada...”, *Duas linhas diferentes sobre a posição frente à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, pp. 23-43.

As técnicas de camuflagem, apuradas no sentido de esconder a organização, recorriam a formas criativas de utilização dos meios de transporte, no sentido de ludibriar os agentes da ordem e a polícia política, por vezes sob formas pícaras:

“Tive outras histórias de me transportarem de dia no Couço dentro duma carroça com estrume ou palha, ou qualquer coisa em cima. Eu fui transportado várias vezes nisso. Passava por dentro do Couço, quem é que sabia que eu ia lá? Um fulano lá em baixo... Porque eu aqui não podia andar de dia, andava na clandestinidade nessa altura. Esse, o Canejo, foi um dos melhores colaboradores que eu tive (...), fez coisas comigo. Fizemos documentos, fizemos cartas.” (Jerónimo Bom)

Mas as histórias que não se partilham também se tornam indesejavelmente compartilhadas, mercê de infiltrações: é o caso dos informadores entrosados na própria organização³⁷⁶. Os infiltrados distinguem-se dos designados *bufos* por enquadrarem a estrutura partidária. Os métodos da polícia política no sentido de constituir processos - não esqueçamos que lhe cabia a instrução dos processos políticos a enviar ao tribunal - comportavam a utilização de informação de diversas proveniências. Os informadores, as escutas, a intersecção de correspondência, os contactos com as entidades empregadoras ou com as autoridades locais, juntavam-se à informação obtida directamente nas fontes: as confissões sob tortura e os arquivos apreendidos aquando de detenções e invasões de instalações clandestinas.

Os infiltrados, numa dúplice posição, enquanto membros de uma organização e delatores das actividades da mesma, devido aos cuidados extremos após a reorganização do PCP em 1941-42, marcada pela máxima *“Cortar pelo são”*, não viriam a voltar a atingir o quadro dirigente superior. Noutros níveis, e em sectores mais restritos, continuaram a operar, e alguns só seriam detectados após a consulta dos ficheiros não destruídos pela polícia política após o 25 de Abril de 1974.

“Depois houve certas alturas, destas prisões, que a gente teve que terminar com aquilo, se calhar a rapaziada que vinham cá levar também tinham medo de aparecer ou aquilo tinham de ser umas coisas muito bem combinadas. Não era uma pessoa qualquer que vinha lá de Lisboa, ou do Comité Central do Partido comunista que vinha levar uma mão cheia de papéis aqui. Vinha levar por exemplo a Salvaterra, de Salvaterra vinha levar a Benavente, de Benavente outro vinha levar a Coruche e as coisas vinham aos pulos por aí a fora. Mas às vezes até se dava o caso de as pessoas... Isto andava tão

³⁷⁶ O informador, designado *bufô*, poderia ser alguém exterior à organização, que desse conta à polícia de movimentações que entendesse suspeitas, ou poderia ser alguém infiltrado dentro da própria organização. Pelas práticas conspirativas leninistas e pela estrutura piramidal, o infiltrado teria interesse para a polícia política se enquadrasse níveis elevados da hierarquia, pois a interdição ao conhecimento relativamente aos escalões superiores, tornava-o imprestável se integrando graus subalternos, pois só conheceria indivíduos do escalão em que actuava.

mau que até se dava o caso de haver uma combinação qualquer: «Vais buscar um saquinho perto de...» E até se dava o caso dessa pessoa não saber quem é que o tinha lá levado. Eu ouvia as conversas todas que se contava, que tinha de ser assim.” (João Pedro Marrafa)

Os níveis de circulação e partilha máxima em termos de informação e de ideário - que defendiam a construção de uma unidade, a *união*, e a transformação da consciência de classe em preparação para a acção - coexistiam com formas de circulação restrita. A segurança pessoal e, sobreposto e fundido com ela, o resguardo da organização, tornavam regra a circulação selectiva da informação. O nível de conhecimento tornava-se tanto mais denso quanto se avançava verticalmente na pirâmide do partido.

6. Espaço, tempo e relações sociais numa óptica de clandestinidade

“Pela glória, quem não faria grandes coisas? Mas quem
As faz pelo olvido?”

Bertolt Brecht

Numa abordagem da clandestinidade comunista fundamentalmente a partir de textos escritos, muitos de cariz literário, José Pacheco Pereira fornece uma definição desta com um carácter abrangente³⁷⁷. Verifica que o saber escrito só regista o termo a seguir à Segunda Guerra Mundial. Depois de percorrer um conjunto de dicionários em busca dos significados atribuídos pela cultura dominante ao termo *clandestino*, fixa-se na tripla e completa definição do *Grand Larousse de la Langue Française*, que remete para: a) o que é escondido; o que se faz às ocultas; b) quem age ou o que se faz em violação das leis ou à revelia da autoridade; c) onde se passa algo de secreto ou ilícito. Assim, tudo o que é clandestino, é secreto, ainda que nem tudo quanto seja mantido em segredo seja necessariamente clandestino, por não estar de forma absoluta ferido de ilicitude.

A criação em 1933 da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - conhecida nos meios oposicionistas pela corruptela da sua sigla, *PEVIDE*, num eufemismo desvalorizante - sucede à Polícia de Defesa Política e Social. Este reforço do sistema repressivo em 1933, acompanha a revisão constitucional, que corporiza em termos jurídicos a ideologia do grupo alcandorado no poder. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado, criada em 1945, prolongar-se-á com esta designação, até à operação cosmética levada a cabo sob a batuta de Marcelo Caetano em 1969, que substituirá a PIDE pela Direcção Geral de Segurança.

Ao longo do Estado Novo, se o aparelho clandestino do PCP se foi adequando, e às acções levadas a cabo, ao conhecimento que tinha da actuação da polícia política, a PIDE, sob as diversas nomeações, também se moldou às inovações e ajustamentos que os comunistas iam introduzindo³⁷⁸. As prisões forçavam o contacto, e sob tortura, a organização interna do Partido Comunista, ficava exposta e indefesa. Se, após a reestruturação do PCP³⁷⁹ no início dos anos 40, o comité central alegadamente não voltaria a ser infiltrado, as prisões nos níveis intermédios, com as confissões extraídas sob cruel tortura, a invasão de casas clandestinas e a apreensão e description

³⁷⁷ José Pacheco Pereira, *A sombra - estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993.

³⁷⁸ Segundo Pacheco Pereira, este jogo de interacções conduziria a ajustamentos por parte do PCP que, após cada prisão, refaria os métodos clandestinos e as estruturas de organização: “*Pode assim compreender-se até que ponto as formas sucessivas de estruturação organizativa eram resultados da interacção entre a polícia e o partido.*” José Pacheco Pereira *ob. cit.*, 1993, p. 58.

³⁷⁹ A preocupação como secretismo e com a manutenção de uma organização tendencialmente imune à repressão é expressa na alteração dos procedimentos clandestinos. A informação encontrada a partir de então era muito resumida - nos anos 30, haviam chegado a existir fichas de militante de tal modo detalhadas que até o pseudónimo incluíam - e em cifra, criada por cada militante, ainda que as consoantes dobradas facilitassem sempre a decifração pelo facto de a sinalética acompanhar o alfabeto. V. Fernando Gouveia, *ob. cit.*, p. 137.

dos respectivos arquivos permitiam à polícia política ter um conhecimento das práticas de clandestinidade.

Os pseudónimos, os encontros com credencial, a estrutura organizativa em pirâmide, se dificultavam a penetração imediata, depois de reconhecidos como meios habituais de camuflagem e segurança organizacional, tornavam-se vulneráveis à actuação da polícia política, e alvo de especial insistência durante os interrogatórios.

A utilização de pseudónimos, com a aposição de um nome, tem um carácter de agregação notório. Ao ser atribuído um novo nome ao neófito, é um renascimento, sob uma nova identidade, que tem lugar. O processo de *recrutamento*, numa linguagem leninista que assimilava o partido a um exército, conferia à discussão política, conjugada com o desempenho de tarefas de menor relevância, um carácter de percurso. A obediência, a capacidade, a entrega, a disciplina são, neste processo, qualidades louváveis.

Os encontros, que pressupunham uma identificação prévia através de uma senha e de uma contra-senha, presumiam a junção de indivíduos no espaço e no tempo.

“Eu tinha um encontro que só eu e ele é que sabíamos. Eu tinha uma caixa de fósforos, dava três pancadinhas na caixa de fósforos e o Anselmo saía-me ao caminho. Só eu é que sabia aquele sinal, só eu e ele. Eu avançava para o pé do pinheiro, e ó depois ele levava-me para a casa dele que era uma casa clandestina e onde reuniam os membros do partido e o do comité central, que era o[António] Gervásio.” (Jerónimo Bom)

Os minutos de tolerância, com uma permanência num espaço em que ficavam expostos, deveriam decorrer sem que o militante se mantivesse parado. O ideal de sincronia nem sempre era cumprido, ainda que o pleno ajustamento dos indivíduos no tempo fornecesse a segurança máxima. Estes encontros de dois indivíduos ligados hierarquicamente comportavam geralmente uma reunião de recurso, quarenta e oito horas volvidas, no mesmo local, pois poderia ocorrer algum impedimento que obstasse à primeira deslocação. Quando esse encontro de recurso não tinha lugar, aumentava a noção de risco, pois significava que o faltoso havia sido preso, o que impelia o outro elemento a tomar as precauções necessárias ao acautelar da organização³⁸⁰.

“Pronto, depois os contactos faziam-se assim. Então quando era um encontro entre dois camaradas, em determinado sítio, às tantas horas, o que chegava primeiro esperava dez minutos. Claro, não ficava ali parado, ficava num sítio onde visse o outro aproximar. Se passados dez minutos o outro não aparecia, batia a asa. Havia encontros de recurso, e depois às vezes já não havia, e tinha que se voltar ao princípio. Porque havia qualquer motivo, uma prisão, por exemplo, e que o camarada já não voltava, já não ia lá a esse

³⁸⁰ “Se a falta era do «funcionário», implicava logo o alarme a toda a organização que o controlado conhecesse e todos paralisavam a sua actividade clandestina, ficando a aguardar nova ligação - ou a Polícia.” Fernando Gouveia, *ob. cit.*, p. 144 - 145.

sítio, nunca mais ia. Voltava-se ao princípio para novos contactos, com outra pessoa, com outro camarada. Houve alturas em que já não era preciso. Por exemplo, quando tive um controlheiro que tinha pouca experiência, e eu tinha pouca experiência...Ele tinha uma experiência muito grande do trabalho clandestino, mas não do trabalho de organização. Ele era mais do trabalho de manutenção, de tipografia. E com esse trabalho a organização não estava a andar, talvez por culpa minha, também, mas também por culpa dele, e o Partido substituiu o camarada. Esse camarada já era muito conhecido, já tínhamos estado presos..” (João Camilo)

O «Partido», organização reificada que se sobrepõe aos indivíduos, ainda que composta por eles, emerge em múltiplos relatos. A referência dá legibilidade a um processo de incorporação e aceitação da sobreposição, que deixa subentendido que a organização é composta pelos indivíduos, mas está, em simultâneo, acima deles.

O ciclo da vida clandestina não é necessariamente percorrido na íntegra pelos militantes comunistas, e o *mergulho pendular*, ou seja, a episódica passagem à clandestinidade devido a um crescendo da repressão ou ao desenvolvimento de uma tarefa específica, com retorno à vida quotidiana localmente inserida, é uma das formas possíveis, alicerçada numa rede protectora.

“De qualquer modo, quando a luta se tornava exasperante, as pessoas tinham mesmo que tomar uma decisão: ou para um, ou para o outro. E nesse aspecto eu, pronto, fui feliz nesse aspecto, porque pelo menos quando eu saí da primeira prisão e até eu abalar de cá, ficava sempre na casa das pessoas assim. Ia a qualquer lado, e pronto, ficava lá mesmo nessa casa. Eu nessa altura também não andava a ser perseguido, é preciso que se note, mas... mas...andava fugido já. Eu estava cá na terra e receava que me prendessem. Eu fazia aí a vida mais ou menos de dia (porque geralmente eles vinham-nos prender era de noite) e eu de noite ia para outro lado qualquer, ficava lá e depois no outro dia... Como era o mais perseguido, tomava logo precauções. Eles vinham à procura, e eu era o mais procurado...também era o primeiro que as pessoas não queriam que fosse preso: "Eh pá, vais para aqui, vais para além, que eles além não te prendem", e isto, e aquilo, e a gente começava logo a tomar medidas.”(Joaquim José Dias)

O tempo nocturno, marcado pelas trevas, tornava-se cúmplice e favorecia as deslocações interditas.

“Cheguei a andar noites inteiras. Eu cheguei a abalar de Pegões antes de escurecer, e antes de nascer o sol estava aqui no Couço. Andava a pé, que eu era rapaz novo e conhecia aí as travessias todas: barros, rios, ribeiros. Atravessava isso tudo. Vales, havia gado bravo, havia vacas. Às vezes, até tenho coisas engraçadas (...)Há pessoas que têm medo de bruxas e de lobisomens, e eu sei isto: quando a gente tem medo de qualquer

coisa, a gente vê coisas sem ver. Eu então, via umas sombras, até via o machoco a andar! Mas fui sempre muito teimoso, gosto sempre de justificar a verdade. Via o machoco a andar para mim, a andar para mim, e justifiquei que era um machoco e não era nenhuma vaca! Está a ver como acreditam que haja lobisomens e isso assim? Sabia que ali havia bois e vacas bravas, mas não era nada. Isto é a contar coisas de raposas e bicharada que a gente vê de noite. Eu tenho menos medo de andar de noite que de dia. Há muita gente que tem medo de andar de noite. De noite só se encontra os bichos do turno, só a bicharada. O resto está tudo sossegadinho. De noite, se uma mosca pousa aí, dá um estoiro que é uma coisa enorme. Nessa altura, eu só tinha medo dos homens. Era do ser humano é que eu tinha medo de ser encontrado. Fugia das pessoas conhecidas, mesmo. Fazia as minhas viagens assim: tinha a bicicleta a pedais. Ao fim de um ano ou dois de andar na clandestinidade, que foi quando eu fui assaltado pela Guarda, roubaram-me a bicicleta. Uma que eu tinha.” (Jerónimo Bom)

Em contrapartida, por estar associada ao repouso do corpo e aos momentos mais debilitados dos seres humanos, a noite era aproveitada para as buscas e prisões por parte da PIDE, por duas razões: surpreendia os indivíduos a deter numa ocasião em que se encontravam particularmente vulneráveis, por serem sobressaltados durante o sono e ficarem frequentemente toldados na capacidade de reagir, e evitava o contacto com vizinhos e familiares, particularmente pernicioso em localidades ou bairros com grande intensidade de relações. Este segundo aspecto nem sempre sobressaía, pois os presos e suas famílias geralmente elevavam o tom de voz, para assim despertarem e chamarem à rua a vizinhança.

A noite era também aproveitada para reuniões em sítios inóspitos, em plena charneca. A serra da Burra, um dos pontos mais elevados da freguesia e que, portanto, permitia vigiar o que se passava em redor, foi o local de algumas reuniões preparatórias de formas de acção colectiva. As condições propiciatórias de semelhantes encontros envolviam por vezes tarefas insólitas, todavia imprescindíveis ao sucesso do evento. Numa das reuniões que houve na serra da Burra, e que é recordada como um momento épico, estiveram presentes cerca de 200 pessoas. Um dos militantes que a preparou, Joaquim Castanhas, encontrava-se em liberdade condicional, e resolveu tomar o encargo de afastar os cães que ladravam no caminho para o sítio onde a reunião se realizava. Assim, ficou parte o tempo a distrair os animais em determinado local, para evitar que estes denunciassem a passagem de pessoas.

No que concerne à povoação estudada, considerar-se-à, por um lado, a clandestinidade como uma das formas de desenvolver actuação política numa situação de repressão, adequando as formas de resistência ao carácter dos encontros com as autoridades num estado repressivo, ao mesmo tempo que se enquadra a actividade clandestina como forma específica dentro da cultura da resistência.

Numa situação de clandestinidade, mais do que a oratória - característica dos tribunos e das formas públicas do discurso ideológico - interessa a capacidade de convencer em pequenos grupos, de utilizar uma argumentação transparente e na qual a metáfora sirva à clarificação e não ao efeito meramente retórico, já que os interlocutores se localizam em pequenos grupo e o diálogo não é pautado de forma evidente por marcas de dominação.

A *cultura de clandestinidade*, na designação de Pacheco Pereira, não constitui, no caso do Couço, mais do que um passo dentro da cultura de resistência. De resto, a própria clandestinidade, com o que implica de ocultação, é uma variante dentro das formas de resistência, que podem assumir uma consistência que vai desde a estrita legalidade (participação em eleições, contestação dentro das regras), o registo subtil, até às configurações mais furtivas e de obediência a métodos aperfeiçoados de dissimulação. A cultura de clandestinidade, segundo Pacheco Pereira radica num conjunto de factores que constituem igualmente um contributo para a sua consolidação.

O carácter holístico e teleológico do marxismo, que engloba na revolução, de forma totalizante, a libertação de todos os contrangimentos, e que se manifesta através de formas de mediação - o *homem novo*, e a *sociedade nova*, esta última identificada com o modelo soviético - é um destes factores. A assunção dos partidos comunistas como aquilo que Erving Goffman designa *instituições totais*, com a supressão das barreiras entre os espaços da vida individual, que são unificados sob uma autoridade, que uniformiza as atitudes na persecução de um objectivo, é legível no controlo do partido sobre os seus membros, bem expresso na designação coloquial do responsável - *controleiro*. Ainda que exercido por indivíduos concretos, esse controlo era feito sob a justificação de obedecer aos *interesses superiores do partido*.

A omnipresença da organização, que permite em diversas condições reerguer o partido nos mesmos moldes³⁸¹, com uma capacidade de reprodução dos arranjos que constitui um registo da própria disciplina partidária, permanece mesmo em condições que evidenciam a inexistência de uma situação de luta aberta (guerra civil ou insurreição) O clandestino identifica-se com a figura do combatente. Pacheco Pereira não confere importância ao facto da actividade clandestina ser uma parte da actividade revolucionária, que assume formas determinadas quando as conjunturas ou os percursos pessoais o implicam.

A distribuição das acções clandestinas por um tempo histórico prolongado é outro dos factores. Mais do que alongada, esta duração é indeterminada, "*social e politicamente intuída*"³⁸². Assim, a actividade clandestina enquadrava um projecto de vida, já que não havia a expectativa de que o salazarismo tombasse de imediato.

³⁸¹ "O principal trabalho dos partidos comunistas é a sua própria preservação e o núcleo interior dessa preservação é a capacidade de manutenção do aparelho em quaisquer circunstâncias. Quando uma repressão violenta põe em causa a estrutura partidária de base, o partido revela-se com toda a nudez por aquilo que decide preservar a todo o custo. O principal «conhecimento técnico» que é manipulado no seu interior não são as regras de insurreição revolucionária ou de subversão, que a prepara, mas sim as do «centralismo democrático» leninista." José Pacheco Pereira, *ob. cit*, p. 71.

³⁸² *Idem, ibidem*, p. 74.

A formação de espaços de tradição revolucionária constitui um veículo de identidade local. É assim com o Couço, o Barreiro, Vila Franca de Xira, Baleizão, Pias, Vale de Vargo, “...*terras desprovidas de qualquer relevância histórica ou monumental, onde é a particularidade da sua história política que se torna o principal factor não só da fama da localidade, como também da forte identidade local dos seus habitantes. No caso português, várias localidades de outro modo ignoradas e desconhecidas «valorizavam-se» aos olhos dos autóctones e dos estranhos por serem «terras de resistência» ou pelo facto de delas saírem militantes políticos considerados heróis.*”³⁸³. Ainda que reconheça os eventos épicos que estiveram na origem da reputação dessas povoações (greves, comemorações do 1º de Maio, elevadas votações em Humberto Delgado, ou mártires), Pacheco Pereira surpreende-se com a transformação desses acontecimentos, que deu origem a tradições de luta.

A homogeneidade do recrutamento, quer ao nível da idade (jovens, sobretudo), quer em termos sociais, através da incorporação de jovens operários ou estudantes seria, segundo Pacheco Pereira, a regra. Esta característica da cultura clandestina não se comprova no Couço, pois são vários os casais que passam juntos à clandestinidade, já depois de terem família constituída, e pelo menos num dos casos, a idade do marido ronda os quarenta anos.

Finalmente, distingue Pacheco Pereira a diversidade da população clandestina, que contribui para a consolidação da cultura própria do meio; este factor que dir-se-ia contradizer o anterior, reporta-se todavia à variedade sexual, regional, etária, cultural. O partido constituía um microcosmo do povo.

Ser clandestino é, assim, ter uma nova identidade que só episodicamente toca na anterior. Por exemplo, o sotaque e o acento de classe dos indivíduos que passem à clandestinidade aconselha a que se lhes incumbam papéis que satisfatoriamente consigam cumprir. Não há só que dissimular os comportamentos ilegais, que podem exclusivamente ser desenvolvidos às ocultas, mas também que esconder completamente o militante clandestino, que tem de romper com a família, a rede de origem, a profissão, o espaço ocupado anteriormente e adaptar-se a novas regras. Numa aproximação ao *plano fictício do ser* de Goffman, Pacheco Pereira regista que “*O clandestino político comporta-se como se estivesse em território inimigo.*”³⁸⁴

A criação de uma personagem credível na vida clandestina leva ao estabelecimento de tipos, assentes em profissões. O lugar de origem, não sendo denunciado, tem contudo de ser tido em conta, devido ao sotaque. Assim, os elementos do Couço diziam-se provenientes ora de Évora, ora de Coruche ou de outras povoações vizinhas que partilhem um mesmo acento e

³⁸³ Idem, *ibidem*, p. 75.

³⁸⁴ José Pacheco Pereira, *A sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 120. Sobre a acção da actividade clandestina nos indivíduos que a levam a cabo, e o clima de suspeita e desconfiança que implica, ver Linda Dawn Raby, *A resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, p. 16.

sotaque. A origem de classe condicionaria igualmente a ocupação a indicar: tractorista, caixeiro viajante, vendedor. Só os homens indicariam profissão, já que as mulheres, as *companheiras*, remetidas para o universo doméstico, não o faziam.

Fechado num universo criado para sua segurança e da organização, em que o contacto com o exterior é feito sempre de forma hierarquizada (ou com os militantes que são controlados, ou com o elemento da organização que garante o contacto com o nível acima), o militante clandestino privilegia a casa como espaço de máxima segurança³⁸⁵. Não deve situar-se numa rua sem saída ou recatada em excesso, preferencialmente terá vários acessos e permitirá controlar o que se passa em seu redor.

“Era assim num beco, e um camarada que tinha uma experiência enorme em trabalhos conspirativos, de casas diz: “Eh pá, tu vais alugar uma casa aqui assim...Se vieram deste lado tu já não podes fugir!” Pois, porque era um beco! Pouco tempo depois tive de sair de lá. Mais ou menos três meses.” (João Camilo)

A janela, com cortinas que filtram os olhos que, de dentro, perscrutam o espaço exterior em busca de sinais de perigo, é o óculo essencial para mirar os caminhos de acesso. É geralmente à mulher que está confiada a tarefa de assegurar a casa clandestina e, por estar mais confinada ao espaço doméstico, desenvolve capacidades na detecção de sinais de risco eventual em tudo aquilo que escapa à «normalidade» do quotidiano a que se vai habituando. Ao menor indício de perigo, e se houver ainda possibilidade, cumpre-lhe assinalar no lugar convencional (pequenas cruces desenhadas a lápis, a carvão ou com outros materiais, amontoar de pequenos troços de madeira, dispôr um vaso na janela, correr uma cortina), de forma a que os elementos masculinos da casa clandestina que se encontram no exterior possam pôr-se em fuga.

“Então ele saía, e andava então aos oito dias e aos quinze dias e eu ficava sozinha ali em casa. Mas as minhas vizinhas pensavam que ele vinha todos os dias a casa. O meu marido dizia que era tractorista. Exactamente, e assim como era a profissão ele tinha que andar vestido. E então, quando ele abalava, ficava combinado logo: «Olha, tal dia, vais-me fazer o sinal no sítio onde é que era.» Era num marco, desses que há assim das estradas, era num marquinho e a gente levava assim um carvãozinho e fazia uma cruzinha ou dois tracinhos. Para dizer que...ele depois, quando chegava a casa ia lá ver se estava lá o sinal. Pronto, se estivesse lá o sinal, é porque estava tudo bem e ele podia regressar a casa; se

³⁸⁵ Escreve José Dias Coelho, *ob. cit.*, p. 40 que “Cada vez que o clandestino sai de casa isso pode significar a separação por longos anos da sua companheira, dos seus camaradas de luta. Numa esquina, numa rua, num meio de transporte que toma pode estar o perigo.” Este carácter securizante da casa está largamente hiperbolizado, pois uma simples denúncia de um funcionário detido podia conduzir ao detectar de uma instalação clandestina, respectivo desmantelamento e conseqüente prisão dos que lá se encontrassem. A história da clandestinidade de alguns dos naturais do Couço - Joaquim Anselmo ou Joaquim Mocinho, por exemplo - está marcada por casos destes.

não estivesse o sinal, ele já não entrava. Fui sempre, por acaso nunca tive assim problemas. (Custódia Marques)

Numa obra escrita em Novembro de 1948, Soeiro Pereira Gomes, num registo ficcional, mostra a busca de um refúgio clandestino por parte de um militante, Abel. No limite, o espaço clandestino deste militante confina-se à mala em que transporta propaganda, arduamente preservada, apesar do seu peso, através de um conjunto de viagens entre os quartos alugados³⁸⁶. As deslocações, ou seja, as passagens por um espaço de perigo acrescido (de notar que todos os espaços numa situação de clandestinidade são perigosos) eram feitas de várias formas: se eram de longo curso, os meios motorizados eram os preferidos, fossem públicos ou de indivíduos que, de forma camuflada, prestavam apoio. Para um militante como João Camilo, que teve a seu cargo no início dos anos 60 o controlo político da organização de todo o litoral algarvio, depois do anterior controleiro, José Miguel, ter sido detido e ter denunciado grande parte dos militantes sob a sua responsabilidade, toda a costa era percorrida numa bicicleta, munida de um pequeno cesto onde, numa primeira camada se dispunha um insuspeito farnel de trabalhador, que não denunciava a propaganda clandestina arrumada num segundo nível. Mais, o tempo de cadeia e o contacto com outros presos, com maior experiência política e da vida clandestina, permitia ao preso aprender um conjunto de ensinamentos, que reforçavam a astúcia pessoal, e cuja utilidade poderia vir a testar. Assim sucedeu a João Camilo, após a fuga do forte de Peniche de Álvaro Cunhal e outros presos em 1961, que levou a um aumento do controlo das estradas por parte das diversas forças de segurança:

“Eu ia com o cesto cheio de Avantes, e o meu lanche, e a guarda andava já... Saí de casa cedo e a guarda já andava: "Onde é que você vai?" "Vou para o trabalho", e lá lhe mostrei o meu lanche. Mais uns quilómetros e vejo outra patrulha. Eu já tinha ouvido contar a um camarada com que tinha estado preso, e então fiz o seguinte: dirigi-me a eles, e digo "Então afinal o que é que há? Os seus colegas ali assim, mandaram-me parar, revistaram-me, viram-me o cesto do almoço e agora..." "Você vai saber, deixe estar que você vai saber". Ai, foi tão bom! Porque era difícil uma patrulha revistar o cesto e não ir ao fundo. Um camarada tinha contado, e não foi só a mim, foi até na prisão, o que lhe tinha sucedido. E já não fui para a reunião que ia ter nesse dia. Vim para casa, comprei o Diário de Notícias, tinha lá um pão, e linguiça e queijo, e estive lá três dias fechado. Pensei: «Tenho que mudar de casa, porque é difícil agora.»” (João Camilo)

Nas décadas de 40 e 50 era fornecida pela hierarquia de partido uma pomada para os pés destinada a suprir os problemas resultantes das longas caminhadas. A personagem Vaz, do

³⁸⁶ Soeiro Pereira Gomes, “Refúgio Perdido”, *Contos Vermelhos*, Lisboa, Movimento da Juventude Trabalhadora, 1974, pp. 7-10.

romance *Até amanhã, camaradas*, de Manuel Tiago - obra estruturante da cultura de resistência - um militante generoso até ao limite do humano, faz-se sempre transportar numa bicicleta, que se torna uma materialização da pobreza e do esforço contínuo do trabalho clandestino³⁸⁷.

O medo, que grande parte dos membros do colectivo local afirma ter sido um sentimento constante, não impedia contudo o envolvimento dos indivíduos em acções que lhes poderiam acarretar a prisão, e com ela a tortura, e o afastamento dos círculos de protecção familiar. Remete num dos discursos femininos para uma sobreposição das construções de género à consciência política:

“ Eu até nem fui daquelas pessoas que sofreu mais. Eu disse sempre: «Vou com o João para onde ele for. Eu acompanho-o. Mas não quero responsabilidade». Porque eu tinha muito medo, sei lá. Quanto menos souber, melhor. Não tinha assim responsabilidade. Acompanhá-lo, já não era pouco. Não tinha assim uma responsabilidade de uma distribuição de qualquer coisa. Tinha cuidado. A gente não se podia esconder muito. Às vezes havia festas, procissões, e eu até ia à procissão. Era os Passos da Paixão, com certeza, que estava lá o santo fechado num caixote [risos]” (Maria Carmina)

Os cuidados conspirativos destinavam-se a evitar estes problemas, e a unidade do grupo, aliada ao segredo, constituía a melhor garantia:

“Tínhamos medo, por causa da PIDE, e aquilo era tudo às escondidas, as reuniões, que se faziam por aqui e por ali, de noite, no mato, nos pinhais. Íamos combinando uns aos outros. A malta andava cá na luta e assim fomos fazendo alguma coisa. Passámos muito. Na luta dos ordenados, combinámos: «Não vamos trabalhar senão por tanto, que eles têm que dar, têm o serviço para fazer. Assim fizemos muita coisa. Havia muitas pessoas que iam a essas coisas, e nem todos estavam no Partido Comunista” (João Pedro Marrafa).

O acossamento, por se sentirem alvo de perseguição constante, criava uma tensão permanente. Maria Madalena e Joaquim Castanhas residiam numa casa isolada a cerca de um quilómetro do Couço, perto de uma estrada de terra batida. Esta habitação, além de servir de ponto de apoio para alguns funcionários, era utilizada esporadicamente em reuniões:

“[O funcionário] de madrugada abalava cedo, ainda com as luzes, tudo aceso. Mas uma vez vinha a sair, vinha um carro, aparece lá outra vez dentro. «Ai, vinha um carro, vinha ali um carro», muito aflito. Mas o carro passou pela estrada, mas a gente, até... Quando eles lá estavam a reunir eu metia-se-me na cabeça que os guardas iam lá para o monte. Mas eles iam pela estrada, passavam do monte para diante. Eu é que sei o que é que eu sofri, o que é que eu sofria!” (Maria Madalena)

³⁸⁷ Também Joaquim Campino, *Histórias clandestinas*, Lisboa, Edições Àvante!, 1990, p. 34-5, referencia a primeira bicicleta a que teve acesso, por quotização dos seus camaradas, nos anos 40.

A ansiedade e a angústia, que resultam da tensão da vida clandestina, põem profundamente à prova o militante comunista. Alguns, que por falha de cuidados conspirativos pouco tempo permaneceram nessa situação, salientam o exemplo de outros que por dezenas de anos conseguiram manter casas clandestinas ou, mais difícil ainda pelo ruído e pelo movimento de entradas e saídas, tipografias. Qualquer acontecimento que escapasse à normalidade era entendido como ameaçador. Um roubo ocorrido ou uma denúncia de contrabando num bairro, que fazia atrair a atenção da polícia, punha de facto em perigo a casa clandestina. Um acontecimento de âmbito nacional, pelo reforço do policiamento que eventualmente provocasse, punha em causa a segurança do próprio clandestino. Quase inevitavelmente, a vida clandestina acabava na prisão, quer dos militantes mais expostos, quer de todos os ocupantes da casa clandestina, por ter despertado a atenção da polícia ou por denúncia.

Todavia, a realidade expressa nos processos da PIDE que se referem ao Couço não é tão sombria. Num relatório com assinatura ilegível datado de 24 de Julho de 1962, um elemento da PIDE relata uma deslocação por si feita à aldeia com o objectivo de prender 8 indivíduos, acompanhado por agentes do Entroncamento e que se saldou num fracasso, só detendo um dos visados. Para além da coordenação entre a PIDE e a GNR, são legíveis neste relatório as rivalidades entre as duas forças. Se à segunda, por supostamente conhecer o terreno e os residentes, cabia situar a casa dos indivíduos a deter, nem sempre as redes locais de inter-protecção favoreciam essa localização. Mesmo na actualidade é difícil conseguir que no Couço alguém indique a um estranho onde reside qualquer pessoa; durante muitos anos, fazê-lo podia significar encaminhar para a residência de um familiar, de um amigo, ou de um vizinho uma brigada da PIDE. Através deste relatório é possível detectar as tácticas de cerco e prisão:

“À residência do José Pacheco³⁸⁸, embora mal indicada pelo Ângelo [guarda da GNR encarregado da localização dos indivíduos a deter], pois não era a porta indicada mas outra a seguir no mesmo prédio - coloquei duas praças de frente e duas na retaguarda com o agente Guímaro, visto que pelas partes laterais não tinha possibilidades de fuga. Na residência primeiramente indicada, como ninguém respondesse ao meu chamamento, dei um pequeno empurrão à porta, ao que ela cedeu. Verifiquei que era desabitada, dado que não tinha quaisquer móveis ou outros utensílios, à excepção de uma pequena mesa. (...) Na retaguarda da casa aberta vivia o dono o qual me indicou que o José Pacheco era seu inquilino e morava logo a seguir à porta que eu abri. (...) Dada a indicação, bati à porta do Pacheco e respondeu-me a mulher daquele, Maria Prates segundo me disse, e imediatamente me franqueou a entrada. (...) Verifiquei que

³⁸⁸ As expressões sublinhadas estavam escritas a tinta vermelha no original. Outra forma possível de salientar os nomes, usada por exemplo nos processos de 1943 e 1947, utilizava maiúsculas nos nomes dos indivíduos, autores, localidades, obras, editoras - enfim, destacava assim o referenciado e o referenciável, pois cada designação provinha e encaminhava para novas investigações.

o Pacheco não se encontrava lá nem estava antes da minha intervenção, dado que a vigilância montada à primeira casa em que bati tanto servia para uma como para outra residência. (...) A casa tinha 4 pequenos compartimentos - um quarto onde se encontrava a dormir a mulher do Pacheco e uma criança de meses - sala - cozinha e despensa. O tecto era formado pelas próprias telhas. Tinha uma porta para o caminho e outra para um pequeno quintal e duas janelas à frente e duas à rectaguarda. Era de rés do chão e das partes laterais faziam-lhe face os muros de outras residências, mas sem comunicação. (...) O agente Rodrigues disse que o Afonso Matias não se encontrava em casa mas que descobrira uma mantas próximo da sua residência que, ao apalpá-las, ainda se encontravam quentes, supondo que o Matias ali estivesse quando eles bateram à porta da sua residência.”³⁸⁹

A cooperação entre a PIDE e a GNR deveria, no entender do redactor do relatório citado, pautar-se pela assumpção por parte desta última de que a polícia política detinha o controlo das operações. Assim, o falhanço desta operação de captura é imputado à antecipação de uma prisão, que teria posto de sobreaviso todos os outros militantes comunistas, ainda que uma conjunção de causas seja igualmente apontada:

“Talvez a prisão antecipada do Manuel Gil, efectuada pela GNR do Couço, embora feita pela melhor das intenções, tivesse contribuído para alertar e pôr de sobreaviso os comunistas do Couço. No entanto, dada a época dos trabalhos agrícolas da apanha do melão e do tomate, e ainda a estação calmosa em que estamos, em que os indivíduos dormem em qualquer parte sem necessidade de agasalhos, e ainda porque os procurados têm conhecimento das suas responsabilidades e ligações com os indivíduos detidos ultimamente no Couço e também porque alguns deles já anteriormente foram procurados por esta Polícia, tudo contribuiu para que a diligência efectuada não desse o rendimento desejado.”³⁹⁰

Depois das prisões de 1962 acima referidas, não se consumando por diversas razões um conjunto de outras, os indivíduos com maiores responsabilidades políticas não foram, de facto, detidos. Prevenidos a tempo, passaram à clandestinidade, o que numa fase inicial não implica assumir tarefas de organização.

³⁸⁹ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 1611/62*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 104 - 107.

³⁹⁰ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 1611/62*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl 106 vs-107.

“Tivemos que abalar daqui em Abril de 1961³⁹¹, antes do 1º de Maio. Eles antes do 1º de Maio vinham sempre fazer prisões ao Couço, e então, nessa altura, tivemos que fugir. Houve aí prisões nessa noite, mais tarde. Foi quando eu fugi para a clandestinidade, mais o Joaquim Labaredas. Eu fui directamente para funcionário do Partido. Directamente não, estive ali um mês até que o Partido resolvesse lá o meu problema. Ó depois fui trabalhar para Estremoz, para a construção civil, já como funcionário do Partido. Ó depois fiquei ligado à organização do Alentejo. Depois tive que fugir. Andei lá dois meses a trabalhar na construção civil e ó depois tive que fugir. Comecei a fazer agitação lá de noite, eu é que ia largar papéis lá por todo o lado e foram prender lá na obra onde eu andava um rapaz que também era do Partido. Assim que prenderam lá aquele, eu transmiti à organização, e então aí eu nunca mais trabalhei. O trabalho começou a ser só partidário e mais nada.” (Jerónimo Bom)

Nem sempre a passagem à clandestinidade e a conversão do militante em funcionário eram imprevistas. Graciete Casanova, de uma das famílias locais mais penalizadas com prisões, iniciara a sua militância política no Couço. Ao vir residir para Lisboa, tivera tempo suficiente para medir o imperativo de *mergulhar*:

“Eu fui funcionária do Partido. Funcionária legal, primeiro, que eu trabalhava em part-time num clube de livros, numa associação de livros estrangeiros (...). No meu tempo livre, fazia parte das comissões dos presos políticos, das comissões das mulheres, na vida legal, mas já a trabalhar para o Partido, mesmo com tarefas de funcionária (...) Depois comecei a ser muito perseguida. Em casa da minha irmã, que morava na Tenente Espanca e ainda hoje mora - aquela casa era conhecida pelos ataques constantes da PIDE. A Elisa Casanova. Os assaltos eram constantes. Olhe, as pessoas do Couço que tinham familiares presos, iam para lá, íamos com elas à PIDE, porque elas não conheciam nada de Lisboa. Os meus irmãos, já nessa altura, os mais novos, mesmo, já andavam todos metidos em comissões de juventude, em comissões disto, em comissões daquilo, para a paz... Enfim, era na casa da minha irmã que essa gente se juntava. Aquela casa passou buscas que não pode crer. Buscas de ficar tudo desmantelado. Fogão, esquentadores, autoclismos - tudo, era tudo desmantelado, tudo, tudo. E eu comecei a ser muito perseguida e a ser muito vigiada até pela PSP lá da esquadra do Rego. Porque, para não dar tanto nas vistas, a PIDE punha a PSP a vigiar.” (Graciete Casanova)

Numa fase de limbo, os militantes aguardavam que nos níveis organizativos superiores fossem tomadas decisões relativamente ao seu futuro. Esta situação de liminaridade é acentuada

³⁹¹ Segundo o relato de outro resistente, terá sido em 1962. De resto, a vaga de prisões que se abate sobre o Couço é em Abril de 1962.

pelo espaço em que, entretanto, permanecem, geralmente não habitado. Jerónimo Bom e Joaquim Labaredas terão saído do Couço aquando das prisões de Abril de 1962, e até que a direcção partidária tomasse decisões a seu respeito permaneceram num espaço não domesticado, que paradoxalmente era mais seguro que os sítios habitados. Durante esse tempo, o elo mantido com a família através dos fornecimentos alimentares constituía o mais visível nível de relação social dos indivíduos, que ajudava a acentuar a passagem brusca a que se viram forçados.

O tempo e o espaço são organizados de forma que se adequem às condições de clandestinidade, e mesmo nas suas imbricações com a vida individual assim sucedia: a casa de um indivíduo podia ser cedida quer para reuniões dos comités ou das células, quer para acolher os membros da organização que controlavam o trabalho local.

“Nós começámos a vender leite pelas portas, eu e a minha mulher, e a gente começou a ser capaz de fazer um grande trabalho para o Partido que era a colecta, porque a gente ia à porta de toda a gente. Comecei a ser militante do partido e a minha casa passou a ser dormitório da maior parte das pessoas clandestinas que fugiam daqui. Chegou a ser tipografia. Fizeram-se lá vários impressos. A minha mulher, que já faleceu, cortou milhares, milhares largos de papel para fazer panfletos. Passou por lá muita gente, quase todos os que daqui partiram. Os que daqui fugiram, transportei muita comida para muito lado, e fiquei ligado ao Partido.” (Joaquim Canejo)

As profissões que permitissem mobilidade - capador, vendedor ambulante, caixeiro viajante - por levantarem menos suspeitas, permitiam aos que as desempenhavam cumprir tarefas que, a serem solicitadas a outros, provocariam suspeição. Por outro lado, os militantes de loja aberta não só auscultavam sensibilidades como serviam de contacto.

“O meu marido é que fazia essa distribuição. Andava na função dele [capador], andava por aqui, por ali, fazia aquela distribuição. Até nos Foros do Arrão, às vezes quando ia lá capar porcos, aparecia lá essas coisas. Ficava tudo admirado quando por lá aparecia: «Mas quem é que seria, quem é que aqui andou?» Pronto, o facto é que eles apareciam lá. E aqui era o mesmo. Quando aquilo aparecia, as pessoas, vá lá que ainda tinham aquela coisa muito boa que era dizerem: «Dei notícia de andar aí um carro. Foi concerteza um carro que aí andou» [risos]. E afinal não era, mas até era bom dizerem isso” (Custódia Marques)

Os indivíduos organizavam o seu tempo individual para conseguirem corresponder às necessidades políticas partidárias em termos locais. Joaquim Castanha, por exemplo, afirma que esperou o fim da liberdade condicional para se entregar de novo ao trabalho político mais exposto.

Nas deslocações a que o funcionário clandestino era forçado, a coordenação do espaço e do tempo eram conseguidas através de um *mapa de movimentações*, cuja descrição, no caso de estar cifrado³⁹², ocupava de forma longa os elementos da PIDE consagrados à investigação. Através dessa carta era possível interceptar os indivíduos com que o militante ia encontrar-se, ainda que a indicação mais precisa fosse temporal. O local de encontro, no caso de se situar fora do espaço habitado, não era anotado com rigor, e conhece-se alguns casos em que os agentes da PIDE forçaram o preso delator a acompanhá-los ao lugar onde este haveria de encontrar-se com um camarada, por não ser discernível através do mapa de movimentações.

As reuniões em espaços públicos eram realizadas sob um pretexto inócuo e que, pela sua associação à convivialidade masculina, não despertasse suspeitas. Assim, vários elementos do comité local, em 1960, ter-se-iam encontrado numa taberna “*onde a título de comerem um petisco e beberem uns copos se reuniram.*”³⁹³ As pescarias e os piqueniques teriam, num âmbito mais alargado, uma idêntica finalidade.

O local para esses encontros podia encontrar-se fora do espaço social, e os campos e charnecas ofereciam, no período nocturno, uma adequada camuflagem. Um dos detidos de 1962 assume ter participado em reuniões mensais “*que se efecturam sempre ao ar livre, em diversos locais, previamente combinados, nomeadamente no pinhal do Esparteiro, próximo do Couço.*”³⁹⁴

Havia igualmente que conseguir espaços adequados à camuflagem do material de agitação e propaganda que ia sendo recebido, disseminando-o por sítios variados e insuspeitos:

“O meu marido, eu ainda era solteira, dava-me coisas para eu esconder. O meu pai tinha uma casinha, uma casita pequena, que era para as batatas, e não estava rebocada. Naquelas coisas do tijolo, não é, naqueles buraquinhos do tijolo, era onde eu escondia certas coisas. Aqueles emblemas do Lenine, aquelas coisas que enfim não podiam andar a ser vistas. Aí é que eu escondia aquelas coisinhas. Os panfletos, coisas assim, o Avante!, coisas assim que o funcionário trazia para serem distribuídas e para ser lidas, isso era na horta. Enterrados. Dentro de sacos, de saquinhos.” (Custódia Marques)

Quando, como sucedeu em Julho de 1959, um funcionário era preso, toda a organização clandestina tinha de ser reestruturada, mormente pela falta de controlo, pela desorganização e pela eventual debandada de alguns membros. Alteravam-se de imediato os pseudónimos e as posições no seio dos comités, assumindo responsabilidades os que até então haviam estado menos expostos e remetendo para a retaguarda quem mais se havia destacado. Baixar de

³⁹² Estranhamente, nem sempre sucedia que os documentos na posse dos funcionários clandestinos estivessem em cifra. Quando apreendidos, a bola de neve das prisões era o indicador evidente desse falha.

³⁹³ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vs. fl. 51

³⁹⁴ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 1611/62*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2º volume, fl. 4.

escalão, na situação de clandestinidade, não constitui necessariamente uma sanção, antes encobrendo uma medida conspirativa. Nessa ocasião, só dois meses depois a organização voltaria a conseguir o vínculo, a *ser ligada*, com as referidas reestruturações³⁹⁵. Um dos militantes locais mais empenhado, Arenato Brás, chegaria a ficar, por sugestão de um funcionário, fora da organização, por já ter estado preso, o que debilitaria os novos organismos partidários. Assim, foi reencaminhado para tarefas semi-legais: a criação de uma Comissão de Unidade, composta por António Catarino, Joaquim Augusto de Oliveira, João Camilo, Olímpia Ribeiro (a esposa) e Ermelinda Brás Garcia (irmã). Esta comissão encarregava-se de recolhas de assinaturas, num dos casos a exigir uma amnistia para todos os presos políticos³⁹⁶, noutro em prol da libertação de Francisco Miguel, e um terceiro a requerer a liberdade para um preso local, Joaquim José Dias³⁹⁷. Mais, a esta comissão incumbiria encaminhar os coucenses para o recenseamento eleitoral, que se pretendia massivo, divulgando o formulário do pedido de requerimento a ser entregue na Junta de Freguesia.

Termos como *ligar* e, no inverso, *desligar*, são utilizados quer ao nível das entrevistas, quer nos textos provenientes das confissões extraídas pela PIDE, e referem-se respectivamente ao estabelecimento de uma relação numa estrutura de rede, ou ao corte dessa relação. A ligação de um organismo significava que este passava a contar com um *controleiro*, termo geralmente equivalente a *funcionário* do partido, ou seja, alguém que segundo os preceitos leninistas se profissionalizara em termos políticos.

Estar ligado a uma organização pressupõe *ser controlado*, ou seja, uma relação vertical através da qual o militante teria acesso à «imprensa» e às directivas que os escalões superiores dimanassem, verbalmente - forma mais segura, e a que acedem mesmo os que não possuem qualquer nível de instrução formal - ou através da escrita, em papel de seda colorido. A ligação permitia também uma troca, de que são prova evidente os inúmeros registos encontrados na posse de funcionários presos e que constam do arquivo da polícia política. Assim, nos diferentes níveis da pirâmide organizativa³⁹⁸, o controleiro recebia não só informações sobre o

³⁹⁵ A desconfiança por parte do responsável de um sector relativamente a determinado militante desse segmento, que recearia infiltrado, levava-o a desligar a célula. Para o fazer, marcava um reunião para determinado local, e já não comparecia. O segmento organizativo, desligado e abandonado, poderia vir a ser parcialmente recuperado, mais tarde, através de elementos que não houvessem levantado suspeição, reactivando-se a célula com nova constituição. Os elementos de cada célula deveriam constituir os seus próprios núcleos, em relação aos quais respeitariam a estrutura piramidal: só o indivíduo hierarquicamente superior deveria ter conhecimento pleno da constituição desses núcleos, a cuja reunião poderia vir a assistir.

³⁹⁶ Terá recolhido 1850 assinaturas pela amnistia dos presos, no ano em que se comemorava a cinquentaenário da República, segundo José Dias Coelho, *ob. cit.*, p. 33.

³⁹⁷ Conseguiram-se respectivamente 1850, 1300 e 1600 assinaturas. Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 46.

³⁹⁸ Esta pirâmide foi-se aperfeiçoando e nos anos 40 conseguiu iludir a polícia política. As greves em Outubro e Novembro de 1942, em Julho e Agosto de 1943, e 8 e 9 de Maio de 1944, no Barreiro, em Lisboa e em Vila Franca de Xira - sem reflexos conhecidos no Couço - escaparam à compreensão da PVDE. Nessa altura, “Ninguém tinha a verdadeira noção da forma como funcionava essa organização e

estado da organização e a forma como as *tarefas* se vinham desenrolando, mas ainda sobre movimentações que, com certa espontaneidade, eventualmente viessem ocorrendo. Em sentido inverso, o militante recebia indicações sobre as orientações centrais, e sobre a melhor forma, na óptica partidária, de responder às necessidades emergentes. Esta troca, assimétrica pelas posições dos dois elementos, podia ser feita em reuniões, nas quais geralmente o funcionário falava particularmente com cada um dos elementos que detinha responsabilidades organizativas específicas (organismos das mulheres, de unidade, de praça de jorna, etc.), depois de uma sessão comum para tratar de assuntos gerais e conhecer directivas centrais. As reuniões particulares com o funcionário destinavam-se à prestação de contas e ao balanço de actividade dos núcleos controlados pelo militante. Estes encontros diádicos, restritos, deviam-se à manutenção da conspiratividade e do segredo, que preservaria alguns ramos da organização se um dos seus elementos fosse preso e «não se aguentasse».

Entretanto, outros militantes comunistas eram responsabilizados por uma comissão de luta reivindicativa no sentido de conseguir um contrato de trabalho para os trabalhadores rurais. Para o efeito, foi elaborada uma exposição, dirigida ao ministro das Corporações a pedir o referido contrato colectivo, em que era fixado um salário de 20\$00 para as mulheres e 30\$00 para os homens e a garantia dos seis dias de trabalho, com 8 horas. Esta comissão, que recolheu assinaturas sob esta proposta, pretendia fazê-la chegar, através da Casa do Povo do Couço, até às mãos do Ministro³⁹⁹. O empenhamento dos militantes do PCP em tarefas designadas «legais», ainda que se revestisse de importância por aproveitar os reduzidos interstícios consentidos pela forma autoritária do Estado para a realização de trabalho político, conduzia-os a um grau de exposição que os denunciava.

A não mistura entre os dois tipos de trabalho - o legal e o ilegal - é exigida pelos responsáveis, e os militantes que, com visibilidade, se dedicavam às comissões onde executavam trabalho político, não deviam desempenhar funções ilegais. Esta não miscigenação numa situação de clandestinidade não seria efectiva, já que mesmo os que se encontravam empenhados em tarefas legais tinham, pelo menos, de receber directivas, recolhendo episodicamente à subterraneidade clandestina.

Aqueles que viveram a situação de clandestinos, com o conjunto de cautelas exigidas, e com a necessidade de executarem tarefas a que estariam, pela construção de género, dispensados, foram frequentemente remetidos para espaços que desconheciam e para contactos

nem os informadores estavam à altura de dar a conhecer o sistema. Estava montado de maneira que restringia o conhecimento exacto e só permitia que cada um conhecesse o campo em que se movimentava. Reduzia o número de membros que entre si contactavam, como precaução conspirativa, não só para defesa dos quadros, como do aparelho partidário.” Fernando Gouveia, *ob. cit.*, p. 175.

³⁹⁹ Neste abaixo-assinado, como em todos os outros, a recolha de assinaturas forneceu à polícia política uma fácil actualização dos seus ficheiros, de que fazia uso por vezes até em situações corriqueiras, como o de pedido de autorização para uma licença de uso e porte de arma de caça por parte de um local, que era indeferida devido a uma lista assinada.

com indivíduos cujos costumes estranhavam. Para dois dos clandestinos locais entrevistados, o tempo de permanência naquela situação está também marcado por tê-los feito deslocar para os lugares mais longínquos a que alguma vez viajaram:

“Tinha sempre transporte e comida. (...) A minha roupa era eu que a lavava. Chegava a um lado qualquer, lavava, punha a estender. Se trazia uma só, tornava a secar e tornava a vesti-la. Noutras coisas, as camaradas, algumas camaradas, ou a minha mulher, quando eu vinha cá, também me lavava a roupa. Mas era um perigo a minha mulher lavar-me a roupa. Verem ali a roupa estendida. Era menos perigo as outras mulheres, que tinham roupa do marido. A comida, onde chegava comia. A tal comida de miséria. Os alentejanos vivem todos na miséria, sempre viveram. São um povo que sempre viveu mal. Uma açordinha, um gaspacho de verão, coisas mal temperadas. Alimentavam-se muito era à base de mel. Uns tinham colmeias, e com um bocadinho de pão e umas sopas de mel, já aguentava.” (Jerónimo Bom)

Por óbvios imperativos de segurança, a vida de um funcionário clandestino remetia-o para o espaço da casa, entre deslocações, e vedava-lhe os cinemas, teatros, tabernas ou locais de diversão. Mesmo as relações com os vizinhos deviam ser restringidas, e mantidas num ponto conveniente: nem tão afastadas que levantassem suspeitas, nem tão chegadas que implicassem uma devassa do espaço da casa. Um reforço de segurança era garantido geralmente pela mulher: através de sinais combinados, inscritos na própria casa - posição das cortinas ou dos vasos, abertura ou fecho das janelas - ou nas proximidades, com imposição de pequenos traços em locais de passagem.

O espaço habitado comportava sempre uma parte passível de ser exposta aos vizinhos, e que tinha de corresponder ao gosto, instrução e ocupação, indicados aos vizinhos e ao senhorio pelos militantes clandestinos.

Quando na clandestinidade, as crianças constituíam um problema a resolver: edificar uma identidade infantil assente numa família que lhe é descrita, esperando dela que assuma um papel como um actor numa peça, é um desafio pelo qual passaram Maria Carmina e João Camilo com o seu filho Joaquim. O «funcionário» que vinha dormir ocasionalmente à casa clandestina chegou a pôr a criança à prova, interrogando-a sobre o lugar de nascimento, nome dos pais, avós e outros familiares, para assegurar-se de que não haveria deslizes que fizessem perigar a organização.⁴⁰⁰

Cuidar da existência de pontos de apoio insuspeitos, em casa de indivíduos sem visibilidade política, que *andassem pela sombra*, constituía uma forma de adequar a luta à

⁴⁰⁰ V. sobre este assunto os contos pungentes de Maria Luisa Costa Dias, *Crianças emergem da sombra - Contos da Clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante!, 1982.

repressão, com a escora em habitações e outros abrigos que não despertassem a desconfiança das autoridades.

“As casas consideradas clandestinas, eu nunca tive nenhuma minha. Eu tinha casas chamadas «casas de apoio». Tinha um camarada ou dois em Castelo Branco, eu tinha ali em Avis uma casa ou duas que sabia a qualquer hora a casa para entrar. Às vezes havia problemas, os gaiatos ali a brincar, e às vezes o marido não estava, estava só a mulher. Ó depois, as crianças podiam fazer algumas confusões, crianças assim já grandes, sempre se fazem, um homem junto com uma mulher, um desconhecido ainda pior... Eu tinha casas de apoio em todo o lado. Tinha no Couço, nos arredores do Couço, nas cabanas aí nas charnecas. Eu tinha aí casas de apoio. Essas casas de apoio, era onde eu chegava e os camaradas já sabiam: «A tal hora chega o camarada». Eu não ia directamente a casa deles porque às vezes a mulher não sabia, só o homem é que sabia. Às vezes, também havia casos ao contrário: só a mulher é que sabia e o homem é que não sabia.” (Jerónimo Bom)

Ludibriar essas mesmas autoridades, cujos meios e pessoas disponíveis eram reconhecidamente maiores do que os possuídos pela organização local constituía um exercício das «armas dos fracos», em que o registo picaresco ocasionalmente emerge nas formas discursivas. Os episódios em que a GNR - a que cabia um papel de mediação relativamente aos suspeitos de actividades políticas, em termos locais, na ausência de agentes da polícia política - é ridicularizada, postergada, sobrepujada pelos mais débeis, constituem algumas das jóias da coroa do grupo, gostosamente partilhadas.

“Os Avante!’s e os Militantes (...) éramos nós que fazíamos a distribuição. A minha mãe ensinava-nos a meter nas cuequitas ou no peito, e íamos a casa das pessoas. Dizia-nos «Vais aqui, vais ali, vais acolá...”. Às vezes íamos vender agriões, ou nabos, na altura do peixe, o peixe, e fazíamos a distribuição do Avante! e do Militante.” (Graciete Casanova)

As construções tradicionais do género emergem como justificação, aceitável pela polícia política, para a não participação militante. As mulheres sabiam utilizar a seu favor, manipulando-as, as concepções associadas ao género feminino. Assim, nos autos de perguntas a que foi forçada a responder perante a PIDE, uma mulher local alega que não é militante porque, ainda que outra houvesse insistido para que se filiasse e a ajudasse num conjunto de tarefas, o marido, já detido, não lhe dera autorização, proibindo-a de se envolver politicamente. Outra mulher afirma *“Que nunca desenvolveu actividades políticas de qualquer natureza, não só por*

ser analfabeta, como ainda por desconhecer tudo quanto se relaciona com política, nem tão pouco foi «convidada» para tal por quem quer que fosse.»⁴⁰¹

Dentro do Partido igualmente se justapunha uma visão «tradicional» do género, remetendo a *amiga* da casa clandestina para funções domésticas, com a vigilância da instalação como fulcro, e com a supremacia dos homens sobre as mulheres militantes⁴⁰². Assim, ainda que as mulheres na clandestinidade escrevessem artigos destinados a uma publicação de circuito restrito, *A Voz das Camaradas*, que tinha como leitoras e redactoras as outras militantes do PCP nas casas clandestinas, usando pseudónimos femininos para assinar os textos, estes eram supervisionados pelos homens que com elas coabitavam⁴⁰³.

A clandestinidade sujeita o indivíduo ao afastamento prolongado - e por tempo indefinido, por depender da queda do regime autoritário, imprevisível - de todos os elementos do círculo familiar, por razões de segurança. Ainda que fosse possível, através dos circuitos de partido, combinar encontros nomeadamente com a conjuge, as crianças constituíam um perigo demasiado grande:

“A minha mulher encontrava-se todos os meses comigo. Ia sozinha, não levava ninguém atrás dela, nem os filhos. Os filhos é que não me podiam ver. Eles têm cinco anos de diferença um do outro. A minha Isaltina tinha aí uns três anos e o meu Henrique tinha oito (...) Os meus filhos é que não me viram praticamente, em crianças. Os meus filhos foram criados sem mim. Porque a minha mulher todos os meses me via. Ela sabia onde é que eu estava, que eu mandava lá uma pessoa a dizer. Ia de noite, deixava os filhos a dormir e ia sozinha. Também teve um bocado de coragem, mas morreu nova, coitada. (...) Isso foi uma vida dura que eu passei. Os meus filhos não me viam a mim, mas eu via-os a eles. Eu todos os meses via os meus filhos. Eu cheguei a ir à minha casa, lá à casa de uma vizinha minha (...), e na casa dela, os meus filhos iam para lá brincar e eu estava lá no sótão e via os meus filhos a brincar. Estava lá, por exemplo, uma noite ou duas, lá fechado, num sótão que eles tinham. Até uma vez, veio ali a PIDE para me prender, por eu andar na clandestinidade. A minha casa, antes do 1º de Maio, era sempre assaltada, normalmente. Os meus filhos eram muito apoquentados. Choravam, com a mãe, e eles davam a volta à casa, revolviam tudo, lá ao sótão e tudo. Eu, às vezes, estava a vê-los e se eu fosse um assassino até os tinha

⁴⁰¹ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 1309/62 - 1ª Divisão*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 20 e vs.

⁴⁰² V. sobre a clandestinidade feminina na década de 40, Ana Barradas “Anos 40: as clandestinas”, *História*, nº17, (Nova Série), Fev. 1996, pp. 40-49.

⁴⁰³ Um detido afirma que as duas mulheres que residiam na sua casa clandestina usavam pseudónimos “e com eles subscreveram os artigos que foram publicados nesse jornal depois de revistos pelo respondente.” Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 514/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 32 vs.

matado, tinha possibilidade para ter armas, se quisesse. Vi-os, mesmo ali, mesmo ali perto. Isto são coisas horríveis, pá!” (Jerónimo Bom)

7. Activação da rede local nos momentos de crise

Sendo as comunidades constituídas por grupos de indivíduos associados em formas de interacção regulares, com relações directas, multifacetadas, recíprocas, marcadas pela igualdade aproximada do ponto de vista material e por uma memória comum de valores e crenças⁴⁰⁴, são elas que compõem, segundo Roger Peterson, as bases que sustentam as rebeliões, fornecendo a sua estrutura informação detalhada que ajuda a compreender como tem lugar um movimento. Ao suportar uma organização clandestina na sua actividade (fornecendo comida e informações, indivíduos para serem recrutados, reservas para a acção colectiva, retaliando contra os colaboracionistas locais) as comunidades permitem aos que se rebelam continuar a sua acção.

Roger Peterson, com base no seu trabalho sobre uma aldeia lituana, defende que a rebelião é mais facilmente desencadeada nas comunidades fortes, ou seja, económica e socialmente homogéneas e politicamente pouco desenvolvidas, e considera que quanto mais uma nação for composta por comunidades locais deste tipo a nível local, tanto maior é a probabilidade de aí se desenvolverem rebeliões sustentadas. Atendendo a que qualquer comunidade é constituída por grupos que detêm aquelas características, nada obstará a que em todas as comunidades se desencadeassem rebeliões: porque não é assim? A resposta encontrar-se-á, por um lado, numa memória comum que permita activar repertórios de luta, mas por outro lado, no momento, que pode ser ou não propício. Não basta, em nosso entender, a densidade de relações no seio de um grupo. Sem uma forte coesão, alimentada por uma memória, e uma conjuntura favorável as formas de acção colectiva não serão facilmente desencadeadas.

Os indivíduos que primeiro se tornam actores num movimento, aceitando com o risco da vida o envolvimento, constroem uma reputação de heróis ou ganham características de líderes dentro da respectiva comunidade. O seu estatuto é tanto maior quanto a comunidade for pequena, já que a densidade de relações eleva os sentimentos de respeito e de deferência. A subida de estatuto, segundo Roger Peterson, ajudará a justificar o envolvimento desses primeiros actores, já que havendo uma situação de equilíbrio material, só uma ascendência ao nível do estatuto permite progredir, dentro de uma comunidade. Aos primeiros a aderirem a uma causa, preocupará, sobretudo, o estatuto e a honra, enquanto que os que se seguem o fazem principalmente pela reciprocidade, já que se numa comunidade houver um número elevado de pessoas a sustentar uma acção colectiva, torna-se uma obrigação moral fazer o mesmo, da mesma forma que todos os dias as pessoas aí se entremudam, no trabalho como na vida social.

⁴⁰⁴ Michael Taylor (1982) *Community, Anarchy and Liberty*, cit. por Roger Peterson, “A community-based Theory of Rebellion”, *Archives Européennes de Sociologie*, vol. XXXIV, n° 1, pp.

Aqueles que, eventualmente, não contribuam para um movimento, permanecendo inactivos quando parte dos vizinhos já colabora, passam a rezear represálias, sob a forma de ostracismo, de exclusão dos benefícios das relações de reciprocidade económica existentes dentro da comunidade, e ainda de formas de retaliação física. Esta retaliação é tanto mais importante se for tido em conta que se trata de universos pequenos, onde o anonimato é impossível; pela mesma razão, é fácil votar ao ostracismo, da mesma forma que é fácil saber quem ajuda o ostracizado. Também por outro lado, um indivíduo que se rebele dentro de uma comunidade de laços fortes, sabe poder contar com o apoio desta. Para Peterson, e com base no caso de uma aldeia lituana que estudou (1940-41), a existência de uma comunidade forte é condição necessária, mas não suficiente para o desencadear de uma rebelião, pois salienta a importância do estatuto dos indivíduos, que opera através de formas de reciprocidade, reduz a possibilidades de denúncia e de retaliação.

As observações de Roger Peterson revelam a sua pertinência na aproximação ao contexto estudado se a noção de comunidade for debatida. A fusão entre a noção de comunidade e a de colectivo, ou de grupo, como tem vindo a ser registado, revela-se proveitosa, atendendo a que as classes separam irremediavelmente, no caso abordado, os indivíduos. A comunidade tem, aqui, um carácter que lhe advém do local, mas que não recobre todos dentro dele, excluindo aqueles que, entre si, também constituem um grupo, dotado de interesses comuns e com trocas de vários tipos.

O colectivo local a que nos referimos congrega uma parte substancial da população e exerce uma força centrípeta em relação a alguns daqueles que não o constituem mas a quem se torna mais vantajoso, em momentos determinados, juntar esforços. A noção de rede social proposta por Jeremy Boissevain revela a sua eficácia se se considerar que, numa situação de conflito, os indivíduos não conseguem lograr a melhor solução por terem razão, por conseguirem argumentos mais convincentes ou por defender os valores mais essenciais, mas antes porque souberam colocar-se do lado certo a tempo. O padrão dos conflitos tem de ser entendido no contexto dos interesses e das acções do participantes individuais, sem descurar uma abordagem dos processos de longo termo em que esse mesmo conflito se alicerça. No que concerne aos participantes num movimento colectivo, e que constituem a base de sustentação daquela forma de acção, distinguem-se aqueles cujo limiar de insurgência é baixo, e são facilmente galvanizados para formas de luta visíveis, cujas consequências lhes podem ser nefastas, dos outros que, medidas as consequências, se aliam quando lhes for mais vantajoso fazê-lo. Tendo em conta que as pessoas dependem umas das outras, e que os objectivos de cada um só podem ser atingidos em conjugação de esforços, e pela cooperação com outros, há que conseguir aliados para atingir os fins. Uma acção colectiva está profundamente dependente da capacidade de extensão dos seus objectivos, com a finalidade de gerar e alimentar formas de cooperação que abranjam o maior número de elementos possível.

No Couço, pela densidade da rede social, com protagonismo para um conjunto de indivíduos cujo limiar de insurgência era baixo, e que desempenhavam uma função de centralidade na rede, a cooperação dentro do grupo constituía um princípio que fornecia base de sustentação para o desencadear da acção colectiva e que amortecia alguns dos efeitos quando a repressão se abatia:

“Naquela altura, toda a gente vivia mal, mas toda a gente dava o seu donativo para a luta. Era uma luta que não era minha, era de todos. Queijos, latas de conserva, margarina, mandavam. Naquela altura, 58, 59, 60 e por aí fora, a luta do povo desta terra, se calhar, era dos comunistas. Era de pessoas que não estavam com este governo, isto era tudo unido. Isto depois do 25 de Abril desmoronou-se um pouco, porque apareceu depois outros partidos. Naquela altura, o partido era só um, contra a ditadura de Salazar.” (Joaquim Patrício Isidro)

“Que a maioria das pessoas do Couço, ligadas...filiadas no Partido não estavam, agora, de uma maneira ou de outra as pessoas tinham uma certa ligação, ainda que não conhecessem os militantes, nem isso, porque por exemplo, eles tinham uma ligação, ajudavam, davam, deixavam de comer para dar para os miúdos, para os filhos dos presos políticos, não é verdade. Ajudavam. Ajudavam em assinaturas para eles virem para a rua, portanto, os abaixo-assinados que se faziam,(...) [na] angariação de fundos para as famílias dos presos políticos e, claro, para eles próprios, porque para as famílias, as famílias era para os filhos e também para levar aos maridos.” (Maria Custódia Chibante)

As formas de solidariedade orgânica que o PCP activava, fundiam-se com práticas colectivas de peditório, com vista a minorar os efeitos entre as famílias locais de uma permanência na cadeia de um dos seus membros.

“Cá os camaradas arranjavam 100 escudos por semana, que sabiam que tinha três gaiatos.” (Joaquim Claudino)

Porém, constitui um ponto de honra entre os militantes comunistas locais o facto de nunca ter sido preciso contar com fundos provenientes do exterior para fazer face às consequências da repressão. Mais, o fluxo de gente e de bens em direcção a outros sectores mais debilitados do partido é frequentemente realçado. Um dos detidos no final de Novembro de 1960, confessa nos interrogatórios que *“para angariar «fundos» para o «partido» fazia «rifas» de quadros, máquinas de barbear, telefonias de algibeira e de outros objectos que comprava, cujos talões distribuía pelos restantes «membros» que por sua vez os vendiam.”*⁴⁰⁵ Nesta mesma altura a

⁴⁰⁵ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 28.

polícia apercebe-se de que são significativas as quantias obtidas no Couço, e que podem revestir-se de um carácter redistributivo local - sendo de imediato remetidas para as famílias dos detidos da povoação - ou podem ser centralizadas. Um dos interrogados confessa “*Que, além dos dinheiros referentes ao custo da «imprensa» e das «cotizações» dos «elementos» que «controlava», ainda arranjava outras verbas para «fundos» do «partido», provenientes dos donativos, rifas, e venda de cupons. - Que, estas verbas que o respondente entregava ao «funcionário», vinham inscritas no «avante!» com a rubrica «Portugal Livre» e diziam só respeito ao organismo de Santa Justa.*”⁴⁰⁶

Quando Manuel António, um dos detidos em Abril de 1962, regressou a casa, depois da prisão, vinha doente, com as pernas abaladas pela tortura e o corpo dorido pelos espancamentos. Impedido de trabalhar, ficava em casa, enquanto a mulher se incorporava nos ranchos de trabalho:

“Chegaram a fazer peditórios. Nós andávamos a trabalhar nos ranchos e chegaram a fazer peditórios, porque eu não tinha dinheiro e ele precisava de ser tratado. Estavam a pedir e a gente estávamos a almoçar, à hora do almoço, e eu disse: «Vocês andam a fazer um peditório, eu é pouquinho, mas também quero dar qualquer coisa...» E elas disseram: «Deixa, logo, em nós abalando, tu dás alguma coisa». Ô depois foram também pedir ao patrão que estava a pagar à gente: «Ó senhor Zé, também dá alguma coisa para a ajuda deste rapaz que está doente?». E ele, puxou por 20 escudos e deu. À noite, quando a gente viemos embora com a hora de sol, que a gente tinha uma hora de sol, e quando elas vieram à minha casa é que eu soube para quem elas andavam a pedir.” (Maria Adelina, mulher de Manuel António)

A sustentação fornecida pelo tecido social local em relação às formas de acção colectiva, mesmo quando sob o desaire de derrotas e a prisão de militantes, podia corresponder às configurações legais disponíveis. O abaixo-assinado é uma das formas possíveis, ainda que de duvidosa eficácia: quando da prisão de um militante local particularmente querido, Joaquim José Dias, condenado a dois anos de prisão em 1959, são recolhidas no Couço 1650 assinaturas a pedir a sua absolvição⁴⁰⁷. O número é tanto mais significativo se se tomar em consideração o número de analfabetos e de indivíduos de menor idade, numa população residente que, segundo o censo de 1960, seria de 5492 pessoas.

⁴⁰⁶ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 860/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vs. fl. 37. Já em 1947, a PIDE constatara que os fundos entregues centralmente e conferidos nas rubricas do *Avante! (Em frente; Pravda; Povo em Marcha; A voz de Moscovo; Velhos Amigos do Partido; A voz dos Camponeses)* atingiam elevadas quantias.

⁴⁰⁷ *O Camponês*, Ano XIII, nº 70, Outubro/Novembro de 1959; v. igualmente *O Camponês*, Ano XIII, nº 71, Dezembro de 1959 sobre a entrega das assinaturas ao Tribunal Plenário, que salienta: “*Nesta acção, como em tantas outras que se têm realizado contra a repressão, têm sempre lugar destacado as mulheres que, no Couço, deram boas provas de abnegação e de firmeza. Igualmente tem importância interessar as pessoas da família dos presos na luta general pela Aministia.*”

Associadas às recolhas de fundos, a venda de rifas, cujo prémio dependia dos números do sorteio da lotaria, permitia obter fundos para o PCP. Tomavam designações inócuas, como “Rifas de Santo António” ou “Folar da Páscoa”⁴⁰⁸, reenviando para celebrações do calendário e para práticas tradicionais associadas ao sorteio. Os prémios eram constituídos por relógios, bicicletas, máquinas variadas, e até um carneiro.

Pela sua posição em termos de *status* no microcosmos local, aos comerciantes estão atribuídos papéis que os distanciam das camadas mais desafortunadas. Independentes em relação aos proprietários e integrando uma camada não agrícola, não têm razões para entrar em conflito directo com o grupo possidente, salvo quando, pela postura política, os afrontam⁴⁰⁹.

Consideremos relativamente a eles a existência de vários tipos, na sua relação com o colectivo de militantes local e com as formas de acção colectiva desencadeadas. Em primeiro lugar, a figura do regime, protagonizada por pelo menos dois comerciantes, um penalizado por contrapropaganda no jornal *O Camponês*, outro, colaboracionista em relação às autoridades e que é responsável por algumas prisões após a greve de 1958, sofrendo represálias imediatas, expressas na redução do número de clientes. Em segundo lugar, os que eram reactivamente envolvidos, ou seja, que medidas as consequências da não adesão a formas de acção colectiva, resolviam aderir, num registo dúbio, e contribuía com quantias de fundos, ainda que sem desejarem envolver-se expressamente. Finalmente, num terceiro tipo, enquadram-se os politicamente comprometidos, que ainda que tendo o apoio da população, expresso na clientela fidelizada nomeadamente através das formas de pagamento diferido, poderiam chegar a ser presos, em virtude do seu empenhamento.

Joaquim Canejo, antigo militante comunista, acusado de desvio «esquerdista» pela sua participação empenhada no processo de reforma agrária, está ligado desde o 25 de Abril ao movimento cooperativo. Este dirigente de uma cooperativa de consumo, assemelha o papel dos comerciantes locais, até há alguns anos, ao dos bancos. Era nas lojas, nos *comércios*, que os trabalhadores rurais depositavam o que ganhavam e era lá que conseguiam crédito nos meses de defeso. A *candonga* associada aos tempos de carência que acompanharam e que se seguiram à segunda guerra mundial, alegadamente sob o patrocínio de alguns comerciantes, terá mesmo contribuído para o enriquecimento dos menos escrupulosos.

A prática dos *fiados*, com o pagamento diferido por parte dos compradores, remetido geralmente para o final da semana, após haverem recebido a jorna, ou para o S. Miguel, no fim das colheitas, é referida por alguns comerciantes, e constituía uma prática de todos, assente no conhecimento, na confiança e na interdependência. Virgínia Garcia dos Reis, viúva de José Nogueira dos Reis, que foi um dos comerciantes detido em 1962, recorda:

⁴⁰⁸ Ambas as designações correspondem ao ano de 1947.

⁴⁰⁹ V. sobre o assunto a diferente situação em Fuenmayor. David Gilmore, *The People of The Plain - Class and Commodity in Lower Andalusia*, New York, Columbia University Press, 1980, pp. 121-123.

“O meu marido fiava bastante. Casas de filhos, sustentava-os parte do tempo. Pagavam ao S. Miguel, que era em Setembro, na altura da feira de Coruche. Andavam a trabalhar para os ricos, para os lavradores daí, mas pagavam-lhes uma miséria, uma escassa miséria. Chegava-se a Setembro, o dinheiro que eles recebiam dava para comprar um casaquito, que andavam a guardar o gado. Iam à feira comprar isso e o Zé Nogueira ficava à espera.”

As pequenas compras, associadas ao avio diário ou semanal - no caso das populações residentes em montes afastados, que se abasteciam uma vez por semana - e o processo de interconhecimento que facilita o protelar do pagamento, inseriam-se num conjunto de trocas em que a palavra desempenha uma função importante, e que servem à socialização dos mais novos, através dos *mandados* ou *recados*:

“Aqui às vezes tenho dito à empregada que tenho aqui, e tenho dito aqui até aos fregueses, que às vezes se fartam de rir, quando de Maio em diante as pessoas marcham para o trabalho, uns vão para o arroz, outros vão para o tomate e vinham à tardinha: "Olha (diziam para o filho), vai lá à do Joaquim Basílio comprar isto." Eles chegavam aqui á minha loja: "Ó Joaquim Basílio!" (eles todos tratavam-me por tu, os garotos) "O que é que queres, meu menino?" "Quero um quarto de quilo de açúcar, quero meia quarta de café, quero meio litro de petróleo, dois decilitros de azeite, e assente, que a minha mãe paga sábado". Pronto, tinha ali um ferrinho, um espetozinho na parede, lá num papel pardo, Fulana de Tal. Às vezes havia três ou quatro papéis. E logo a seguir vinha logo outro. "Quero duzentas e cinquenta gramas de bacalhau, quero meio litro de petróleo, quero um queijo, e assente lá que a minha mãe paga sábado." Durante a semana, ia tudo para o livro, e no sábado, vinham umas: "Olha, vê lá quanto é, que eu quero pagar", e vinham outras que se a gente lhes falava naquilo encolhiam-se, e outros coitados... Hoje ainda se vende a crédito, isto é já moda aqui da gente. Outros tempos era uma coisa, hoje são outra.”(Joaquim Basílio)

Manter uma loja aberta significa depender das compras dos possíveis clientes. Inserir-se numa cadeia de crédito, com o pagamento diferido aos fornecedores e com a recepção protelada do dinheiro correspondente aos bens fiados, implica não só uma relação de confiança como alguma cumplicidade entre os envolvidos. Uma greve introduzia uma forte perturbação no ciclo do crédito, pois se continuava a implicar os fornecimentos a montante, confrontava os comerciantes com o adiamento imprevisível dos pagamentos a juzante, que ficavam dependentes do fim da greve. A manutenção da confiança, num mecanismo admiravelmente

estudado por J. K. Campbell entre os pastores Sarakatsani⁴¹⁰, implica a não suspensão dos fornecimentos mesmo quando os pagamentos não surgem no momento previsto. Os indivíduos envolvidos em formas de acção colectiva, e nomeadamente nas greves, com a suspensão de salário que acarretam, contam com a demonstração de confiança dos comerciantes para poderem prosseguir; para estes, é igualmente de toda a conveniência evidenciar essa confiança, no sentido de não perder o cliente, e reaver a quantia correspondente aos bens já fornecidos. Os jornais editados ajudam-nos a ter essa percepção:

“Os comerciantes, que estão interessados em que possamos pagar-lhes os fiados, não somente apoiarão a nossa luta como nos podem abrir créditos durante o tempo que estivermos em greve”⁴¹¹

A ambiguidade dos comerciantes resulta da contradição entre a sua posição social e a defesa dos respectivos interesses pessoais. Na estrutura social local, os comerciantes encontram-se numa posição que os distancia do topo - ocupado pelos proprietários - sem se fundirem com o grupo inteiramente desapossado dos assalariados rurais. Estes últimos, que constituem o maior número dentro da estrutura social local, são também os principais clientes de quantos têm estabelecimento aberto. A fusão entre o interesse de classe e a posição de classe é advogada por um dos comerciantes locais detido pela PIDE:

“É o mal de muita gente, é que vive com os pobres e defende os ricos, isso é que está mal! Eu nunca posso admitir que um indivíduo está a viver com os pobres e que seja contra eles. Porque dos ricos não vem aqui ninguém ao meu estabelecimento comprar alguma coisa. Eles já sabem quem eu sou, primeiro, e segundo não vem aqui ninguém comprar nada. E não fazem cá falta nenhuma. Eles têm muito dinheiro. Eles vão comprar é aos grandes superes ou hipermercados. Os comerciantes não contam para eles para mais nada, portanto eu nunca posso estar ao lado de indivíduos desses. E este país nunca pode caminhar (este país é um pequeno país), quando os pequenos votam nos grandes, nunca pode.”(Joaquim Basílio)

Alguns dos comerciantes colocavam-se decididamente ao lado dos mais desafortunados, que constituíam o grosso da população, ou seja, da sua clientela:

“Na minha posição, como pequeno comerciante, via no Partido Comunista a força da vanguarda dos trabalhadores, se bem que não estivesse fíliado no Partido Comunista, mas

⁴¹⁰ J. K. Campbell, *Honour, family and patronage*, Oxford, Oxford University Press, 1964. Importa sobretudo a abordagem sobre a relação de confiança mantida com os comerciantes que lhes adquirem o leite.

⁴¹¹ O apoio dos seareiros e pequenos comerciantes insere-se no caderno reivindicativo que combate o desemprego, divulgado pelo jornal *O Camponês*, ano X, nº 64, Abril de 1958.

tinha ideais comunistas. Sempre os cumpri, e até hoje, à idade que tenho, estou a cumprilos.”(Joaquim Basílio)

Durante a greve de Junho de 1958 a ambiguidade da posição dos comerciantes tornou-se evidente através da posição que alguns adoptaram: abrir meia porta. Em suma, nem em afronta decidida ao regime, nem numa clara adesão à paralisação - e lucrando sempre, pois mesmo os grevistas precisavam de fazer *avios*. Os promotores das greves contavam com a cumplicidade dos comerciantes, sem a qual não poderiam manter-se. Quando um movimento atinge um determinado nível de adesão, que leva a que uma parte substancial da população já esteja envolvida, os próprios comerciantes sentem-se alvo de uma pressão colectiva que os conduz a demonstrar o seu alinhamento.

A *entente* entre os comerciantes e os grevistas ficava traduzida na interdependência, tendo os comerciantes mais a perder, em termos de retaliação, num contexto com uma rede social densa: a continuação de uma greve dependia da manutenção do fornecimento dos bens de consumo necessários aos indivíduos envolvidos, mas a suspensão de abastecimentos por parte de um comerciante podia ser suprida com o recurso a um outro, mais próximo ideologicamente, enquanto aquele que quebrara uma relação de confiança se poderia vir a confrontar com indesejáveis represálias. Avisos como o que foi publicado n’*O Camponês* eram particularmente temidos atendendo à posição dos comerciantes:

*“Que ninguém gaste dos comerciantes salazaristas, provocadores e bufos, como o Artur Basílio do Couço”*⁴¹²

Alguns comerciantes, porém, tinham uma escolha política bem definida e conhecida. João Camilo, como barbeiro de loja aberta, encerrou-a durante a greve de Junho de 1958. Arenato Brás, peixeiro, paralisou. José Nogueira dos Reis, segundo a esposa, fez o mesmo:

“Quando foi a greve, fechou o comércio. O meu marido também fechou, claro. Nesse dia que foi isso, ele estava doente. Ele tinha uma fístula e tinha passado a noite muito mal, cheio de febre. Tinha a porta fechada e um tenente ali de Santarém, à força, começou às chicotadas à porta, aos empurrões à porta. Eu estava lá em cima ao pé dele no quarto, mas a janela dizia para a rua e ele disse: «Deixa, não vás abrir a porta. Deixa-os bater». Daí então começou a ser cada vez mais, cada vez mais. Começaram alguns a ser presos e vinham aqui pedir alguma coisa para mandar para a prisão. Ele arranjava uma encomenda grande. Eram queijos, eram linguiças, eram latas de atum. Não era só aquela coisinha que elas vinham pedir para embrulhar. Ele arranjava sempre muito mais e muito mais, e mandava, claro.”

⁴¹² *O Camponês*, ano X, n° 66, Outubro de 1958.

A posição dos comerciantes tornava-os aliados preferenciais nas formas de acção colectiva desenvolvidas, não só pela sustentação material dos grevistas como ainda no apoio às famílias dos que iam sendo abatidos pela repressão, recolhendo às cadeias. O auxílio aos presos era complementado pelo apoio às famílias que localmente haviam ficado privadas de um elemento, e cuja economia inevitavelmente se ressentia:

“Elas vinham aqui, as do Vale da Cal, de uns rapazes que foram presos, e depois, quando o meu marido foi preso foi o que disseram lá: que ele que era preso, porque sustentava as mulheres dos presos e mandava comida para as prisões.(...) Foi aos interrogatórios mas não o torturaram, só lhe diziam: «Enchias a barriga aos comunistas, meu comunistão, não querias que eles morressem à fome! Tu até mandavas coisas para o Álvaro Cunhal para a União Soviética». Era as coisas que eles lhe diziam. (...)Contribuía muito, muito. Para o Álvaro Cunhal e isso, ele mandava-lhes roupas e calçado, que nós tínhamos essas coisas feitas a vender. Ele bastante mandava. Eu não sei como é que eles souberam isso, mandaram aí algum investigar, dos que estavam ao serviço deles.” (Virgínia Garcia dos Reis, viúva de José Nogueira dos Reis)

Garantindo o suporte mínimo quer para as famílias dos grevistas, quer para os presos, quer ainda através de contribuições directas para o Partido, os comerciantes desempenham um papel lateral, mas necessário ao decorrer das lutas. A sua reactividade no que concerne ao envolvimento político é eventualmente lenta, medida, e inserem-se no caso do Couço em comissões legais, cuja visibilidade surge nos períodos eleitorais.

As comissões concelhias e distritais de apoio a candidaturas oposicionistas contam sempre com alguns indivíduos de estabelecimento aberto. Joaquim Basílio e José Nogueira dos Reis, detidos pela PIDE em 28 de Abril de 1962, são dois dos que, no caso do Couço, integraram a comissão concelhia de apoio a Arlindo Vicente. A ambiguidade da sua posição serve-lhes de resguardo, como ressalta do depoimento do primeiro perante a PIDE: angariara fundos para a campanha e difundira panfletos, mas, como não pertencia ao PCP, ter-se-ia afastado da referida comissão quando dois conhecidos militantes comunistas locais - João Camilo e Joaquim José Dias - para ela entraram. Mais, teria denunciado as intenções de agitação destes ao presidente da Junta de Freguesia⁴¹³. Note-se que Joaquim Basílio já então contribuía com fundos, tendo sempre João Camilo como mediador nas entregas, por considerá-lo seguro - mesmo quando preso não denunciava as suas fontes de contribuição para o PCP:

“Dava apoio material, contribuía para o Partido Comunista, mas eu só tinha uma pessoa no Couço a que eu dava: era o João Camilo, não dava a mais ninguém. Dava, mas tinha que ser ao João Camilo, porque eu tinha uma confiança muito grande no João Camilo, é um rapaz que eu admiro muito. Quando ele chega ao pé de mim, ele sabe que eu nunca lhe

⁴¹³ Arquivo da PIDE-DGS, *Processo 1157/62*, 1ª Divisão, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

digo que não, e então, só contribuía para o João Camilo. Ele sabe bem que é assim. Então eu só contribuía com o João Camilo. Eu era cliente lá dele, que ele era barbeiro, e ele dizia para mim: "Ó Joaquim, vê lá quanto podes dar para o partido" e eu, naquele tempo, dava-lhe muitas vezes vinte escudos, chegava por vezes a dar cinquenta escudos, mas aquilo era sagrado para ele, porque sabia que ele não dizia nada. Porque se ele dissesse alguma coisa, eu também lá ia parar." (Joaquim Basílio)

Hoje, Joaquim Basílio descreve a sua passagem pelos calabouços destacando:
"Então, fui preso no dia 27 de Abril como disse já, fui para Lisboa e estive lá noventa e dois dias incomunicável. Nunca recebi a mínima visita. Contribuí como pequeno comerciante sempre, auxiliando as pessoas e os fregueses. Dei muitos aviados, que naquele tempo eu precisava era que me dessem a mim, mas eu auxiliei bastante aquelas pessoas que precisavam. Uns eram fregueses, outros eram amigos, isto já lá vão muitos anos. Dentro das minhas possibilidades, hoje ainda contribuía muito mais se se desse esse caso, porque tenho uma vida muito melhor, contribuía muito mais do que contribuía naquela altura. Mas naquela altura, dentro das minhas possibilidades, eu fazia o que podia, não é verdade, se eu tinha dez não podia dar vinte. Mas dava sete, ou oito ou cinco, ou quatro. Hoje dava muito mais. Os meus ideais continuam a ser os mesmos, e hei-de morrer com eles. Aqueles dias marcaram-me muito, eu fiquei com um ódio terrível à PIDE. Já sabia que a PIDE era monstruosa, mas desde que me levaram para lá e tiveram noventa e dois dias sem mais nem porquê... (...) Foi a PIDE que veio cá a minha casa, que me roubou noventa e dois dias de liberdade e que me deixou sem os meus filhos que eu precisava de estar cá para os criar!" (Joaquim Basílio)

Ainda que se trate de um argumento usado numa confissão sob tortura, não deixa de ser importante a argumentação usada por um dos detidos de 1960, relojoeiro de profissão que alegou que um militante do PCP lhe teria mostrado um panfleto, que dizia "*Não comprem nada ao bufo do Artur Basílio*", tendo sido instado pelo referido militante à adesão: "*«Vês o que sucedeu a este. E tu toma cuidado porque pode acontecer-te o mesmo». Que, em face disto, o respondente, como estava em princípios de vida e com grandes encargos, com medo de lhe suceder o mesmo, resolveu então filiar-se como «membro» do «partido comunista português.»*"⁴¹⁴

Os constrangimentos à adesão não seriam, todavia, tão eficazes que obstassem a que alguns não aderissem de todo às formas de acção colectiva, ainda que pudessem manter uma ambiguidade comportamental que julgavam servir-lhes. Um outro comerciante, Martinho

⁴¹⁴ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 862/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 31.

Marques, com 34 anos em 1958 e com estabelecimento aberto em Santa Justa, teria durante a greve que se segue às eleições presidenciais um papel de denúncia, assumido em declarações perante a PIDE. Este indivíduo, acusado por vários elementos arguidos num processo de os haver acicatado no sentido de se dirigirem ao Couço, onde João Camilo e outros homens estariam detidos, no dia 23 de Junho de 1958, e de os haver incitado ao corte dos fios de telefone, alegaria:

“Que não é verdade ter incitado fosse quem fosse a vir atacar o posto da Guarda Nacional Republicana, pois quando veio buscar o pão ainda nada se sabia sobre a prisão de quaisquer indivíduos, embora admita que pudesse ter dito qualquer coisa que levasse os grevistas a fazerem nele fé, mas isso era simplesmente para ver se descobria qualquer coisa que pudesse interessar às autoridades, com quem estava em ligação e a quem havia prometido o seu auxílio.(...) Que, não querendo expôr-se perante o público que sabe ser quase todo de opinião contrária à sua, e até porque vive de um comércio que tem instalado em Santa Justa e perderia a freguesia como já está a acontecer, deu do facto conhecimento a uma pessoa sua conhecida, e que sabia estar de boas relações com a Guarda Nacional Republicana, para que aquela viesse contar à mesma Guarda a sua descoberta. Que essa pessoa é o chefe da estação dos Correios desta localidade, senhor Mário Durão.”⁴¹⁵

Responsável pelo deslindar de um dos processos de 1958 devido à denúncia que então fez, com a interposição de um outro indivíduo, dos envolvidos no corte dos fios telefónicos, este mesmo comerciante tivera uma posição equívoca durante os acontecimentos de 1958, não só incentivando alguns dos vizinhos - que acusaria depois - como fornecendo objectos cortantes destinados a possíveis sabotagens.

Em suma, se a forma da organização partidária detém grande protagonismo na estruturação das lutas locais, ela assenta numa rede social densa, com o parentesco e as relações de vizinhança e amizade - esta última edificada num ambiente em que os ranchos de trabalho são de grande importância - a deterem um papel de envergadura. A acção colectiva tem de contar com sólidas formas de organização que, a montante, preparem o seu desencadear e a jusante lhe confirmam sustentação.

Numa sociedade em que as clivagens de classe são evidentes, e quando as prestações inerentes às formas de solidariedade orgânica são escassas ou nulas, é na consciência de pertença a uma mesma classe que se alicerça a solidariedade mecânica.

O alinhamento e o comprometimento político num partido, alicerçado num rede social que predispõe à incorporação, devido a sociabilidades e práticas que reúnem os indivíduos,

⁴¹⁵ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 877/58*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, vs. fl. 89- fl. 90 e vs.

impunha-se como uma prática imperativa da que resultava da pertença ao grupo, desenvolvendo a leitura de um conjunto de obras um factor que, em simultâneo, congregava e distinguiu, edificando uma cultura de resistência na qual o segredo detém uma importância fulcral. Levar até às últimas consequências o alinhamento político, numa situação política persecutória, poderia conduzir à adopção de uma nova identidade, e à assumpção de uma nova vida: a de clandestino. Nessa etapa liminar e na que eventualmente se seguiria - a prisão - a rede social activável. e nomeadamente os comerciantes, fornecem um contributo não negligenciável para o prosseguir de uma luta.

Parte V

A descida aos infernos na prisão

Parte V: A descida aos infernos na prisão

“O esforço «irrealizável», a dor «insuportável», o prazer «indizível» são mais critérios sancionados pela aprovação ou desaprovação colectiva do que função de particularidades individuais.”

Claude Lévi-Strauss

No último dia do mês de Janeiro de 1998, algumas mulheres que partilharam uma cela em Caxias em 1962, depois de 36 anos sem se terem encontrado, almoçaram juntas no Couço e reataram uma conversa suspensa. Uma trabalhadora rural iletrada, mais tarde operária, e agora reformada; duas comerciantes, com a escolaridade básica, uma no activo, outra reformada - todas do Couço. De Lisboa, deslocara-se uma professora universitária que na altura da prisão era estudante e estivera envolvida na crise académica. Em catadupa, interrompendo-se, cúmplices, recordavam o instante do regime que as unira. Umas, politicamente alinhadas no contexto local, preparavam uma jornada de luta pelas 8 horas de trabalho agrícola quando foram detidas. A outra, envolvida nos acontecimentos estudantis que abalaram o regime, confrontara-se na prisão com um país que desconhecia, pela sua proveniência social. A partilha - dos afectos, como dos alimentos enviados pelas famílias - sobressaía nas memórias activadas neste reencontro, não lhe sendo alheia a consciência de que, na altura, estavam de um mesmo lado. A circulação de informação e de conhecimento fê-las perceber na cadeia que os representantes da polícia política utilizavam argumentos díspares com um mesmo fim: distanciá-las. Nos interrogatórios, umas eram zurzidas por, na sua iliteracia, ousarem afrontar o poder, como se fossem mulheres com instrução, enquanto a outra era admoestada por, provinda das elites, não pugnar pela classe a que pertencia, fundindo-se com gente de baixa extracção.

Juntas, haviam passado por algumas das fases da vida prisional, amparando-se nos trágicos retornos dos interrogatórios, e festejando em comum nas ocasiões de excepção. A arbitrariedade das prisões sem julgamento durante vários meses, sob o jugo de uma instituição com um domínio absoluto sobre as suas existências, marcá-las-ia em definitivo.

O peso dos relatos sobre a prisão, e nestes, a referência às formas de, sob tortura, extrair informação aos detidos, releva no conjunto das histórias de vida reconstituídas. Nas narrações provindas de indivíduos que já haviam contado a sua vida, noutras ocasiões, a dimensão conferida à prisão é mais atenuada, por considerarem já ser do conhecimento do investigador o que lhes diz respeito. Numa entrevista realizada em grupo, num clima de forte emoção, Domingos Catarino afirmaria perante Manuel Brás e João Camilo que guardava dois momentos penosos na sua vida: a sua prisão e o fim da Reforma Agrária. Registemos a referência ao primeiro:

“O pior tempo da minha vida foi o tempo da prisão. Deixar um filho pequenino, deixar cá a mulher sem nada, sem dinheiro, sem nada. Tinha feito a casa, fiquei sem dinheiro, sem nada. Fiquei com um conto de reis em casa, fiquei com uma telefonia que comprei e que tinha a pagar um conto e oitocentos, e fiquei com um conto de reis em casa. Abalei para prisão, a mulher não recebia o meu ordenado, e ela depois, numa vida difícil, sem dinheiro. Ela depois, ia lá visitar-me, sem dinheiro, com as passagens, isto foi uma vida negra na prisão. Dificuldades financeiras, sem dinheiro, e dificuldades por ter cá um menino pequenino sozinho para criar, e eu desaparecer aqui de casa. Foi uma vida terrível que ela cá passou e eu lá [chora e soluça convulsivamente]”(Domingos Catarino)

Também João Camilo, noutra ocasião, associaria o desgosto da perda de um filho, momento traumático da sua vida familiar, às sucessivas detenções. Em quase todas as entrevistas, de forma expressa ou implícita, uma marca similar é detectada, com vincos fortes na memória dos indivíduos, e das suas famílias. Maria Carmina, esposa de João Camilo e que nunca foi detida, guarda a intensidade dos momentos de detenção do conjuge. Recorda gostosamente o inesperado retorno de João, numa das últimas prisões, enquanto ela cozinhava o prato favorito: favas guisadas.

Na descrição clássica de Van Gennep⁴¹⁶, os ritos de passagem transferem um indivíduo de uma situação determinada, para outra situação igualmente bem determinada. Atendendo à forma tentacular de actuação da polícia política, o percurso de um militante opositor clandestino quase infalivelmente terminava na provação de uma passagem mais ou menos longa - sempre demasiada - pela cadeia, acrescida geralmente de uma prova adicional: a tortura. Na situação abordada, a margem, como previa Van Gennep⁴¹⁷ para um conjunto de ritos, ganha autonomia. A liminaridade, esse limbo sem *status* na acepção de Victor Turner, deve a sua autonomia à ambiguidade que caracteriza a situação em que os neófitos se encontram, com pouco em comum com a anterior e com a que se seguirá. Como quanto há de pouco claro, e cuja classificação é difícil, a situação liminar é perigosa e contaminadora. Se os neófitos são reduzidos ao igualitarismo e à camaradagem que mitiga as diferenças sociais e homogeneiza, a passagem - em que os elementos materiais estão presentes - obriga à existência de *communitas*, uma modalidade niveladora entre todos aqueles que se encontram na mesma situação. O rito de passagem, marcado pela transição entre estádios, opera uma transformação essencial na vida dos neófitos, tornando-os pessoas distintas depois do período vivencial intenso e arredado da rede social protectora.

⁴¹⁶ Arnold van Gennep, *Les rites de passage*, Paris, Picard, 1981, p. 4. [1ª ed. 1909]

⁴¹⁷ Arnold van Gennep, *ob. cit.*, p. 14.

1. A detenção

“*Se fores preso, camarada, cairá sobre ti uma grande responsabilidade*” - esta frase, quase profética, do texto fornecido no início dos anos 60 aos militantes comunistas no sentido de os precaver em relação à prisão, deixava antever a dureza da aproximação à realidade que a obra descrevia. Esta obra, dirigida claramente aos militantes que *ainda* não haviam passado pela experiência prisional, deixa subentendido que a passagem pelas masmorras da polícia política era um passo quase inevitável no percurso de um comunista, ainda que exorte os militantes a tomarem precauções no sentido de evitar a prisão.

O momento da detenção, com os pormenores que lhe estão associados, é normalmente descrito por todos os entrevistados com uma densidade que resulta da profunda marca que deixou e da intensidade de sensações que desencadeava.

“A chave estava do lado de dentro e quando eles deram assim um pontapé para abrir a porta, a chave caiu logo. Os gajos foram-me achar ali, numa cama estreita, mas era ali que eu estava, descansava ali. Bom, a minha mulher ouviu o barulho, e a minha casa é mesmo ali, porta com porta com a da minha irmã (...) Ela aparece e depois eu disse-lhe: «Deixa lá, está descansada, isto deve ser por engano e eu qualquer dia apareço aí». Acho que foi das primeiras coisas que eles me disseram quando lá cheguei. Esse tal chefe Rego (...), o gajo chegou ali com cara de cínico, que eu quase que levava esquecido aquilo que dizia, chegou ali: «Estás cá, pá? Talvez por engano...»”(Manuel Brás)

O factor surpresa era usado pela polícia política, pois permitia causar um dano máximo ao indivíduo, e impedia-o de destruir documentação que o expunha e vulnerabilizava a organização:

“E então, vieram a minha casa, e foi aí que eu fui presa. Arrombaram-me a porta e eu, com aqueles nervos, quando me arrombaram a porta fui para ir queimar toda aquela papelada que havia, que a gente combinava sempre, que era combinado que se houvesse alguma coisa a gente tinha de queimar. Tinham muitos dados, certas coisas. E eu não tive tempo de queimar, que eles arrombaram-me logo a porta. E eom aquela coisa de me arrombarem logo a porta até me urinei toda. Aqueles nervos, pronto. Porque eu senti aquele cheiro a tabaco e fui à varanda e vi. Vi-os e tive logo aquele pressentimento. Porque da minha varanda a gente via quem estava na escada, à porta. E vi que eram eles. Então, corri para queimar aquilo mas não tive tempo.” (Custódia Marques)

Os pressentimentos a que Custódia Marques fazia referência equivaliam-se a outros sinais naturais que pressagiam algo de anormal que se avizinha, como sucede com Maria da Conceição Figueiredo e seu marido na madrugada de 27 de Abril de 1962:

“Começámos a ouvir ladrar muito, muito um cão lá do meu vizinho. E ele, como a gente tinha porcos e galinhas ali muito perto, e ele tinha ido à cortiça e chegou já tarde... Tinha ido à lenha com cortiça e depois chegou já tarde. Comeu e deitou-se descansado, pois, não é, não se lembrava lá de que o iam prender. Mas parece-me que a gente nem chegámos a dormir. Começámos a ouvir o cão a ladrar muito, muito, era ladrar, era dar voltas. A gente via que o cão estava a ver alguém. Arremetia, e isso tudo, e ele dizia: «Ah, devem ser os ciganos, ou isso, que andam aqui se calhar de volta das galinhas ou dos porcos.». E levantou-se e abriu a janela. Foi com uma lâmpada que eles alumiaram para o quarto, viu-se logo a luz e ouviu-se: «O homem está aqui!» Disse um, mas ele já não me disse nada.” (Maria da Conceição Figueiredo)

A madrugada e as primeiras horas da manhã eram os momentos privilegiados pela PIDE para proceder a detenções, aproveitando o efeito de choque, de surpresa e de insegurança gerados por um despertar brusco, com uma maior dificuldade de adaptação a uma nova situação⁴¹⁸. A pressão psicológica era, nestas condições, máxima.

“[No] dia 27 de Abril [1962] vieram-me prender ao Couço. Já esperávamos, porque certamente eles iriam fazer prisões, mas nunca pensámos foi de ser tão cedo. Porque se eu penso que era tão cedo, eu não estava em casa. Quando era aí uma hora da noite, bateram-me à janela. Disse: "Quem é?" Era a PIDE de certeza ou a Guarda Republicana, para saber se eu estava em casa, e quando foi às quatro da manhã, arrombam-me a porta. Arrombaram a porta e eu quando vi, vi logo que era a PIDE, sabia de certeza que ladrões, que ladroagem não era, que era a PIDE, naquela altura. Resisti com eles o mais que pude, disse que eles eram uns ordinários, chamei-lhes... "Ponham-se na rua, vocês são uns cães que andam aí... Eu não quero ir, então deixem-me vestir, (senão levavam-me para a rua despida, em camisa de noite) eu quero ir dar um recado à minha sogra... vocês ponham-se na rua." E eles sempre a teimarem, até que saíram do quarto e eu vesti-me. E depois eu quando cheguei à cozinha, eu disse: "Eu agora vou dar o recado à minha sogra para ver do meu filho, que diga que eu fui presa, e à minha cunhada." E eles responderam-me: "O seu filho está em Lisboa em casa do seu irmão." Responderam-me. Sabiam tudo.”
(Olímpia Brás)

⁴¹⁸ V. a convergência sobre o assunto dos extractos de vários depoimentos recolhidos pela Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas: a maior parte das prisões ocorria de madrugada, geralmente sem mandato de prisão ou busca, e sem que o detido fosse informado da acusação. A busca, muito minuciosa, desmantelava grande parte dos equipamentos de uma casa, e era frequente que os detidos não pudessem assistir às apreensões. AEPPA, *Elementos para a História da PIDE*, Lisboa, AEPPA, 1976, p. 28.

As detenções, quando resultavam de denúncia quer de detidos sob tortura, quer de informadores locais⁴¹⁹, eram feitas geralmente de noite, e grande parte dos relatos apontam o momento do sono no remanso de casa, ou do lugar de abrigo.

“Quando eles apareciam a bater à porta, sempre fora de horas, às três e quatro da manhã, era quando eles apareciam. De dia ninguém os via. De noite, iam buscar a guarda, o cabo da guarda, e depois iam com ele. Fazer as prisões.” (Virgínia Garcia dos Reis)

Privilegiar a noite, e as primeiras horas da madrugada, para realizar as prisões, faria supor que desse modo, e num local onde a protecção interindividual é forte, se evitaria que os vizinhos se aglomerassem. Se o silêncio era desejável pelos elementos da polícia política, os detidos, todavia, alarmavam com os seus gritos quantos viviam nas redondezas. Custódia Marques, quando presa na instalação clandestina onde se encontrava, alertaria a vizinhança para o que se estava a passar, reforçando que a detenção não se deveria a roubo, nem a qualquer outro crime que desonrasse, mas sim ao facto de ser comunista, razão de orgulho. Em muitas outras prisões ocorreriam situações similares:

“Estava um jipe na estrada e lá fomos a gente, e uma vizinha minha que é a mulher desse Manuel António ouvia aquilo e chegou à porta e fez assim: «Ó Maria, o que é que está aqui a acontecer?» E eu disse assim: «Olha, levam-me presa, estão-me a prender, a PIDE...» «Caluda, que a senhora não pode falar”. (Maria da Conceição Figueiredo)

Após a greve de 1958, as prisões não têm um carácter tão preciso. Mais do que alvos seleccionados e sobre os quais existe informação prévia, a GNR e a PIDE varrem literalmente os montes em busca dos que andam a *levantar* outros trabalhadores. Estas prisões massivas, fortemente intimidatórias para os que ficavam, destinavam-se a minar o apoio de que desfrutassem os líderes. Todavia, a disseminação da liderança e a passagem de informação sem identificar a origem, dificultou à PIDE a detenção dos cabecilhas, que *pela sombra* ou na clandestinidade, conseguiram escapar à vaga de prisões. Infalivelmente, a prisão de João Camilo, já *queimado*, na linguagem de partido, era a parte de leão consentida à polícia política.

“Nesse dia em que a PIDE lá em apareceu lá na seara em que andávamos a trabalhar, chegámos às barracas e eu fui a descalçar uns botins de borracha que levava calçados. Descalcei os botins, e depois os pés estavam suados e fui para ir ao canal que passava ali

⁴¹⁹ Fernando Gouveia, *ob. cit.*, ao longo de toda a obra procura defender uma tese: que o 25 de Abril deflagrou porque o serviço de informadores da PIDE e da DGS funcionava mal, enquanto o de investigação, que coligia informações dos detidos e as cruzava com as apreensões nas casas clandestinas, era irrepreensível. Esta defesa do serviço de investigação por parte de um inspector que integrava o gabinete técnico, que dissecava exaustivamente a informação, é um auto-elogio de alguém profundamente temido pelos oposicionistas, e que em parilha com José Gonçalves - que dirigia uma temida brigada de mais de 20 indivíduos - foi responsável por um grande conjunto de prisões.

abaixo ao pé das barracas para lavar os pés. A PIDE fez-se de pantomineiros: «Não vale a pena você estar-se a lavar, é só para ir a Évora deslindar umas coisas lá duns borregos de um senhor engenheiro...» E depois eu respondi-lhes. «Calem-se com isso! É cá uma história de borregos!», disse eu para a PIDE. (...) Não me deixaram ir ao canal lavar os pés, levei os pés todos sujos, todos suados. Calcei uns sapatos que lá tinha com os pés todos suados.» (António Caetano)

A pressão, a arbitrariedade, a violência expressas no número, no comportamento, na voz dos elementos da polícia política, marcam grande parte dos discursos rememorativos desses momentos de tensão:

“E eu disse: «A porta não é esta, esta porta não se abre, a porta é ali na frente». Quando eu lá cheguei já eles estavam aos empurrões à porta que quase rebentavam a porta toda. Estava a padaria toda rodeada, estava tudo cheio de guardas ali de volta.”(José Pedro Marrafa)

“Deram volta a tudo, até o dinheiro que eu tinha com contas da padaria, até aí estiveram a dar volta ao dinheiro. E levaram-mo, pois, e levaram-me o dinheiro.” (Maria da Conceição Figueiredo)

Os indivíduos poderiam ser detidos na posse de documentos comprometedores, de que tentariam desfazer-se, dispersando-os ou absorvendo-os. Deixar pelo caminho elementos incriminatórios e denunciadores, ou ingeri-los, destruindo-os, eram duas práticas habituais. As duas formas, ainda que opostas, tinham uma idêntica finalidade: preservar a organização e o preso.

“Chegaram lá [dois guardas a cavalo] ao encarregado da obra, e perguntaram quem era Fulano e Beltrano. E viemos 14 quilómetros a pé, entre dois cavalos. Era do Falcão a Mora. O PC já distribuía nessa altura uns papeizinhos, assim pequeninos e fininhos, e o meu irmão comeu-os. Os guardas também não apertaram, nunca podiam apertar muito, e o meu irmão meteu-os na boca e comeu alguns.” (António Caetano)

Este lado do pequeno heroísmo, marcado pela sobreposição dos interesses e sobretudo, da segurança da organização, fica expresso num conjunto de relatos. Não era aplicável, todavia a todos os materiais. A situação complicava-se quando o volume da apreensão era grande ou eram imperecíveis os objectos que serviam à inscrição de tarefas e encontros: as agendas dos funcionários, por exemplo, serviram largamente à polícia política, permitindo-lhes detectar movimentos e encontros.

A forçada submissão dos indivíduos, através da aposição das algemas é salientada em alguns dos relatos. José Vicente, preso em 1964 com Joaquim José Dias, seu primo, enfatiza a

remissão para o domínio do selvagem a que foi obrigado pela polícia política, não só na detenção como no transporte:

“Vim também algemado, este fera, e o meu primo[Joaquim José Dias] também, no carrinho de rede e com umas algemazinhas. Cheguei à rua António Maria Cardoso e quando eles me disseram: «Então, conte lá a sua história», eu estava valente e disse: «A minha história está contada». Deram-me ali uma bofetada que eu até vi estrelas.(...) Fiquei logo na António Maria Cardoso. Estive 4 dias e quatro noites que não me deixaram sentar. Estive oito noites e sete dias sem dormir. Fui preso às sete da tarde, era Março, ia o sol mesmo a pôr-se. Lá fizeram a sua escrita.” (José Vicente)

“A minha segunda prisão foi em 1960. Fui preso em Santa Justa, eu e o meu irmão, Manuel Joaquim Brás e o Arménio Marques Gil. Assim que nos prenderam algemaram logo a gente todos uns aos outros. Eu ia no meio (...) Depois, fui preso, fui para o Aljube.” (Américo Brás)

“Aqueles noventa e dois dias que eles me tiraram de liberdade [“ E ir algemado daqui!”, acrescenta a esposa] foi suficiente para mim. Como digo, depois de chegar a casa, nunca soube o que é que foi um posto. Quarenta e dois anos comerciante e ainda nunca fui multado! Veja lá o que eu sou de transgressor! Nunca tive uma briga com uma pessoa, um posto nunca serviu para mim. Fui algemado, levaram-me ali para o matadouro, puseram-me as algemas e estive ali à espera, algemado como sendo eu um criminoso, algemado! Um pequeno comerciante, uma pessoa...nunca soube o que foi um tribunal, nunca tive uma acção, nunca coisa nenhuma, tenho o meu registo criminal limpinho, tenho tudo. E fui algemado.” (Joaquim Basílio)

No caso de Maria Madalena, cujo marido, Joaquim Castanhas, já se encontrava preso, os dois filhos ficam sós dentro de casa. Maria Galveias, casada com António Oliveira, já detido, leva consigo a filha. O filho de 12 anos de Manuel António, cuja mulher foge para não ser presa com ele, presencia, como os outros, toda a prisão:

“A minha cunhada é que fez cá por ele, no mês ou um mês e tal que eu estive para lá. Ai, eu nem quero pensar nisso! Sofri tanto, tanto, tanto, de vê-lo quando o pai foi preso. Ele cá fora, só com as cuequinhas e a camisola a gritar: «Ai, levaram-me o meu pai! Então agora o que é de mim e da minha mãe?» [chora]” (Maria Adelina, mulher de Manuel António)

Quando as detenções eram em número incomportável para que o posto da GNR servisse à realização da primeira triagem, ou quando as confissões de outros detidos anteriores já implicavam profundamente os novos presos, o local do matadouro da freguesia, nas imediações da povoação,

era o escolhido para juntar os que iam sendo detidos, em sucessivas incursões dos elementos da brigada da polícia política aos montes e aglomerados populacionais. “Vais para o matadouro” - a mera verbalização do lugar constituía uma forma de intimidação pela aliança entre o conteúdo do termo e a reputação da polícia política. Nas primeiras prisões relatadas, a delegação de Santarém da PIDE constituía uma paragem intermédia, enquanto nas seguintes só eventualmente o posto de Coruche da GNR servia de lugar de pausa, no caminho para Lisboa. Foi assim na manhã de 27 de Abril de 1962:

“Fui preso a 27 de Abril, em casa do meu pai, do posto para baixo, um pouco. Deitei-me nessa altura era meia-noite e tal e eles quando me bateram à porta era cerca de duas horas. Eu tinha-me deitado àquela hora, não dei por nada. O meu pai, que já hoje é falecido, perguntou: «Quem é?», mas eles acharam que a demora era muita. O Joaquim Labaredas já tinha fugido. (...) Já tinham ido para o prender, antes de mim, que nós estávamos na Juventude Comunista, nessa altura.(...) Ele fuge pelas traseiras. O prédio dele era ali perto do Joaquim Basílio, e ele fuge para a parte de trás e nunca mais o apanharam. Quando vêm para me prender a mim, eles pensaram... e arrombaram-me a porta. Chegam, era um quarto grande e estava eu mais dois irmãos, e eles depois disseram: «Qual deles é que é?» Chegaram-me ao pé de mim e tiraram-me a roupa. (...)Levaram-me aqui para abaixo para o matadouro. Eu fui quase dos últimos, levaram-nos, parámos em Coruche e seguimos para Caxias.(JoaquimRodrigues.)

“Pus-me assim atrás da porta para ver se eles não me viam. Eles entraram, olharam e iam já a sair, mas o guarda ouviu e teimava que eu que estava lá. Eles voltaram novamente atrás, e eu estava descalço ali. Já me tinha vestido, estava era descalço, e com as calças até arregaçadas. Meteram-me umas algemas e levaram-me logo até ao Campo 1º de Maio. Está ali o matadouro, era ali o campo de concentração, com os jipes e os guardas, ali é que carregavam com malta. Estavam ali já os meus primos, os Caetanos, um até já morreu. (...) Levaram uma carrada, vamos para Coruche e veio o jipe buscar outra carrada. Chegámos a Coruche (...) e eu à rasca. Eu trazia na carteira um retrato do Francisco Miguel. E agora? Pedi para ir à casa de banho, e eles não me deixaram ir. Havia uns quadros na sala e não sei se foi o Zé Nogueira que disse: «Ó pá, põe aí atrás do quadro». No posto da guarda em Coruche, deixei o retrato atrás do quadro do Salazar. [risos]” (Manuel António)

O mesmo episódio de ludíbrio à polícia política e sua capacidade de controlar os presos, é relatado por outra testemunha:

“Levaram-nos lá para o posto de Coruche até que viesse uma carrinha para levar a gente. Então, lá estivemos todos numa sala, e esse Manuel António levava a fotografia do

Francisco Miguel. Eles começaram logo a dar volta, e ele disse para o meu marido: «Eh, pá, eu trago aqui a fotografia do Francisco Miguel». E ele disse assim: «Dá cá». E agarra na fotografia e pôs atrás do retrato do Salazar. O Salazar estava assim numa moldura numa parede e pô-lo lá por detrás.» (Maria da Conceição Figueiredo)

Em 1958, as prisões em massa levavam a que alguns detidos tivessem de aguardar durante períodos longos o transporte para Lisboa. Nem sempre a GNR e a PIDE conseguiam completa sincronia, principalmente porque aquela se mostrava pouco selectiva, e esta menos eficiente na triagem. Só no monte da Varejola foram detidas 17 mulheres, e a sua transferência para Lisboa levou algum tempo. Retidas no posto da GNR de Mora, receberam ainda aí as roupas que os familiares lhes enviaram, jantaram e, antes de dormir, um agente da GNR ter-lhes-à fornecido um baralho de cartas para ocuparem o tempo de espera, até que, às 10 da manhã do dia seguinte, foram transferidas para Lisboa:

“Eu não quis jogar às cartas. Jantámos, estenderam os colchões logo ali no chão, nós dormimos ali. Eu dormi tanto como agora estou a dormir. No outro dia, eram 10 horas, era a PIDE vestida à paisana, levaram a gente. Meteram a gente no comboio, levaram a gente. Passámos ao mar. Ó depois, levaram-me, eu acho que era para o Aljube.” (Almerinda Matias)

A possibilidade de fugir é equacionada, e por vezes concretizada, por alguns. Os que a levam a cabo, como se verá, podem chegar a ter de esconder a identidade durante décadas. Outros, tomando em consideração as curtas estadias na cadeia de militantes com mais responsabilidades, em vagas de prisões anteriores, não intentam a fuga:

“Levaram-me para Lisboa e ao meu irmão, Henrique Catarino, que já morreu. Pedimos para urinar numa mata, num eucaliptal, não sei que eucaliptal era. A gente ali até podia fugir bem, estávamos numa mata, ali à bordinha do macadame. A gente podia fugir mas eu pensei: «Esteve lá o Joaquim José Dias, muito mais responsável, e eles soltaram-no, têm-nos lá um tempo e soltam-nos». Não fiz fita nenhuma nem nada. Quando chegámos lá à sede, como é que se chama, na António Maria Cardoso, o chefe Rego deu-me uma palmada aqui nas costas: «Olha, o camarada Pável vem a chegar, com o camarada Mendonça!». O camarada Mendonça era eu e o camarada Pável era o meu irmão Henrique. Disse isto assim.” (Domingos Catarino)

Dos quinze detidos de Abril de 1962, que permaneceriam menos de seis meses na cadeia, cruzando-se com vagas de presos de outras zonas e proveniências sociais, só alguns tinham responsabilidades políticas. Maria da Conceição Figueiredo, não organizada, ainda que alvo da

sanha persecutória de um elemento da GNR local, que a vinha aterrorizando desde as eleições de 1958, é uma das detidas:

“Então eu perguntei: «Então o meu marido vai preso porquê?» «E a senhora vai também, e cale-se. A senhora vai também, arranje-se, vista-se, que a senhora vai também». Vesti-me também com o fato que trazia mas nunca pensando que eles me levassem presa. Ora eu não pertencia a coisa nenhuma, nenhuma, nenhuma, e ele nunca me dizia que ia aqui ou ia além, era raro ele falar-me nisso! Para eu andar mais sossegada, que eu tinha muito medo.” (Maria da Conceição Figueiredo)

As prisões decorriam frequentemente da bola-de-neve das denúncias obtidas sob tortura. Na antevisão do que poderia acontecer, após uma detenção, tomavam-se precauções. Contudo, nem sempre surtiam efeito:

“O meu marido foi preso com um primo dele, com o Zé Vicente. Foi nessa altura que eles foram presos os dois, e depois ele falou na minha casa. Falou na minha casa, derivado às torturas que eles lhe fizeram, e isso.” (Custódia Marques)

“E eles disseram: «A Senhora teve inimigas lá presas, porque a senhora não ia presa, mas como a senhora tinha lá inimigas e citaram o seu nome, a senhora agora tem de ir prestar declarações». Assim foi. Fomos dali. Aquilo para a minha mãe foi um desgosto. A minha mãe estava já velhinha, tinha o meu filho com quatro anos. Muitas das vezes estava era mais no hospital, e o meu filhinho não tinha mais ninguém.” (Almerinda Matias)

Frequentemente, o próprio momento da prisão, pela surpresa como pela encenação de que polícia política o rodeava, ajudava à desestruturação psicológica, pelo facto de mostrar ao detido que fora a traição daqueles em quem confiava que o haviam colocado naquela delicada situação:

“O Anselmo deu-nos a todos [Joaquim Mocinho, Joaquim José Dias, Jerónimo Bom, todos controleiros de sectores do Alentejo, e António Gervásio, membro do CC] à prisão. Até teve a coragem de vir com uma samarra minha ao encontro, para dar-me a mim à PIDE. Eu, quando dei as três pancadas, em lugar de me aparecer o Anselmo, estava tudo rodeado já com a PIDE. Veio um pide com o meu casaco vestido, um casaco com uma gola de raposa, que eu sabia que era o Anselmo que o tinha. Foi o Pereira André, que era mais ou menos da altura do Anselmo (...) e então o bicho, quando me agarrou, ainda lhe chamei «camarada»! Ele jogou-me um palavrão bruto, daqueles, «Já estás cozido, pá. Já estás preso, já estás lixado. A tua esperteza acabou-se». Veio logo com uma pistola, apontou-me o gatilho e vieram logo os outros todos à paisana. Algemaram-me com as mãos atrás das costas, e pronto.” (Jerónimo Bom)

2. Ritos preliminares: identificação e interrogatórios

Após a detenção e o transporte para Lisboa, seguia-se um auto de identificação, que incluía uma sessão de fotografias, expondo o preso de frente, de lado e perfilado, na Rua António Maria Cardoso. Uma das fotos teria de ser sem óculos, no caso de o detido os utilizar.

“Ah, eu no caminho, identifiquei-me, pensei: “Eu não lucro nada em não me identificar.” Eles disseram-me logo: “Olha o camarada André! Então, o que é que queres, o teu sobrinho traiu-te (um rapaz que está casado com uma sobrinha minha). Traiu-te.” Portanto, eu sabia bem que eles sabiam, não é, e pensei: “Eu não lucro nada em teimar em não me identificar”. E identifiquei-me. Sou fulano tal, tal, tal. “Pronto, vamos lá ver uma coisa. Identificaste-te, fizeste o teu dever mas agora tens de dizer onde é que moras.” Isso é que está quieto! Eu tinha lá uma quantidade de panfletos para o primeiro de Maio, uma coisa grande, e tinha o meu filho...”⁴²⁰ (Isidro Fino Henriques)

Depois, o Aljube ou Caxias eram os presídios de espera, enquanto o processo era instruído. Num e noutro local, os ritos de purificação⁴²¹ antecediam a ocupação dos espaços, numa presunção de que o espaço exterior era poluído. Por outro lado, é ostensivo que o corpo dos indivíduos se encontra à mercê de uma instituição e sujeito às relações de poder aí dominantes⁴²²:

“Eu sei que fui para Coruche, e de lá para Santarém. Estive lá uns dias, em Santarém, sem comer, e depois fui para a PIDE, para o Aljube, com o João Camilo. Estive com o João Camilo, não sei quem foi primeiro à Pide. Sei que ele me cortou o cabelo rente, que ele era barbeiro. Foi cortado o cabelo rente, porque era obrigatório. Mudaram a roupa toda, por causa da bichesa, e o João Camilo é que me cortou o resto do cabelo, porque aquilo estava muito mal cortado, assim é que é.” (Arenato Brás)

⁴²⁰ Segundo o processo-crime nº 1760/64, 1ª Div., de averiguações sobre exercício de actividades subversivas, Isidro Fino Henriques, trabalhador rural nascido no Couço a 17.7.1917, é preso em 12 de Abril de 1964, depois de ter sido denunciado três dias antes. Ao longo dos interrogatórios, realizados em 14.4, 11.5, 6.7, 15.8, 4.9 e 2.10 de 1964 negou sempre pertencer ao PCP e nunca indicou onde residia. O filho, Ricardo Augusto Henriques, então a trabalhar em Lisboa, interrogado pela PIDE, afirmou igualmente não saber onde se acoitavam os pais.

⁴²¹ Estes momentos que, da perspectiva do regime, retomada por vezes no seu lado prático nos relatos recolhidos, têm o claro objectivo de desidentificar e despersonalizar. O corte do cabelo e da barba ou bigode, a apreensão de objectos pessoais, como os óculos, os atacadores, os cintos e os relógios, exercia, sob o ponto de vista psicológico, uma acção fortemente desestruturadora, desnorteando o detido e expondo-o, por vezes pelo ridículo, em face da polícia política.

⁴²² V. Michel Foucault, *Surveiller et punir - Naissance de la Prison*, Paris, Gallimard, 1975, p. 30.

“Da primeira vez que fui preso, depois de cortarmos o cabelo rente um ao outro, fomos tomar banho” (João Camilo)

A identificação, como os dados referentes ao indivíduo (nome, nomes dos pais, morada, profissão, estado civil, grau de instrução, sinais particulares), revela bastante da comunidade abordada. Dois idiomas distintos surgiam logo com o nome. João Camilo, por exemplo, viria a saber na cadeia que possuía mais dois apelidos. Outros, juntavam ao nome alcunhas que denunciavam cumplicidades e sociabilidades locais, conjuntamente com idiosincrasias pessoais e que reportavam um nível de relação distinto do que os ligava à instância estatal e nomeadamente à normalização requerida pela polícia política. O sotaque, a utilização de termos regionais e a entoação local, levavam os escriturários da polícia política a cometer erros na grafia dos topónimos indicados para a morada. Num lugar em que as uniões de facto são em grande número e plenamente assimiladas ao casamento, também a indicação do estado civil levantava engulhos, que os autos de perguntas reflectem. Os sinais particulares contam, nas cicatrizes e deformações dos corpos, a história de vida dos trabalhadores agrícolas detidos. O grau de instrução é, todavia, o mais complicado dos traços de identificação. Ainda que muitos dos indivíduos não tivessem frequentado o ensino formal, ou o tivessem feito durante pouco tempo, o auto-didactismo e a pressão do grupo levavam a que, frequentemente, houvessem superado os níveis de instrução oficial que podiam comprovar com documentos. «Sabe ler» ou «sabe assinar» são frequentemente expressões descritivas alternativas, que deixam intuído um nível de instrução não normalizado através de graus escolares.

“No dia 14 de dezembro de 1960 fui preso. Fui para Coruche às duas e meia da manhã, ou às duas e fui chamado assim à parte, como eles costumavam fazer, para fazer o auto - era como eles chamavam. Aí às 10 horas do dia fomos todos para baixo e fomos todos para Caxias. Estivemos lá aí umas três ou quatro horas e voltámos para o Aljube, por pouco tempo também. António Maria Cardoso. Começam-me a acusar ali o auto, e perguntam-me se eu sabia ler. Eu não sabia ler. Sabia fazer o nome menos mal, e eu disse que eu não sabia. Aí, levei logo uma sova. «Você sabe porque é que está a levar uma sova? Você não sabe ler e para a demissão de Salazar sabe?» Eu tinha posto a minha assinatura para a demissão de Salazar. Naquelas listas, naqueles abaixo-assinados” (António Oliveira)

Enquanto aguardavam os interrogatórios e no período durante o qual iam sendo interrogados, os presos podiam encontrar-se em duas situações distintas: ou em isolamento (como sucedeu com os presos de 1947 e alguns de 1958 e 1960) ou partilhando salas, quando as vagas de detenções eram desmesuradas e o aparelho prisional não dava vazão. A introdução de agentes infiltrados poderia ocorrer dentro das próprias celas, aproveitando quer a

vulnerabilidade dos militantes em situação de detenção, quer a inexperiência destes na detecção dos dotes insinuantes desses agentes:

“Depois fui preso. Fomos levados para Santarém [corrigindo], para Coruche, onde estivemos duas horas, e daí fomos para Santarém. Daí fomos para o Aljube. Puseram-nos lá numa sala com outro preso, um outro preso que...muito perguntador, fazia muitas perguntas, e entretanto queixava-se da PIDE, a PIDE era isto, a PIDE era aquilo, para nos fazer criar confiança. Mas nós apercebemo-nos de que ele estava ao serviço da PIDE, não falámos com ele. E daí levaram-nos...levaram-nos aos dois para a António Maria Cardoso e ficámos os dois de estátua [J. Camilo e Arenato Brás].” (João Camilo)

A incomunicabilidade era, contudo, rompida, seja pela utilização de códigos, seja através dos interstícios do sistema⁴²³:

“Ao princípio era [exemplifica] o A uma pancada, o B duas pancadas, o C... Isto era muito moroso. Depois tínhamos já arranjado cifras. Isto era uma forma de luta. É claro que às vezes éramos apanhados, mas o que é que eles haviam de fazer? Se a gente já estávamos numa cela, da cela não passávamos.”(João Camilo)

Todavia, a necessidade de domínio do código em comum para que a comunicação surtisse, o que nem sempre sucedia numa primeira detenção, ou com presos iletrados:

“Lá nas celas aparece-me um camarada a comunicar por morse mas eu não percebia nada. Portanto, o camarada fazia o sinal a perguntar se a pessoa percebia ou não, e eu não percebia nada. Eu, era de contente de ter um camarada ali ao meu lado que fazia assim também [demonstra no tampo da mesa]. Bem, o camarada transmite ó depois ali uma série de coisas - era o Joaquim Domingos, fui ó depois saber que era o Joaquim Domingos - a perguntar como é que eu me chamava, quem eu era e era a dizer que era para eu não falar na PIDE. Eu ainda não tinha ido aos interrogatórios, foi só no dia da chegada. Depois, ele pronto, tantas vezes que fez o sinal, chegou a pontos: «Ele não percebe, é impossível»” (Domingos Catarino)

“Ao meu lado estava uma senhora que tinha um menino pequenino assim na outra sala, e elas sabiam assim uma coisa qualquer, de baterem na parede assim uma pancada qualquer, e elas eram capazes de ler.” (Almerinda Matias)

⁴²³ O PCP precavia os militantes em relação a esta forma de comunicação, já que as pancadas através das paredes não eram detectadas exclusivamente pelo ocupante da sala ao lado, e eram passíveis de ser interceptadas pela polícia política, por um lado, enquanto por outro, o militante detido não podia ter a garantia de que quem se encontrava na cela contígua era digno de confiança. V. “Se fores preso camarada...”, *Duas linhas diferentes sobre a posição face à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, p. 35.

As inscrições nas paredes seriam outra forma de comunicar, ainda que só um dos entrevistados refira o seu carácter durável, através do qual cada detido tinha a percepção de constituir um elo numa cadeia. A inscrição constituía igualmente uma forma de ocupação e apropriação do espaço e do tempo de clausura, a que outras se juntariam.

“Eu corri praticamente todas as cadeias. Estive no Aljube nos interrogatórios, e depois ao fim de seis meses, estive mais um mês. Estive sete meses ao todo no Aljube. Depois, ao fim de sete meses de estar preso, fui para Caxias. Ó depois, quando fui julgado, estava em Caxias, e ó depois de Caxias transferiram-me para Peniche, que aí é que passei o resto da pena. Passei por essas três prisões: O Aljube, que aquilo era uma coisa horrível, era só umas celas pequeninas a jorrar água por todo o lado. Eu só via uns pombinhos pequeninos numa janela ao pé duma retrete. Tinham lá estado todos: o Álvaro Cunhal, o Octávio Pato. Eu sabia que eles por lá tinham passado porque estava lá o nome deles, porque as pessoas que foram passando punham lá o nome e a data em que foram presos. Eu deixei lá também, depois os gajos que passaram atrás de mim também viram. Os gajos não escangalham aquilo, até me admira. Só via assim uns pombinhos numa igreja que havia lá à frente, na Sé. A galarem-se, a fazer ninho, a chocar, depois via os outros já a abalarem. Vi ali várias famílias de pombos.”
(Jerónimo Bom)

As formas de comunicar também pressupõem níveis de interconfiança que, mesmo sem atingir o conteúdo da mensagem, e exclusivamente pela observação de um significante, conduzem um indivíduo a tomá-lo pelo que intui do seu significado. Assim se passa com o episódio relatado por João Camilo, em que o luto observado pelos camaradas - ou seja, por um colectivo de máxima confiança - é, pelos meios possíveis, igualmente ostentado por alguém, ainda que não saiba a razão pela qual estão pesarosos:

“Quando morreu o Stalin, estávamos na tal sala para onde fomos atirados depois da greve da fome. Entretanto, morre o Stalin, e a gente...tinha o culto da personalidade. Eu também o cultivei, e muito. Fui stalinista muito tempo. Então, cada um de nós...pusemos luto. Pusemos uma gravata preta.(...) O Guilherme [de Carvalho] estava no segredo. Houve uma altura em que nós, nessa sala, fomos todos castigados com o segredo, e nessa altura em que morreu o Stalin, era o Guilherme que lá estava. Quando passávamos para ir buscar o rancho, com o balde de um regador, ele via a gente, tudo engravatado. O Guilherme, sem saber (soube só no outro dia, que nós conseguimos contactar com ele) arrancou um bocado do forro do casaco, preto, e fez uma gravata.” (João Camilo)

Salas e celas com portas pesadas⁴²⁴, preferencialmente de metal⁴²⁵, com uma abertura difícil e ruidosa, uma circulação de ar e de luz restrita, isolados ou em promiscuidade extrema, os detidos tinham a percepção da própria vulnerabilidade, pela arbitrariedade consentida à polícia política.

“Levaram a gente para Caxias, encafuaram a gente lá numa casa, assim com as camas umas em cima das outras, e ficámos uns dias. (...) Sei que estávamos ali onde havia polícia, ali com duas casinhas de banho, e não tinha porta, e cheirava mal. Por um buraquinho rente ao chão é que se via a rua, espreitávamos. (...) Interrogaram-me, faziam-me perguntas, e eu não queria falar no nome de ninguém, não meter lá ninguém. Não falei.” (Lucinda Espada)

Na fase inicial de uma prisão o detido era, frequentemente, resguardado dos contactos com outros, para impedir a contaminação da informação a recolher, nomeadamente através da combinação de estratégias para ludibriar os agentes responsáveis pela instrução do processo e também para mais o fragilizar⁴²⁶. Este isolamento⁴²⁷ terminava quando havia elementos suficientes, e podia ser prolongado até seis meses, através de sucessivos pedidos de adiamento. Em 1947, as confissões só surgem quando os presos passam ao regime de isolamento, ficando separados entre si, em celas individuais. Isolados, os detidos tornam-se mais vulneráveis⁴²⁸ e à mercê dos carcereiros, mas mesmo então há algumas possibilidades de manter o ânimo pela emissão de sinais descodificáveis:

“Fui preso já da parte da tarde. Deram-nos uma máquina de barbeiro para cortar o cabelo rente, e cortei-lhe eu a ele e ele a mim, e puseram lá outra pessoa que nós não temos dívidas que era pide. Desconfiámos e fazíamos sinal um ao outro e não dizíamos nada. Passado parece-me que três dias, fomos levados à António Maria Cardoso, os dois, cada um numa sala. Eu tinha uns sapatos com um salto de sola que fazia muito barulho.

⁴²⁴ Eis uma descrição do Aljube: *“Desde a entrada, por uma pesada porta de ferro, com a sua enorme fechadura, sente-se bem a força daqueles espessos muros de pedra. Ao longo dos compridos corredores e sob vigilância constante dos guardas, alinham-se as celas da incomunicabilidade, pequenos cubículos sem janelas.”* . Cf. José Dias Coelho, *ob. cit.*, p. 93. A estas celas chamavam os presos gavetas ou curros, coisificando-os ou remetendo-os para o domínio da animalidade.

⁴²⁵ Recomendadas, de resto, no já referido manual de instrução sobre tortura destinado à América latina pela CIA. Cf. *The Baltimore Sun*, 27.1. 1997. Estas portas constituem, alegadamente, uma das formas de impedir o detido de recobrar do choque e conseguir algum relaxamento.

⁴²⁶ José Dias Coelho, *ob. cit.*, p. 53, salienta: *“Na cela de incomunicabilidade o preso vive na constante atenção aos ruídos exteriores e na expectativa dolorosa de um novo interrogatório e consequentes torturas físicas.”*

⁴²⁷ O isolamento ficava marcado pela privação de visitas, de livros, jornais, revistas e correspondência.

⁴²⁸ Na brochura *“Se fores preso camarada...”*, *Duas linhas diferentes sobre a posição face à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, p. 31, é recomendado aos detidos sujeitos à incomunicabilidade que vençam a ansiedade e o tédio com passatempos variados, *“mesmo infantis”*, e são dados exemplos: cantar baixinho, fazer bonecos de pão, fazer letras e com elas constituir palavras.

De vez em quando, pedia para ir à casa de banho para passar pela sala onde estava o Arenato para bater com a sola para animar o Arenato. Mas eles, ao fim de dois dias, talvez, notaram e tiraram-me dali. Quando depois voltei para lá, já o Arenato lá não estava.” (João Camilo)

A entrada no designado *regime normal* pressupunha que todo o processo já estava constituído e a partir de então era possível pôr o preso numa sala em que contactasse com outros. Assim sucedeu com Manuel Brás:

“Estive no Aljube não chegou a um mês (...) e dentro do Aljube mesmo havia uma sala grande onde estivemos muitos juntos.(...) Quando eu cheguei lá, os meus camaradas do Couço estavam deitados, e quando acenderam a luz e reconheci-os todos. Muitos, não sei o número, mas se calhar dez, doze. A seguir aos interrogatórios era ali que nos juntavam. (...) Daí fomos para Caxias e foi aí que nos juntámos os tais 28 na sala 8.” (Manuel Brás)
[João Camilo, também presente, corrige e diz ser a sala 1]

Nas prisões de 1962, quiçá pelo grande volume de presos que então se encontrava nas cadeias, resultantes de uma conjuntura agitada, uma parte substancial dos detidos são mantidos em salas conjuntamente - não virão, de resto, a ser julgados, sendo libertados após a constituição do processo e a obtenção de confissões sob tortura.

“Juntaram-me a uma sala que, não me lembro bem, devia ser para umas dez ou doze pessoas, juntaram lá quarenta e tal pessoas. Quarenta e tal mulheres. Pronto, e daí seguiu o inferno.” (Olímpia Brás)

“Estivemos um tempo em que estivemos uma quantidade de pessoas. Com amigos e camaradas de Aljustrel. Depois, como houve grandes lutas, as das 8 horas, as dos estudantes, e como aquilo estava tudo cheio mudaram-nos para uma sala muito grande. Aquilo não era uma sala, era um palheiro, estávamos cerca de 200 pessoas, onde para fazermos as necessidades, uns estávamos a fazer uma coisa, outros estavam a fazer outra. Eles meteram os estudantes naquelas salas onde nós estávamos. Eram ruins mas sempre eram melhores que para onde nos mudaram. (...)Naquela altura, com aquelas prisões, aquilo estava tudo cheio. (...)” (Joaquim Rodrigues)

A dureza dos interrogatórios das prisões de 62 contrasta com o tratamento ulterior, e se por um lado os detidos desta vaga são indivíduos com escassas responsabilidades políticas, o que ajudaria a explicar a leveza do tratamento, por outro as cadeias encontram-se repletas, sobrelotadas, com presos a dormirem no chão e a entupirem o sistema prisional.

O regime de isolamento pressupunha a incomunicabilidade dos presos entre si e com o exterior, colocando-os inteiramente à mercê da polícia política. Por vezes, como sucede no relato de Maria Galveias que descreve os procedimentos que tomou a seguir à prisão do marido, António Oliveira, a quebra do isolamento ocorreu, ainda que o diálogo havido entre os dois fosse artificial, por não poderem abordar o assunto interdito: a tortura.

“No princípio, quando ele foi preso, eu fiquei sem um tostão em casa. Tinha quanta escudos em casa, levou-os e eu fiquei com a filha em casa sem um tostão. Trabalhava no campo. Depois, a vizinhança, os amigos, aquela gente, é que fizeram um peditório. Arranjaram-me 130 escudos, nessa altura. Eu, com cento e trinta escudos abalei para Lisboa à procura dele, sem nunca lá ter ido. Eu nem os carros de taxi sabia como é que era que podia alugar. Isto é com franqueza, não sabia. Abalei, fomos, com uma moça de Santa Justa, a mulher do Liocínio, e ficámos lá numa pensão. Havia uma pessoa cá do Couço que tinha uma pensão conhecida, fomos para essa pensão. Ó depois, essa pessoa ia encaminhar a gente lá para o Aljube, e a gente chegámos ao Aljube e perguntámos por eles. Estavam na António Maria Cardoso. «Então, agora, como é que a gente vai para a António Maria Cardoso? A gente não sabe aqui nada...» «Olhem, vão sempre pela linha do eléctrico». Lá ensinaram o caminho à gente. A gente metemo-nos no eléctrico, saímos lá adiante e não pagámos ao homem! A gente andávamos mesmo a estreloucar. O medo que eu tinha era ficar sem dinheiro! Chegámos ao Aljube, estivemos todo o dia sem comer. Ela chorava e vomitava com os nervos, porque supunha que eles estavam para prender a gente. O papel dela, a dizer que o dela tinha visitas no outro dia, chegou, o meu é que não havia meio de aparecer. Estava este [aponta o marido, António Oliveira] a ser interrogado, e eles já de noite, nem sei que horas eram, no serão, por aí fora (...), até que ó depois chamaram-me. (...) Subi ao quarto andar, mais eles. Lá estava ele, a segurar assim as pernas com as mãos, assim muito magrinho, todo muito... quase que... assim em baixo. E eu comecei a fazer-me muito forte: «Então, mas como é que estás?». «Ah, estou à rasca do estômago?» «Estás à rasca do estômago? Então o que é que comeste hoje ao almoço?» «Deram-me feijão». «Então, não o comias!». E ele a fazer-se muito bom: «Então, se o senhor sabia que era assim, arranjava-se dieta!» (...) Ali estivemos a empatar aquela conversa, mas não podíamos falar naquilo que interessava. Só se podia falar na vida; e o que é que havia para falar na vida?” (Maria Galveias)

3. Liminaridade: *Ó depois é que foi sofrer!*

Na instrução dos processos a tortura desempenhava um papel de envergadura. Esta forma de averiguação da «verdade» através do suplício⁴²⁹ era corrente nas práticas da polícia política. Através dela, a polícia política procurava não só apurar as responsabilidades dos detidos, como conseguir novos elementos que lhe permitissem dismantlar a organização comunista. Os jornais partidários, como o *Avante!* e *O Camponês* alertavam quanto a situações de tortura e perigo de vida⁴³⁰.

Numa obra destinada a acautelar o preso em relação à tortura é reforçado o carácter de rito de passagem da prisão e, nomeadamente, do primeiro interrogatório: “*A primeira vez que a polícia tortura o preso é decisiva*”⁴³¹. Claudicar nessa primeira ocasião de enfrentamento é considerada uma traição exacerbada, já que o detido ainda não está sobre o efeito da fadiga extrema a que se encontrará submetido nas fases seguintes.

A tortura, que descaracteriza e desfigura em termos físicos e psicológicos os indivíduos, desviando-os pela delação dos enquadramentos sociais protectores, era constituída por vários elementos. O isolamento, as falsas acusações, as ameaças - concretizáveis sobre o próprio ou sobre os seus familiares - , a denúncia de outros membros integrantes do colectivo - esta última evidenciada no conjunto de dados oferecidos à confirmação de um preso - desempenhavam um papel de destruição psicológica, a que se juntava no caso das mulheres, a humilhação física da feminilidade. Os espancamentos, a manutenção em posturas rígidas intoleráveis e a privação do sono, exerciam pressão sobre os indivíduos, com o fito de lhes aniquilar a vontade. Não se exclui, nos relatos, a possibilidade de administração de drogas que provocassem alterações de

⁴²⁹ Cf. Azo, citado por Edward Peters, *História da tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 7. V. também Michel Foucault, *ob. cit., passim*.

⁴³⁰ Depois das prisões de 27 de Abril de 1962, por exemplo, o jornal *O Camponês*, ano XVI, nº 94, de Outubro de 1962, cuja saída fora interrompida, provavelmente por dificuldades resultantes da intensa vaga repressiva que se abatera sobre os campos devido à luta pelas 8 horas, alertava: *Dois presos do Couço em perigo! MARIA CUSTÓDIA e «O FILHO DO ANTÓNIO CHICO» presos a 27 de Abril, têm sido barbaramente torturados pelos assassinos da PIDE. MARIA CUSTÓDIA tem entrado em Caxias várias vezes em braços e com o corpo cheio de nódoas negras. Algumas vezes foi atirada para dentro de uma sala sem sentidos! Tem sido espancada a cavalo-marinho e com uma borracha por grupos de agentes. «O FILHO DO ANTÓNIO CHICO» tem sido muito agredido. Corre que a PIDE lhe partiu um braço e tem alguns músculos aleijados! Estes dois presos andam-se a tratar dos maus tratos policiais. Por a PIDE o recusar, ainda não tiveram visitas dos seus familiares; estão há cinco meses isolados. Trabalhadores do Couço! Operários agrícolas do Sul! Protestemos todos contra estes crimes. Enviemos cartas de protesto ao governo e à PIDE. - QUE ACABEM OS MAUS TRATOS DA POLÍCIA! ABAIXO A REPRESSÃO E A PIDE!*” Os presos são, respectivamente, Maria Custódia Chibante e Joaquim Henriques Rodrigues, devendo-se a incompletude da identificação não só às dificuldades de comunicação com o interior da prisão como à identificação dentro da povoação, frequentemente através de alcunha, cujo carácter pejorativo tornava inconveniente a sua exposição num jornal de partido.

⁴³¹ “Se fores preso, camarada...”, *Duas linhas diferentes sobre a posição frente à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, p. 28.

comportamento ou que contribuíssem para ampliar as alucinações⁴³² que a privação de sono motivava.

Segundo o inspector da PIDE Fernando Gouveia, a primeira fase dos interrogatórios permitiria conhecer o detido, detectar-lhe a sensibilidade, testar a sua determinação. Nenhum dos relatos recolhidos dá conta de semelhantes atenções por parte da polícia política, ainda que alguns dos detidos distingam os «pides bons» dos «pides maus», reconhecidos nestas posições como representando papéis e não como traços de carácter.

“Lá houve uns ou outros: «Então, você tem que dizer as suas actividades políticas para se resolver o seu assunto para se ir embora daqui...» Para saberem alguma coisa eles tinham que começar a perguntar-me. Eles não me perguntavam, eu passava lá o tempo e não dizia nada. Pois, se apanhasse, cá está o tal caso, eles batiam-me e perguntavam-me: «Quais é as tuas actividades políticas? Pertences ao Partido Comunista desde quando?» E mais isto, e mais aquilo. Eles nunca me perguntaram nada disso, aí é que era. Eu estive lá muito tempo, e eles não me perguntavam nada para eu dizer assim: «Ó senhor Fulano, venha cá, olhe, eu pertenco ao Partido Comunista desde quanto tempo, e tal». Eu, nem que morresse lá seco, não dizia nada. Quando apareceu o Silva Carvalho e fez aquela admiração de eu ainda lá estar e fez assim, a olhar para mim: «Olhe, você já aqui está há tanto tempo, você tem precisão de se ir embora e de governar a sua vida, você tem precisão de se ir embora para a sua terra, que você aqui não faz nada. Eu vou ser seu amigo se você quiser. Eu sei, muita coisa da sua vida, a gente vamos conversar um bocado, vamos falar, que eu tenho tudo assente ali num livro, tenho toda a papelada, tenho ali a sua papelada toda. Eu vou buscá-la e vou ler tudo aqui à sua vista e tenho a certeza que a gente vamos concordar aqui um com o outro, e você vai-se embora e o assunto fica arrumado». E eu não vou negar, vou dizer o que foi verdade, que eu agora, ao fim de quatro anos⁴³³ de isto se ter passado, não vou estar aqui feito palerma a negar, depois de tanto tempo aqui estar. Era um Custódio, chamavam-lhe o Custódio além do Vale da Cal, não vou aqui negar, que eles sabem a verdade, e depois começam-me a arriar, se eu negar uma coisa que eles sabem que é verdade...”(José Pedro Marrafa)

Em grande parte dos relatos, a sigla «PIDE» transforma-se em substantivo, o contentor em conteúdo, numa recorrente metonímia que assimila os agentes - e esta expressão pressupõe que agem - à reputação da entidade repressiva, numa fusão classificadora dos comportamentos.

A descrição das sessões de tortura constitui a parte mais pormenorizada dos relatos recolhidos, e ocupa um lugar de destaque nas narrações de vida. É apontado como o momento

⁴³² Sobre a desorientação e as alucinações provocadas pela privação de sono, ver AEPPA, *Elementos para a História da PIDE*, Lisboa, AEPPA, 1976, p. 34. V. também Edward Peters, *História da tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 181.

⁴³³ Reporta-se a acontecimentos ocorridos em 1958 e confessados em 1962.

mais traumático na existência dos entrevistados, em relação ao qual se dizem desprovidos de palavras com carga suficiente. Como se o domínio da cultura, da língua como seu instrumento, não fosse suficiente para relatar os comportamentos dos torturadores, a que recusam o epíteto de feras. Mais, é recorrente a consciência de que não é por perversões particulares dos agentes - todavia não negada - que existe tortura. Ela decorre antes de um sistema que, por si, é perverso. Assemelhar a feras o comportamento dos agentes da PIDE, e a cadáveres os presos políticos é recorrente nos relatos recolhidos.

“De facto, aquilo não tem explicação, não são mulheres, não eram homens, nem podemos comparar com as feras, que as feras por exemplo atacam quando se vêem atacadas, ou para comer, e aquelas pessoas não têm... Portanto, estávamos a tratar mal as feras se as comparássemos com feras, pois...porque as feras não atacam, é só para comer e para se defender que atacam.” (Maria Custódia Chibante)

Igualmente, a consciência de que as descrições que são feitas da tortura nem sequer conseguem ser aproximativas, pois a realidade transcendia muito a capacidade de a exprimir:

“Perante a PIDE, não há explicação. A gente, se for a contar como eles tratam a gente lá... Aquela pessoa que é doente, às vezes, perante os outros, parece que tem saúde. A gente, a contar o que se passa lá, uma pessoa pensa que é mentira. Um ser humano, de um para o outro, como é que se tratam as pessoas lá...” (António Caetano)

O processo de aniquilação não começava nas salas do 3º andar da rua António Maria Cardoso⁴³⁴, pois a fragilização dos presos tornava-os vulneráveis aos insultos e espancamentos que antecediam a chegada a Lisboa, mas tem-no como palco principal⁴³⁵, repartido em diferentes salas que poderiam estar em funcionamento simultâneo, e como actores os agentes da polícia política e os detidos.

“Íamos logo para o terceiro andar [quando detidos, nas instalações da PIDE-DGS na rua António Maria Cardoso]. (...)Para várias salas. Desse terceiro andar atiraram eles um camarada meu, José Moreira. Era responsável por uma tipografia.” (João Camilo)

“Levaram-me para a sala no terceiro andar, eu sentia mesmo os nervos a apanharem-me os joelhos, e que as pernas se partiam pelos joelhos. Ó depois, cheguei lá, os nervos apanharam-me o estômago, e parece que fiquei assim muito calma.” (Maria Galveias)

⁴³⁴ Era corrente que os agentes da PIDE, de forma intimidatória, afirmassem que “*A Lei não chega ao 3º andar desta Polícia*”. V. José Dias Coelho, *ob. cit.*, p. 45

⁴³⁵ No final da década de 60 também o forte de Caxias serviria para interrogatórios. Porém, nas entrevistas, só João Camilo referirá este espaço.

A passagem material, na terminologia de van Genneep, fica assinalada não só na transposição do limiar das portas como na subida penosa das escadas de acesso ao 3º andar. A dificuldade na ascensão, referida por vezes, não é atribuída a alguma característica especial dos degraus ou do corrimão, ou a problemas físicos do detido - ainda que, à debilidade das pernas se possa juntar a incontinência. A reputação da polícia política, a literatura conhecida, os relatos ouvidos, as conversas aterrorizadoras, criavam o ambiente. O preso viveria o resto, e também ele sairia de lá, como se verá, com muito para contar.

“Era como se uma pessoa quando fosse para a PIDE para ser interrogada, era como se fosse para a morte.” (Olímpia Brás)

As presas que partilhavam uma cela e que já haviam passado por alguma das sessões de interrogatórios, aprendiam a fruir de imediato os mimos chegados de fora, com que as famílias as apareciam:

“Há uma vez que eu vim para a sala e que depois, já me tinha recomposto das torturas que me fizeram lá na PIDE, e há uma pequena que recebe um bolo muito bonito. Elas diziam: “Guardamos o bolo para comer ao lanche” e eu tinha o hábito de dizer, dizia sempre: “Olhem, o melhor é comermos já o bolo, porque não haja algum problema e a gente fica já sem alegria para nada.” Nesse dia, por tal sorte, fui chamada para a PIDE. O bolo não se comeu” (Olímpia Brás)

Também Maria Madalena reforça o sentimento de luto que se abatia sobre as presas quando alguma saía para ser interrogada:

“Chegámos lá, fomos para Caxias, e depois estivemos lá uns dias antes de irmos para os interrogatórios. Cada vez que abalava uma, ficava tudo tão tristonho, parecia um gavião que entrava ali, que levava sei lá o quê... Cada dia ia uma, ou passado um dia ou dois, era conforme eles lá lhes apetecia. Eu fui a última a ir.” (Maria Madalena)

“Eu estava lá na Pide e quando nós vínhamos para Caxias era como se fossemos para a nossa casa. O inferno era tão grande, tão grande, dentro das salas da PIDE que quando nós chegávamos à sala a Caxias era uma alegria.” (Olímpia Brás)

Fragilizados pelas noites sem dormir, os detidos recusavam por vezes a alimentação, acentuando a fraqueza física. João Camilo, através de prisões e sessões de tortura sucessivas, foi ganhando experiência: as refeições na rua António Maria Cardoso eram melhores que nos presídios e o período em que se ingeria a comida era triplamente fruído pelo corpo- não se era

espancado, ficava suspensa a *estátua*⁴³⁶ e as forças eram reconstituídas. Sentados, os detidos dispunham de quinze minutos para comer. Porém, esta era uma experiência que se adquiria:

“Há um ditado que eles diziam: «Come que é para comeres», mas o preso se estivesse em seu juízo, tinha ali um tanto tempo para comer e estar sentado: mas eu já estava maluquinho de tudo, já olhava para aquele soalho que é de pinho, que é uma madeira bastante bonita... Eu estou a falar já em madeira porque tenho a mania de falar em madeira, que é o meu ofício. Então, tem aqueles laivos, e à primeira noite que lá estive - eu não tinha dormido na outra noite, se calhar já com o pressentimento - já eu via ali umas mexidas. À segunda noite já só via ali cobras a mexer. À terceira noite aquilo era uma desgraça. Comecei a ver uma boneca, depois já via outra boneca, e cheguei a ver três bonecas lá ao canto. Veja bem como é que a gente já estava - nunca passou por isso e oxalá que nunca passe. Portanto, ao fim das sete noites, eu até lhes disse: «Querem que eu lhes peça de joelhos para me deixarem?». (...) Aparece-me lá um matulão, dá-me tanta pancada, tanta pancada, que eu urinei-me todo. A minha mulher é que me diz, pronto. Ia-me buscar a roupa.” (José Vicente)

Mesmo indivíduos com um débil domínio da letra e do número recordam de forma detalhada a duração dos interrogatórios:

“Estive cento e quarenta horas sem dormir. Faça a conta. Entrei no dia sete de Junho às duas da noite e saí no dia 13 de lá, às 10 da noite e depois tive 38 dias de segredo no Aljube. Depois, daí voltei para Caxias, e enfim, já estava. Depois, ou responder, ou embora. Ninguém respondeu.” (Manuel António)

“Então, quando viram de facto que falar, não falava, e que estava disposta a não dizer nada, quando eles viram que estava há noventa e oito horas na sede da PIDE e que não dizia nada, eles chegaram à conclusão que não valia a pena, e então foram-me levar para Caxias. Foram-me levar para Caxias, mas levaram-me em braços, porque eu não me segurava de pé...” (Maria Custódia Chibante)

“Fui três vezes à António Maria Cardoso para interrogatórios. Eles até me perguntaram poucas coisas. Porque eles já sabiam a minha volta. Um rapaz que tinha estado preso a cumprir medidas falou alguma coisa e falou que também me controlava a mim. Depois, a conversa deles era...alguns, que outros nada me diziam. Alguns, chegavam lá, e eu estive lá tanto tempo, que alguns chegavam lá »Então, você está a gostar de morar aqui nesta

⁴³⁶ José Dias Coelho, *ob cit.*, p. 49, refere que “Joaquim José Dias, trabalhador rural do Couço (Alentejo) sofreu 16 dias de «estátua», em 3 sessões, algemado e espancado por 8 agentes até ficar com o corpo todo inchado e negro”, sendo igualmente destacado o facto de três mulheres do Couço terem sofrido durante três dias e três noites a mesma tortura.

casinha? Nunca mais se vai embora...» Estive lá da primeira vez 129 horas. Estive, numa semana, daí da noite de segunda, até ao outro domingo às quatro da tarde. Sempre seguido, sempre seguido lá, na casinha. Só ia à casa de banho, e voltava logo. A casa de banho era logo ali ao pé, e pronto. Não me ligavam muito, até. A minha mulher já lá tinha passado e tinha lá sofrido muito, com o chefe, o Silva Carvalho, que era o chefe da brigada que lidava com a gente...” (João Pedro Marrafa)

Nos primeiros “autos de perguntas” levados a cabo nas instalações da Rua António Maria Cardoso nenhum dos detidos admite qualquer ligação ao Partido Comunista Português. Apesar da ambiência do Couço, que torna inviável esta justificação, há detidos que dizem “*nunca ter ouvido falar*” do PCP. Mesmo perante a evidência de terem sido encontrados na posse de material de propaganda, como sucede com um dos arguidos de um dos processos de 1960, este fora alegadamente encontrado de forma casual num dos locais em que, com frequência, panfletos e jornais eram dispersos, sendo esse facto do conhecimento das autoridades locais.

Na «imprensa», ou seja, nas publicações editadas clandestinamente pelo PCP são recorrentes as referências aos que se encontram sob tortura⁴³⁷, denunciando a prática da polícia política. A privação do sono é das mais correntes formas, assinalada por grande descontrolo nervoso e alucinações várias, auditivas e visuais:

“Na interrogação, naqueles onze dias de interrogação, eu ainda me lembro do que me fizeram. Estive onze dias e ainda me lembro. Depois, eu estive mais seis dias e seis noites. Aí é que eu já conto muito coisas mas faltam-me muitas para contar. Já não estava em condições para isso.” (Maria Galveias)

“Estive lá 66 horas sem dormir, a baterem-me, entortaram-me aqui o nariz, não vê que eu tenho isto aqui torto? Entortaram-me o nariz. O meu corpo era só nódoas negras, tive de levar um tratamento de... como é que se chama aquilo? De infravermelhos, uma coisa que é ligada à electricidade, e depois poisam aquilo pelos negros e aquilo desaparece.(...) Um pida que está casado com uma rapariga aqui do Couço, que é o «Dr. Ovelha» disse assim: «Dispam-na toda aí nua e ponham-na aí em cima de um banco aí com vocês todos de volta que eu vou gostar de ver ela estar aí toda nua». Ai,

⁴³⁷ O jornal *Avante!* e uma folha editada desde 1947, *O Camponês*, primeiro com um subtítulo, «Orgão dos Camponeses de Portugal», e desde Fevereiro de 1961 como «Orgão de Unidade dos Camponeses do Sul», vão alertando para os nomes dos que se encontram sob tortura. Por vezes, estes surgem incompletos, truncados ou trocados, sendo corrigidos e completados nos números seguintes. Também a Rádio Portugal Livre denunciava as arbitrariedades da polícia política.

eu, como eu estava! Mas nunca me fizeram isso, era para me meter cagaceira.” (Maria Madalena Henriques)

A rotatividade do papel dos agentes da Pide é geralmente reconhecida: assim, o *pide bom* para uns é o *pide mau* para outros. Dessa forma, é corrente que os presos com maior consciência política percebam que a oscilação dos comportamentos dos esbirros se deve a papéis previamente determinados e estudados, e não a espontaneísmos ou a idiosincrasias - ainda que estas eventualmente existissem⁴³⁸.

“Era um rapaz novo, ainda novato, e apareceu lá e diz-me então: "Você gostava de bola?" "Pois gostava, até joguei". "Então você não leu nunca nos jornais o nome Vieira Junior como uma grande esperança?" E eu disse-lhe que sim: "Pois li". "Então nós agora vamos fazer assim: você até agora não tem falado, mas agora comigo...eu comprei hoje uma Parker (nessa altura as Parkeres eram muito caras) e vou estreá-la. Você vai dizer...não é preciso dizer tudo, diz algumas coisas, e eu estreio a caneta." E eles tinham sempre já autos. Ele primeiro leu e eu: "Declaro que não faço declarações". [ri] Ele todo convencido que eu ia, e eu declaro que não faço declarações. Entrega-me a caneta e "Seu alentejano de um cabrão, seu corno, eu mato-o", e a correr atrás de mim. E eu, que já tinha uns três ou quatro dias de [incompreensível], derrubei uma cadeira, derrubei outra e os outros pides ouviram cá fora. Foram ver o que era, e depois ele disse-lhes: "O cabrão deste alentejano quer gozar comigo". E eles disseram: "Foi bem feito", mas o gajo não me desculpou, e na ocasião em que me deram tarefa, feriu-me.”(João Camilo)

“A mulher do Mortágua, que esse foi o que mais me interrogou, que mais porrada me deu, foi o «Dentinho de Ouro», que era o Pereira André, e era o chefe Mortágua, e o Conceição. No fim de eu levar uma valente sova delas, das Madalenas e das outras que vinham lá, e do Mortágua e daquilo tudo, da Ascensão que era considerada ser a mulher do Mortágua, uma tipa alta e bem parecida que andava sempre com ele. Esse gajo bateu-me que foi uma coisa doida! Eu julguei que ele me matava e cheguei-lhe a pedir para ele me matar, e ao Pereira André. E tinham o Conceição do lado de trás a fazer-se muito bonzinho: «Esses gajos são uns bandidos! Eu estou aqui mas não estou de acordo». Vinha fazer o papel dele, mas eu já sabia que ele fazia isso. Para mim vinha a fazer o papel bom,

⁴³⁸ Para esta ambiguidade do papel dos agentes remete também a brochura “Se fores preso camarada...”, *Duas linhas diferentes sobre a posição face à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, p. 32: “Se te derem tal tratamento, camarada, seria grande ingenuidade se te convenceses um momento sequer que não estás a lidar com verdadeiros bandidos. Aqueles que te falam sorrindo são os mesmos que dentro duma hora te poderão torturar cruelmente, são os mesmos que torturaram e assassinaram muitos dos teus melhores camaradas.”

para o meu irmão, foi o gajo que lhe deu mais porrada.(...) Levei porrada, porrada, porrada.” (Jerónimo Bom)

Entender o comportamento dos agentes como integrado num todo que é o sistema repressivo que ajuda à manutenção de um estado autoritário denota amadurecimento político e distanciamento das emoções mais primárias. Os presos com menor endoutrinação recordam a forma macia como alguns dos agentes os trataram e não a entendem como uma actuação programada, enquanto que para outros é muito clara a concertação:

“Houve outra noite em que o Silva Carvalho também se pôs na secretária a falar, a dizer que me dava um emprego, que me punha o meu marido fora, naquela lengalenga toda. Que fizera o mesmo a uma corticeira, e que essa corticeira ó depois viera cá para fora e tinha um bebé e «Olhe, fomos eu e a minha mulher os padrinhos». Eu sei lá o que é que eles me prometeram. Esteve uma noite inteira de posse da minha cabeça, e eu já não o podia ouvir.” (Maria Galveias)

Na tentativa de arruinar psicologicamente os detidos, o embuste e a teatralização de formas de tortura supostamente arrasantes eram igualmente tentados. Maria Galveias refere, nomeadamente, a designada «cama eléctrica», que fora conduzida a detectar através de uma porta entreaberta. Através de alusões e subentendidos, os agentes da polícia política davam-lhe a entender ser mortificante, fazendo-lhe ver que devia cooperar para evitar que lhe acontecesse aquilo que era suposto estar prestes a acontecer a outra detida.

Referências à família, aos filhos e à moral sexual da companheira, no caso dos homens, ou ao porte moral das mulheres comunistas, eram recorrentes nos interrogatórios. As insinuações de carácter sexual são mais correntes nos insultos dirigidos às mulheres, bem como no comportamento dos agentes da PIDE por estas descrito:

“Quando eu o vejo vir, tive tanto medo! Quando eu o vejo vir, cheirava a vinho...Quando ele veio que tomou conta de mim, depois da Madalena já me ter batido tanto tanto, e que veio directamente a mim e disse assim «Agora é que a gente vai ajustar contas.» E fecha a janela, arregança as mangas da camisa, com o casse-tête ali em punho... As primeiras pancadas que eu apanhei foi assim. Foi ela, e depois veio ele novamente. Esteve uma hora a bater-me. Uma hora a bater-me! E então, quero dizer que ele veio com a pistola e assim aos encontrões com a minha cabeça à parede (eu estava encostada à parede, assim do lado da porta, a porta além e eu aqui) e batia-me com a cabeça na parede. E disse «Eu mato-te, minha puta, minha comunista!» Tirou-me os brincos, deram-me cabo deles, entortou, fiquei com a orelha na última. Para baterem, deram-me cabo dos brincos. Foi a Madalena, mas um não foi capaz de o tirar, e ficou todo torcido aqui. Eu tinha dores na orelha, uma coisa parva dela andar a querer tirar-me os brincos. Então, quer dizer, ele

encosta-me então com a pistola. «Eu mato-te!», eu disse: «Mate!». Ele disse «Minha puta, minha comunista, que nem do teu filho te lembrás!» E assim aqui com a mão para eu não falar (eu babei-o todo!), e disse assim. «Não sou, e não sou, e não sou!», disse eu. Ele, sempre «Eu não te mato, porque eu não quero», disse ele, «porque vocês andam lá a desencabecinar o povo para o Partido Comunista para ó depois virem aqui cair, serem presos, e depois estar cá a polícia para (eu sei lá a razão que ele disse!) para os pôr na rua, para ser por vocês...» A querer dizer que era a polícia que fazia pela gente. Eu não lhe respondi nada, nadinha, nadinha.” (Maria da Conceição Figueiredo)

O espancamento é a mais referida das práticas, assegurando o controlo total do corpo dos indivíduos, que se encontra à mercê da entidade repressiva:

“«Ah, não respondes, então entrego-te a uma mocinha muito boazinha que aqui aparece...». Então uma pide, chamava-se ela Ascensão, ou Assunção. Voltou-se logo a mim à pancada. Andei por baixo dos pés dela, que ela batia-me em sítios que me derrubava logo. Tinha mesmo sabedoria para bater. Urinei-me toda com os nervos. Levei ali uma grande sova dela. Daí a um bocado saíu, e entrou um pide, homem. Conversa para aqui, conversa para ali, sempre a iludir, e eu não ligava importância. (...) Porrada daqui, porrada dali, até que dos cotovelos aos ombros, e dos joelhos à anca, aqui acima, estava preta como o luto.” (Maria Galveias)

“Começaram-me então a bater. Ela bateu-me tanto, tanto, aquela mulher! E então eu quero dizer que me bateram tanto, eu sei lá...Isto aqui assim, a cara, aquelas mãos, eu sei lá! Ó depois com o casse-tête aqui nos braços, nas pernas. Ela e esse Oliveira. Esse Oliveira foi no último dia que eu lá estive que saía à noite, e que ele me bateu tanto, e disse-me tanta coisa, tanta! Eu não respondia, não dizia nadinha, nadinha, nadinha. Quando ele me dizia «Minha comunista!» «Não sou! Não sou!» E pedia-me para eu dizer quem é que me tinha aliciado para o Partido e eu disse: «Ninguém». E não. Eu não podia culpar uma pessoa que não tinha... Falaram-me no Arenato. «O Arenato? Nunca, nunca me pediu para eu ir para o Partido (disse eu), isso é mentira!» Ó depois quando eles me começaram a bater, custou-me, ele deu-me tantos coisos assim contra a parede, empurrava-me assim a cabeça contra a parede, com uma mão aqui e com uma arma aqui..” (Maria da Conceição Figueiredo)

Tornar obediente o indivíduo a partir do espancamento do seu corpo, fazê-lo dócil, é, na perspectiva da polícia política, uma maneira de o disciplinar, moldando-o no sentido de conseguir confissões:

“E então, foi uma luta que foi a noite inteira, ela vinha para o corredor porque ficava de tal maneira cansada, que vinha para o corredor abanar-se e entravam lá os Pides e riam-se: «Então essa não quer falar? Deixa que ela...mas fala». De tal maneira que ela deixou-me, de facto...eu fiquei, desde a cintura à curva da perna completamente preta, era preto mesmo. Mas eu tinha pensado, quando ela chegou e tinha posto o casse-tête em cima da mesa [interrupção], mas eu sabia que batiam porque já tinham batido a outras do Couço, que essas até tinham sido julgadas e tudo...mas tinham batido só com a mão, a Maria Rosa Viseu e essas, as Capacetes, que são as duas irmãs. Portanto, ela pôs o casse-tête e eu pensei: «Se calhar, aquilo é para me meter medo», pois, pensei eu. Nunca pensei, porque até aí com casse-tête não tinham batido a mulher nenhuma...as primeiras mulheres a apanhar tinham sido as do Couço, tinham sido espancadas bem, mas tinha sido com a mão...e então a mulher era com o casse-tête e eu, nunca mais me esqueci, tinha uma saia branca toda plissada, que era daquelas plissadas à máquina. Portanto, ela batia-me e a saia enrolava para cima e depois começou a não fazer mais nada: levantava-me a saia e era directamente mesmo na carne, pois praticamente, pois estava com cueca só em cima. E portanto, a mulher ficava ofegante e ia para fora...portanto, levou a noite inteira naquilo.” (Maria Custódia Chibante)

A privação de visitas e de correspondência, que podiam prolongar-se por toda a prisão preventiva, como sucedeu com os detidos de 1962, tinha a dupla finalidade de fragilizar o preso e impedir as famílias de verificarem os danos no detido sob tortura.

“Dia 26 de Fevereiro, a Maria[Maria Carmina, a esposa] foi-me visitar com o meu filho. É que eu tinha sido preso em Novembro de sessenta, e depois a Maria teve logo umas visitas, e a primeira visita que fez foi a 26 de Fevereiro e depois disse-me: “Ò João, tu não te importas, eu gostaria de ir para o Couço por uns dias, porque o meu pai nunca mais viu o neto. Portanto, estaria uma temporada, uns dias, sem vir cá.” Eu vi logo o que ia acontecer: “Sim, senhora, vai”. Nesse dia, porque eu não tinha visitas já tão depressa, levei, sei lá, quantas sovas porque eles aproveitaram-se. “Se ele ficar magoado, se ele ficar ferido, agora não tem visitas.” E a Maria abalou, e depois eles...eu preparei-me, levantei-me, e eles: “O senhor fica aí sentado”. Disseram-me mais uma vez: “Você tem de falar, você tem de dizer. No seu interesse, no interesse do seu filho, no interesse da sua esposa, de todos os seus. Portanto, você vai para lá e vai dizer o que há sobre você e os outros colegas, os seus camaradas.” E eu disse-lhes: “Olhem, eu até aqui tenho dito que não faço declarações. Estou farto de cá vir, portanto eu já não respondo.»”(João Camilo)

A denúncia da tortura no exterior conduzia a que a imprensa clandestina dela fizesse eco. As emissões de rádio ouvidas secretamente faziam-lhe igualmente referência. Essa

denúncia abrangia instâncias internacionais: desde o início dos anos 60 que as cartas de membros da Amnistia Internacional, exigindo explicações sobre a arbitrariedade de prisões, a aplicação de medidas de segurança, ou o prolongamento da prisão preventiva, obrigava a polícia política a respostas que lhe expunham as vulnerabilidades. Os processos consultados são elucidativos.

Além das sessões, que frequentemente se prolongavam por vários dias, nas instalações da PIDE na rua António Maria Cardoso - e quando nos relatos é referida a «António Maria Cardoso», está subjacente a carga temível do lugar - o detido ficava com frequência isolado.

O regime de isolamento, confinando o preso num espaço restrito, mal iluminado, e despojado de objectos pessoais - os designados *curros* ou *gavetas* do Aljube são uma imagem ilustrativa - conduziam à ansiedade e à pressão emocional. Quando havia janelas, a vida dos pombos, das moscas ou os barcos do Tejo serviam de distração; na escuridão, restava a percepção e o controlo da própria respiração. Se o preso fosse míope, e já que, por alegadas razões de segurança, lhe eram retirados os óculos, o contacto com a realidade sofria ainda de perturbações adicionais.

Na sala de interrogatório, além das humilhações físicas - como a exigência de exposição do corpo, ou a privação de protecção menstrual, às mulheres, ou a observação atenta por parte de elementos do sexo oposto do corpo nu ou quando satisfaziam necessidades fisiológicas - o torturado era sujeito a mortificações que sobrepujavam a capacidade humana numa situação normal e que conferiam a todo o interrogatório um carácter de rito de iniciação.

“Chegaram-me a despir nu, as mulheres, a Madalena, uma pide que havia lá que era a Madalena. Despir-me nu e mexer-me em todo o lado, chamar-me paneleiro e panasca. Chamar-me todos os nomes, para quê? Para arrasar-me os nervos, para rebentar com tudo.” (Jerónimo Bom)

“Deram-me duas lambadas na cara, uma de cada lado, até me ficaram a cair bagas de suor pela cara abaixo. Até fui assim com a mão para ver se me tinha rebentado a cara, mas não. No dia 18 de Janeiro levei lá umas lambadas com tanta força que até me ficou os ouvidos a zunir. Esse gajo só em bateu uma vez, esse chefe Rego. Foi nessa altura, nunca mais me bateu. Depois, o que é que eles me fizeram? Depois tiraram-me o cinto. Ora, eu levava uma calças de surrobeco, umas calças pesadas e andava até magro e sem cinto elas caíam-me. O que é que eles faziam? (...)Depois, nessa noite, aquilo era um gozo. Tiraram-me o cinto e mandaram-me tirar a mão das calças, e as calças caíam-me. Estavam largas, pesadas, caíam-me logo.(...)Deram-me uma chávena para urinar, mas aquilo era pequenino e escorria para o corredor. Depois aparecia lá o guarda a ralhar comigo: «Mas o que é que o senhor quer que eu faça? Se não me deixam ir à casa de banho, tem de ser assim». Pronto, estive ali três dias naquela coisa, e ao fim de três dias levaram-me

para as interrogações. Depois nas interrogações, eles, a primeira coisa que eles me fizeram foi quando eu pedi para ir à casa de banho, que um homem está nervoso e um homem não está habituado àquilo, mandaram-me lá para uma casa de banho aberta. Não tinha sanita, era assim uma coisa rasteira, e depois meteram-me uma mulher. Aquilo eram mulheres preparadas, mulheres pides. Meteram a mulher a lavar o chão, ali mesmo em baixo de mim. Depois, eu não fui capaz de fazer nada. Enervado, envergonhado por não estar habituado àquilo, pronto. «Não faz, já cá não vem». Quando eu peço outra vez para vir à casa de banho aparece-me a tal mulher. Mas ó depois é que eu pensei: «Espera lá, que isto é uma mulher preparada para vir fazer isto», e como eu estava cheio de vontade de dar à calça, e fiz.”(Domingos Catarino)

A privação do sono, conhecida por «tortura do sono», era frequentemente complementada com a manutenção de posturas rígidas do corpo, contrárias à gravidade e que implicavam um esforço superior, adensado pela situação de cansaço: a «estátua», que obrigava a permanecer de pé, podia ser ainda agravada pela exigência, cobrada com espancamentos, de ficar com os braços abertos.

“Bem, de lá fomos para uma outra casa, e lá estive na estátua. Eu, ao fim de dois dias de pé, tive de descalçar os sapatos. Ao fim de quatro dias, tive que descalçar as peúgas. E ao fim de seis dias tive de descalçar as cuecas, que dantes eram calções, como os dos jogadores de futebol, desse tipo, todo inchado. Passado...aí ao fim do sétimo dia, eu caía, levantava-me, caía e levantava-me. Eles passavam-me assim com água pela cara para eu acordar, até que a certa altura eu já não era capaz. Mesmo que eles me batessem, eu já não era capaz. Mesmo que eles me dessem, eu já não era capaz de me levantar. Meteram-me numa maca, meteram-me dentro de uma carrinha, e levaram-me para o Aljube. Estive numa cela com dois metros de comprimento por menos de um metro de largo, mas quando voltei já não fui para essa cela. Fui para uma cela de uns quatro metros, talvez, por dois, com dois bailiques. Estava aí um outro preso [José Gomes, de Alferrarede], que puseram de propósito...Eu tinha câimbras desde os dedos dos pés a estes músculos da cara, mas sobretudo nas pernas e pronto, estava praticamente paralisado...Ele tinha que me pôr a urinar, ele tinha que me pôr a fazer cócó, lavava-me, limpava-me. Durante a noite tinha que acordar vezes sem conta para me friccionar, porque eu não... pronto, as dores nos músculos, [fragmento incompreensível]. Pois, estive assim, estive lá talvez uns oito dias. Puseram-no lá já porque sabiam que eu não era capaz de tratar de mim, não é...”(João Camilo)

Por vezes, a manutenção de uma postura fixa, de pé, era coordenada com períodos em que se permitia ao preso que se sentasse:

“Vários dias. Estava de pé ou estava sentado, porque estar sempre sentado é uma forma de sofrimento, porque as pessoas às vezes não se apercebem que as pessoas chegam a pontos que mal podem estar sentadas. Foram uns interrogatórios mais duros. Estive de pé, ainda cal, perdi os sentidos. Isso foi da primeira vez. Da segunda vez estive quase sempre de pé. Com aquela coisa toda mais os dados que lá tinham, arranjaram matéria para me condenarem depois passado ali alguns tempos. Tinham já alguma coisa, também não tinham muito senão não tinha apanhado só 23 meses. Eu também não tinha entrado muito ainda na actividade da vida partidária, porque entrei naquela fase do meu tratamento [tinha tido problemas pulmonares] e evitava de participar.” (Arménio Marques Gil)

Qualquer vacilação física era alvo de retaliação. O corpo, sujeito a excessos que constituíam uma desmesura, acusava defeitos inerentes à vida dos indivíduos - as privações, os esforços do trabalho - a que acresciam as condições impostas pela vida prisional.

“Vá de porrada, vá de porrada, até que eles viram que eu não dizia mais nada. Puseram-me ao pé coxinho, que é um pé levantado e outro no chão. Digo eu assim: «Então eu agora aguento-me nisto?» Eu sabia que não me podia aguentar, sentei-me no chão. Deram-me uma sova. Isto, passou-se assim mais cinco dias e cinco noites. Porrada, porrada, deram-me conta da cabeça, que eu cheguei a pontos que via a mulher e a filha mortas, mesmo.” (António Oliveira)

A privação de comida, referida por vários dos detidos, um dos quais durante os interrogatórios⁴³⁹, aliada à do sono, precarizavam os indivíduos ao banir-lhes o acesso às mais básicas necessidades. A negação dos mais básicos cuidados de higiene durante dias seguidos, constituía uma humilhação que, frequentemente, tinha sido iniciada no momento da detenção (não permitindo que se lavassem, quando interrompidos no trabalho, ou que se calçassem ou vestissem roupa limpa). Particularmente lesadas ficavam as mulheres, sem poderem recorrer a qualquer protecção durante a menstruação, humilhadas pelo fluxo que tinham de ir sustendo e limpando com as próprias roupas.

“Depois, ao fim desses onze dias e onze noites, levaram-me para o forte, toda a cheirar mal, toda urinada. Não me lavei, nem coisa nenhuma. Eu tinha andado menstruada e chegava lá à casa de banho e mandava maços de algodão por ali abaixo, de revoltada. A

⁴³⁹ São vários, todavia, os relatos que salientam a qualidade da comida na sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso. Tal dever-se-ia a ser idêntica à que era consumida pelos agentes, distinguindo-se, assim, da que era fornecida no Aljube ou em Caxias. Um dos entrevistados, João Camilo, enfatiza o prolongamento que fazia das refeições, tentando comer com apetite: quanto mais durava um repasto, mais o corpo era aliviado da postura rígida da «estátua», e mais as forças se ressarciam. Ao longo das suas sucessivas prisões foi apurando esta técnica de preservação.

entupir a casa de banho. Toda a fraqueza que tinha me dava para fazer aquelas lutas contra eles à mesma.(...) [Ao fim desses dias] eu tinha três cabeças, uma de cada lado e uma ao meio. À noite, vieram-me buscar-me outra vez para a PIDE, e eu disse assim: «Olhem, mais vale matarem-me, acabarem de vez comigo, que fazerem este trabalho! (...) Ali é que eu digo: nem que eles me matassem a minha boca não se abria para o Partido! Até aos onze dias e onze noites, a minha boca não se abriu, e depois daquela altura, nem que eles me partissem aos bocados, não se abria mesmo!» (Maria Galveias)

“Tinha uma ventoinha, e eu olhava assim para o ar para não me deixar dormir. Porque assim que a gente fechava os olhos davam assim punhadões na mesa, numas mesas, para a gente acordar. Ora, a gente, era tanto tempo, que chegava a pontos... Mas depois o sono passou-me, que já não tinha sono, não tinha nada disso... E sentada, que chegava a pontos que nem uma pessoa sabia como havia de estar. Para pedir para ir à casa de banho eu nem sabia. E eu, estava com a menstruação, estava com o período. Quando me chamaram para ir, veio, e então... Quero dizer que me deram... A Noémia disse... Eu não usava estes pensos, usava era panos feitos cá pela gente. Como eu, as minhas companheiras todas. A Noémia, a professora, já usava e deu-me, mas eu era muito, muito, e aquilo não me valeu para nada. Sei lá onde é que eu tinha tanta coisa para deitar para fora de mim! E de vez em quando eu pedia para ir à casa de banho para aliviar, e punha aquilo dentro do coiso e eles iam espreitar. Ia ver. Até aí não me tinham batido, mas depois disseram: «Bem, isto ela continua ainda com uns saquinhos, uma espécie de uns saquinhos todos cheios de sangue...» Mesmo assim, ao pé de mim. Viram que aquilo que não parava e começaram-me então a bater.(...) Pedia-lhes roupa (a roupa acabou-se-me, eu estava menstruada e a roupa acabou-se), eles deram volta ao saco: «Põe estes que já estão enxutos!» Os próprios panos, que já estavam secos, mandavam-me pôr aqueles! Não me deixaram sair roupa nenhuma de lá. Eu depois desmaiei, cheguei a cair, desmaiei, mas não cheguei a perder os sentidos todos. Porque eu não comia nada. Não era capaz de comer. As minhas mãos até se punham assim.[exemplifica a crispação]” (Maria da Conceição Figueiredo)

Uma das detidas em 1962, que se recusava a comer e a falar durante os interrogatórios, fora forçada a ingerir um copo de leite. Como resistira, mesmo com o nariz apertado por duas agentes da polícia política, parte da bebida derramou-se sobre um blusão que então usava. A mancha resultante revelar-se-ia indelével, por mais lavagens e limpezas a que a peça de roupa fosse sujeita, o que avolumou a suspeita de que o leite contivesse algum narcótico. A utilização de substâncias que provocassem alterações comportamentais, se não era feita, servia pelo menos de atenuante quando um preso fazia confissões. Ficar fora de si, sob a acção de prolongadas sessões de tortura do sono, que provocavam alucinações, ou sob a acção de drogas, era uma

justificação possível para a denúncia de nomes e de uma organização. São inúmeros os relatos sobre alucinações:

“As paredes da sala onde eu estava, eram só mãozadas de sangue, aqui e ali, das pessoas. Onde as pessoas se encostavam às paredes, era só manzadas de sangue. E depois a gente, com a falta de sono das torturas, com a falta de descanso, pareciam rendas. Mesmo os nós das madeiras pareciam passarecos aos pulos.(...) Eu via rendas naquelas paredes, lindas, lindas, lindas, lindas. Não havia lá nenhuma. Eu via passarecos naquele chão, e não havia lá nenhum.(...) Tive ali uns anos que eu pensava: «A minha cabeça é de ferro». Aguentei tanta pancada na cabeça! Quando vim não era capaz de fazer a minha vida. (...) Quando foi o 25 de Abril, os camaradas da Amadora viram-me com força e quiseram que eu aprendesse a ler, mas eu não fui capaz. A minha cabeça não dava, e eu não conseguia.” (Maria Galveias)

A dor, infligida ao indivíduo de forma imediata, pelos espancamentos, e de maneira mediata, pelas posturas impostas, destinavam-se a abater a resistência mas de duas formas distintas. Enquanto num espancamento o agressor é o agente da polícia política - o que pode reforçar a intenção de resistir - na manutenção de posições rígidas é o próprio preso que tem de controlar a postura - ou seja, auto-inflige uma tortura⁴⁴⁰.

Quando uma confissão era obtida, a pressão abrandava, de forma a que o detido se mostrasse cooperante. Contudo, era deixado claro que a alteração do tratamento só seria mantida enquanto fosse colaborando, mantendo-se a espada de Dâmocles pendente.

De umas detenções para as outras, os detidos vão-se dando conta quer do requintar dos métodos de tortura⁴⁴¹, quer da deterioração do próprio corpo, que lhes vai tornando com a idade cada vez mais dolorosas as provas a que são submetidos. João Camilo, preso pela primeira vez em 1947, a seguir em 1951, depois em 1958, em 1961, em 1971 (duas vezes) e 1973, regista a tortura da última prisão como a mais dolorosa. Não fora só a polícia política marcelista que se requintara, reconhece, eram os seus 53 anos a ressentirem-se. De umas detenções para as

⁴⁴⁰ Num manual de treino de tortura contra agentes subversivos na América Latina nos anos 80, a CIA salientava que os resultados da segunda forma eram francamente superiores já que *“After a period of time the subject is likely to exhaust his internal motivational strenght”*. In «Human Resource Explotation Training Manual- 1983”, cit. *The Baltimore Sun*, 27.1.97. Também na brochura distribuída aos militantes comunistas se aconselha: *“Se pretenderem pôr-te de «estátua» (de pé e voltado para a parede, ou simplesmente não te deixando sentar) recusa imediatamente, senta-te no chão e arrosta com as pancadas que podem vir. A «estátua» far-te-ia inchar os pés e as pernas e esgotaria rapidamente a tua resistência física; mas, além disso, sujeitares-te à «estátua» seria dares a tua colaboração para te torturarem e portanto diminuir a tua firmeza.”*, in *“Se fores preso camarada...”*, *Duas linhas diferentes sobre a posição face à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, pp. 29-30.

⁴⁴¹ V. Manuel Alexandre, Rogério Carapinha e Dias Neves, *PIDE: a história da repressão*, Fundão, Jornal do Fundão, 1974, que junta vários depoimentos a um historial da organização, muito enfático nos tempos que antecederam o 25 de Abril e com poucas referências às primeiras décadas do Estado Novo. Também Fernando Luso Soares, *PIDE/DGS - Um Estado dentro do Estado*, Lisboa, Portugália Editores, s/d, faz um historial da organização.

outras, a acção dos esbirros endurecia. Comprovam-no os relatos de João Camilo, aquando da sua segunda prisão, já «queimado», e de António Caetano, comparando actuações :

“A minha tortura foi só estar preso [durante a primeira detenção, em 1958] e foi das provocações. Porque não é só, se calhar, bater, mas as injúrias, as palavras que nos dizem, que nos provocam à gente. Mas foi ser fechado, foi ser preso. Em 69 [trata-se de um lapso, pois a segunda prisão foi em 1962] já foi diferente. Foram à minha casa, partiram-me todo, partiram-me a cara. Com uma pistolazinha, eu não queria abrir a porta e eles foram lá e fizeram o que queriam e entenderam. (...) Daí fui para o Aljube, tive 67 dias de segredo. Eh, pá, se calhar, passei por coisas que não se fazem a ninguém, embora houvesse camaradas meus que passaram por mais. Isto não tem explicação, aquelas pessoas não eram humanas, faziam aquilo numa base de terror que fazia com que a gente dissesse aquilo que sabia e o que não sabia. Era uma coisa sem explicação, pronto. Isto é real, as coisas que se passaram na minha vida foram estas!”
(António Caetano)

Contudo, raro é o preso que seja submetido a uma única prática destinada a amolecer-lhe a vontade. O mais habitual é que os esbirros conjuguem várias, ou que as distribuam pelos vários turnos. Assim sucede com Joaquim Rodrigues, cujas declarações eram particularmente pretendidas, por ser um dos activistas do organismo juvenil do Couço:

“Foram-me buscar e estive em tortura do sono e em estátua. A partir de certa altura eles meteram-me em estátua, sete noites e seis dias. E sovas, pois. A partir do segundo dia. Primeiro, quiseram levar-me assim à boa mente, mas como viram que à boa mente, coisa, começaram a torturar-me. Deram-me muitas sovas, muitas. Cheguei a dias de levar duas, golpes, e com o casse-tête com chumbo por dentro. Tanto que eu estive com este braço assim [mostra] e andei a levar choques eléctricos para o músculo vir para cima. Esses Caetanos [dois irmãos detidos na mesma ocasião] é que me ajudaram muito, com massagens e coisas. Eles é que me ajudaram, não foram tanto os choques eléctricos. (...) A Radio Moscovo até falou em mim nessa altura, de eu estar com o braço aleijado. Depois levaram-me para o Aljube, para uma sala onde estava uma pessoa que era ali de Grândola do caso de Beja. Estive lá uns dias, e depois eles tornaram-me a ir buscar para interrogatórios, mais três noites e três dias. Nessas três noites e três dias é que me deram cabo do braço. E foi na última sova mesmo é que eles me deram cabo do músculo. Quando eu fui para lavar a cara - eu era todo sangue - não era capaz de o levantar. A última sova que eles me deram foram mais de duas horas, e eram três ou quatro.”(Joaquim Rodrigues)

Ainda que inabitual - é o único caso relatado - a contra-ofensiva do preso poderia ocorrer. Américo Brás responde à violência dos agentes com a força, derruba vários e acarreta com as consequências:

“No Aljube estive 45 dias, e ao fim de 45 dias mandaram-me chamar à polícia. (...) Mas eu naquela altura não era do Partido. O meu irmão, e a minha irmã e o meu cunhado davam-me tarefas. Por exemplo, angariar fundos. Eu desempenhava aí funções como sendo militante do partido já, e os homens tinham informação e chamaram-me à polícia. Estive lá em interrogatórios quatro dias. Eles não me batiam muito. Havia um, que era assim o mais fraco, que cuspiam para cima da gente. Houve uma noite que me escarrou mesmo para a cara. Escarrou-me para a cara e eu era um homem com muito génio. (...)Eu estava enervado com as noites perdidas e atirei-lhe um soco que ele ficou desmaiado no chão. Entretanto entrou outro pido, que viu o outro no chão, e mal ele entra eu aviei-o também. Ficaram os dois arrumados. Depois entra o terceiro, mas a seguir entraram logo quatro ou cinco. O terceiro ainda o derrubei. Eu tinha muita agilidade. Eles deram-me tanta porrada que eu fiquei com o corpo todo cheio de chagas por todo lado. Acordei no Aljube, o médico a auscultar-me. Estava numa das gavetas do Aljube. Quando o médico viu que eu estava livre de perigo abalou, deu-me um comprimido num copo com água. Quando comecei a reagir sentia o corpo cheio de altos, ainda tenho chagas no corpo aqui de lado, dos pontapés no corpo pela escada abaixo. Pontapés, nódoas negras na cabeça, tonteiras muito grandes, parecia um animal qualquer. (...)Cheguei à Trafaria, espetaram comigo 5 dias a pão e água. Cinco dias. Eu deixei de comer e de beber, estava só como uma febre que era uma coisa louca, sem fazer a barba. Passados aqueles cinco dias, aparecem eles e levaram-me para a sala onde estavam 28 camaradas meus, o meu irmão e outros aqui do Couço, em Caxias. Quando eu cheguei à sala, ele [Joaquim Casanova] era muito meu amigo, chorou em altos gritos, o homem.” (Américo Joaquim Brás)

Sob uma forma mais ligeira, também Maria Galveias e Maria Custódia Chibante procuravam a contra-ofensiva, quer levando os agentes a tomarem medidas para se precaverem, quer conduzindo-os a um descontrolo similar ao que estes visavam lograr:

“Eles davam-me um murro na cabeça e eu batia na parede; eram dois que eu levava. Os lábios estavam todos a deitar sangue. Tapavam-me a boca com adesivos para eu não gritar, porque eu tinha a mania de dar alarme cá para fora. Quando eles me começavam a bater, eu fazia que caía para o lado das janelas, e dava gritos muito grandes com toda a força que eu tinha. Levavam um coiso de adesivos para o pé de mim, levavam o casse-tête, levavam a régua e fechavam a janelas. Preparavam-se.” (Maria Galveias)

“Porque ela depois, fazia uma coisa: pegava em mim (eu com quarenta quilos), pegava-me aqui no cabelo, fazia-me andar assim, assim a rodopiar, a pegar pelo cabelo, dum lado para o outro. Eu, quando ela me largava, eu quase que caía, mas depois, ia ao bolso do casaco, tirava o pente, e penteava-me. Penteava-me, e tirava os cabelos...eram montes de cabelos. Porque o cabelo, de ela me fazer rodopiar segura pelo cabelo, tirava montes de cabelo e punha-o no balde do lixo, que lá tinha uma coisa qualquer para pôs os papéis e punha ali. Isto devia-a deixar furiosa. Eu não sentia de maneira nenhuma aquela calma, só que eu conseguia um domínio (eu tinha vinte e nove anos, também tem que se explicar que uma pessoa com vinte e nove anos está na força da vida, e já com muitos conhecimentos, felizmente para mim) e então, de facto, quando tirava os cabelos do pente e os atirava para o cesto dos papéis, a mulher ficava louca.” (Maria Custódia Chibante)

Durante as longas sessões de privação de sono, os agentes da polícia política rendiam-se, em turnos que, nuns casos relatados seriam de duas, noutros de quatro horas, sendo estes últimos mais recorrentemente referidos.

“«Eh, você já está aqui há tanto tempo, já está aqui há 129 horas, sempre de pé..» «Pois, quase sempre de pé», porque eu não me assentava porque assentado começava logo a pender com sono e eles começavam logo a bradar, e assim estava sempre de pé. Os gajos até se admiravam, chegavam lá, os gajos eram cinco ou seis a guardarem, vinham duas horas e passados duas horas era outro. Só trabalhavam duas horas de cada vez, cansavam-se logo. E eu sempre lá. Aquilo corria os seis gajos, é claro que um gajo estava lá num dia, e só ia aparecer no outro dia, outra vez. «Eh pá, você ainda aqui está? Pá, então, qual é a sua vida? Que é que você está aqui a fazer? Qual é a sua vida? Você foi preso porquê?» «Sei lá, não sei.» Eles sabiam bem o que era, não me diziam nada, só se admiravam de eu estar.”(João Pedro Marrafa)

Numa distribuição criteriosa de funções, a uns agentes caberia uma atitude mais cordata, enquanto que a outros seria a força bruta, com espancamentos ou a exigência de posturas difíceis de conservar. Estes comportamentos, designados pelos entrevistados como de «pide bom» e «pide mau», e já referidos, pretendiam corresponder aos estádios pelos quais ia passando o torturado.

“O gajo que me torturou lá mais, que me bateu lá mais, foi um pide chamado Alves (...) Quando foi aos cinco dias de lá estar, na tortura do sono...Até essa altura, até esse gajo, eles davam-me uma cadeira para eu me sentar. (...) Eu disse-lhe que pertencia ao Partido, mas eles não fizeram o processo porque eu não disse aquilo tudo que eles queriam. Porque eles queriam quem é que me aliciou, se eu tinha aliciado alguém, e eu disse só que pertencia ao Partido. Bom. Depois, quando me apareceram outros, não lhes fiz confissão nenhuma. Quando me apareceu esse tal dito Alves, que era preparado para fazer o

processo, eu disse: «Qual Partido, não pertença a Partido nenhum, não pertença nada, isso eu estava tonto...» Então esse gajo, nessas quatro horas que ali estive, estive sempre a bater, sempre, sempre, sempre. (...) Batia-me aqui nos músculos que me fez isto tudo negro, eram pontapés pelas canelas das pernas, era chapadas. Não era a pontos de me derrubar, mas pronto, estive sempre naquela coisa, sempre, sempre, sempre. (...) Havia lá um que também me deu lá umas sovas, que eu depois comecei a ter lá as pernas inchadas, após este Alves. Como eu ó depois já não disse nada, tiraram-me a cadeira. Só me davam a cadeira para eu comer, quando era a hora da refeição, é que eles me davam a cadeira. Estava sempre de pé e ó depois cheguei a pontos que me descalçava. Ó depois, esse Correia, que me deu lá umas sovas, mandou-me calçar os sapatos. «Não calço os sapatos, que os sapatos não me servem». Ia chamar uns aos corredor e eles calçavam-me os sapatos. Mas eles calçavam-me os sapatos e eu ó depois descalçava-os outra vez, faziam-me doer. (...)Havia lá um rapaz com 26 anos, chamava-se Aguiar, esse também me batia, mas esse não sabia bem bater, era umas chapadazitas.(...) Havia lá um que nas quatro horas dele, passava as horas a fazer flores num papel. Eu chamava-lhe «O Floreiro», esse nunca me bateu vez nenhuma. Antes de abalar, dizia: «Então, se não me disse nada a mim, também não diga nada aos outros». Este, a posição deste, era esta. Havia outro, que foi o que me fez o processo, que era um que até veio aqui ao Couço.» (Domingos Catarino)

O espancamento dirigido a pontos nevrálgicos, susceptíveis de afectar outros e de ter uma acção continuada no indivíduo torturado, em termos físicos e psicológicos, é apontado por alguns entrevistados. As pancadas no braço, por exemplo, faziam prolongar a dor, o inchaço e o hematoma no antebraço e na mão sem que estes fossem tocados. Também os golpes na nuca têm um efeito similar, que transcende a dor no local de contacto contundente.

“Eu não podia pensar que alguém ia ter à prisão por minha culpa. Eu cheguei a pensar mesmo, tive alturas em que eu pensei mesmo: «Bem, eles matarem-me de propósito, mesmo de propósito, eles não me vão matar. Mas eu sei lá se eu vou suportar?». Porque de facto, as pancadas em tipo de cutelo, dão uma dor tão intensa, tão intensa, que dá mesmo a sensação de que a testa abre...portanto, a pancada é atrás, mas dá a sensação que a testa abre aqui. É esta a sensação da pancada em tipo de cutelo. Portanto, os que faziam isso, sabiam o que faziam, porque eles tinham ido fazer cursos à Alemanha de Hitler, eles tinham sido...isso nós sabíamos, que alguns deles tinham feito, e depois, claro, uns passavam os ensinamentos aos outros, não é verdade, faziam já depois os cursos cá, mas tinham feito os primeiros ensinamentos na Alemanha nazi⁴⁴². E então eu pensava:

⁴⁴² Yves Léonard, *Salazarism et fascism*, Paris, Chardeigne, 1996, prefácio de Mário Soares, pp. 126-7 afirma que a influência do M15, serviço secreto britânico, é a mais importante sobre a PVDE e a PIDE, sobrepondo-se à da Gestapo. Mostra, assim, concordar com Douglas Wheeler, “In the service of order:

«De propósito não me irão matar, mas eu não sei se me aguento.» (Maria Custódia Chibante)

O detido vai conseguindo manhas para ludibriar, com as armas disponíveis, a polícia política. Estas formas defensivas preservam-no, e se resultam de recursos apreendidos, outras serão aperfeiçoadas particularmente por cada preso.

“Depois fiquei doze dias e doze noites na PIDE, na António Maria Cardoso, sempre. (...) Tortura do sono e assim um bofetão ou outro. Aliás, estou surda deste ouvido por causa de um bofetão que levei. Assim mais espancamentos, não. Era assim de vez em quando um bofetão. Fiz muita tortura do sono. Claro que a gente arranja as nossas manhas para poder fechar os olhos um bocadinho, mas quando eles se apercebem disso já não nos deixam. Passei ali aqueles doze dias e doze noites e depois fui para Caxias, fiquei incomunicável por seis meses, e ao fim de seis meses é que passei para uma sala com mais gente.” (Graciete Casanova)

“Quando eu me vi aflita com os outros dois, eu disse que queria falar. Mas a gente só falava com o chefe: «Eu quero falar com o Silva Carvalho». Pararam então de me bater, que eu já estava com aquela tortura tão forte, que eu já estava mesmo... (...)No outro dia de manhã, quando o Silva Carvalho vem ao pé da secretária todo contente, a esfregar as mãos: «Vamos lá conversar. Então, o que é que a senhora tem a dizer?» E eu, sentei-me também do outro lado: «O que eu tinha para dizer ao senhor é que houve aí um senhor que me fez uma carta para eu fazer um pedido, mas eu não fiz mal nenhum a ninguém para fazer esse pedido!»(...) Vá de porrada outra vez!” (Maria Galveias)

“Portanto, eles chegavam ao pé de mim, tentavam-me pôr de pé a segurarem-me e eu escorregava logo pela parede, logo para o chão. As forças eram poucas mas eu fazia ainda que tinha muito menos do que aquelas que tinha, precisamente. Era um truque, para que eles me deixassem. Enquanto alguém falava a pensar que escapava aos sofrimentos, eu sabia que isso era errado, e portanto nem estava na minha ideia fazer uma coisa dessas.(...) As forças eram muito poucas, com tantos espancamentos, as forças eram muito poucas, mas eu...ainda tentaram, não quer dizer que não me segurasse algum bocadito, mas eu não fiz por isso. Eles foram buscar um colchão imundo, onde me deitaram (...) Passei, nós costumamos dizer pelas brasas, ou pelo sono, mas parece que a ouvir tudo, e depois no outro dia tentaram novamente continuar com os interrogatórios, tudo na mesma sala. Só me levavam à casa de banho e mais nada. E então, no outro dia, portanto,

the portuguese political police and the british, german and spanish intelligence services, 1932-1945”, *Journal of Contemporary History*, vol. 18, Jan. 1983, pp. 1-25.

tentaram-me pôr de pé, tiraram-me o colchão, e eu novamente fui para o chão. Fui dizendo que não me segurava e eles então encostaram o colchão à parede e encostaram-me à parede sentada e continuaram aí os interrogatórios.” (Maria Custódia Chibante)

A preocupação, legível em múltiplos relatos, de identificar os esbirros, podia ser ludibriada pelos agentes da polícia política. A ênfase na identificação das três agentes que participavam nos interrogatórios é demonstrada na evocação pelos nomes próprios - Madalena, Assunção e Odete - e pelos pormenores que iam conhecendo das respectivas vidas pessoais.

“Ela foi falando, falando e disse-me:«Desde quando é que pertences ao Partido Comunista, ao chamado Partido Comunista Português?» «Desde nunca. Nunca fui, nunca fui militante».«Porque é que tu dizes, filha daquela grande puta (disse-me ela) que não pertences ao chamado Partido Comunista Português? Não pertences desde que estás aqui presa, e mais tens pertencido sempre!» «Nunca, nunca, nunca. Não teime, que eu nunca fui (e não), nunca fui militante do Partido Comunista Português!» «Hoje (disseme ela para mim), hoje não apanhas, mas amanhã vais provar o casse-tête», disse-me ela. E agarrou no casse-tête e esfregou-me aqui o nariz, esfregou-me aqui a boca, esfregou-me aqui toda, e esbofeteou-me com a mão: «Amanhã tu vais provar», e disse para ali asneiras do pior, do pior, do pior. Disse tudo, tudo. E eu, nada, não respondi mais nada. Foi ela, foi o Oliveira, foi esse Oliveira, ah, e foi outra, a Assunção, mas essa é que não me perguntou nadinha, nadinha, nadinha. Nada. Essa mulher é que não me perguntou nada. Tinha muito medo dela, porque me diziam que ela também era muito má, era a Madalena e a Assunção. Depois foi a Odete, essa também não foi má para mim. Essa era assim: «Esta noite vamos ter peixe fresquinho, bom camarão, peixe fresquinho...» Foi durante o tempo que estive lá com eles, no corredor, nem estava ao pé de mim. Eu pensava assim: «Vou apanhar».” (Maria da Conceição Figueiredo)

“Portanto, essa mulher, foi uma noite inteira, espancou-me da tal maneira brutalmente, tanto, tanto, tanto, que ela ficava cansada. Mas ela era uma mulher, era um mulherão, e essa é que eles diziam que tinha vindo da Judiciária, que tinha transitado da Judiciária para a PIDE (mas também aqui está [aponta para o texto já referido]). E então, ela começou a fazer-me interrogatório, e essa também não foi assim...um interrogatório que se dissesse bem interrogatório. Essa pensou que me havia de fazer comer, e eu pensei que não havia de comer. Claro que ela ficou foi mesmo furiosa quando viu que não era capaz de me fazer comer.” (Maria Custódia Chibante)

Além dos indivíduos da brigada da PIDE habituada às detenções no Couço e à instrução dos processo, juntava-se por vezes o inspector Fernando Gouveia, dos serviços de investigação, cuja reputação passava de boca em boca.

“Fui interrogado por sete ou oito gajos. A fera da actualidade, que era o célebre Gouveia, estava sentado com uma perna assim numa mesa e uma perna assim em acção de esticar para chegar aos queixos e os gajos a apertarem todos ali em volta, para o que desse e viesse. O interrogatório em si não foi muita coisa. Ao fim de três horas largaram-me, não me machucaram nem nada. No outro dia foi a formação do processo, já foi outra gente. Nesse tempo ainda eram coisas de brincadeira na política. Isto foi em Novembro de 47, e depois só foi julgado...Começámos em Julho de 48, até Agosto, depois saímos sob fiança e assim andámos quatro anos afiançados, até que em Julho de 52 recolhemos aos calabouços para cumprir a pena. No primeiro julgamento fui condenado a um ano de prisão com a pena suspensa, mas depois houve recurso e o Supremo Tribunal agravou a pena para os 18 meses e medidas de segurança. Um ano. Foi em Julho de 52 até Fevereiro de 54.”(Joaquim Castanhas)

A espera dos interrogatórios, extremamente desgastante, dá a esse período um carácter de liminaridade. O detido ainda não foi, não se sabe se revelará aptidão no rito de passagem, se a fase de margem se efectivará de forma adequada, se a agregação será possível ou se permanecerá longamente na situação liminar. A polícia política, habilmente, doseava a espera, e só raramente depois dos interrogatórios um detido voltava para junto dos seus companheiros. Dessa forma, os que se encontravam à espera, na cela, não sabiam quando seriam chamados e nem sequer se o camarada anterior já regressara e em que estado.

“Eu, quando fui interrogado, já vários tinham ido, que não voltaram, que depois foram para outras salas.(...) Eu fui quase dos últimos. Quando eles chegavam, que eles iam buscar-nos à noite para nos meter terror, para nós ficarmos amedrontados, assim que a guarda abria as portas nós pensávamos: «A quem é que calhará hoje?». Eu abalei cerca das 11 horas da noite.” (Joaquim Rodrigues)

Depois de onze dias privada de sono, Maria Galveias regressou a Caxias. Quando a fizeram retornar para mais seis dias de tortura,

“Sentia o meu cérebro como a água do mar vem à areia, e vai-se embora, a onda. Era o meu cérebro assim: vinha e fugia. Eu comparava mesmo com as ondas do mar que vêm à areia, e fogem para trás. Assim era eu. Ai acabei por não ser capaz de, nos seis dias, acompanhar tudo.” (Maria Galveias)

O efeito da tortura podia ser inteiramente contrário ao pretendido. O indivíduo sujeito a ela, continuamente resistente, passava o Rubicão e juntava à firmeza, a raiva:

“Eu cheguei a pontos em que os nervos, e a fraqueza, e a revolta, e a razão que tinha me dava para resistir de toda a maneira e feitio.” (Maria Galveias)

“Ela era um mulheraço, enorme, eu era uma coisinha, franzina, com os meus quarenta quilos, baixa e muito magrinha. Então, aperta-me o nariz e mete-me o leite à boca, mas eu, tinha já dentura postiça nessa altura e a dentadura de baixo magoava-me e eu tinha tirado a dentadura de baixo. E ela, apertou-me o nariz para me obrigar a abrir a boca para me meter o leite pela boca abaixo, só que eu apertei os dentes, respirava pela falta dos dentes que tinha e ela não conseguiu fazer-me beber o leite. Como não conseguisse fazer-me beber o leite, a mulher ficou completamente fora de si...não conseguir mesmo, de maneira nenhuma, porque ela dizia que ali quem mandava era a Pide e nós só tínhamos que obedecer e mais nada. E então, eu fechei a boca e ela atira-me com o copo de leite assim à cara, caiu todo por mim abaixo. Eu tinha um blusão vestido...eu tive muito anos esse blusão...era um blusão assim tipo seda e do avesso ficou a notar-se sempre, sempre, sempre, as nódoas do leite. Eu tenho a impressão, isto foi uma ideia minha, que eu não sei, porque aquilo nunca se tirou do lado do avesso, conhecia-se...que devia ter qualquer excitante” (Maria Custódia Chibante)

As alucinações⁴⁴³, o desvio em relação à realidade são recorrentemente referidas como consequência das sessões continuadas de privação de sono:

“Quando eu descí a escada para baixo, e ia a Madalena e outro pide, o pide à frente e ela atrás e diz ela assim: «Repara bem, ela não caía! Ela pensa que se vai embora, mas não vai embora de todo. Ela ainda vai voltar», disse a Madalena. Eu ouvi isso tudo. Então aí, comecei a perder-me, não sabia onde estava mesmo, não via nada. Só via era arroz à minha frente, e eu de noite, sozinha com aqueles homens! Eles nas carrinhas metiam-se

⁴⁴³ Entre as sequelas de situações de tortura, a Amnistia Internacional e outras organizações governamentais e não governamentais salientam os efeitos somáticos (perturbações gastrointestinais, lesões rectais, da pele, histiológicas, dificuldades em andar, dores nas articulações, atrofia cerebral, problemas dentários, diminuição da capacidade auditiva, abaixamento do limiar da dor, e o stress como sequele directa), os efeitos psicológicos (ansiedade, depressão, medo, psicoses, instabilidade, irritabilidade, dificuldades de concentração, letargia, cansaço, inquietação, dificuldade de comunicação, perda de memória e de concentração, insónias, pesadelos, dores de cabeça, alucinações, perturbações visuais, vertigens, perturbações sexuais), e os efeitos sociais, com a diminuição da personalidade social, incapacidade de trabalhar, incapacidade de participar em actividades recreativas, destruição da auto-estima, stress sobre a família e incapacidade de socialização. Cf. Edward Peters, *História da tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 180-1. V. também o relatório do Dr. Michel Bossut sobre o caso português, em Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, *Presos Políticos - Documentos 1972-74*, Lisboa, CNSPP, 1975, pp. 164-176. Este médico belga visitara Portugal por incumbência da Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem, e apresenta um relatório devastador para a reputação do regime e da sua polícia política, centrado essencialmente nas repercussões da tortura.

com todas, com aquelas brutesas de homens. Mas eu ia atrás e eu só via era arroz, estava parva mesmo de todo.(...) Quando eu vim para Caxias parecia que vinha para a minha casa.” (Maria da Conceição Figueiredo)

A identificação de um preso e a denúncia das suas responsabilidades com base numa acareação revelava-se particularmente destrutiva em termos do moral, por constituir uma evidência da traição dentro das próprias fileiras. Ao permitir constituir o processo, por um lado, e ao fragilizar os presos menos reticentes e mais firmes na não delação, era particularmente do agrado dos agentes da polícia política.

“Levei uma sova. Quando se fartaram apareceram com um camarada meu que eu controlava (isto é triste de dizer mas...), do Algarve, perguntaram: "Você conhece algum destes senhores?" E ele: "Aquele, careca, era funcionário do Partido, era o que me controlava." "Pronto, não preciso mais de você". "Então, senhor João Camilo?" Nem uma palavra, não dizia nada, e vai mais umas lambadas. Aparece-me com outro: "Senhor Fulano, conhece algum destes senhores?" "Conheço esse senhor que aí está, mais velho". "Pronto, não precisamos de mais nada de você". Isto por quatro vezes, quatro disseram que eu os controlava. E dá-se o caso que eles não me queriam ferir, não queriam marcas⁴⁴⁴, e houve um PIDE que não tirou o anel e me fez para aqui um golpe, ainda para aqui tenho um sinal.” (João Camilo)

A expectativa acerca da tortura, e que é gerada pelas conversas com os que já haviam estado presos e pela literatura que o PCP fazia circular - *Se fores preso, camarada* é um bom exemplo - é responsável por relatos surpreendentes e paradoxais:

“Não tive torturas a não ser de porrada, de mau tratamento directo, de porrada, de pisadelas nos pés, nas unhas, mas não houve tortura do sono, tortura de estátua. Não. Ninguém me levou nunca a pôr ninguém em causa, que por minha causa fossem outros lá parar, nem o proprio processo que poderia fazer com que eu fosse condenado.” (Diamantino Ramalho)

“Juntei-me lá[Caxias] com esse camarada Zé Gomes, com um outro camarada que nos viu na sala de espera para os interrogatórios e que tinha vindo dos interrogatórios e que chegou ao pé de mim e que me disse: «Já fizeste a tortura da estátua?» E eu percebi tortura da tábua. »É difícil, mas aguenta-se». Portanto, isto foi ainda não tinha entrado na tortura da estátua. E eu estive esses sete dias, e depois fui para a cela e estive à espera da tortura da tábua. Da terrível tortura da tábua [risos; a esposa diz, rindo:«Querias mais,

⁴⁴⁴ Do ponto de vista do torturador, a tortura não deve deixar marcas. Cf. Edward Peters, *História da tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 185.

ainda.]] Quando chego a Caxias e fui lá para a sala, voltei a ver esse camarada: «Então, afinal eu não fiz a tortura da tábua...» «Da tábua?!» «Então, tu disseste-me que tinhas feito a tortura da tábua, que era uma coisa terrível. Eu fiz só a tortura da estátua». E ele: «Oh, pá, foi isso que eu te disse, a tortura da estátua.»» (João Camilo)

Quando isolados ou para fazer pesar menos o encarceramento, os detidos engendram pequenas estratégias e esgueiram-se como podem para o que se passa no exterior. O confinamento solitário, particularmente penoso por isolar inteiramente o detido, para quem o contacto com o exterior passa a ser feito só através dos guardas, é por vezes quebrado em termos visuais.

“Quando estava em Caxias, puxávamos um banco daqueles bancos corridos para o pé da janela, para nos pormos à janela a ver. Vejo a lua reflectida no Tejo. De facto, aquilo, é maravilhoso, e só ali é que eu vi, era um ponto alto. (...) É daquelas pequenas coisas que nos davam um certo ânimo para ir suportando aqueles dias ali assim, de solidão. Quando eu estava sozinha, eram as moscas e era, à noite, a lua. (...) Também gostava de ver os barcos com as luzes todas acesas, mas a lua então, era uma coisa extraordinária. Sente-se qualquer coisa cá dentro, aquela sensação de comoção.” (Maria Custódia Chibante)

Num dos casos, um dos detidos (António Caetano) foi de tal modo agredido durante a detenção que o septo nasal foi fracturado, enquanto noutra (Joaquim Rodrigues) as lesões provocadas num braço aquando do momento da prisão, levaram à hospitalização imediata.

“O Silva Carvalho era o chefe de brigada. Esse homem era uma fera a bater. A sova anterior foi uma hora e tal e depois, eles todos, quase duas horas, até eu inanimar. Foi quando eles me deram cabo deste coiso[aponta o braço]. Eu deitava sangue e foi quando eles me largaram, levaram-me outra vez para o Aljube e estive incomunicável lá numa sala onde estava a ser vigiado pelos médicos.” (Joaquim Rodrigues)

Olímpia Brás, depois de num espancamento ter sido agredida com um bastão num seio, caminharia por vários anos para o Instituto de Oncologia, num tratamento prolongado, seguido de controlo médico apertado.

“Eu estava toda negra (era aquilo que eu ia a dizer) aqui, o peito, este peito [aponta o corpo do lado direito] todo negro. Depois foi o médico umas poucas de vezes lá, até que ele disse: “O melhor de tudo é ir a Palhavã, que tem caroços por baixo do peito, no braço, e o melhor é ir para Palhavã. Levaram-me para Palhavã, e depois puseram-me em liberdade, isso depois já foi mais no fim. Puseram-me em liberdade, levaram-me a Palhavã e disseram que aquilo tinha que ser tratado, porque poderia surgir qualquer

coisa ruim, porque aquilo tinha sido de pancada e então...marcavam-me sempre de vez em quando ir lá. Agora já não vou, mas marcaram-me muitas vezes e tive que ir muitas vezes a Palhavã.” (Olímpia Brás)

Também Maria Custódia Chibante receou o pior, depois de um espancamento:

“Porque, de facto, eu estava já há uma quantidade de horas já toda muito negra, sangue pisado, toda muito negra, e aí então as dores foram muito grandes. Portanto, conforme a pancada foi muito grande da cintura para baixo, foi na cara, porque davam em tipo de cutelos como eu acabei de dizer, e era então em estalo daqui de lado, junto às orelhas. Eu do lado esquerdo cheguei a estar que praticamente não via do olho esquerdo. Não era que o olho estivesse afectado, não era isso, era o inchaço que era tão grande, que eles até se riam porque eu estava à Camões por estar com o olho inchado, que quase o olho não se via. E então, quando as pancadas eram muito grandes, enfim, muito dolorosas, porque é um sítio doloroso, a apanhar-me a orelha e tudo (o sítio era doloroso, eu tentei defender a parte das orelhas com a mão, tapar com a mão), então ela deu-me com o casse-tête na mão, que a mão...não inchou a mão, porque a mão não tem carne, não é verdade, e então nessa altura, que eu era muito magrinha, e então ficou verde ou azul, daquela cor, imediatamente...logo. Então fiquei com o braço caído e pensei que tinha a mão partida. Só com a outra é que a conseguia levantar e pensei: «Partiram-me a mão». Depois, daí a bocadinho, comecei a mexer os dedos, vi que não.” (Maria Custódia Chibante)

As consultas feitas após os interrogatórios pelos médicos adstritos à instituição repressiva mereciam a total desconfiança dos detidos. Destinavam-se, correntemente, a assegurar que um preso de encontrava em condições de continuar a ser interrogado, ou seja, torturado:

“Foi lá o Barata, que era o médico da PIDE, para ver se eu tinha os ossos da cara partidos. «Ah, isso não está nada partido, está bom». Eles punham alvaiade, que era para tirar as nódoas negras, e depois só deixaram vir a minha mulher na altura em que eu estava menos mal. Depois dali fui para, chamávamos-lhe a gente, os curros, no Aljube. Só víamos por um buraquinho, e olhe, eu entretinha-me a ver os pombinhos lá na Sé. Faziam o ninho. Estive lá parece que quinze dias. Dali fui para o Reduto Sul, estava lá muito bem. Estava lá o Vasco Granja, era o Viriato Camilo, e outro rapaz, que era engenheiro químico. Pronto, estava lá muito bem, muito bem para aquilo que podia ser. Dali, fui para o Reduto Norte de Caxias e ao fim de 15 dias, fui para Peniche.” (José Vicente)

A PIDE e a DGS contavam com a eficácia dos seus métodos⁴⁴⁵ para afrouxar a resistência dos presos, forçando-os a assinar autos previamente redigidos, ou declarações que os associassem ao Partido Comunista:

“Entrou lá o chefe, pôs-me dois, eu no meio da sala e um de um lado e outro do outro, um com um cassetete e outro com uma régua, e isto já estava tudo negro de ter levado tanta porrada. Então, trocavam ao pé de mim: um batia de um lado e outro batia do outro. «Agora, falas ou não falas?» Mas entretanto, nessa altura, já havia um outro que me tinha feito uma carta para pedir desculpa ao senhor...ao chefe da PIDE, porque tinha entrado na linha dos comunistas, daquele bando de malandros, e que estou repesa. A condenar-me a mim própria. Fez-me a carta e queria que a assinasse, e eu disse-lhe que não, que não assinava uma coisa daquelas.» Não fiz mal a ninguém para fazer pedidos, e em segundo lugar, não assino nada. Há uma, nem sei ler, não sei assinar».” (Maria Galveias)

Como estratégia de salvaguarda organizativa, a forma leninista de organização do partido, que pressupõe uma estrutura cónica, permite proteger os escalões superiores mas também os inferiores⁴⁴⁶.

“Eles sabiam, infelizmente sabiam muita coisa minha, sabiam o meu pseudónimo, que era Ernesto (Ernesto lembrava-me sempre que havia um Ernesto em Cuba, portanto, dos livros que li sobre o diário do...), então era Ernesto o meu pseudónimo. «Nós sabemos tudo: sabemos que é Ernesto, sabemos que tem quatro ou cinco ligadas a si». E de facto sabiam, só que não sabiam os nomes delas, porque a pessoa que tinha falado em mim não sabia as outras que estavam ligadas a mim.” (Maria Custódia Chibante)

A necessidade de circulação restrita de informação, que impedia que se conhecesse os elementos de outros sectores, bem como os que, na pirâmide organizativa, estavam no escalão superior, era entendida pelos militantes como medida de segurança, própria e do partido, o que também reforçava o peso ritual da passagem de escalão, pelo acesso a informação acrescida:

⁴⁴⁵ Edward Peters, *História da tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 176-177 sistematiza dos resultados da Amnistia Internacional e outros grupos governamentais e não governamentais sobre os métodos de tortura. Assim, distinguem-se três tipos de práticas: a tortura *somática*, que inclui os espancamentos, os choques eléctricos, as queimaduras, as submersões, o sufocamento, a suspensão, a manutenção de posições forçadas, a alopecia de tracção, a violação, as agressões sexuais, a inserção de corpos estranhos na vagina e no ânus, a privação de água, etc.; a tortura *psicológica*, manifestada com o presenciar de sessões de tortura de outros, a simulação de execuções, a privação do sono, a exposição à luz, a incomunicabilidade, a privação sensorial total, as ameaças, as humilhações; a tortura *farmacológica*, com administração de psicotrópicos e estimulantes nervosos.

⁴⁴⁶ Quando Arenato David Brás é interrogado, em 21.8.47, protege alguns dos seus aliciados dizendo que estes já se haviam desligado, tendo-se perdido com eles o contacto com todos aqueles a que faziam a ligação (in Arquivo da PIDE-DGS, *Processo-Crime n.º 757/47*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

“Aquilo havia uma grande conveniência: quanto menos a gente se conhecesse aos outros melhor, porque se eu conhecesse aquele que me levava a mim, e aquele conhecesse o outro e o outro, a pessoa que caísse lá na cadeia, vá de pancada, vá disto e vá daquilo... Chegava a pontos que desatava o cordel para aquele e para aquele, e depois era preso e levava também o outro, e chegavam a pontos que os gajos apanhavam a rede toda. Então não podia ser assim, é por isso que essas coisas se tinham de fazer assim, e a gente ficávamos sem saber parte das vezes quem é que trazia isso. Andavam por aí a encher as ruas de papéis, Avantes!. Tapava-se às vezes aí tudo com tanto papel. É claro, eles cá apareciam. Lá havia um ou outro que sabia onde eles estavam, que aceitava aquela pessoa que os vinha levar. De resto, pronto, depois especavam-se aí e ninguém tinha de saber. Quanto menos soubessem melhor para defesa...”(José Pedro Marrafa)

Esta estrutura em cadeia, se permitia preservar um conjunto de indivíduos, ajuda também a explicar o fenómeno “bola de neve” da delação⁴⁴⁷. A acareação, que ocorreu em alguns dos processos, e que João camilo descreveu, era particularmente penosa na danificação dos laços sociais, no caso de um indivíduo incriminar outros. A polícia política, na tentativa de obter confissões, podia tentar o logro de as transformar em confirmações, consabidamente menos penalizadas dentro da estrutura partidária e acarretando um menor opróbrio.

“Eu fui dos que sofri mais na altura porque eles achavam que eu tinha uma ligação grande por causa do Joaquim Labaredas (...) Não me lembro se disse que pertencia ao Partido Comunista. Podia ter dito, nos dias em que estive lá com sono. Mas eles diziam: «Eh, pá tu és teimoso. Nós temos o Joaquim Labaredas preso e ele já disse isto e aquilo.» «Então tragam-no cá» Porque eu sabia que ele não estava lá preso, e se eu o visse ali assim é que eu podia cair. Mas eles nunca o apresentaram. Sofri mais, por causa disso.(...) Havia aqui uma quantidade de jovens que pertenciam à Juventude Comunista.” (Joaquim Rodrigues)

Quase como uma minuta, o texto resultante das confissões obtidas sob tortura nos interrogatórios era antecedido por frases como: *«Que por agora se lembrar melhor, deseja acrescentar que...»* ou *«Que deseja esclarecer alguns pormenores, por agora se lembrar melhor.»* *“Que deseja rectificar o que disse anteriormente, por alguns pormenores não corresponderem à verdade, pelo que vai de novo esclarecer todas as suas actividades, como «membro» do «partido comunista português»”*. Assim, a instituição repressiva remetia para a amnésia, em termos do discurso escrito, as recusas anteriores a delatar.

⁴⁴⁷ A evidência desta fragilidade é expressa por Fernando Gouveia, *ob. cit.*, p. 307: *“Cada membro do Partido constituía um elo de uma corrente. Puxando-se um desses elos, arrastava todos os restantes que lhe estavam ligados e só parava quando alguém conseguia cortá-la ou a nós não interessava puxar muito.”*

Outras eram ainda as modalidades possíveis e que dão conta da aniquilação do indivíduo detido e sob tortura, como sucede com um detido em 1962, “*Que, não disse a verdade no seu anterior auto, por ter uma certa relutância em citar nomes de vários rapazes amigos mas, depois de reconsiderar melhor, está agora na disposição de descrever todas as actividades que desenvolveu como «membro» do «partido comunista português».*”⁴⁴⁸

Nos autos de corpo de delito, cada agente da PIDE “*jurando perante Deus dizer toda a verdade e só a verdade e aos costumes disse nada*” confirmam que as respostas aos interrogatórios foram feitas sem coacção, voluntariamente, por cada um dos detidos.

O estrito controlo por parte dos militantes detidos sobre as declarações que cada um, sob tortura, eventualmente tivesse feito permitia não só atestar da capacidade de auto-crítica, como constituía uma forma de detectar até onde ia o conhecimento da polícia política em relação ao partido, e dessa maneira pôr a salvo o que fosse possível. Os arquivos apreendidos aquando da prisão de membros do comité central do PCP como Octávio Pato e Blanqui Teixeira têm referências acerca do comportamento prisional que eventualmente venham a ser úteis na recuperação e repescagem para o partido de militantes que hajam prestado declarações sobre tortura: “*Sente-se arrependido. Está disposto a lutar*”⁴⁴⁹

⁴⁴⁸Arquivo da PIDE-DGS, *Processo 828 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 23.

⁴⁴⁹Arquivo da PIDE-DGS, *Processo 6856 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 4.

4. Julgamento e cumprimento da pena

Dependendo dos dados obtidos, poderia ocorrer ou não um julgamento⁴⁵⁰. Durante as audiências, além de ser frequente o desvelar da forma com as confissões haviam sido obtidas, era comum os arguidos negarem aquilo de que vinham acusados.⁴⁵¹ Mais, em tribunal poderiam prestar depoimentos acusatórios para o regime, rapidamente silenciados pelo juiz⁴⁵².

Os advogados que aceitavam defender presos políticos não eram em grande número, conhecido que era o prejuízo financeiro - já que geralmente não se faziam pagar - e para as respectivas carreiras⁴⁵³. Os nomes repetem-se de uns processos para os outros. Num dos casos, o advogado que defendeu em Tribunal Joaquim José Dias e sua mulher, Custódia Marques, é oficioso, não lhes tendo sido permitido nomear um advogado da sua confiança, situação que em tribunal desmascaram⁴⁵⁴. José Vicente Henriques, arguido no mesmo processo, apresenta como defensor o Dr. Macaísta Malheiros, um dos advogados que recorrentemente defendia presos políticos. José Vicente Henriques, que terá a pena mais branda deste processo - 20 meses de prisão correcional, cinco anos de suspensão de direitos políticos, e mínimo de Imposto de Justiça - denunciara em tribunal os maus tratos sofridos, e nomeadamente, as 60 horas de tortura de estátua. Joaquim José Dias acusará a PIDE de o haver roubado, apreendendo-lhe o que possuía, e de o ter sujeitado a 14 dias sem dormir e 20 sem comer. Perante o tratamento que o juiz desembargador Arelo Manso lhe dava no tribunal, chamando-o pela alcunha, Joaquim José Dias

⁴⁵⁰ Fernando Luso Soares, *PIDE/DGS - Um Estado dentro do Estado*, Lisboa, Portugalíia Editores, s/d, faz um historial da PIDE, lembrando a cumplicidade dos Tribunais Plenários com a polícia política.

⁴⁵¹ Assim sucede com Jerónimo Bom e António Bom, dois irmãos presos em 1964. No relatório sobre o seu julgamento, o agente da PIDE anota que o primeiro refere que “*tudo quanto tinha dito na Polícia foi por não saber o que estava a dizer em virtude de certas coisas que lhe fizeram*”, enquanto o segundo, renega igualmente quanto dissera justificando que o fizera por “*estar uns dias sem dormir e já só ver nessa altura, «bichos e bonecos»*”. Arquivo da PIDE/DGS, *Processo- Crime 596/64 - 1ª Divisão*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 312 vs.

⁴⁵² Este silenciamento poderia ser acompanhado pelo retirar prematuro do preso da sala, que eventualmente podia ser espancado em pleno tribunal. Assim sucedeu nomeadamente com Joaquim José Dias, que viria a ouvir a sua sentença já fora da sala de audiências, depois de retirado por polícias e agentes da PIDE que o sovavam. A sua mulher, Custódia Marques, arguida no mesmo processo, primeiro gritou em socorro do marido, depois foi maltratada em plena sala, e finalmente desmaiou. Voltaria a entrar para ouvir a sentença.

⁴⁵³ Manuel João da Palma Carlos, advogado de Humberto Lopes num processo conjunto de 1950, e que envolvia entre outros, Carlos Costa, José Vitoriano e Francisco Miguel, tornou-se réu quando exigiu que ficasse consignado em acta quanto se passasse na audiência. Seria julgado à meia-noite, e condenado a cumprir 7 meses de prisão, a pagar uma multa, ficando também interdito de exercer a sua profissão por um ano, após ter expiado a sua pena. Entrou como advogado no tribunal, e sairia como condenado para o Limoeiro, donde saíu no dia seguinte, depois de pagar uma caução de 35 contos. V. José Dias Coelho, *ob. cit.* pp. 75-6.

⁴⁵⁴ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 507/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este processo é colectivo, abrangendo Joaquim José Dias e José Vicente Henriques, primos entre si e presos em Montes Velhos, e a mulher do primeiro, Custódia Maria Ribeiro Marques Dias.

“...afirma que na sua terra as pessoas educadas tratam-se pelo seu nome, o que não era o caso daquele tribunal, pois o Meretíssimo Juiz Presidente na leitura de certos passos dos autos o tratava por «Capador». Após isto seguiu-se uma torrente de afirmações que culminou com a afirmação de que aquele tribunal era um tribunal de fantoches, pelo que o Meretíssimo Juiz ordenou que recolhesse à cadeia.”⁴⁵⁵

No tribunal compareciam igualmente os agentes da polícia política que serviam de testemunhas de acusação e que haviam assinado os autos que asseguravam que os réus haviam respondido livremente e sem qualquer coacção ao interrogatório. Os inspectores, chefes de brigada e mesmo os agentes que haviam organizado o processo e cujos nomes constavam nos corpos de delito não compareciam no tribunal. Segundo Fernando Luso Soares, que retrata por dentro uma situação que conheceu, a própria polícia política se encarregava de enviar justificações dizendo que esses indivíduos se encontravam em serviço urgente e inadiável, numa clara atitude de não expôr os algozes⁴⁵⁶.

Nos processos da PIDE /DGS consultados é comum a existência de um relatório escrito por um agente acerca do decorrer dos julgamentos, descrevendo por vezes com pormenor os acontecimentos que aí tivessem lugar.

Estes testemunhos, que nos relatórios feitos por agentes da PIDE e apensos aos processos são descritos como “atitude insolente e arrogante dos arguidos” podiam envolver o reconhecimento em público de quanto haviam refutado quando instados a fazê-lo.

“Ao fim de uns meses, respondi. A Custódia [Marques], nessa audiência - eu pertencia ao processo do meu primo e da Custódia - ela levou tanta pancada, tanta pancada. O meu primo [Joaquim José Dias] não tem assim muito o dom de palavra, então o que levou foi a chamar-lhes ladrões. Roubaram-lhe uma telefonia, roubaram-lhe tudo. Tudo o que fosse encontrado em casa de um funcionário, ele ficava sem nada. Eu, por exemplo, tinha um relógio novo, um Zenith, tinha o capacete da mota, tinha o fato, tinha as botas de borracha. Eles ficaram-me lá com isso, mas depois entregavam-me tudo, mas ao funcionário não entregavam nada. (...) A minha prima, viu o meu primo debaixo daquilo tudo, agarrou-se a ele, e vá, uma grande sova também! O meu primo já me tinha dito: «Olha que vai lá haver barulho, não te metas, senão apanhas logo as medidas de segurança», e portanto eu fiquei, lá escapei, sem me darem mais pancada.” (José Vicente)

⁴⁵⁵ Relatório do Julgamento no Tribunal Plenário Auxiliar, presidido pelo Juiz Desembargador Arelo Manso, assessorado pelos Juizes Corregedores Bernardino de Sousa e Ilídio Soares, assinado pelo agente da PIDE Carlos Gil Fernandes, datado de 17 de Novembro de 1964. Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 507/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 333 e vs.

⁴⁵⁶ Fernando Luso Soares, *PIDE/DGS - Um Estado dentro do Estado*, Lisboa, Portugália Editores, s/d, p. 89.

Num processo de 1964, uma arguida “...com arrogância confessa ser «membro» do «partido» desde 1948 e, que por isso tem muita honra, dizendo também que não fez quaisquer declarações à Polícia.”⁴⁵⁷ Esta mulher, que não só não delatara como se recusara a assinar quaisquer autos, na instrução de um processo que, como habitualmente, tivera como interlocutores exclusivamente esbirros do regime, aproveitaria o momento de exposição pública para, em presença dos jornalistas, familiares e demais assistentes, assumir o que não confessara perante a polícia política

A cadeia, com indivíduos encerrados, era paradoxalmente um local de contacto entre grupos sociais e culturais com capitais simbólicos e materiais distintos; esse contacto entre pessoas de diferente escolarização, de raiz rural ou urbana, é referido em todas as histórias de vida como enriquecedor⁴⁵⁸. Mais, o reforço das convicções políticas era facilitado pelos contactos:

“Eu, quando para lá fui, não sabia o que era o PCP, mas quando de lá saí, há um camarada meu, que era advogado, Orlando Mesquita, que lutou bastante com eles lá dentro, com a PIDE, e eu nunca mais me esqueço... Eu saí, e depois ele agarrou-se a mim. Ele era um indivíduo que tem que se olhar para a cultura dele, mas eu, como operário, sentia aquilo, e ele disse-me assim: «Não ter esqueças da malta que cá está!». Bem, eu passado uns meses inscrevi-me no Partido. Podia vir de lá com medo, mas eu parece que vinha mais forte ainda. Comecei a pagar cem escudos dos Avantes! que recebia. Inscrevi-me no Partido logo, e comecei a minha luta logo, a seguir à primeira prisão[1958]. Comecei a espalhar panfletos, pronto, e aí entre a malta com que trabalhava, era agitador.” (António Caetano)

“Eles, a PIDE, é que me fizeram ser comunista, que eu não leio nem nada. Na prisão é que aprendi a fazer o meu nome” (Joaquim Claudino)

A prisão constituía também um universo de contactos, que se adensavam pela permanência conjunta e forçada de indivíduos: aos naturais do Couço detidos no presídio da Trafaria em 1958, virão juntar-se meses mais tarde os militares da tentativa de revolta da Sé, e do assassinato do capitão Almeida Santos. Num país em polvorosa, a cadeia era um lugar que fornecia uma legibilidade da instabilidade exterior, e o contacto entre indivíduos de diferentes proveniências geográficas, sociais e ocupacionais, com quase nulas possibilidades de

⁴⁵⁷ Relatório de 22.1.65 feito pelo agente Carlos Manuel Fernandes, Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 514/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 274.

⁴⁵⁸ Joaquim José Dias fará em Peniche vários exames: do 1º ciclo do liceu com média final de 18 valores, em 10.7.69; do 2º ciclo do liceu, com 13 valores na secção de Letras e 15 na de Ciências, com a média final de 14 valores, no ano seguinte, em Julho; finalmente, em 13. 7. 71 faz exame do 3º ciclo do liceu, com 17 a Matemática e 14 valores a Filosofia, Desenho e Organizações. Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 507/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 369; fl. 377; fl. 396.

cruzamento no quotidiano, reforçava a marcação de um tempo conturbado, com focos de revolta e dissensão disseminados. A intensidade dos quotidianos aí vividos, tanto mais marcante quanto a estadia não se prolongasse, constituía uma marca inolvidável na existência dos que os viveram, dando-lhes a consciência de constituírem uma parte num todo que, ainda que silenciado e com a sua intervenção ocultada, actuava de forma subterrânea e desgastante.

“Não estávamos lá por ter roubado, ou por isto, ou por aquilo. Ao fim e ao cabo, estávamos lá por uma luta que, enfim, era de todos. Estivemos presos com grande oficiais, também. Capitães, majores. Naquela altura, fizeram grandes tentativas de golpe de Estado ao Salazar, que era o major Moirinha Santos, o capitão Romba, o capitão Domingos (...). O Jean-Jacques de Carvalho era um homem extraordinário. Era alferes, médico, era um homem grande. Eu estava na prisão e apareceu-me uma borbulhagem nas costas. Eu fazia pouco movimento, não é. E depois fui ao médico. O médico receitou umas bisnagas, umas coisas para as costas, e depois eu mostrei-lhe. (...)Deitou-me numa manta no chão, com outra por cima, e fui para debaixo do chuveiro depois de ter estado, e ele também, todos suados, ao sol. Era um médico mesmo enorme. Era talvez filho de um general Carvalho.” (Joaquim Patrício Isidro)

Vários foram os locais que serviram de presidio político. A fortaleza de Angra, o forte de S. Julião da Barra e o Tarrafal - este último voltando a servir mais tarde para os presos que haviam encetado lutas contra o colonialismo português - serviram numa primeira fase. O Aljube, Caxias e Peniche, a que se juntava o forte da Trafaria para os detidos militares foram os locais que albergaram preso do Couço.

4. Quotidianos prisionais

Erving Goffman definiu a instituição totalitária como o local onde vive e trabalha durante um período de tempo um número de indivíduos numa idêntica situação de corte com o mundo⁴⁵⁹. A instituição total quebra as barreiras existentes entre os lugares onde o indivíduo reside, trabalha e se diverte, que são desenvolvidas num único espaço e sob a autoridade de alguém. No seu interior, os indivíduos executam as suas tarefas sempre acompanhados de outros com quem não escolheram estar, e com um horário altamente regulado a que devem obedecer, numa sequência sempre idêntica, que obedece aos interesses e às escolhas da instituição⁴⁶⁰. O preso político, que não espia uma culpa mas que foi encarcerado por ordem de um estado autoritário, tem de preservar a sua dignidade e a dos outros, num meio hostil como esse, impedindo o aniquilamento moral. Os detidos com maiores responsabilidades políticas apontam frequentemente a cadeia como *outro* lugar onde continuar a lutar, conferindo à prisão um carácter de continuidade com a via clandestina que antes seguiam.

A permanência continuada na cadeia ou as sucessivas prisões criavam uma relação com os guardas prisionais que, sem familiaridades, permitia alguma cumplicidade. Joaquim Castanhas e Arenato Brás, a cumprirem pena em Caxias em 1962, tiveram conhecimento através dos guardas de que as respectivas mulheres tinham sido detidas e se encontravam na mesma prisão. O primeiro teria comentado com o guarda que o informara de que a mulher se encontrava presa em determinada sala da prisão que a PIDE estaria a querer mudar o Estádio Nacional para Caxias para enviar todas as pessoas do Couço para lá:

“Então, a sua mulher está cá, está ali na sala tal. «Olhe, dê-lhe lá recomendações, quando passar por lá.» Os gajos viram que não nos tinham dado assim quebra.”
(Joaquim Castanha).

Do mesmo modo, também as mulheres detidas em 1962⁴⁶¹ foram informadas de que imediatamente a seguir os seus maridos foram transferidos para Peniche.

A correspondência com o exterior, sob estrita vigilância policial e na qual só podia ser abordada temática pessoal e familiar, dirige-se aos parentes mais próximos. As respostas na volta do correio, com uma mediação de três dias entre a carta expedida para um filho ou para o

⁴⁵⁹ Erving Goffman, *Asiles - études sur la condition sociales des malades mentaux*, Paris, Minuit, 1968, p. 41. Essa instituição constitui um modelo reduzido, uma caricatura da própria sociedade, que assegura aos indivíduos as suas necessidades fundamentais.

⁴⁶⁰ Num registo poético, e numa obra prefaciada por Mário Castrim, um militante do PCP com largos anos passados na cadeia, José Magro, *Torre Cinzenta*, Lisboa, Ed. Avante, 1980, publica o poema «Calendário»: «vai entre um ano e um século que aqui estou/ e não me venham falar de relógios e calendários/ com esses modos ostensivamente pacientes/que eu não tenho encontros marcados/nem vou a festas de aniversário.»

⁴⁶¹ Das cinco mulheres detidas, três tinham os maridos presos e uma foi com o próprio marido para a cadeia.

conjuge, são correntes no nível de maior intimidade do parentesco, caracterizando as relações domésticas. Os alvos da correspondência são os familiares mais próximos, com enfoque na consaguinidade. Eventualmente os cunhados ou cunhadas podem fazer parte daqueles com quem se trocam cartas, tanto mais se porventura o irmão ou irmã estiverem detidos⁴⁶². No forte de Peniche os detidos só podiam escrever duas vezes por semana, duas cartas de cada vez e cada uma só com uma folha de papel⁴⁶³. Toda a correspondência era entregue aberta, quer a que era expedida, quer a recebida, e sofria uma censura idêntica à dos jornais:

“Cortavam as cartas, revistavam as cartas. Nunca o Salazar pensou até em censurar de forma tão brutal como aquela. Cortavam-nos até os jornais, que às vezes eram bocadinhos de jornais. As coisas mais simples, que a gente depois vínhamos a saber, e eles cortavam.”
(João Camilo)

As visitas, com o contacto com o universo familiar que possibilitavam, contribuía para recobrar o preso. Por essa razão, como foi referido, eram interditas enquanto duravam os interrogatórios que poderiam permitir constituir o processo a enviar ao tribunal. Num dos casos, uma detida que está há três meses sem visitas, pede, em ofício ao director, que estas lhe sejam permitidas. O pedido é recusado com uma nota particularmente perversa: *“Até porque parece que não tem aparecido qualquer pessoa de família, ou melhor, apareceram e foram mandados para a Investigação.”*⁴⁶⁴

As visitas autorizadas, que pressupunham que o visitante detinha laços de sangue ou de aliança com o preso, podiam permitir contactos mais próximos - a *visita em comum* - ou manter o detido e os familiares separados entre si por uma mesa ou, mais tarde, por um parlatório. No Natal as visitas eram geralmente em comum, constituindo a única ocasião em que os presos podiam tocar a família.

“As primeiras visitas em Peniche, ainda não havia parlatório. Era uma mesa, ele estava dum lado e nós do outro. Até lanchávamos!” (Maria Carmina)

“Na última prisão em que estive em Peniche já havia um parlatório. Em Caxias era uma rede e em Peniche era já um vidro.” (João Camilo)

⁴⁶² Os processos individuais do Arquivo da PIDE/DGS registam não só os destinatários das cartas, mas igualmente o período que medeia entre o envio de cada carta e a recepção de outra, permitindo detectar a intensidade de relações sociais ou a existência de crises familiares que perturbem a ligação entre os indivíduos.

⁴⁶³ Apesar do artigo 318 da Lei da Reforma Prisional, em que se baseavam os regulamentos prisionais, ser explícito ao referir que *« os detidos e os presos políticos podem corresponder-se livremente com quem desejarem »*, a prática era distinta. V. o depoimento de Francisco Miguel em Carme Carvalhas (rec.) *48 anos de fascismo em Portugal*, Lisboa, Ler, 1974, p. 76-7.

⁴⁶⁴ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 514/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 255. Este apontamento está inscrito no próprio envelope enviado pela detida ao director da PIDE.

Uma detida, que cumpria pena em 1965, recusou receber os familiares por não lhe ser concedida a visita em comum que pedira; por essa razão ficou um mês sem visitas e foram-lhe interditas por seis meses as visitas em comum.

“Íamos na camioneta, tínhamos que ficar três noites. (...) Um dia, nos anos dele, abalei dali do Sol Posto com a minha filha na camioneta. Chegava a Santarém e tinha que dormir uma noite. Depois apanhava outra para Peniche. Chegava lá, tinha a visita, tinha que lá dormir uma noite. Ó depois, vinha para Santarém, tinha que dormir outra noite, e só ó depois é que vinha para casa. Tinha que dormir três noites fora de casa para poder ter uma visita, por isso ia lá mais de longe em longe.” (Maria Galveias)

Com as visitas chegavam os *mimos*: fruta e doces de frutos, bolos, queijo e pinhões torrados, que eram distribuídos por todos os outros detidos como produto característico do Couço, são os mais indicados.

“Eu lembro-me que quando ia ver o meu marido ia sempre carregada de coisas que me davam as pessoas. Não ia lá vez nenhuma que não levasse coisas que me dessem [voz embargada, lágrimas nos olhos] Umam davam dinheiro, outras davam comer. Davam queijo ou uma caixinha de bolos ou uma caixinha de marmelada, ou uma caixinha de manteiga. Eram muito solidários.” (Custódia Marques)

“Estivemos presas com muita gente, duns tais Serras. Juntámos lá, eu sei lá, tanta gente, tanta gente. Uma vez a mãe da Adalcina mandou-lhe uma encomenda onde lhe mandava uma tablete. Essa tablete tinha dezasseis quadrinhos e ela ria-se muito e dizia: «Parece que adivinhavam que estávamos dezasseis numa sala!» Eram camas por cima umas das outras. Mandaram uma tablete com 16 quadrinhos, mal pensavam eles que estávamos lá 16. Depois a gente dividia aquilo tudo, a gente passava assim o tempo, mal da gente se não passássemos o tempo assim. (...) Iam lá, deixavam as coisas que levavam para a gente (...) A irmã do meu marido também lá foi. A gente sabíamos que era ela pelo doce de tomate (...) Ela fazia muito bem o doce de tomate. Era doces, chocolate, era fruta, era queijo, era chouriço. A gente dividíamos por todas, por todas.” (Maria da Conceição Figueiredo)

“Uma vez, a minha sogra levou uma marmita grande cheia de carne porco frita. Quando eu vim embora deram-me a marmita, a carne comeram-na eles.” (João Pedro Marrafa)

As uniões de facto impediam os casais, ainda que reconhecidamente co-residentes, de se visitarem na cadeia. Não se tratava de uma mera intromissão na esfera íntima, mas de deliberadamente fragilizar o preso em termos psicológicos, ao privá-lo de visitas que lhe

elevariam o moral. No Aljube, ainda na instrução do processo, quando para obter confissões a polícia mantinha sob isolamento o detido ou permitia visitas de forma selectiva, Joaquim Castanhas podia ser visitado pela irmã da mulher com quem vivia, alegadamente por ser cunhada, mas não pela companheira, pois não era casado com ela.

“ Para ter direito a ir vê-lo tinha de me casar. Mas os meus filhos tinham direito a lá ir. Deixavam ir os gaiatos. Tive de tratar das coisas para casar. Casámos lá dentro da cadeia, e depois, pronto, já tive sempre direito a visitá-lo. Ora, o que é que tinha lá? Gente ruim. Deixavam ir os filhos, sabiam que eu vivia com ele, o que é que tinha lá? Tive de casar lá na cadeia para ter direito à visita. Em Peniche. Tivemos bolos, o padrinho de casamento era lá um preso, era o Jorge, do Barreiro, também já morreu. Mandou vir de lá de fora um ramo muito bonito de flores e comemos uns bolinhos, mas a guarda sempre ali ao pé.” (Maria Madalena)

Uma idêntica situação foi vivida por Custódia Marques quando ainda não casara com Joaquim José Dias, ainda que coabitasse antes da prisão:

“ Ia visitá-lo mas muitas vezes não me davam visita porque nós não éramos casados. Quer dizer, é conforme eles estavam. Alguns deixavam-me vê-lo, outros não deixavam ver. Depois quando ele saiu é que nos casámos e depois já sabe, já me consideravam mulher dele.” (Custódia Marques)

Não deverá procurar-se a explicação para este suposto contrasenso numa postura moralista por parte da instituição repressiva, mas antes na racionalidade inerente ao funcionamento da polícia, que dessa forma eventualmente docilizava um preso renitente, e mantinha ansiosa a sua companheira. Esta impossibilidade de receber visitas exteriores à família é referida em várias entrevistas. A esposa de Joaquim Patrício Isidro afirma:

“ Eu casei para ir ver o meu cunhado à prisão, porque não podíamos vê-los sem sermos família.” (Celestina Nunes)

Outros, como Joaquim Claudino, que era casado e tinha três filhos, não recebia visitas porque a sua esposa não conseguia dinheiro para as viagens. A detenção activava laços sociais e nomeadamente no seio da família. Contudo, por razões que prendiam com o temor despertado pela polícia política e pelo estado repressivo, alguns familiares podiam distanciar-se receando repercussões.

“ Os meus pais foram-me ver, que os meus irmão nunca lá me foram ver. Quer dizer, a gente vivíamos longe uns dos outros, e depois talvez tivessem um bocado de receio de lá ir. Aquilo eram tudo coisas muito...diferente do que é agora, e as pessoas não se podiam muito manifestar. Eles tinham medo, tinham muito medo nessa altura. Hoje até tenho

irmãos muito bons nesse aspecto da política, mas naquela altura as pessoas não estavam esclarecidas, de maneira que nunca me foram visitar.” (Custódia Marques)

No quotidiano da cadeia, e impondo uma ordem que se sobrepunha à dos serviços prisionais - refeições, recreio, repouso - por uma ocupação do tempo distinta, com uma fruição presente e uma preparação para o futuro, o preso político distancia-se dos que cumpriam penas por delito comum. A disciplina das salas era auto-imposta e decidida pela organização política, que era retomada dentro da prisão. A formação desempenhava um papel essencial.

“Depois eles começam a dividir os presos por salas, conforme o número de presos e o tamanho da sala, mas a sala era sempre exígua para o número de presos. Tinha uns beliches, tinham as camas de um lado e de outro, tinham uma mesa, tinham a copa, onde tinham a loiça, tinham várias caixas para se depositar as coisas que as pessoas traziam de fora. E depois, a gente tratava de organizar a vida para passar melhor o tempo. A ler, assinar jornais de fora, depois eles já permitiram isso, assinar jornais de fora. Uns tinham livros para ler, outros formavam até escolas, outros que precisavam de aprender alguma coisa, aprendiam a ler. Havia gente que não sabia ler. Também se tentava fazer isso para que as pessoas que estivessem lá dentro não estivessem só a pensar na vida, e mesmo para se cultivarem, para evoluírem, com aproveitamento do tempo que se passou pelo menos neste sentido das pessoas se realizarem mais no que tocava à cultura e à instrução. Havia os que sabiam mais e os que sabiam menos. Havia lá indivíduos com o curso industrial. Apareciam até lá indivíduos com curso superior, outros até com anos de liceu. Esses, os que sabiam mais, tratavam de ensinar os outros (...)Eu ainda participei em aulas de português dadas por um indivíduo que era escritor, o Fernando de Sousa, ali de Lisboa. Era conforme se podia, porque eles de vez em quando mudavam-nos, eles não deixavam organizar muito bem a vida das pessoas. Enquanto se estava na mesma sala tratava de se organizar as coisas, mas eles de vez em quando faziam uma mudança, baralhavam, como quem baralha as cartas de novo e de maneira que havia nova distribuição e era tudo organizado de novo.”
(Arménio Marques Gil)

O tempo na cadeia fica marcado por uma imensa continuidade, com uma difícil destrinça dos dias de um contínuo sem intervalos. Ordenar esse tempo, introduzindo-lhe as marcas do calendário - Natal, Páscoa -, de uma vida particular - as festas de aniversário - ou de acontecimentos políticos considerados de comemoração importante, permitia introduzir marcas na passagem do tempo. A organização política prisional disciplinava as tarefas, distinguindo a excepção dentro da rotina:

“O dia de sábado era dedicado a uma actividade mais lúdica, a um passatempo. Por exemplo, fazia-se um jornal falado, determinava-se uma comissão para fazer o jornal falado, com as notícias que vinham, e às vezes certas representações teatrais, enfim, coisas assim interessantes, que ajudam a passar o tempo e as pessoas a instruir-se. Havia também uns jogos de damas, havia até quem jogasse o xadrez. Isto em todas as cadeias, havia em Peniche e em Caxias também, havia até campeonatos de xadrez. Faziam-se as peças com pão. Pessoas habilidosas, com o miolo do pão que eles distribuíam. (...) Às vezes jogava-se o chito lá dentro, também cheguei a fazer isso, tudo tinha de servir para a gente se distrair.” (Arménio Marques Gil)

No que concerne aos hábitos adquiridos a prisão continha elementos novos pelo contacto de indivíduos de diferente proveniência. A valorização educativa e dos costumes é frequentemente referida.

“Assim que casámos, o meu marido ensinou-me a ler, e depois fui para a prisão e foi aí que aprendi mais qualquer coisa.” (Custódia Marques)

“A prisão, quer queiram quer não, para a gente, para mim e para aqueles que quiseram aproveitar um bocadinho, a gente sempre veio dali a saber mais um bocadinho.” (Manuel Brás)

“Durante o dia trabalhávamos, uns estudavam e outros não. Eu, infelizmente, tive o azar de ter uma tarefa. Aprendi italiano, aprendi também um bocado de francês, mas esqueci tudo. As pessoas estudavam tudo, desde português, história, geografia, matemática. Mas eu nunca gostei de matemática, ainda experimentei umas duas vezes, mas não fui. Houve uma situação que se deu lá, e que eu ainda fui para para o italiano. Havia um camarada nosso que assinava a Rivista Italiana, que era uma revista excepcional, e que passou porque eles não conheciam. Trazia notícias tanto do mundo capitalista como do mundo socialista e na maior parte dos casos eram transcrições, não havia nada deles. Então, o camarada adoece e é transferido temporariamente. É-me dito: "Camarada, vais aprender italiano, para fazer as traduções desta Rivista Internacional".” (João Camilo)

As lições de vida, que resultam quer da junção num mesmo espaço de pessoas que sabem ir estar longamente a ocupá-lo e que têm de aprender a viver entre si, quer da confluência de indivíduos que nos quotidianos exteriores não estariam juntos, transformam as estadias na cadeia num período de grande intensidade, que é legível na própria valorização pessoal:

“Apesar de tudo houve momentos de alegria, da gente conviver com aquelas pessoas que a gente não conhecia, e havia uma certa solidariedade com a gente todas. Gostei assim

desta... Aprendi a conviver com as pessoas, a ser solidárias, à gente não ser egoístas e isso às vezes dá uma certa...Pronto, a gente aprende muito com essa vivência, a gente aprende a repartir com os outros. A gente tínhamos um bocadinho de tudo, fazíamos de tudo um pouco, jogávamos à bola...Havia lá umas raparigas que entraram, estudantes e isso, que são muito coisas para brincar, já se sabe o que é a juventude...E então, havia lá um jogo, o mata, e então a gente gostava muito de jogar isso.” (Custódia Marques)

Os próprios agentes da polícia política apercebiam-se do carácter de aprendizagem de que se revestia a cadeia. Num parecer a propósito da liberdade condicional de um preso do Couço, é alegado que

“(...) não temos prisões para os presos políticos. Na impossibilidade de os agrupar por categorias intelectuais, de cultura e do perigo que oferecem, a cadeia está a servir de escola. Os mais lidos falam das suas perniciosas leituras, os mais corajosos animam os mais fracos, os mais cegamente fanáticos fortificam os hesitantes. Nestas condições, a reclusão contagia e envenena. É uma planificação pecaminosa de almas, que urge evitar.”⁴⁶⁵

Um preso terá visto na cadeia, pela primeira vez, uma escova de dentes, enviada pela mulher quando estava detido e tê-la-à posto à mesa, como se de um talher se tratasse - este episódio, descrito sem remoque, visava ilustrar o crescimento interior que o tempo de cadeia possibilitava, pelo contacto com novas realidades. O choque entre uma cultura local, associada a um baixo nível de instrução, e uma inerente à instituição prisional, com regras desconhecidas e com o acesso a determinados alimentos, é passível de leituras distintas, a partir do lugar ocupado por certas dietas nos códigos alimentares:

“Eles são muito custosos de dar o leite aos presos. Foi o meu caso. Mas quando o dão, demoram muito tempo a tirar. Estava lá doente, com uma constipação muito grande, com muita tosse, escarrava sangue, e depois eles deram-me o leite. Ó depois, os presos que lá estavam, diziam: «O Domingos ainda está a leite. Está tuberculoso!». E espalhou-se cá fora. Ó depois, um dia aparece lá a minha mulher a tremer o beicho, a tremer o beicho, a chorar: «Dizem lá fora que tu tens uma doença pulmonar». «É mentira, não te acredites». «Estás a leite». «Então, eles deram-me o leite, e eu agora não vou dizer que não o quero. Não é para mim, é para outro, pronto. Eu recebo o leite, mas não sou sempre eu que bebo o leite.(...) Não tenho cá doença nenhuma pulmonar.” (Domingos Catarino)

⁴⁶⁵ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 757/47*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 3º volume, fº 3 vs.

Atentos à organização dos presos e às formas de valorização que iam sendo introduzidas em cada sala, os guardas prisionais informavam a direcção da cadeia, que tratava de destroçar o ambiente criado, transferindo os presos entre salas. Ainda que demorasse, em cada rearrumação tentava retomar-se o ritmo de estudo, adequando-o às novas condições e aos novos improvisados professores:

“E depois aí, nesses períodos, houve muitas mudanças, que eles mudavam a gente dumas salas para as outras quando viam que a gente tínhamos assim as coisas organizadas ou para estudar ou para qualquer coisa. Eles desfaziam tudo, mudavam as pessoas de uma sala para a outra. Por isso, nessa altura, quando chegou essa rapariga que tinha assim uns estudos e depois começou a dar explicações à gente, a ensinar a gente, a mim, à minha prima e à outra rapariga. Pronto, havia ali um ambiente muito bom na sala, aquelas horazinhas para estudar.” (Custódia Marques)

O reconhecimento de que a direcção prisional era a detentora da maior quota de responsabilidade nas arbitrariedades cometidas, não obscurecia o papel desempenhado nos diversos níveis da pirâmide hierárquica dentro da cadeia. A desumanidade dos agentes prisionais é frequentemente referida:

“Á noite é que nos davam café, pelas nove horas da noite é que era servido, que era para nós não dormirmos. A primeira vez que veio uma pucarada de café, levei o café à boca e sabe-me a sal. Chamei logo o guarda: «Ó senhor guarda, o cozinheiro enganou-se, pôs sal no café!» E diz-me ele assim: «Enganou-se porquê?» «Pôs sal no café, em vez de pôr açúcar.» «Ele tinha-se enganado era se tivesse posto açúcar.» (João Camilo)

Criando regras dentro da prisão que emulavam o ideal comunista - «de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades», numa verbalização comum - a comuna prisional instalava uma ordem redistributiva em relação aos bens levados do exterior, que excluía as filiações ideológicas distintas e ordenava a vida dentro da cadeia. A comuna prisional, que ordenava as existências dentro das salas, mantinha-se mesmo com as mudanças de sala, por se revelar a mais eficaz forma de gestão dos bens recebidos pelos indivíduos detidos:

“Dentro da sala estávamos cerca de duzentos e havia a tal comuna da sala, que já vinha de muito antes. Claro que aderimos logo (aderi, porque o Arenato já lá estava, e tinha aderido logo). Pronto, tudo quanto se recebia, havia uma comissão, que era mudada de vez em quando, e não era para sempre, e até por todos tínhamos o dever e o direito de controlar, de dirigir. É claro que começava pelas pessoas mais experientes, que já estavam lá há mais tempo, mas rodava por todos. Aquilo que entrava era de todos. Havia o cuidado de pessoas doentes, que precisavam de uma alimentação maior ou mais cuidada.” (João Camilo)

“As coisas só eram nossas antes de chegarem à sala. Depois de entrarem da sala para dentro eram de toda a gente.”(Custódia Marques)

“Eu era das pessoas que recebia mais encomendas: da minha mulher, da família em Lisboa, que ia lá. Aquilo era dividido por todos. Estávamos com alentejanos, que não recebiam nada do Baixo Alentejo, coitados, que estavam muito longe. “Vá, aquilo que eu tenho é dividido por todos”, quer dizer, comungava os ideais comunistas, quer dizer, vinha o que viesse - eram três peras, éramos dez ou doze, as três peras eram divididas, todos comiam. Vinham ovos, vinha o que viesse, era o que calhava, era dividido por todos.”(Joaquim Basílio)

Um dos presos que se encontrava com João Camilo, aquando da sua primeira prisão, em 1947, era natural de Albufeira. Ainda que enquadrasse a forma redistributiva da comuna de sala, pela distância e pelo abandono familiar era um detido que não recebia visitas nem ofertas do exterior. Esse facto compungia-o e, a par com outros relatos relativos a presos em idêntica circunstância, fazia-o recusar ocasionalmente a sua parte na redistribuição. Quando um dia, finalmente, recebeu um galo assado, depois de uma visita, e este foi repartido, para seu júbilo, com os colegas de cela, veio a verificar-se que a ave era intragável, por ser demasiado dura. O choro desiludido deste preso é ainda recordado por João Camilo.

Outros detidos, de diferentes proveniências sociais e geográficas, confirmaram a reputação local de entreatjada, activada aquando das prisões. Os manjares levados pelas famílias do Couço, por vezes oferecidos pelos vizinhos, são recordados por alguns indivíduos que com eles partilharam as celas: o bucho de porco recheado, os pinhões torrados, as pinhoadas com mel, o doce de tomate.

“Nós, se tivéssemos outros presos como os do Couço, estragava-se-nos a comida. Não eram só os comerciantes. Mesmo outras pessoas ajudavam. É uma terra excepcional, e isto não é bairrismo. Vai uma vizinha e davam frangos, queijos, tabaco.” (João Camilo)

No contacto forçado no quotidiano e que, quando haviam sido aplicadas medidas de segurança, não se sabia quando terminaria, a comuna de prisão exercia um papel nivelador e introduzia uma regra, zelando pelo funcionamento adequado da vida dos homens e mulheres presos, sobrepondo-se à dureza das condições de vida dentro da cadeia.

Nas cadeias, a existência de castigos para os presos políticos nem sempre está ligada a actos de indisciplina dos detidos, e, sobretudo, não tem necessariamente como finalidade incutir-lhes disciplina. Funcionam antes como um reforço da própria prisão, que visa desmoralizar o preso, humilhá-lo, comprovar-lhe que se encontra inteiramente à mercê dos carcereiros. A negação de visitas, o isolamento, a interdição de certos alimentos, de jornais, de ouvir rádio, são manifestações

de prepotência que visam aniquilar psicologicamente o detido. A negação da comunicação entre os presos que se encontram em salas diferentes, pretende conferir a percepção do confinamento inerente à prisão:

“Eu nessa altura deixei de fumar e recebo lá 50 maços de tabaco. Houve lá um preso que não tinha tabaco, mas a gente não podia falar uns com os outros no recreio. O outro disse-me assim para mim: «Tens tabaco?». Na outra passagem: «Tenho». «Manda». Isto demorava quatro dias, até ele fumar.” (António Oliveira)

Os espancamentos na cadeia não são de excluir⁴⁶⁶ - e a dureza dos castigos poderiam ocasionar formas de luta dentro da cadeia quando os detidos sentissem ter condições para as desencadear, o que dependia quer do apoio que sentissem, quer das condições externas à cadeia, quer ainda das eventuais formas de retaliação serem sustentáveis.

“Fui julgado, apanhei 27 meses e medidas de segurança, onde estive cinco anos e seis meses, já não me recorda bem. Desde que uma pessoa foi condenada, vai para a sala, e tem várias lutas. Estive quatro anos em Caxias e fui o resto do tempo - dois anos e meio - para Peniche. Fui castigado várias vezes. Ou era porque eles batiam neste, e ele chegava todo negro, e fazíamos um levantamento de rancho ao almoço - e já sabíamos que eles ao jantar não davam. A gente fazia ao almoço, e o jantar não davam eles. Ficávamos sem comer. Ou protestávamos (...) e ficávamos cinco dias sem ir ao recreio, sem visita, o corte de jornal. Várias coisas que a gente fazia. Uma vez fui castigado porque escrevi ao meu irmão Joaquim, e era um postal. O postal é pequenino, e a gente não podia comprar um selo sempre. Como não conseguia dizer tudo, punha reticências. Uma vez fui chamado, por causa que punha reticências. Eu disse assim: «Então, eu punha reticências porque era só um postal, o postal é pequenino, tinha pouco espaço, e punha reticências» «Pois de hoje em diante nunca mais ponha reticências porque não passa mais nenhum». E nunca mais passou mais nenhum. Escrevia ao meu irmão: «Eu cá vou andando. Umas vezes melhor, outras vezes pior, mas...» - e aí, reticências. Aí, acabou.” (António Oliveira)

“Isolado? Da primeira vez estive quatro meses. Fazia tudo, passeava, lidava...tinha horas para tudo. Para pensar na família. Deitava-me. Sonhava com a liberdade, com os meus... Ia volta e meia à casa de banho. A gente até parece que íamos todos, que era um passeiozinho...Sempre saíamos da cela. Eu estive numa cela com dois metros de comprimento por noventa de largo. Aí estive quase sempre, quase seis meses. Primeiro estive os quatro, depois estive mais, quase seis. Em Peniche estive outros seis meses, e depois, com os

⁴⁶⁶ V. por exemplo, o depoimento de Francisco Miguel sobre a repressão, em Carme Carvalhas (rec.) *48 anos de fascismo em Portugal*, Lisboa, Ler, 1974, p. 76.

castigos, estive uma vez quarenta e cinco dias no segredo, outra vez vinte e três, outra vez vinte e cinco numa cela em [?], estive mais dez dias também de segredo...” (João Camilo)

As atitudes arbitrárias e sem sentido imediato por parte dos guardas, destinadas a marcar a autoridade e a prepotência, eram frequentemente ultrapassadas pela resistência dos presos:

“Só visto, e o coração lá dentro: uma vez estava a jogar ao xadrez mais o Zé Victoriano. Estávamos a jogar, e estávamos assim mais um bocadinho retirados da porta. Diz assim o guarda: «Os senhores, se quiseram jogar ao xadrez venham aqui para o pé da porta, que aí não jogam». E o que é que a gente pensou: «Então, se só jogamos aí ao pé da porta, já não jogamos». «Então já não jogam?» «Não»(...) Muitas coisas destas, e o coração estava sempre em primeiro lugar.” (António Oliveira)

Por ter passado um pão a um outro preso - as regras disciplinares carcerárias puniam a partilha da comida distribuída pela instituição prisional, ou a sua transferência entre os presos - Arenato Brás haveria de ser punido com isolamento. As condições das celas de punição disciplinar podiam ser ainda agravadas pelo procedimento acrescido de alguns guardas:

“Nesse segredo eu olhava, queria ver as mãos e não via. Era tão escuro, tão escuro, que eu não via. Davam-me uma esteira às nove horas da noite, e uma manta. Era uma manta ou duas mantas? [pergunta a si próprio]. Parece que era uma. Houve um guarda que nem sequer para fazer a cama me acendia a luz. Abria a porta, punha a esteira e a manta ou as mantas lá para dentro, toma!, fecha logo a porta. Acendiam as luzes só para comer. Mas eu passeava tanto! A princípio eu contava os passos, e ia sempre com a mão à frente, até ter a certeza que não ia bater com a cabeça na parede. Essa foi uma forma de passear, porque eu estar ali sentado no chão, no chão frio... Estava bocados assim. Mas andei muito, andava muito. Então tive de fazer assim: "Conto os passos, vou com as mãos à frente da cara". Depois, já não era preciso, já tinha aquilo contado. Às vezes estendia a mão, e a parede estava ali ao pé.” (João Camilo)

A *solitária* ou o *segredo*, nas designações comuns entre os presos eram uma parte da humilhação e do castigo, que se estendia por vezes aos elementos das próprias famílias:

“Os segredos estavam constantemente a trabalhar, mas mesmo constantemente a trabalhar eram precisos muitos anos, mais do que a vida de uma pessoa, para absorver os castigos todos. Havia os guardas que eram provocadores, que eram malcriados. As nossas famílias eram maltratadas. Posso contar-lhe uma história da avó de um companheiro meu, que já morreu, de um querido camarada, Guilherme de Carvalho, a avó, com um desarranjo nos intestinos, quis ir à casa de banho durante uma visita e eles não deixaram. E nós é que dissemos: «É mesmo aqui assim». E a mulherzinha levantou a saia e foi

mesmo ali. Mas não a deixaram ir à casa de banho. Coisas assim. Provoações às nossas famílias e a nós, cortarem visitas (...)Estavam mesmo a pedir uma greve.” (João Camilo)

Várias são as referências a punições disciplinares, nos processos levantados pela polícia política, sofridas pelos presos em resultado de comportamentos que a instituição prisional considera inaceitáveis. Enquanto na maioria dos processos só surge referência à medida disciplinar aplicada, os processos de 1960 são particularmente expressivos. Assim, em Abril de 1961 vários detidos do Couço, arguidos nos vários processos instaurados em Novembro e Dezembro de 1960 sofrem a pena disciplinar de proibição de visitas por um mês, «*por terem danificado os pratos de alumínio em que lhes são servidas as refeições, gravando nos mesmos frases tendenciosas de intenção subversiva*»⁴⁶⁷. Se as inscrições nos pratos foram feitas por vários detidos, de proveniências geográficas diversas, os oriundos do Couço são identificados com facilidade, porque, além do próprio nome, apõem «Couço», «Santa Justa» ou «Vale da Cal» - um monte de que provinham alguns dos detidos - entre outras referências geográficas. O funcionário do Reduto Norte do Forte de Caxias, em 18 de Abril de 1961, participa que encontrou 16 pratos com inscrições gravadas nos bordos⁴⁶⁸.

As punições disciplinares, averbadas nos registos prisionais, sempre entendidas como desajustadas, eram por vezes de racionalidade duvidosa:

“Nós estávamos em Peniche e na parte da manhã tínhamos, não sei se uma hora, se quê... Havia a limpeza, e só ficavam nas salas os presos que faziam a limpeza. Todos os outros presos que juntavam na sala do refeitório. O refeitório estava junto aos lava-loiças, e estava o Zé Vitoriano e o Carlos Brito, membros da direcção do Partido. Estavam a ler uma mensagem. Chega o guarda. Eles nunca devia ter estado a ler ali, mas como eles estavam em salas diferentes, aproveitaram ali para ler. Chega o guarda e o Brito põe a mensagem no lava-loiça, e abriu o coiso, mas o guarda foi muito rápido e veio assim com ela [indica o gesto curto das mãos]. Vai o Saboga, o tal que me disse se eu já tinha feito a tortura da tábua, vai o Saboga e toma! [Indica o acto de tomar o papel da mão do guarda] Põe e mete na boca. O guarda vai para lhe apertar as goelas para ele não engolir e eu vou por trás e seguro o guarda. O Saboga engoliu a mensagem. Nem o Zé Vitoriano, nem o

⁴⁶⁷ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 862/60 - Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 153.

⁴⁶⁸ Entre as inscrições, poucas não são imediata e claramente identificadas com indivíduos provenientes do Couço: «Viva o PCP»; «Viva a URSS»; «Gagarin Major»; «Henrique»; «Jorge Araújo»; «Henrique Estêvão Santa Justa»; «Crisóstomo»: «Maria Elisa Pinto -Couço»; «Salonga»; «H. E. Couço»; Custódio Henriques - Vale da Cal»; «Américo Couço»; «Idalina Couço»; «Cesaltina Couço»; «A. Camilo»; «Um homem no espaço»; «Maria Júlia Couço»; «Henrique Estêvão»; «Um homem no espaço vitória socialista»; «Augusto - Couço»; «Liberdade para os povos africanos de todo o mundo»; «Viva o comunismo»; «Maria Rosa Viseu - Saudades todos amigos Couço - Adeus e outras terras.» Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 862/60 - Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 157- 160.

Brito, nem o Saboga foram chateados, não houve castigos e eu fui castigado com quarenta e cinco dias de segredo, de agredir um guarda.” (João Camilo)

Num rectângulo de quadrilet, em ponto-cruz, Maria Custódia Chibante haveria de bordar os seguintes nomes: ADALCINA; ADELINA; ANA; CONCEIÇÃO; CUSTÓDIA; DOMINGAS; EVELINA; FRANCISCA. Correspondem às mulheres com que passaria mais tempo na cela, já que outras das companheiras iriam sendo transferidas, principalmente depois de voltarem das sessões de interrogatório. No grupo, havia mulheres de várias condições, estratos sociais e proveniências geográficas. Uma, então estudante universitária, a mais nova do grupo, deixaria marcas profundas em todas as outras pela alegria, pela capacidade organizativa e pela disciplina que introduziu dentro da cela. Mas os contactos com os estudantes seriam referidos por vários dos detidos de 1962, pelo comportamento que aqueles assumiam dentro das salas, reveladores de um à-vontade quem nem as condições da vida prisional abalavam e com uma capacidade contestatária que os tocou:

“Enquanto não estavam lá os estudantes, a gente não podia dizer nada, mas quando foram para lá os estudantes, aquilo foi uma revolução. Passava-se comer de um lado para o outro...Foi pena foi que eles estiveram oito ou dez dias só. Aqueles estudantes de Coimbra e de Lisboa, foi uma coisa colossal, em sessenta dois. Ajudaram muito. Havia muita malta naquelas celas, aquilo era uma espécie de uma cocheira, em que cabiam lá duzentas ou trezentas pessoas, aquilo era uma coisa fantástica! Eu não fui para lá porque a nossa era tão ruinzinha, tinha tanta humidade (quando eu fui para lá, ao fim de três dias tinha o casaco cheio de bolor)! Mas todos os outros, que estavam em salas assim melhorzinhas, para porem os estudantes que estavam a ser presos, foram. Aqueles estudantes borraram lá aquilo tudo! Até às vezes pediam, porque tínhamos que lavar a roupa, "Eh pá, hoje tem que me calhar a mim". "Hoje vais lá tu, meu tonto!" Aquela estudantada borravam aquilo tudo, aquelas paredes.(...) Os estudantes eram pessoas com peso perante eles. As pessoas que lá estavam, eram alentejanos, gente do campo, que eles manejavam só como eles queriam, em que eles batiam como eles queriam. Eles esqueciam-se deles, porque o impacto é que contava: "Nós queremos saber é quem são os graúdos que vos controlam, esses é que nós queremos saber...»" (Joaquim Basílio)

Para os estudantes universitários, provindos de camadas sociais almofadadas, o contacto com indivíduos de outras origens era frequentemente acompanhado pelo reconhecimento do procedimento da polícia política:

“Depois quando eu vim da Pide puseram-me sozinha numa sala, mas foi por engano, e estava lá uma rapariga que era estudante, que ia para França (não sei, nunca mais soube da rapariga), e a rapariga, quando me viu (eu é que estava na sala, e depois foi a rapariga, entrou), e quando a rapariga olhou para mim, e que me viu, disse: "Mas

então...então mas...ah, ah, ah, então mas que estado...então mas isso foi feito aonde?" Eu disse: "Foi feito na PIDE". "Então foi na rua António Maria Cardoso?" "Foi." E ela então disse assim (já eu lá estava há três dias, já bem passava, quando essa rapariga entrou), disse: "É impossível." E então a mocinha, que levava um saquinho com bolos, daqueles bolinhos até com desenhos de cavalinhos, nunca mais me esqueci, e pôs-me um bolo na boca. Eu não comia, não era capaz de engolir, nem...Era como se estivesse ali morta, era uma morta-viva. E quando abrem a porta:"Ai, a senhora se faz favor saia daí", para a estudante, "Ai, que foi por engano que foi aí posta"(Olímpia Brás)

São correntes nos processos da PIDE os pedidos de autorização para visitas ou para receber e enviar correspondência, em muitos casos indeferidos pelos responsáveis prisionais. Com Maria Madalena que, como se referiu, viria a casar na cadeia com Joaquim Castanhas, de quem tinha dois filhos e com quem coabitava há vários anos, o processo foi particularmente perverso. Depois da detenção do companheiro um dia depois do Natal de 1960, são várias as cartas que envia ao director da PIDE a solicitar correspondência e uma visita. A primeira destas cartas data de 3 de Abril de 1961, mas só em 14 de Junho de 1962 foi despachado um ofício favorável - num período em que Maria Madalena também já se encontrava detida.

Se para os detidos a cadeia era um local onde prosseguir a luta de outras maneiras - um resistente, é sempre resistente, frisaria várias vezes João Camilo -, esta parte da sociedade não ficava isolada e desde o início da década de 1960 que começam a surgir dentro dos processo da PIDE cartas da Amnistia Internacional inquirindo a polícia política sobre a situação dos presos. Também a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos apresenta petições e exposições sucessivas ao Presidente do Conselho, à Assembleia Nacional e ao Presidente da República, fazendo igualmente apelos «Ao Povo Português» e a alguns dos deputados da Assembleia Nacional⁴⁶⁹. Esta Comissão, que se constituíra em fins de 1969, aproveitando a possibilidade legal aberta pelo artº 199º do Código Civil, não só denunciava situações de tortura e não cumprimento da lei, como reclamava melhores condições prisionais, alertando organismos internacionais para a situação de alguns detidos. Finalmente, encarregava-se de fornecer algum apoio às famílias dos detidos, conseguindo por exemplo a cedência de habitações onde funcionavam colónias de férias para os filhos dos presos políticos.

Mesmo em condições adversas, a formação política do preso levava-o a considerar que a cadeia era só um outro lugar onde prosseguir a luta. São várias as referências às formas de resistência dentro da cadeia e, nos registos prisionais de cada preso, são inúmeros os castigos registados por haverem encetado as formas de acção possíveis dentro de uma prisão:

⁴⁶⁹ Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, *Presos Políticos - Documentos 1970-71*, Porto, Afrontamento, 1972.

“Estávamos numa sala, chamavam-lhe a sala 4[Peniche], aquilo nem para os bichos servia, mas a gente tinha que lá estar, estávamos lá quarenta e não sei quantos, e então como tinha ido aquela leva grande de presos, lá os carcereiros e a PIDE andavam para ver se arranjavam alguns processos da malta que já lá estava para os castigarem para mais, para os levarem para o Tarrafal, e puseram a gente lá quase em liberdade. Os guardas não apertavam, a gente podia ir lá fazer, levavam sardinhas, assávamos nos fogareiros, passávamos ali a vida do melhor! Havia lá rapazes de Coimbra, alguns que tinham estudado assim alguma coisa, e passávamos lá umas noites porreiras. Estávamos separados da família mas não havia apoquentação dos guardas. Até que houve a tentação, e fomos para ela, a greve da fome. Quando fomos, esta nossa sala, já estavam outras há mais tempo e eles pensaram de a gente não ter comunicação com as outras salas, e de não irmos para a greve da fome. Deixavam-nos andar lá mais à vontade para que os outros camaradas em greve da fome se sentissem mais... Mas lixaram-se, porque a gente deixou de levantar também o rancho para ir para a greve da fome. (...) Entrámos no castigo, outros foram saindo, e depois também chegou a nossa vez.” (Joaquim Castanhas)

Mas se a prisão era um lugar onde os presos continuavam a luta por outros meios, por vezes, no exterior, a família também acompanhava esta fase liminar:

“Ó depois, eu vim para casa e comecei a ir visitar o meu marido. Os presos fazem greve da fome. Não sabíamos nada deles. Nada, nada, absolutamente nada deles. Fui para Peniche, combinada certamente com outras, da Marinha Grande e de várias terras. Fui daqui, fui lá. Fomos três ou quatro daqui, prenderam-me a mim lá, à porta do forte. Foi a polícia, prendeu-me, a mim e a três da Marinha Grande e uma do Barreiro, e eu. Fomos presas. Fizeram processos sumários e no outro dia respondemos em julgamento. Eu não sei bem em que altura foi. [dirigindo-se ao marido] Tu é que deves saber quando fizeste a greve da fome.”(Olímpia Brás)

As formas de resistir dentro da cadeia enquadravam um repertório mais restrito do que aquele posto em acção noutras condições. A utilização de *pombos correios*, que na gíria de cadeia designa os indivíduos, designadamente guardas, que passavam mensagens e informações entre as salas, não sendo imprescindível à unificação de um movimento dentro da cadeia, é todavia uma forma eficaz de contacto mediado entre os presos. Numa luta dentro da cadeia a sincronia dá à direcção prisional a surpresa de uma organização que persiste mesmo em situações de isolamento, e os detidos políticos sabem-no. A greve da fome, medida de luta extrema no repertório prisional, põe em jogo a própria vida e é utilizada quando a existência dentro da cadeia está a ser posta em perigo por outros meios, nomeadamente pelas deficiências alimentares:

“Fomos para a greve da fome e estivemos oito dias (...) Naquela sala ninguém desistiu graças a vários exemplos. Um deles, um camarada, sofreu terrivelmente. Carlos Duarte. Inchou, sofreu terrivelmente. Isto também cria grande ânimo aos outros que não estejam tão animados. Foi então que o João Labaredas disse: «Camaradas, eu tenho medo, tenho que ter medo, porque numa greve de fome pode-se morrer, mas eu vou e não desisto». E esse homem andou de cama em cama, contava anedotas, fez teatro. Tudo isto deu um ânimo! Eu estou convencido que o João Labaredas, não por ser meu conterrâneo, mas fez um sacrifício enorme. Nós terminámos no dia exacto, e sempre com resistência.” (João Camilo)

Alguns que, durante os interrogatórios utilizados para a instrução do processo, haviam vacilado, tornavam-se cooperantes com a entidade prisional, sendo por ela favorecidos. Tinham *rachado*, ou seja, perdido a integridade, e a prisão era o local em que a condição de *rachado* mais se evidenciava

“Rachados eram pessoas que não lutavam na prisão. Porque para um preso político a luta não terminou por estar na prisão e há sempre formas de luta contra as ilegalidades, os espancamentos, os castigos, essa coisa toda. A própria alimentação, o tratamento dos guardas com as visitas...Há sempre, havia sempre necessidade de lutar. Os rachados foram esses que não queriam lutar. Até houve pessoas que não se portaram bem na polícia mas que depois tiveram uma acção excepcional. Alguns até com o desejo (não é correcto, mas tem de se aceitar) de mostrar que já não eram os mesmos, às vezes até ultrapassavam um bocado, que era preciso até um certo cuidado, às vezes com um bocado de esquerdismo. Não era esquerdismo, era o desejo de mostrar: "Eu já não sou o mesmo". E às vezes podia haver excessos. Os rachados, de uma maneira geral, felizmente isolavam-nos de nós, talvez até os dirigentes das prisões, com medo que nós conseguíssemos reavê-los para a luta. Lá bater-lhes ou tratá-los mal, isso não, que nós não fazíamos isso. Isolavam-nos de nós, metiam-nos nuns quartos, mas não estavam isolados entre si. Estavam em quartos, um, dois, três..” (João Camilo)

É sobretudo pelo porte e pelo aproveitamento de condições distintas da dos outros presos dentro de uma cadeia que se distingue o que *rachou*. Mais, as autoridades prisionais aproveitavam-nos como demonstração das condições da vida prisional, e através deles ludibriavam os que visitavam as cadeias com vista a detectarem as queixas sobre as situações ali vividas. Assim terá sucedido com os elementos da designada *ala liberal*:

“Nós considerávamos rachados aqueles que dentro da prisão favoreciam até os carcereiros, que eram mais bem tratados e que às vezes até nas visitas às prisões... Por

exemplo, o Sá Carneiro ainda visitou, o Pinto Balsemão⁴⁷⁰, e esses presos andavam por lá à vontade, só não podiam era sair da prisão, e tudo isso para essa gente que já não era antifascista, fazia-lhe arranjinho. Agora por falar na visita do Pinto Balsemão (foi em 71, 72...), houve a mãe de um rapaz, do Zé Pedro...Escreveu-lhes, ao Balsemão e ao Sá Carneiro, para visitarem o filho, e eles visitaram. Esse rapaz esteve dez dias a levar. A camisa dele pegava-se ao corpo quando lha tiraram. Ficaram ainda bocados pegados, quando lha despiram. Eles foram e viram, mas não disseram nada. Entraram nessa sala. Foi um jovem excepcional. Dez dias a levar castanha com um casse-tête, e não levaram nada.” (João Camilo)

Os relatos sobre a tortura e sobre o medo que a instituição inspirava faziam parte de uma pedagogia pelo exemplo dentro da própria cadeia, e que encontrava nas situações mais difíceis a ocasião de se exercer:

“Foi quando nós fizemos a greve da fome. Depois, os que fomos considerados os «maus», fomos para uma sala que estava até dada como incapaz para ter lá presos. Considerada mesmo pela direcção prisional, cá fora. Juntaram-nos lá, os maus. Fizemos uma reunião e falámos também na nossa atitude prisional na PIDE. O primeiro a falar foi um rapazinho, chamavam-lhe o Janico que tinha uma voz que era um locutor excepcional para a rádio. Era João [?] de Portalegre. Esse rapaz foi o primeiro. "Eu estou desejoso de provar que não tenho medo". Cá está a tal coisa de provar, das pessoas quererem provar... Segunda pessoa a falar: Lobão Vital. Tinha sido o homem da Virgínia Moura e diz mesmo ali: "Bom, eu ao contrário do Janico, tive medo e remedo. Fui preso quatro vezes, nunca falei, mas medo tenho. Ao contrário dele, estou desejoso de que não me aconteçam. Se estiver preso...eu quando sair meto-me nelas à mesma, e se for preso tenho a certeza que me porto bem. Eu, a subir as escadas, uma vez a Pide teve quase que me levar ao colo, porque todo eu tremia. Era pernas, era mãos, era tudo, e não caguei, mas mijei!" (João Camilo)

Mas o quotidiano prisional englobava igualmente a celebração, a festa, associada aos ritos de nascimento (festas de aniversário), às cerimónias do calendário, como o Natal ou a Páscoa, ou às celebrações políticas. No que concerne a estas, datas como a da implantação da República, da comemoração da tomada do poder na revolução russa, na revolução cubana ou na chinesa, o 1º de Maio, ou o 8 de Março, mereciam celebrações por parte dos presos de forma camuflada, enquanto que as cerimónias do calendário, por resultarem do enquadramento numa memória social, eram permitidas e mesmo incentivadas pela instituição prisional.

⁴⁷⁰ Refere-se à visita realizada por um conjunto de deputados da ANP e outros - João Canedo, Alberto Meireles, Santos Bessa, brigadeiro Ricardo Horta, Francisco Sá Carneiro, etc.- em 29.1.1971.

“No Natal dávamos prendas umas às outras. Coisinhas que nós fazíamos lá. Fazíamos crochet, fazíamos trabalhinhos manuais, às vezes. Pegas, bonacos, paninhos. Tenho ali algumas coisas.” (Custódia Marques)

“Festejávamos o Natal. Deixavam-nos deitar mais tarde, deixavam-nos até beber bebidas alcoólicas. Nesses dias a gente bebia. Era no Natal, no Ano Novo e nas alturas dos aniversários. E nessa altura dos aniversários também deixavam entrar bebidas. Isto em Peniche, porque em Caxias, estive lá uma temporada que nos deixavam comprar meio litro de vinho por semana. E eu bebia-o em dois dias. E havia companheiros em que dava para os sete dias. O Guilherme de Carvalho e o Blanqui Teixeira, a esses dava para os sete dias! Eu não sei se era para dar o exemplo, se quê, mas eu nunca segui esses exemplos! [risos]” (João Camilo)

“Na cadeia comemorávamos o 1º de Maio, o Primeiro de Dezembro, essas datas assim. A gente vestia-se de encarnado, quando íamos ao refeitório, íamos assim mais bem arranjadinhas, às vezes na sala fazíamos assim uma coisa qualquer assim em conversa. Aquelas que sabiam assim, mais ou menos o significado dessas datas...” (Custódia Marques)

Também estas datas podiam ser utilizadas para punir com maior dureza, afastando os detidos das famílias. Mais, a punição era dupla, pois atingia também os que se deslocavam de longe para os visitar:

“Uma vez, chegámos lá no Natal e não deram visita. Olhe que ir daqui para Peniche, era dois dias para a viagem, um para lá, outro para cá, e outro para estar lá!” (Maria Carmina)

6. O cumprimento do rito e a agregação

Através de prorrogações sucessivas das designadas *medidas de segurança*⁴⁷¹, os detidos podiam arbitrariamente ser mantidos na cadeia por tempo indeterminado. Como salientavam em várias entrevistas, a existência das referidas medidas equivalia a prisão perpétua.

“Faz trinta anos no dia 5 de Abril deste ano. Eu tenho seis anos de prisão, tinha cinco anos e meio desta prisão e tinha seis meses da outra primeira. Mas fui condenado a dois anos e dois meses e medidas de segurança. Era pena perpétua, era para toda vida. Era prorrogável todos os seis meses, e iam sempre aumentando se eles quisessem. Fui solto porque veio o papa e deram aquela amnistia, a pessoas que tinham menos coisas na PIDE. Aí é que está a tal história: tinham menos coisas na PIDE, que menos coisas tinham sabido da boca deles. Puseram fora os que julgaram menos perigosos.”
(Jerónimo Bom)

“Fui o primeiro preso em Portugal a quem foram prorrogadas as medidas de segurança. [risos] Depois houve mais, mas o primeiro a gozar desse privilégio, fui eu.” (João Camilo)

A liberdade condicional, que obrigava a residência fixa e vigiada durante um período mais ou menos longo de anos, estava sujeita a um conjunto de condições que devem ser lidas da perspectiva do regime - e que não era, obviamente, a do preso político opositorista.

“Uma vez aqui na feira juntámo-nos uns quatro ou cinco. Bebemos ali uns copos, mas foi pouquinho tempo. Íamos já a levantar e a PIDE a chegar. Depois, na apresentação - tínhamos que nos apresentar todos os meses [durante a liberdade condicional] - lá estava o gajo: «Então no dia tal...» «Então mas faz algum mal? A gente vai fazer a revolução aí de dia?!»” (Joaquim Castanhas)

Assim, este estava obrigado a não acompanhar com pessoas suspeitas, de má conduta e que professassem ideologias subversivas, a não frequentar reuniões políticas e a não sair da área

⁴⁷¹ Estas medidas de segurança resultam do Decreto-Lei nº37447 de 1949, que promulga a *medida de internamento de segurança* de um a três anos, *indefinidamente prorrogável* por proposta da PIDE perante os Tribunais Plenários ou Criminais. O Dec-Lei nº 40450 de 1956 concretizá-las-ia melhor, alargando-lhes o âmbito (de 6 meses a 3 anos, sempre prorrogáveis) e aplicáveis: a) Àqueles que «fundem associações, movimentos e agrupamentos de carácter comunista»; b) Aos que «fundem associações que exerçam actividades subversivas ou que tenham por fim a prática dos crimes contra a segurança do Estado ou que utilizem o terrorismo como meio de actuação»; c) Aos que adiram a tais associações, movimentos e agrupamentos; d) Aos que com eles colaborem; e) Aos que seguirem as suas instruções sem prévio acordo; f) Aos que possibilitem conscientemente as referidas actividades subversivas, fornecendo local para reuniões, subsidiando-as ou permitindo a sua propaganda. Cf. José Dias Coelho, *ob. cit.*, pp. 80-83.

do concelho de residência sem autorização. Este último item trazia dificuldades acrescidas, atendendo à localização desta freguesia, no limiar de vários concelhos. Era fácil prevaricar, como sucedeu com João Camilo quando, ao socorrer um ferido, o acompanhou até ao hospital de Mora, quebrando a interdição.

Para conseguir a liberdade condicional, e após sucessivos requerimentos do próprio, acrescidos de formas de pressão por parte dos familiares, era necessário aguardar os pareceres favoráveis da polícia política e do director do estabelecimento prisional em que se encontrasse. Os textos desses pareceres apresentavam por vezes estranhas apreciações do carácter e do comportamento do preso. No caso da liberdade condicional a conceder a Arenato Brás, o parecer da polícia política datado de 9.12.1953 indica que se trata de alguém “*de extracção humilde e com cultura social e política falsa, rudimentar, feita à base de leituras ligeiras, sempre mal compreendidas e assimiladas*”.

Esta liberdade condicional poderia ser convertida em definitiva se os pareceres das entidades da confiança do regime fossem favoráveis. O presidente da Câmara de Coruche em 1958 envia ao director da PIDE um ofício de resposta sobre a concessão da liberdade definitiva a Joaquim Castanhas, a que se opõe, referindo que “*Levantada essa liberdade, seria um mal maior para ele e seria mais um que iria juntar-se aos muitos que habitam a minha já martirizada Aldeia, onde os que não são duvidosos podem contar-se pelos dedos das mãos.*”⁴⁷²

O tempo de cadeia constituía, como se viu atrás, um período de limbo político, em que os militantes poderiam, mediante o seu comportamento, mitigar o eventual *mau porte* perante a polícia política⁴⁷³. O militante que falara na cadeia era alvo das medidas disciplinares que o organismo superior do partido decidisse: a expulsão, se prestasse declarações, a suspensão se porventura só confirmasse⁴⁷⁴.

“Eu tinha dezanove anos, era uma criança autêntica, e nessa altura, quando me apresentaram, diziam que eu era do Partido, e eu não dizia nada, dizia que não sabia nada disso. Mas apresentaram-me ali as provas, disseram-me: «Escreve lá esta palavra», e assim que eu escrevi essa palavra fiquei todo a tremer, porque era a palavra que eu tinha escrito noutra papel! Bateu logo certo. Ali estive de pé uns dias, uns três ou quatro dias e depois: «Bem, sou do Partido», e daí fui apanhado e lá fiquei. A mim nunca me

⁴⁷² Ofício apenso ao processo, Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 268.

⁴⁷³ Sobre o comportamento perante a polícia política, e a escolha entre a «porta da honra» e a «porta da ignomínia», ver Soeiro Pereira Gomes, “Mais um herói”, *Contos Vermelhos*, Lisboa Movimento da Juventude Trabalhadora, 1974, pp. 11-15.

⁴⁷⁴ V. “Se fores preso camarada...”, *Duas linhas diferentes sobre a posição face à PIDE*, Lisboa, Edições Unidade Popular, 1974, pp. 33-34, que alerta: “*Pelo processo de confirmação «do que a polícia já sabe» têm sido feitas autênticas denúncias. Pessoas desmoralizadas concluem que a polícia «sabe tudo» e que não há nada a ocultar, e entram assim no caminho da traição. A verdade é que a polícia sabe sempre menos do que procura mostrar e ficará a saber mais se mais alguma coisa lhe for dita.*”

bateram, foi só de estátua. Depois apanhei dezoito meses, depois um ano, depois vim em liberdade condicional.”(Arenato Brás)

“À última vez, eles disseram: «Olhe, tanto faz falar como não. Conhece o funcionário, assim, assim do Partido?» «Não, não conheço» E eu conhecia-o tão bem! Conhecia-os aos dois, um que era aqui de Avis, que não falou, e o Zé Miguel. Começaram a apresentar ali coisas concretas, a reunião onde eu estive, as horas, essa coisa toda, que tinha sido entre o Sor e o Raia, ali, naquele bico, que estávamos ali era onze horas da noite, quando passou um avião... sabiam essa coisa toda. Foi o Lambanas que falou.”
(António Oliveira)

Raramente o militante seria recuperado antes da sua libertação, e só após um período de observação, em que seria tido em conta o seu comportamento durante o cumprimento da pena e após a saída da cadeia. O processo é relatado por Arenato Brás, aquando de um interrogatório em Dezembro de 1960:

“...após o período eleitoral de mil novecentos e cinquenta e oito, talvez, no Outono desse ano, o seu «amigo» JOÃO CAMILO «abordou» o respondente e falou-lhe na sua «recuperação» para o «partido comunista português, tendo para isso que fazer uma «auto-crítica» sobre o seu porte enquanto estivera preso nesta polícia. - Que, o respondente fez a sua «auto-crítica», que entregou ao JOÃO CAMILO e aguardou que o caso fosse resolvido pelo «partido». - Que, veio a resolução do caso e o respondente foi «recuperado» como «membro» do «partido» e passou a usar o pseudónimo de «JOSÉ»”⁴⁷⁵

Para Pacheco Pereira, ser preso era passar pela prova suprema⁴⁷⁶, após a qual o militante grangeara um novo estatuto. Cumprido o rito, por vezes com muitos anos de permeio entre a entrada na cadeia e a liberdade, em vias de conseguirem a agregação a uma nova condição, os comportamentos eram contraditórios:

“Foi em Peniche. Mandaram formar tudo e foi lida ordem da libertação dos presos do Tarrafal. Parece incrível! Homens com uma coragem excepcional, homens que estiveram anos no Tarrafal, que continuavam aí sem uma vacilação, quando chega a hora de sair choravam como uma criança! E todos eles, a fazer a barba para sair, cortavam-se... “Vocês matam-se! Vocês matam-se! Deixem que eu faço-lhes a barba!” Eu era barbeiro e tinha navalha. “Deixem cá que eu faço-lhes a barba senão vocês saem daqui todos

⁴⁷⁵ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 42.

⁴⁷⁶ José Pacheco Pereira, *A sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 86.

cortadinhos". Tremiam, tremiam que pareciam umas crianças! Era impressionante, impressionante mesmo. Bom, e acabei por fazer a barba a alguns. Havia uma coisa, era a alegria da libertação. Mas não era a libertação pela libertação. Iam para luta, foram para a luta, continuaram na luta."(João Camilo)

7. “*Antes morrer que falar*”: traição e ostracismo social

A traição, entendida como a não fidelidade ao grupo, ainda que momentânea e justificada pela tortura, não assume um carácter absoluto. É gradativa, relativa, estando os seus graus associados a quem foi preso devido a ela (parentes, vizinhos, amigos). Se é a falar, pela palavra, -que se alicia, é também com um excesso de comunicação que se trai.

Ao prestar declarações perante a polícia política, o indivíduo indiciaria uma propensão a cooperar que se distinguiu de uma outra atitude, de confirmação dos dados já apurados pela polícia política. Ainda que ambos os comportamentos estivessem interligados, a punição disciplinar partidária era distinta, sobrevalorizando uma lógica assente na organização em detrimento de outra, protagonizada pelos indivíduos. Esses mesmos indivíduos e nomeadamente os seus núcleos familiares tornavam-se perseguidos pelo opróbrio resultante do espalhar das dimensões da sua traição, e não deixa de ser frequente em alguns relatos a lavagem da honra de uma família, a par da expressão de fidelidade política:

“O meu marido meteu as culpas mais para cima dele, mas aquilo estava de tal ordem, que nem vale a pena estar a falar muito disto... A PIDE, não há palavras para o que é a PIDE. A PIDE sabe muita coisa. Porque muita gente quando fala...Porque naquela altura o Partido para nós era uma coisa sagrada...Hoje é a mesma coisa, mas quero dizer, naquela altura, havia aquilo, e o Partido para a gente era...uma luta que a gente travava e que a tinha que levar até ao fim. Mas aquilo era um problema, quando a gente lá caía(...)A gente, quando entra, pensa mesmo que não fala, mas depois quando se lá está... Dias e dias, e depois aparecem com coisas, que foi o que aconteceu ao meu marido (o meu caso não foi assim bem, porque eu tinha o meu marido lá, e porque eu disse que tinha sido o meu marido que me tinha aliciado para o Partido, mas quem me tinha aliciado para o Partido não tinha sido o meu marido, tinha sido outra pessoa). Eu sabia que a Maria Custódia pertencia ao Partido e que ela tinha reuniões comigo, mas eu lembrava-me do livro que tinha lido, eu dizia: «Eu não posso trair a luta, eu não posso trair nenhuma». [Interrupção do marido, Arenato Brás: “Antes morrer que falar”]. Há pessoas que conseguem fazer assim até ao fim. Eu vi o livro [Se fores preso, camarada] várias vezes, várias vezes. Eu fui mais forte que o meu marido, porque eu até apanhei uma decepção, mas quando o meu marido chegou à prisão tinha lá os dados todos, e eu de mim não tinha lá caso nenhum. Ninguém falou em mim lá na prisão. O meu marido quando chegou à prisão tinha todas as células a que pertencia, tinha todas as pessoas que reunia...O meu caso é diferente, porque eu não tinha ninguém que me tivesse lá acusado de nada.”(Olímpia Brás)

A distinção entre a prestação de declarações e a confirmação de depoimentos nem sempre era clara e, fosse pela manutenção da auto-estima, fosse pela contenção que houvessem feito em relação a segmentos determinados da organização de que seriam os únicos conhecedores, os militantes salientam o comedimento no uso da palavra perante os agentes policiais:

“Numa das prisões fui considerado como tendo traído aquilo tudo. E não correspondeu à verdade. Os próprios camaradas é que disseram que eu tinha dito tudo. Mas há uma coisa que eles se esqueceram: Montargil era eu que controlava, e ninguém foi preso de Montargil! Montargil, era eu que controlava, ninguém soube. Dos outros lados sabiam, e eu comecei a dizer que eu é que fazia certos serviços, sem ter feito. Porque vi que estava tudo caído. Até disse que era eu que ia buscar os Avantes a Montemor, porque sabia que era verdade. Mas não era eu. E depois, para meu espanto, o homem aparece lá preso! Era o António Camilo. Eu é que disse que ia lá, mas depois a malta veio cá para fora e veio dizer que eu é que tinha dito tudo.” (Arenato Brás)

As condições de clandestinidade, em que um excesso comunicativo punha em causa outros militantes e, sobretudo, o trabalho político de corrosão invisível que levavam a cabo, serviam de justificação ao rigor das sanções disciplinares. Os militantes que, sob tortura, prestassem declarações, eram alvo de expulsão, enquanto que aqueles que se tivessem limitado a fazer confirmações, eram suspensos. A dureza da pena máxima sancionava o carácter extremo do comportamento do detido. Todavia, ainda que raramente sucedesse enquanto era cumprida a pena, o militante expulso podia ser recuperado, depois de observada a sua conduta, de ter escrito uma auto-crítica, dirigida do organismo superior e, sobretudo, se demonstrasse continuar a desejar incorporar-se no colectivo resistente local. Numa forma ficcional, Soeiro Pereira Gomes retrata, num conto dedicado a Álvaro Cunhal, a recuperação de um militante que houvera sido suspenso por «mau porte» perante a polícia política, e que é posto à prova e ajudado por um outro militante com maior experiência⁴⁷⁷.

No caso de um indivíduo proveniente do Alentejo, que havia sido funcionário do PCP, José Miguel, também conhecido por «Lambanas», e que, depois de uma prisão com apreensão de um imenso e detalhado arquivo na casa clandestina, terá cooperado com a PIDE, levando à detenção de dezenas de militantes, a sua eliminação física foi considerada pela polícia política como um ajuste de contas partidário. Os militantes locais negam resolutamente qualquer envolvimento do PCP naquele assassinato, imputando à PIDE as responsabilidades, já que, alegadamente, depois de haverem extraído de José Miguel quanto lhes aprouvera, este deixara de ter qualquer interesse, e passara sobretudo a constituir um perigo. São, todavia, ostensivos os

⁴⁷⁷ Soeiro Pereira Gomes, “O pio dos mochos”, *Contos Vermelhos*, Lisboa Movimento da Juventude Trabalhadora, 1974, pp. 1-6.

móveis para a retaliação dentro do Partido Comunista, atendendo aos danos causados à organização pela delação de José Miguel.

O excesso de comunicação existe quando a utilização dos códigos é feita e as linguagens desvendadas com o interlocutor errado. Esta patologia da comunicação, no entender de Claude Lévi-Strauss encontra-se no mesmo campo semântico que o esquecimento, como falta de comunicação consigo próprio, e que o mal-entendido, defeito de comunicação. Alguns dos entrevistados, que não tentam eximir-se à culpa de haver falado, salientam o carácter generalizado dessa atitude, explicação que, se por um lado desvaloriza o seu porte, por outro dá conta da imensa vulnerabilidade da organização clandestina:

“Muitas pessoas falam muito, dizem uma série de asneiras, uma série de tonteiras, porque desconhecem completamente as coisas. Eu cheguei a ser preso, naquelas prisões. Só em Montemor prenderam duzentas e tal pessoas de uma vez. Dessas duzentas e tal pessoas que prendera, houve só duas pessoas que não falaram na polícia, de resto, tudo falou. Aquilo era uma malha tão fininha, tão fininha... Aqui no Couço sucedeu assim. Aquilo era uma malha tão fininha que poucos lá passam que não digam alguma coisa ou que não falam.” (Jerónimo Bom)

É porém a dureza do regime prisional, com a debilidade criada, em termos físicos e psicológicos, e com as formas de tortura, que são commumente evocadas como justificação.

“Muita gente critica muito: «Falam na polícia, são uns traidores, são assim, são assado...». Porque a malta não sabe o que é a polícia, não sabe o que é aquilo. Aquilo, para não se falar na polícia, tem que se ter duas coisas fundamentais: não ter amor à família, esquecer a mulher, os filhos, esquecer tudo e pensar em morrer. Eu não falo, mas morro. Nunca mais vejo os meus filhos, nunca mais vejo a minha família. Não tenho família, sou uma pessoa que estou aqui e não tenho ninguém. A minha causa é esta, por isso é que não falo. Essa gente que pensa assim é que não fala. Todos os que não tiverem essa certeza, todos, mais ou menos, falam. E esses que nunca tiveram família, ó depois, criticam muito os outros que falaram. Não se pode dizer que se é funcionário do Partido. Foi o meu caso. Eu, quando fui preso, falei na polícia. Fui considerado como traidor, como falando na polícia, por dizer que era funcionário do Partido, que controlava a minha própria terra, controlava o Alto e o Baixo Alentejo e não metia trabalhador nenhum na prisão! Podiam-me matar, que eu não metia trabalhador nenhum na prisão. E não meti ninguém na prisão! Levei tanta porrada que ao fim de seis meses ainda urinava sangue! De porradas que me deram, tenho manchas nas minhas costas de porradas que me deram que ainda posso mostrar o vergão que tenho nas minhas costas que a Pide aqui fez. Tenho ainda aqui os vergões na espinha, mas não meti nenhum trabalhador na prisão. Falei na

polícia. Ódio, vingança. «Matem-me cabrões, paneleiros, putas», que havia lá mulheres pides.» (Jerónimo Bom)

Apesar da leitura de *Se fores preso camarada*, que poderia ter um efeito contraproducente, ao intimidar em vez de preparar os militantes, nem sempre o elemento detido conseguia levar à prática os conselhos aí fornecidos. A assumpção da traição como um fracasso pessoal, pela incapacidade de lidar, numa situação limite, com os próprios ideais, constituía um incentivo:

“E então, eu sabia, pelas outras que lá tinham estado, em que às vezes havia a infelicidade de não se aguentarem e de falarem e de irem, enfim, dezenas de pessoas ter à prisão. E essas, quantas mais fossem ter, mais..., depois esses davam outros, os outros mais outros, e portanto, que isso, não era a solução. Eu tinha a consciência, conforme ainda hoje tenho, portanto, que não era trair os outros, era trair-me a mim própria: uma coisa em que eu acreditava, por que eu lutava...e não era só acreditar, é que eu tenho a certeza absoluta que pode haver uma vida sem grandezas, mas uma vida decente para toda a gente.”
(Maria Custódia Chibante)

Quando a companheira continua na clandestinidade e a residir na casa clandestina antes partilhada com o detido, a fidelidade política segue a par com a necessidade de segurança no âmbito da família, o que torna mais funesto o rumor sobre a delacção e a retaliação social:

“E voltei aqui para o Couço, para a minha terra [risos]. E depois estive um tempo...até porque eu fui...anunciado que tinha traído, mas não. É coisas... E então esse camarada João, a primeira vez que ele cá veio até me repudiou. Fiquei tão, tão, tão chocado de ele não me cumprimentar! Por causa que eu...tinham lá anunciado que eu tinha traído. Mas traíram muitos, infelizmente, porque quem por lá passava é que sabia o que era a polícia. Quem por lá passava é que sabia o que era a polícia. Mas não! Não trai o Partido, não trai nada, por acaso, cumpro o meu dever. Não sei, se fosse mais apertado, não sei o que seria, não é...As torturas que eles fazem, as torturas que eles faziam, é preciso a pessoa ter uma grande força moral para se aguentar, não tenho dúvidas. Eu pensei: "Aqui, pelo menos, a ver se não comprometo", que havia lá uns moços lá na região onde eu estava que eu tinha contacto com eles e eu, foi sempre o que eu pensei: "A ver se não denuncio nenhum daqueles, para eles não serem incomodados" . E o caso de eu não dizer onde morava foi porque eu tinha lá a minha mulher, tinha aquela responsabilidade daquela quantidade de panfletos que a gente tinha para espalhar que eram esses moços, lá, é que os iam espalhar.” (Isidro Fino Henriques)

Num local onde a tessitura social, como se vem demonstrando, alia o parentesco, seja consanguíneo, por afinidade ou ritual, à vizinhança e às formas de amizade e de companheirismo a

que não são alheios os ranchos de trabalho e os grupos de idade, a delação transtornava profundamente as relações:

“A minha cunhada chegou a pensar que o meu irmão foi parar à prisão porque eu falei nele. Porque a PIDE não adivinha. Como é que a PIDE sabia onde era a casa dele. É que o Anselmo sabia onde era a casa dele. Sabia onde é que ele morava, e depois disse tudo à PIDE. Eu tive grandes aborrecimentos ainda por causa dessas coisas. A mãe do Joaquim Labaredas também mandou para aí umas bocas a dizer que eu tinha falado. Eu não falei nada! Até a Maria Rosalina, essa portou-se bem na polícia, mas o marido, também tinha fama de se ter portado bem, e estava ligado à PIDE mesmo lá dentro da prisão. Veja lá se a mãe, a sogra, terá falado nisso! Eu sabia disso, logo lá dentro da prisão. Desconfiei logo de ele estar ligado à PIDE. Desconfiei sempre daquele homem.” (Jerónimo Bom)

O comportamento do preso político durante os interrogatórios deveria idealmente depender da consciência que tinha da causa que servia, e perante a qual não vacilaria nem sob tortura. Em 1962, a tortura que se abateria sob as cinco mulheres presas em Abril denotava uma crueldade sem paralelo, quer comparativamente aos períodos anteriores, quer no tocante às outras mulheres com quem partilharam as celas⁴⁷⁸:

“E ele [Chefe de Brigada Silva Carvalho] disse: «Ah, mas é que aqui, toda a gente fala. Daqui não sai ninguém vivo sem falar.» E eu respondi, aí respondi-lhe directamente e disse-lhe: «Olhe, eu sempre tenho que morrer um dia. Se morrer aqui não morro noutro lado», foi a minha resposta, mas logo, mesmo imediatamente. «Ah, aqui não se mata ninguém, porque os mortos não falam», portanto voltou logo atrás na ameaça, porque essa ameaça de morte faziam eles a muita gente, só que essa ameaça a mim não serviu, porque eu de facto fui uma pessoa, mesmo até hoje...não é dizer «Gosto de morrer», não é isso. Nessa altura tinha vinte e nove anos, tinha uma filha com nove anos, pois eu não tinha desejo nenhum de morrer. Só que eu preferia de facto a morte a que alguém fosse lá sofrer o mesmo que eu estava a sofrer por minha culpa, e atrás desses irem outros. Portanto, uma coisa em que a pessoa tem a consciência exacta que aquilo porque luta é por uma causa justa, portanto, eu não podia...tanto não podia que não fiz. Lamentei de facto, fiquei triste (não foi revoltada contra os meus outros camaradas que falaram, é preciso que se compreenda, eu não fiquei revoltada contra eles, contra as minhas camaradas) fiquei foi triste de elas de facto não serem capazes de aguentar, porque elas

⁴⁷⁸ Uma troca de impressões com uma estudante então detida, hoje professora catedrática, e que partilhou a cela com as mulheres do Couço, dava conta deste acirrar da violência da polícia política em relação às que tinham aquela proveniência. Houve então prisões de mulheres no Barreiro, em Aljustrel, em Montemor, e ainda que a tortura fosse a prática generalizada em todos os interrogatórios, no caso de Olímpia Brás, Maria Custódia Chibante, Maria Galveias, Maria Madalena Henriques e Maria da Conceição Figueiredo, a duração e a intensidade teriam sido superiores.

não sofreram menos por isso, elas não sofreram... e não sei se até não terão sofrido mais do que aquilo que eu sofri, porque a pessoa que fala estava sempre sujeita a sofrer muito mais, porque quanto mais falassem, eles mais queriam” (Maria Custódia Chibante)

Antes morrer que falar - o excesso de comunicação, de resto, ao acarretar o ostracismo num meio tão densamente entrelaçado convertia-se numa espécie de morte social. O ostracismo, usado como ferramenta política, operava de forma eficaz num local onde a pertença a uma cultura de resistência era integradora e constituía a raiz da identidade para um indivíduo. Excluir alguém da vida em grupo é marginalizá-lo dos benefícios que esse mesmo colectivo confere aos que o integram. Esse ostracismo, que resulta de um golpe na reputação de um indivíduo, em virtude do seu comportamento, da atitude da sua família (principalmente de co-residentes), ou de difamação, constituía uma das sanções mais temidas. As famílias dos detidos que houvessem falado eram as primeiras a sentir a retaliação, expressa não só no arredar de formas de convivência, como no provimento de bem-estar material. Os fundos provenientes de formas de solidariedade orgânica mediadas pelo partido, ou cuja origem remetia para uma matriz mais local, com base nas contribuições dos comerciantes, nas recolhas feitas por camaradas de trabalho, nos ranchos, ou nos núcleos de vizinhança, poderiam ficar suspensos. Além das explicações assentes no desmantelamento das práticas agrárias anteriores, fomentadoras de emprego, uma das razões que pode apontar-se para a deslocação - para as cidades, para o estrangeiro - de algumas das famílias locais, após a libertação do elemento preso, estaria na superação do mal-estar criado pelos rumores em torno de uma traição.

Fora, muitos haveriam de renascer das cinzas num contexto que propiciava um retomar englobante do sentido da cultura de resistência: o 25 de Abril de 1974. A recuperação de quadros políticos, a par com o regresso de militantes que se encontravam no estrangeiro, permitiu uma revitalização organizativa que preparou o terreno para a desarticulação do aparelho político do Estado autoritário e para o exercício de formas de criatividade em corte com o poder anterior. A Reforma Agrária representará o expoente máximo dessas formas, na esfera local.

A lealdade e a honra, que implicam todo um núcleo co-residente e frequentemente a família em sentido extenso, bem como uma memória genealógica, levam a que parte substancial da povoação coopere. Quando havia prisões, também as formas solidárias se intensificavam, com a configuração de trocas desequilibradas no seio da família, dos vizinhos e dos amigos. A prática da dádiva aquando de uma prisão eram comuns, tentando o núcleo local colmatar a falta de um ou mais elementos dentro de um agregado doméstico.

A libertação, após os meses de prisão preventiva em que, através dos interrogatórios sob tortura, a polícia política tentava extrair informações tendentes ao desmantelar das formas organizativas, podia ser anunciada pelos agentes como uma benesse:

“Quando veio cá o papa, que deu amnistias a quem não tivesse o processo formado, deu à gente, calhou à gente. Eu fui logo o primeiro a ser chamado. Eu fui o último a ir à PIDE, e logo o primeiro a ser chamado. O gajo chamou-me lá, esteve falar comigo: «Então, João Pedro (apertou-me a mão, e tal), você sabe porque é que eu cá o chamei agora? Para você se ir embora para casa. » Não me falou nos outros. «Você vai-se embora para casa, porque não vale a pena, por uma coisa tão pouca como você disse...» Foi o papa é que foi, não foi aquilo. «Isto faz-se para vocês não dizerem mal da polícia. Você diga mal é daqueles bufos que vocês lá têm a dar as indicações para cá, porque a gente não sabia as indicações, nem onde você morava, nem você nem os outros. A gente foi lá ter à sua casa, porque eles lá indicaram, onde é que mora este, e onde é que mora aquele, e o que ele faz e o que ele tem. Por isso é que vocês cá vieram ter. Eles é que os meteram cá na cadeia, e agora é a polícia que os manda embora, para vocês ficarem contentes com a polícia». No outro dia, não sei se foi logo no outro dia à noite, vim eu embora, e os Caetanos. Não sei quem foi mais.” (João Pedro Marrafa)

Quando, individualmente ou em grupo, os presos políticos retornavam ao Couço depois da prisão preventiva ou de terem cumprido a pena, os ajuntamentos da população para os receber eram uma das formas - a mais espectacular - de reinserção num meio de que, à força, tinham sido arredados. Os ritos de retorno dos detidos, que expressam uma mensagem local sobre a reciprocidade e que articula as tensões entre classes e culturas de classe, estão bem expressos nos relatos recolhidos:

“E eles levaram-nos para lá, e houve um dia assim à noite que eles disseram: «Bem, as senhoras preparem-se para abandonar a sala». «Então, agora, de noite! Para onde é que a gente vai agora de noite?» «Então a gente arranja um carro e vamos levá-las a Braço de Prata para o comboio». Bem, a gente queríamos era sair, mas para rua não íamos agora, sem mais nem menos. Bem, vieram trazer a gente num carrão daqueles negros que até metia respeito. Eram deles, da PIDE, pronto. E a gente lá apanhámos o comboio e passámos a noite ali em Coruche na estação, com muito frio. Já não me recorda o mês, mas com muito frio. Havia lá assim volumes de sacas, tirámos sacas para nos taparmos. Tirámos daqueles volumes de sacas e desejando que fosse horas da gente apanhar a carreira para ir embora para casa. Quando chegámos aqui, a gente devíamos ser aí umas dez (...) Eles lá disseram à abalada: «Vocês agora vão, e muito caladinhas, senão vocês voltam a ser presas. Não venham de lá com barulhos e festas e a atirarem foguetes, senão voltam outra vez». A gente fomos. Parece que as pessoas já sabiam, mas não sabiam, mas viram tanta gente a chegar nas carreiras que abalou tanta gente a correr a abraçar a gente, a chorar! As famílias desta e daquela, a abraçar e a chorar de contente! E a gente... Ia o meu filhinho de quatro anos a correr:

*«Eu ainda conheço bem a minha mãe!» «Quando a tua mãe vier já não a conheces...»
«Conheço, que ela tem um sinal ao pé de uma orelha...» [chora]Tive uma pena tão grande, era o meu filho. Chegámos lá ao destino, que era a Varejola, e tudo a correr de encontro à gente, e só que houve uma pessoa que atirou um foguete. Quando atiraram o foguete a Guarda do Couço foi logo lá, saber qual tinha sido das senhoras que atirou o foguete. «Ai, eu não ouvi cá foguetes nenhuns. Eu não ouvi nada». E as outras disseram o mesmo. Mas eu sei que atiraram, quem foi é que não sei, mas eu disse é que não tinha ouvido que atiravam” (Almerinda Matia,)*

“Tinha muita gente além à minha espera. Tudo a agarrar-me! Eu até parece que vinha esparvecida.” (Maria Madalena)

*“Foram-me esperar muitas pessoas, e não era só da minha família. Aliás, da minha família eram poucas. As pessoas eram muito solidárias, aqui. O grosso das pessoas aqui vivia mais do campo, coisa que hoje não se passa, porque as pessoas andam mais dispersas. E havia todo um estado natural das pessoas, a situação das pessoas, a maneira de ser das pessoas, a instrução. Havia ainda mais dificuldades económicas.”
(Arménio Marques Gil)*

Maria Custódia Chibante afirma não ter desejado que um familiar a trouxesse de carro ao Couço porque já se tornara uma constante a recepção que era feita aos detidos aquando da chegada ao Couço.

“Nem queira saber a recepção que foi feita. Vinha sozinho, saíamos sempre sozinhos que aquilo era conforme. (...)Quando saí então, da primeira vez que saí, havia aí gente a esperar, até havia aí um padre aí da freguesia que tinha vindo de Coruche e eu tinha vindo na carreira. Qual não foi o espanto do padre, quando chegámos à entrada do Couço e era para li um gentio, uma coisa grande. Nesse tempo a carreira esperava ali em frente do banco, onde era a igreja velha. Ali é que parava a camioneta e havia ali muita gente. O padre, uns metros antes, levantou-se para ir sair e diz assim: «Mas então o que é isto hoje, tanta gente aqui assim?!» O sujeito que morava mais abaixo, que já morreu, é que lhe disse: «O senhor prior não sabe? Há um preso político que vem agora a sair. Saíu hoje, e vêm agora assistir à chegada dele.» «Sim senhor, fazem muito bem».” (Joaquim Castanha)

Numa descrição feita pelo agente da PIDE do posto do Entroncamento e datada de 6 de Maio de 1959 o impacte local da libertação de algum preso político está bem evidenciado:

“No dia 3 do corrente quando cheguei ao Couço cerca das 22,20 horas haviam aproximadamente 3000 pessoas no largo e ruas limítrofes, onde pára a camioneta de carreira, à espera da mulher do JOAQUIM JOSÉ DIAS⁴⁷⁹, «O Capador», que estava presa em Caxias e tinha sido posta em liberdade, tendo sido alvo de uma grande manifestação. No dia seguinte a referenciada foi visitada por grande número de pessoas entre as quais foi possível identificar: ARNATO DAVID BRÁS, JOAQUIM ANTÓNIO CORREIA, «O Cacau», JOÃO FINO, JOÃO CAMILO e a mulher. Consta ainda que a população do Couço está a preparar uma nova manifestação para a chegada de Joaquim José Dias, «O Capador», que se encontra preso nesta Polícia, constando ali que o mesmo será restituído à liberdade dentro de dias.”⁴⁸⁰

Como é relevado neste extracto, além da recepção de retorno congregar grande número de pessoas, os dias que se seguiam reforçavam os ritos de agregação. As visitas a casa do indivíduo que saíra da cadeia abrangiam o núcleo de camaradas, mas igualmente as relações de parentesco, de amizade e de vizinhança. Se os membros do grupo social antagónico não enquadravam estes movimentos de visita, com pequenos presentes - «mimos» - associados, as esposas e elementos do sexo feminino das famílias de proprietários, inteiravam-se, em encontros de rua, do estado de saúde dos detidos ou dos indivíduos que haviam saído da cadeia.

Esta recepção de retorno podia ser ensombrada, quer por ser conhecida a colaboração de um coucense com a polícia, quer porque localmente os agentes do regime e nomeadamente o presidente da Junta de Freguesia fizesse correr que fora pelo seu envolvimento que a libertação tivera lugar, no caso dos presos que não chegavam a ser julgados. Assim sucede com Diamantino Ramalho.

Numa outra circunstância, a memória do retorno ao Couço fica associada à morte de uma mulher:

“Quando eu saí, vim para a da minha mãe. Fiquei em casa do meu irmão dois dias, que o meu irmão não queria que eu abalasse. E depois viémos então para o Couço, que eu tinha cá o meu filho, viémos então para o Couço e já o José Nogueira cá estava. E quando vocês saíram, tu [o marido, João Pedro Marrafá] e os outros, telefonaram p'rá do Zé Nogueira, lá p'rá minha prima, de casa do meu irmão, a dizer que eles já tinham saído. ainda a gente alugámos um carro e andámos a dizer às mulheres deles. Eu, e a minha mãe e a minha prima. A minha mãe era uma pessoa já com idade, mas aquilo era do mais... E então, quando chegámos à mãe dos Caetanos, essa é que já não deu por isso. Estava muito

⁴⁷⁹ Custódia Maria Ribeiro Marques, então ainda não casada com Joaquim José Dias, lembra o mesmo episódio na sua história de vida.

⁴⁸⁰ Arquivo da PIDE-DGS, *Processo n.º 2126/52 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

mal, morreu. Quando os filhos vieram, ela morreu. Morreu, a senhora Clarisse⁴⁸¹, que já lá tinha estado presa também. Ela morreu, tinha estado presa em 58, a mãe dos Caetanos. Quando em sessenta e dois, a gente estivémos lá presos. Ela morreu...quando a gente lá foi ela estava mesmo... Tinham sido vocês soltos, estavam todos em casa do meu irmão, e foi quando telefonaram, e a gente foi lá, soubémos mesmo já de noite e alugámos um carro e fomos lá. Ela já não atendeu a gente, já não conheceu a gente. Estava a morrer, estava mesmo a morrer. Morreu logo no outro dia, que depois foi o funeral, pois, que até veio a pé lá de baixo, de muito longe. era muito longe, lá para baixo, viémos todos a pé a acompanhá-la. A senhora Clarisse, a mãe dos Caetanos, esteve presa, esteve.”(Maria da Conceição Figueiredo)

Após o 25 de Abril de 1974, alguns dos presos políticos locais, seviciados por agentes da polícia política, resolveram instaurar-lhes processos. Reprovam ainda hoje o que então sucedeu: as acareações entre os seviciados e os antigos esbirros, em que estes nunca assumiram as torturas perpetradas; os julgamentos no Tribunal de Santa Clara, em que aos acusados era possível fazer ouvir a voz, defendendo-se, enquanto os que haviam sofrido às suas mãos se encontravam privados do direito à palavra; finalmente, a forma como foram sendo libertados os agentes das PIDE/DGS, e como viriam a ser recuperados e mesmo premiados pelo novel poder democrático.

Nas comemorações do vigésimo aniversário da designada «revolução dos cravos», um dos canais de televisão promoveria um debate que, além dos reflexos que teve a nível nacional, nomeadamente na imprensa, também seria largamente comentado no Couço. Nos cafés locais ou aquando das recolhas de histórias de vida que nos faziam circular pelas casas, nos dias que seguiram ao programa televisivo que pusera frente a frente um agente da PIDE com um preso anti-salazarista, a conversa ia desembocar com frequência à impunidade de que beneficiaram os agentes da polícia política e à forma despudorada como aquele, em particular, negara perante as câmaras televisivas o que para uma fatia importante da população concense fora uma evidência. Parecia inadmissível que o antigo preso, que aceitara enfrentar o agente, estivesse na defensiva, enquanto, com ousadia, o ex-PIDE renegava, sem que o rebatessem, quaisquer comportamentos agressivos, seus ou da instituição que integrara. Um dos entrevistados, que solicitara no Arquivo Nacional da Torre do Tombo a consulta do seu processo, ao querer ver igualmente os registos referentes aos agentes que o seviciaram, não veria a sua pretensão satisfeita, o que lhe parecia incompreensível. Uma lógica distinta e desigual prevalece ainda, em seu entender: os ex-agentes da PIDE/DGS não só conheciam em profundidade as vidas dos que iam prendendo, como escreviam a seu bel-prazer sobre elas; porque não permitir agora às vítimas o conhecimento de elementos acerca dos carrascos?

⁴⁸¹ Trata-se de Clarisse Sanguinheira, uma das arguidas num dos processos de 1958.

Parte VI

A boa palavra e a vontade de lembrar

Parte VI. *A boa palavra e a vontade de lembrar*

“Uma palavra é, às vezes, a melhor argamassa”

Alexandre O’Neill

1. A acção e o tempo

Em Outubro de 1897 o pároco, que é igualmente o presidente da Junta, com as sobras do orçamento da Junta e com os fundos da Bula da Santa Cruzada, “...*entendia e sabe que toda a Junta entende ser d’absoluta necessidade o haver um relógio de torre n’esta povoação não só para regularidade de trabalho de campo e industriaes, para entradas e saídas das escolas, mas, muito principalmente, para aplicação de medicamentos a doentes em casas onde não há relógios, que são, infelizmente, em maior número...*”⁴⁸²

Em 1914 é contratado um homem para dar corda ao relógio, e as sucessivas avarias e arranjos são alvo de uma atenção particular nas actas de 1928, quando, depois de um concerto, volta ao seu posto, sendo de novo nomeado um indivíduo, pago pela Junta, para os cuidados diários. Esse responsável pelo tratamento do relógio merece, durante várias décadas, uma referência destacada nos balanços e orçamentos da Junta. A encomenda de um pedestal de madeira para o colocar ajuda a compreender a sua importância na normalização da contagem do tempo, numa altura em que o trabalho se regulava pelo movimento de rotação da terra, através da sua percepção pela sequência dos dias e das noites, e obedecia ao nascer e ao pôr do sol, além de respeitar um ciclo anual marcado pelas estações, com a contratação dos *justos* no fim das colheitas.

O relógio, tão central nos textos produzidos pelos grupos sociais dominantes, e nomeadamente nas actas da Junta, na sua imitação da rotação da terra, abstrai a medição do tempo do contexto dos acontecimentos e introduz divisões formais e abstractas. Este modelo mecânico da marcha do universo, ainda que permita uma organização detalhada do tempo, introduzindo nomeadamente a pontualidade, concatena o local com o que o rodeia, não se atendo a formas circunstanciadas e pessoais de marcação temporal. A necessidade atribuída ao relógio não é alheia, como se torna legível na acta, à complexificação económica local, que institui maior necessidade de programação: o vago deve dar lugar ao exacto⁴⁸³.

⁴⁸² *Actas da Junta de Parochia entre 15 de Novembro de 1896 e 6 de Dezembro de 1912*, fl.8 vs.

⁴⁸³ V. sobre a ordenação social do tempo o contributo fundamental de Jack Goody, “Tiempo: Aspectos sociales”, in *Enciclopedia Interacional de las Ciencias Sociales*, vol. 10, Madrid, Aguilar editores, 1977,

Nos discursos recolhidos, todavia, subsumido no «dantes», «noutro tempo», está um período contínuo que corresponde a um passado recente do grupo e dos indivíduos em relação ao qual a datação e a ancoragem num calendário nem sempre é fácil⁴⁸⁴. Além de um tempo alicerçado num calendário e numa contagem, esse mesmo calendário mostra rupturas, pontuadas pelos acontecimentos que mudaram a História colectiva - o 25 de Abril de 1974 tem a mais nítida acepção de corte nos discursos recolhidos. A marcação da genealogia na memória do grupo de militantes comunistas do Couço está associada ao papel que aquela haja desempenhado em termos dos fluxos de luta locais ao longo deste século, e a penetração além desta marca cronológica fica sobretudo associada às migrações para o local.

A relação entre um tempo cósmico, abstracto, descontextualizado, e um tempo vital, marcado na existência dos indivíduos e dos grupos, inscrito em calendários particulares não completamente coincidentes com a noção de ano civil, emerge em múltiplos relatos. A adequação de um ao outro, que surge por vezes associada a capacidades apreendidas, fica demonstrada na competência para atribuir uma data ao que se narra, ou seja, em contar cronologicamente os factos que remetem ora para o vivido, ora para o presenciado:

“São coisas passadas há muito tempo e como eu hoje já tenho esta idade, e como eu nunca, enfim, não tive instrução e não aprendi a ler capazmente, e parte das coisas eu não as lia. Mesmo nem tinha vagar de ler, que a minha vida era uma vida atribulada, sempre com aquela coisa por não termos direitos nenhuns na vida. Pois, a gente ter de trabalhar de sol a sol, levantar-se ao romper da manhã e mais cedo para irmos para os serviços, depois quando chegávamos à noite, depois de andar todo o dia de sol a sol, chegávamos à noite não tínhamos vontade de nada. Vinhamos moídos. Até podia, que ainda houve aí escola de noite para os adultos. Podia ter ido, houve alguns que ainda fizeram a terceira classe, e umas coisas. Mas eu tinha o tempo ocupado sempre, tinha animais para tratar, e quando chegava era para descansar. Enfim, mesmo agora tenho o tempo ocupado.” (Manuel Gil Nunes)

A sucessão dos acontecimentos - que corresponde ao eixo das sucessividades na apresentação de Saussure⁴⁸⁵ - que os situa numa ordem particular ao longo de uma continuidade, enfatiza um olhar sobre o passado que muda, numa visão diacrónica que as histórias de vida ajudam a salientar. Junta-se-lhe a noção de duração - com equivalente no eixo das simultaneidades, ou sincrónico - e que expressa a sincronia relativa dos acontecimentos. Nas

pp. 329-340. V. igualmente vários contributos que integram a obra dirigida por Chris Hann, *When History Accelerates - Essays on rapid social change, complexity and creativity*, London, Athlone, 1996.

⁴⁸⁴ João de Pina Cabral, num capítulo dedicado à percepção do passado, defende que as atitudes em torno do tempo de uma sociedade se encontram ligadas às atitudes em relação ao espaço e à ordem social. V. João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, Filhas de Eva*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 265-289.

⁴⁸⁵ Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978 [1ª edição francesa 1971].

construções sociais em torno do tempo que emergem dos discursos recolhidos, ambas as formas são correntes, a primeira localizando os acontecimentos através de marcos temporais, a segunda servindo à transmissão da densidade de um tempo quer para as existências individuais, quer na mudança associada aos períodos históricos - não necessariamente coincidentes.

A um tempo marcado pela pontualidade e pela rotina - a obrigação do trabalho e a continuidade dos processos instituem-nas - junta-se nos discursos um outro tempo associado ao que é voluntário, ainda que não excluindo a necessidade de acerto e sincronização, como se viu.

A acção é inseparável do tempo e representa um contínuo, que envolve memória e antecipação, esta última emergente do projecto de uma vida e dos ideais políticos a concretizar. Uma cultura nunca está acabada e esforça-se por fazer face à corrosão do tempo, diligência para a qual os mecanismos da memória se revelam essenciais. A memória colectiva e a ligação da imaginação do grupo a experiências fundadoras fazem com que aquela tenha um carácter mais constituinte que constituído. Assim, a memória conduz à actuação, que a actualiza pela acção.

Como escreve Maurice Halbwachs, a memória dos outros ajuda-nos à verificação objectiva das realidades percebidas. A memória de cada um está conservada na dos outros, e mesmo a nossa memória individual, é também social, por reenviar aos diferentes grupos com que a existência de cada um se cruza. Assim, a memória dos indivíduos é uma totalização de memórias colectivas.

Na inscrição desse tempo nem sempre é legível uma visão cronológica. É frequente que os entrevistados refiram a sua incapacidade para recordar factos associados a datas. Uma das mulheres entrevistadas, iletrada, não conseguia precisar as datas das suas prisões. Lembrava-se, todavia, de que o filho mais velho tinha quatro anos aquando da sua primeira detenção, e que estava grávida, no fim do tempo, quando a haviam tentado deter de novo.

A memória do passado, mesmo quando aquilo que é chamado à rememoração tem a marca do trágico, privilegia recorrentemente os episódios felizes, que deixam lugar à nostalgia. A reconstrução constitutiva de uma nova personalidade após um rito de passagem confere à memória um papel dinâmico no processo da sua edificação. Também neste processo são geradas novas configurações do grupo, que assim integra a renovação e recria relações anteriores.

Na memória do passado, recordar os acontecimentos como deveriam ter sido, e não como foram, radica numa tentativa de salvaguarda contra mudanças indesejáveis e desacostumadas, delineando-o à nossa medida. No caso estudado, se o rememorar não remete para um tempo de equilíbrio e felicidade - não há, para os elementos do grupo entrevistados, um passado harmonioso a que fazer referência, no período em análise - as relações conflituais de classe desempenham um papel de realce, a que só a unidade do grupo consegue obstar. O passado evocado constitui uma integração de pensamentos comuns, que retrata uma cumplicidade assente em formas e convenções que fazem sobressair a pujança do colectivo.

Durante o tempo social diurno - a noite, como se viu, associa-se ao descanso, ao clandestino e ao escondido - a circulação dos habitantes do Couço pelas ruas da povoação está marcada por múltiplos encontros e cruzamentos com outros indivíduos. O diálogo entre os que se cruzam pelas ruas da vila inscreve-se em relações de sociabilidade que implicam que, na aldeia todos os encontros sejam acompanhados de uma curta troca verbal. Por vezes, os transeuntes nem param, subindo de volume as vozes enquanto se deslocam, inclinando esporadicamente a cabeça ao comentar superficialmente um acontecimento ou inquirir de factos sem importância de maior. Se, eventualmente, se trata de um assunto de maior peso, como a saúde periclitante de alguém, os coucenses param, ouvem e questionam. Todos os encontros de rua entre pessoas que se conheçam são assinalados pelo reconhecimento do nome e por uma curta troca verbal. Fórmulas como “bom dia” ou “olá” são reservados aos de fora, já que entre eles os encontros são pontuados pela enunciação do nome com arrastamento da sílaba tónica. As formas de saudação, que incluem sempre a enunciação do nome como sinal de reconhecimento, podem ser constituídas pela mera apelação com uma entoação amigável (*Vizinha Amália!*), ou ser antecedidas por uma interjeição (*Eh, António!*). De seguida, por vezes sem parar a conversar, mas abrandando o passo, os que se cruzam indagam da saúde mútua ou de elementos das respectivas famílias.

Numa povoação tão profundamente marcada por uma cultura de classe, a reiteração do carácter privilegiado de certos laços fica bem expressa na forma como a saudação é estabelecida. Ainda que os proprietários tentassem exigir um cumprimento que marcasse a sua distinção, expressa no retirar do chapéu da cabeça por parte dos trabalhadores, a sua pretensão não era conseguida.

A palavra institui um lugar de comunicação e de relação, que perpassa todos os actos. A acção social é posta recorrentemente entre palavras⁴⁸⁶, cuja troca exprime uma relação. As convenções do discurso público, bem como as normas aceites na sociedade confluem num sentido idêntico ao do arrumar das memórias, traduzindo uma cultura colectiva de resistência, legível nas representações acerca do passado do grupo.

Os factos da vida das pessoas servem à datação, mas é em grupo que a recordação emerge, com as cumplicidades advindas dos acontecimentos vividos em comum, e com uma cronologia recoberta por essas mesmas vivências, conjugadas com os acontecimentos da vida individual. Em Abril de 1994, quando entrevistava, na aldeia de Santa Justa, Domingos Catarino, Manuel Joaquim Brás e João Camilo, com a presença da mulher do primeiro, o estabelecimento da data da detenção de Domingos gerou acesa discussão: teria sido antes ou depois de Manuel? João recordava que se encontrava na clandestinidade na altura, e que só viria

⁴⁸⁶ A propósito da povoação de Minot no Chatillonnais, cuja etnografia foi recolhida entre 1968 e 1975 por um conjunto de quatro antropólogas do CNRS, escreve Yvonne Verdier, *Façons de dire, Façons de faire*, Paris, Gallimard, 1979, p. 12: “*La parole dite et répétée se trouve être le fondement de la mémoire des choses comme de la mémorization: à Minot, on sait «d’entendre dire», on connaît «de parole»*”.

a encontrar-se com ambos em Peniche, mais tarde, quando fora preso. Manuel insistia em que fora preso depois de Domingos, apesar deste afirmar ter sido detido no início de 1961 e Manuel estar na cadeia desde Dezembro de 1960. A controvérsia foi encerrada com um argumento contundente de Domingos:

“Tu, quando te vieram perguntar aqui, e que te levaram logo preso, eu depois, ainda fui a um casamento a Fronteira. Quando eles estiveram lá, que tu dormias lá no meu António[irmão de Domingos, cunhado de Manuel], e eu estava lá, que também já não dormia em casa, fiquei à da minha sogra, ouvi levar-vos a vocês, a ti e a mais o meu António. Ó depois ainda fui a um casamento, e depois quando vim do casamento é que eles me foram buscar.” (Domingos Catarino)

No seguimento da conversa anterior, Manuel Brás diria, recorrendo ao calendário festivo e a um acontecimento marcante para datar a sua prisão:

“Eu fui preso com 27 anos, tinha feito 27 anos em Janeiro, e depois fui preso três dias antes do dia de Natal. E depois, estive lá estes 22 meses. Quando saí foi no dia 14 de Outubro, e o meu Joaquim Augusto nasceu no dia 18 de Julho, ó depois do outro ano. Foram os nove meses que andou na barriga da mãe! Estas coisas servem para a gente se orientar.” (Manuel Brás)

1.1. O 25 de Abril como marco

O estabelecimento de marcos, que expressam cortes entre um período e outro, é determinado pelas alterações profundas que determinados acontecimentos provocaram nas existências individuais e grupais. As classes, num momento de viragem histórica, vão tendo, em momentos distintos, consciência das mudanças. A propósito da contra-revolução da Vendeia (1793-1796) generaliza Barrington Moore

“Nas revoluções, tal como nas contra-revoluções e guerras civis, surge um ponto crucial em que as pessoas subitamente compreendem que se separaram irrevogavelmente do mundo que conheceram e aceitaram durante toda a sua vida. Para as diferentes classes e indivíduos, este relâmpago momentâneo de uma nova e assustadora verdade surge em pontos sucessivos do colapso do sistema existente. Há também momentos e decisões únicos - o assalto a um palácio, o decapitar de um rei, e, no caso inverso, a queda de um ditador revolucionário - após os quais já não se pode

*voltar a trás. Através desses actos, um novo crime torna-se a base de uma nova legalidade. Grandes sectores da população tornam-se parte da nova ordem social.*⁴⁸⁷

25 de Abril de 1974 é a mais evocada das datas, e a legibilidade da mudança em termos locais articula-se com a apropriação dos órgãos políticos, e correspondente afastamento dos anteriores detentores. Mais, emergem então novos órgãos, que percepcionam a efervescência dos tempos e respondem ao imperativo de participação política dos elementos do colectivo. A Junta de Freguesia é um bom exemplo:

“Toda a gente andava de volta das telefonias para ouvir, depois tudo desabrochou, até que houve alguns que tomaram mais iniciativa e foram mesmo logo a tomar conta da Junta [de Freguesia]. Começamos logo a juntar-nos todos, para tomar conta da Junta. (...) Aquilo não foi logo de repente. (...) As pessoas ficaram: «Mas quem é que manda aqui agora?». (...) As pessoas estão na expectativa, mas depois as pessoas começam a acreditar. (...) Propuseram logo ali uns três, que era eu, era o professor Roupas e o António Prates, para a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia.” (Arménio Marques Gil)

A rememoração em torno da data, frequentemente localizada através do momento preciso em que um indivíduo tomara conhecimento da ocorrência do golpe de Estado, pode ser mitigada pelas evoluções posteriores - estava muito presente aquando da permanência no terreno a derrocada do «mundo socialista», e os escombros do muro de Berlim haviam soterrado algumas ilusões:

“Estava na aldeia do Ciborro, fui fazer a distribuição [de rações], e estava a fazer a distribuição no Ciborro quando eu soube que se tinha dado o 25 de Abril, que eu quando abalei daqui não sabia (...) Depois voltei para trás, já não fiz a distribuição. Para nós foi uma maravilha, só que as coisas levaram uma volta que nós não esperávamos: a reforma agrária acabou, as coisas nos países de Leste... As conquistas do 25 de Abril perderam-se. Acompanhei, gostei e para mim foi uma tristeza ter-se acabado.” (Joaquim Rodrigues)

Nos discursos femininos recolhidos sobre o momento em si, a passagem surge subsumida quer em recordações de carácter pessoal, que obscureceram a percepção da mudança, quer na diluição do acesso à notícia num tempo diferido:

⁴⁸⁷ Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia*, Lisboa, Cosmos, 1975, p. 129.

“Eu não tenho assim grande recordação do dia 25 de Abril. Mas sei que quando o meu marido me disse dessa...ele é que me chegou com essa nova, eu sei que me agarrei a ele e apertei-o tanto que nem queira saber [riso e lágrimas]. Foi.” (Custódia Marques)

“Vivi o 25 de Abril toda lavada em lágrimas. Sabe porquê? Tinha o meu filho na tropa, e o meu filho estava de guarda a um convento em Lisboa. Diga lá como é que eu estava, o meu coraçõzinho...Pensar que o meu filho estava na tropa e estava sujeito a que houvesse outra revolta e que o matassem. Lavada em lágrimas, o mais que podia ser.” (Almerinda Matias, n: 1926)

Virgínia Garcia dos Reis, viúva de José Nogueira, preso em 1962, lastimava o marido: *“Ele, coitadinho, não viu nada do que gostava. Ele morreu em Dezembro de 73, e o 25 de Abril foi em 74.”*

A inserção da data num percurso pessoal, associando o momento ao temor de uma mudança eventualmente mais perniciosa do que a vivência no Portugal marcelista, emerge em dois dos discursos e em ambas as situações é de grande atenção, ou mesmo de apreensão, o olhar sobre os acontecimentos do dia:

“Fui preso em Dezembro de 60 e depois fui em Julho de 62 para Peniche. Saí em Julho de 66 com mais cinco anos de liberdade condicional. Depois desse tempo ainda pensei em ir à França, estive lá uns meses na França e depois não me agradou aquilo lá, na construção civil. Passei esse tempo em França e fui-me outra vez para as obras para Lisboa. Estive lá uns meses a morar em Lisboa e depois deu-se o 25 de Abril. Começamos a ouvir a rádio a dar aquela boa volta do 25 de Abril, para não sair de casa: «Eu vou para o trabalho». Chego ali, no Casão Militar, e havia lá um rapaz que andava sempre com uma telefoniazinha: «Eh pá, liga lá isso, que não sei nada da bola» - disse eu, que não gosto nada de bola, não ligo importância à bola. Porque eu pensei: «Ai Jesus, se vier aí algum aperto, tenho de espreitar como é que eu tenho que galgar aqui estas muralhas...». (Joaquim Castanhas)

Alterações significativas do percurso pessoal, expressas nomeadamente na reunificação familiar e na superação das condições impostas pela liberdade condicional são salientadas no discurso de uma mulher, cuja família havia sido em duas gerações alvo de prisões, com vários elementos na clandestinidade ou no exílio.

“Até ao 25 de Abril mantive-me em liberdade condicional que é no primeiro ano ir-me apresentar à PIDE semanalmente, depois de quinze em quinze dias, depois um mês. Surgiu 74 e foi uma alegria. Só para quem viveu... Muita gente diz: «Ah, o 25 de Abril não nos

trouxe nada». Mas só quem viveu o que nós vivemos é que sabe, realmente o que é que o 25 de Abril nos trouxe. Foi uma coisa sem explicação, foi o rebentar de todas as possibilidades, de todos os sonhos, enfim, foi uma coisa sem explicação. Os meus irmãos estavam em Bruxelas na altura, o Zé e o António. O António tinha fugido da tropa, tinha ido para Bruxelas; o Zé tinha fugido da PIDE mais uma vez, e tinha ido para lá. Depois, foram a mulher e os filhos, foram lá ter com ele. Eu, entretanto, quando saí da prisão fui lá visitá-los. Andei que tempos até que a PIDE me desse autorização. Mas depois, veio o 25 de Abril, que foi o que de melhor aconteceu na vida. Para os meus pais, foi uma alegria tão grande que eles tiveram. Porque, está a ver, a vida deles foi uma vida de sacrifício: a correrem para as cadeias, a correrem para a PIDE, a serem presos (o meu pai, a minha mãe, não). Tínhamos sempre alguém, da família preso. Praticamente tínhamos sempre uma pessoa da família presa. E digo-lhe, fiquei muito triste da minha mãe ter morrido, mas fiquei muito contente da minha mãe não ter assistido ao descalabro que foi... Descalabro das nossas perspectivas, descalabro das nossas ilusões, daquilo que nós sonhámos quando chegou o 25 de Abril, o que podia vir a ser, e que não foi.” (Graciete Casanova)

Este discurso, impregnado de ucrónia - a nostalgia de um tempo que não chegou a existir - tem características comuns a um conjunto de outros que, como já se referiu, reportam a consternação e o pesar por um tempo que, ainda que entendido como dentro do campo das possibilidades, não chegou a ter concretização. Esta projecção para o futuro, em detrimento de um presente que parece ostensivamente comprometer as esperanças depositadas fica bem presente num texto estruturante da cultura comunista, e edificado em torno dela: a «Última carta», escrita por Soeiro Pereira Gomes a Alfredo Dinis, após ter tomado conhecimento do assassinato deste pela PIDE: «Não tem saudades do passado, quem só vive para o futuro»⁴⁸⁸.

Um fugitivo, *desligado* desde 1958 do aparelho político do PCP, Joaquim Henriques dos Santos, recebe a notícia do golpe de Estado num dos fins de semana em que, mensalmente, se conseguia deslocar dos trabalhos de construção da barragem de Picote (Miranda do Douro), à barraca que construía em Paio Pires:

“Era então meia noite, andava eu lá nesse túnel, aparece lá o encarregado que sabia de eu andar naquela vida .Foi-me lá dizer que tinha havido uma revolução - era o 25 de Abril. Eh, pá, aquilo para mim foi uma alegria!” (Joaquim «Gafaniz»)

A situação emergente conduz Joaquim Henriques à recuperação de uma antiga memória de luta, que mantivera latente, mas impossibilitada de ser trazida à luz do dia. Presenciara de forma continuada as arbitrariedades cometidas pelos responsáveis da empresa em que

⁴⁸⁸ Soeiro Pereira Gomes, *Refúgio Perdido e Outros Contos*, Lisboa, Avante, 1975.

trabalhava, nomeadamente o não pagamento de horas extraordinárias devidas, a si e aos outros. A periclitante situação em que se encontrara não lhe havia permitido qualquer tomada de posição, que as novas condições tornavam possível, reactivando uma memória e repertórios de luta.

Outros, que residiam então no Couço e haviam prosseguido em ligação com a agricultura, nas condições impostas pelo abandono dos campos que caracterizou a década de 60, confrontaram-se com a emergência de novas possibilidades, abertas pelo movimento que se seguiu ao 25 de Abril:

“Depois do 25 de Abril tudo de mau que tivesse era sempre muito bom. Por ser o 25 de Abril a derrubar aquele governo, já era mesmo muito bom, pelo desenrolar da situação. O 25 de Abril começa a trazer as transformações (...) Houve transformações que os próprios trabalhadores que trabalhavam comigo na altura me fizeram. A primeira foi minha, mas depois eles também fizeram propostas. Por exemplo, eles ficarem com a maquinaria existente, porque o desenrolar da luta no Couço era tão forte e tendo em conta as consequências que este povo sofria do passado, o que é que foi a tentação? Foi parar todas as actividades, foi não dar trabalho a ninguém, foi abandonar as próprias terras. Pararam o investimento, começando por vender o próprio património, o gado, os porcos. Vender, tem-se sempre que vender, mas tem que deixar sempre o património, que são os pais. Vender então, foi acabar com tudo, acabar com a origem. Bem o património começou a abalar. (...) Fomos preparar a defesa e as medidas a tomar, e as medidas a tomar só apontavam para uma coisa: o tomar as terras, o lavrar as terras para semear o pão, semear os frutos para que nada parasse ou pudesse pôr em causa a vida activa das pessoas.” (Diamantino Ramalho)

As mudanças que este novo tempo trouxe - que propiciam, por comparação, a exaltação da memória em direcção ao passado - são reconhecidas como «conquistas de Abril», numa designação que integra o sociolecto grupal, fortemente impregnado pela linguagem partidária:

“As condições nacionais não foram decretadas pelo 25 de Abril, tiveram de ser conquistadas nas ruas. Às vezes, há dúvidas sobre se isto foi decretado, as férias, o transporte para o trabalho. As pessoas iam a pé para o trabalho, 20 quilómetros. A conquista dos transportes para o trabalho, das férias, do subsídio de férias, das empreitadas discriminatórias, enfim de algum salário compatível, foi ganho depois nas ruas. Não foi de oferta, não foi decretado. Foi ganho pelo povo do Couço e pelos outros povos todos.” (Diamantino Ramalho)

As alterações do poder de compra, de que o 25 de Abril se acompanhou, nomeadamente durante o período de duração da Reforma Agrária, tornaram-se particularmente legíveis no

comércio local, que conheceu então uma fase de prosperidade, reconhecida no discurso elaborado por um comerciante :

“Hoje é diferente. Veio o 25 de Abril, criou-se um nível de vida superior, mas quantas vezes! As pessoas passaram a viver muito melhor, começaram a ter um poder de compra muito superior... Basta que noutros tempos era 250 de arroz, e hoje já não há 250 de arroz, é um quilo de arroz, é meio quilo de massa, é uma garrafa de azeite. Hoje já não há petróleo a dois decilitros e meio, hoje o poder de compra é muito superior do que era antes.”(Joaquim Basílio)

1.2. A Reforma Agrária

A marcação de uma barreira entre um tempo anterior e um novo começo, recordando quanto de traumático existiu no passado⁴⁸⁹ e edificando formas novas, sobressai dos discursos sobre o novo período a que a designada «revolução dos cravos» dera origem.

“Depois veio o 25 de Abril. Fiz parte logo da primeira comissão de trabalhadores aqui do Couço. Eu, o Manuel Brás, o meu irmão Manuel Brás, o Licínio Sabino, o Manuel Cardoso e o Isidro Fino Henriques. Trabalhámos lá nesse ano, com um grupo de trinta e tal mulheres. Ganhámos trezentos e tal contos nesse ano, nessa altura era dinheiro, comprámos uma forgoneta que é a que anda aí na creche. Andou, agora já não é a mesma, esta agora é nova. Depois fui para uma Comissão de Trabalhadores de Monte Novo - Vasco Gonçalves. Os trabalhadores daquela cooperativa, aquilo foi entregue à UCP de Águas Belinhas e nós fomos trabalhar, eu e o meu irmão, para a Vasco Gonçalves. (...) Depois estive ali um ano, e depois fui para a cooperativa «Lutar e vencer», para Madeiros. A cooperativa ainda não tinha nome, e quando para lá fui achava aquilo um bocado esquisito. Todas as cooperativas já tinham nome e aquela ainda não tinha. Fui de autoria, eu e todos os camaradas que lá estávamos cada um pôs um nome num papel para ver qual é que dava mais graça. Por acaso, a cooperativa ficou com o nome que eu puz no papel, que foi «Lutar e vencer». Era um nome que dava uma certa graça, aquele foi o nome que foi aprovado, que mais graça dava. Depois fiquei na cooperativa a trabalhar, até ao fim, da cooperativa se desfazer. Depois aí, havia muita gente a sair, não havia viabilidade das cooperativas para tanta gente. Sai da cooperativa, vim para o pinhão, estou por minha conta.” (Américo Joaquim Brás)

⁴⁸⁹ Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta, 1993, p. 11.

As ocupações de terras são explicadas pelo não pagamento de salários por parte dos proprietários. A seguir ao 25 de Abril, a pressão colectiva pelo emprego no Couço conduzia a que, à revelia de contratação específica, os trabalhadores se apresentassem nas unidades de produção e aí desenvolvessem tarefas tidas como necessárias ainda que os proprietários não estivessem dispostos a levá-las a cabo. Impunham, dessa forma, uma noção social de emprego, contra uma outra, que associava o trabalho às possibilidades de obter lucro.

“Eles [proprietários] faziam arroz, e também faziam um pouco de tomate, mas não lhes convinha fazer searas que ocupassem muita pessoa. Faziam arroz, lá com as máquinas. Nós, depois da ocupação é que fazíamos. Pronto, continuávamos a fazer o arroz, porque a seara de arroz até dá um certo rendimento. Fazíamos o tomate, que empregava muitas pessoas. No início do tomate até dava lucro. O tabaco também (...) porque as pessoas que faziam o tabaco ao fim de um ano tinham ali o seu lucrozinho.” (Manuel Brás)

As injustiças sociais e a desigualdade económica, se caracterizam na longa duração a situação dos assalariados do sul, necessitam contudo de uma conjuntura favorável para se tornarem desencadeantes na exigência de uma reforma agrária e na edificação de um movimento colectivo pela socialização da propriedade. É no período que se segue ao 25 de Abril que surgem condições de desencadeamento, de *participação* - ou seja, em que cada um se sente integrante num todo.

“Bem, aí foi quando começou a reforma agrária. A gente trabalhávamos com muitas dificuldades. Não tínhamos feriados, não tínhamos férias, não tínhamos direitos nenhuns antes do 25 de Abril. Não éramos reconhecidos como gente. Hoje, mesmo assim, somos trabalhadores de cá de baixo em categoria, mas já quase em todo o mundo sabem que há trabalhadores agrícolas, operários agrícolas. Temos esse estatuto de operários agrícolas, que não existia. Aí, foi uma luta que eu agarrei com unhas e dentes, como a grande maioria das mulheres do Couço. Lá houve uma ou outra que não agarrou - há sempre daquelas pessoas que não gostam de participar. Às vezes, nem é pelo medo; não têm feitio para isso. Outras, gostam imenso. A maioria participou. Daí, nesse mesmo ano, isso foi em Abril: já andávamos a plantar tomate, já as searas estavam quase todas plantadas, as do tomate. Ainda se consegui ocupar alguns terrenos dentro dessas campanhas do tomate.”
(Narcisa Aleixo)

Quando, depois de desempenhadas as tarefas, os proprietários se recusavam a pagar, alegando não possuir meios para o fazer, estava dado o mote para que as terras fossem colocadas sob gestão dos trabalhadores (ou seus delegados). Uma conjuntura favorável em termos nacionais criava o pano de fundo para que os coucences - em consonância com os trabalhadores de outras terras do sul - tomassem nas mãos a gestão das terras, com um princípio orientador: o pleno emprego. A míngua sazonal de postos de trabalho era, assim, a mais sentida das injustiças laborais.

Com a sua superação, não necessariamente conjugada com o aumento de salários, o nível de vida local melhorou; a convergência neste sentido de todos os discursos recolhidos permite considerar saturada a informação recolhida.

O desejo de terra, não gerida a título individual, atendendo às condições de produção nas terras do sul, sobrepujado pelo almejar de emprego com duração sazonal, é patente no discurso elaborado por Arménio Gil:

“As ocupações deram-se porque as pessoas queriam a terra. Porque havia necessidade, porque as pessoas precisavam de trabalhar, e isso levou também às ocupações: não é tomar posse da terra e ser dono da terra. Não era ser proprietário. Havia o conceito de que a terra é de todos, não só dos trabalhadores, é de todos. A terra é de quem a trabalha. Dentro de uma organização mais perfeita ou menos perfeita, com mais realismo ou menos realismo, com mais direito de propriedade ou menos direito de propriedade - tudo isso são questões que levam a certos conceitos. As ocupações no seu grosso eram uma maneira de as pessoas terem trabalho e organizarem-se para trabalhar a terra, e definirem o seu governo de vida. Uma nova vida, uma vida diferente, com uma participação activa na produção, como partes mais interessadas em resolverem os problemas de produção e do governo de vida. (...)Os antigos proprietários deixaram marcas profundas no íntimo das pessoas. As crises de trabalho, a forma repressiva que as autoridades utilizavam também a mando dos agrários, como era a estrutura mandante, preponderante, autoritária, aqui, nestas zonas do latifúndio - isso criou marcas nas pessoas, e isso tornava a população um pouco radical. São questões do processo.”(Arménio Marques Gil)

A ênfase colocada na Reforma Agrária encontra a sua razão de ser no problema endémico do sul: o desemprego sazonal que, nos primeiros anos, e em termos de política geral, a reforma de 1975 combateu:

“Com a reforma agrária toda a gente trabalhava. Agarrou-se a reforma agrária, e eu envolvi-me. Embora eu me juntasse àquelas mulheres que já lutavam antes, eu da parte do partido não tinha muito envolvimento. Para já, não tinha dado provas para isso. Mas desde a primeira hora eu agarrei a reforma agrária. Fiz parte logo da primeira direcção do que a gente ocupou, e que foi esse Engal. Aquilo faz parte da minha vida, esse Engal! Logo ali eu assumi a direcção da cooperativa. Criaram-se ali grandes postos de trabalho. Aquilo era lindo de ver!”(Narcisa Silva Aleixo)

Os novos nomes, apostos a entidades igualmente novas, ainda que assentassem sobre o território da freguesia, relatam o início do processo de ocupação de terras e constituição de

novas unidades de produção, geridas por representantes dos trabalhadores que as integravam, geralmente eleitos em assembleias.

“Abalámos daqui, fomos ao Engal e ocupámos. Fomos apanhar Água-Boa, e é como eu digo, Água-Boa é numa grande rebaixa, e depois, quando o tractor, quando os tractores saem do macadame e metem ali pela margem fora, que é mesmo ao lado do rio, ao lado da ribeira, e depois vamos ao monte que é do outro lado do rio, um monte que está ali num cabeço...quarenta e tal tractores, quarenta e dois tractores e os outros três carros de que eu lhe falei. Aquilo era tudo lindo, lindo! A gente ia na cabeça ali à frente, a gente via o milho na última ponta, mas aquilo era lindo, lindo! Ver aquela paisagem tudo de arrozal, era lindo! Foi em Julho de setenta e cinco. Foi o Engal e Água-Boa. Primeiro foi o Peso, no dia 16 de Junho, e estivemos fechados lá dentro do prédio com as Forças Armadas e os delegados sindicais, que a gente viu-se...Isso foi o Peso, no dia 16 de Junho, depois, foi logo a seguir. Em Julho foi o Engal, Água-Boa, Monte Couço. Em Agosto, Águas Belinhas, Sol Posto. Quer dizer, todos os dias quase que saíamos. Houve ali duas semanas a três semanas que a gente foi ocupar isso. Ocupámos Galegos.” (Maria Rosa Viseu)

Segundo vários relatos, a primeira ocupação terá tido lugar em 16 de Junho de 1975. Antes, já havia comissões de trabalhadores formadas nas herdades, mas terá sido a partir de então que se procedeu à criação de cooperativas. Cada cooperativa local tinha a sua direcção e o processo da sua institucionalização terá tido lugar a partir dos registos notariais, que se iniciaram em finais de 1975. A rapidez do processo, com uma conjuntura nacional propiciadora fica expressa na enumeração das herdades que vão sendo sucessivamente retiradas aos proprietários:

“De resto fizemos isso, nesses três meses ocupámos isso. Ocupámos ali também Boucilhos, Galegos, Sol Posto e Águas Belinhas, que era da mesma dona de Sol Posto. Está Boucilhos que era assim de médios proprietários, agora Sol Posto e Águas Belinhas era latifúndio já de há anos atrás. Está tudo em pousio. Monte Couço, também muito rica - quem fazia Monte Couço era um rendeiro, mas rendeiro tal que começou ali quase do nada e abalou dali bem atacadinho de massa. Então, nós ocupámos isso aí, dos donos Barreiras e então depois, conforme se ocupou o Monte Couço, Pinheiro, Sesmarias, Vinha, Arrudas - quer dizer, aqui no Monte Couço ocupou-se isso tudo, porque estavam todas anexas, mas era terra de sequeiro, porque eram só as cortiças. Agora aqui é que era terra rica, que era de searas. Fomos depois à Aldeia Velha (isso foi a 23 de Julho, nunca me esqueço, e até devia de ter trazido mais documentos, que era mesmo a Cooperativa de 23 de Julho) e havia outra que era 6 de Setembro, que parece que era aquela de Madeiros. Houve grandes erros. Aqui a cooperativa de Monte Novo era a Cooperativa Vasco

Gonçalves. Erros...(...) Aquela cooperativa de que lhe estou a falar era Álvaro Cunhal.”
(Maria Rosa Viseu)

Os dados de conjuntura revelaram-se tão importantes que mesmo as fidelidades de longa data ao Partido Comunista puderam ser superadas pelo impacte das circunstâncias. Se um velho militante se dizia um aprendiz de feiticeiro durante a reforma agrária, a quem escapava o desenrolar dos acontecimentos, nos relatos das entrevistas é bem evidente a dificuldade de contenção que a direcção do PCP sentiu, e a luta que foi travada no interior das fileiras:

“Em certa altura recebi um telefonema no Centro de Trabalho do Partido, dos camaradas lá de baixo, não sei qual foi o camarada que telefonou: «Camarada, aí no Couço como é que se passa? Foi deliberado aqui no Comité Central que não seria, que não se deveria avançar aí mais na freguesia do Couço com ocupações de terras. Eh pá, vejam lá se isso pára aí assim, porque não há aí mais nada para ocupar, aí no Couço.» Eu transmiti isso aos camaradas ali, todos aceitaram, os que estavam no Centro de Trabalho do partido. No outro dia, há aquela grande emoção: «Vamos para a luta, vamos ocupar!» Abalámos todos e eu fui também. Embora visse que era errado, os outros iam e eu ia também. Chegámos ali, já tínhamos ocupado o Raivoso, aquilo era uma courela pequena(...), e chegou lá o sargento da guarda aqui do Couço: «Oh Patrício, vamos localizar aí o Canejo, recebemos um telefonema...» Não vinham as forças armadas naquele dia, não vinha a parte do IRA, não vinha ninguém. «Vê lá como é que se faz, no telefonema disseram para não ocupar mais nada». «Pois é, já ontem recebemos outro telefonema mesmo do Comité Central do Partido Comunista, para não ocupar mais nada, mas isto vai a caminhar assim...» E de repente chega o Rui Nogueira: «Eh pá, isto não se pode ocupar mais nada, eu venho aqui, lá dos meus serviços para não ocupar mais nada na freguesia do Couço».(...)[Joaquim Canejo] galga ali para cima de um tractor e reúne ali as pessoas e grita: «Camaradas, chegaram aqui dois indivíduos a dizer para não ocuparmos mais nada na freguesia do Couço. Vocês estão de acordo?» «Não» Vai tudo para a luta à mesma. Eu e o Rui Nogueira já não éramos nessa altura «camaradas», já éramos dois indivíduos que dissémos aquilo. Abalámos dali e vai-se ocupar além um bocado do Gato, a Amoreira, as Casas Novas, passa-se além na Texugueira (...). A partir dali eu já não estava de acordo, estava de acordo com o que o Partido Comunista dizia.”(Joaquim Patrício Isidro)

Os nomes dos capitães das forças armadas que participavam nas ocupações foram atribuídos igualmente a novas unidades colectivas de produção. Em Benavente, Coruche e Vila Franca, os dirigentes das cooperativas procederam então às escrituras de registo da propriedade.

Em 1977 havia 23 cooperativas na freguesia e todas já tinham legalizado a sua situação, de acordo com as possibilidades que a conjuntura desencadeara e através do conjunto normativo criado.

Quando essas unidades de produção colectiva começaram a ser cercadas economicamente e numa conjuntura que se lhes torna desfavorável, em que retornam parcialmente às mãos dos proprietários, o PCP recomenda, como medida defensiva, que se vão juntando as remanescentes para poderem resistir mais algum tempo. Trata-se de uma estratégia de recuo, quando o sentido de perda alastra, e que, ao contrário da fase ofensiva anterior, já só se destina a manter postos de trabalho. É uma prática suicida para as cooperativas que restam, como veio a ser verificado, pois uma cada vez menor quantidade de terra, com técnicas de produção inalteradas, não tem capacidade de sustentar um número crescente de trabalhadores. À ofensiva exterior, alicerçada em novas políticas assentes em formulações legais que lhes correspondiam, juntava-se internamente a dissenção e a discordância face às directivas. Pela primeira vez no Couço, as posições dimanadas dos órgãos políticos do PCP encontram resistência dos trabalhadores das cooperativas que continuavam em condições de garantir emprego e de produzir. No balanço que é feito da situação em que se encontra cada cooperativa no momento da junção com outras, é frequentemente ocultada aos trabalhadores a situação real de cada unidade produtiva. Dissimula-se, sobretudo, o passivo das unidades que se congregam, para evitar que sobressaiam entre os trabalhadores as imagens de desfasamento das cooperativas, que deixavam entrever um futuro ensombrado. A solidariedade com os que iam perdendo postos de trabalho nas terras reapropriadas, que obrigava à repartição do emprego, conduziu, assim, a uma situação precária as unidades colectivas de produção que se mantinham. A fusão, apresentada como medida destinada a fortalecer o movimento cooperativo local, encobria a realidade: fazer das fraquezas forças. Até 1985 garantia-se pleno emprego aos homens e durante todo o ano, enquanto as mulheres trabalhavam sazonalmente. Maria Rosa Viseu, trabalhadora rural do Couço que viria a ser membro suplente do comité central do PCP, num depoimento perante o Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária afirmou que

“...nós, as mulheres, trabalhamos 8 a 9 meses, porque temos consciência de que não devemos exigir mais, porque nós se formos a exigir, exigimos a nós próprias e o trabalho da agricultura é muito custoso,(...) e nós estamos desejando que os nossos maridos vão tendo trabalho efectivo, para que não lhes falte, e as mulheres quando for preciso, esperamos que os nossos dirigentes nos chamem, quando não for preciso pois nós estamos conscientes que não devemos andar lá sem necessidade.”⁴⁹⁰

⁴⁹⁰ Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária, *A reforma agrária acusa*, Lisboa, Caminho, 1980, pp. 244-45.

A partir de 1985 seguiu-se com os homens o que já se fazia com as mulheres: sazonalmente, os trabalhadores rurais eram encaminhados para o fundo de desemprego, em vez de serem mantidos em tarefas de desbaste de matos durante parte do ano. Estas tarefas, consideradas prescindíveis pelas cooperativas como o haviam sido pelos proprietários, são todavia reconhecidas como de grande utilidade pela produtividade acrescida dos terrenos. Até 1990, esta foi a prática seguida. O ano de 1990 fica marcado pela última devolução de terras aos antigos proprietários:

“Quando tiraram Entre-Águas tivemos que arrumar logo. Muita gente tinha a sobrevivência em Entre-Águas, porque tinha setenta e tal hectares de regadio, de terra boa. Ao tirarem aquela terra, pensámos: «Isto é arrumar mesmo». (...)Trabalhavam lá 90 pessoas, a gente não éramos capazes de arrumar lá 90 pessoas, que era muito pouquinho, não dava para viver. Foi o fim aqui do lado de Santa Justa, foi em 1990.”
(Domingos Catarino)

A ofensiva da contra-reforma agrária constitui um epítome da verificação de dois factos: em primeiro lugar, conjunturas determinadas edificam normas de acordo com aquilo que as sirva, e o edifício legal é alterado quando os grupos dominantes são substituídos; em segundo lugar, os grupos que se alcandoram centralmente no poder não correspondem necessariamente às expectativas geradas num nível mais localizado, ainda que eventualmente venham a servir os interesses das elites locais, com capacidade para constituir grupos de pressão. As condições actuais, que derivam da integração de Portugal na União Europeia e da obediência à Política Agrícola Comum, com um conjunto de subsídios que assentam na propriedade da terra e não na sua utilização é particularmente condenada pelos entrevistados, que a culpam do esvaziamento da freguesia, persistindo em considerar o emprego prioritário.

“Nesses anos que a reforma agrária durou foi lindo! Foi bom de ver, é verdade! Ainda hoje, eu penso que não há ninguém que tenha a coragem (só aquelas pessoas que estão nos gabinetes e que ouvem falar da reforma agrária é que dizem mal da reforma agrária), eu tenho a certeza que aqui nesta zona onde a reforma agrária foi viva e que foi participada, ninguém tem a coragem de dizer que a reforma agrária foi má, ou que foi ruim para alguém! Hoje, há pessoas que não ganharam mais um tostão para ninguém desde a reforma agrária! Ninguém lhes dá trabalho.(...) Hoje há misérias enormes, enormes. A reforma agrária foi bom para isso tudo. Havia muito comer, havia muito trabalho, havia de tudo com fartura. Havia de tudo naquelas cooperativas. Eu, hoje, quando passo aqui por aquele Engal, tenho tristeza. Porque aquilo, era só verde, só se via verde. Aqueles montes era tudo caiado, mesmo no tempo da reforma agrária. Aqueles montes deles era tudo caiadinho. Pronto, aquilo foi tudo estimado no tempo em que houve reforma agrária. Não é como eles dizem. Não foi devassado, foi conservado, foi caiado, foi

arranjado. Foi tudo muito bonito. Depois, deu-se o contrário. Começaram a aparecer as ocupações⁴⁹¹. Foi doloroso, foi outra época da minha vida que foi muito dolorosa. (...) Com o desfazer da reforma agrária foi tremendo! Foi muito sofrimento, foram muitos postos de trabalho que foram abaixo, foi vidas onde houve porrada e muito sofrimento...Aí, sim, houve violência. Não foram os agrários. Nunca vi nenhum agrário agredir nenhuma trabalhador. Era a GNR que agredia, que batia sem dó.” (Narcisa Aleixo)

A criação de uma cooperativa de consumo, designada *Cooperativa Canejo* em homenagem a Joaquim Canejo, o indivíduo que mais terá contribuído para a sua edificação, correspondeu à antevisão de um período de refluxo da reforma agrária, destinando-se a resguardar os trabalhadores em termos do acesso aos bens de consumo. Segundo Joaquim Canejo, a cooperativa não terá ferido o comércio local, que estava então decrépito, dirigido por homens idosos e cujos filhos tinham seguido outras profissões. Em 1976, no dia da festa do jornal *Ávante*, segundo Joaquim Canejo, foram erguidos os primeiros pilares do edifício da cooperativa, que haveria de ser inaugurada em 12 de Dezembro de 1977. Aproveitando o trabalho não remunerado de homens e mulheres locais, o edifício foi sendo construído, através das contribuições que iam sendo recolhidas. As mulheres tiveram um papel importante no recrutamento para a cooperativa, tendo-se fixado uma quota de 1500 escudos por casal para a adesão.

O terreno onde foi edificada a cooperativa é propriedade de Barreira e Irmãos, e o dirigente da cooperativa vem pressionando a Câmara Municipal para fazer uma expropriação, atendendo à utilidade pública do organismo. A cooperativa faz matanças semanais, e cuida do fumeiro segundo as técnicas tradicionais da zona. O afluxo de clientes, mesmo não sócios, aos produtos tratados do porco é bastante grande, havendo necessidade de fazer encomendas para garantir o acesso ao fumeiro. Por encomenda, cozinha para fora, preparando almoços para trabalhadores que se deslocam de fora, e permite que estes consumam os próprios farnéis no recinto do bar. Ao fim de semana, o bar da cooperativa é um dos locais congregadores da sociabilidade masculina no grupo dos trabalhadores rurais e dos que, semanalmente ausentes em Lisboa como operários, retornam à sexta-feira à freguesia. Os petiscos masculinos, que apelam ao consumo de vinho e cerveja, são preparados no bar da cooperativa e obedecem à sazonalidade dos produtos: ossos de porco, amêijoas, codornizes, espargos. A continuidade é dada pelos acepipes provenientes da matança semanal. Os preços da cooperativa são particularmente convidativos para quem auferir baixo salário, disputando a clientela dos cafés.

⁴⁹¹ É muito frequente, nos discursos elaborados pelos indivíduos que estiveram envolvidos no processo de reforma agrária, que a referência às «ocupações» esteja associada ao retomar das terras pelos antigos proprietários, enquanto que a apropriação destas pelos trabalhadores é designada *toma* ou *tomada*.

Todavia, a cooperativa vive essencialmente dos trabalhadores rurais que residem nos lugares anexos, enquanto que os cafés do Couço são frequentados principalmente por habitantes da vila.

Ainda que a designada contra-reforma agrária tenha conduzido a um retorno das terras à posse dos anteriores proprietários, o processo foi lento no Couço, e a posição dos donos das terras não voltaria a recuperar. Quando estas são retomadas pelos proprietários - e note-se que no Couço, entre os envolvidos no processo de reforma agrária, é este fenómeno que é designado *ocupação* - ao triunfar uma forma política descentrada do emprego, a retaliação não tarda, atingindo os que mais se haviam empenhado no movimento cooperativo.

Na actualidade, com a ofensiva contra o PCP que desde o 25 de Novembro de 1975 rechaçou esta força, a dicotomia encontra-se entre *os que querem fazer coisas*, que querem actuar e os que propugnam a inércia. O poder local é, para os militantes comunistas, um bom lugar para avaliar quem quer transformar a realidade e quem só deseja o poder. Os militantes locais reiteram uma imagem que configura a memória social: a de que as câmaras comunistas são operativas e actuanes.

2. Memórias pessoais e memórias particulares

Se uma parte das memórias recolhidas se reporta à vivência de grupo, em diferentes situações, enlaçadas nos momentos vividos em colectivo ressaltam as memórias inerentes exclusivamente aos que relatam, que os envolvem e ao grupo familiar. Frequentemente não cambiáveis, estas memórias constituem um património simbólico que envolve os indivíduos e suas famílias, perpassado pelos comportamentos e pelas atitudes que permitem construir uma reputação. Ainda que recorrentemente as memórias esbatam os indivíduos, subsumindo-os num pronome pessoal plural, o nível do *eu* na relação com os elementos dos grupo familiar serve à constituição de uma representação pessoal e familiar que edifica uma identidade.

A percepção individual do tempo converte um período de muita actividade, que passa depressa quando ocorre, numa narração em que a densidade descritiva e a atenção aos pormenores revelam a grande expansão que assumiu na memória. Por outro lado, períodos muito longos mas relativamente inactivos, como os que ficaram recobertos por estadias demoradas na prisão ou no hospital, são encurtados na memória devido à sua invariância. A percepção individual do tempo está ligada a sentimentos pessoais de satisfação ou de sofrimento, recordando-se de forma densa os que atingiram um carácter paroxístico.

Entrelaçadas nas recordações do grupo, sobressaem as memórias que integram a família, seja para atribuir à genealogia um baixo limiar de revolta, que impeliria cada indivíduo a fazer jus à memória que transporta, seja para datar algum acontecimento, seja ainda para apontar os padecimentos vividos pelos elementos do grupo familiar em consequência dos opções políticas de alguns dos seus membros.

“Eu juntei-me com a mulher no dia 9 de Maio e fui preso no dia 26 de Junho. Portanto, estive pouco tempo junto com ela.” (Joaquim Patrício Isidro)

“O meu pai aguentava pouco os patrões. Explodia. Às vezes, fazia mal a ele próprio, mas não se deixava calcar. Andava com os tarabecos no ar, mas não se deixava calcar. Então, andou por muito monte.” (Maria Rosa Viseu)

Constantes são igualmente as referências às situações de miséria e humilhação vividas no passado, ou relatadas por membros da família, considerados decisivos nos percursos da existência dos indivíduos. As crises da vida doméstica, ainda que recobertas pelas solidariedades da família extensa, confrontavam-se frequentemente com uma situação irresolúvel, pela incapacidade dos grupos de parentesco - que viviam uma idêntica situação - conseguirem fazer face às dificuldades surgidas:

“A minha mãe conta tanta vez! Dívidas e dívidas ali na farmácia... Primeiro foi a minha irmã: adoeceu em Agosto, levou uma vacina em Agosto, vacina foi, que foi morrer a três de Dezembro. Vinha de Verdugos aqui sem dinheiro. Vá de fiança, fiança ali na farmácia. Às vezes ia ao médico...Uma vez foi com a menina ao médico e disse ao médico que não levava dinheiro, e o médico respondeu para ela: "Ó minha senhora, não posso fiar esta receita" (eram cinco escudos). E então: «Ai, mas eu não tenho dinheiro nenhum!» «Não, não pode ficar a dever!» «Deixe-me lá ver que eu vou pedir ali cinco escudos ao Artur Basílio» (que era onde a minha mãe se aviava). E faz assim a minha avó: "Toma lá estes cinco escudos que eu aqui tenho, que eram para comprar o bacalhau, então toma lá." A minha mãe aceitou, e deu, pagou-lhe a receita. E a minha avó coitadinha, dirigiu-se a uma loja, onde está hoje um restaurante que é O Ilhéu (estava aí uma loja) e coitadinha, pediu fiança, se lhe fiavam o bacalhau. Também não lhe fiou. Depois foi mais abaixo, onde é hoje um café, era uma lojinha de produtos alimentares e o dono disse: "Leve o que você quiser, senhora Maria", e a minha avó, coitadinha, levou o bacalhau. Bom a minha mãe ficou a dever. Vai a minha irmã, morreu. A minha mãe depois pagou tudo, o meu pai trabalhava, pagou tudo. O meu pai cai numa doença, cansado. Foi o meu pai, três anos. Tinha anos de fazer só duas semanas, três, comigo e a minha mãe. A minha mãe, coitadinha, é que andava a ganhar aqui quatro escudos, é que andava à azeitona, e eu é que ficava em casa. Umás vezes, quando ele estava melhor, ia esperá-la. Pois lá está, do nascer ao pôr do sol, muito longe e depois ela cheia de medo da charneca, matos muito grandes... A minha mãe contava, e depois eu conheci também, com catorze anos. Em rapariguinha eu corri aquilo tudo a arrancar mato, e conheci. Dias em que o meu pai não aparecia, dizia: "Estás pior" e vinha sozinha. Tinha eu seis aninhos, e já ficava sozinha.”
(Maria Rosa Viseu)

O discurso sobre alguém está sempre acompanhado do nome próprio e dos termos designativos do parentesco. Os pronomes possessivos substituem, entre os elementos do colectivo, a referência às linhas de consanguinidade ou de aliança. *O meu X* reportar-se-à a um irmão ou a um marido, não sendo extensível aos primos ou aos elementos de gerações anteriores. A ausência destes termos, ou dos de “vizinho” ou “camarada” assinalam alguém como estranho, sem parentes, sem relações, a que se atribui uma identidade só aproximativa. Escreve Françoise Zonabend que, em Minot, todas as pessoas se encontram ligadas por um nó genealógico, que é organizado no espaço e no tempo, onde misturam o passado e o presente, os parentes e a colectividade. Assim, cada indivíduo insere-se num tempo, tempo esse inscrito num espaço e que fica fora da história e do acontecimento. No caso estudado, o tempo da vida familiar entrelaça-se recorrentemente com a vida grupal, e a história individual mescla-se com

os acontecimentos de âmbito colectivo ou social, servindo à datação daqueles, principalmente entre os menos letrados.

Quando um indivíduo descreve as suas relações de parentesco, opera cortes ou alarga-as em função de critérios que lhe são próprios: assim, cada indivíduo manipula a genealogia no sentido da construção da sua identidade, assumindo o parentesco uma função de legitimação. Uma história de vida cruza-se com várias outras, transporta pedaços de outras, que são dilatadas ou suprimidas em função do papel que Ego lhes atribua na arquitectura da sua existência, dependente igualmente do interlocutor. No caso de Joaquim Patrício Isidro, as referências ao seu irmão Liocínio Isidro são pormenorizadas, nomeadamente no que concerne ao processo de prisão e tortura. Famílias há no Couço que, ao longo de gerações, perpetuaram uma tradição insubmissa, e das quais os arquivos da PIDE dão testemunho. Os processos individuais da PIDE dão conta desse envolvimento familiar. Acerca da família Casanova, numa fase em que dois dos filhos, José e Joaquim, estão presos, a mãe, *“conquanto não lhe sejam conhecidas quaisquer actividades políticas, manifesta-se, no entanto, ruidosamente, contra a Situação, sendo também um dos indivíduos que assinou a lista sugerindo o afastamento de Sua Excelência o Presidente do Conselho, da vida política.”*⁴⁹² As jóias da coroa não cambiáveis, que servem à identidade familiar, que dão a cada indivíduo a marca do único - a *aura*, no sentido de Benjamin⁴⁹³ - criam e mantêm a reputação e o prestígio:

“Eu começo pelos meus avós. Os meus avós eram pessoas de tradição republicana, que lutaram, iam para o campo fazer sessões de esclarecimento já nessa altura, e eram perseguidos por isso. Criaram um clube com uma biblioteca famosa, que anos mais tarde foi destruída pela Pide. Pelos fascistas, nessa altura ainda nem era a PIDE, eram os fascistas de lá. Portanto, nós temos essa tradição. O meu avô paterno quando tocava o hino nacional fazia-nos levantar a todos: «Então, menina, não ouve o hino nacional?». Os meus pais já vinham com essa tradição. Os meus pais criaram-nos de uma maneira fantástica, trabalhando muito. Trabalhámos muito, éramos sete irmãos, passámos muitas necessidades. Não passámos fome, isso não, como muita gente lá da terra passou. Não passámos fome mas passámos muitas necessidades, trabalhámos muito, começámos a trabalhar mesmo de pequeninos.” (Graciete Casanova)

⁴⁹² Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 4031 S-R/59*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 10, respeitante a uma informação datada de 5.4.64. Sobre o pai da mesma família Joaquim da Silva Casanova, «O Casanova do Beco», que já estivera detido, em 5.1.64 uma nota do Posto da PIDE do Entrocamento ressalta que *“É indivíduo dedicado à sua profissão e sério nos seus negócios, nada havendo a apontar-lhe em seu desabono moral. Politicamente sempre hostilizou o actual regime, já esteve preso nesta Polícia por actividades subversivas e subsistem as suspeitas de que pertence ao «partido»”*. Idem, *ibidem*, fl. 11.

⁴⁹³ A *aura*, que remete para um tempo e um espaço de simultaneidades único, está ausente no que é reprodutível. Cf. Walter Benjamim, “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”, in *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, Lisboa, Relógio de Água, 1992, pp. 93-114.

“O meu pai, apesar de ser um homem que não tivesse andado na escola, foi um homem que foi da esquerda. Lembro-me de o meu pai ler o Avante e eu dizer à minha mãe: «O pai lê um jornal comunista e eu gosto de ler e o pai não me deixa ler...» «Se o gaiato já viu, tens que lho mostrar, que é melhor, senão ele vai, e pode dizer, dar com a língua nos dentes. Então tu avisa-o, dá-lhe o jornal a ler e avisa-o.» Comecei logo a ler o Avante em pequeno. Não sei se aquilo seria em 43, 44, que eu lia o Avante. Era um jornal feito desse papel...sei lá, que tinha que se ler com muito cuidado para não se rasgar.” (Arenato Brás)

“Isto é mesmo de gerações. O meu pai nunca pertenceu ao Partido Comunista, não era. Mas ouvíamos a Rádio Moscovo em nossa casa. Tinha eu poucos anos, e o meu pai era simpatizante do Partido Comunista Português, e de outros partidos comunistas. Eu tenho uma família em que todos eles são, praticamente. Os meus tios, o Custódio, o Joaquim, o Isidro, as mulheres do Custódio e do Joaquim, o Zé Nogueira, meu primo, o Joaquim Basílio, meu segundo primo - todos foram presos. Os outros, não foram presos mas é quase tudo pessoas de esquerda.” (Joaquim Rodrigues)

As referências à vida familiar, aos conjuges, irmãos e filhos servem à explicitação das condições para o encaminhamento político, como à ilustração das resistências encontradas para esse envolvimento:

“E isso também me ajudava a mim, porque se eu via que a Maria também era do Partido, sabia que a família, que o meu sogro, o pai da Maria, também já via muito pouco, mas ainda lia o Avantezinho, punha os óculos e ia apontando...Portanto isto, para mim, que sabia disso, que o acompanhava (era eu que lhe emprestava esses Avantes), sabia que era um antifascista, mas um antifascista honesto, uma pessoa dedicada mesmo. Isso para mim também me facilitou a vida. Os meus pais, o meu pai foi um republicano, fez parte do Socorro Vermelho. Eu até ainda acompanhei o meu pai a levar materiais, comida e dinheiro. Mas o meu pai, depois, não foi bom para o filho. Nunca foi fascista, mas politicamente, olhou mais à vida dele. Por vontade dele, eu não tinha entrado no Partido, por vontade dele eu tinha deixado tudo. Era muito doente. A minha mãe era uma pessoa que nunca esteve contra mim, mas também nunca me apoiou, porque não podia. Era a questão das dificuldades que havia naquela altura.” (João Camilo)

As penas da vida na resistência são extensíveis às famílias, directa ou indirectamente, variando as atitudes que os elementos dos agregados adoptem face às escolhas políticas de um dos seus membros:

“A minha mulher às vezes queixava-se, coitada, que ela era doente. Ela morreu com uma ataque cardíaco, sofria do coração. Ela morreu também mais cedo também por causa

desta minha história, de eu andar metido nisto. Ela talvez ainda fosse viva se eu fosse uma pessoa normal, como outra pessoa qualquer. Ela nunca me acusou disso, mas a minha filha já me tem dado toques sobre isso, e o meu filho também: «Se você não andasse nessa vida, talvez a mãe estivesse viva». E eu fico um bocado chocado com isto, mas tenho que aguentar.» (Jerónimo Bom)

“Depois de vir da PIDE, eu ainda estive lá uns dias, talvez um mês ou dois meses porque tive que me andar a tratar em Palhavã. Vinha em mau estado, tanto que eu tive que ir tratar-me, tive que ir para o médico. O meu filho estava em Lisboa, estava em casa da minha cunhada, porque andava a estudar. Abandonou o estudos...que ainda é essa mágoa que eu tenho porque o meu menino tinha feito o segundo ano, tinha ficado bem, e era para seguir os estudos, mas a gente não tinha dinheiro, porque o meu marido estava preso e eu tinha estado presa também. Fomos os dois... Enquanto eu estive, ainda pude ajudar. Ele foi preso, eu fui presa...não pudemos de maneira nenhuma, e o meu filho abandonou os estudos. Depois há a tropa... o meu filho (ai, isto é mesmo uma casa de revolucionários) nem queria ir matar negros nem queria morrer. Vai clandestino para a França, uma criança com dezanove ou vinte anos... Eu tenho passado muita coisa na vida, mesmo muitas. Tivemos que lhe mandar dinheiro daqui, não tinha trabalho, não tinha nada e estava em França.” (Olímpia Brás)

A marcação das vidas individuais pelos acontecimentos vividos e principalmente pelos efeitos da repressão são relatadas com frequência e podem atingir as mais drásticas consequências. Uma das mulheres que seria detida em duas ocasiões relata o efeito a longo prazo na vida de um seu irmão:

“Nós éramos sete, quatro raparigas e três rapazes, e morreu-me um irmão de acidente, que era o mais velho. E este irmão é muito desgostoso, e morreu-lhe a mulher e apareceu-lhe uma doença de coração, junto a esta coisa da PIDE. Sofreu muito, fugiu muitas noites, esteve preso ainda muito tempo.(...)Uma noite, pegou numa caixa de madeira e numas cordas e foi para o pé da casa mortuária. Foi ao pé da casa mortuária e matou-se numa oliveira. Ele não podia nada, não podia com coisa nenhuma e nessa noite pode com a caixa de madeira para se pôr em cima” (Almerinda Matias)

Passível de permitir a identidade grupal, o acto de casamento civil - para um dos casais entrevistados concretizado na cadeia - constituía igualmente uma escolha que obrigava ao pagamento, enquanto que, pelo carácter de *zona de missão* da localidade, o matrimónio religioso era gratuito:

“Casámos. Nessa altura a gente foi casar a Coruche, pelo registo civil. É o casamento dos comunistas, porque naquela altura a gente até casávamos de graça, se a gente quisesse casar por igreja. O padre casava a gente. Naquela altura, obrigaram-nos a tirar o bilhete de identidade, foi em 60. Tirámos o bilhete de identidade e fomos a Coruche ao registo civil e casámos. Arranjámos lá um padrinho, padrinho esse que foi o Joaquim ‘Zé [Dias], que andava lá pela rua.” (Joaquim Patrício Isidro)

Há uma forte conexão entre a forma como os indivíduos narram a sua experiência pessoal e as transformações da realidade. O testemunho que é dado, e que escapa à esfera de comunicação comum dentro do grupo, obriga a uma contextualização em termos do espaço e do tempo por ser feita perante um interlocutor exterior. Quanto menor é o grau de instrução do militante, e quanto mais curto o seu raio de acção e de conhecimento, tanto mais é tentado provocar o reconhecimento dos que estão envolvidos no que é relatado.

Quando recorda um acontecimento acompanhado, dizendo que ocorreu há vinte e cinco anos, um dos entrevistados é interrompido pela mulher, Joaquina Rosa, que lhe diz que não foi há 25 mas há 35 anos, porque estava de luto pela irmã. Almerinda Matias, detida em duas ocasiões e que não consegue datar as suas prisões, diz que na primeira tinha o filho mais velho 2 anos e na segunda estava grávida do mais novo - a datação torna-se possível pelas idades das crianças.

“Eu sou militante do Partido Comunista desde que nasceu o meu filho. Foi quê que ele nasceu? (responde a mulher: «Mil novecentos e quarenta e nove») Pois, foi em 1949 que eu comecei a ser militante do Partido. Já morreu, o homenzinho, era o Luis Filipe. Andámos os dois a tirar cortiça, em Verdugos, e ele aparecia-me lá - eu já tinha visto um ou dois - e ele aparecia-me lá com os Avantes! Pequeninos. Ele também não tinha andado à escola, mas sabia ler, aquele homem. E depois começou-me a dizer: «Eh pá, tu não tens isto?» «Não, isso é o quê?» «Os Avantes!, é para a gente, eles cá aparecem, não tens precisão de saber isso, quem é que os traz. A gente dá todos os quinze dias cinco escudos para a ajuda dos presos que estão nas cadeias. Para o tabaco, para a alimentação, e tal...» Era o Partido. Eu disse logo: «Quero, pois, quero» e começou logo a trazer-me uns papelinhos e eu comecei a dar os tais cinco mil réis por quinzena e pronto, aquilo foi caminhando” (João Pedro Marrafa)

Maria Galveias, que levou a filha consigo aquando da detenção, em Abril de 1962, relata a continuidade do sofrimento que atinge, no caso relatado, alguém que não o escolheu. Nesta narração emergem as referências aos tormentos comuns, resultantes da situação de memória colectiva, acrescidos daqueles que resultam das detenções por parte da polícia política, e que não dependiam necessariamente da militância política:

“Quando fui presa, já o meu marido estava preso, estava a cumprir as medidas de segurança, ou como é que se diz aquilo. Medidas de segurança. Vieram-no buscar a ele às duas da manhã, e a mim fizeram-me o mesmo. Eu estava de noite a dormir com a minha filha, lá em baixo no Sol Posto, um monte velho que já não tem ninguém agora. Vivíamos ali, numa casa muito velha, muito ruim, mas enfim, era o que se podia ter nessa altura. A minha filha tinha sete aninhos, o pai já tinha sido preso e ela já tinha sofrido um bocadinho grande. Muitas vezes, era de Inverno, e ela com fato de Verão. Já sabia o que era o sofrimento, já sentia o sofrimento da PIDE e do fascismo, nessa altura. (...) À mesma hora que o vieram buscar a ele, vieram-me buscar a mim. Eu tinha outra miúda a dormir junto com a gente, que era ali duma vizinha. O pai dela foi preso junto comigo, Joaquim Galvão. A miúda ficou lá e depois a minha veio comigo.(...) Ali é que nos juntaram todos, uns com cabeças partidas, cheios de sangue, e a miúda acompanhou aquele terrorismo todo. Ficou muito chocada, também.(...)Ela já estava muito enervada do pai, já ia a sofrer comigo, e já ia perder a escola, a prejudicar a vida dela logo de princípio. (...)A miúda agarrou-se a mim, e o comandante até é que lhe disse: «Olha, Ana Maria, a gente vamos-te levar à tua avó.» Perguntaram-me se eu tinha alguém na terra que me fizesse pela miúda, e eu disse que a minha sogra, que era já velhota. A miúda ali, agarrou-se ao meu pescoço e eu tive que arranjar forças. (...)Chorava, chorava e o guarda, corriam-lhe as lágrimas pela cara abaixo: «Olha, Ana Maria, custa-me muito, mas a tua mãe, outro dia, vem...». Ele lá esteve a iludir a miúda.(...) Lá me vieram entregar a miúda à minha mãe, já não seguiu connosco para o forte.” (Maria Guilhermina Galveias)

Maria Albertina, casada com Joaquim Beco, com grandes dificuldades na datação da prisão do marido seguindo uma cronologia geral, que mede todos os acontecimentos em todo o lado, utiliza um tempo medido pelo corpo, no ritmo da sua vida pessoal e no crescimento das dimensões da sua família, para ter a percepção - e fornecê-la àqueles com que se encontra em relação - do fluir do tempo. No seu relato, o tempo é também percebido através do trabalho, convertido em dinheiro destinado a pagar uma multa que servia à remissão do tempo de cadeia. O período de prisão do marido, que corre paralelo a uma gravidez, já não passível de interrupção, fica igualmente marcado pelos percursos num território estranho, que convoca conhecimentos não possuídos: a cidade de Lisboa.

“O meu marido foi preso e eu andava grávida de três meses da minha filha. Pronto, nem tinha já tempo para ir deitar fora, para ir desmanchar - porque era aquela coisa, dantes iam fazer aqueles abortos - nem havia já tempo nem tinha dinheiro. As outras, emagreciam com o desgosto, e eu engordava. Eu tinha já os dois filhos e depois nasceu a minha filha em Janeiro e quando o pai saiu já ela tinha sete meses. Eu não tinha

ninguém, ninguém, ninguém que me ganhasse meio tostão partido ao meio. Depois, paguei a multa, os dez escudos por dia para ele sair, senão estava lá mais tempo. Eu não tinha dinheiro, fui para ali trabalhar para baixo, para as Faias. A gente íamos trabalhar de manhã, levávamos um lanchezinho e fazíamos a gabela da manhã e depois vínhamos para casa. As minhas amigas vinham para casa e eu fui para um monte que está além abaixo, chama-se Boicilhos. Estava lá um senhor que era meu padrinho - a filha dele era minha madrinha - e eu fui-lhe pedir dinheiro para o meu marido sair. Ele emprestou-me dinheiro e eu fui com o dinheiro para pagar a multa. Senão, não podia sair de lá sem pagar, pois. Tinha outro tanto tempo, se não pagasse. Foi uma vida muito arrastada. Tive pessoas amigas que repartiam comigo e a minha mãe, que já era velhota mas estava ainda a servir, teve de deixar a casa onde estava para vir para a minha companhia, para me ajudar. A minha filha tinha quatro meses quando eu enreguei a trabalhar no campo. (...) Eu sofri muito lá naquelas ruas de Lisboa, já com a barriga à boca e sem conhecer uma letra, nem saber nada. Arranjei-lhe um bom advogado.” (Maria Albertina Beco)

Pelo lado do marido, que arrostaria a mais pesada das penas do seu processo, pelo envolvimento no corte dos fios telefónicos que isolaram a povoação, o tempo de prisão é marcado por uma perda material: para fazer face à dívida que resultara da remissão de parte do tempo de cadeia a dinheiro, tiveram de perder a própria casa, passando a residir em edifícios alugados.

“Para pagarmos ao padrinho dela [esposa] eu tinha ali umas casinhas muito boas e tive que as vender para não andar a dever.” (Joaquim Beco)

A percepção da vida, em termos colectivos, como uma continuidade na qual se cruzam e a que dão existência os próprios indivíduos, inscrevendo-a num fundo comum, perpassado pelos acontecimentos, nacionais ou transnacionais, e pelas inter-relações inerentes aos processos sociais é evidenciada na compreensão que Joaquim Basílio denota ao relatar episódios que lhe sucederam, inserindo-os numa sequência que integra outros factos sob um fundo comum:

“São coisas que me marcaram logo desde pequeno. O meu pai tinha uma fazenda, tínhamos um palheiro, e um dia aparecem uns refugiados de Espanha que eram uma espanhola e um português que fugiram para cá. O homenzito estava ligado, estavam ligados ela e ele ao Partido Comunista de Espanha, e então vieram para cá. Pediram ao meu pai se podiam...o meu pai deu-lhes aquele palheirozito por uns meses, e eles já traziam o Avante e eu já lia. Era muito pequenino naquela altura. É como digo, isto é vida e a gente tem esses episódios nela.” (Joaquim Basílio)

3. O papel do género

Carol Andreas, antropóloga que estudou os movimentos populares de mulheres no Peru, refere que aí as mulheres constituem a maior força produtora de alimentos, o que dá às assalariadas rurais um peso dentro do movimento feminino. As organizações de mulheres, que a autora descreve como muito intervenientes em Agosto de 1982, haviam permitido que estas se sentissem mais poderosas, apesar da repressão de que vinham sendo alvo. A autora, que viajara para o Peru a partir do Chile devido ao golpe militar de 1973, faz observação participante com um pendor acentuado para o segundo ramo. As mulheres que estuda são politicamente activas nos bairros de lata das cidades e nas comunidades indígenas do campo e da montanha⁴⁹⁴, não correspondendo à imagem de apatia e fatalismo que costuma prevalecer entre os pobres⁴⁹⁵. A consciência política feminina nas cidades é atribuída pela autora como uma reacção à falta de eficácia dos dirigentes políticos masculinos na resolução dos problemas que as mulheres sentem com maior intensidade. Mais, foram as mulheres que tomaram em mãos o renascimento da nação andina-amazónica que assenta no retomar de uma tradição anterior ao penetrar do ideário e das práticas coloniais, tal como foram apresentadas por filósofos peruanos fundadores do movimento indígena e que fundam no *incanato* - o governo estabelecido pelos incas e que caracterizam como comunitarismo agrário - , e no qual deve ganhar raízes o socialismo moderno. Organizaram comissões de vizinhança nos bairros degradados, durante a lei militar e como uma feminista escreve, durante as greves, a repressão não distinguia as mulheres dos homens; só os camaradas de partido, da esquerda, o faziam...

Esta discriminação, de que não emerge no Couço uma tão clara consciência por parte das mulheres entrevistadas, pelas edificações em torno do género com aceitação pelo lado feminino da organização política, é detectada todavia através de um olhar atento. Procurar-se-à demonstrar a fusão de algumas construções em torno do género com três níveis de relações com o passado, que contribuem num primeiro plano para o despertar da consciência política, enquanto num segundo edificam em momentos determinados um conjunto de movimentações de carácter político. Os três níveis da rememoração, que justificam a reputação de «aldeia vermelha» à povoação abordada, correspondem e recobrem outras tantas vias de relação com o passado. O primeiro, centrado nas condições de vida, fornece o fundamento material para a emergência de uma consciência política, decisiva para o desencadear das lutas. O segundo, que busca uma especificidade coucense comparativamente a outras povoações, ressalta a existência de uma tradição local de luta. Finalmente, num terceiro nível, as recordações reenviam para o parentesco,

⁴⁹⁴ Carol Andreas, *When Women Rebel - The Rise of Popular Feminism in Peru*, New York, Lawrence Hill Books, 1985, p. xiii.

⁴⁹⁵ Sobre a cultura da pobreza, v. Oscar Lewis, *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes, 1979.

numa memória que encontra a sua razão de ser nos antepassados e afins, numa vivência familiar que reproduz no resguardo da casa a perenidade das formas de resistência.

Interessa-nos abordar a memória da resistência feminina nesta aldeia relativamente a um período determinado - entre 1958 e 1962 - com base nas narrações de vida das mulheres. Esses relatos, cuja abordagem ulterior foi feita quer pela via do significado dos acontecimentos para cada uma das envolvidas, quer tendo em vista a reconstituição de uma realidade de referência, foram recolhidos ao longo de catorze meses de estadia no terreno (entre Fevereiro de 1994 e Abril de 1995) ou mais tarde, no que se refere aos que não residiam então no Couço. As mulheres foram entrevistadas nas suas residências, por vezes com a presença do marido ou outros familiares, na casa que eu alugara, ou no centro de trabalho do PCP. Nas entrevistas, conduzidas depois de um conjunto de encontros preliminares, adoptou-se uma postura não directiva, após uma introdução em que eram salientados os tópicos de maior interesse, controlados *a posteriori* através de um guião. Uma das mulheres foi confrontada com a transcrição do seu relato, que completou e corrigiu através de um pequeno texto que escreveu e de entrevistas posteriores.

3.1. Condições de vida, consciência de classe e consciência política

A estrutura da propriedade, o carácter da produção e as relações sociais enquadram-se num padrão que, como se viu, é comum ao Alentejo, e se explicam a existência de condições para o desencadear de movimentos rurais, não são suficientes para iluminar as razões das rotinas resistentes desta povoação e a emergência em momentos determinados de movimentos colectivos de luta e protesto. Mais, ao longo de grande parte das entrevistas era enfatizada a diferença positiva da situação local face a outros casos conhecidos, atribuindo-se esse facto a dois tipos de razões.

Por um lado, a causas naturais, que se prendem com a diversidade local dos terrenos, coadjuvadas por um conjunto de obras de melhoramento, nomeadamente a construção do canal de irrigação no rio Sorraia, que permitiam estender o período de emprego, evitar a dispersão migratória dos residentes locais e reforçar o carácter centrípeta da localidade, absorvendo ranchos de trabalhadores provenientes do minifúndio. Por outro lado, à capacidade de lutar por meios de existência adequados, que os teria conduzido a vitórias precoces no que respeita às condições de trabalho (pausas, redução de horário, salários, fim das empreitadas).

Esta capacidade, que se alicerçaria na consciência das condições materiais de existência, expressa-se num discurso dicotómico enformado pela vivência numa sociedade de classes. «Nós», os pobres, os assalariados rurais, a pequena burguesia e os artífices locais, opõe-se a «eles», «os ricos», proprietários e seus representantes, grandes rendeiros e sequazes do salazarismo localmente instalados. O reparo de uma mãe à sua filha, aquando da prisão do marido desta por alegado envolvimento na feitura e distribuição de propaganda política constitui um epítome dessa consciência da bipartição económico-social: «Ah, filha, se é mau para eles, é bom para nós!».

O discurso sobre as condições de vida, marcado pela pobreza, pela doença e escassa assistência, e pela impossibilidade de iniciar ou prosseguir estudos é enfatizado pela via feminina, comparativamente aos relatos masculinos em torno do passado. A continuidade na ligação à casa e à sua gestão, constitui uma constante no percurso feminino, ainda que o lugar que alberga o agregado doméstico não tenha, neste contexto, outras funções para além das reprodutivas, assegurando a renovação da força de trabalho:

"O meu pai, antes de ir para ali esteve muito doente, e eu perdi o ano, que era naquelas alturas em que não éramos obrigadas a andar à escola. Então, eu perdi o ano, para a minha mãe andar a trabalhar, mesmo de Inverno, a cair, a fazer isto, a fazer aquilo, fora do tempo que andava no campo. Era assim estes trabalhinhos para as mulheres. Para a minha mãe, e depois para mim também. Quer dizer, ela ia fazer tudo quanto apanhava e eu é que ficava, e que já dava algumas coisas ao meu pai. Ia buscar água, que a gente não tinha água em casa. Era garota, mas ia buscar essas coisas todas. Fiz a quarta classe muito bem, também, e depois daí fui para o campo. Fui para o campo apanhar azeitona. Apanhar azeitona para os patrões do meu pai. Depois fui mondar arroz, depois comecei a cavar milho, a cavar feijão, a cavar terra. Chamava-lhe a gente picar lêva, que era na terra do arroz, rebaixar, que era naqueles canteiros com muita água para semear o arroz. E fiz esses trabalhos todos: cavei milho, ceifei, fiz tudo, tudo, tudo." (Maria da Conceição Figueiredo)

Implica igualmente a desistência temporã na escola, sempre referida com desgosto, que lhes dá um sentimento de incompletude e alguma insegurança na passagem de uma utilização doméstica da palavra, para o domínio da oratória pública:

"Cheguei só à 2ª classe, depois tiraram-me da escola para eu ir trabalhar. Tirar erva. Era a monda, não é, e a gente andávamos atrás. Os gaiatos andávamos a tirar a erva para cima dos cômoros. Fui para aí, fui trabalhar." (Maria Madalena)

"Dez aninhos e saí da escola. O meu irmão nasceu em Setembro, dia 16 de Setembro, e pronto, acabou-se a escola, porque fazia falta para ficar com os meus irmãos. Eu sou a mais velha, e depois a minha mãe esteve sete anos sem filhos. Morreu-me uma irmã, uma miúda com sete meses, e depois estiveram uns anos sem arranjar, e depois apareceu a minha irmã, e ao fim de dois anos apareceu um rapaz (que o meu pai era muito amigo de um rapaz, se nunca calhasse, se calhar ainda havia mais irmãos, aquilo era um perdido por um rapaz). Apareceu o rapaz, pararam. Somos três, e aquela que morreu. Acabou-se a escola porque tinha que ir fazer pelos meus irmãos e pronto, só fiz a terceira classe." (Maria Rosa Viseu)

Esta desistência precoce é reconhecida pelos homens:

“Algumas da minha idade, como havia o preconceito de que as raparigas não precisavam de saber ler, veja só o atraso disto, o atraso das pessoas, que algumas da minha idade [n: 1930] chegaram a não ir para a escola. Mas a maior parte já ia, já toda a gente queria que os filhos fossem aprender. Mas há raparigas e até rapazes que não chegaram a ir para a escola, ficaram analfabetos.” (Arménio Marques Gil)

No caso dos homens, a ausência ou a interrupção de estudos oficiais aparecem discursivamente desvalorizadas, realçando estes preferencialmente quer a sua vontade, que os fez autodidactas, quer o companheirismo e a disciplina partidária que lhes permitiu continuar a aprender enquanto presos, iniciando-se em domínios especializados do saber.

A debilidade das condições de vida choca com o ideal associado a um projecto, estando bem expressa no relato de Maria Custódia Chibante:

"Eu era uma criança, como lhe disse há dias, revoltada. Revoltada porque compreendia, com os meus oito, nove anos... Eu pensava: «Não é justo que eu não possa estudar. Eu gostava tanto de ser professora, e eu não vou ser». Eu sabia que aquilo era um sonho, porque às vezes até sonhava. Porque eu gostava muito de ensinar os meus primos a ler, e tinha jeito para lhes ensinar, então. Eu fui para a escola ainda não tinha idade. Todas as amigas da minha idade foram para a escola e eu fiquei de fora, porque eu fazia anos em Fevereiro, e elas tinham feito anos até Dezembro. Mas eu depois chorava porque também queria ir para a escola. Então a professora deixou-me ir para a escola junto com elas, mas nem sequer era para passar de classe. Mas eu, que tinha uma força grande de vontade logo de miúda, de aprender, passei de classe como as outras, tendo entrado em Fevereiro e as outras tinham entrado em Outubro. Portanto, ao fim de três meses eu já lia postais que uma tia minha que estava doente mandava, com muitos erros. Eu já os conseguia ler. Era aquela vontade, talvez, sei lá! Eu nasci já com a revolta dentro de mim. É uma coisa que nasce talvez também connosco, o não nos acomodarmos logo de miúdos. O que é que explica que uma criança com nove anos se ponha a ler para as outras ouvirem, e viver já aquilo que estava a ler, não é verdade? E eu depois, pensava: «Mas porque é que eu não hei-de estudar, e porque é que eu não posso ser uma professora?» Para mim, uma professora primária era uma coisa, enfim...inacessível, mas que eu gostava de ser. E portanto, eu via os filhos dos ricos a estudar, a irem à escola e no fim de nós sairmos, iam ter explicações com as mesmas professoras que nós para não se juntarem até connosco."

A esta consciência feminina das desigualdades, precocemente desenvolvida, poderiam seguir-se dois tipos de resposta. Uma, que tenta manipular a seu favor através de um conjunto de instituições destinadas a atenuar as consequências das crises e a aplacar a revolta - umas estruturais,

como as formas de patrocínio e parentesco ritual reconhecidamente vertical, outras episódicas, como as comissões de carácter temporário (o *Socorro de Inverno* em 1945, e outros organismos). activadas principalmente pela Igreja e pelas mulheres das famílias dos grandes proprietários em vários momentos ao longo dos últimos 100 anos. Outra, que transforma a consciência de classe em consciência política, opondo à circulação de rumores, à submissão e aos desvios travestidos, a tomada de posições claras, o enfrentamento e a luta por adequadas condições de vida - enfim, que passa da dissimulação a formas expressas de resistência:

"Eu ia pagar o leite a esse agrário todos os domingos, fazia as contas cá em casa, a escritazinha, todas as contas do leite que tinha recebido, x por litro. Fazia as contas e depois ia com a minha mãe. Mas depois, tinha amigas minhas e comecei a ir com as minhas amigas lá ao escritório. Aquilo fica mesmo num palacete grande (...), e então eu ia-lhe pagar o leite, ia fazer contas com ele. Ele era muito ruim para contas, estava sempre a ver se me enganava, só que eu levava as contas, tudo já cá feito, e eu em contas era muito boa! (...) Um dia, eu chego lá e descubro, mesmo ali ao lado das cavalariças, ali estava ele à porta do escritório a dizer tudo quanto podia, a descompor - chamamos nós descompor, que é tratar mal - um dos empregados, por sinal o empregado maior que ele tinha, o abegão. Portanto, ele não tinha feitor. Era o abegão, e ele estava encolhidinho entre a porta da cavalariça, ele estava assim encolhido, com os ombros assim encolhidos [exemplifica], com a cabeça baixa. Eu, nessa altura, eu tinha talvez quinze anos já, a minha reacção primeira foi chegar ao pé do homem e dar-lhe duas chapadas na cara. Como é que ele estava a aguentar uma coisa daquelas, a ouvir o outro a tratá-lo mal assim, e ele assim encolhido sem responder nada? O doutor, quando me viu, diz assim: «Ó rapariga, vai-te embora e vem cá logo, que eu agora não tenho cabeça para fazer contas». Eu subi-me uma revolta tão grande, tão grande, por mim acima: «Olhe, senhor doutor, se quer receber agora, recebe. Se não quiser receber agora, recebe para a semana, porque eu não sou sua criada». O homem transformou-se completamente: «Pronto, anda cá, anda cá, vamos fazer contas». Isto passou-se nos meus quinze anos, portanto eu, nessa altura dos meus quinze anos eu já tinha a noção... Eu, aí, já não tinha só a revolta de criança, eu aí tinha já a noção de classe, e uma revolta de ver os grandes tratarem mal, e eles deixarem.(...) Portanto, aqui era já a noção da classe a que pertencia, sabia já que pertencia a uma classe trabalhadora, e eles que tinham tudo... Eu até costumava dizer, e ainda hoje digo: a mim, até hoje ainda ninguém foi capaz de me explicar porque é que um rico nasce rico e morre rico, e nunca fez nada na vida, e porque é que um trabalhador trabalhou a vida inteira, passou fome, e ainda tem que pedir aos ricos?" (Maria Custódia Chibante)

A literatura, e nomeadamente a neo-realista, transitava, como se referiu, de casa em casa num círculo de parentesco, vizinhança e amizades particularmente proveitoso para as mulheres, pelo arredar do género feminino de lugares públicos de discussão. A rua, a taberna e o café adequavam-se ao aliciamento masculino pelo envolvimento na discussão e pelas posições aí defendidas. Além de ocasionais encontros de rua, o ajuntamento feminino nesse espaço dava-se semanalmente na praça de jorna, ali se alinhando estratégias imediatas de contratação.

3.2. "Tradição" local, conjunturas favoráveis e vinculação feminina

A explicação «psicológica» aventada por Pacheco Pereira para explicar a «*escolha pela acção revolucionária*»⁴⁹⁶ em povoações pouco atractivas, que se reproduziria em grande escala, acabando por conferir a esses locais a reputação de terras de resistência, que legitimaria muitas das suas movimentações e seria o veículo da identidade local, é francamente insuficiente, como se viu, para compreender, no caso do Couço, a edificação de uma tradição de luta. As razões económicas e sociais, conjugadas com a densidade de uma rede de relações densas e multifacetadas, entrelaçando o parentesco real com o ritual (apadrinhamento e compadrio) em ligações aproximativas, e com uma forte endogamia local e de classe, conferem outra profundidade à compreensão dos momentos de luta e à ambiência a que se reportam os relatos recolhidos.

Há uma história local e uma memória dos vivos que é estruturante na emergência de formas de acção colectiva, principalmente quando uma conjuntura favorável lhe sirva de pano de fundo

É sobretudo a partir do ano de 1958 que se intensificarão localmente os eventos de luta, cuja continuidade e proximidade no tempo, associadas à ausência de registos escritos, dificultam o estabelecimento de cronologias. As obras de construção do canal do Sorraia serviam então de paliativo para o desemprego agrícola devido à mecanização que vinha sendo introduzida. Essa obra de certa envergadura permitiu sustentar uma população que no início da década de sessenta começa a dispersar-se principalmente pelos arredores de Lisboa.

Mais que acontecimentos, poder-se-à referir o clima de agitação, a ambiência a que o menor rastilho permitia a conflagração. A candidatura do general Humberto Delgado, precedida no Couço pelo envolvimento na de Arlindo Vicente, levará à constituição de uma comissão de apoio que conseguirá, após algumas diatribes burocráticas relacionadas com o débil domínio da legislação por parte dos elementos que a constituem, levar a cabo uma sessão de esclarecimento no dia 6 de Junho de 1958. No dia 8, domingo, as eleições decorrem, e apesar das limitações impostas, o candidato oposicionista vence sem esforço na secção de voto local. A partir de 23 de Junho é iniciada uma greve de protesto pela fraude eleitoral, a que vão sucessivamente aderindo os vários ranchos de trabalhadores rurais, as pequenas oficinas, as obras públicas e algum comércio. O

⁴⁹⁶ J. Pacheco Pereira, *A sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 76.

processo, que contaminará os ranchos de *ratinhos* em migração sazonal, e outras povoações a partir deste foco local, levará a GNR a efectuar algumas detenções, face às quais reagirão os coucenses com uma manifestação que cerca o posto desta força e corta as comunicações, conseguindo a libertação dos presos. Nos dias que se seguiram, porém, ocorrerá um conjunto imenso de prisões, com triagens sucessivas levadas a cabo pela GNR e pela PIDE no Couço, no posto da GNR de Coruche e posteriormente em Lisboa. Serão então detidas as primeiras mulheres. Dezassete delas enquadram um único processo, exclusivamente feminino, uma outra partilha com o companheiro um outro processo-crime. Note-se que nenhum dos nomes de mulheres integrantes do processo que determinou 17 prisões foi recordado pelos militantes entrevistados, esbatido que ficou o papel feminino durante a greve. Também não foi salientado um facto que não escapou, todavia, à sanha da polícia política: foram as mulheres que primeiro abandonaram as obras do canal do Sorraia, no dia 23 de Junho de 1958, não tendo comparecido logo pela manhã ao serviço. Alguns dos homens só o faziam após o almoço.

Em 1959, ainda na sequência do movimento gerado no ano anterior, a PIDE reforça o número de prisões, mas será em 1960 que mais voltará a enviar para os cárceres trabalhadores rurais coucenses, após várias concentrações em frente da Casa do Povo a exigir trabalho, paralisações com o objectivo de conseguir aumento de salário, e lutas de mulheres que visavam o emprego. São presas várias mulheres, mas a mais cobiçada pela PIDE, Maria Rosalina Labaredas, passa à clandestinidade e consegue escapar. O *Avante!* clandestino de Abril de 1961 refere uma invasão perpetrada pela PIDE no Couço em 23 de Dezembro de 1960, de resto bem presente na memória e relatos dos entrevistados. No ano de 1961, marcado igualmente por perseguições e prisões, desenvolvem-se algumas movimentações, exigindo nomeadamente aumento de salário, e o *Avante!*, em Novembro desse ano, dá notícia de que o "*Couço tem sido nos últimos meses flagelado pelos assaltos de brigadas da PIDE*". De resto, nas eleições legislativas que têm lugar em Novembro, depois de um processo eleitoral marcado pela desistência da candidatura oposicionista, o Couço assiste a uma concentração em frente do edificio em que funcionava a secção eleitoral:

"Fomos lá, estava tudo a decorrer, as eleições, e começámos a dizer, cá fora: «Nós também queremos votar! A oposição tem o direito de votar!» Estava lá um senhor que era da PIDE, [...] cá do Couço, felizmente já morreu, e eu disse-lhe muita coisa, e todas as minhas companheiras, mas a polícia era muita, a PIDE, a Guarda Republicana. Mas nós, aquilo, deu-nos uma alma, uma coragem para podermos dizer aquilo que sentíamos. Pronto, estávamos ali, estávamos prontas a tudo. E eu comecei a dizer: «Esse senhor que está aí, se gosta de estar com a mulher e a filha dele...O meu marido está preso há anos, também gosta de estar cá fora, com a mulher e com o filho. E fazem isso tudo, essa eleição! É uma burla!» E várias mulheres, depois, é claro, juntou-se muita gente a nós, muita gente, muita gente. E é claro, tínhamos medo, não havia quem não tivesse medo, mas deu-nos coragem. Pronto, começou a PIDE a chegar, e a guarda a chegar, e a

dispersarem a gente, e as pessoas a teimarem. Cada vez juntavam-se mais pessoas e cada vez juntavam-se mais pessoas. Mas o reforço da guarda foi muito grande, e pensámos: «Temos que ir embora. Já dissemos o que tínhamos a dizer, vamos embora». Mas viemos todos pela rua, que a rua era estreita: «Não se dividam, que eles prendem já as pessoas!» Mas não. Eles deixaram ir a gente todas pela rua fora, viemos todas, umas foram-se metendo nas casas delas, que eram aqui mais ou menos na nossa terra. Fomos indo, fomos indo e ficou tudo em sossego, não houve mais nada." (Olímpia Brás)

Desde o início do ano de 1962 houve reuniões clandestinas preparatórias da luta pelas 8 horas, dinamizada pelo PCP para os campos do sul, e das comemorações do 1º de Maio. Em Junho de 1962, o *Avante!* dá conta do já referido assalto, às 2 horas da manhã de 27 de Abril, levado a cabo por 20 agentes da PIDE, de que resultaram várias prisões, e no mês seguinte alerta para o perigo de vida em que se encontra uma mulher, após ter sido submetida a tortura; no número de Agosto é feita referência à prática de sevícias cruéis sobre outras três mulheres.

A existência de uma memória local, estruturante e reprodutiva no que concerne à resistência, ganha força acrescida pelo conjunto de acções políticas que no âmbito do país vão sendo desencadeados. Os anos entre 1958 e 1962, que ficaram marcados na memória por episódios entre o épico e o trágico na vida pessoal e local, estão igualmente assinalados ao nível do país por um conjunto de acontecimentos que se avolumam e desgastam o regime, desde a *revolta da Sé*, em Março de 1959, ao caso do assalto ao Santa Maria, em Janeiro de 1961, a que se junta o início da guerra colonial, a tentativa de golpe de Botelho Moniz, o ataque pela União Indiana aos territórios da Índia e a rendição de Vassalo e Silva. O ano de 1962 inicia-se com o assalto ao quartel de Beja, a que se seguem manifestações no 31 de Janeiro do mesmo ano no Porto, contra o regime. Após a proibição das comemorações do Dia do Estudante, desenvolve-se a crise académica e desencadeiam-se manifestações em vários pontos do país no 1º de Maio.

Nas movimentações, a participação feminina é feita de forma integrada, sem reivindicações específicas, ainda que em 1960 a PIDE tenha detectado um organismo autónomo dentro da organização local do PCP, que integraria 35 mulheres, *controladas* por Maria Rosalina Labaredas. Mas a abordagem da resistência feminina às formas de opressão tem de aliar uma aproximação dos actos de afronta aberta aos que são praticados de forma encoberta e rotineira. Os procedimentos quotidianos, que integrariam as designadas *armas dos fracos*, formas dissimuladas ou ocultas de reduzir o rendimento do trabalho, aceder a bens ou exercer retaliação, não eram exclusivo de um sexo. O *burnêco*, expressão que localmente é aplicada ao rebusco de pedaços de cortiça para venda, feito por todo o agregado, ou só pelos disponíveis, alia-se a outras colectas (e o termo pode ser eufemístico), que complementam a economia doméstica em situações de crise, obtendo alimentos bem cotados (túberas e espargos) para venda, ou para consumo - como as beldroegas ou as «cagarrinhas».

3.3. Uma memória parental

Fortemente marcada por uma ambiência local que favorecia um envolvimento nas movimentações diversas que afrontavam o regime salazarista e os proprietários locais, aliando uma luta pela liberdade política a reivindicações de âmbito laboral, as primeiras fases da vida dos indivíduos decorriam entre mulheres (mães, avós, tias, vizinhas). Só após o 25 de Abril o Couço passou a dispôr de um infantário, razão para se atentar sobre o papel decisivo das mulheres de cada família numa fase de socialização inicial dos indivíduos. Se o exemplo de resistência activa vinha do pai, a narrativa construída em torno dele era frequentemente emitida por via feminina: pela avó, pelas tias paternas ou pela mãe.

Na situação vivida até ao 25 de Abril de 1974, com um ambiente político desfavorável e persecutório, as mulheres ocupavam um papel central na perpetuação de uma memória de luta. A família, numa fase inicial da vida de cada indivíduo, tinha a função de suprir o banimento ou a adulteração da memória comunista noutros lugares e instituições de socialização como a escola (e são frequentes as referências ao carácter deformante do ensino), ou a Igreja. O anticlericalismo local, que funde num mesmo discurso os poderosos e os representantes da hierarquia religiosa, põe em causa os fundamentos doutrinários do catolicismo pela prática dos que se arrogam seus defensores. Debalde tentaram professoras, esposas e irmãs de proprietários, e padres, encaminhar para a pia baptismal ou para a catequese, para a missa ou para o casamento católico - as narrações de vida são taxativas, e os registos paroquiais concludentes, o que confirma a afirmação de Alberto Garcia acerca da ausência total de vida religiosa no Couço.

O passado familiar, e nomeadamente a manutenção de uma continuidade edificada em torno de um núcleo original, constitui um apelo constante ao longo das narrações dos episódios da vida de qualquer das entrevistadas. Este passado pode ser evocado a dois níveis: como justificação para a inevitabilidade do encaminhamento político, e como incentivo na resistência à confissão sob tortura, cujo opróbrio cobriria todo o núcleo familiar, com uma reputação local a defender.

Os antepassados, que constituem exemplo pela clarividência, pela ousadia e pela dignidade, são recorrentemente fonte explicativa e legitimadora para o protagonismo político da descendência. Um pai e um primo presos em Maio de 1933 por se rebelarem contra o espancamento de um trabalhador na praça de jorna encaminham e legitimam, pela via do sangue, o despontar de Maria Custódia Chibante, uma das presas de 27 de Abril de 1962. Olímpia Brás, cujo cunhado fora detido em 1943, é presa com dois primos, enquanto o seu próprio marido cumpre pena. Uma idêntica situação vive Maria Madalena, cujo conjugue está igualmente em Caxias pela segunda vez. Também o marido de Maria Galveias, que é detida com a filha, esta preso desde 1960. Maria da Conceição Figueiredo vai com o marido para a cadeia. Quando às presas de 1958, algumas reconstituíam em Caxias o agregado familiar: mães, irmãs e primas ocupavam as celas

femininas, enquanto que os pais, os maridos ou os tios haviam sido igualmente presos. O processo que envolveu 17 mulheres quase esvaziara o Monte da Varejola, que congregava, devido às formas de vicinalidade familiar preferenciais, vários agregados que integravam famílias extensas.

Estas ligações de parentesco, se ajudam a detectar a densidade de uma rede social que entretece as relações de militância nas sociabilidades do quotidiano, são sobretudo essenciais para a compreensão do carácter estruturante da memória comunista local.

Apelidos como Camilo, Casanova, Fino Henriques, Labaredas, e alguns outros, com aquilo que os caracteriza de ligação a um passado partilhado de resistência, detêm localmente uma quota assinalável de prestígio, tanto maior entre o colectivo local de militantes e simpatizantes comunistas. Assim, é frequente que ao rememorar lutas e repressão, a referência ao grupo familiar de pertença e/ou à família de afinidade, surjam como explicação para o próprio percurso de vida. A importância da família de afinidade no despontar da consciência política e no incentivo à militância é salientada exclusivamente pelas mulheres, que podem justificar o seu recrutamento e empenhamento pela atitude dos maridos. Mais, na ausência deles, por prisão ou por haverem passado à clandestinidade, podem aceitar tomar tarefas antes consideradas masculinas, por serem desenvolvidas no período nocturno ou por acarretarem uma dose de exposição elevada.

3.4. Redes e trocas sociais

Quer o recrutamento para o trabalho político, quer a mobilização de mulheres para acções massivas, eram desencadeados através de núcleos que mobilizavam sobretudo elementos do mesmo sexo, aproveitando tempos, espaços e grupos de sociabilidade feminina.

A leitura de jornais e comunicados era feita em conjunto nos momentos de descanso do trabalho agrícola (fumaças, horas de refeição e de repouso), ou nas horas de lazer em grupo, nas soleiras das portas, o que permitia que aquelas que não dominavam a leitura acessem a alguma da informação. O tempo nocturno, associado às formas clandestinas do trabalho político masculino, só esporadicamente foi ocupado e por mulheres cujo nível de envolvimento na organização local era elevado. As reuniões em locais inóspitos, os encontros com os conjuges que se encontravam na clandestinidade, e as acções de propaganda nocturna são recordados pelas que os realizaram como algo de excepcional, enquanto no discurso masculino as mesmas situações podem aparecer atenuadas, ou mesmo ser suprimidas, pela sua quotidianidade.

As mulheres, que pelo carácter do regime político, como pela construção social do género faziam um menor percurso escolar, recorriam entre si às sociabilidades específicas para se informarem e endoutrinarem. Se, como refere Joe Foweraker⁴⁹⁷, as mulheres que são esposas, mães e se encarregam do serviço da casa estão subordinadas e isoladas, já que este as relega para uma esfera pessoal e doméstica, não deixa de ser uma constante no caso do Couço que, mesmo as que estavam adstritas à esfera doméstica, pela idade, pela saúde ou pela situação de desemprego

⁴⁹⁷ Joe Foweraker, *Theorizing Social Movements*, London, Pluto Press, 1995, pp. 55-6.

sazonal, se encontravam todavia inseridas numa rede de trocas (de informações, de bens, de pequenos serviços, de saberes) que tinha os seus locais de eleição. Os quintais confinantes, as soleiras das portas, as diversas vendas locais permitiam a circulação dos conhecimentos e o acertar das tácticas de acordo com uma estratégia definida dentro da organização partidária.

As redes familiares densas facilitam e alimentam a manutenção de um leque de relações aptas a serem activadas quando necessário devido a cinco ordens de factores: em primeiro lugar, à forte endogamia local e social, que reforça os colectivos pré-existentes; em segundo, à matri/patrivicinalidade preferencial, que escoram um agregado recém-constituído nas famílias de proveniência; em terceiro lugar, a um informal conjunto de prestações e contraprestações, que reforça os núcleos familiares e de vizinhança; em quarto lugar, a entreajudas várias em momentos de crise, por vezes através da mediação do peditório, que dilui o apoio familiar, ainda que o possa incluir; finalmente, a formas cerimoniais que actualizam e reforçam os laços parentais, nomeadamente o apadrinhamento.

Após o casamento (ou a união não legalizada de imediato, ainda que sancionada pelo grupo social de pertença), a residência neolocal apresenta-se como uma constante em grande parte dos relatos recolhidos. Se as formas matrivicinais ou patrivicinais constituíam o ideal, aproximando o novo agregado dos núcleos domésticos natais, este confrontava-se frequentemente com a impossibilidade prática de concretização, pela inexistência de casas disponíveis para aluguer nas imediações das residências das casas dos pais ou dos sogros. É corrente que sobressaia dos discursos femininos a ligação intensa que une mães e filhas que, com mais frequência do que os pais, filhos e irmãos, partilham um tempo e um espaço. Os filhos, após a puberdade, distanciam-se do espaço doméstico, materno, enquanto que as filhas aí permanecerão.

Em todos os relatos femininos são acentuadas as relações estreitas, de apoio material e de prestação de serviços, seja da mãe e da sogra, seja de uma só delas, no caso de haver conflitos no seio da família ou da união ter sido contrariada. Também os parentes colaterais, e nomeadamente os núcleos de irmãs e cunhadas participam nas pequenas transacções informais, que aliam ainda as vizinhas de perto. De resto, os laços vicinais e de amizade são reforçados quando as relações familiares são débeis, pelo conflito ou pela distância. A vizinhança desempenha um papel de destaque. Sendo a neolocalidade a regra, cada novo casal nem sempre consegue habitação nas imediações da casa dos familiares. Assim, são as próprias exigências da vida quotidiana, nomeadamente sob a forma de entreajudas e trocas recíprocas que alicerçam as relações com os vizinhos. Esta relação, que a etnografia sobre a Península Ibérica tem tratado, reveste-se de forte ambiguidade, mesclando a cooperação e o conflito. A família dos trabalhadores rurais, devido às migrações periódicas, designadas *mantimento aviado*, nem sempre podia contar com todos os seus membros dentro de casa, razão acrescida para o foltalecer dos laços vicinais.

A activação de certos segmentos da rede social, em latência durante outros períodos, dava-se em momentos particularmente difíceis, e quando o próprio agregado doméstico deixava de ser

capaz de gerir um acontecimento. Num núcleo familiar que conseguira fazer face a uma prisão, a detenção de um segundo elemento agravava o que já ficara vulnerabilizado:

"Dívidas! De pão, eu sei lá a dívida que eu tinha de pão ali na padaria. Mas paguei tudo! Paguei tudo. Depois os gaiatos começaram a ganhar assim alguma coisita, foi como a gente assim se safou. O gaiato foi a dar mato, andava além num forno de tijolo. Andava a carregar mato para dentro de uma carroça com o homem, com o dono da carroça. Lá ganhava alguma coisita, não é... E a gaiata também ó depois começou a ganhar alguma coisita, olhe... E depois chegou a altura da gente irmos para a cadeia... As minhas cunhadas, cada uma puxou um dos meus filhos. Um foi para casa de uma tia e outro foi para casa do outro tio, e depois levaram-me a mim, não é... Vieram-me buscar a casa, além nos Foros. Morava além nos Foros, naquele monte logo à entrada. Vieram-me buscar, a guarda da PIDE." (Maria Madalena)

A recolha e canalização de fundos para a organização, e dentro desta, para os familiares dos que haviam sido atingidos pela repressão era frequentemente feita por mulheres nos seus lugares de circulação habitual. Após a prisão de um elemento, e ainda que a situação económica do seu núcleo doméstico ficasse periclitante, a tolerância dos comerciantes, aliada à entreajuda parental e vicinal, tornavam eventualmente desnecessária a solidariedade orgânica do PCP (que assumia um cariz redistributivo), ao amortecer em termos económicos e psicológicos esse choque.

"As pessoas iam lá de propósito para falar com a minha mãe. Viam-se tão desmoralizadas que iam lá. E a minha mãe ajudava-as muito. Tanto que a PIDE dizia que a minha mãe era a mentora dos comunistas do Couço. Não era dos comunistas, era de toda a gente, porque havia muita gente que ia lá falar com ela." (Graciete Casanova)

Mas o agregado doméstico poderia sofrer temporariamente o desprezo, a humilhação e o abandono quando as expectativas relativamente ao elemento detido eram defraudadas, ou seja, quando constava que, perante a polícia política e sob tortura, havia denunciado camaradas, e nomeadamente de outras famílias locais. O ostracismo motivado pela delacção de alguém, num lugar em que a multiplicidade e a frequência de interacções entre agregados era intensa, constituía uma forma de retaliação particularmente penosa, que afrouxava as relações sociais e dificultava a sobrevivência. Numa rede social caracterizada pela densidade das ligações, o seu carácter multifacetado e a duração das interacções, resultantes entre outras razões da partilha de um conjunto comum de valores, a denúncia dentro do próprio grupo, e/ou a renúncia face a esse mesmo colectivo, acarretava inexoravelmente o isolamento, que só o passar do tempo mitigaria. Se era à parte feminina que, na prática, mais penosa se tornava a existência - pela exigência de gestão de uma casa na ausência de um companheiro preso e que prestara declarações perante a polícia política -, são também vários os relatos que apontam para a intransigência das mulheres de uma

família em relação aos membros de outra que tinha preso alguém que *falara*. Os cortes temporários de relação, ou, de forma mais ténue, o atenuar de relações de forte intensidade, marcados por períodos de maior aspereza, são levados à prática, por um lado, e detectados com maior facilidade, por outro, nos elementos femininos das famílias com algum indivíduo detido.

3.5. As mulheres e as lutas: a questão da autonomia

O tratamento da questão feminina por parte do PCP no que concerne às mulheres rurais confrontava-se com as construções tradicionais do género, resistindo à assunção de papéis públicos por parte do lado feminino. Numa das rúbricas do jornal *O Camponês* de 1960, “Vamos lá conversar ó Zé”, que, de forma dialógica, pretende fazer perpassar numa conversa de quotidiano entre dois assalariados rurais a linha política propugnada pelo partido, a questão da participação política feminina é tratada, recomendando-se a criação de organismos autónomos⁴⁹⁸. Esta forma organizativa, se adequada a condições de luta que exigiam preparação independente, suprimiam um outro problema, com uma arquitectura conciliatória relativamente às construções de género prevalentes no colectivo local: não sobrepôr, na estrutura leninista de partido, um responsável feminino a organismos predominantemente masculinos.

Nas greves que se seguiram às eleições de 1958, as mulheres detêm um papel de envergadura, sendo as primeiras a abandonar as obras do canal do Sorraia. Um dos processos então constituídos pela PIDE abrange 17 mulheres e dá conta da acção colectiva feminina, omitida por esquecimento nas memórias masculinas recolhidas no início da estadia no terreno.

A luta pelas 8 horas de trabalho, preparada por algumas das mulheres presas em 27 de Abril de 1962, sairá triunfante, depois de aproveitar como momento alto da sua organização um piquenique perto da designada Ponte Caleira. Na segunda semana de Maio, e no seguimento de uma greve, os proprietários mais reticentes vão cedendo. Mulheres e homens conquistam o mesmo tempo de trabalho diário, mas manter-se-à por muito tempo ainda a diferenciação salarial entre os sexos.

Desencadeado pelo PCP, o movimento de luta pelas 8 horas tem uma carácter abarcante e, como noutras ocasiões, as mulheres não reivindicam autonomamente. Excepcionalmente, em momentos anteriores, as intervenções femininas podiam distanciar-se, reivindicando uma subida do salário, cujo valor diferencial relativamente ao dos homens desejassem ver reduzido. Todavia, as lutas por aumentos salariais, pelas oito horas de trabalho diário, pelo emprego, por mudanças

⁴⁹⁸ “Ouve, Zé. Tu sabes que há muitos companheiros nossos que não compreendem a importância da unidade das mulheres e até pensam que elas só servem para o serviço da casa. Resistem a que as suas companheiras, filhas ou irmãs vão às reuniões, às concentrações, etc.. Dizem que as mulheres não prestam para a luta, são umas línguas de trapo. E, digo-te, é uma carga de trabalhos para os convencer do contrário. (...) Agora para as ceifas devemos levar as nossas companheiras, irmãs, filhas e mães às reuniões de massas e às concentrações. Procuremos que elas próprias se reunam discutam os seus problemas e combinem o que fazer, que formem as suas próprias Comissões de Unidade.” (in *O Camponês*, ano XIII, nº 75, Abril de 1960.)

políticas, enquadram-se sempre num âmbito mais geral que envolve mulheres e homens. Se aquelas se destacam pela coragem de se exporem, ou pelas correntes intersticiais que facilitam as formas de luta que se adequam à repressão, mantêm todavia em termos organizativos um forte grau de subordinação, só mitigado no final da década de 50, pelo ascenso do número de mulheres organizadas, bem como mais tarde, após as detenções de 1960-61, numa fase em que a estrutura local do PCP ficou seriamente abalada pelas prisões.

Entre 1958 e 1962 há uma continuidade nos eventos de luta dentro da freguesia, na qual as mulheres aparecem subsumidas num movimento mais geral, ainda que, principalmente pela acção de uma militante de grande actividade, em 1960 exista um organismo feminino com 35 militantes. Podem construir sobre a sua participação um discurso distinto dos homens, enfatizando a importância da massa, a que se fundem, ou assumir claramente a posição de retaguarda:

"Quando o José Dias Coelho foi assassinado eram as mulheres, eu e várias, que íamos com os retratinhos do José Dias Coelho e que punhamos nas paredes, com a grande repressão que estava no Couço. Os homens eram presos, mas ficavam as mulheres na retaguarda dos homens. Ficavam as mulheres a trabalhar. Quando nós chegámos à prisão, fomos nós que levámos, que nos batiam muito e que nos torturavam mesmo quase até à morte, porque viam que nós estávamos a fazer já o serviço dos homens." (Olímpia Brás)

Esta assunção da substituição, se permite por um lado a percepção da continuidade do movimento, mesmo sob as baixas que a repressão ia provocando, dá igualmente legibilidade a uma divisão sexual de tarefas políticas, que faria com que uma segunda linha, feminina, ganhasse força e impacte após a detenção dos seus camaradas e companheiros. Várias foram as mulheres provenientes do Couço que iniciaram uma vida clandestina fora, sós ou acompanhando os conjuges, e que integraram escalões intermédios e, num caso, superiores na estrutura política do Partido Comunista Português.

Ao abordar-se as lutas do Couço e o papel das mulheres nelas, fácil é concluir-se sobre a não autonomia feminina no contexto das movimentações locais, quer em termos organizativos, quer do conjunto de reivindicações expressas. Detentoras da memória de um colectivo ao longo de várias décadas acochado, com as quebras na continuidade da vida quotidiana que as passagens à clandestinidade ou a detenção provocavam, foi essa mesma memória que providenciou a muitas das mulheres a sua fonte de identificação primária, a comunidade partilhada de sentido que deu direcção e ordem às suas vidas.

4. Celebrar ou a reiteração da cultura resistente

Festa

Vem p'rá rua, deixa a fábrica,

Deixa o campo, vem p'rá rua,

Deixa a caneta, o papel

Deixa o dedal e a agulha

Vem p'ró meio da multidão

Que hoje é dia de festa.

Dia de festa p'ros pobres

Não se paga p'ra entrar

Venham homens e mulheres

Venham velhos e crianças

Esta festa é para todos.

Dia de festa p'ros pobres

Que não têm outra festa.

Dia de festa p'ros pobres

Nada se tem a pagar,

Só se tem a receber:

HÁ GREVE NA TERRA INTEIRA.

Carlos Pinhão*

As cerimónias comemorativas reportam-se a acontecimentos e figuras que constituem protótipos histórico-míticos. Reencenam ritualmente o facto original e assim detêm uma função decisiva na edificação e manutenção de uma memória⁴⁹⁹. No caso das cerimónias evocativas que aqui serão abordadas, se o acontecimento reconfigurado pertence ao passado, ele ajuda a edificar uma ideia de futuro, encaminhando-o para um novo começo que retoma, todavia, uma herança. Longe do apelo ao esquecimento, toda a edificação ritual local é um convite à memória. Ainda que recusando a tirania de um regime, não é feita tábua rasa e o passado permanece como referente e guia, que sob as condições do presente poderá construir um futuro que o honre. Há uma identificação com o acontecimento que permite ressuscitar, reanimar, ou, no limite, exumar um sentido da vida, procurado na ocorrência que se celebra.

A festa é essencial à manutenção de um grupo e à reprodução da sua memória, que lhe confere garantias de continuidade. Quando se trata de grupos com a plena consciência de que

* Este poema, datado de 10 de Junho de 1948 foi escrito na cadeia por este resistente de Alpiarça, e viria a ser apreendido com um conjunto de outros numa busca realizada a casa do seu autor em Agosto de 1957; está apenso ao *Processo-Crime 757/47*, Arquivo da PIDE/DGS, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo,

⁴⁹⁹ V. William M. Johnston, *Post-modernism et bimillenaire . Le culte des anniversaires dans la culture contemporaine*, Paris, PUF, 1992.

pela acção conseguem desencadear eventos passíveis de marcar o curso da história, a reprodução festiva de ocasiões anteriores, em que esse mesmo curso foi alterado, torna-se incentivadora. A recordação de acontecimentos, comemorando-os, ressaltando situações com o seu quê de épico, no seio de um grupo mais amplo, no qual o colectivo local se enquadra, ou que conduziram ao martírio de alguns indivíduos entendidos como heróis, constitui não só a prova de que o triunfo de um ideário é possível, como um elogio da unidade que conduziu a tais alterações.

No que concerne ao objecto aqui tratado - as comemorações do colectivo resistente do Couço nos finais da década de 50 e sua memória actual - convém explicitar que muitos dos elementos fulcrais na análise cerimonial se reportam à própria estadia de terreno e à etnografia dela resultante. Ou seja, parte da reflexão sobre o passado é feita - com a consciência dos riscos - a partir de cerimónias presenciadas, enquanto a memória recolhida serve também à ilustração.

Assim, na abordagem das comemorações locais, o fenómeno festivo surge entre escolhos, principalmente pela opção de retrospectão. Harvey Cox⁵⁰⁰ prevenia quanto a algumas das limitações na abordagem etnográfica e nomeadamente na que envolve a escolha da observação participante. Em primeiro lugar, a suspensão da participação acarreta o desvanecimento do objecto de estudo. Depois, a tentativa de análise *a posteriori*, sem envolvimento, é feita exclusivamente pela memória. Finalmente, a abordagem do fenómeno inteiramente do exterior torna-o opaco, na sua alegria e no seu envolvimento. Quando o objecto de estudo é localizado no passado, não deixam de ser pertinentes quaisquer das três limitações, acrescentando-se-lhes as dificuldades expostas na descrição metodológica.

Quanto mais recente for a invenção de uma celebração, tanto mais ritualizada tende a ser. A dialéctica *play/ritual*⁵⁰¹, conduz a que, com a passagem do tempo, a dimensão lúdica, de divertimento, tende a suplantar as configurações mais gramaticais e formalizadas, até que, num novo fenómeno de ritualização, volte a acentuar-se a fractura histórica de que a comemoração é suposto dar conta.

A necessidade de acção comum e una dos indivíduos, no sentido de uma cooperação activa no interior de uma sociedade que é a fonte para a realização, ressaltada por Émile Durkheim na sua sociologia dos fenómenos religiosos⁵⁰², remete para a existência de uma comunidade, com um conjunto de trocas e de fluxos sociais e emocionais entre os indivíduos. A densidade social é essencial à manutenção da unidade, e nestas circunstâncias as comemorações constituem um ritual de reiteração, redundante, que reforça a coesão do grupo, assente nas formas de cooperação entre os seus membros.

⁵⁰⁰ Harvey Cox, *La fête des fous - Essai teologique sur les notions de fête et fantaisie*, Paris, Seuil, 1971, pp. 33-4.

⁵⁰¹ Cf. Jeremy Boissevain (ed.), *Revitalizing European Rituals*, London, Routledge, 1992, *passim*.

⁵⁰² V. Émile Durkheim, *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, Quadrige/PUF, 1990, especialmente pp. 593-606. [1ª edição 1912]

Um ritual constitui uma actividade - e não um mero conjunto de crenças, pois radica num desempenho - que assenta numa cultura comum, e é em simultâneo uma manifestação compacta dessa mesma cultura. Com a importância conferida ao grupo, expresso nos relatos pelo pronome *nós* em oposição a *eles*, o ritual comemorativo expressa e existência de uma fronteira entre um colectivo e o resto da sociedade. Na linha de Mary Douglas⁵⁰³, pode dizer-se que quanto mais forte for a ritualidade num movimento colectivo, tanto mais facilmente são demarcáveis as fronteiras do grupo que festeja.

Os objectos associados à ritualidade, como as bandeiras ou os emblemas, podem surgir de forma mitigada em situações em que a perseguição e repressão o recomendem. Tal não significa que desapareçam, antes assumindo formas não detectáveis no exterior do grupo. Como aponta Paul Connerton, esses objectos servem com lembrança da identidade de um movimento, integrados nas cerimónias comemorativas. Contribuem para o auto-reconhecimento, a par com uma linguagem que expressa um modo de pensar a realidade que é comum, e que, sobretudo, é perseguida. A cultura do grupo arma-os de um código discernível entre os seus membros e cujo domínio serve de mecanismo de identificação, tanto mais importante quanto as condições de perseguição política são reais. Cada grupo produz os seus próprios símbolos e os seus ritos, que por sua vez reproduzem a vida do grupo e o perpetuam. A criação de uma grelha de referência é essencial ao pensar do grupo, munindo-o de um conjunto de mecanismos classificatórios, cuja acuidade é particularmente relevante em condições persecutórias.

No caso dos elementos subordinados dentro de uma sociedade hierarquizada, os rituais são momentos de afirmação da oposição à cultura dominante e que enquadram configurações simbólicas da acção política. Constituem práticas sociais que se encontram ao dispôr dos grupos. Através da festa, a linha divisória entre a acção política real e a simbólica torna-se frequentemente ténue. À semelhança dos que sucedia nas sociedades tradicionais, os rituais políticos servem à construção de uma legitimidade. A existência de uma história local em que a interacção desempenha um papel de envergadura no cerzir das relações de grupo, com uma experiência partilhada, cria uma tradição local, que dá consistência e suporte ao colectivo, auxiliando no forjar de actuações futuras. A festa permite uma actualização e revivificação dessa tradição, que não basta, por si só, ao desencadear de movimentos ou de acções colectivas, mas constitui uma mais-valia, quando um motivo provindo do exterior ou resultante de contradições internas dá o mote.

As formas de acção colectiva podem transformar-se em movimentos colectivos quando as contradições e as tensões internas são entendidas e se tomam medidas para evitar o estilhaçar das relações entre os envolvidos. Uma noção clara da identidade do grupo é essencial ao prevenir dessa fragmentação, mantendo a unidade. A criação de um sentido de comunidade

⁵⁰³ Mary Douglas, *De la Souillure*, Paris, Maspero, 1981. [trad. do inglês *Purity and Danger*, London, Routledge, 1967].

entre os envolvidos é essencial na passagem da acção colectiva a um movimento, unindo os participantes, por permitir a conjunção grupal, reagrupando o que se encontra disperso no quotidiano. O ritual reveste-se de um carácter de conjunção, promovendo a associação do disperso, e conferindo-lhe a força que o peso do número facilita: os habitantes dos *montes*, entre as ocasiões de deslocação à aldeia, integravam as que estavam marcadas pela ritualidade. Assim detectavam a unidade de um grupo, que poderia não ser evidente no quotidiano, atendendo ao isolamento de alguns aglomerados em relação à sede de freguesia.

Os rituais desempenham nos movimentos colectivos uma função que se equivale à da palavra para o pensamento, expressando e ordenando, como aludindo ou subentendo. A dimensão implícita, que exige o conhecimento pleno dos códigos grupais para que se aceda em sentido pleno aos conteúdos tácitos, reveste-se de um aspecto duplo: requer a agregação a um colectivo para a sua penetração plena, e, como consequência, adquire um profundo sentido identitário ao permitir descodificar as linguagens de grupo.

Em povoações como o Couço, em que as interacções continuadas no tempo criam e mantêm um forte princípio de reciprocidade, existe uma pressão normativa no seio do grupo para manter as formas de cooperação. A comemoração dá visibilidade a essas relações de cooperação, que têm como reverso um sistema de sanções, que na sua forma extrema acarreta a exclusão da interacção.

As celebrações - como texto que dá legibilidade a um contexto - constituem momentos em que a separação de classe é quase total. Na linha durkheimiana, os ritos representam a realidade social, obedecendo ao princípio de que o semelhante produz o semelhante; a festa aproxima os indivíduos, põe os colectivos em movimento, transporta-os à efervescência colectiva, ao delírio. Na festa atenua-se o limite que separa o lícito do ilícito, e a violação das regras é constante⁵⁰⁴. Assim, na festa lê-se a realidade fora dela. Enquanto os proprietários e as suas famílias, em que se destacam as mulheres, seguem o ciclo religioso do santoral que recobre o calendário anual, associando-se a Igreja a estas celebrações (Todos-os-Santos, Natal, Páscoa), sendo o grosso das celebrações integradas num ciclo de inverno, para os trabalhadores rurais o ciclo de celebrações fortes está associado ao verão, época de trabalho mas de salário garantido, que propicia uma convivialidade no exterior, potenciadora da junção de grandes grupos. O carácter defensivo das lutas de Inverno aparece associado à dispersão dos trabalhadores durante este período, enquanto que a ofensiva de Verão se liga à conjunção, potenciada pelos grupos de trabalho. A expressão, fraca ou forte, das celebrações é interpretável pelo momento vivido: entre 1958 e 1962 os piqueniques e pescarias, bem como as romagens ao cemitério, foram momentos salientes, como o foram igualmente as participações locais em formas de acção colectiva que, com diferentes origens e fundamentos, iam abalando e corroendo o regime.

⁵⁰⁴ V. Émile Durkheim, *Les formes elementaires de la vie religieuse*, Paris, Quadrige/ PUF, 1990 [1912], pp. 547-48.

O calendário comemorativo instala sobre uma passagem quotidiana do tempo uma outra que não pode ser reduzida à primeira e que reúne o conjunto de acontecimentos marcantes, com sacralidade para o universo mental e social dos envolvidos. Traduz uma distinção entre o tempo marcado por unidades quantitativamente equivalentes e um outro marcado por unidades qualitativamente semelhantes.

Van Gennep⁵⁰⁵, que considera essencial a noção de periodicidade festiva no que concerne às cerimónias periódicas, além das gerais e anuais, e das particulares e locais aponta uma terceira categoria de festas, acidentais e produzidas por acontecimentos memoráveis, em que são inseríveis as cerimónias comemorativas aqui abordadas, e que enquadram o ciclo festivo local, inseridas num calendário que não se reveste de um carácter geral, mas que corresponde ao conjunto cerimonial que festeja o grupo.

Em cada encenação ritual há que atender à *performatividade primitiva* que lhe é conferida pelo mito fundador, e à *performatividade voluntária*, através da qual cada um dos que comemora restitui a primeira⁵⁰⁶. Para Connerton, as cerimónias constituem um culto encenado, que tem presente a memória social.

As celebrações anuais cujo desenvolvimento empolgava os lutadores coucenses centravam-se em dois momentos do calendário de luta, eventualmente complementados por um conjunto cerimonial complementar, constituído por piqueniques e pescarias a-periódicos. As três datas que marcavam o ciclo ritual local eram o 31 de Janeiro, data comemorativa do levantamento republicano de 1891 no Porto, o primeiro de Maio, dia internacional dos trabalhadores e o 5 de Outubro, data da implantação da República, em 1910.

A associação da celebração de certas datas às orientações dadas pelo PCP é apontada por Linda Raby⁵⁰⁷; assim, teria sido por decisão do partido que um conjunto de datas como o 31 de Janeiro e o 8 de Março passaram a ser comemoradas, juntando-se-lhes o primeiro de Maio. Sem discutir o impacte de decisões dos órgãos dirigentes do PCP num contexto local, parece-nos ter de existir uma configuração interna que permita que essas celebrações se instalem e se enquadrem. Datas como o 5 de Outubro ou o primeiro dia de Maio, este último com um piquenique como em tantas terras do sul, já eram comemorados a nível local mesmo antes do PCP existir e se instalar em termos organizativos no Couço. Pode dizer-se que enquadravam o ciclo festivo local cerimónias como o 31 de Janeiro, o 1º de Maio e o 5 de Outubro.

A primeira destas datas, pelo seu afastamento no tempo como pelo redundância que constitui o 5 de Outubro, assumia contornos fracos, explicados também por coincidir com um período anual de lutas defensivas e formas frágeis de acção colectiva. Realizada num período de

⁵⁰⁵ Arnold van Gennep, *Manuel Français de Folklore Contemporain*, Paris, Picard, 1947, p. 840.

⁵⁰⁶ Paul Connerton, *ob. cit.*, p. 83.

⁵⁰⁷ Linda Dawn Raby, *A resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, 1988, p. 156.

de escassez e de concomitante exigência de trabalho, constitui uma realização *fraca*, cujos conteúdos se perderam, na actualidade.

O primeiro de Maio no sul do país encontra-se tradicionalmente associado a merendas colectivas no campo⁵⁰⁸, retomando as celebrações clandestinas do dia do Trabalhador no Couço práticas de sincretismo entre a tradição e a inovação⁵⁰⁹. Sob a justificação de que os piqueniques campestre «sempre se haviam feito», realizavam-se nesta data no Couço, e com maior força desde 1958, rituais em que a comensalidade em grupos familiares com trocas alimentares ocupava um papel central, coadjuvada por danças, cantos e discussões encapotadas, envolvendo indivíduos provenientes dos montes e lugares integrantes da freguesia⁵¹⁰. Em 1962, a comemoração desta data antecede e prepara as lutas pelas 8 horas de trabalho⁵¹¹. O 1º de Maio, no início do período ofensivo, tinha um conteúdo forte, mantido até hoje, celebrado com uma placa num terreno privado que anualmente é cedido para o piquenique e para a sessão política organizada hoje em dia por uma central sindical. Esta cerimónia dá início ao ciclo de Verão, marcado pelo trabalho e pela convivialidade, expressa nomeadamente nas refeições colectivas, umas no local de trabalho, outras de excepção, ao fim de semana, sob a forma de piqueniques, por vezes antecidos por pescarias.

Finalmente, o 5 de Outubro, que antecede o ciclo de Inverno, marcado pela falta de trabalho, constitui o fim do ciclo ofensivo, e o início do ciclo de dormência nos movimentos mais acesos. O preâmbulo do período de letargia que se segue fica bem marcado na sequência cerimonial, que inclui uma romagem ao cemitério, silenciosa, eventualmente marcada aí por

⁵⁰⁸ Cf. Adolfo Coelho, “Materiais para o Estudo das Festas, crenças e Costumes Populares Portugueses”, originalmente publicado em 1880 na *Revista de Etnologia e Glotologia*, e reeditado em 1993, em *Festas, Costumes e outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, D. Quixote, p.304. V. também Ernesto Veiga de Oliveira, “O Primeiro de Maio”, *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, p. 102, publicado inicialmente em *O Comércio do Porto* de 13.5.58 e 24.6.58. O último autor adianta que “*Ao sul do Tejo, o dia tem carácter festivo efectivo, e é geral o costume das merendas no campo, embora não exista um manjar definido, único e igual em todas as partes.*” Ernesto Veiga de Oliveira, *ob. cit.*, p. 103.

⁵⁰⁹ Joaquim Pais de Brito acentua que “*Quando, no dia 1 de Maio, se combinam a afirmação fecunda da fertilidade dos campos com a apropriação politizada e cívica do «dia do trabalhador» e a existência de uma classe de trabalhadores rurais que acederam à propriedade da terra, as celebrações e festejos associados àquele dia sugerem a intencionalidade de uma incursão projectiva no tempo inscrita neste calendário, accionado como instrumento de acção simbólica.*” Joaquim Pais de Brito, “Coerência, incerteza e ritual no calendário agrícola”, in Joaquim Pais de Brito e outros, *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996, p. 221.

⁵¹⁰ *O Camponês*, Ano XIV, nº 76, Maio de 1960 refere que, nesse ano, no primeiro dia de Maio se haviam juntado mais de 1600 pessoas perto do Couço, fazendo estralejar foguetes logo pela manhã. Ainda que houvesse chovido, concentraram-se vários grupos, que confraternizaram, aproveitando para falar da data, da conquista do contrato colectivo de trabalho, da luta pelo aumento de jornas e da necessidade de unidade entre os trabalhadores de diferentes terras.

⁵¹¹ Escreve, de forma épica, Álvaro Cunhal que “*Em Lisboa, no Porto, no Algarve, na Margem Sul do Tejo, em Grândola, em Alpiarça, em Aljustrel, em Matosinhos, no Couço, em Montemor, em Baleizão, agora em Pero Pinheiro, a unidade e acombatividade dos operários tornou-se lendária. Desde 1962, em Lisboa, no Algarve, no Alentejo, no Ribatejo e em muitos outros pontos, o proletariado, sob a direcção do seu Partido, fez de novo do 1º de Maio uma grande jornada de luta dos trabalhadores.*” Álvaro Cunhal, *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português*, s/l, Edições Avante, 1965,

discursos evocativos. O papel desta comemoração, que congregava círculos oposicionistas variados, assumia maior envergadura em fases em que a política de alianças ganhava importância, e podia perder importância, convertendo-se em comemoração *fraca* em ocasiões em que o fluxo de luta convertia o Primeiro de Maio em cerimónia de maior destaque⁵¹².

As tradições, que estão adstritas à memória colectiva, constituem fontes dinâmicas de construção e recomposição de identidades, sendo o centro de agregações e desagregações constantes. São sempre vividas no tempo presente, dando aso a novas interpretações: não são unidades fixas, mas antes maneiras de ver e interpretar momentos fugazes, em instantes determinados.

A festa, usada como camuflagem para a organização política, fica registada em alguns dos processos instaurados pela PIDE. Em 1959, segundo um informe de um agente do posto da PIDE do Entrocamento,

*“No dia 1º de Maio, cerca de 60 pessoas, faltaram ao trabalho no Monte das Faias, mas, logo que tiveram conhecimento que outros tinham trabalhado, ficaram furiosos e disseram que nunca mais os enganavam, porque por causa deles tinham deixado de ganhar o dia. Segundo informações a greve no Couço era para ter lugar no dia 1ª de Maio, mas, receberam ordens para a fazerem só no dia 4, porque na sexta-feira não podiam alegar que não tinham trabalho.”*⁵¹³.

Numa informação confidencial, de 22 de Agosto de 1960, enviada pelo chefe do posto da PIDE do Entrocamento ao director da Polícia política, esse ano está marcado pela grande actividade política local, nomeadamente na distribuição de propaganda:

“Para tanto estão a ser organizados por eles piqueniques que têm reunidos elevados número de pessoas da citada freguesia do Couço e lugar de Santa Justa. (...) Nesses piqueniques, como não podia deixar de ser são abordados assuntos de natureza política e feitos peditórios cujo produto reverte para o «partido». (...) Em 24 de Julho findo e 14 do corrente levaram eles a efeito dois piqueniques, nas margens do Sorraia e próximo do Couço, onde reuniram cerca de 200 e 500 pessoas, respectivamente. (...) Forneceu

⁵¹² V. Álvaro Cunhal, *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português*, s/l, Edições Avante, 1965, p. 10: “É significativo que o 5 de Outubro, aniversário da revolução dirigida pela burguesia liberal e durante muitos anos a mais importante jornada anual anti-fascista, tenha sido largamente ultrapassado pelo 1º de Maio, dia dos trabalhadores. O 5 de Outubro, apesar do seu carácter progressivo, que é de manter e reforçar, é comemorado com jantares, romagens, homenagens, raramente com manifestações de rua. O 1º de Maio é comemorado, tanto nos centros industriais como nos campos, tanto nas cidades como em aldeias, com greves e manifestações de rua, ao mesmo tempo que com festas de confraternização em que participam, no conjunto, muitas dezenas de milhares de operários industriais e rurais. (...) O 1º de Maio tomou o lugar do 5 de Outubro como a mais importante jornada anual de luta contra a ditadura fascista.”

⁵¹³ Arquivo da PIDE-DGS, *Processo SR - 1762*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 9.

peixe, gratuitamente, para este último piquenique o pai do conhecido comunista José Nogueira da Silva Casanova.”⁵¹⁴

1960 foi um ano profundamente marcante no que respeita a estes marcos da ritualidade de luta - coadjuvada por cerimónias débeis, em que a sequência ritual era pontuada pela “balharada”, eventualmente ligada à noite dos dias de descanso, dispersa pelos montes ou nas “sociedades” da aldeia. O primeiro dia do mês de Maio ficou assinalado por um piquenique na herdade dos Barreiras - depois do 25 de Abril alusivamente denominado «Campo 1º de Maio» numa placa que lhe foi aposta - onde estiveram presentes mais de mil pessoas, se atendermos aos números apontados nos interrogatórios de um dos processos então constituídos⁵¹⁵. Depois de o período de Verão ter sido assinalado por piqueniques, com formas de comensalidade familiar alargada num espaço gerido momentaneamente em comum, ou associados ao produto de pescarias feitas no rio Sorraia, o 5 de Outubro ficou marcado por uma romagem ao cemitério, a cuja memória se associa um episódio marcante. Devido à vaga repressiva que atingira a povoação desde 1958, expressa numa vigilância exacerbada e na proibição dos ajuntamentos, questionavam-se os homens pelas tabernas sobre a maneira de conseguir comemorar a data, através duma ida ao cemitério. Um adiantou, num tom entre o sério e o jocoso: «Havia era de morrer alguém...». A 4 de Outubro falecia o autor do alvitre. A deslocação tinha, assim, um móbil. Este relato, provindo de várias das entrevistas realizadas no Couço, não tem todavia um registo que o confirme na forma escrita. De forma épica, *O Camponês* relata a marcha do 5 de Outubro:

“Às 9 horas da manhã mais de 3 mil pessoas dirigiram-se para o cemitério do Couço. Uma importante força da GNR comandada pelo alferes de Coruche quis impedir a entrada da população no cemitério mas não o conseguiu. Após a romagem saíram do cemitério e cantando o hino nacional e dando vivas à Liberdade, à Democracia. Etc., dirigiram-se para o cemitério de Santa Justa. Enchendo toda a largura da rua impediram a passagem dos jeeps da GNR que tiveram de meter por outros lados para chegar primeiro ao cemitério. O alferes fechou o cemitério e guardou a chave. Quando a manifestação, cheia de entusiasmo, verificou não poder entrar no cemitério, continuou com os seus vivas e decidiu a certa altura fazer um minuto de silêncio. Mas como nesse minuto o alferes continuasse a gesticular e a falar para convencer o povo a dispersar, este decidiu repetir o minuto de silêncio, obrigando o oficial da GNR e a sua força a respeitá-lo. (...) Só ao meio-dia a manifestação terminou depois de, por muitas vezes, ter desmascarado o papel que as forças repressivas tomam contra as

⁵¹⁴ Arquivo da PIDE-DGS, *Processo 2126/52 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, informação de 22.8.60.

⁵¹⁵ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 862/60 - Divisão de Investigação*, Lisboa Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 82 e vs.

liberdades e contra o povo. Nesta região a maior parte do comércio fechou também para comemorar a histórica data.”⁵¹⁶

Conferindo um carácter inócuo a esta ida ao cemitério, e sobretudo desgarrando-o de iniciativas partidárias, nas confissões feitas perante os agentes da PIDE em Fevereiro de 1961, Arenato Brás associa a romagem às comemorações do cinquentenário da República⁵¹⁷.

O ano de 1961, profundamente marcado por um conjunto de acontecimentos ao nível do país que forneciam pujança e repercutiam para o exterior as realizações locais, está igualmente assinalado em termos rituais com comemorações *fortes*. Também em 1961, o chefe do posto da GNR relata que

*“No dia 1 de Maio corrente, efectuou-se num local denominado Ponte Caleira, próxima do lugar de Lagoíços, da freguesia do Couço, mais um piquenique de carácter político, ao qual assistiram cerca de 70 ou 80 pessoas, na sua maioria comunistas ou simpatizantes e oposicionistas, que ali confraternizaram e comemoraram o 1º de Maio, não faltando os vivas”*⁵¹⁸

Na sequência deste piquenique, a polícia política procura os organizadores. Numa lista de suspeitos, um dos quais excluído pela pouca idade, outro por «falta de coragem», salientam-se duas mulheres, uma das quais

*«É uma das maiores agitadoras comunistas daquela freguesia e comparece a todos os piqueniques organizados pelo p.c.p. local e é uma das que neles discursa e dá vivas.»*⁵¹⁹

A comensalidade, que une um grupo em torno de uma toalha, detém uma importância central nas celebrações, nomeadamente no seu pico mais elevado, associado ao Primeiro de Maio e ao Verão. Petiscos transportáveis ou alimentos confeccionáveis ao ar livre, por vezes provenientes de pescarias feitas por alguns dos organizadores, distintos dos quotidianamente consumidos pela forma como são cozinhados ou simplesmente pela partilha de grupo, tornam-se

⁵¹⁶ *O Camponês*, Ano XIV, nº 80, Outubro de 1960.

⁵¹⁷ *“Que, o respondente, como «responsável» da «comissão de unidade», convidou alguns «elementos» da referida «comissão» a tomarem parte na romagem ao cemitério do Couço, no dia 5 de Outubro do ano findo, para festejarem o cinquentenário da proclamação da república. - Que não pode precisar os nomes dos outros «elementos» da referida «comissão» que tomaram parte naquela romagem, mas recorda-se de ali ter comparecido muita gente. - Que, o respondente tomou parte naquela romagem de acordo como o que leu no jornal «A República» porque o Partido não chegou a dar-lhe quaisquer «directivas» nesse sentido, conforme o respondente esperava.”* Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 154 e vs.

⁵¹⁸ Arquivo da PIDE-DGS, *Processo SR - 1762*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 3.

⁵¹⁹ Arquivo da PIDE-DGS, *Processo SR - 1762*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 3.

signos, digeríveis como as palavras⁵²⁰. Os alimentos contam um grupo, a sua circulação e consumo num recinto festivo contribui para o reatar de relações e o aclarar das memórias.

As comemorações do 5 de Outubro de 1962, pouco tempo após a última vaga de prisões e de libertações é descrita do seguinte modo:

“Os fascistas não querem que o povo comemore as suas datas históricas e democráticas. O povo português transforma estas datas (5 de Outubro, 31 de Janeiro, 1º de Maio, etc.) em jornadas de luta pela Democracia e contra a ditadura fascista. (...) No COUÇO - Foram largados, 10 dúzias de morteiros e foguetes. A GNR que dias antes bateu o mato à procura de reuniões, ao ouvir estoirar os primeiros morteiros, lançou-se cegamente no jeep pela rua para ver se caçava alguém. Entretanto estoiravam morteiros em todas as direcções. A GNR teve de render-se à realidade; não podia impedir o estrondo dos morteiros. Apareceram muitas inscrições nas paredes e no alcatrão e cartazes de 100 X 50 cm com as seguintes frases: «Morra Salazar!» «Amnistia!» «Abaixo a repressão!» «Liberdade!» «Paz em Angola!», 70 por cento dos trabalhadores não foram trabalhar”⁵²¹

A convocatória, além da palavra que circulava, tinha também uma componente escrita:

“Portanto, foi uma pescaria, foi também um dia, não sei se foi um primeiro de Maio, se foi cinco de Outubro, portanto, foram dias desses, não me recordo qual foi. Nessa altura já eu era comerciante nos Foros de Lagoiços, e era pouca gente que ficava em casa. Uns contagiavam os outros e até mesmo as pessoas que não estavam ligadas ao Partido liam muito a imprensa do Partido. Eu por exemplo, os meus metia-os debaixo da porta de outra pessoa qualquer, e outros eram mesmo mandados para cá e havia alguém que os espalhava na rua. Havia dias em que nos levantávamos de manhã, e se eram por exemplo lutas por jorna, por melhores condições de trabalho, e essas coisas, havia já a propaganda espalhada, portanto, de noite.”(Maria Custódia Chibante)

Os piqueniques associam-se frequentemente ao resultado das pescarias, levadas a cabo principalmente por Joaquim Casanova, barqueiro local, que fornecia o produto de uma faina no rio Sorraia:

“Havia pescarias, íamos para as pescarias onde se falava. Até que a guarda ia para pôr tudo fora. Isto antes da minha prisão. Quer dizer que se juntava assim muita, muita gente, íamos para a Ribeira, fazíamos piqueniques. Tudo clandestino, até que a Guarda ia. Até eles irem, a gente aguentava. Quando eles iam, punham tudo fora. Uma vez vínhamos todos para cima, eu morava nas Courelas, mas os meus pais moravam aqui

⁵²⁰ Cf. Jean Duvignaud, *Fêtes et Civilizations*, Paris, Actes Sud, 1991 [1ª edição, Weber, 1973].

⁵²¹ *O Camponês*, Ano XVI, nº 95, Novembro/Dezembro de 1962.

no Couço, e então eu vinha para casa dos meus pais porque tínhamos uma carroça e um burro e deixávamos lá, depois íamos para as Courelas já de noite e íamos já na carroça. Depois viémos todos para cima e a Guarda atrás da gente. Tudo a cantar, tudo a cantar, e eles aí, mas nunca nos fizeram mal. Dispersavam as pessoas, não é. Fomos indo, fomos indo, até à altura da gente ser presos» (Maria da Conceição Figueiredo)

As pescarias e piqueniques, sob a forma festiva, permitiam contornar a interdição de junção de mais de três pessoas, e constituíam uma forma plenária de discussão e de combinação de formas de luta:

“Uma vez, um primeiro de Maio que a gente aí fez, foi uma coisa fantástica. Foi ali em baixo, chama-lhe a gente ao pé da Ponte Caleira. Fizémos ali um primeiro de Maio, foi logo a seguir à greve, e os gajos na altura, como não foram capaz de descobrir quais foram as pessoas mais activas a organizar a greve, e então eles andavam a ver. A gente fizémos o petisco, foi beber, cantar, pronto. A gente levávamos comida e depois lá comíamos em colectivo, comia aqui, comia além, pronto aquilo parecia uma família. Choveu até muito, levaram barracas de campismo, alguns que tinham (estas pessoas que descascavam pinho tinham barracas, e levavam-nas), e então aquilo era uma festa. À noite, de abalada, a GNR a acompanhar, a ver se a gente se manifestava, mas enfim, a gente, mais ou menos...Ó depois, uma vez no Verão, foi uma grande pescaria, ali debaixo da Ponte Caleira. A gente fazia aquela coisa para reunirmos, mas nessa altura veio gente de Montargil, Mora, convidados nossos (os mais activos). Um caso importante é que nós estávamos a reunir com os de Mora e o comandante da GNR andava por cima da ponte e uma praça veio cá abaixo (parece que se chamava Alberto) e um fulano aqui do Couço: “Ó Alberto! Vá um copo.” E embebedou-se. Embebedámos-o. A gente estávamos reunidos e andava lá por cima o comandante e um grupo de raparigas, jovens, formaram um baile em volta de nós para despistar a GNR. Eu não sei se alguém lhes disse, se foi iniciativa delas, o que eu sei dizer é que a gente não gostámos de estar cercados com elas, elas a bailarem em volta de nós e a gente a reunir” (Isidro Fino Henriques)

A aparência inócua das formas de comensalidade, ainda que não ludibriasse totalmente as autoridades, retirava-lhes justificação plausível para a adopção de medidas repressivas. A dispersão do ajuntamento era frequente, sem que se revestisse da componente mais agressiva, com utilização da força ou com prisões. Assim, esta forma de comemorar e preparar eventos de luta, revelava-se de grande eficácia, quer pela fruição imediata, quer pela conjunção favorecida, mas sobretudo porque escapava às malhas da mais intensa repressão.

“A gente começámos a fazer essas pescarias que era para fazermos adjuntos, para irmos falando nessas coisas e organizar a malta toda uns com os outros. Pormo-nos todos amigos certos, para colaborarmos todos por igual. Começámos a fazer aquelas pescarias, mais pequenas, maiores. Chegámos a fazer pescarias com duas mil e quinhentas pessoas. Levavam o seu lanche e juntávamos lá e havia bailes e havia toques que nem queira saber. Havia tudo por ‘i fora. Os guardas iam lá para, se calhar, para depois saberem tirar uma ideia, naturalmente, daquilo que é que a gente andava a fazer. E então a gente dávamos comer aos guardas, e os guardas comiam. Depois, levámos um gajo qualquer cá da cor, tocar harmónio e fazíamos peditórios, que era para o Partido, e dizíamos que era para o acordeonista. E até os guardas davam! Iamos pedir aos guardas também, e os guardas também davam dez ou cinco paus, qualquer coisa assim, pensando que o dinheiro era para o acordeonista e o dinheiro era para o Partido Comunista! Fomos fazendo, fomos fazendo até que eles foram apanhando como é que aquilo estava a trabalhar. A PIDE começou a avançar, até que começaram a pôr o pé em cima de tudo. Havia os bufos cá na terra, e eles começaram a pagar aos bufos para os bufos... Alguns andavam metidos numa coisa e outra, eram esses é que eram os perigosos. E então começámos, fomos indo, fomos indo, até que tivémos que ir acabando com essas coisas. A última pescaria⁵²² foi ali em cima, pertence já a Mora.” (João Pedro Marrafa)

Estes piqueniques prolongar-se-iam até ao 25 de Abril - quando a organização de cariz rural fraquejou, já no final da década de 60, estudantes do Couço então em Lisboa, na universidade, retomaram esta prática, levando até à povoação colegas da capital. Os piqueniques grangearam, então, um carácter distinto do anterior, incorporando elementos da «grande tradição» como a balada e o fado de Coimbra, na altura alvo de uma apropriação e branqueamento - por dissociação das suas matrizes eruditas - por parte das forças da oposição ao salazarismo⁵²³.

⁵²² João Pedro Marrafa e a sua mulher, Maria da Conceição Figueiredo, abandonaram o Couço no início da década de 60. Assim, esta «última pescaria» não o foi de facto. No final dos anos 60 e no início dos anos 70 houve vários piqueniques e pescarias no Couço, que contaram com a presença de vários estudantes, que se deslocaram em vários automóveis a partir da Cidade Universitária.

⁵²³ Num relatório assinado por Helder Sousa dos Santos, agente de 1ª do Posto do Entroncamento sobre um piquenique na Herdade do Engal em 26 de Julho de 1970, alegadamente organizado por João Camilo, José Casanova, Joaquim Domingos da Cruz e José Pinto Ribeiro Labaredas, fica-se a saber que estiveram presentes no almoço, entre outros, Carlos Paredes e Fernando Alvim, bem como o pintor António Fernando dos Santos. José Labredas terá cantado fado, acompanhado por Carlos Paredes à guitarra e Fernando Alvim à viola. O peixe fora pescado por Joaquim Casanova, e cozinhado por Maria Cesária Cruz, esposa de um dos detidos de 1960, Joaquim Domingos da Cruz. Terão estado presentes nesse piquenique 90 pessoas. Arquivo da PIDE/DGS, *Processo 3828/59 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 14-15.

O facto de, num determinado momento, ser aproveitada a festa para nela incorporar reivindicações, em que sob a capa das comemorações do Dia do Trabalhador, se actualiza o momento fundador é claramente expresso nos festejos de 1º de Maio de 1962.

“Estou-me a recordar agora dos primeiros de Maio que se fizeram e que eles não deixavam fazer, e estou a lembrar-me do piquenique do primeiro de Maio. Vinha a Guarda Republicana, cercavam a gente com as metralhadoras e as espingardas para desfazer a gente daquela organização, de estarmos reunidos. Aconteceu isso, e quando foi em 58⁵²⁴ para as 8 horas juntou-se aqui a guarda quase toda do país. Juntaram-se aqui 300 guardas republicanos. Vieram de lá do Carmo, vieram carros de longe, que eles já andavam martirizados de andar aí para apanharem as pessoas que iam a chamar aqueles que andavam a trabalhar.”(Manuel Gil Nunes)

A reivindicação da redução do horário de trabalho, explicável pela necessidade de manter postos de trabalho, constitui o fulcro das exigências. Desde os últimos anos da década de 50 que o número de postos de trabalho diminuía, devido à introdução de máquinas e ao emprego de munda química. Estes factos técnicos tinham reflexos económicos locais claros, implicando uma diminuição do emprego e uma redução dos salários. Todavia, a reivindicação deixou de ser em torno do aumento dos rendimentos auferidos com o trabalho, mas antes na fixação do horário diário em 8 horas. Mais, exigia-se um salário mínimo de 30\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres - reivindicação que não era nova, e que constava das propostas que *O Camponês*, jornal do PCP para os campos do sul, propunha há vários anos nesta época. A força das cerimónias do primeiro de Maio traduz então a situação de ascenso de um movimento colectivo. Nesta fase, a imposição quer de um número de trabalhadores, quer de um horário - «desferrando» depois de cumprir 8 horas de trabalho, sem aguardar o assentimento dos recrutadores da mão de obra - revela a emergência de novas condições.

“As lutas pela manutenção dos postos de trabalho assumiu novas formas: em vez de ficarem na «praça de jorna» à espera de serem contratados, os trabalhadores iam em grupo para os campos e começavam a trabalhar, exigindo posteriormente os seus salários; pretendiam assim determinar antecipadamente o número de trabalhadores a contratar.”⁵²⁵

A participação nessas cerimónias era rigorosamente seguida pela PIDE e, na prisão, constituía uma pedra de toque dos interrogatórios. A dimensão atingida, expressa nos relatórios

⁵²⁴ Há uma confusão temporal, já que a forma mais densa da luta pelas 8 horas se verifica em 1962.

⁵²⁵ Linda Dawn Raby, *A resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Lisboa, Salamandra, 1988, p. 158.

dos agentes repressivos que aí se deslocavam, torna-se também evidente nas entrevistas e nos relatos feitos perante a PIDE. Assim, num auto de perguntas, um preso confessa que

“...no dia primeiro de Maio do ano findo[1960] , o respondente, tomou parte num piquenique que se realizou na Herdade das Barreiras, mas não pode precisar quem o tenha convidado ou se nele tomou parte apenas por ter ouvido falar. - Que a este piquenique compareceram talvez umas duas mil pessoas e, que a sua finalidade, foi para festejarem o «dia dos operários». ”⁵²⁶

Na actualidade, se desapareceram as comemorações associadas quer ao 31 de Janeiro, quer ao 5 de Outubro, novas datas são alvo de festejo⁵²⁷. Mantêm vitalidade as festas e piqueniques do Dia do Trabalhador num campo que margina o rio Sorraia. As cerimónias locais do Primeiro de Maio, comportam ofertas de comida entre grupos vizinhos, com a inserção dos que aí se desloquem, solitários, no seio dos agregados dispostos à sombra das grandes árvores, e dá legibilidade a várias vertentes da troca. Os alimentos alvo de circulação são os que se encontram arredados do mercado local, seja pela confecção caseira - fumeiro ou pão, por exemplo - seja pela proveniência longínqua, que os torna exóticos. As iguarias, dos salgados aos doces, respondem igualmente às associações culturais feitas em torno do género. É sintomático que tenham sido montados dois locais para venda de bebidas e alguns doces. Num deles, procurado particularmente pelas mulheres⁵²⁸ com crianças, encontravam-se à venda gelados, doces variados, bebidas e refrigerantes adocicados. No outro, a cerveja sobressaía entre todas as outras bebidas alcoólicas, encontrando-se igualmente à venda frutos secos em saquetas, embalados por um empresário local.

Com o 25 de Abril, justapôs-se à festa de Santo António - padroeiro local - uma nova vertente cerimonial: a *Semana da Cultura*, organizada pela autarquia e que comporta música, exposições e provas desportivas. Estas festividades, que dão conta de uma nova ordem que emergiu após a revolução, tentam aliar o divertimento e a formação, com propostas variadas que tentam corresponder aos interesses de grupos etários e sócio-profissionais diversos.

Os ritos são actos formalizados que obedecem a uma sequência que tende a manter-se e que dá conta, ao longo do ciclo anual, de uma diferença de significados. Assim, aos ritos de Primavera com uma cerimónia de comensalidade colectiva num lugar aberto e festivo no 1º de Maio, opunha-se a celebração de 5 de Outubro, em que o espaço do cemitério desempenha o

⁵²⁶ Joaquim Domingos da Cruz, “Auto de perguntas”, in Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 856/60 Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 153.

⁵²⁷ Assim sucede com o 8 de Março, dia internacional das mulheres desde 1910, por proposta de Clara Zetkin e que é alvo de uma cerimónia pública, que inclui alguns discursos por parte de mulheres, recitação de poesia e eventualmente música. Os aniversários da fundação do Partido Comunista Português são comemorados com um almoço no centro de trabalho local, envolvendo várias dezenas de militantes.

⁵²⁸ Sobre esta distribuição dos segmentos festivos por género v. Michel Hastings, “Identité culturelle locale et politique festive communiste: Halluin la Rouge 1920-1934”, *Le Mouvement Social*, nº 139, Avril-Juin, 1987, pp. 7-25.

papel principal. O ajuntamento, a tomada da palavra, o clima ambíguo entre o festivo e o reivindicativo, são constantes nestas celebrações.

As cerimónias tendem a ser estilizadas e repetitivas, por vezes incorporando uma nova sequência ou deixando outras em suspenso. Têm um carácter poroso, contaminando e sendo contaminados na sua relação com as outras povoações e com o país como um todo. Fazem sentido dentro da vida de uma comunidade, onde demonstram grande capacidade de aglutinar em si um conjunto de acções, comportamentos e modos de pensar que transcendem o nível cerimonial. A intensidade dos momentos depende de sequências como o cantar do Hino Nacional, que dá sentido às continuidades entre o local e o nacional, e o minuto de silêncio - suspensão do tempo e do uso da palavra em honra de alguém ou em memória de algum acontecimento. A data de 5 de Outubro tem também associada a romagem, em cortejo, até ao cemitério, em que a matriz evocativa é explícita.

Sugerem uma continuidade no espaço e no tempo: em primeiro lugar, reportam-se a acontecimentos que transcendem o nível local, fornecendo aos concelhos a imagem de que são um elo numa cadeia que envolve muitos outros em termos nacionais ou transnacionais; em segundo lugar, porque se trata de cerimónias que detêm carácter evocativo, reportando-se a um outro tempo que se actualiza e perpetua. Ao fazê-lo, os ritos configuram a memória colectiva para celebrações que, no tempo e no espaço, são próprios de uma classe, de um grupo que não tem fronteiras e que tem consciência e memória de si.

A inserção do passado no presente, objectivo de qualquer celebração, permite assim reviver e lembrar - de forma simbólica, por vezes alegórica - um determinado acontecimento que lhe deu origem. A periodicidade das celebrações permite enquadrá-las num ciclo comemorativo, que se cruza com outros ciclos comemorativos, inerentes a outros grupos ou às sociedades. A organização das celebrações, a cargo de comunidades bem definidas⁵²⁹, detêm uma preocupação essencial com as formas de reprodução comemorativa, assegurando-se da manutenção das celebrações no tempo. Ou seja, a continuidade das comemorações - que é a manifestação da perpetuação de um colectivo - constitui uma preocupação central. A comemoração, no sentido que aqui é utilizado, transcende o carácter da festa, ainda que envolvendo elementos que lhes são comuns.

Nas condições de clandestinidade, a quebra de interditos, o excesso e a inversão⁵³⁰ são incorporados pela própria situação, constituindo a comemoração um reforço. A quebra ritual de interditos numa situação de clandestinidade, não consentida pelo poder, conduzia a uma exposição que - ao contrário da festa, que nas sociedades tradicionais pode obrigar à utilização

⁵²⁹ Sobre o plasmar de uma memória colectiva num lugar determinado v. Emília Margarida Marques, "Memória Operária, Memória Local: aspectos de um caso a propósito do 18 de Janeiro", *Arquivos da Memória*, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp. 57-67.

⁵³⁰ Cf. Roger Caillois, *O homem e o sagrado*, Lisboa, Edições 70, 1979, *passim*. [1ª edição *L'Homme et le sacré*; Paris, Gallimard, 1950].

de máscaras quando a vertente mais fortemente transgressora é exposta - facilitava a posterior repressão. Nos relatos feitos pelos agentes da PIDE fica evidenciada este inconveniente, que se tornava de somenos, atendendo às potencialidades da realização festiva. A transgressão autorizada, que possibilitava nomeadamente o revanchismo dos grupos subalternos⁵³¹, não tem lugar no Estado Novo. O Carnaval constitui um período particularmente temido pelo poder, pela possibilidade de exposição das suas mazelas político-sociais.

Em alguma ocasião as festas foram inventadas, e mesmo quando os seus conteúdos mudaram, como sucedeu com o Primeiro de Maio, parte da sequência cerimonial manteve-se (i.e. a comensalidade colectiva ao ar livre, o piquenique). As celebrações sofreram alterações no seu significado e no seu significante quando o referente se alterou, mas existe *uma tendência à invariância*, segundo Paul Connerton, devido ao funcionamento da linguagem ritual: aquilo que é realizado num determinado rito, já foi produzido antes, a sua execução é uma actualização de um discurso original, que usa fórmulas sem as quais o acto ritual não existe. O carácter performativo das fórmulas depende da utilização de palavras (promessas, encaminhamentos teleológicos), a que se junta um *nós* que indica que cada um dos que intervêm age colectivamente, e que todos são como um único. Os gestos e os movimentos reproduzem um esquema fixo, escasso, facilmente memorizável e que lhes dá força e poder executório. Dizer é fazer, escrevia Austin.

O formalismo ritual tem um carácter mnemónico. Ao reduzir as escolhas linguísticas a poucas expressões, a fixação da fórmula é facilitada, adquirindo um carácter compulsivo na utilização ritual. Também aqui é evidente a oposição ao discurso livre do quotidiano, pela forma restrita em termos lexicais - ainda que do ponto de vista semântico, o discurso ritual seja substancialmente mais rico -, pela rigidez dos actos discursivos, pelo volume acalorado e empenhado da voz e por uma entoação que obedece também a esquemas fixos. Surpreendentemente, mulheres e homens discursam no mesmo tom e com a mesma entoação.

A festa não constitui só essa representação da sociedade, é também uma projecção sobre o futuro, sobre uma vitória, sobre a liberdade. Ao mostrar a coesão grupal, a festa é ostensiva na capacidade de antevisão. Permite uma reconfiguração do material original, porque o conteúdo simbólico do momento primordial que é evocado constitui aquilo a que Paul Connerton denomina *reservatório de significados*, passível de utilização noutras estruturas. Os acontecimentos que dão origem às celebrações contêm um excedente de significados, e podem,

⁵³¹ Cf. Jacques Heers, *Fêtes des Fous et Carnavals*, Paris, Fayard, 1983. Àcerca das festas de loucos da Idade Média, o autor considera que estas cerimónias, que têm por protagonista o baixo clero, servem à subversão da hierarquia religiosa, fazendo emergir com destaque os incapazes, os desprotegidos, os humildes e os fracos - aqueles que no quotidiano detêm um lugar social irrisório. A substituição ritual do bispo por um louco, uma criança ou um burro, que envergam momentaneamente os paramentos, utilizam as alfaias litúrgicas e dizem a missa permite compreender as condenações vigorosas de que estas cerimónias foram alvo por parte do concílio de Bâle, em 1431. Haveria de persistir até ao século XVI, desaparecendo durante a Reforma e a Contra-Reforma.

portanto, ser alvo de combinações interpretativas distintas utilizando o material noutras formas. Ou seja, a relação entre forma e conteúdo merece atenção.

A correspondência entre a forma de comemorar, como um texto, por referência a um contexto, remete assim igualmente para as alterações rituais que servem à observação das mudanças na sociedade que celebra. Harvey Cox, no contexto norte-americano, ou Jean Duvignaud, em França, realçavam, na conjuntura da década de setenta, a decadência festiva. Alegava o primeiro que a decadência da festa se explica pelo triunfo da amnésia sobre a memória social, enquanto a quebra na fantasia se deve ao desaparecimento da esperança. Para Duvignaud, o carácter subversivo das cerimónias, com o desafio dos indivíduos à destruição, vem sendo irradiado e a oposição estabelecida por Rousseau entre festa e espectáculo - aquela característica de comunidades com uma relação intensa e continuada, este pressupondo uma *performance* perante a passividade de um público - deixa de fazer sentido quando é no âmbito de alguns espectáculos que se reencontra de forma vestigial o clima festivo. A estas perspectivas cataclísmicas opõe-se uma outra visão em torno do texto festivo, que releva a evidência de, apesar das alterações sócio-económicas, estarem a emergir novas festividades, reactivando-se as anteriores com uma pujança que anteriormente não teriam chegado a ter⁵³². A revitalização, conceito que recobre a invenção ritual, no sentido que lhe dão Hobsbawm e Ranger⁵³³, a inovação - com o enquadramento de novos elementos ou sequências - a retraditionalização, ou a folclorização, implica o injectar de nova vida num ritual anterior, ressuscitando-o ou reanimando-o.

Para Ranger e Hobsbawm, a invenção de tradições implica um conjunto de práticas normativas, que visam inculcar certos valores e regras de comportamento através da repetição, que confere um sentido de continuidade em relação ao passado. Mesmo os movimentos colectivos, que visam um corte com uma memória anterior, necessitam de remontar a um passado histórico - ainda que o objectivo seja romper com ele. Esta invenção resulta de dois tipos de alterações: as transformações rápidas da sociedade, que tornam obsoletas as práticas anteriores, criando um vazio; a falta de capacidade de adaptação dos indivíduos a uma tradição pré-existente. Parece-nos particularmente interessante o caminho aberto por esta inadequação dos homens e das mulheres às formas culturais existentes, mesmo numa situação em que não seriam legíveis alterações estruturais de envergadura.

⁵³² Merecem realce, no contexto anglo-saxónico, duas obras: Frank E. Manning (ed.) *The Celebration of Society - Perspectives on Contemporary Cultural Performance*, Bowling Green, Bowling Green University Popular Press, 1983, que congrega contributos de autores tão experientes como Victor Turner; Jeremy Boissevain (ed.), *Revitalizing European Rituals*, London, Routledge, 1992. Este último congrega algumas das comunicações de um painel dedicado às questões da ritualidade num congresso do da European Association of Social Anthropologists.

⁵³³ Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Introduzir formas rituais novas, e nomeadamente um novo ciclo festivo que se sobreporia a um anterior, constitui uma estratégia que sobrepuja a consciência de classe, ainda que se alicerce nela. Constitui uma afirmação reforçada de uma cultura resistente, e que dá legibilidade à ruptura. O passado, com a sua presença legitimadora, requer então uma reconstrução que retoma um conjunto de elementos, edificando como repositórios da continuidade colectiva alguns grupos que constituem o todo social. No caso do Couço, o remontar à implantação da República e a construção de uma arquitectura cultural a partir desses *pais fundadores*, confere sentido às configurações de afirmação da cultura resistente, e nomeadamente às mais visíveis - a ritualidade festiva. Como apontam Ranger e Hobsbawm, o recurso à invenção de tradições não significa a inexistência de outras formas culturais disponíveis ou inviáveis, mas antes a falta de vontade por parte de um colectivo de as utilizar ou adaptar. Assim, a mudança acelerada introduz uma vertente de criatividade no seio de um grupo que, mercê das conjunturas, pode grangear um alcance que transcenda o colectivo de que emerge, numa relação de universalização que não exclui uma anterior paroquialização de certos elementos, eventualmente importados de contextos sociais distintos.

O reavivar de celebrações pressupõe uma renegociação identitária e um realinhamento correlativo das fronteiras sociais entre os grupos, pois edificar uma nova comemoração pressupõe a assumpção de um conjunto de valores distintos, que se sobrepõe ao anterior, acarretando o realçar do peso de um grupo em detrimento de outros, cuja valia em termos locais fora até então ostensivo. A edificação de uma nova tradição, legível na inovação ritual, constitui uma afirmação da força de um grupo - pelo número, mas sobretudo pela capacidade de criar - assente na percepção do lugar ocupado e na concepção da mutabilidade da morfologia social. A festa, como integrante da comemoração, não emerge erodida pelas condições sociais contrangedoras, mas fortalecida perante elas, opondo uma edificação cultural distinta da usual nas camadas dominantes no perímetro local. Neste sentido, apela à criatividade, desviando-se do exequível, impõe a utilidade de aspectos sociais desvalorizados pelo grupo dominante, e desatrofia a capacidade de invenção dos indivíduos envolvidos: a edificação de novas gramáticas requer uma passagem pelo divertimento e pelo desregramento, e é contundente.

No ciclo cerimonial adoptado pelo colectivo resistente local, as instâncias de produção e de consumo dos rituais são idênticas, ainda que alguns oficiantes possam ganhar protagonismo; nas formas culturais anteriores, que transmitiam a cultura da classe dominante, estas instâncias eram distintas. O discurso emitido, com uma vertente explícita, congregadora, detêm igualmente uma forma implícita, com recados ao grupo social oponente.

5. Memória e resistência

5.1. Construções memoriais

Ao reconstituir o passado com base em elementos do presente, a memória atém-se a uma temporalidade actual, elaborada pelas condições especiais do passado. Esta interpenetração, notada por Maurice Halbwachs, é particularmente evidente quando abordamos certos lugares de actualização da memória, invariavelmente ligados ao imaginário social.

As construções memoriais criam uma paisagem, infiltrando-se em territórios cuja rememoração seria evanescente sem a sua materialidade. Servem à preservação do sentido de acontecimentos históricos, sociais e simbólicos. Mais, são desencadeadoras de associações entre as memórias pessoais em relação a certos lugares e paisagens particulares. A relação dos memoriais com as emoções é evidente para os protagonistas e, num processo de transferência, tornam-se elementos cruciais na assunção de um sentido simbólico e social. O memorial, ao sancionar o esforço dos que sofreram ou morreram por uma causa, ou vítimas da crueldade generalizada de um inimigo, reforça a justiça do que era defendido. Mesmo quando mostra uma derrota colectiva, o memorial confere ao acontecimento a que se reporta um carácter redentor.

Como são organizadas as acções simbólicas e como são criados ou alterados os símbolos? A utilização apropriada de símbolos políticos é decisiva na mobilização para a acção, ou seja, a linguagem simbólica, expressa nomeadamente no memorial, tem aspectos socialmente determinados e determinantes na mobilização política. O memorial, além de lembrar um acontecimento épico, tem igualmente um carácter mobilizador, em atenção a um modelo de acção.

É necessário uma compreensão da resistência dos símbolos para que possamos entender os símbolos da resistência. O carácter perene dos memoriais associados às formas de resistência confere-lhe uma configuração continuada no tempo. Ainda que os momentos épicos sejam escassos e esporádicos, a necessidade e a presença da resistência perpassa pelos quotidianos, e a materialidade das coisas contribui para essa perpetuação.

Os monumentos, eles próprios destinados a resistir ao tempo e sobretudo ao esquecimento, com inscrições evocativas por vezes surpreendentes pelo seu carácter obscuro, quase críptico, só preciso e claro para os que conhecem o contexto, solicitam uma apreensão com carácter iniciático. Num descampado das imediações do Couço, uma placa de mármore aposta no 1º de Maio de 1976 excede uma mera denominação do local:

Lutamos pelo
LARGO
1º DE MAIO
desde 1951
Couço 1 - 5 - 1976

A aposição da placa num terreno onde são realizadas anualmente as comemorações do Dia do Trabalhador constituiu uma marca de ordenação num espaço natural e caótico, e criou neste local uma paisagem que remete para uma memória edificante. Através da construção memorial então inaugurada, não só foi actualizado o conjunto de acontecimentos que, desde 1951, alegadamente, está no local associado àquela celebração, como se fixou uma data propícia à reconquista de um território desejado, por se situar num tempo em que a actualização da resistência local encontrava eco numa memória nacional.

Os monumentos revestem-se de uma ambiguidade, revelada na marcação da diferença entre o instante - que perpetuam - e a eternidade que materialmente concedem. A permanência monumental responde ao imperativo de memória, pela repetição quotidiana que implica a fixação material de um momento: criar é resistir.

Na edificação de uma memória comunitária que retrate a unidade do grupo as edificações memoriais, sejam elas as placas toponímicas⁵³⁴ ou as instalações monumentais, representam aspectos da história colectiva e servem à cristalização de consensos e solidariedades.

Toda a memória colectiva assenta num quadro espacial - os *sítios*, lugares de memória perene - e como o espaço é uma realidade durável, é fácil penetrar no passado através dele, escreve Halbwachs. Assim, as imagens espaciais desempenham uma função reguladora na

⁵³⁴ Ver a Acta de Junta de Freguesia do Couço de 14 de Agosto de 1911, com as propostas de novos nomes para as ruas em resultado da implantação da República. O mesmo sucederia após o 25 de Abril de 1974. Ver Daniel Milo, "Le nom des rues" in Pierre Nora (dir) *Les Lieux de Mémoire - la Nation II*, Paris, Gallimard, pp. 282-315. As práticas de substituição dos nomes das ruas associam-se às mudanças políticas (no Couço é evidente esta passagem da monarquia para a República, como o ilustram as actas da Junta de Freguesia; e no pós 25 de Abril). As nomeações de ruas sofreram alterações, ou, no caso dos novos bairros, corresponderam a conjunturas determinadas. O estudo dos nomes das ruas só faz sentido se a partir dele se interrogarem as condições e as sociedades que as produziram, utilizaram e ignoraram. (1986:284-5) São manifestações da memória colectiva de uma comunidade e são também sinais exteriores de notoriedade. Podem indiciar uma representação da memória colectiva a preservar, ou um repertório oficial a promover; neste último caso, as populações podem desconhecer o nome do ilustre desconhecido cujo nome é dado à sua rua. Os nomes de ruas têm uma relação ambígua com a memória colectiva e com os ilustres nomeados, mas serve-nos para a compreensão das representações que o *stablishment* faz da memória nacional e dos grandes homens, bem como dos meios de promover essas representações. O autor, cujo estudo o conduziu desde uma era de *memória natural* (espontânea, orgânica), a uma era de *memória de história oficial* (da nação) (idem, *ibidem*, p.310), debruça-se sobre o caso parisiense desde a Idade média (em que a iniciativa de nomeação cabe aos próprios habitantes, sendo um *conservador ideal da memória popular* (idem, *ibidem*, p. 287), sem referência a acontecimentos nem heróis; desde 1600, com a monopolização pelo Estado e pelo rei dos poderes, foram desaparecendo as designações obscenas de ruas, refinando-se, como explicou Norbert Elias, os costumes e a linguagem. A Revolução fará emergir uma *era ideológica* (idem, *ibidem*, p.294: "A Revolução diz não aos nomes e sim aos ideais").

memória colectiva e os acontecimentos verdadeiramente importantes são legíveis na relação de um grupo com o espaço, seja porque este altera a extensão do grupo (pelo nascimento, pelo casamento, pela morte, pela prisão) seja porque altera o lugar - como sucede com o empobrecimento ou enriquecimento que conduzem a mudanças de habitação. Com essas mudanças o grupo deixa de ser o mesmo, e o espaço confere legibilidade às mutações.

Os suportes materiais constituem uma forma estável de manutenção da memória, menos passível de reescritura que outras, ainda que sujeita a reflectir as mudanças históricas. O Centro de Trabalho do PCP, já descrito na sua grandiosidade, comparativamente a outros edifícios, se visa dar resposta às necessidades de trabalho político do núcleo de militantes comunistas locais, dá legibilidade a uma outra mensagem, criando uma unidade e amplificando a imagem e a realidade da ligação indelével dos comunistas ao contexto local. Conferir materialidade a uma memória, tornando inextinguível na existência durável dos materiais a cumplicidade de normas e de convenções que serve de suporte à cultura resistente, esse é o objectivo fundamental da arquitectura memorial.

5.2. Da memória da Nação às variantes locais

A relação entre o domínio local e o que o transcende é legível, de forma densa, nas edificações em torno da memória, que variam mercê das conjunturas. Na teia de relações entre o nível local e o do Estado, que integra a negociação - que comporta a cedência e a adaptação - e a denegação - pela omissão, como pela repressão -, a arrumação dos grupos e classes sociais que, num momento determinado, detêm maior ou menor controlo dos mecanismos de construção da memória, tem um carácter central.

“Nós depois do Delgado, nós fizemos aqui uma greve geral, no Couço. E estava nessa altura muita gente aqui no Couço convencida de que caía mesmo o Salazar, porque senão não tinham ido para a greve. Nós aqui no Couço, talvez só aqui, que no país ninguém conseguiu isso, fizemos uma lista com não sei quantas assinaturas, mas foram bastantes, bastantes, em que pedíamos a demissão do Salazar. E foi da campanha do Delgado para cá que tudo aderiu à greve e eu ouvia: «O Salazar cai agora! O Salazar vai cair!” Não caiu, ele não caiu, mas foi um grande embanão que se lhe deu! E depois começou a aparecer outras lutas aqui.” (Olimpia Brás)

Emerge em vários dos discursos recolhidos a convicção de que o nível local, com uma capacidade resistente assumidamente superior à do conjunto do país e com uma posição saliente mesmo no contexto sul, se lograsse dilatar-se, universalizando-se, grangearia uma reputação de vanguarda. Perpassa, contudo, por vezes de forma explícita, a nostalgia do que não chegou a ter sido.

“Houve momentos em que até os camaradas disseram: «Se o Salazar morrer, a ver se a gente é capaz de levantar a moral do povo para ver se muda o regime». Porque os camaradas sabiam que cai o Salazar e fica outro Salazar. E assim foi. A gente tentou, mas não conseguimos levantar a moral do povo para mudar após a morte do Salazar.”
(Arenato Brás)

A convergência entre as instâncias locais e as circunstâncias nacionais é geradora da memória feliz e realizada da mudança, ou da sua possibilidade. A ucronia, ou o tempo que poderia ter havido, e cuja concretização ficava dependente da sincronização do local com o nacional no que concerne à evolução política, atravessa vários dos discursos:

“Que eu tenho confiança no marxismo, no comunismo, tenho confiança nele. O marxismo tem a sua razão de existir. O marxismo, na sua filosofia, está certa, mas os homens é que são homens, e erram. A nossa luta foi sempre a querer acabar com o salazarismo. No meu caso pessoal, sempre a lutar. As pessoas às vezes diziam: «Não vale a pena lutar, a gente não consegue vencer», e eu dizia: «Não, a gente temos que lutar sempre». Porque eu, quando se analisava para fazer uma revolução armada, eu dizia sempre que...Ainda me lembro de ir preso com um camarada, José Magro, que me dizia que uma vez um tipo que não conhecia, e que era militar, lhe disse: «A minha unidade está em condições de ir para a revolução!» E que uma pessoa com boné, que ele não reconheceu, rebateu tudo, de tal maneira que ele ficou assim a pensar: «Mas quem seria este homem, que conseguiu levá-lo a baixo?» Era o Álvaro Cunhal, o Álvaro Cunhal conseguiu convencê-lo que não estavam em condições de fazer uma revolução em Portugal. E ele dizia: «Mas a minha unidade está em condições de fazer uma revolução!» E ele dizia: «Não, não, não temos condições no país para fazer uma revolução». E eu fui preso com o Zé Magro, e fui libertado, e vim cá para a liberdade e continuava a lutar, e continuava a pensar: «Nós temos que lutar sempre até conseguirmos. O salazarismo tem que cair. Quando caia, então já sabemos para onde vai.” (Arenato Brás)

Essa direcção da mudança, mais intuída que conhecida, exigiria um sentido comum que transcendesse o nível unitário e que, ainda que albergando cedências, fosse congregador numa dimensão mais lata, que superasse o plano paroquial. A clarividência do líder central fica, no extracto transcrito, evidenciada. Aquando da greve de 1958,

“Em Lisboa já se dizia que a gente aqui andávamos a dividir terras, mas era mentira. Mas já sabe que eles tentam sempre deturpar tudo. Então o Couço era uma terra muito conhecida. Até em Moscovo.” (José Vicente)

Os grupos do poder tentam deter o controlo da memória da sociedade, pois esta condiciona a sua posição de supremacia. Por outro lado, os dominados resistem e tentam manter de forma críptica, clandestina, subterrânea, uma memória que vêem ultrajar, vilipendiar, adulterar e sobretudo, substituir.

“Dizia-se «No Couço todos são comunistas». Não eram, mas todos tinham consciência das suas lutas, da sua vida difícil e das injustiças que viviam.” (Graciete Casanova)

“O Couço era um baluarte, toda a gente sabia que o Couço era um baluarte, porque nós aqui nunca perdemos as eleições em tempo nenhum. Quando as eleições eram condicionadas por eles, mandadas por eles, e eles só punham lá nos cadernos eleitorais quem eles queriam e apeteciam, mesmo assim nós vencemos sempre as eleições. Eu tive só voto uma vez, em cinquenta e oito, foi a primeira vez que eu votei, era comerciante desde 52.” (Joaquim Basílio)

A escola, pelo seu carácter normalizador, detém um papel importante na passagem de uma memória de Nação. É unificadora, não respeita as memórias localizadas, grupais, colectivas. Oblitera-as com uma memória social avassaladora e poderosa, diluindo, camuflando ou destruindo de forma sistemática, pela via ideológica, as diferenças. A resistência a esse esmagamento por parte do colectivo resistente local confere uma particularidade a salientar dentro do grupo comunista local, que avalia, primeiro, e posteriormente adapta ou recusa a visão transmitida na escola relativamente ao mundo.

O balançar entre o nível local e o central é corrente nos discursos elaborados sobre o período salazarista, bem como na avaliação dos tempos considerados áureos, de que se destaca a reforma agrária

“Sinto que foi uma coisa muito boa que se perdeu, não sei qual seria a forma de poder segurar melhor. Penso que já não vai haver oportunidade para fazer uma coisa tão bonita como foi a reforma agrária, não sei qual era o termo de ela se fazer, com ou sem a presença dos agrários...Que toda a gente pudesse trabalhar. Acho que os agrários até podiam ter o direito de ter a terra da mesma maneira e tudo, porque, afinal de contas, os trabalhadores não queriam a terra para eles. A terra não era para ninguém, a terra não era exclusiva para aquele ou para o outro: a terra era para trabalhar, para os que estavam e para os que vinham vindo(...) . Se houvesse correcção, se houvesse possibilidade de voltar atrás para fazer a reforma agrária, eu estaria disponível para fazer o mesmo! Da forma como eu penso que devia ser a reforma agrária, retirando-lhe aqueles erros que eu acho que houve, mas que em si, a reforma agrária era bom, e devia acontecer para os trabalhadores, para bem da população, para bem de todos, pronto. Para bem dos que trabalham, para bem dos que vendem, para bem dos que cá vivem, para bem dos que

visitam, pronto. Era uma maravilha! Vinham pessoas de todo o lado, por todo o lado onde a gente passava era verde, todo a gente nesta vila trabalhava, toda a gente tinha dinheiro para ir ao peixe, e ao pão e à carne, e agora são quase mais os que não têm do que os que têm!” (Narcisa Aleixo)

Mesmo dentro da freguesia há lugares em que o envolvimento político consegue ser ainda maior. Em Santa Justa comenta-se que *se no Couço as prisões foram porta sim, porta não, em Santa Justa foram porta sim, porta sim*, com casas a oito tendo gente na cadeia, salientando um palmarés de resistência.

5. 3. Objectivação da memória comunista

As representações do comunismo e dos comunistas enquadram um pano de fundo discursivo de construção de identidade. Na conjuntura pós-1989, com a queda do muro de Berlim e a confrontação com um naipe de novas questões, em que não é de menor importância o desfazamento entre os ideais e as práticas do designado «mundo socialista», essa identidade sofreu recomposições. Os discursos elaborados sobre o passado contribuem para essa recolocação identitária, num local em que a cultura resistente veicula o orgulho de ser comunista.

Na dureza do trabalho político clandestino a fixação de códigos comuns era uma consequência do próprio carácter das tarefas a desempenhar e do fechamento do grupo. Algumas expressões serviam à identificação dos membros do grupo e podiam traí-los perante a polícia política. Também o *lapsus linguae* servia de identificação e chacota: quando na prisão um agente perguntou a Maria Madalena porque razão tinha as pernas tão inchadas e deformadas, ao querer informá-lo de que era devido a uma dor ciática, verbalizou *soviética*, o que serviu de troça e de presumida confissão no que respeitava aos seus ideais...

No discurso construído sobre o colectivo comunista é reconhecido que o conjunto de qualidades que lhes serviram de identidade - generosidade, abnegação, voluntarismo - não são apanágio de todos e podem ser encontrados, ainda que mais raramente, em elementos de outros partidos:

“São pessoas enormes, são pessoas boas, mas não são todos. Alguns comunistas não prestam. Há camaradas que eu considero que não são do Partido, são do Partido Socialista, mas que eu considero tão bons ou melhores do que alguns que estão filados no Partido [comunista]. Para mim os que contam são os que são filiados no Partido, são as pessoas que são boas. Mas nem todos. É que há alguém que está filiado no partido que às vezes valem menos que outros que estão filiados no PS. Que eu conheço pessoas no PS que são enormes, e até para ajudar o Partido.(...) Eles ajudam, e até

ajudam às vezes mais que outros que estão filiados no Partido. (...) Em princípio, eu considero as pessoas do Partido, como o João Camilo, o José Vicente Henriques, como o Isidro do Vale da Cal e outras mais. São pessoas que eu adoro. São aqueles em que eu acredito mesmo muito.” (Joaquim Isidro)

A consciência - e o reconhecimento perante outrém - de que houve militantes a seguir ao 25 de Abril que se serviram do prestígio local do PCP em proveito próprio perturba uma visão unificada sobre os comunistas:

“ Mas depois há uns outros, que às vezes há outras pessoas que não são do Partido mas em que eu acredito mais que neles. Porque são indivíduos que andam às vezes à pergunta de encosto. Perguntam encosto à custa de outras pessoas, e a gente, quando quer encosto, deve-se encostar a ele próprio. (...)Porque se a gente fosse falar dessas coisas aqui no Couço, haveria muito, de indivíduos que ultrapassaram tudo e todos e hoje nada são. Fugiram! Se lhes falar no Partido Comunista, eles desaparecem. Eles, que se valeram do povo e dos comunistas para serem alguém, porque até aí, eram ranhosos.”(Joaquim Isidro)

Mas os homens e as mulheres que fazem a história podem não se identificar com o curso social da História. A não coincidência entre uma ideologia colectivamente perfilhada e o curso da História - ou seja, o desfasamento entre o grupal e o social - traduz-se em nostalgia por um tempo em que essa identificação foi possível. O final do designado *PREC (Processo Revolucionário em Curso)* e, neste, da concretização de uma reforma agrária, são lembrados com desolação. Por outro lado, é constitutiva do pensamento leninista a consciência de que um lutador nunca vê a sua tarefa acabar, e não deve esmorecer com as derrotas. Os desaires são, nesta linha, entendidos como meros contratemplos, numa concepção em que o destino do mundo surge no fim de um processo, que, inelutavelmente, construirá o comunismo:

“Nós lutamos. Há muita gente que lutou por oportunismo, naquele momento, naquela ocasião. Um revolucionário não luta só numa ocasião, luta para sempre. Procura levar as lutas constantes, porque as pessoas aprendem com as próprias lutas. as próprias lutas é que levam as pessoas, e se a gente desmoralizasse não tentávamos. Se um revolucionário fosse um revoltado, era só a luta naquele momento: «Então isto cai ou não cai?». Se cair, eles ficam também em queda. O revolucionário não é assim. Vão tentando, vão preparando, e com essa preparação, embora alguns seja por oportunismo, eles levam esses à luta e aos protestos. Claro que muitas pessoas agora estão muito contra as greves. É normal estarem contra as greves. Basta perderem a carreira, ficam danados porque não puderam ir comprar uma galinha ao mercado. Mas os homens que fazem as greves, é que não estão a pensar nas galinhas! Estão a pensar que têm que preparar o povo, a pouco e

pouco, para a conquista dos seus interesses. Porque se não houver luta pelos interesses, eles não dão nada. Eles só dão à força! A gente sabia. A gente podia pensar: «Pode ser que caia», mas mesmo que não caia, a gente continua a lutar da mesma maneira. Não quer dizer que a gente não se iluda que não caia neste momento...» (Arenato Brás)

O orgulho comunista, radicado na consciência de uma abnegação que confere distinção aos membros do colectivo, impregna as configurações da identidade. Nas recordações das lutas travadas dentro da cadeia contra a dureza das condições prisionais, João Camilo destaca:

“Eu não quero com isto dizer que só pessoas do meu partido fazem estas coisas, mas temos um passado extraordinário de dedicação, de espírito de sacrifício, de pessoas que vão até às últimas consequências conscientemente. Sabem que podem morrer, e alguns morreram. Há exemplos destes extraordinários. O nosso partido defende até às últimas consequências os trabalhadores. Presos, com a vida desfeita, outros morrem, enfim. Isto não é um auto-elogio.” (João Camilo)

Mesmo contra a corrente dominante - e arrostando as consequências -, contrariando as evidências, os que perfilham o ideário comunista é suposto deterem uma clarividência e uma capacidade de antecipação que os tornam guias preferenciais:

“Lembra-me bem quando rebentou a guerra, foi em 39, tinha treze para catorze anos. Eu estava empregado num estabelecimento que era de um primo meu. Eu fui para lá com a idade de catorze anos, mas era já espigadote. O meu pai andava lá a trabalhar com ele, andava a carregar arroz numa propriedade que ele tinha, ali para os celeiros e vira-se assim para ele: "Ó primo António, venha cá. Olhe, o Hitler está ali, está à espera dos russos!" Era um gato, já se sabe que no celeiro está à espera dos ratos. E eu recorda-me tão bem do meu pai dizer: "Ó primo, veja lá se os ratos não comem o gato!" "Não, primo, são três semanas". ["O meu sogro foi sempre um homem muito esperto. Sem saber ler, mas um homem muito esperto e uma pessoa educada, ninguém lhe fazia o ninho atrás da orelha", acrescenta a esposa de J.B.] (Joaquim Basílio)

Em detrimento das provas do fracasso do que fora considerado o *paraíso na terra*, os militantes locais não desmobilizaram. Em alguns dos discursos recolhidos perpassa o ressentimento contra os dirigentes do PCP que, ao não denunciarem as situações vividas, e de que tinham conhecimento, transigiram em relação a disposições tomadas no «mundo socialista» tidas como menos correctas, à luz do ideário perfilhado. O desfasamento entre as ideias e as concretizações é salientado, salvando-se as primeiras:

“Reconheço que, de facto, os homens fazem erros, todos os homens e mulheres fazem, toda a gente faz erros. Sofri uma grande desilusão agora com o que se tem passado lá nos países do leste, mas os homens é que são os culpados disso tudo. Porque, como é que hei-de dizer, a ideologia está certa, para mim está certa. Para mim. Não quer dizer que os outros possam concordar. Para mim está certa. Vejo que de facto é uma ideologia que tem opções para derrubar este capitalismo selvagem, que a gente está viver a vida inteira. Há muitos séculos que ele existe. Eu morro nele, e nasci nele; e já o meu pai morreu e nasceu nele. Mas há-de haver aí quem há-se ficar para lutar para que isto um dia se transforme para muito diferente do que é.” (Joaquim Basílio)

“Isto choca-me muito, muito, porque as pessoas não sentiram aquilo que eu senti! Desculpe eu estar a chorar (...) Houve uma altura em que toda a gente queria ser de esquerda, e queria ser comunista, e hoje as pessoas fogem um bocadinho já a certas coisas. E é precisamente por isto que as pessoas não sentem...fazem as coisas às vezes, pronto...Dá-lhe aquela coisa e querem ser, mas depois não são. E se elas sentissem bem aquilo que nós sentimos, e porque é que nós fazemos as coisas... Mas pronto, isto é assim mesmo.” (Custódia Marques)

“O meu sonho era nós termos uma vida melhor, uma vida mais digna, melhor assistência médica. Por tudo isso a gente trabalhou, nos anos que ficaram para trás. (...) Para todos termos uma vida mais igual, termos condições. O nosso país é um país muito rico à vista dos outros, os estrangeiros invejam-nos. A gente, até em agricultura, o país é bom. Eu conheço isso.” (Manuel Gil Nunes)

5. 4. Uma herança sem herdeiros ?

Em Fevereiro de 1995 faleceu num acidente de motorizada Isidro Fino Henriques, então com 77 anos. Tratava-se de um dos mais antigos militantes comunistas locais, detido quando, em 1964, se encontrava na clandestinidade. Vivia num lugar contíguo ao Couço, Foros de Lagoíços, numa pequena casa, e detinha uma quota de popularidade que se associava à sua idade avançada, à sua militância, à participação nas ocupações de terras em 1975 e posterior criação de unidades colectivas de produção. Magro, pequeno, com um aspecto físico frágil, continuou a trabalhar até à idade em que morreu, não desdenhando mesmo as tarefas mais penosas, como a esgalha dos sobreiros e das oliveiras ou a colecta do pinhão, que o obrigavam a subir às árvores. Sob os gritos lancinantes da viúva, que contavam uma dor e uma vida, foi velado toda a noite, com os familiares, vizinhos, amigos e militantes locais a revezarem-se na

pequena sala e nas outras divisões da casa, bem como no alpendre exterior. Como a noite estava fria, a grande lareira da cozinha de verão ia fornecendo as braseiras dispostas nos outros espaços.

O funeral, numa manhã de domingo, percorreu cerca de três quilómetros, com a urna coberta por uma bandeira do Partido Comunista num carro funerário e os acompanhantes atrás. Ao longo dos caminhos, nas encruzilhadas, grupos de pessoas aguardavam o cortejo, e incorporavam-se nele, em silêncio. Na rua principal da vila, com o comércio fechado por ser domingo e porque os proprietários de alguns cafés integravam o séquito fúnebre, a multidão desfilava, incorporando famílias inteiras - e não uma convencional representação. Já perto do cemitério, um velho militante local, Joaquim Castanhas, que sofrera uma intervenção cirúrgica recente que quase o impedia de caminhar, incorporar-se-ia também, e com esforço, sobre duas canadianas, faria o troço final. Sem padre, sem recurso à casa mortuária, marcada pelos símbolos religiosos, o militante falecido foi a enterrar. A bandeira vermelha seria retirada antes da urna descer à terra. Outro militante local justificaria depois este acto: morrem tantos militantes coucenses, atendendo ao envelhecimento da população, que não pode deixar-se descer com os corpos à terra a bandeira do partido.

Significará este sucessivo desbaste, resultado da contingência biológica, que a perpetuação de uma cultura local de resistência, alicerçada no PCP, está posta em causa? Atente-se em alguns sinais, por vezes contraditórios

Quando entrava na casa de um militante local, na primeira sessão de recolha da sua história de vida, cruzei-me com o filho, que me foi apresentado. Na casa dos vinte anos, depois de um curso médio tirado em Lisboa, voltara para o Couço. Percorria quase uma centena de quilómetros por dia até ao local de trabalho, e apesar da dureza desta deslocação pendular, mantinha a residência no local. Votava na Coligação Democrática Unitária em que o PCP se inclui em todas as eleições, mas não tinha qualquer outra participação em termos militantes, ainda que possa deslocar-se a eventos, local ou centralmente, realizados pelo PCP. Como este, um outro jovem, com uma idade similar e um menor nível de instrução formal, filho de um outro antigo detido, retorna ao Couço todos os fins de semana e férias, apesar de residir em Lisboa, sendo mais participativo no que concerne às actividades políticas locais.

Um olhar sobre a lista de candidatos da CDU nas eleições autárquicas de Dezembro de 1997 mostra o equilíbrio encontrado na actualidade entre o peso da memória e a necessidade de perpetuação. O presidente então eleito, Diamantino Marques Ramalho, é um dos detidos em 1958, e transporta uma memória de resistência ao salazarismo, conjugada com uma participação activa a seguir ao 25 de Abril de 1974, quer nos designados *orgãos de poder popular*, quer no movimento cooperativo. É um hoje um industrial bem sucedido, militante do PCP e vereador com vários mandatos cumpridos na Câmara de Coruche. Dos 18 elementos que compõem a lista, cinco são independentes e os restantes militam no PCP, alguns dos quais integrando uma

segunda ou terceira geração de membros do partido. Vários jovens, estudantes, dão a cara na referida lista, ao lado de outros indivíduos mais velhos. A filha de um antigo presidente da Junta e o filho de um vereador municipal, ambos do PCP, como os seus progenitores, integram os candidatos desta lista que, entre as acções que se propõe desencadear, destaca a edificação de *“um monumento simbolizando a luta do povo do Couço”*.

Uma militante idosa, comerciante, dizia com agrado que todos os anos, quando se aproxima o 25 de Abril, responde a múltiplas entrevistas sobre o período anterior. De quem? Das crianças da freguesia, mandatadas pelos professores das escolas locais - de notar que duas docentes são candidatas eleitas à Junta de Freguesia na lista da CDU. A restituição da memória do passado, conferindo profundidade à vivência actual parece conduzir no sentido de uma continuidade harmónica. Todavia, em alguns dos discursos, não é evidente essa difusão sem contradições, aventando-se razões que remetem para uma melhoria das condições de vida que teria imunizado a juventude em relação a formas ideológicas que destacam a luta e a resistência.

“No meu tempo éramos poucos aqui, e agora serão menos. A juventude de agora, nem pensando nisso! Embora metam lá o voto. É o caso do meu filho e outros. Mas pensarem nessa lutas não pensam, porque eles não sabem o que é sofrer. Sofrer, e depois não é só isso, é ter-se uma ideia.(...) Parte da juventude hoje, não sabe o que é sofrer. O meu filho, a mãe já lhe tem contado, e ele já me tem perguntado.” (Joaquim Rodrigues)

Alguns indicadores de continuidade, que conferem alento pela reprodução do colectivo, garantindo-lhe a perpetuação além das descontinuidades biológicas e das movimentações demográficas, são relatados por um dos elementos do colectivo comunista local:

“A gente tem um bocadinho de orgulho, e hoje continua a ser uma terra boa. Sobre votos, temos sempre aí 70 e setenta e tal por cento. O presidente da Junta, que é o meu primo, foi eleito com 73% (...). Está a ver como é esta terra. Já há um bocado de falta de militância. Os velhos é que ainda são o suporte, infelizmente, porque os jovens hoje estão mais para outro lado. Embora nós também já tenhamos juventude, não queremos dizer que não temos cá jovens bons. Sobre a mesa 4, em que todos os que são recenseados de novo vão para a mesa 4, e nós temos lá sempre perto de 70%. É porque os jovens votam em nós.” (José Vicente)

A referência a um efeito de inércia, que explicaria as votações referidas, e à opção por um mal menor, devido às desilusões geradas pelo sistema político, não exclui uma paralela fidelidade a uma memória, e deixa intuída uma acção subliminar, que se alicerça no peso do colectivo a nível local.

“O Partido ainda hoje tem algum impacto, mas podia ser um grande revés para a gente. Podia ser, mas não foi porque as pessoas aqui talvez pela tradição do passado, ainda hoje votam. As pessoas dizem assim: «Os comunistas também não fazem bem aquilo que dizem, mas se forem para lá os outros, ainda fazem menos», e então, se têm que votar nos outros, votam na gente. Mesmo sem eles serem comunistas, a gente consegue ter os votos, não são pessoas que tenham essa filiação...No partido não sei quantos são filiados, eu sei que estou lá filiado e que pago a minha quota. Mas não sei se temos duzentos, se temos quinhentos ou se temos mil, não sei quantos são. Sei que pago as minhas quotas e que não falhei vez nenhuma, nem falho, e estou sempre pronto para aquilo que for preciso e para ajudar.”
(Joaquim Basílio)

Atendendo à alteração das condições de vida, os que são hoje pais reiteram, com carácter estruturante, as memórias que guardam. Mais, salientam a importância do seu passado, marcado pelo sofrimento e pela resistência, no grangear das novas circunstâncias de que os filhos fruem. Curiosamente, a precariedade do emprego apontada como caracterizadora do período anterior ao 25 de Abril mantém continuidades.

“Eu conto várias vezes para os filhos. Os filhos devem saber o que os pais passam. O mundo, e a minha vida não é só rosas. Nós sofremos muito, os da minha idade, com o Salazar e com o fascismo. Sofremos muito. Fome e miséria, trabalhar... Agora temos uma carrinha ou um transporte bom para ir trabalhar, hoje temos um transporte bom para ir para o trabalho. Naquela altura íamos a pé com o material às costas distribuídos pela Casa do Povo. Eu ainda tive sorte, com um rapaz aqui, que mora aqui no Couço que me pedia a mim, e aos outros rapazes novos, que antes de irmos distribuídos novamente, ele ia requerer a gente novamente para lá.” (Américo Brás)

Repescar uma herança, dando continuidade aos exemplos persistentes do passado, passa igualmente pela reconversão do eu, a partir de um momento determinado, para que as contingências de um processo histórico remetam os indivíduos. Num dos casos, a assumpção parcelar de uma memória reenvia para as construções do edifício social pela via do género, tomando o exemplo das que partilham o mesmo sexo.

“Logo que se deu o 25 de Abril, eu era muito nova. Era muito nova, isto é, estava naquela idade que estava cheia de vida e de gosto pelas coisas e gostava imenso de participar. Deu-se o 25 de Abril e eu andava a trabalhar nesse tal Engal, mas não era por conta do patrão, era por conta dos seareiros que arrendavam aqueles terrenos. A gente ia para lá trabalhar por conta dos seareiros, porque assim que casei deixei logo de trabalhar por conta do patrão. Quando se deu o 25 de Abril andava a trabalhar para o Joaquim Ferro no Engal. Aquilo, sei lá, as coisas às vezes a gente pressente: «Eu acho que a partir de

agora tudo vai ser diferente». Não sei, pensei que tudo iria ser diferente. E foi. As coisas começaram a ser muito diferentes. Parti para a luta, como todas as mulheres, que já estavam muito envolvidas na luta. Porque há aqui mulheres, como a Maria Rosa Viseu e muitas mais, para citar nomes, a Olímpia, a Maria Madalena, tantas mulheres, muito mais velhas do que eu que estavam fartas de participar na luta. Junto a elas, eu fiquei agarrada ali naquela luta.” (Narcisa Aleixo)

A concepção de que quem é resistente e se fideliza em determinada organização, deve prosseguir lealmente ligado a ela, sem ater-se ao carácter favorável ou hostil das conjunturas e das reorganizações da estrutura dos grupos sociais num contexto determinado, perpassa na maioria dos discursos. Essa continuidade, que traduz a impermeabilidade dos indivíduos à influência de quanto os envolve, dá legibilidade a uma couraça gerada por uma existência vivida no seio de um colectivo:

“Nunca virei as costas, chamam-me «camarada» e eu respondo da melhor maneira porque sei que sou camarada dos que são. Se me chamarem camarada um PPD ou PS, trato-o mal, porque essa gente está a arranjar desestabilização e está a diminuir-me. Uma pessoa que me chama camarada e que é do PPD ou do PS, está a provocar-me. Para me chamar camarada tem de ser meu camarada mesmo! (...) Aí, nos cafés, e tudo, abusam das pessoas que são mais fracas fisicamente. O capital entra por todos os meios por onde o capital pode entrar. Se uma pessoa é mais fraca, fisicamente ou moralmente, eles atacam por todos os meios para conseguir infiltrar-se nas pessoas e diminuir as pessoas ou as organizações. (...) Por isso eu dou-lhes sempre para trás, digo o que sou e dou-lhes sempre para trás.” (Américo Brás)

A memória colectiva pode, assim, constituir uma força na resistência contra a degradação que os grupos sociais dominantes na sociedade empregam para impor a uma minoria o afundamento da sua dignidade, apesar do aviltamento sofrido.

“As pessoas que foram activas e que continuam a ser de qualquer maneira, que continuam as lutas, essas pessoas não se vendem por dinheiro nenhum, nem por nada, essas pessoas têm muito valor. Não é assim como um bandalho qualquer que um dia é do PS, no outro dia é do PPD, passa os partidos todos durante uma revolução. (...) Na minha vida eu posso ganhar alguma coisa, mas nunca viro as costas às lutas dos trabalhadores. Gosto de ver os trabalhadores a vencerem, porque têm sido sempre uns escravos. As autoridades continuam bárbaras. Quando foi aquilo da ponte [reporta-se aos acontecimentos na Ponte 25 de Abril, então muito frescos], espancaram crianças, mulheres que não tinham nada a ver com a luta. Estão bem temperados do tempo de Salazar, ficaram viciados na porrada e continuam.” (Américo Brás)

6. Os valores do grupo: entre o silêncio e o segredo

Claude Lévi-Strauss, num texto em que aborda mitos dos índios norte-americanos e textos gregos de Plutarco e Píndaro centrados na questão do esquecimento⁵³⁵, considera que este, como defeito na comunicação, forma sistema em termos culturais com o mal-entendido e com a indiscrição. Esta, um excesso de comunicação, opõe-se à amnésia. O esquecimento, ou a alegada amnésia constitui uma forma socialmente aceitável de manter o segredo ritual e reforçar interdições essenciais na manutenção do carácter iniciático da pertença a certos agrupamentos.

Num sentido mais vasto, a memória pode trazer perigos e a amnésia constitui uma defesa da unidade e dos segredos do grupo. O silêncio, que não é uma negação da comunicação mas antes uma suspensão desta no tempo, ou perante determinados interlocutores forçados, constitui uma forma de resistir que resguarda o que deve ser mantido adstrito a alguns e que não é cambiável a nenhum título. A utilização das formas de comunicação pode sofrer enfermidades, por excesso, ou por defeito. Estes padecimentos da comunicação são eventualmente criações culturais destinadas a salvaguardar o grupo na sua unidade: ou seja, no limite, a alegada amnésia constitui uma maneira de resguardar a memória colectiva. Assim, os exercícios de memória escolhem o tempo, o espaço e os interlocutores que lhes dão razão de ser. Coarctar a comunicação significa, sob condições de ameaça aos conteúdos que dão sentido ao grupo, enfaticamente realçar a importância desse colectivo.

Por outro lado, penetrar nos segredos do grupo pressupõe um percurso iniciático e gradativo que conduz a que seja conferido maior peso à indiscrição, ao excesso de comunicação de quem mais sabe. Assim se compreende os diferentes pesos atribuídos pelo grupo à traição perante a polícia política: quem mais sabe, quem, na pirâmide leninista, está mais acima, se trai, denuncia mais, arrasta mais gente. À indiscrição está associada a imprudência. Segundo uma militante local, determinado controlador não lhe merecia muita confiança por ser excessivamente vaidoso: esse auto-convencimento conduzia-o à leviandade e à tagarelice, sobrevivendo desse traço de carácter inconfidências que lesavam a organização clandestina.

A não manutenção do segredo é também reenviada para a imprudência inconsciente, quando é referido que alguém «se descaiu»: é assim que, por exemplo, se refere o deslize de um trabalhador rural que durante a greve de 1958, depois de ter ingerido alguns copos de vinho numa taberna, confidenciou ao dono saber quem acabara de ir cortar os fios telefónicos. O excesso verbal, ampliado pelo facto do taberneiro ser denunciante, levou a um conjunto de prisões. Descair-se, ou seja, afrouxar o auto-controlo, significa ficar à mercê dos inimigos, quando esse enfraquecimento da resistência tem lugar em presença de outrém, exterior ao

⁵³⁵ Claude Lévi-Strauss “Mito e esquecimento”, *O Olhar Distanciado*, Lisboa, Edições 70, 1986, pp. 273.

grupo, desconhecido ou reconhecido como favorável ao adversário. Assim, a revelação dos segredos - que existem, paradoxalmente, para ser desvelados - deve atender ao momento, ao local e ao interlocutor. A retenção de informação, a sua não publicação, constitui uma forma eficaz de manter a identidade, assente na memória, no seio de um grupo perseguido, em condições adversas.

A passagem pela clandestinidade, seja quotidiana (albergando o indivíduo numa falsa identidade e tendo como local preferencial a casa clandestina), seja episódica, e conjugada com uma faceta legal numa repartição de actividades que se adequa às condições de luta, constitui “*um meio essencial de educação política e ascese revolucionária.*”⁵³⁶

A ética clandestina impõe as mais severas modalidades do silêncio. À ausência de troca de palavras denunciadoras estão sujeitos todos os membros do colectivo, aquém ou além do nível organizativo respectivo, no que concerne à actividade que levam a cabo. As *tarefas conspirativas*, como a designação pressupõe, ao deixarem antever uma conjura que derrube determinada forma de poder, são alvo de secretismo. Não falar, desbaratando com palavras a capacidade organizativa, surge como um imperativo dentro do grupo que contribui para o alicerçar da identidade colectiva, destrinchando-a em relação a outros grupos. As regras linguísticas são modeladas por normas sociais, que derivam de condicionalismos que a história ajuda a compreender, mas comportam igualmente sociolectos que tornam legível o papel de um colectivo.

Segredo e perigo, com a iniciação que indiciam, estão, segundo Pacheco Pereira, unidos por uma aura de sedução, atraente nomeadamente para uma cultura adolescente. Esta frívola colocação da questão, que faz entroncar os movimentos revolucionários numa cultura de base romântica em que Enid Blyton é a continuadora de Walter Scott, contorna a essência da questão. O segredo, numa organização que combate sob um estado ditatorial, se inevitavelmente dá aso à formas culturais que derivam do fechamento grupal, é inalienavelmente uma manifestação de negação de partilha que mantém a unidade de grupo. Manter fora da circulação determinados domínios da palavra é, concomitantemente, assegurar a preservação das práticas que dão continuidade ao grupo na sua acção de demolição de uma ordem e na sua pretensão de edificação de outra⁵³⁷.

Com o golpe de estado de 28 de Maio de 1926 vai iniciar-se uma nova fase, distinta das formas reviralthistas de oposição ao regime, que todavia ainda se prolongarão pela década de 30. As alterações conspirativas surgem quando os grupos oposicionistas se começam a confrontar

⁵³⁶ José Pacheco Pereira, *A sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 37.

⁵³⁷ No arquivo apreendido a Octávio Pato aquando da prisão deste em Dezembro de 1961, uma das referências acerca de um natural do Couço associava claramente o porte deste perante a polícia política a um excesso de comunicação: “*Portou-se miseravelmente. (...) Quer dizer, disse tudo.*” Arquivo da PIDE/DGS, *Proc. 6222 - E - GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 46.

com um novo poder sólido e que se rodeia de um aparelho repressivo cuja eficácia é acrescida em relação às congéneres republicanas. Mais, a ditadura desfrutava de uma conjuntura internacional favorável com o ascenso de movimentos similares na Itália e na Alemanha. Em campos extremados e incompatíveis, a subida ao poder de Mussolini e de Hitler, por um lado, e a construção do poder socialista na União Soviética, por outro, permitiam separar as águas e fazer o alinhamento com o fascismo ou com o comunismo.

São as condições de ilegalidade para que o poder ditatorial reenvia o trabalho político que explicam o carácter assumido pela clandestinidade como prática e como construção cultural. Para Bakunine, o revolucionário despersonaliza-se, tornando-se alguém sem interesses, sentimentos, hábitos ou pertences próprios, e que tem a revolução como único objectivo; a edificação de uma ética revolucionária torna aceitável tudo o que favoreça a revolução, enquanto que é inconveniente tudo o que se lhe opuser. Lenine, ao introduzir uma concepção de partido que se assemelha a um exército, é enfático na estabilidade da forma institucional partidária, profissionalizada para melhor resistir e que deve crescer quando a adesão aumenta. A disciplina é, nesta acepção, essencial, e permite quotidianizar o trabalho clandestino, edificando uma concomitante cultura de clandestinidade. A eficácia das formas leninistas de organização, comprovada na subida do poder dos comunistas na Rússia de 1917, constitui um incentivo à difusão destes métodos entre agrupamentos cujo objectivo era a tomada do poder.

A iconografia, a literatura e os livros de memórias publicados quando as condições políticas se alteram, e nomeadamente no pós 25 de Abril, visando incorporar na memória social elementos que haviam constituído peças importantes na memória colectiva⁵³⁸, vão alargar o âmbito de circulação de formas de expressão. Os exemplos de heroicidade de alguns, acrescidos da proliferação de relatos reais ou ficcionados, dão legibilidade alargada ao património memorial de alguns.

“Clandestinidade e o partido é uma coisa muito complicada. Quem esteve nestas terras e nunca saíu, conhecem muito pouco disso. E só quem conhece isso é que andou directamente ligado às coisas. Que há coisas que eu evito até contar ainda hoje, que há pessoas que não merecem saber certas coisas, que ó depois desmentem. Não passaram pelas coisas, e ó depois são capazes de desmentir. Tal e qual como aquilo que se passa na PIDE, as torturas que lá se passam.” (Jerónimo Bom)

⁵³⁸ Entre as práticas correntes do PCP no que concerne ao material de propaganda estava a impressão de pequenas targetas, quase pagelas, com a reprodução da figura de conhecidos militantes associados a práticas de heroicidade (os dirigentes Francisco Miguel ou Álvaro Cunhal) ou a vitimização (a assalariada rural de Baleizão Catarina Eufémia ou o artista plástico e militante clandestino Dias Coelho). Estes folhetos de pequenas dimensões eram frequentemente transportados nos bolsos dos trabalhadores coucenses, cingindo pelo afecto personalizado o indivíduo à organização, que assim tinha um rosto.

Como factor de identidade grupal, e de reconhecimento entre os comunistas, a linguagem, com um conjunto de construções repetidas constitui uma *langue de bois* de que a polícia política sabe igualmente fazer utilização, nomeadamente nos interrogatórios. Assim, é distinguível o militante ou o indivíduo que permanece na orla do PCP e outro que o não esteja pela forma como utiliza determinados termos e pelo à-vontade com que o faz. A apreensão dos códigos conduz a uma incorporação dos indivíduos, introduzindo um maior grau de confiança; aprender o léxico adequado é essencial num processo de integração.

A designação unificadora “camarada”, que implica o tuteamento e a supressão verbal de hierarquias, é utilizada no seio dos militantes, simpatizantes e na relação destes com aqueles que identificam em termos de classe e dentro de uma profissão. A estranheza pelo tuteamento, como afirmação de domínio e total controlo e não associado à intimidade de um colectivo, emerge no relato do contacto com os agentes da PIDE:

“Até Lisboa, até à sede da PIDE, nunca mais me disseram mais nada. Depois lá é que foram elas... Entrei, meteram-me lá numa casa, eu tinha vontade de urinar, toquei a campainha: "O que é que você quer? O que é que tu queres?" (eles tratavam tudo por tu, eram umas bestas). "Eu quero ir à casa de banho, senão é aqui mesmo." "Espera aí um bocadinho". (Isidro Fino Henriques)

Aqueles de que não se conhece bem o alinhamento político ou que, ainda que noutra quadrante, não são tidos como inimigos são chamados “amigos”. Entre conjugues, ou para designar um elemento de um casal usa-se a designação “companheiro/a”.

Quando se refere «o» partido, o artigo definido dá conta da determinação. Trata-se do PCP, mesmo quando o militante há muito está afastado da vida partidária e tenha sido mesmo acusado de *esquerdismo*, ao aliar-se a forças políticas que propugnam maior radicalismo. A assumpção de pertença, num dos casos assimilada à simpatia clubística, está investida de um sentido inegável de pertença ao colectivo local:

“Tudo quanto for para o lado da política, para os interesses dos trabalhadores, não cedo um palmo aos capitalistas, nem a ninguém. Os trabalhadores já perderam muito e contra eles não faço nada que desabone a minha classe. Ali no café, eles começaram a atacar-me de brincadeira e eu disse: «Não, eu sou do Sporting e do Partido Comunista desde o 25 de Abril. Antes, já trabalhava no Partido Comunista. Nunca virei as costas nem viro, e em todo o lado digo donde sou e o que sou. Há muitos que se viram de um dia para o outro, mas eu não não. Fui sempre e digo que sou do Sporting e do Partido Comunista.”
(Américo Brás)

Um dos trabalhadores detidos em Junho de 1958, Francisco António Dimas, conhecido por «O Lagriminhas», trabalhador rural de 24 anos na altura, acusado de ter colaborado no corte dos

fios telefónicos, reconhece perante a brigada da PIDE que o interrogou que desejava impedir a GNR de fazer chamadas, como concordava com as razões da greve, “*para ver se vinha o general Delgado para o poder*”, mas o que sobretudo o havia motivado a colaborar no corte dos fios fora saber que um seu companheiro de trabalho, Joaquim Beco, estava ali com ele e com os restantes a colaborar para um mesmo objectivo «*e ainda para não dar parte de fraco*»⁵³⁹.

A consciência de que a linguagem é manipulável, servindo à culpabilização como à inocência dos indivíduos, através da capacidade que mostrem na sua utilização, e nomeadamente na gestão da verdade e da mentira, fica patente nomeadamente na confrontação discursiva de que as acareações são um exemplo:

“Estava lá um pide, que eu não vi, mas pela aquilo que os outros que eram castigados me diziam, era aquele mesmo, que me disse: “Quer dizer que só o que tu dizes é que é verdade, não pá? O que os outros dizem é tudo mentira.” “Não, o que eu digo, sei que é verdade, isto estou a dizer. Quando for possível mentir, também minto. Acho que em nossa defesa, todos devemos de mentir, mas nesta não é preciso. Isto que eu estou a dizer é a realidade, e o que o meu primo disse é porque se precipitou, teve medo, e até se podia prejudicar, acho eu.”(António Dimas)

Os modos de falar, bem como as maneiras de evitar fazê-lo dependem, portanto, quer dos interlocutores, quer das ocasiões, e se a memória se inscreve em relatos linguísticos, através dos quais os dados dos sentidos e da razão são veiculados, não deixa de ficar latente em múltiplos discursos o escasso alcance da palavra para descrever uma realidade que a transcende na sua violência:

“E pronto, foi isto, nem há palavras para explicar o que isto é! Não há palavras para explicar o que foi a PIDE!” (Olímpia Brás)

As formas como lembram os membros do colectivo local, associadas à maneira como se reproduz a cultura resistente entre momentos épicos e quando as conjunturas externas não propiciam a efervescência colectiva, fornecem o conhecimento dos mecanismos que conferem continuidade ao grupo em presença.

⁵³⁹ Arquivo da PIDE/DGS, *Processo-Crime 877/58 - Divisão de Investigação*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fl. 54-57.

Polifonias

Em jeito de conclusão

Polifonias - em jeito de conclusão

“Et même quand j'affirme, j'interroge encore.”

Jacques Rigault

1. Retratos

Dezembro de 1997. Últimos dias de campanha eleitoral para as autarquias. Na casa de um casal de velhos militantes comunistas locais são-me mostradas fotografias. Um piquenique realizado no Couço com antigas companheiras de cela, em Caxias, poucos meses depois da libertação, com mulheres jovens, risonhas, e uma criança - a filha do casal que está à minha frente. Um neto do casal, hoje adulto, em várias fases da sua infância. Uma foto de uma excursão a Baleizão, com o monumento em honra de Catarina Eufémia, em fundo. Um rancho de trabalhadoras rurais, uma das quais a filha do casal, então com dez anos, com cestos de vindima à cabeça. Álvaro Cunhal, em vários momentos. Fotos de casamento de amigos e familiares. Dois papéis amarelados, dobrados com cuidado, são abertos sobre a mesa. Num deles, desenhada a lápis de carvão, uma flor estilizada, em traço ingénuo, mas que revela mãos habituadas à escrita. Noutro, dois corações a lápis-de-cor rosa, atrás de umas grades, com os nomes «Maria» e «António», estão ligados a um outro, mais pequeno, por baixo, com o nome «Ana Maria». De olhos marejados, Maria, antiga trabalhadora rural, iletrada, explica que uma velha companheira de Caxias, hoje professora universitária, lhos oferecera quando, em 1962, estavam juntas na cadeia. Pedira-lhe que os conservasse enquanto se lembrasse dela. Não a revia desde então; o papel, esse, mantinha-o zelosamente dobrado.

Horas mais tarde, depois de um almoço com duas trabalhadoras rurais, Elvira e Hermínia, que me perguntam se, no domingo seguinte, têm de pôr a cruzinha num só ou nos três boletins de voto, visito um outro casal. Ele, António, é hoje trabalhador camarário, ela, Lucinda, cuida dos netos em casa. Ambos estiveram na prisão em 1958 e ele, de novo, em 1962. Querem, tal como o primeiro casal, uma cópia das cassetes que com eles são gravadas. Já à noite, conhecido que era o local onde iria jantar, recebo um telefonema. Lucinda, que me vira fazer uma árvore genealógica com os elementos da sua família que haviam sido detidos, vem acrescentar o nome de uma cunhada, que ficara esquecido. São dez, ao todo, em 1958, e alguns voltariam mais tarde à cadeia.

Um terceiro casal, de comerciantes, também antes presos políticos, já longamente entrevistado, fala-me em simultâneo do progresso na vida pessoal - apesar da doença do marido

- e do menosprezo a que se sentem votados politicamente. Correntes fundas de ressentimento, que se estendem desde a clandestinidade e a prisão, prolongam-se até à actualidade, juntando-se-lhes as ambições de quadros locais mais jovens ou funcionários políticos intermédios.

Ao cair da noite, neste último dia de campanha eleitoral, desfila uma caravana da CDU - coligação em que o PCP se enquadra - formada por mais de uma dezena de viaturas, embandeiradas, ruidosas, com muita gente dentro. Dão várias voltas pela povoação. Estou na residência de um casal de velhos militantes. João é o preso local com mais anos de cadeia, e não está em casa. Foi na caravana, e regressará tarde, ufano e alegre. Quando os carros passam, a mulher, Maria, largará os tachos, onde executava um molho complicado, e interpela-me: «Vamos vê-los passar!». Vimos à porta, como muitos dos vizinhos. Grande parte acena, ergue o punho, expõe o V formado pelo indicador e pelo médio. Do café ao lado, saem para a rua algumas pessoas, que voltarão para o interior depois dos automóveis desaparecerem. Na casa em frente, magestosa e recém-pintada num amarelo vistoso, recatada atrás de um jardim gradeado, as janelas estão fechadas e ninguém virá aproximar-se do portão.

No dia anterior ouvira comentar que as coisas estavam “muito mornas”, indiciando falta de vivacidade na campanha. Quando caminhava pela rua, e se aproximava um carro de som do Partido Socialista, uma mãe pressurosa acorrera a enxotar duas crianças: «Vá, tudo para casa, que vêm ali aqueles». *Aqueles*, os *outros*, com uma distância que se quer manter. Tamanha insistência no estabelecimento das fronteiras obedece a uma racionalidade que se funda iniludivelmente nas vivências grupais, e que se mantém porque continua a corresponder ao interesse dos grupos - e, nestes, dos indivíduos.

O esforço para conferir sentido ao passado e ao presente pela edificação de uma memória - memória essa que não nos transmite o presente mas antes a leitura, trabalhada pelo tempo e pelas conjunturas sobre esse momento - conduz a interpretações dos acontecimentos sempre centradas nas relações de classe, com uma demarcação clara entre *eles* e *nós*. Essa memória, com uma carga de classe que se mantém viva ainda que os quadros sociais se tenham alterado, devido ao que Gerard Namère designa como *experiência das noções colectivas de referência*, permite resistir duplamente. Por um lado, à corrosão que a cultura da sociedade envolvente provoca no modo de vida e de pensamento do grupo, e por outro, ao esvaziamento desse mesmo colectivo local, pelo envelhecimento e morte dos envolvidos, pela desertificação que resulta do dismantelamento das estruturas produtivas agrárias que lhe davam raiz. Essa adversidade de condições não implica todavia a exaustão do potencial de *sentido* dos acontecimentos vividos, entendida aqui a expressão *sentido* na sua polissemia, como «caminho» e «direcção», ou seja, encaminhamento da existência individual e colectiva para determinado fim, e ao mesmo tempo «significação», ou seja, o valor e o significado de um dado acontecimento. Não se esgota a capacidade de sentido de um acontecimento. Pode é ficar suspensa a vontade - e as condições - de deixar que o seu potencial possa emergir.

2. Memórias e contextos

Em *As vinhas da Ira*, John Steinbeck confronta-nos com uma portentosa interrogação, reenviando-nos à nossa memória: como poderíamos viver sem as nossas vidas? Como poderíamos saber que éramos nós sem o nosso passado? O conhecimento desse mesmo passado - do nosso, em particular, e do mundo, em geral - é essencial à nossa existência. Esse passado ubíquo, que nos rodeia de forma materialmente visível ou com carácter mais evanescente, omnipresente, seja ele rejeitado ou celebrado - segmentado para exaltação de algumas das suas partes, em detrimento de outras, conjunturalmente enjeitadas - é passível de evocações, tangíveis e deliberadas. As reconstituições e reconstruções são disso um exemplo, e resultam de uma escolha por parte de alguns indivíduos, enfatizando quanto de consensual o passado contém.

Mais que relevar o carácter da memória como produto do grupo, salientou-se a dimensão estruturante de que se reveste. Numa povoação com movimentações ao longo de todo o século XX, tendo como objectivos o emprego, a subida de salários, a redução do horário do trabalho, estas lutas revestem-se de uma outra componente: a batalha pela apropriação dos símbolos que permitem codificar e descodificar o passado e o presente.

Recordar os momentos altos, épicos, dos levantamentos não é reproduzir esses momentos mas antes construir um esquema que permita discernir, lembrar, descodificando o passado - esse passado que fornece linhas de continuidade para um sentido do viver local. Assim, o olhar retrospectivo, eivado pelas existências presentes, retransformadas por um tempo pretérito, reformula e retoma do passado quanto, num dado momento, se revele congregador. Uma interrogação perpassa todo este trabalho e é retida finalmente nestas notas de remate: o idioma dominante que o grupo de militantes comunistas do Couço reconhece, autentica a pertença ao colectivo em sentido estrito, convivendo em simultâneo com outras linguagens, que obedecem à mesma gramática mas cujas *performances* não se atêm na totalidade ao discurso ideológico consensual, conferindo legibilidade a formas gradativas de relação com o universo partidário. Interpelamo-nos acerca da manutenção duma visão consensual quando o interesse de alguns indivíduos no seio do grupo esteja posto em causa. Como o *big man* melanésio magistralmente descrito por Marshall Sahlins, não se confrontará a estrutura partidária local de forma constante com o imperativo redistributivo - na linguagem, como em termos materiais - que leva à manutenção de um estado de coisas? Mais, nos momentos que se seguiram à alteração do regime político, as necessidades ao nível dos quadros locais não terão conduzido a incorporações - que resultaram frequentemente da recuperação de militantes expulsos ou suspensos pelo porte na cadeia, bem como da absorção das novas vagas, que a conjuntura

motivava - a cujas expectativas actuais se vai tornando sucessivamente mais difícil corresponder?

As correntes ascendentes e descendentes em termos de mobilidade social foram tão massivas que impediram a fixação de um quadro estável de classes sociais. A mobilidade generalizada nos últimos 20 anos, produzida quer pela instabilidade de forças que transcendem o domínio local, quer pela imposição de novas formas económicas num circuito fechado, emergiu desinserida de movimentos de âmbito geral para a constituição de um novo sistema de relações sociais. Essa flutuação deu origem a uma situação que possibilitou a ascensão de novos grupos, e de novos indivíduos, mas num quadro social débil e pouco seguro. Tendia a desenvolver os seus próprios mecanismos para reintegrar a coesão social subvertida pelas forças de mercado, desempenhando as teias partidárias de protecção uma função de escoamento nomeadamente em relação à mão-de-obra excedentária. Grande parte dos migrante locais fixar-se-ia em municípios produtores de emprego e cujas presidências autárquicas facilitavam a agregação, congelando assim os movimentos de indivíduos e garantindo fidelidades. Nas actuais condições, as dúvidas acerca da continuidade dos processos passam pela incerteza que atravessa o próprio campo comunista - ao nível do país - confrontado com a emergência de vozes que pedem mudança. A despontar uma nova ordem, depois do esfarrapar do designado *mundo socialista* e dos abalos internos de que se ressentem na actualidade o partido que serve de âncora à memória local, como conviverá ela com os indivíduos e as memórias que serviram de esteio à implantação local?

No início deste trabalho foi proposta a abordagem das formas de transmissão da memória dos eventos de luta, visando descortinar a sua capacidade estruturante. Ao longo das páginas anteriores avolumou-se informação que permite, em quatro níveis, descortinar no rememorar dos movimentos colectivos as fontes de realimentação de novos eventos.

Em primeiro lugar, a reafirmação, em condições diferentes, da manutenção da dicotomia de classes. Na actualidade, o Couço vive um processo de transição permanente, sendo o esqueleto económico constituído por uma banda larga e volúvel de interesses em conflito entre si. Regista-se uma elevada instabilidade da vida económica, sujeita a flutuações imprevisíveis, em resultado de ditames que transcendem o âmbito nacional. A desactivação do aparelho produtivo desarticulou as relações sociais assentes na exploração da terra, que assumiu três formas nos últimos 25 anos - a latifundiária, empenhada numa economia capitalista, que punha ênfase na produção; a que ensaiou uma forma cooperativa, e que fracassou, principalmente pela desarticulação entre os níveis local e nacional, que conduziu a distintas rearranjos das classes sociais; a actual, confusa, não se vislumbrando vias de continuidade.

Em segundo lugar, pela memória circunstanciada dos momentos passados, com um épico fulgurante, que dão sentido à vida do grupo, ao fornecerem-lhe razões de orgulho num passado heróico. Agir sobre o passado, por vezes conferindo a aura do eterno ao que foi efémero, é uma tentação. No Couço, a vida social e política do país é narrada de forma hiperbólica, enfatizando-

se ao nível dos diálogos interindividuais um profundo interesse pelas mudanças ou pelas oscilações na esfera do poder. Os interesses dos indivíduos são, na via weberiana, essenciais ao entendimento da racionalidade dos fenómenos sociais. Podem não ser suficientes, todavia, ao entendimento das razões que conduzem a agir, principalmente quando a retaliação pode ser violenta. Numa paráfrase de Malraux, acerca do envolvimento pessoal numa forma de acção colectiva ser motivado pelos benefícios a obter, é como se se dissesse que os homens se batem em duelo para se tornarem campeões de esgrima....

Num terceiro nível, uma estrutura organizativa totalizante, sob a forma de partido, fortemente alicerçado numa rede local, e cujo entrosamento, através da densidade de relações entretecidas, é legível nomeadamente em momentos em que a capacidade de organização seja evidenciada. A mobilização de que o Partido Comunista dá provas fica evidenciada em ocasiões do calendários eleitoral, como as eleições presidenciais. Em 1986, por exemplo, na primeira volta das eleições presidenciais, Mário Soares viria a obter, no Couço, 261 votos, enquanto Salgado Zenha, candidato apoiado pelos comunistas, teria 2477. Já na segunda volta, quando o receio de que vencesse o candidato mais à direita conduziu os comunistas ao apoio a Mário Soares, engolindo o orgulho e as recriminações em relação a alguém que esconjuram desde os tempos de clandestinidade, o dirigente socialista viria a obter 2702 votos. O carácter da rede social local, cuja densidade se adequou às situações de migração de alguns dos seus membros, revelando a centripetia local, releva quanto de gratificante - material como emocionalmente - detém para os naturais, e a manutenção da coesão atestada do ponto de vista político dá legibilidade ao escorar numa realidade social de um conjunto de configurações ideológicas simplificadas.

Finalmente, um complexo de circunstâncias produzidas que servem de âncora às formas memoriais. A memória de um evento de luta predis põe à emulação, ainda que os movimentos a que dá origem estejam constantemente em mudança. O alicerçar dessa recordação em materializações bem específicas - o espaço, marcado, codificado em que ocorreram as ocasiões heróicas, ou os drásticos efeitos da repressão - ou evanescências ritualmente marcantes, ao mesmo tempo que servem à descodificação de um complexo memorial, dão novo fôlego à edificação da unidade do grupo e, dentro deste, à identidade dos indivíduos, inseridos nas suas genealogias respectivas.

Pensar o tempo do Couço no período que nos propusémos - entre 1958 e 1962, ou seja, desde o vendaval desencadeado pelas eleições presidenciais até ao último grande momento épico de luta - conduziu-nos a interrogar nomeadamente os pressupostos da relação entre o local e o que o transcende, por um lado, enquanto nos interrogávamos sobre o carácter regressivo do nosso estudo. No movimento totalizador, a acção real dos indivíduos num plano localizado pode aparecer - é essa a experiência local, no período abordado - subsumida. Os coucenses - como os habitantes de Casas Viejas, em 1931, ou várias outras povoações que protagonizaram levantamentos - atingiram, momentânea e localizadamente, resultados conformes aos objectivos

que se haviam proposto. Porém, quando repostos num movimento globalizante, inseridos numa escala diferente - a do Estado - revela-se uma dupla percepção. Por um lado, os indivíduos fazem a História, mas, por outro, esta é um produto que os transcende, como obra da actividade de todos, que revela o peso, numa dada conjuntura, dos grupos que integrem. Ainda que, numa ocasião, os coucenses tenham logrando os seus objectivos, não se reconheceram, nos momentos seguintes, no sentido globalizante prosseguido pela História.

O Couço vive, actualmente, uma situação paradoxal, servida por uma memória colectiva que serve de processo de afirmação da identidade local, numa conjuntura que é exasperante em termos da continuidade dos processos. Sujeita a uma política central, delineada em instâncias que transcendem a freguesia, mas que a excluem das esferas do emprego que garantiria a reprodutibilidade da mão de obra, e em detrimento duma memória colectiva, assente numa restituição genealógica da militância e na biografia do grupo de militantes comunistas locais, dir-se-ia estar-se perante um *enclosure* político, ou melhor, uma das ilhas do arquipélago comunista do sul. O campo das possibilidades - definido, na via sartriana pelo conjunto de possíveis que são resgatados entre os que se tornam impossíveis - fornece uma antevisão do futuro que continua a dar sentido à manutenção de uma cultura resistente.

3. A História e as histórias

Como laçadas que ficam por rematar, vários são os fios que continuam pendentes, todavia retomados noutros projectos já em curso. Entre a Antropologia e a História, numa fase em que, mais do que espartilhado por fronteiras disciplinares, o conhecimento tem de buscar orlas de convivência nas Ciências Sociais, urge procurar sentidos mais gerais para as conclusões intuídas num estudo localizado. Competirá a uma disciplina científica e aos que a representam estabelecer os limites dessa mesma disciplina? Perante um objecto científico em expansão, que mais e mais novos elementos necessita de carrear, não constituirá a introdução de nítidas fronteiras disciplinares um contra-senso? Em relação a um tema que se vem dilatando, alargando o seu âmbito, sugerindo novas vias e abordagens que reforçam a relação entre áreas concomitantes do conhecimento, a orla disciplinar revela-se mais proveitosa, permitindo superar o fragmentário, e construir de forma coerente um texto cujos pedaços portadores de significado, por si sós, são inferiores a quantos dão conta de diferenças de significação.

Retomando as duas vias nos estudos de Etnologia Portuguesa, abertas em 1948 por Jorge Dias, ao publicar *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária e Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, e na continuidade configurada quer pela abordagem intensiva, monográfica, localizada, quer pela forma de levantamento extensivo, as dúvidas surgidas no final deste trabalho constituíram as premissas para um outro. Ao longo da pesquisa que culminou no presente texto, múltiplas foram as ocasiões em que as continuidades dos eventos de luta, por um lado, e as descontinuidades percebidas e reconhecidas na relação com o meio de

produção fundamental no mundo rural - a terra - sugeriam que à abordagem intensiva levada a cabo no Couço, em Baleizão ou em Aivados, haveria que juntar um levantamento extensivo, que permitisse ter a percepção dos processos sociais de mudança no mundo rural português. Além de uma obra sobre as lutas no contexto sul durante o século XX, com as limitações inerentes à documentação recenseada e que não se ateuve aos relatos orais dos protagonistas e demais participantes, e de uma outra sobre os finais do Antigo Regime, o panorama dos estudos extensivos sobre o mundo rural português é escasso. A proposta que se nos afigura imperativa, centrada na resistência e agitação rural durante o Estado Novo (1926-1974), conjuga um aturado levantamento documental - com o recurso aos arquivos dos Governos Civis e Distritais, ao do Ministério do Interior, ao do Partido Comunista Português, bem como aos que se encontram à guarda da Torre do Tombo, que é o caso dos arquivos de Salazar e da PIDE/DGS - com o recurso à história oral, quer pela recolha de relatos centrados em eventos de luta, quer através de métodos biográficos, que permitam inserir os acontecimentos em processos e compreender a mudança social acelerada a partir das vozes individuais. Como se deixou entrever, trata-se de um projecto multidisciplinar⁵⁴⁰, abordando as formas assumidas pela resistência no mundo rural português, e com extensões ao país vizinho.

Assim, o carácter intensivo da abordagem localizada aqui proposta, será complementado por uma vertente extensiva, que propicia a comparação em termos de conjuntura, sequências de eventos, protagonistas, formas de acção, objectivos e resultados dos processos de luta, quer daqueles que tiveram visibilidade e constam dos documentos que as entidades repressivas elaboraram, quer de outros, corrosivos mas subterrâneos, mais dificilmente discerníveis como actos de resistência, mas que serviram à agitação rural. Aos movimentos *activos* do proletariado do sul, juntar-se-à a evanescência *reactiva* do campesinato nortenho, com as configurações dissimuladas que o caracterizam. Às acções colectivas levadas a cabo pelos habitantes do mundo rural deste lado da fronteira juntar-se-à, numa fase posterior, a comparação com o contexto espanhol⁵⁴¹, em relação ao qual se vêm estabelecendo contactos.

4. Cultura resistente e questões de linguagem

Através de sequências de unidades simples constitui-se um idioma social, a partir do qual é possível reconhecer diferenças de sentido, idioma esse que pode ser utilizado em

⁵⁴⁰ Dirigido pelos Professores Doutores Jorge Crespo e Fernando Rosas, este projecto, financiado pelo programa PRAXIS através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, conta ainda na equipa com as Dras. Dulce Freire e Inês Fonseca.

⁵⁴¹ Presentemente, desenvolvemos trabalho conjunto com uma equipa galega, constituída pelo Prof. Doutor Luis Martinez-Risco, e pelos Drs. Raul Soutello e Xan Jardón, que vêm fazendo um levantamento similar em algumas províncias da Galiza.

diferentes ocasiões, exigindo a competência dos indivíduos que o partilham e que, de forma performativa, podem pôr em acção. Como a realidade que muda exige o recurso à criatividade humana, também a linguagem, que a explica e sustenta, implica a capacidade dos indivíduos com vista ao ajustamento a novas situações. As palavras, ditas ou escritas, os rituais, as inscrições espaciais cumprem o seu papel na descrição e reconstituição da realidade através da memória. Todavia, elas não esgotam essa mesma realidade, sempre disponível a novas formulações.

A cultura de resistência, reificada através das configurações dos momentos de acção colectiva que ajudam no presente a edificar os momentos épicos do passado constitui uma espécie de caixa de ferramentas - utilizando a imagem do *bricoleur* tão querida a Claude Lévi-Strauss - que confere ao presente um repertório que permite reactivar, em conjunturas determinadas, novas formas de actuação. Mais do que fornecer aos indivíduos tudo o que necessitam para se tornarem membros de uma sociedade, a cultura fornece-lhes o idioma que inclui os símbolos, as memórias, os rituais, as visões do mundo passíveis de reutilização na transformação do próprio mundo. Esse idioma social, que põe ao dispôr dos indivíduos um conjunto de meios destinados a conferir sentido às existências respectivas, penetra, através do tempo, o passado, o presente e o futuro. O dinamismo do conceito de *cultura de resistência* permite que as ferramentas que fornece aos seus possuidores, os habilitem a pôr em causa os processos sociais. A cultura resistente não serve então, à determinação dos fins, antes apetrechando com os meios que permitem edificar modos de acção.

Não reduzindo os indivíduos às circunstâncias que os produziram, relevou-se ao longo deste trabalho aquilo que Jean-Paul Sartre designa como *irreducibilidade da praxis humana*: cada indivíduo é um agente social, e não exclusivamente o produto de uma sociedade. Se a História inelutavelmente condiciona os homens, se as condições anteriores constituem a base da mudança, não é através de espectros que esta opera. São indivíduos reais que, com base em condições que direccionam a mudança, adequam as suas estratégias, ultrapassando e, paradoxalmente, conservando, as condições que encorpam a transformação.

Pensar a memória como estruturante da acção não implica, todavia, ser imperativamente enfática acerca do carácter da cultura como determinante dessa mesma acção. A cultura fornece os instrumentos que apetrecham os indivíduos e os grupos para, quando as condições estão criadas, desencadear formas de acção. Não sendo completamente irrelevante para as ciências sociais, a análise do peso da cultura no desencadear de um evento, que dá conta da vitalidade da própria cultura, deve complementar a abordagem das condições que permitem esse dealbar. Ou seja, a Antropologia, ou também é História, ou não cumpre o seu papel.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. FONTES ORAIS

ALEIXO, Narcisa

1995 Entrevista gravada, 2 cassettes.

ANTÓNIO, Manuel

1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

BASÍLIO, Joaquim

1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

BECO, Joaquim

1994 Entrevista gravada, 1 cassette (com Maria Albertina Beco).

BECO, Maria Albertina

1994 Entrevista gravada, 1 cassette (com Joaquim Beco).

BOM, Jerónimo

1994 Entrevista gravada, 3 cassettes.

BORDA D'ÁGUA, José

1994 Entrevista gravada, 1 cassette.

BRÁS, Américo Joaquim

1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

BRÁS, Arenato

1994 Entrevista gravada, 4 cassettes (conjuntamente com Olímpia Brás).

BRÁS, Manuel Joaquim

1994 Entrevista gravada, 3 cassettes (conjuntamente com Domingos Catarino).

BRÁS, Olímpia

1994 Entrevista gravada, 4 cassettes (conjuntamente com Arenato Brás).

CAETANO, António

1997 Entrevista gravada, 1 cassette.

CAMILO, António

1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

CAMILO, João

1994 Entrevista gravada, 6 cassettes.

1995 Entrevista gravada, 1 cassette (conjuntamente com Maria Carmina

Camilo).

CANEJO, Joaquim
1995 Entrevista gravada, 2 cassettes.

CASANOVA, Graciete
1995 Entrevista gravada, 2 cassettes.

CASTANHAS, Joaquim
1994 Entrevista gravada, 2 cassettes (conjuntamente com Maria Madalena).

CATARINO, Domingos
1994 Entrevista gravada, 3 cassettes (conjuntamente com Manuel Joaquim Brás).

CHIBANTE, Maria Custódia
1994 Entrevista gravada, 4 cassettes.
1995 Entrevista gravada, 1 cassette.

CLAUDINO, Joaquim
1995 Entrevista gravada, 1 cassette.

DIAS, Joaquim José
1994 Entrevista gravada, 3 cassettes.

DIMAS, António
1994 Entrevista gravada, 3 cassettes.

ESPADA, Lucinda
1997 Entrevista gravada, 1 cassette.

ERNESTO, Joaquim
1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

FIGUEIREDO, Maria da Conceição
1994 Entrevista gravada, 2 cassettes (conjuntamente com João Pedro Marrafa).

GALVEIAS, Maria Guilhermina
1997 Entrevista gravada, 2 cassettes (conjuntamente com António Oliveira).

GIL, Arménio Marques
1995 Entrevista gravada, 3 cassettes.

HENRIQUES, Isidro Fino
1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

ISIDRO, Joaquim Patrício
1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.

MADALENA, Maria
1994 Entrevista gravada, 1 cassette (conjuntamente com Joaquim Castanhas).

MARQUES, Custódia

- 1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- MARRAFA, João Pedro
- 1994 Entrevista gravada, 2 cassettes (conjuntamente com Maria da Conceição Figueiredo).
- MATIAS, Almerinda
- 1994 Entrevista gravada, 3 cassettes.
- NUNES, Manuel Gil
- 1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- 1995 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- OLIVEIRA, António
- 1997 Entrevista gravada, 2 cassettes (conjuntamente com Maria Galveias).
- OLIVEIRA, Vital
- 1995 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- RAMALHO, Diamantino
- 1995 Entrevista gravada, 3 cassettes.
- REIS, Virgínia Marques dos
- 1995 Entrevista gravada, 1 cassette.
- RODRIGUES, Joaquim
- 1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- SANTOS, Joaquim Henrique dos [Joaquim Gafaniz]
- 1995 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- SIMÃO, Manuel
- 1994 Entrevista gravada, 2 cassettes.
- VICENTE, José
- 1994 Entrevista gravada, 2 cassettes
- VISEU, Maria Rosa
- 1994 Entrevista gravada, 3 cassettes.

1. 2. FONTES MANUSCRITAS

- CAMILO, João
- s/d Caderno de capa preta com contos infantis que escreveu para o filho, quando esteve preso em Peniche, 58 folhas.
- s/d *Cópia da minha defesa no Tribunal Plenário*, 3 folhas.
- 1996 Carta pessoal, 9 de Abril.
- CHIBANTE, Maria Custódia

s/d “À Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo”, carta que relata as condições de prisão e as sevícias da tortura.

JUNTA DE FREGUESIA DO COUÇO

1896-1913 *Livro de Actas das sessões da Junta de Parochia*, Couço, J.F. Couço.
1920-1931 *Livro de Actas das sessões da Junta de Freguesia*, Couço, J.F. Couço.
1931-1942 *Livro de Actas das sessões da Junta de Freguesia*, Couço, J.F. Couço.
1942-1946 *Livro de Actas das sessões da Junta de Freguesia*, Couço, J.F. Couço.
1946-1951 *Livro de Actas das sessões da Junta de Freguesia*, Couço, J.F. Couço.
1957-1967 *Livro de Actas das sessões da Junta de Freguesia*, Couço, J.F. Couço.
1970-1979 *Livro de Actas das sessões da Junta de Freguesia*, Couço, J.F. Couço.
1942-1952 *Copiador de Ofícios*, Couço, J.F. Couço.
1952-1959 *Copiador de Ofícios*, Couço, J.F. Couço.
1956-1959 *Copiador de atestados e certidões*, Couço, J.F. Couço.
1959-1963 *Copiador de atestados e certidões*, Couço, J.F. Couço.
1959 *Registo de correspondência expedida*, Couço, J.F. Couço.
1945 *Livro de Actas das Sessões da Comissão do Socorro de Inverno da Freguesia do Couço*, Couço, J.F. Couço.
1905 *Revisão do inventario da Junta de Parochia do Couço*, Couço, J.F. Couço.
1911 *Inventário de bens da Parochia de Couço e suas anexas Santa Justa e Peso*, Couço, J.F. Couço.

1. 3. FONTES DACTILOGRAFADAS

ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM

1931-34 *Registo dos subsídios concedidos pelo Fundo de Desemprego para melhoramentos rurais*, Santarém, 1 maço.
1934 *Relação dos empregados inscritos*, Santarém, Comissariado do Desemprego, 1 Maço.
1937 *Comparticipação das Câmaras Municipais e Juntas de freguesia para obras rurais e urbanas*, Santarém, 1 maço.

ARQUIVO DO GOVERNO CIVIL DE SANTARÉM

1944-46 *Confidenciais 1944-1945-1946 Para vários ministérios*, Santarém, 1 pasta.
1949 *Eleições 1949*, Santarém, 1 maço.

- 1951 “Acta da Eleição do Presidente da República - Assembleia do Couço”,
Eleições Presidente da República 1951 - Actas, Santarém, 3 pastas.
- S/d *Circulares*, Santarém, 1 pasta.
- S/d *Coruche*, Santarém, 1 pasta.
- S/d *Ministério da Economia e Intendência Geral*, Santarém, 1 pasta.
- S/d *Ministério do Interior*, Santarém, 1 pasta.
- S/d *Ministério da Justiça*, Santarém, 1 pasta.
- S/d *Ministério das Obras Públicas e Comunicações*, Santarém, 1 pasta.

OLIVEIRA, Joaquim António de

- 1995 Documento sem título, que entrecruza a vida do autor com a história
local e nacional, dactilografado, 9 pp.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- 1967 *Os baldios - alguns aspectos*, s/local, s/edit., 3 p.

ARQUIVO DA PIDE/DGS

- 1943 *Processo 799/43*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1947 *Processo 943/47*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1947 *Processo-Crime 757/47*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1951 *Processo-Crime 52/51*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1952 *Processo 2126/52 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1958 *Processo-Crime 751/58*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1958 *Processo-Crime 877/58 - Div. Inv.* Lisboa, Arquivo Nacional da Torre
do Tombo.
- 1958 *Processo 810/58 - Div. Inv.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do
Tombo.
- 1958 *Processo-Crime 1127/58*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do
Tombo.
- 1958 *Processo-Crime 1200/58*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do
Tombo.
- 1958 *Processo 4939/58 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1958 *Processo 5421/61 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1959 *Processo-Crime 695/59*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1959 *Processo 3752/59 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1959 *Processo 3828/59 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1959 *Processo 3866/59 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1959 *Processo 4031/59 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 1959 *Processo 4032/59 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo-Crime 856/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo-Crime 860/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo-Crime 861/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo-Crime 862/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo-Crime 878/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo-Crime 879/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo 991/60 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo 881/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo 1085/60 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo 1086/60*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1960 *Processo 1089/60 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1961 *Processo 5764/61 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1961 *Processo 5793/61 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1962 *Processo 1157/62 - 1ª Div.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1962 *Processo 1309/62 - 1ª Div.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1962 *Processo 1611/62*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1962 *Processo-Crime 1649/62- 1ª Div.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1964 *Processo-Crime 507/64 - 1ª Div.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1964 *Processo-Crime 514/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1964 *Processo-Crime 559/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (8 vol.).

1964 *Processo-Crime 596/64- 1ª Div.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1964 *Processo-Crime 1760/64- 1ª Div.*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1964 *Reg. 817/64*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

1968 *Processo 1155/68 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

S/d *Bol.266.318*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

S/d *Bol. 782.383*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

S/d *Processo 595 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

S/d *Processo 719 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

S/d *Processo 720 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

S/d *Processo 828 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- S/d *Processo 1002 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 1004 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 1007 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 1087 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 1106 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 1762 SR*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 2163 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6222 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6240 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6856 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6857 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6862 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6866 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 6966 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 8517 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 9347 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 9348 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 10005 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 10725 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Processo 10728 E/GT*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Registo Geral de Presos 21192*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/d *Registo Geral de Presos 24275*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- S/AUTOR
- S/d *Couço - Fado e Poesia*, texto policopiado, s/l, s/ed.
- WISEU, M. R
- S/d *Queridas Amigas*, texto dactilografado, lido no Encontro de Mulheres Comunistas do Distrito de Santarém no final da década de 80, s/l.

1. 4. FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO DO GABINETE DO MINISTRO DO INTERIOR

- 1958a *Ordens de Serviço*, PIDE, 2 de Julho a 24 de Setembro de 1958, Pasta 1167.
- 1958b *Pasta 1161*, Lisboa, AGMI.

- 1958c *Pasta 1165*, Lisboa, AGMI.
- CAIDO, A. Diniz
- 1923 *In Memoriam - Couço*, Lisboa, s/l, s/ed.
- CARVALHO, Mário de
- 1988 “Comunistas...”, *Jornal de Letras*, 2.8.88.
- CASA DO POVO DO COUÇO
- 1956 *Relatório e Contas de 1 de Março de 1944 (Fundação) a 31 de Dezembro de 1955*, Coruche, s/ed.
- CORDEIRO, P^e J. de L.
- 1984 “Vigararia de Coruche”, *Igreja Eborense*, Évora, ano II, nº 5-8, pp. 255-267.
- The Baltimore Sun* Baltimore, 27.1.1997
- O Comércio do Porto*
- Diário de Lisboa*
- Diário de Notícias*
- Diário Popular*
- Jornal de Notícias*
- Novidades*
- O Primeiro de Janeiro*
- O Século*
- GARCIA, A.
- 1948 *Monografia de Santo António do Cusso*, Lisboa, Edições Gama.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
- 1864 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1878 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1890 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1900 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1911 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1920 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1930 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1940 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1950 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1960 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1970 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1981 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.
- 1991 *Recenseamento Geral da População e Habitação*, Lisboa, INE.

LOURO, P^o. H.

1987 “Fontes bibliográficas para a História da Arquidiocese de Évora”, *Igreja Eborense - Boletim de Vida e Cultura da Arquidiocese de Évora*, Évora, , Ano V, nº 11, pp. 189-208.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

1947-1968 *O Camponês*, s/l, PCP.

1949-1974 *A Terra*, s/l, PCP.

1956-1966 *Avante!*, microfilme existente na BNL, s/l, PCP.

PINTO, J. A.

1987 *Coruche e as suas gentes - monografia*, Coruche, ed. patrocinada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coruche.

RODRIGUES, Urbano Tavares

1976 *Viamorolência*, Lisboa, Bertrand.

2. BIBLIOGRAFIA

2.1. DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS, BIBLIOGRAFIAS, BASES DE DADOS

BALANCIE, J.-M.; LA GRANGE, A.

1996 *Mondes Rebelles - Acteurs, conflits et violences politiques*, 2. Vol., Paris, Éditions Michalon.

Enciclopédia Temática Portugal Moderno -Tradições, Lisboa, Pomo, 1991.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/ Rio de Janeiro, Enciclopédia Editorial, s/d.

PERKS, Robert

1990 Oral history : an anotated bibliography, The British Library National Sound Archive.

SILVER PLATTER INTERNATIONAL

1997 *Sociofile*, base da dados de ciências sociais (1974- Dec. 1997).

2.2. OBRAS GERAIS

ABRAMS, Philip

1982 *Historical Sociology*, Open Books, Near Shepton Mallet.

BAYLEY, F. (Ed.)

- 1971 *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*, Oxford, Blackwell.
- BENEDICT, Ruth
1934 [s/d] *Patterns of Culture*, [ed. portuguesa, trad, Alberto Candeias, *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil.
- BOISSEVAIN, J.
1974 *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell.
- 1992 (Ed.) *Revitalizing European Rituals*, London, Routledge.
- BOURDIEU, P.
1979 "Les trois états du capital culturel", *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, n°30, pp. 3-6.
- 1989 *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- 1992 *Reponses*, Paris, Seuil.
- 1997 *Razões práticas- Sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta.
- S/d *A economia das trocas simbólicas*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- BURKE, P.; PORTER, R.
1987 *The social history of language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CAILLOIS, R.
1964[1976] *Instincts et Société* [trad. port. de Alexandre O'Neill, *Instintos e Sociedade*, Lisboa, Estúdios Cor]
- CALVINO, I.
1994 *As cidades invisíveis*, Lisboa, Editorial Teorema.
- CASENEUVE, J.
1966[1974] *Bonheur et Civilisation*[trad. port. de Helena Araújo Lopes e Carlos Sampaio, *Felicidade e Civilização*, Lisboa, Estúdios Cor].
- DOUGLAS, M
1967[1981] *Purity and Danger*[trad. francesa *De la Souillure*, Paris, Maspero].
- DURKHEIM, E.
1895[1980] *As regras do método sociológico*, Lisboa, Presença.
- 1912[1990] *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, PUF.
- [1977] *A divisão do trabalho social I*, Lisboa, Presença.
- ELIAS, N.
1939 [1989-90] *O processo Civilizacional*, 2 vol., Lisboa, Publicações D. Quixote.
- GARRIOCH, D.

- 1987
Porter “Verbal insults in eighteenth-century Paris”, in Peter Burke e Roy
(dir.), *The social history of language*, Cambridge, Cambridge
University Press, pp. 104-119.
- GEERTZ, C.
1973[1987] *The interpretation of Cultures*[trad. castelhana *La Interpretación de las culturas*, Barcelona /México, Gedisa].
1987[1989] *Works and Lives. The Anthropologist as Author*[trad. castelhana, *El Antropólogo como autor*, Barcelona/Buenos Aires/Mexico, Paidós]
- GIDDENS, A.
1972 [1994] *Capitalism and Modern Social Theory* [trad. port. De Maria do Carmo Cary, *Capitalismo e moderna teoria social*, Lisboa, Presença].
1990[1996] *As consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
1991 [1994] *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta.
- GOODY, J.
1977 [1988] *Domestication of the Savage Mind* [trad. port. Nuno Luís Madureira, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Presença]
1983 [1985] *The development of the family and marriage in Europe* [ed. francesa, trad. Marthe Blinoff, prefácio George Duby, *L'évolution de la famille et du mariage en Europe*, Paris, Armand Colin]
1986 [1987] *The Logic of Writing and the Organization of Society* [trad. portuguesa de Teresa Louro Pérez, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70.]
- HALVERSON, J.
1992 “Goody and the implosion of the literacy thesis”, *Man*, vol. 27, nº2, Junho, pp. 301-317.
- HANN, C.
1994 *When History Accelerates - Essays on Rapid Social Change, Complexity and Creativity*, London and Atlantic Highlands, The Athlone Press.
- LEVI-STRAUSS, C.
1957[1975] *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- MARX, K.
1869[1975] *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Lisboa, Editora Vento de Leste.
- MAUSS, M.

- 1951[1974] *Sociologie et Anthropologie* [trad. brasileira de Mauro de Almeida, prefácio de Claude Lévi-Strauss, *Sociologia e Antropologia*, S. Paulo, EPU/EDUSP.]
- 1969 a[1971] *Obras II - Institución y Culto: Representaciones Coletivas y diversidad de civilizaciones*, Barcelona, Barral.
- 1969 b[1972] *Obras III - Sociedad y ciencias sociales*, Barcelona, Barral.
- MILLS, C. Wright
[1997] *L'imagination sociologique*, Paris, La Découverte.
- MOORE JR., B.
1967[1975] *Social Origins of dictatorship and democracy - Lord and Peasant in the making of the modern world*, [trad. portuguesa Maria Ludovina Couto, *As origens sociais da ditadura e da democracia - Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Cosmos].
- PINTO, J.M.
1985 *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Afrontamento.
- PITT-RIVERS, J.
1954 [1989] *The People of the Sierra*[ed. castelhana de Honorio Velasco Maillo, *Un pueblo de la sierra: Grazalema*, Madrid, Alianza Editorial]
- REDFIELD, R.
1956 [1989] *The Little Community. Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press.
- SAUSSURE, F. de
1916[1978] *Cours de Linguistique Générale*[trad. port. *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, D. Quixote]
- TÖNNIES, F.
1857 [1955] *Community and Association*, London, Routledge.
- VAN GENNEP, A.
1909[1981] *Les Rites de Passage*, Paris, Picard.
1947 *Manuel Français de Folklore Contemporain*, Paris, Picard.
- WALLERSTEIN, I.
1974[1979] *El moderno sistema mundial I - La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*, Madrid, Siglo XXI Editores.
1980[1984] *El moderno sistema mundial II - El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea*, Madrid, Siglo XXI Editores.

- WEBER, M.
1930 [1983] *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* [Ed. port. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Presença.]
- 1956/1967 [1995] *Économie et Société*, 2 vol., Paris, Plon.
- YAGELLO, M.
1978[1982] *Les mots et les femmes*, Paris, Payot.

2. 3. MEMÓRIA E HISTÓRIA

2. 3. 1. Questões teórico-metodológicas

- BENJAMIN, W.
1992 *Sobre arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água.
- BERGSON, Henri
1896 [1993] *Matière et Mémoire*, Paris, Quadrige/PUF.
- BERTAUX, D.(org.)
1981 *Biography and Society - The Life History Approach in The Social Sciences*, London, Sage.
- BERTAUX-WIAUME, I.
1988-9 “Des formes et des usages. Histoires de famille”, *L’Homme et la Société*,
Nouvelle Série, nº 90, pp. 25-35.
- BILLIG, Michael; EDWARDS, Derek
1994 “La construction sociale de la mémoire”, *La Recherche*, nº 267, Julho-Agosto, 1994, vol. 25, pp.742-745.
- BOISSEVAIN, J.
1992 (Ed.)*Revitalizing European Rituals*, London, Routledge.
- CALLOIS, R.
1950[1979] *L’Homme et le Sacré*[trad. port. *O homem e o sagrado*, Lisboa, Edições 70].
- COELHO, A.
1880[1993] “Materiais para o estudo das festas, Crenças e Costumes Populares Portugueses” [reed. em *Festas, costumes e outros Materiais para uma etnologia de Portugal*, pref. e org. de João Leal, Lisboa, Publicações D. Quixote.]
- CONNERTON, P.
1993 *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta.

- COX, H.
1971 *La Fête des Fous - Essai teologique sur les notions de fête et fantaisie*, Paris, Seuil.
- DUVIGNAUD, J.
1973[1991] *Fêtes et Civilizations*, Paris, Actes Sud.
- DURKHEIM, E.
1912[1990] *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, PUF.
- FENTRESS, J. ; WICKHAM, C.
1992[1994] *Social Memory* [trad. port.. de Telma Costa, *Memória Social*, Lisboa, Teorema.]
- GOODY, J.
1977 “Tiempo: aspectos sociales”, *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, vol. 10, Madrid, Aguilar Ediciones, pp. 329-340.
- HALBWACHS, Maurice
1925 [1994] *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*[Paris, Albin Michel, com posfácio de Gérard Namer]
1950[1968] *La Mémoire Collective*, Paris, PUF [prefácio de Jean Duvignaud].
- HEERS, J
1983 *Fête des Fous et Carnavals*, Paris, Fayard.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (ed.)
1983 *The invention of tradition*, Cambridge, CUP.
- ITURRA, R.
1989 “A Etnografia, memória da História”, in Fernando Oliveira Baptista *et al.*, *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, INIC, pp. 305-310.
- JOHNSTON, W.M.
1992 *Post-modernisme et bimillenaire. Le culte des anniversaires dans la culture contemporaine*, Paris, PUF.
- LE GOFF, J.
1984 “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi- 1. Memória-História*, Lisboa, INCM.
- LEROI-GOURHAM, A.
1965[1987] *Le geste et la parole - la mémoire et les rythmes*[trad. portuguesa, *O gesto e a palavra. 2 - Memória e ritmos*, Lisboa, Edições 70.]
- LEVI, Primo
1995 *Le devoir de mémoire - Entretien avec Anna Bravo e Federico Cerejo*,

- s/l, Mille et Une Nuits.
- LÉVI-STRAUSS, C.
1971 "Finale", *Mithologiques IV - L'homme nu*, Paris, Plon, pp.559-621.
- LOURENÇO, Eduardo
1982 *O labirinto da saudade*, Lisboa, D. Quixote, 2ª edição.
- LOWENTHAL, D.
1985 *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MANNING, F. (Ed.)
1983 *The celebration of society - Perspectives on contemporary cultural performance*, Boeling Green, Bowling Green University Popular Press.
- MARQUES, E. M.
1996 "Memória Operária, Memória Local - Aspectos de um caso, a propósito do 18 de Janeiro", *Arquivos da Memória*, nº1, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, pp. 57-67.
- MILO, D.
1986 "Le nom des rues", in Pierre Nora (dir.) *Les Lieux de Mémoire - La Nation III*, Paris, Gallimard, pp. 283-315.
- NAMER, Gerard
1987 *Mémoire et société*, pref. de Jean Duvignaud, Paris, Meridiens Klincksiek.
- NORA, P.
1986 "Entre Mémoire et Histoire" in Pierre Nora (dir.) *Les Lieux de Mémoire - La République I*, Paris, Gallimard, pp. X- XLII.
- OLIVEIRA, E.V.
1984 *Festividades cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PASSERINI, L. (Ed.)
1992 *Memory and Totalitarianism*, Oxford, Oxford University Press.
- PORTELLI, A.
1988 "Uchronic dreams: working class memory and possible worlds", *Oral History*, vol. 16, Outono, pp. 46-56.
- RAPHAËL, F.
1980 "Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire oral", *Annales ESC*, Jan-Fev., pp.127-145.

- RIBÉRIOUX, M.
1984 “Le mur des Fédérés”, in Pierre Nora (dir.) *Les Lieux de Mémoire - La République I*, Paris, Gallimard, pp. 619-649.
- SAMUEL, R.; THOMPSON, P.(org.)
1990 *The Myths we live by*, London, Routledge.
- SARTRE, J-P.
1960 [1885] *Critique de la Raison Dialéctique*, Paris, Gallimard.
- SMITH, P.
1979 “Aspects de l’organisation des rites”, in Michel Izard e Pierre Smith (col.) *La fonction Symbolique*, Paris, Gallimard, pp. 139-170.
- THOMPSON, P.
1978 [1988] *The voice of the past - Oral History*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- TURNER, V.
1969[1974] *The ritual process* [trad. brasileira *O Processo Ritual*, Petrópolis, Vozes]
- YAGUELLO, M.
1978[1992] *Les mots et les femmes*, Paris, Payot.
- ZONABEND, F.
1980 *La Mémoire Longue*, Paris, PUF.

2. 3. 2. História de Portugal

- BARROS, H.
1948 *Inquérito à habitação rural*, Lisboa, Gráfica Lisbonense.
- BASTO, E. A. L.
1942 *Inquérito à habitação rural*, Lisboa, Gráfica Lisbonense.
- CABRAL, Manuel Villaverde
1977 *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- CARVALHAS, Carme (rec.)
1974 *48 anos de fascismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Ler.
- COSTA, F. S. R.
1944 *Inquérito à habitação rural*, Lisboa, Gráfica Lisbonense.
- LEÓNARD, Y.
1996 *Salazarisme et fascisme*, Paris, Chandeigne. [pref. de Mário Soares]

- OLIVEIRA MARQUES, A.H.
1981 *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Pallas Editores.
- PATRIARCA, M. F.
1995 *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, 2 vol., Lisboa, INCM.
- QUEIROGA, Fernando
1974 *Portugal Oprimido: subsídios para a história do fascismo em Portugal*, Lisboa, O Século.
- RODRIGUES, Edgar
s/d *O retrato da ditadura portuguesa*, Rio de Janeiro, Mundo Livre.
- ROSAS, F.
1987 *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos.
1990 *Portugal entre a paz e a guerra - Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, Lisboa, Estampa.
1994 *O Estado Novo*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- ROSAS, F.; BRITO, J. M. B. (org.)
1996 *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vol., Lisboa, Círculo de Leitores.
- SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A.H.
1991 *Nova História de Portugal - Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Presença.
- SILVA, A. M.
1993 “A desamortização”, in Luis Reis Torgal e João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1895)*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Estampa, pp. 339-353.
- VAQUINHAS, I.M.; NETO, M.
1993 “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações” in Luis Reis Torgal e João Lourenço (coord.), *O Liberalismo (1807-1895)*, in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, vol. V. Lisboa, Estampa, pp. 325-337.

2. 4. ETNOLOGIA EUROPEIA

- ACEVES, B.; DOUGLASS, W.A. (Eds.)
1976 *The Changing Faces of Rural Spain*, New York, John Wiley.

- BLOK, A.
1974 *The Mafia of a Sicilian Village*, Oxford, Blackwell.
- BOISSEVAIN, J.
1977 “Towards a Social Anthropology of Europe”, in J. Boissevain e J. Friedl,
Beyond the Community: Social Processes in Europe, The Hage,
Department of Education and Science, pp. 9-17
- BRITO, J. P.
1996 *Retrato de Aldeia com Espelho - Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa,
Publicações D.Quixote.
- CABRAL, J. P.
1989 *Filhos de Adão, Filhas de Eva - a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CAMPBELL, J.K.
1964 *Honour, Family and Patronage*, Oxford, Oxford University Press.
- COLE, S.
1991[1994] *Women of the Praia: Work and lives in a Portuguese coastal community*
[ed. portuguesa, trad. Fátima Leal Gaspar e Carlos Gaspar, *Mulheres da praia - O trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote]
- CUISINIER, J.
1993 *Ethnologie de l'Europe*, Paris, PUF.
- CUTILEIRO, J.
1967[1977] *A portuguese rural society* [trad. port. *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma sociedade rural portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.)]
- DAVIS, J.
1973 *Land and family in Pisticci*, London, Athlone Press.
1977 *People of Mediterranean: An Essay in Comparative Social Anthropology*, London, Routledge and Kegan Paul.
- DELAMONT, S.
1995 *Appetites and Identities - An introduction to the Social Anthropology of Western Europe*, London, Routledge.
- DIAS, A. J.
1948[1981] *Vilarinho da Furna - uma aldeia comunitária*, Lisboa, INCM.
1953[1981] *Rio de Onor - Comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, Presença.

- 1993 *Estudos de Antropologia*, 2 vol., Lisboa, INCM.
- GILMORE, David
1980 *The People of the Plain - Class and Community in Lower Andalusia*,
New York, Columbia University Press
- GODDARD, V.A.; LLOBERA, J.; SHORE, C.(ed.)
1994 [1996] *The Anthropology of Europe*, Oxford/Washington D.C., Berg.
- PERISTIANY. J. G. (Org.)
1965[1971] *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society* [ed. port.,
trad. e prefácio de José Cutileiro, *Honra e Vergonha. Valores das
Sociedades Mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.]

2. 5. PROPRIEDADE E ASSUNTOS RURAIS

- ABREU, Armando Trigo de
1982 “Mouvements sociaux et reforme agraire au Portugal: problèmes
théoriques et perspectives de recherche”, *Revue Tiers-Monde*, Paris,
Tomo 23, n° 89, pp. 75-84.
- ALMEIDA, Sónia
1998 “Os ratinhos, trabalhadores rurais migrantes”, in *Os ratinhos, faiança
popular de Coimbra*, Lisboa, Museu Nacional do Azulejo/Instituto
Português de Museus/Ministério da Cultura, pp. 37-40.
- ARLACHI, Pino
1980 *Mafia, Peasants and Great Estates: Society in Traditional Calabria*,
Cambridge, CUP.
- AZEVEDO, M. E.
1996 *A Política Agrícola Comum - Uma política controversa na Hora da
Mudança*, Coimbra, Almedina.
- BANDARRA, Álvaro
1982 “Les luttes sociales et la fonction des attributions collectives et
individuelles de terres (1975-1980)”, *Revue Tiers-Monde*, Paris, Tomo
23, n° 89, pp. 59-74
- BAPTISTA, Fernando Oliveira
1978 *Portugal 1975 - Os campos*, Porto, Afrontamento.
1990 “A política agrária do Estado Novo”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n°
8-9, Fevereiro, pp. 91-98.
1993 *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento,
1996a “Sociedade Rural”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.),

- Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa , Círculo de Leitores, pp.944-948.
- 1996b “Política agrária”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa , Círculo de Leitores, pp. 749-754.
- BARROS, A.
- 1986 *Do Latifundismo à Reforma Agrária - O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- BRITO, J. P. *et al.* (coord.)
- 1996 *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura.
- CABRAL, M. V.
- S/d *Materiais para a História da questão agrária em Portugal - Séc. XIX e XX*, Porto, Inova.
- CALDAS, E. C.
- 1991 *A Agricultura Portuguesa através dos tempos*, Lisboa, INIC.
- CARDOSO, J. C.
- 1973 *A agricultura portuguesa*, Lisboa, Moraes.
- CHIVA, I.
- 1981 “Les agriculteurs des Cordillères sont-ils des paysans? Éléments pour un débat”, *Études Rurales*, nº 81-82, pp. 189-205.
- DRAIN, M.
- 1989 “Lavre: la revolution agraire dans un village d’Alentejo”, in Fernando Oliveira Baptista *et al.*, *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, INIC, pp. 113-126.
- ESTÊVÃO, J. A.
- 1983 “A florestação dos baldios”, *Análise Social*, 3ª Série, vol. XIX, nº 77-79, pp.1157-1260.
- FERNANDES, M.
- 1997 “Terra, trabalho e pão - O caso de Baleizão”, *História*, Lisboa, Ano XIX (Nova Série), nº 32, Junho, pp. 48-56.
- FOSTER, G.
- 1965 “Peasant Society and the Image of Limited Good”, *American Anthropologist*, vol. 67, nº2, pp. 273-315.
- GARCIA, J.M. S.

- 1935 *Latifúndio alentejano*, Évora, Minerva Comercial.
- GONZÁLEZ ALCANTUD, J.A.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.)
1992 *La tierra. Mitos, ritos y realidades*, Barcelona, Anthropos.
- GRIFFIN, Keith
1979 *The political Economy of Agrarian Change*, London, Macmillan.
- JOLAS, T.; PINGAUD, M-C.; VERDIER, Y.; ZONABEND, F.
1990 *Une campagne voisine*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- LAMBERT, B.
1975 *Les paysans dans la lutte des classes*[trad. portuguesa, *Os camponeses na luta de classes*, Lisboa, Publicações D. Quixote]
- MARQUES, A. H. O.
1978 *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Edições Cosmos.
- MARTINEZ-ALIER, J.
1968 *La estabilidad del latifundismo -Análisis de la interdependencia entre relaciones de producción y conciencia social en la agricultura latifundista*, s/l, Ediciones Rodo Ibérico.
- MARTINS, O.
1873[1990] *Portugal e o Socialismo*, Lisboa, Guimarães editores.
- MATIAS, Elias
1985 *Alentejo em luta*, Lisboa, Editora Sementeira.
- MENDRAS, H.
1976[1978] *Sociétés Paysannes*[trad. brasileira, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- MINTZ, Sidney W.
1973 "A note on the definition of Peasantries", *Journal of Peasant Studies*, nº 1, pp. 91-106.
- PEREIRA, José Pacheco
1982 "Des luttes du prolétariat agricole avant le 25 Avril 1974 a la réforme agraire", *Revue Tiers-Monde*, Paris, Tomo 23, nº 89, pp. 39-58.
- RITSON, C.; HARVEY, D. R. (ED.)
1997 *The Commun Agricultural Policy*, Oxon, Cab International.
- S/AUTOR
1976 *Reforma Agrária -Couço*, Lisboa, Contra a Corrente Edições.
- SHANIN, Teodor
1971 "Peasantry: delineation of a sociological concept and a field of study",

- Archives Européennes de Sociologie*, nº 12, pp. 289-300.
- 1979 “Definiendo al campesinado: conceptualizaciones y desconceptualizaciones”, *Agricultura y Sociedad*, vol. 11, pp. 7-52.
- SILBERT, A.
- 1978 *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime (XVIII^{ème} - Débout du XIX^{ème} Siècle) - Contribution à l’Histoire Agraire Comparée*, Lisboa, INIC, 3 vol..
- SOEIRO, José
- 1995 “Alentejo: os Sindicatos na luta contra o latifúndio”, *Vértice*, nº 68, Setembro-Outubro, pp. 11- 18.
- VAN BATH, B. H. S.
- 1976[1984] *De Agrarische Geschiedenis van West-Europa 500-1850* [trad. port. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*, Lisboa, Presença.
- VARELA, J. A. S.
- 1996 *A Política Agrícola Comum - Os Princípios, as Reformas, a Futura Europa Verde*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- WOLF, E.
- 1966[1976] *Peasants*[trad. brasileira de Oswaldo Caldeira da Silva, *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar]

2. 6. RESISTÊNCIA , AGITAÇÃO, REPRESSÃO

2. 6. 1. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

- AGULHON, Maurice
- 1970 *La république au village: Les populations du Var de la révolution à la seconde république*, Paris, Plon.
- ANDERSON, Benedict
- 1991 *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.
- ANDREAS, C.
- 1985 *When Women Rebel - The Rise of Popular Feminism in Peru*, New York, Lawrence Hill Books.
- AYA, Rod
- 1990 *Rethinking Revolutions and Collective Violence. Studies in Concept, Theory and Method*, Amsterdam, Het Spinhuis.
- BACHARACH, Peter, et al.

- 1970 *Power and Poverty: Theory and Practise*, New York, Oxford University Press.
- BERÉE, Yves-Marie
1976 *Fêtes et révolte: Des mentalités populaires du XVI^e au XVIII^e siècle*, Paris, Hachette.
- BOSWELL, Terry; DIXON, William J.
1993 “Marx’s theory of rebellion: a cross-national analysis of class exploitation, economic development and violent revolt”, *American Sociological Review*, vol. 58, October, pp. 681-702.
- BROWN, M.F.
1996 “On Resisting Resistance”, *American Anthropologist*, 98, pp. 729-749.
- COELHO, J. D.
1974 *A resistência em Portugal*, Porto, Inova.
- CADÉ, Michel
1994 “Traditions Identitaires du mouvement ouvrier français dans le Midi rouge, de la fin du XIX^e siècle à nos jours”, *Le Mouvement Social*, n° 166, Janvier-Mars, s/ n° pp.
- HAZEL, François (dir.)
1993 *Action Collective et Mouvements Sociaux*, Paris, PUF.
- COHEN, Jean L.
1985 “Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements”, *Social Research*, vol. 52, n° 4 (Winter), pp. 663-717
- COLBURN, Forrest D.
1989 *Everyday Forms of Peasant Resistance*, Armonk, New York, M. E. Sharpe.
- DHANAGARE, D. N.
1991 *Peasant Movements in India (1920- 1950)*, Delhi, Oxford University Press.
- DELFOSSÉ, Pascale
1994 “La terre contre l’État? Pouvoir d’État et résistances traditionnelles en Belgique (1851-1929)”, *Le Mouvement Sociale*, n° 166, Janvier-Mars, s/n° pp.
- EYERMAN, Ron; JAMISON, Andrew
1991 *Social Movements: a Cognitive approach*, University Park, Pa., Pennsylvania University Press.

- FAVRE, Pierre
1990 *La Manifestation*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- FOUCAULT, M
1975 *Surveiller et punir - Naissance de la prison*, Paris, Gallimard.
- FOWERAKER, Joe
1995 *Theorizing Social Movements*, London and Boulder, Pluto Press.
- GAMSON, William
1990 *The Strategy of Social Protest*, Belmont, California, Wadsworth.
1992 *Talking Politics*, Cambridge and New York, Cambridge University Press.
- GIDDENS, A.; HELD, D. (ed.)
1982 *Classes, Power and Conflict*, London, MacMillan.
- GOFFMAN, E.
1961 *Asylums*, New York, Doubleday Anchor.
- GOULD, Roger
1991 "Multiple Networks and Mobilization in Paris Commune, 1871", *American Sociological Review*, 56, pp. 716-729.
- GOUVEIA, F.
1979 *Memórias de um Inspector da PIDE - I. A organização clandestina do PCP*, Lisboa, Delraux.
- GUILLEM MESADO, Juan Manuel
1993 *Los movimientos sociales en las sociedades campesinas*, Madrid, Eudema.
- GURR, Ted Robert
1970 *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press.
- HASTINGS, Michel
1987 "Identité Culturelle Locale et Politique Festive Communiste: Halluin la Rouge 1920-1934", *Le Mouvement Social*, n° 139, Avril-Juin, pp. 7-25.
- HOBBSBAWM, Eric
1959[1978] *Primitive Rebels - Studies in Archaic Forms of Social Movements in the 19th and 20th Century* (trad. de WALTERS DUTRA, *Rebeldes Primitivos - estudos das Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978)
- KERTZER, David
1980 *Comrades and Christians: Religion and Political struggle in Communist Italy*, Cambridge and New York, Cambridge University

- Press.
- 1988 *Ritual, Politics and Power*, New Haven and London, Yale University Press.
- KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (eds.)
- 1988 *From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures*, International Social Movement Research, Greenwich, Conn..
- LANDSBERGER, Henry A. (ed.)
- 1974 *Rural Protest: Peasant Movements and Social Change*, London, MacMillan.
- LEE, David J.; TURNER, Bryan S.
- 1996 *Conflicts about Class. Debating Inequality in Late Industrialization*, London and New York, Longman.
- LENINE, V. I.
- 1902 [1975] *Que hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento*, Pekin, Ediciones en Lenguas Extranjeras.
- 1918[1968] *L'état et la révolution - La doutrine marxiste de l'Etat et les taches du proletariat dans la révolution*, in V. Lénine, *Oeuvres Choisies*, 2º vol., pp. 285-382.
- LYMAN, Stanford M. (ed.)
- 1995 *Social Movements - Critiques, Concepts, Case-Studies*, Houndmills and London, MacMillan Press.
- MALEFAKIS, Edward
- 1970[1980] *Agrarian Reform and Peasant Revolution in Spain - Origins of the Civil War* (trad. castelhana de António Bosch, Alfredo Pastor e Juan-Ramón Capella, *Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX*, Barcelona, Editorial Ariel)
- MAO TSETUNG
- 1937 a *Sobre a prática*, in Mao Tsetung, *Obras Escolhidas*, vol. I, Pequim, Ed. em Línguas Estrangeiras, pp. 499-524.
- 1937 b *Sobre a contradição*, in Mao Tsetung, *Obras Escolhidas*, vol. I, Pequim, Ed. em Línguas Estrangeiras, pp. 525-586.
- MARWELL, Gerald; OLIVER, Pam
- 1993 *The Critical Mass in Collective Action: a Micro-social Theory*, Cambridge and New York, Cambridge University Press.
- MARX, Karl
- 1852 [s/d] *Der achzehnte Brumaire das Loius Bonaparte* [trad. portuguesa, O 18

Brumário de Luís Bonaparte, Lisboa, Editora Vento de Leste].

- MESZAROS, I.
1971 *Aspects of History and Class Consciousness*, London, Routledge and Kegan Paul.
- MINTZ, Jerome
1982 *The Anarchists of Casas Viejas*, Chicago and London, University of Chicago Press.
- MINTZ, Sidney
1974 “The Rural Proletariat and the Problem of Rural proletarian Consciousness”, *Journal of Peasant Studies*, nº1, pp. 291-325.
- MOORE, Barrington, Jr.
1966 *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Boston, Beacon Press.
1987 *Injustice: The Social Bases of Obedience and Revolt*, White Plains, New York, Oxford University Press.
- MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg
1992 *Frontiers in Social Movement Theory*, New Haven and London, Yale University Press.
- MOURIAUX, René, *et al.*
1992 *1968. Exploration du Mai français*, 2 vol., Paris, Harmattan.
- NEWMAN, David
1995 “Architects of Change - Reconstructing Society” in David Newman *Sociology -Exploring The Architecture of Everyday Life*, Thousand Oaks/London/ New Delhi, Pine Forge Press, pp. 475-496.
- NUNES, J. A.
1996 “Comunismo”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 173-181.
- OLIVER, Pamela E.; MARWELL, Gerald
1988a “The paradox of group size in collective action: a theory of the critical mass. II”, *American Sociological Review*, vol. 53, February, pp. 1-8.
1988b “Social Network and Collective action: a Theory of the Critical Mass III”, *American Journal of Sociology*, vol. 94, November, pp. 502-534.
- OLZAK, Susan
1989 “Analysis of Events in the Study of Collective Action” *Annual Review of Sociology*, 15, pp. 119-141.
- ORTEGA Y GASSET, José

- 1930 [1989] *La rebelión de las masas* (trad. portuguesa de Artur Guerra, *A rebelião das massas*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PÁEZ-CAMINO, Feliciano; LLORENTE-HERRERO, Pilar
s/d *Los Movimientos Sociales (hasta 1914)*, Madrid, Akal.
- PASSERINI, Luisa
1992 *Memory and Totalitarianism*, vol. 1, International Yearbook of Oral History and Life Stories, Oxford, Oxford University Press.
- PEREIRA, A.P.B.
1983 “As greves rurais de 1911-1912: uma leitura através da imprensa”, *Análise Social*, 3ª Série, vol. XIX, nº 77-79, pp. 477-511.
- PETERS, E.
1996 *História da Tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PETERSON, Roger
1993 “A community based theory of rebellion”, *Archives Européennes de Sociologie*, tome XXXIV, nº1, pp. 41-78.
- PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard A.
1977 *Poor People's Movements - Why they Succeed, How they Fail*, New York, Vintage Books.
- PORTER, Roy; TEICH, Mikulas (eds.)
1986 *Revolution in History*, Cambridge and New York, Cambridge University Press.
- RIEGELHAUPT, J.
1982 “O significado religioso do anticlericalismo popular”, *Análise Social*, 3ª série, vol. XVIII, nº 72-74, Lisboa, pp. 1213-1229
- ROSEBERRY, William
1978 “Peasants as Proletarians”, *Critique of Anthropology*, 11, pp. 3-18.
- SANCHEZ MARROYO, Fernando
1992 *Movimientos Populares y Reforma Agraria - Tensiones Sociales en el campo extremeño durante el Sexenio Democrático (1868-1873)*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz.
- SANTOS, R.
1987 *O socorro aos lavradores de Mértola*, Mértola, Câmara Municipal de Mértola.
- SCOTT, James
1976 *The Moral Economy of Peasant: Rebellion and Subsistence in*

- Southeast Asia*, New Haven, Yale University Press.
- 1985 *Weapons of the weak - Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.
- 1990 *Domination and the arts of Resistance- Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press.
- SIMÕES, J. O.
- 1910 [1977] *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do operariado - Apuramento das Respostas ao Questionário da Repartição do Trabalho*, Lisboa, Imprensa Nacional, cit. por Manuel Villaverde Cabral, *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença.
- SWIDLER, Ann
- 1986 “Culture in action: symbols and strategies”, *American Sociological Review*, vol 51, April, pp. 273-286.
- TARROW, Sidney
- 1988 “National Politics and the Collective Action : Recent Theory and Research in Western Europe and the United States” *Annual Review of Sociology*, 14, pp. 421-440.
- 1994 *Power in movement - Social movements, collective action and politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- 1996 “Social Movements”, in Adam Kuper and Jessica Kuper *The Social Science Encyclopedia*, 2nd edition, London and New York, Routledge, pp. 792-794.
- TILLY, C.
- 1978 *From mobilization to Revolution*, Reading, Mass, Addison-Wesley Publishing Co.
- 1985 “Models and Realities of Popular Collective Action”, *Social Research*, vol. 52, nº 4 (Winter), pp. 717-747
- TOURAINÉ, Alain
- 1965 *Sociologie de l’action*, Paris, Seuil.
- 1985 “An Introduction to the Study of Social Movements”, *Social Research*, vol. 52, nº 4 (Winter), pp. 749-787.
- WELLER, Robert; GUGGENHEIM, Scott E. (ed.)
- 1982 [1989] *Power and Protest in the Countryside - Rural Unrest in Asia, Europe and Latin America*, Durham, Duke University Press.
- WOLF, Eric
- 1969[1971] *Peasant Wars of the Twentieth Century*, London, Faber .

2. 6. 2. CASO PORTUGUÊS

AEPPA

1976 *Elementos para a História da PIDE*, Lisboa, AEPPA.

BARRADAS, A.

1996 “Clandestinidade”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 152-156.

BERNARDES, F. M.

1991 *Uma Fortaleza da Resistência*, Lisboa, Edições Avante.

CAMPINO, J.

1990 *Histórias clandestinas*, Lisboa, Edições Avante.

CARVALHAS, C. (rec.)

1974 *48 anos de fascismo em Portugal*, Lisboa, Ler.

CASTRO, A.; MOURA, F.P.; CINTRA, L.M.

1972 *Presos Políticos: documentos 1970-71*, Porto, Afrontamento.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

1997 *Oposições - Latitudes intercontinentais de um combate antifascista e anticolonialista- Catálogo da exposição documental*, Coimbra, CD 25 Abril da Universidade de Coimbra.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA

1979 *Eleições no Regime Fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

1980 *A Política de informação no regime fascista - I*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

1980 *A Política de informação no regime fascista - II*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

1981a *Livros proibidos no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

1981b *Relatórios para Oliveira Salazar 1931-39*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

1981c *Presos políticos no regime fascista I*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

1982 *Presos políticos no regime fascista II*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

- 1984a *Presos políticos no regime fascista III*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- 1984b *Trabalho, sindicatos e greve no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- 1985a *Legislação repressiva e antidemocrática no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- 1985b *Presos políticos no regime fascista IV*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- 1986 *Repressão política e Social no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- COMISSÃO NACIONAL DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS
- 1975 *Presos políticos - Documentos 1972-74*, Lisboa, CNSPP.
- CUNHAL, A.
- 1965 a *A luta popular de massas, motor da revolução*, Lisboa, Avante.
- 1965 b *Relatório da Actividade do Comité Central ao VI Congresso do PCP*, s/l, Avante.
- 1974 *Até Amanhã, camaradas*, Lisboa, Avante.[sob o pseudónimo de Manuel Tiago]
- 1975a *Algumas experiências de 50 anos de luta do Partido Comunista Português*, Lisboa, Avante.
- 1964[1975b] *Rumo à Vitória*, Lisboa, A Opinião.
- 1981 *60 anos de luta ao serviço do povo e da Pátria*, Lisboa, Avante.
- DIAS, M.L.A.
- 1982 *Crianças emergem da sombra - Contos da clandestinidade*, Lisboa, Edições Avante.
- FONSECA, C.
- 1990 *O 1º de Maio em Portugal - 1890-1990 crónica de um século*, Lisboa, Antígona.
- FREIRE, D.
- 1996 “Greves rurais e agitação camponesa”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 404-406.
- FREIRE, J.B.
- 1996a “Cinco de Outubro”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.146-147.
- 1996b “Primeiro de Maio”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito

- (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 798-800.
- GOMES, S. P.
 1974 *Contos Vermelhos*, Lisboa, Movimento da Juventude Trabalhadora.
 1975 *Refúgio Perdido e outros contos*, Lisboa, Avante.
- JORGE, J. P.
 1984 *Com uma imensa alegria -notas autobiográficas*, testemunho recolhido por João Paulo Guerra, Lisboa, Avante.
- LABAREDAS, Maria Rosalina
 1983 “Vitória dos camponeses na luta pelas oito horas”, *O Jornal*, 29.4.83.
- LOURENÇO, A. D.
 1995a (pref.) *Cartas de Fusilados*, Lisboa, Campo das Letras.
 1995b *Vila Franca de Xira - Um concelho no País*, Vila Franca de Xira, C.M.V.F. de Xira.
 1997 *Alentejo, legenda e esperança*, Lisboa, Caminho.
- MADEIRA, J.
 1996a “Imprensa Comunista”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 451-454.
 1996b “Prisões políticas”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 800-801.
- MAGRO, J.
 1975 *Torre Cinzenta - Poemas da Prisão*, Lisboa, Avante.
 1980 *Cartas da prisão*, Lisboa, Avante.
- MANUEL, A.; CARAPINHA, R.; NEVES, D.
 1974 *Pide - a história da repressão*, Fundão, Jornal do Fundão.
- MIGUEL, F.
 1986 *Das prisões à liberdade*, org. de Fernando Correia, Lisboa, Edições Avante.
- OLIVEIRA, C.
 s/d *Tarrafal, o pântano da morte*, Lisboa, Editorial República.
- OLIVEIRA, César de (recolha, prefácio e notas)
 1978 *13 cartas de Portugal para Engels e Marx*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- OLIVEIRA, G.

- 1987 *Memória viva do Tarrafal*, Lisboa, Avante.
- ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMUNISTAS
- 1994 *Subsídios para a História das lutas e movimentos de mulheres em Portugal sob o regime fascista (1926-1974)*, Lisboa, Edições Avante.
- PATO, O.
- 1975 *Conversando com Octávio Pato*, Lisboa, Avante.
- PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
- 1979 *As greves de 8 e 9 de Maio de 1944*, Lisboa, Edições Avante.
- 1982 *60 anos de luta ao serviço do povo e da Pátria*, Lisboa, Avante.
- PERDIGÃO, R.
- 1988 *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Fragmentos.
- PEREIRA, J. Pacheco
- 1980 "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve", *O Século XIX em Portugal - Comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Nov. 1979, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, pp.135-156.
- 1983 *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- 1993 *A sombra - Estudo sobre a clandestinidade comunista*, Lisboa, Gradiva.
- PIRES, C.
- 1975 *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Déagá.
- RABY, D. L.
- 1988 *A resistência antifascista em Portugal*, Lisboa, Salamandra.
- RIBEIRO, M. C.
- 1996 "Polícias Políticas", in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 747-749.
- SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 1977 *Da resistência à libertação: breve história poética ilustrada acerca da passagem do salazarismo à libertação*, Lisboa.
- S/ AUTOR
- 1975 *Presos políticos*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- SIMON, Henri
- 1975 *Novo Movimento: questões sobre a prática revolucionária*, Porto, Contra Corrente.
- SOARES, M.

- 1974 *Portugal Amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia.
- SOARES, P.
1977 *Tarrafal, campo da morte lenta*, Lisboa, Avante.
- SOUSA, F. M. F. (Coord.)
1978 *Tarrafal- Testemunhos*, Lisboa, Editorial Caminho.
- TENGARRINHA, José Manuel
1994 *Movimentos populares agrários em Portugal*, 2 vol., Mem Martins, Europa-América.
- TRIBUNAL CÍVICO SOBRE A REFORMA AGRÁRIA
1980 *A Reforma Agrária acusa*, Lisboa, Caminho.
- VALENTE, Vasco Pulido
1973 "A «Revolta do Grelo» - ensaio de análise política" in Separata da revista *Análise Social*, nº37, vol.X. 2ª série, pp. 79-101.
- VENTURA, António
1989a *O Imaginário Seareiro - Ilustradores e ilustrações da revista Seara Nova (1921-27)*, Lisboa, INIC.
- 1989b *O combate de Arronches - um episódio da «Guerra das Laranjas»*, Arronches, Ed. da Câmara Municipal de Arronches.
- VICENTE. A. M.
1988 *Brados do Tarrafal*, Lisboa, Sementeira.

2. 7. MÉTODOS

- APALATEGI, J.
1987 *Introducción a la historia oral- Kontuzaharrak (Cuentos Viejos)*, Barcelona, Anthropos.
- BERTAUX, Daniel
1976 "Histoires de vies ou récits de pratiques? Méthodologie de l'approche biographique en Sociologie", *Recherches économiques et sociales*, nº6, pp.
1981a (ed.) "Introduction" *Biography and Society. The Life History Approach in the Social Sciences*, Sage, 23, pp 5-15.
1981b "From the life-history approach to the transformation of sociological practice", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The Life History*

- Approach in the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 29-45.
- 1988 "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche", Sociétés, n°18, Mai, pp. 18-22.
- BERTAUX, D; BERTAUX-WIAME, Isabelle
- 1988 Le patrimoine et sa lignée: transmissions et mobilité sociale sur cinq générations", *Life stories/recits de vie*, n°4, pp.8-25.
- BERTAUX-WIAME, Isabelle
- 1988-9 "Des formes et des usages. Histoires de famille", *L'Homme et la société*, Nouvelle Serie, N° 90, pp. 25-34.
- BORNAT, Joanne
- 1989 "Oral History as a Social Movement: reminiscence and older people", Oral History, vol 17, n° 2, Outono, pp.16-26.
- BOUDON, R.
- 1986 *L'idéologie - L'origine des idées reçues*, Paris, Fayard.
- 1990 *L'art de se persuader - des idées douteuses, fragiles ou fausses*, Paris, Fayard.
- S/d *Os métodos em Sociologia*, Lisboa, Rolim.
- BOURDIEU, Pierre
- 1986 "L'illusion biographique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n°s 62.3, pp. 169-72.
- BOTTERO, J.
- 1974 "Symptômes, signes, écritures", in J. P. Vernant (org.) Divination et rationalité, Paris, Seuil.
- BROSE, Hanns-Georg
- 1989 "Coping with Instability - The emergence of new biographical patterns", Life stories - Récits de vie, n° 5, pp. 3-26.
- BURGOS, Martine
- 1983a "L'émergence du romanesque dans les histoires de vie paysannes, Analyse comparative de trois récits", Sociétés Paysannes et Depaysanisation, Rennes, Ed. Tud Ha Bro.
- 1983b "Un récit en creux", *Revue de Sciences Humaines*, 4.
- 1989 "Life Stories, Narrativity and the Search for the Self", Life Stories - Récits de vie, n°5, pp. 29-38.
- CABRAL, J. P.
- 1991 "Contra a tradução", *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel, pp. 43-67.
- CATANI, Maurizio

- 1981 "Social-life history as ritualised oral exchange", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The Life History Approach on the Social Sciences*, Sage, 23, pp.211-222.
- CHALASINSKI, Józef
- 1981 "The life records of the young generation of polish peasants as a manifestation of contemporary culture", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The life History Approach in the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 119-132.
- CHANFRAULT-DUCHET, Marie-Francoise
- 1987 "Le prologue du récit de vie oral", in J. Kerbat e J. Cosnier (eds.) Les interations conversationnelles, Lion, Presses Universitaires de Lion (actas do colóquio de Pragmática, Universidade de Urbino, Julho de 1981).
- 1988 "Le système interationnel du récit de vie", Sociétés, Mai, n° 18, pp. 26-31.
- CHARUTY, Giordana
- 1985 "Le fil de la parole", *Ethnologie Française*, Tome 15, n°2, pp.123-152.
- CIPRIANI, Roberto
- 1987 La metodologia delle storie di vita. Dall'autobiografia alle life history, Roma, Euroma, 366 pp.
- CIPRIANI, Roberto; POZZI, Enrico; CORRADI, Consuelo
- 1985 "Histoires de vie familiale dans un contexte urbain", Cahiers Internationaux de Sociologie, vol LXXIX, pp. 253-262.
- CLIFFORD, J; MARCUS, G. (ed.)
- 1986 *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, Univ. of California Press.
- COLEMAN, Peter
- 1986 "The past in the present - a study of elderly people's attitudes to reminiscence", *Oral History*, vol 24, n°1, pp. 50-59.
- CORNWELL, Jocelyn; GEARING, Brian
- 1989 "Biographical interviews whith older people", Oral History Journal, 17 (1), pp. 36-43.
- CORRADI, Consuelo
- 1988 "Itinéraires herméneutiques de «The Polish Peasant»-une relecture actualisé", Sociétés, Mai, n° 18, pp.23-25.
- DENZIN, Norman
- 1981 "The interactionist study of social organization: a note of method", in D.

- Bertaux (ed.) *Biography and Society - The life History Approach on the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 149-167.
- 1986 "Interpreting the Lives of Ordinary People: sartré, Heidegger and Faulkner", *Life stories - Récits de vie*, n° 2, pp. 6-20.
- DESMARAIS, Danielle; GRELL, Paul (dir.)
1986 *Les récits de vie. Théorie, Méthode et trajectoires types*, Montréal, Editions Saint Martin.
- DURANTI, Alessandro
1997 *Linguistic anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ECO, U.
1977[1982] *Come si fa una tesi di laurea* [trad. portuguesa *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Presença.
- ELDER, Glen
1981 "History and the life course", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The Life History Approach on the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 77-115.
- FABRE, Nicole
1990 "Du stade oral à l'oralité", *Ethnologie Française*, n°3, Jul-Set., Tome 20, pp. 274-283.
- FEATHERSTONE, Simon
1991 "Jack Hill's House: Narrative form and oral history", *Oral History*, vol 19, n°2, Autumn, pp. 34-41.
- FERRAROTI, F.
1981a[1990] *Storia e storie di vita*[trad, francesa de marianne Modak, préfacio de Georges Balandier, introd. de Emmanuel Lazega, *Histoire et histoires de vie - la méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck.]
1981b "On the autonomy of the biographical method", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The life History Approach on the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 19-27.
- FERRÉOL, G.; DEUBEL, P.
1993 *Methodologie des sciences sociales*, Paris, Armand Colin
- GAGNON, Nicole
1981 "On the analysis of life accounts", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The Life History Approach on the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 47-60.

- GAULEJAC, V. de
1988 "L'histoire de vie ou le temps recomposé", *Sociétés*, Mai, nº18, pp. 5-7.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B.
1992 *O inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- GODINHO, V.M.
1974 "Noções operatórias na abordagem global das sociedades", In *Memoriam António Jorge Dias*, Lisboa, Insitudo de Alta Cultura/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, pp. 159-174.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P.
1983 [1994] *Ethnography. Principles in practice*[trad. castelhana, *Etnhografia. Métodos de investigación*, Barcelona/Buenos Aires/México, Ediciones Paidós.]
- HALBWACHS, Maurice
1950[1968] *La mémoire collective*, Paris, PUF [prefácio de Jean Duvignaud].
- HALVERSON, John
1992 "Goody and the implosion of literacy thesis", *Man*, vol 27, nº2, Junho, pp. 301-317.
- HANKISS, Agnes
1981 "Ontologies of the self: on the mythological Rearranging of one's life-history", in Daniel Bertaux (ed.) *Biography and Society - The life History Approach on the Social Sciences*, Sage, 23, pp. 203-209.
- HASTRUP, K; HERVIK, P. (ed.)
1994 *Social Experience and Anthropological Knowledge*, London, Routledge.
- HEINRITZ, Charlotte; RAMMSTEDT, Angela
1991 "L'approche biographique en France", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XCI, pp. 331-370.
- HELLING, Ingeberg K.
1988 "The Life History Method: a Survey and a Discussion with Norman K. Denzin", *Studies in Symbolism Interaction*, vol. 9, pp. 211-243.
- JEWSIEWICKI, Bogumil (dir)
1988 Récits de vie et memoires vers une anthropologie historique du souvenir, Paris, L'Harmattan, 344 pp.
- KOHLI, Martin
1981 "Biography: account, text, method", in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The Life History Approach in The Social Sciences*, Sage, 23,

pp. 61-75.

- LAHIRE, Bernard
1990 "Sociologie des pratiques de l'écriture. Contribution à l'analyse du lien entre le social et le langagier", *Ethnologie française*, 1990-3, Jul-Set, tome 20, pp. 262-273.
- LANGNESS, L.L.; GELYA, K.
1981 *Lives - An Anthropological Approach to Biography*, New York, Chandles and Sharp Publishers.
- LE GRAND, J.-L.
1988 "Histoire de vie de groupe - A la recherche d'une «ludicité methodologique», *Sociétés*, Mai, n°18, pp. 3-4.
- LEWIS, O.
1953[1988] "Controles y experimentos en el trabajo de campo" in José R. Llobera (compil.) *La antropologia como ciencia*, Barcelona, Editorial Anagrama.
1961 [1979] *Os filhos de Sánchez*, Lisboa, Moraes.
- LE WITA, Beatrix
1985 "Memoire: l'avenir du présent", *Terrain*, n°4, Março, pp.15-26.
- LLOBERA, J.
1986 "Fieldwork in Southwestern Europe", *Critique of Anthropology*, vol. 6, n° 2, pp. 25-33.
- MCCALL, Michal M.
1989 "The Significance of Storytelling", *Life stories -Récits de vie*, n°5.
- MOUNIN, Georges
1990 "Oral/Ecrit. Préliminaires linguistiques", *Ethnologie Française*, 1990-3, Jul-Set, Tome 20, pp. 256-261.
- PENEFF, J.
1988 "Le mythe dans l'histoire de vie", *Sociétés*, Mai, n° 18, pp. 8-14.
- PERKS, Robert
1990 Oral history : an anotated bibliography, The British Library National Sound Archive.
- PETER, Jean-Pierre
1990 "Quand les paroles s'evolent et qu'à terre l'ecrit reste", *Ethnologie Française*, n°3, Jul-Set, Tome 20, pp. 234-240.
- PORTELLI, Alessandro
1988 "Uchronic dreams:working class memory and possible worlds", *Oral History*, vol. 16, n°2, Autumn, pp. 46-56.

- POURCHER, Yves
 1985 "Parenté et representation politique en Lozère", *Terrain*, n°4, Março, pp. 27-41.
- QUIVY, R.; VAN CAMPENHOUDT, L.
 1995[1998] *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, gradiva
- RICHARD, Philippe
 1990 "Mesurer le non-mesurable: le cas des proverbes", *Ethnologie Française*, n°3, Jul-Set, Tome 20, pp. 341-349.
- RICOEUR, Paul
 1983 *Temps et récit - tome I*, Paris, Seuil
 1984 *Temps et récit: la configuration du temps dans le récit de fiction - tome II*, Paris, Seuil.
 1985 *Temps et récit: le temps raconté*, tome III, Paris, Seuil.
- ROBIN-MAIRE, Régine
 1986 "Enjeux: récits de vie, discours sociale et parole vrai", Vingtième Siècle, n° 10.
- ROOS, J. P.
 1989 "The Text and the Life: An Introduction to Martine Burgos's research", *Life stories - Récits de vie*, n° 5, pp. 27-28.
- ROSENTHAL, Gabriele
 1991 "German war memories : narrability and the biographical and social functions of remembering", *Oral History*, vol 19, n° 2, Autumn, pp. 34-41.
- SAMUEL, Raphael; THOMPSON, Paul (eds.)
 1990 *The myths we live by*, London, Routledge.
- STRATHERN, M.
 1995 *Shifting Contexts - Transformation in Anthropological Knowledge*, London, Routledge.
- SCHALGAM, Leonard; STRAUSS, Anselm L.
 1973 "Strategy for Listening", in *Field Research -Strtegies for a Natural Sociology*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentiss Hall, pp. 67-93.
- SCHWITZER, Joan; THOMPSON, Katherine
 1987 "Children and young people in wartime", *Oral History*, vol 15, n°2, Autumn, pp.32-7.
- SILVA, A. S.; PINTO, J. M. (orgs.)

- 1987 *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- SIMEONI, D.
1988 "Du récit de vie comme mise en scène du discours", *Sociétés*, Mai, n°
18,
pp. 31-33.
- SORIANO, Marc
1990 "Entre l'oral et l'écrit", *Ethnologie Française*, n°3, Jul-Set, Tome 20, pp.
253-255.
- STRATHERN, M. (ED.)
1995 *Shifting Contexts - Transformations in Anthropological Knowledge*,
London, Routledge.
- SYNGE, Jane
1981 "Cohort analysis in the planning and interpretation of research using life
histories" in D. Bertaux (ed.) *Biography and Society - The Life History
Approach on The Social Sciences*, Sage, 23, pp.235- 247.
- THOMPSON, Paul
1981 "Life histories and the analysys of social change" in D. Bertaux (ed.)
*Biography and Society - The life History Aproach on the Social
Sciences*, Sage, 23, pp.289-306.
- 1978 [1988] *The voice of the past: oral history*, Oxford, Oxford, University Press.
- VANSINA, J.
1961[1965] *De la tradition orale:essai de méthode historique [Oral tradition - a
study in a historical methodology*,Harmondsworth, Penguin Books]
- WERBNER, R.
1995 "Human rights and moral knowledge: arguments of accountability in
Zimbabwe", in Marilyn Strathern (ed.) *Shifting Contexts -
Transformations in Anthropological Knowledge*, London, Routledge.